



DOCUMENTO DE REFERÊNCIA
E RELATÓRIO FINANCEIRO ANUAL
2013



1

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS 3

1.1 Apresentação do Grupo	4
1.2 Números chave	4
1.3 Histórico	5
1.4 Apresentação dos polos e das áreas de intervenção	6
1.5 O BNP Paribas e os seus acionistas	16

2

GOVERNO DA SOCIEDADE 29

2.1 O Conselho de administração	30
2.2 Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade	65
2.3 Relatório dos Revisores oficiais de contas estabelecido em conformidade com o artigo L225-235 do Código comercial sobre o relatório do Presidente do Conselho de administração	92
2.4 A Comissão executiva	94

3

ATIVIDADES E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2013 95

3.1 Resultados consolidados do BNP Paribas	96
3.2 Resultados por pólo/área de intervenção	98
3.3 Balanço	109
3.4 Demonstração de resultados	113
3.5 Eventos recentes	117
3.6 Perspetivas	118
3.7 Estrutura financeira	120

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 ESTABELECIDAS DE ACORDO COM AS NORMAS CONTABILÍSTICAS IFRS ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA 121

4.1 Demonstração de resultados do exercício 2013	124
4.2 Demonstração do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos diretamente contabilizados em capitais próprios	125
4.3 Balanço em 31 de dezembro de 2013	126
4.4 Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2013	127
4.5 Quadro de passagem dos capitais próprios de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013	128
4.6 Notas anexas às demonstrações financeiras estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União Europeia	130
4.7 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre os resultados consolidados	222

5

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS 225

5.1 Síntese dos riscos anuais	227
5.2 Gestão do capital e adequação dos fundos próprios	236
5.3 Gestão dos riscos	250
5.4 Risco de crédito	257
5.5 Titularização na carteira bancária	287
5.6 Risco de contraparte	298
5.7 Risco de mercado	302
5.8 Risco soberano	316
5.9 Risco de liquidez e de refinanciamento	319
5.10 Risco operacional	325
5.11 Risco de não-conformidade e de reputação	331
5.12 Riscos de seguros	331
Anexos :	337
Anexo 1 : Exposições de acordo com as recomendações do Conselho de estabilidade financeira	337
Anexo 2 : Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais « significativas »	340
Anexo 3 : Glossário	347

6

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS 349

6.1 Demonstrações financeiras do BNP Paribas SA	350
Notas anexas às demonstrações financeiras das contas sociais	352
6.2 Afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2013 e a distribuição do dividendo	381
6.3 Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA	382
6.4 Principais filiais e participações do BNP Paribas SA	383
6.5 Informações relativas às aquisições de participações do BNP Paribas SA em 2013 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas Francesas	386
6.6 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais	387

7

UM BANCO RESPONSÁVEL: INFORMAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL, CÍVICA E AMBIENTAL DO BNP PARIBAS 389

7.1 O projeto do BNP Paribas enquanto banco responsável	390
7.2 Responsabilidade económica: financiar eticamente a economia	396
7.3 Responsabilidade social: desenvolver uma gestão empenhada e leal dos recursos humanos	404
7.4 Responsabilidade cívica: lutar contra a exclusão, promover a educação e a cultura	419
7.5 Responsabilidade ambiental: agir contra as alterações climáticas	427
7.6 Tabela de conformidade com a lista das informações sociais, ambientais e sociais exigidas pelo artigo 225 da lei Grenelle II	433
7.7 Relatório de um dos Revisores oficiais de contas, nomeado organismo terceiro independente, sobre as informações sociais, ambientais e societárias presentes no relatório de gestão do BNP Paribas	435

8

INFORMAÇÕES GERAIS 439

8.1 Documentos acessíveis ao público	440
8.2 Contratos importantes	440
8.3 Situação de dependência	440
8.4 Mudança significativa	441
8.5 Investimentos	441
8.6 Informações relativas à atividade por país	442
8.7 Atos constitutivos e estatutos	443
8.8 Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados	448

9

RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS 451

9.1 Revisores oficiais de contas	452
----------------------------------	-----

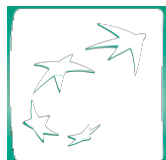
10

RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA 453

10.1 Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual	454
10.2 Declaração do responsável	454

11

TABELA DE CONCORDÂNCIA 455



BNP PARIBAS

Documento de referência e relatório financeiro anual **2013**



O presente Documento de referência foi depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 8 de março de 2014, em conformidade com o artigo 212-13 do Regulamento geral da Autoridade dos Mercados Financeiros. Poderá ser utilizado para apoio a uma operação financeira se for completado por uma nota de operação visada pela AMF. Este documento foi estabelecido pelo emissor e implica a responsabilidade dos seus signatários.

O presente Documento de referência integra todos os elementos do relatório financeiro anual mencionado no ponto I do artigo L451-1-2 do Código monetário e financeiro assim como no artigo 222-3 do Regulamento geral da AMF. É apresentada na página 455, uma tabela de concordância entre os documentos mencionados no artigo 222-3 do Regulamento geral da AMF e as rubricas correspondentes do presente Documento de referência.

“ESTA PÁGINA NÃO TEM DADOS E RESPEITA A VERSÃO ORIGINAL”

1

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

1.1	Apresentação do Grupo	4
1.2	Números chave	4
	Resultados	4
	Capitalização bolsista	4
	Notações a longo e a curto prazo	5
1.3	Histórico	5
1.4	Apresentação dos polos e das áreas de intervenção	6
	Retail Banking	6
	Investment Solutions	10
	Corporate and Investment Banking	12
	Outras Atividades	15
	Fatores chave próprios da atividade	15
1.5	O BNP Paribas e os seus acionistas	16
	O capital social	16
	Evolução do acionariado	16
	O mercado da ação	17
	O painel de controlo do acionista	21
	A criação de valor bolsista	21
	Comunicação com os acionistas	23
	O Comité de Ligação dos acionistas	24
	O dividendo	25
	Evolução do dividendo (em euros por ação)	25
	O nominativo no BNP Paribas	26
	A Assembleia Geral dos acionistas	26
	Declarações das transposições de limite estatutário	28

1.1 Apresentação do Grupo

O BNP Paribas, líder europeu dos serviços bancários e financeiros, possui quatro mercados domésticos em banca de retalho na Europa: na Bélgica, França, Itália e no Luxemburgo.

Está presente em 75 países e conta mais de 190 000 colaboradores, 141 000 dos quais na Europa. O BNP Paribas detém posições chave nas suas três áreas de atividade:

- as atividades Retail Banking reúnem:
 - um conjunto Domestic Markets composto por :
 - Banca de Retalho em França (BRF),
 - BNL banca commerciale (BNL bc), banco de retalho em Itália,
 - Banca de Retalho na Bélgica (BDDB),
 - Outras atividades de Domestic Markets incluindo a Banca de Retalho e das Empresas no Luxemburgo (BDEL) ;
- um conjunto International Retail Banking composto por:
 - Europa Mediterrâneo,
 - BancWest ;
 - uma entidade Personal Finance ;
- o polo Investment Solutions ;
- o polo Corporate and Investment Banking (CIB).

O BNP Paribas SA é a casa mãe do Grupo BNP Paribas.

1.2 Números chave

RESULTADOS

	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado líquido bancário (M€)	40 191	43 880	42 384	39 072	38 822
Resultado bruto de exploração (M€)	16 851	17 363	16 268	12 529	12 684
Resultado líquido, parte do Grupo (M€)	5 832	7 843	6 050	6 564	4 832
Lucro líquido por ação (€)**	5,20	6,33	4,82	5,17	3,69
Rentabilidade dos capitais próprios(**)	10,8 %	12,3 %	8,8 %	8,9 %	6,1 %

(*) Tratado de novo em função dos efeitos do aumento de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição de 2009.

(**) A rentabilidade dos capitais próprios é calculada com base na relação entre o resultado líquido parte do Grupo (ajustado da remuneração dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada assimilados a ações de preferência emitidas pelo BNP Paribas SA, tratada contabilisticamente como um dividendo) e a média dos capitais próprios parte do Grupo no início e no fim do período considerado (após distribuição e com exceção dos títulos super subordinados com duração indeterminada assimilados a ações de preferência emitidos pelo BNP Paribas SA).

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA

	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
Capitalização bolsista (Bilhões€)	27,6	66,2	57,1	36,7	53,4	70,5

Fonte: Bloomberg.

NOTAÇÕES A LONGO E A CURTO PRAZO

	Notação longo prazo/curto prazo em 8 de março de 2014	Notação longo prazo/curto prazo em 7 de março de 2014	Perspetiva	Data da última revisão
Standard & Poor's	A+/A-1	A+/A-1	Negativa	20 junho 2013
Fitch	A+/F1+	A+/F1	Estável	17 julho 2013
Moody's	A2/Prime-1	A2/Prime-1	Estável	21 junho 2013

As notações a longo prazo do BNP Paribas não evoluíram desde 8 de março de 2013, data de publicação do Documento de referência 2012. Em 17 de julho de 2013, a Fitch baixou a nota a curto prazo do BNP Paribas de « F1+ » para « F1 », na sequência da baixa da nota a longo prazo do Estado Francesa de « AAA Negativa » a « AA+/Estável » a 12 de julho de 2013.

1.3 Histórico

1966 : Criação do BNP

A fusão do BNCL e do CNEP constitui-se como a maior operação de reestruturação bancária em França desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

1968 : Criação da *Compagnie Financière de Paris et des Pays-Bas*

1982 : Nacionalização da BNP e da *Compagnie Financière de Paris et des Pays-Bas* por ocasião da nacionalização do conjunto dos bancos Franceses

Ao longo dos anos 1980, o «big-bang» financeiro, a desregulamentação do setor bancário e a desintermediação do crédito modificam a área de intervenção da banca e as suas condições de atividade em França e no mundo.

1987 : Privatização da *Compagnie Financière de Paribas*

Com 3,8 milhões de acionistas individuais, a *Compagnie Financière de Paribas* é nessa altura a empresa com maior número de acionistas no mundo. A *Compagnie Financière de Paribas* detém 48 % da *Compagnie Bancaire*.

1993 : Privatização do BNP

O BNP, privatizado, toma um novo rumo. Os anos 1990 são marcados por uma mudança do nível da rentabilidade da banca, que apresenta o retorno sobre fundos próprios mais elevado dos grandes estabelecimentos Franceses em 1998. Este período é marcado pelo lançamento de novos produtos e serviços bancários, o desenvolvimento das atividades no sistema financeiro, a expansão em França e a nível internacional e a preparação da ascensão do euro.

1998 : Criação de Paribas

A 12 de maio é ratificada a fusão da Companhia financeira de Paribas, da *Banque Paribas* e da *Compagnie Bancaire*.

1999 : Ano histórico para o Grupo

Na sequência de uma dupla oferta pública de troca sem precedentes e de uma batalha bolsista de seis meses, o BNP e o Paribas realizam uma fusão de iguais. Para cada um dos dois grupos, este evento é o mais importante desde a sua privatização, criando um novo Grupo que beneficia de largas perspetivas. Na era da globalização da economia, esta fusão permite a constituição de um líder europeu da indústria bancária.

2000: Criação do BNP Paribas

A fusão do BNP e do Paribas é realizada a 23 de maio de 2000.

A força do novo Grupo resulta das duas grandes linhagens bancárias e financeiras das quais procede. Este estabelece uma dupla ambição: desenvolver-se ao serviço dos seus acionistas, dos seus clientes e dos seus colaboradores e construir o banco do futuro tornando-se num ator de referência à escala mundial.

2006: Aquisição do BNL em Itália

O BNP Paribas adquire o BNL, o 6^o banco italiano. Esta aquisição transforma o BNP Paribas, dando-lhe um segundo mercado doméstico na Europa: em Itália como em França, todas as áreas de intervenção do Grupo podem apoiar-se numa rede bancária nacional com vista ao desenvolvimento das suas atividades.

2009 : Aproximação com o Grupo Fortis

O BNP Paribas toma o controlo do Fortis Banque e do BGL (Banque Générale du Luxembourg), para criar um Grupo europeu líder na banca de retalho, com quatro mercados domésticos.

1.4 Apresentação dos polos e das áreas de intervenção

RETAIL BANKING

Presente em 40 países com 6 800 agências, 131 000 colaboradores, ou seja 71% dos efectivos do Grupo, o Retail Banking serve mais de 27 milhões de clientes particulares e 1 milhão de profissionais, empresários e empresas⁽¹⁾, assim como mais de 12 milhões de clientes ativos na área da Personal Finance. Em 2013, mais de metade dos rendimentos dos polos operacionais do BNP Paribas foram realizados no âmbito das atividades de Retail Banking.

As atividades de banca de retalho do BNP Paribas reúnem o conjunto Domestic Markets, o conjunto International Retail Banking (IRB) e a Personal Finance (PF).

DOMESTIC MARKETS

Domestic Markets reúne as redes de banca de retalho do BNP Paribas em França (BDDF), em Itália (BNL bc), na Bélgica (BDDB funcionando sob a marca BNP Paribas Fortis) e no Luxemburgo (BDEL funcionando sob a marca BGL BNP Paribas) bem como três áreas de intervenção especializadas: Arval (aluguer de longa duração de frotas automóveis com serviços), O BNP Paribas Leasing Solutions (gama de soluções de aluguer) e o BNP Paribas Personal Investors (poupança e corretagem online).

As atividades de Cash Management e de Factoring, em sinergia com o Corporate Banking do polo CIB, vêm completar a oferta às empresas em torno do conceito *One Bank for Corporates in Europe and Beyond*. A atividade Wealth Management desenvolve o seu modelo de banco privado nos mercados domésticos.

Seis missões transversais – DMS (Distribuição, Mercados, Soluções), RBO (Retail Banking Operations), RBIS (Retail Banking information Systems), Hello bank! Global Development, Recursos Humanos e Comunicação – apoiam as evoluções do retail. O seu papel: partilhar os conhecimentos e encorajar a inovação, contribuir para a implementação de uma visão partilhada da atividade, otimizar a mutualização e a industrialização.

2013 terá sido o ano do lançamento do novo banco digital europeu do Grupo: Hello bank!. Concebido para uma utilização em smartphone e tablets, Está operacional nas redes da Banca de Retalho em França, Itália, Bélgica e também na Alemanha com Cortal Consors.

Implantado em 26 países, o Domestic Markets conta com 72 000 funcionários, dos quais 62 500 trabalham nas quatro redes domésticas, e 4 000 agências. Todos ao serviço de mais de 14 milhões de clientes particulares, incluindo 280 000 na banca privada, e 1 milhão de profissionais, empresários e empresas⁽¹⁾.

O Domestic Markets desempenha um papel estratégico no Grupo: o conjunto contribui com uma importante base de depósitos e de poupança extrapatrimonial ao Grupo e prepara a banca de retalho para as transformações do ambiente operacional, das organizações e dos modelos de consumo. O Domestic Markets acompanha também a integração do digital em todas as propostas de ofertas e de serviços do BNP Paribas nos mercados.

Com o Domestic Markets, o BNP Paribas constitui-se como o primeiro banco privado em França e na Bélgica, nº 1 do cash management em França⁽²⁾ e na Itália⁽²⁾ e o líder europeu do financiamento dos bens de equipamento em termos de novos contratos.

BANCA DE RETALHO EM FRANÇA (BDDF)

Os 30 500 colaboradores da Banca de Retalho em França (BDDF) acompanham todo os seus clientes nos seus projetos. Oferecem aos 6,9 milhões de clientes particulares, 782 400 clientes profissionais e microempresas, 33 400⁽³⁾ empresas (PME, ETI, grandes empresas) e 72 500⁽³⁾ associações uma vasta gama de produtos e serviços, desde a gestão da conta corrente às montagens mais inovadoras em matéria de financiamento das empresas ou de gestão patrimonial.

Em 2013, a BDDF conquistou mais de 400 800 novos clientes. Para melhorar a proximidade com os seus clientes, a BDDF continua a investir na sua rede, a qual se encontra integrada numa organização multicanal mais vasta. A rede está organizada por tipo de clientela com:

- 2 139 agências e 5 823 terminais automáticos sob a insígnia BNP Paribas e BNP Paribas - Banque de Bretagne. O BDDF iniciou um programa de transformação e de modernização da rede « Préférence Client » (Prioridade Cliente) com dupla ambição: enriquecer a relação com os clientes e criar as agências de amanhã;
- 217 centros de banca privada, tornando o BNP Paribas no primeiro banco privado em França (em termos de ativos sob gestão)⁽⁴⁾ ;
- 62 *Maisons des Entrepreneurs* (Casas dos empresários) que prestam apoio aos empresários e às PME ao nível da gestão dos seus projetos patrimoniais ou ligados aos ciclos de vida da sua empresa;
- 12 Polos de Inovação que acompanham e financiam o desenvolvimento das PME inovadoras⁽⁵⁾ apoiando-se numa perícia local e específica ;
- um dispositivo único de 28 centros de negócios dedicados aos clientes das empresas, repartidos em todo o território, assim como um serviço de Assistência à Empresa (SAE) e um Cash Customer Services (CCS), centros de apoio ao serviço dos clientes;

(1) Incluindo microempresas, PME, ETI e grandes empresas, coletividades locais e associações. (2) Fonte : Euromoney 2013.

(2) Fonte: Euromoney 2'13

(3) Expressos em Grupos de negócios no âmbito da Lei de Modernização da Economia. (4) Fonte : Décideurs Stratégie Finance Droit 2013.

(4) Fonte: Décideurs Stratégie Droit 2013

(5) Por PME inovadoras, o BNP Paribas entende não só todas as empresas que desenvolvem a inovação de produtos, mas também a inovação nos seus processos, nas suas técnicas de fabrico, modelos de comercialização ou de organização.

■ filiais especializadas, das quais a sociedade de factoring BNP Paribas Factor, a sociedade de acompanhamento em capital BNP Paribas Développement e a sociedade de tele vigilância Protection 24;

- por fim, 52 agências de produção e apoio comercial, as back-offices que gerem o conjunto do tratamento das operações.

A BDDF põe ainda à disposição dos seus clientes um dispositivo completo de contacto on-line apoiado:

- num website bnpparibas.net que oferece serviços utilizados por mais de 2,6 milhões de clientes;
- três centros de relações com os clientes situados em Paris, Lille e Orleães, que asseguram o tratamento dos pedidos recebidos por correio eletrónico, telefone ou chat mensagens instantâneas, e dois centros de contactos especializados « Net Crédit » e « Net Epargne »;
- A NET Agência que propõe todos os serviços e ofertas de um grande banco, acessíveis numa agência on-line com um conselheiro dedicado.

Este dispositivo foi eleito serviço cliente do ano 2013⁽¹⁾. Por fim, a BDDF assegura uma ampla presença nas redes sociais, nomeadamente através do Facebook, Twitter e Foursquare.

BNL BANCA COMMERCIALE

O BNL bc, 6º banco italiano devido ao total do seu balanço e dos seus empréstimos aos clientes⁽²⁾, disponibiliza uma gama completa de produtos e serviços bancários, financeiros e de seguros para responder às necessidades da sua diversificada base de clientes:

- cerca de 2,3 milhões⁽³⁾ de clientes particulares e 32 400⁽³⁾ clientes da banca privada (pelo número de famílias);
- 119 300⁽³⁾ artesãos, comerciantes e microempresas;
- cerca de 21 000⁽³⁾ médias e grandes empresas, incluindo as Grandes Relações, ou seja aproximadamente 444 Grupos e 1 530 sociedades de exploração;
- 16 000⁽³⁾ coletividades locais e organizações sem fins lucrativos.

O BNL bc está bem posicionado no que respeita aos empréstimos à clientela, nomeadamente nos empréstimos imobiliários residenciais (quota de mercado de cerca de 7 %⁽⁴⁾) e possui uma base de depósitos (3,7 %⁽⁴⁾) para os depósitos à ordem das famílias largamente superior à sua taxa de penetração do mercado em termos de número de agências (2,9 %⁽⁴⁾).

O BNL bc também está bem implantado nos segmentos das grandes empresas (quota de mercado para os empréstimos de cerca de 4 %⁽⁴⁾) e das coletividades locais (1,2 %⁽⁵⁾) com um reconhecido *savoir-faire* no que respeita aos pagamentos transfronteiriços, no financiamento de projetos, nos financiamentos estruturados e no factoring através da sua filial especializada Ifitalia (que ocupa a 3ª posição na Itália⁽⁶⁾).

regiões (« direzioni territoriali ») com uma estrutura distinta para a Banca de Retalho e a banca privada por um lado e a banca das empresas por outro :

- cerca de 890 agências;
- 37 centros de banca privada;
- 51 *Maisons des Entrepreneurs* (Casas dos Empresários);
- 20 agências de gestão de carteiras de PME, grandes empresas, coletividades locais e setor público;
- 5 trade centres em Itália para as atividades transfronteiriças das empresas;
- 5 *Italian desks* para acompanhar as empresas Italianas no estrangeiro e os Grupos multinacionais nos seus investimentos em Itália.

A oferta multicanal é complementada por cerca de 2 003 balcões automáticos e 46 800 terminais pontos de venda, e ainda serviços bancários móveis para os clientes.

BANCA DE RETALHO NA BÉLGICA (BDDB)

Retail & Private Banking (RPB)

O BNP Paribas Fortis é nº 1 no segmento dos clientes particulares e dos profissionais e pequenas empresas na Bélgica, com 3,6 milhões de clientes e posições de primeiro plano em todos os produtos bancários⁽⁷⁾. O RPB está ao serviço dos seus clientes e do financiamento da economia graças a diferentes redes integradas numa estratégia de distribuição multicanal :

- a rede comercial é constituída por 908 agências (260 das quais independentes), completadas por 660 pontos de venda em parceria com o Bpost Bank e 306 franchises da insígnia Fintro⁽⁸⁾. Desde 1 de janeiro de 2013, as 908 agências estão organizadas em 163 Grupos de agências, as quais dependem por sua vez de 29 sedes;
- a plataforma Client Relationship Management (CRM) do RPB assegura a gestão de uma rede de 4 093 distribuidores automáticos assim como os serviços bancários via Internet, Easy banking e mobile banking (1,25 milhões de utilizadores) ;
- um centro de contacto está igualmente disponível para os clientes 83 horas por semana e atende diariamente até 15 000 chamadas.

O RPB é um importante ator no mercado belga da banca privada. Os seus serviços são propostos aos particulares cujos ativos são superiores a 250 000 euros. A gestão de fortuna serve os clientes cujos ativos são superiores a 4 milhões de euros. Os clientes de banca privada são servidos através de 37 centros Private Banking e de 2 centros Wealth Management.

(1) Fonte : Gabinete Viséo Conseil.

(2) Fonte : relatórios anuais e periódicos do BNL e dos seus concorrentes.

(3) Clientes ativos.

(4) Fonte : Banco de Itália.

(5) Fonte : Banco de Itália. Desde 2012, está incluída nas estatísticas do Banco de Itália a Cassa Depositi e Prestiti (CDP), um estabelecimento financeiro do Estado, com atividade no segmento das coletividades locais.

(6) Fonte : Assifact, classificação por volume de negócios.

(7) Fonte : Benchmarking Monitor dezembro de 2012 e Strategic Monitor Professionals 2013.

(8) No mês de outubro de 2013, Fintro contava 308 agências, mais de 1 000 colaboradores e 9,72 bilhões de euros de ativos sob gestão (exceto seguros) para 278 000 clientes ativos.

Corporate & Public Bank Belgium (CPBB)

O CPBB oferece uma gama completa de serviços financeiros a empresas, sociedades do setor público e coletividades territoriais. Com uma clientela de mais de 650 grandes empresas e de 11 000 *midcaps*, o CPBB é o líder⁽¹⁾ do mercado nestes dois segmentos e uma ator de primeiro plano no mercado do public banking (650 clientes). Graças a uma equipa composta por mais de 40 corporate bankers e 210 relationship managers operando em 22 Business Centres e por especialistas dotados de competências específicas, o CPBB assegura uma oferta de proximidade aos seus clientes.

BANCA DE RETALHO E DAS EMPRESAS NO LUXEMBURGO (BDEL)

A atividade BDEL do BGL BNP Paribas propõe uma larga gama de produtos e serviços financeiros aos seus clientes particulares, profissionais e empresas através da sua rede de 40 agências e dos seus serviços ou departamentos dedicados às empresas. O BGL BNP Paribas é o 2º banco do Grande Ducado para os particulares com 217 811 clientes (16 %⁽²⁾ de quota de mercado). É o 1º banco junto das empresas com 34 774 clientes (35 %⁽³⁾ de quota de mercado).

As equipas da banca privada de BGL BNP Paribas oferecem soluções integradas e adaptadas de gestão financeira e patrimonial. A oferta Wealth Management é nomeadamente proposta em complemento dos serviços bancários diariamente nos seis sites de banca privada associados à rede das agências.

ARVAL

Especialista no aluguer de longa duração de frotas automóveis multimarcas, a Arval oferece às empresas soluções à medida para externalizar os riscos ligados à gestão da sua frota e otimizar a mobilidade dos seus empregados. O conselho de peritos e a qualidade do serviço são da responsabilidade de mais de 4 000 colaboradores e parceiros em 25 pays. Arval s'appuie par ailleurs sur des partenaires e stratégiques em 14 países. A Arval beneficia da infraestrutura e da rede do Grupo BNP Paribas. Em finais de dezembro de 2013, a Arval dispunha de uma frota alugada praticamente estável em relação a 2012 (685 000 veículos). Importante ator na Europa no setor do aluguer de longa duração, a Arval é líder no aluguer de longa duração em França⁽⁴⁾ e em Itália⁽⁵⁾, e nº 2 na Polónia⁽⁶⁾.

BNP PARIBAS LEASING SOLUTIONS

O BNP Paribas Leasing Solutions propõe às empresas e aos profissionais, mediante vários canais – vendas diretas, prescrições, parcerias e redes bancárias – uma gama de soluções locativas, desde o financiamento de equipamentos à externalização de parques.

Para oferecer aos seus clientes o melhor serviço possível, o BNP Paribas Leasing Solutions adotou uma organização especializada por mercados, com equipas comerciais dedicadas :

- Equipment & Logistics Solutions para os equipamentos profissionais com rodas: máquinas agrícolas, máquinas para a construção e a manutenção, veículos utilitários e industriais ;
- Technology Solutions para os ativos buróticos, informáticos e telecomunicações ;
- Bank Leasing Services que oferece produtos e serviços de leasing aos clientes das redes bancárias do BNP Paribas.

O BNP Paribas Leasing Solutions e a Arval, continuam a ser, pelo 4º ano consecutivo, o líder europeu do financiamento dos bens de equipamento em termos de novos contratos⁽⁷⁾ confirmando assim o seu contributo para o financiamento da economia real.

O BNP Paribas Leasing Solutions implementou mais de 281 070 operações em 2013. O montante dos seus ativos sob gestão ascende a mais de 18.0 bilhões de euros⁽⁸⁾

BNP PARIBAS PERSONAL INVESTORS

O BNP Paribas Personal Investors propõe a particulares uma consultoria financeira independente e um amplo leque de serviços de investimento. É composto por:

- Cortal Consors, especialista europeu na poupança e na corretagem on-line, oferece a mais de um milhão de clientes serviços de corretagem e um aconselhamento personalizado de investimento através de diferentes canais de distribuição (internet, telefone e pessoalmente) na Alemanha, em França e em Espanha. A sua vasta gama de produtos e serviços inclui soluções de investimento a curto prazo, OPCVM e produtos de seguros de vida. Na Alemanha, o Cortal Consors tornou-se na plataforma de lançamento do Hello bank!, o banco on-line do BNP Paribas ;
- B*capital, empresa de investimento, oferece aos seus clientes, em França, um acesso direto a uma gama completa de mercados (ações, obrigações, derivados), assim como serviços de análise financeira, de aconselhamento personalizado em Bolsa e de gestão ativa de carteira. B*capital é o acionista maioritário da sociedade de Bolsa Portzamparc, especializada em pequenas e médias capitalizações;
- Geojit BNP Paribas é um dos principais corretores para os particulares na Índia. Propõe serviços de corretagem sobre ações e derivados e produtos de poupança financeira por telefone, Internet e através de uma rede de cerca de 500 agências no conjunto do território indiano. Geojit BNP Paribas está igualmente presente nos Emirados Árabes Unidos, na Arábia Saudita, em Omã, no Bahrein e no Kuwait, onde visa principalmente a clientela indiana não residente;
- O TEB Investment na Turquia propõe serviços de corretagem através da internet e de uma rede de 33 agências ;

(1) Fonte : inquérito realizado por TNS em 2013.

(2) Fonte : estudo Ilres Particulares anual – outubro de 2013.

(3) Fonte : estudo Ilres Empresas bienal – outubro de 2012.

(4) Fonte : Sindicato Nacional dos Locadores de Carros de Longa Duração, 3º trimestre de 2013.

(5) Fonte : FISE ANIASA (Federazione Imprese di Servizi - Associazione Nazionale Industria dell'Autonoleggio e Servizi Automobilistici), Itália, 3º trimestre 2013.

(6) Fonte : PZWLP Q3 2013.

(7) Fonte : classificação Leaseurope 2012 publicada em agosto de 2013.

(8) Montante após transferência servicing, incluindo as sociedades segundo método de equivalência patrimonial.

■ No Luxemburgo e em Singapura, o BNP Paribas Personal Investors oferece a uma clientela ativa um vasto leque de serviços através de uma abordagem e de um aconselhamento personalizados.

Em 31 de dezembro de 2013, o BNP Paribas Personal Investors⁽¹⁾ contava 1,6 milhão de clientes para um ativo gerido de 38,8 bilhões de euros, repartido entre 38 % de ativos bolsistas, 32 % de produtos de poupança ou de OPCVM e 30 % de liquidez. O BNP Paribas Personal Investors dá emprego a 2 202 pessoas.

INTERNATIONAL RETAIL BANKING (IRB)

O IRB reúne as atividades de banca de retalho exercidas pelo BNP Paribas fora da zona euro, ou seja em 15 países.

O IRB desenvolve aí, progressivamente, o modelo integrado de Retail Banking do Grupo BNP Paribas proporcionando aos seus clientes locais perícias que fazem a força do Grupo (segmentação dinâmica dos clientes, cash management, trade finance, distribuição multicanal, financiamentos especializados, banca privada, mobile banking, etc.).

Nos países IRB estão presentes três áreas de intervenção:

- o Retail Banking que serve cerca de 13 milhões de clientes⁽²⁾ através das redes multicanais de proximidade (nomeadamente 2 800 agências);
- o Wealth Management, em ligação com o Investment Solutions;
- as atividades dedicadas às empresas clientes, permitem um acesso local ao conjunto das ofertas do BNP Paribas e um acompanhamento em todos os países do Grupo através nomeadamente de uma rede de 84 Business Centres, 19 Trade Centres e 14 MNC Desks.

BancWest

A atividade da banca de retalho nos Estados Unidos é exercida através do Bank of the West e do First Hawaiian Bank, reunidos desde 1998 sob a holding BancWest Corporation cuja totalidade do capital é detida pelo BNP Paribas desde finais de junho de 2001.

Desde 2006, o BancWest dedicou-se ao crescimento orgânico, reforçando a sua infraestrutura e desenvolvendo mais recentemente o seu dispositivo comercial, nomeadamente no segmento das empresas, do wealth management e do crédito ao consumo.

O Bank of the West propõe uma vastíssima gama de produtos e serviços de banca de retalho a clientes de particulares, profissionais e empresas em 19 Estados das zonas Oeste e MidWest americanas. Detém igualmente posições fortes em certas atividades de financiamentos especializados (financiamentos de barcos, de veículos de lazer, das comunidades religiosas, financiamentos bonificados às PME, empréstimos à agricultura), que exerce no conjunto do território dos Estados Unidos.

Com uma quota de mercado local de mais de 42 % em termos de depósitos bancários⁽³⁾, o First Hawaiian Bank é o banco mais importante do Estado do Havai onde exerce a sua atividade de banco de proximidade junto de uma clientela de particulares e empresas.

No total, com 11 929 colaboradores uma rede de 675 agências; um total de balanço superior a 80 bilhões de dólares em 31 de dezembro de 2013, o BancWest serve atualmente cerca de 3,5 milhões de clientes. Em termos de depósitos, ocupa o 7º lugar no ranking⁽³⁾ dos bancos comerciais da zona oeste dos Estados Unidos.

Europa Mediterrâneo

O Europa Mediterrâneo opera em 14 territórios através de uma rede de 2 205⁽⁴⁾ agências. Assim, esta área de intervenção está presente na Turquia, na Europa Central e de Leste (Polónia, Ucrânia), no sul da Bacia do Mediterrâneo (Marrocos, Argélia, Tunísia) assim como na África subsariana e ainda na Ásia através de parcerias.

O BNP Paribas finalizou, a 9 de junho de 2013, a alienação da totalidade da sua participação no BNP Paribas Egypt SAE (BNP Paribas Egypt) ao Emirates NBD, na sequência da assinatura do acordo de princípio em dezembro de 2012.

Em dezembro de 2013, o BNP Paribas anunciou um acordo com vista à aquisição de 98,5 % do banco BGZ, filial polaca do Rabobank. Com uma rede de 398 agências (em mais de 44 centros de negócios e 7 centros corporate) e uma presença nos serviços digitais, o BGZ é complementar ao BNP Paribas Polska. Esta aquisição, num montante de cerca de 1 bilhão de euros, permanece dependente das autorizações regulamentares.

PERSONAL FINANCE

BNP Paribas Personal Finance, nº 1 europeu no crédito aos particulares⁽⁵⁾

Com mais de 12 milhões de clientes ativos, o BNP Paribas Personal Finance (PF) é, no seio do grupo BNP Paribas, o especialista dos financiamentos aos particulares através das suas atividades de crédito ao consumo. Personal Finance desenvolve também uma atividade de crédito imobiliário. Com mais de 16 000⁽⁶⁾ colaboradores em cerca de vinte países, o BNP Paribas Personal Finance é nº 1 em França e na Europa⁽⁵⁾.

Com marcas como Cetelem, Findomestic ou ainda AlphaCredit, o BNP Paribas Personal Finance oferece uma gama completa de crédito a clientes particulares, disponíveis nas lojas, em concessionários automóveis ou diretamente junto dos clientes através dos seus centros de relação cliente e na Internet. A atividade de crédito a o consumo também está integrada no interior da banca de retalho do Grupo BNP Paribas nos países emergentes através do dispositivo PF Inside. No conjunto dos cerca de vinte países nos quais a empresa exerce a sua atividade, o BNP Paribas Personal Finance oferece produtos de seguros adaptados às necessidades e hábitos locais. Na Alemanha, Bulgária, França e Itália, a empresa completou a sua oferta de crédito e de seguros com produtos de poupança.

O BNP Paribas Personal Finance desenvolveu uma estratégia ativa de parcerias com empresas de distribuição, os construtores e os distribuidores automóveis, os webmarchands, e outras instituições.

(1) Incluindo Geojit BNP Paribas à razão de 34 %.

(2) Total dos clientes com exceção da Ásia. O número de clientes das entidades asiáticas, segundo o método de equivalência patrimonial, está próximo de 4 milhões.

(3) Fonte : SNL Financial, 30 de junho de 2013.

(4) Incluindo as agências da Ásia, Guiné e Gabão, entidades reportadas e em equivalência patrimonial.

(5) Fonte : relatórios anuais dos atores do crédito aos particulares.

(6) Fora efetivo LaSer.

financeiras (banca e seguros) fundada na sua experiência do mercado do crédito e na sua capacidade para propor serviços integrados adaptados à atividade e à estratégia comercial dos seus parceiros. Constitui-se também como um ator de referência em matéria de crédito responsável e de educação orçamental.

O crédito responsável® no centro da sua estratégia

O BNP Paribas Personal Finance faz da sua política de crédito responsável® o fundamento da sua estratégia comercial para um crescimento sustentável.

Em cada etapa da relação com o cliente, desde a criação de uma oferta até ao processo de implementação e de acompanhamento do empréstimo, são aplicados os critérios de crédito responsável®. Estes são elaborados em função das necessidades dos clientes, no centro deste dispositivo, e da sua satisfação, a qual é regularmente medida.

Esta abordagem transversal ao conjunto da empresa, é adaptada em função das especificidades de cada país. Paralelamente, são desenvolvidos e implementados, em todos os países, dispositivos estruturantes tais como a conceção e a distribuição de ofertas acessíveis e responsáveis ou ainda « a Carta de Cobrança ».

Em França, o BNP Paribas Finance apresenta o dispositivo mais completo incluindo, nomeadamente, a identificação de clientes em potencial situação de fragilidade, o recurso a uma mediação de empresa independente e, desde 2004, o acompanhamento de três indicadores de crédito responsável® tornados públicos: as taxas de recusa, de reembolso dos dossiês e de risco.

Desde 2007, o BNP Paribas Personal Finance apoia o desenvolvimento do microcrédito pessoal garantido pelo Fundo de Coesão Social. No final de 2013, a empresa financiou 488 microcréditos no valor de 1 066 182 euros.

INVESTMENT SOLUTIONS

O Investment Solutions reúne as atividades do BNP Paribas ligadas à recolha, gestão, valorização, proteção e administração da poupança e do património dos clientes.

O Investment Solutions propõe assim, em todo o mundo, uma vasta gama de produtos e serviços que respondem ao conjunto das necessidades dos investidores, quer sejam particulares, empresas ou institucionais.

Os clientes do Investment Solutions beneficiam de um modelo único construído com base na complementaridade das especialidades, a partilha de uma visão global e o objetivo permanente de aumento do seu património e investimentos.

Investment Solutions inclui cinco áreas de intervenção com especialidades complementares:

- os seguros - BNP Paribas Cardif (7 755 colaboradores, 37 países, 178 bilhões de euros de ativos sob gestão) ;
- a área de intervenção Títulos - BNP Paribas Securities Services (8 165 colaboradores, 32 países, 6 064 bilhões de euros de guarda de ativos, 1 085 bilhões de euros de ativos sob custódia) ;
- a banca privada - BNP Paribas Wealth Management (6 025 colaboradores, 27 países, 280 bilhões de euros de ativos sob gestão) ;
- a gestão de ativos - BNP Paribas Investment Partners (3 230 colaboradores, 35 países, 370 bilhões de euros de ativos sob gestão);
- os serviços imobiliários - BNP Paribas Real Estate (3 250 colaboradores, 40 países, 18 bilhões de euros de ativos sob gestão).

As áreas de intervenção do Investment Solutions ocupam posições de primeiro plano na Europa onde operam, entre outros, nos principais mercados domésticos do BNP Paribas que são a França, Itália, Bélgica e o Luxemburgo, assim como, na Suíça, no Reino Unido. A Alemanha é igualmente um mercado chave para o Investment Solutions: em 2013, o BNP Paribas Real Estate reforçou aí a sua posição graças à aquisição de duas sociedades em property management e em investment management; O BNP Paribas Securities Services adquiriu a atividade do banco depositário do Commerzbank. Por outro lado, o desenvolvimento internacional de Investment Solutions prossegue ativamente, nomeadamente nas zonas com elevado crescimento como é o caso da Ásia-Pacífico, a América Latina e o Médio Oriente onde as áreas de intervenção reforçam as suas atividades – sob a forma de novas implantações, de aquisições, de joint-ventures ou de acordos de parceria.

Em 2013, 16 % dos rendimentos dos polos operacionais do BNP Paribas foram realizados pelo Investment Solutions. No total, o polo está presente em

68 países e emprega 26 160⁽¹⁾ colaboradores.

BNP PARIBAS CARDIF

O BNP Paribas Cardif assegura as pessoas, as suas famílias e os seus bens. Presente em 37 países, junto de 90 milhões de clientes, a empresa dispõe de posições na Europa, na Ásia e na América Latina.

Ator mundial em seguros pessoais, o BNP Paribas Cardif concebe produtos e serviços no domínio da poupança e da proteção, respeitando a sua política de Responsabilidade Social e Ambiental.

A empresa propõe soluções de poupança para constituir e fazer crescer um capital, antecipar a reforma através, nomeadamente, de contratos de seguro de vida multi-apoios, de produtos com capital garantido ou unidades de participação.

Para além dos seguros dos mutuários, principal produto da sua atividade, o BNP Paribas Cardif alargou a sua oferta em termos de proteção, nomeadamente ao seguro de saúde, à proteção do orçamento, dos rendimentos e dos modos de pagamento, à extensão de garantia, ao seguro de danos, ao seguro de desemprego, o apoio ao regresso ao emprego, etc.

O BNP Paribas Cardif comercializa os seus produtos por intermédio de múltiplos canais de distribuição:

- o canal Retail Banking, encarregado da distribuição dos produtos de seguro nas redes da banca de retalho do BNP Paribas em França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Polónia, Turquia e Ucrânia;

- o canal Parcerias distribui produtos de seguros por intermédio de parceiros de primeiro plano a nível mundial, entre os quais estabelecimentos bancários, instituições financeiras, sociedades de crédito ao consumo, filiais de crédito de construtores automóveis e de Grupos de grande distribuição;

(1) Efetivos BNP Paribas Wealth Management considerados em quota-part e.

■ o canal Digital & Brokers reúne a experiência digital do BNP Paribas Cardif, essencial na estratégia de distribuição dos parceiros, e corretagem (Bélgica, Luxemburgo, Países-Baixos e Reino-Unido). Mais de metade das suas atividades são realizadas a nível internacional.

Com base nos seus Resultados de 2012, o BNP Paribas Cardif ocupa a 11ª posição do ranking referente aos seguros de vida a nível europeu⁽¹⁾.

O BNP Paribas Cardif pretende constituir-se como a referência mundial no que respeita a parcerias de seguros e o líder das soluções de seguros pessoais.

BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES

O BNP Paribas Securities Services é um dos principais atores mundiais na área de intervenção relacionada com os títulos⁽²⁾. Em 2013, os ativos em conservação progrediram + 9,8 % relativamente a 2012, com 6 064 bilhões de euros nomeadamente graças à integração de novos mandatos importantes, como é o caso da *Caisse des Dépôts*. Os ativos sob administração também progrediram + 7,5 % com 1 085 bilhões de euros. O número de fundos progrediu + 1,3 % com 7 067. O número de transações tratadas aumentou + 16,4 % com 53 milhões, num contexto de retoma da atividade nos mercados financeiros. A área de intervenção também reforçou a sua posição de líder na Alemanha na sequência da aquisição da atividade de banco depositário de Commerzbank em outubro de 2013.

Em 2013, a indústria da área de intervenção dos títulos saudou o BNP Paribas Securities Services atribuindo-lhe numerosas recompensas nomeadamente a de melhor conservador em França (Custody Risk) e melhor conservador do ano (Custody Risk, Funds Europe e European Pensions Awards 2013).

O BNP Paribas Securities Services oferece soluções integradas a todos os atores do ciclo de investimento, sell-side, buy-side e emissores :

- os bancos de investimento, *broker-dealers*, bancos e infraestruturas de mercado (atores sell-side) beneficiam de soluções personalizadas em matéria de execução, compensação de instrumentos derivados, compensação local e global, de pagamento-entrega e de conservação para todas as classes de ativos em todo o mundo. São igualmente propostas soluções de subcontratação para as atividades de middle e de back-office;
- os investidores institucionais - gestores de ativos, de fundos alternativos, de fundos soberanos, companhias de seguros, fundos de pensão, distribuidores e promotores de fundos (atores buy-side) dispõem de uma extensa gama de serviços: conservação global, banco de depósito e *trustee*, agente de transferência e apoio à distribuição de fundos, administração de fundos e subcontratação de *middle-office*, reporting de investimento, medição do risco e do desempenho ;
- os emissores (originadores, organizadores e empresas) têm acesso a uma extensa oferta de serviços fiduciários: titularização e serviços de financiamento estruturado, serviços de agente da dívida, aconselhamento aos emissores, gestão dos planos de stock-options e de acionariado assalariado, serviços aos acionistas e gestão das Assembleias Gerais;

■ são oferecidos serviços de mercado e de financiamento a todos os tipos de clientes: empréstimos concedidos e contraídos de títulos, gestão do câmbio, gestão do crédito e do colateral, serviço de negociação externalizada e financiamentos.

WEALTH MANAGEMENT

O BNP Paribas Wealth Management reúne as atividades de banca privada no seio do BNP Paribas. Tem por missão responder às expectativas de uma clientela individual abastada, famílias acionistas ou empresários, que pretendem que se encarreguem de todas as suas necessidades a nível patrimonial e financeiro. Esta abordagem global assenta numa oferta com elevado valor acrescentado tal como:

- serviços de engenharia patrimonial ;
- serviços financeiros: aconselhamento em atribuição de ativos, seleção de produtos de investimento, gestão sob mandato;
- financiamentos à medida;
- conselhos de peritos em diversificação: vinhas, arte, imobiliário ou filantropia.

A atividade está organizada de forma a consolidar o posicionamento em banco de retalho, graças à integração da atividade de banca privada às redes de mercados domésticos, bem como reforçar o seu posicionamento de ator de referência nos mercados internacionais com forte crescimento, nomeadamente na Ásia e nos mercados emergentes.

Este desenvolvimento apoia-se no aumento da transversalidade entre as zonas geográficas e as funções de suporte, o acompanhamento do desenvolvimento dos talentos graças à *Wealth Management University* e a otimização dos processos e das ferramentas.

Banco privado de referência mundial com 280 bilhões de euros de ativos geridos em 2013 e mais de 6 000 profissionais implantados em cerca de 30 países, o BNP Paribas Wealth Management está classificado como « Melhor Banco Privado na Europa »⁽³⁾, assim como nº 1 em França⁽⁴⁾ e na Bélgica⁽⁴⁾,

« Melhor Banco Privado estrangeiro em Hong Kong »⁽⁵⁾ e 3º melhor banco privado na Ásia⁽⁶⁾. A esta distinção juntam-se ainda outras como a de nº 1 em Serviços Filantrópicos⁽⁴⁾, em Investimento Socialmente Responsável⁽⁴⁾ e « Melhor Banco Privado em Investimentos Alternativos »⁽⁷⁾.

Estas numerosas recompensas demonstram a pertinência do posicionamento do BNP Paribas Wealth Management enquanto banco responsável, inovador e empenhado, ao serviço dos seus clientes.

BNP PARIBAS INVESTMENT PARTNERS

O BNP Paribas Investment Partners (BNPP IP) é o especialista da gestão de ativos do Grupo BNP Paribas oferecendo assim um leque completo de serviços de gestão de ativos aos investidores do mundo inteiro, tanto institucionais como privados.

(1) Fonte : Spécial comptes 2012 Argus de l'Assurance.- edição dezembro de 2013.

(2) Fonte : números do BNP Paribas Securities Services em 31 de dezembro de 2012 para os ativos em conservação; comunicação financeira dos 10 principais concorrentes. (3) Fonte : Private Banker International 2013.

(4) Fonte : Professional Wealth Management e The Banker 2013.

(5) Fonte : Private Banker International 2013 Greater China Awards.

(6) Fonte : Asiamoney 2013.

(7) Fonte : Asian Private Banker 2012.

Gestor de ativos «multi-local», BNPP IP estrutura-se em torno de três áreas de intervenção:

- Institucionais, que oferece aos investidores soluções de gestões globais e europeias à medida;
- Distribuição, que oferece aos clientes particulares e de bancos privados, tanto internos como externos ao Grupo BNP Paribas, uma vasta gama de produtos e um conjunto de soluções de poupança centradas nas suas problemáticas; e
- Ásia-Pacífico & Mercados Emergentes, que permite aos clientes destas zonas acederem a uma perícia global que tem em consideração as especificidades locais.

O BNPP IP opera em 35 países com cerca de 3 200 colaboradores dos quais cerca de 700 profissionais do investimento, especializados numa classe de ativos ou um tipo de produto particular. Cerca de 600 encarregados de clientela acompanham os clientes institucionais e distribuidores em 70 países, sendo que os 4 principais mercados são domésticos (Bélgica, França, Itália, Luxemburgo).

Forte de um ativo em gestão total de 370⁽¹⁾ bilhões de euros, o BNP Paribas Investment Partners é o 6º maior gestor de ativos na Europa ⁽²⁾.

BNP PARIBAS REAL ESTATE

O BNP Paribas Real Estate é nº 1 dos serviços imobiliários às empresas na Europa continental⁽³⁾ e um dos grandes atores no domínio do imobiliário residencial em França⁽⁴⁾.

O cliente está no centro da estratégia. Pode ser uma empresa, um investidor institucional, um particular, um promotor ou uma entidade pública. O BNP Paribas Real Estate responde à suas necessidades em todas as etapas do ciclo de vida de um bem imobiliário graças aos seus 3 250 colaboradores e à sua gama completa de serviços :

- Promoção – nº 1 em Imobiliário de Empresa em França⁽⁴⁾;
- Advisory (Transação, Consultoria, Peritagem) – nº 1 em França⁽⁵⁾ e na Alemanha⁽⁵⁾;
- Property Management (Administração de Bens) – nº 1 em França⁽⁶⁾ e na Bélgica⁽⁷⁾;
- Investment Management – nº 1 em Itália⁽⁵⁾ e nº 3 em França⁽⁵⁾.

Esta oferta global cobre todos os produtos imobiliários: escritórios, armazéns, comércio, hotéis, alojamentos, residências com serviços, etc.

No domínio do imobiliário de empresa, o BNP Paribas Real Estate acompanha os seus clientes em 40 países, através das suas implantações diretas (15 países na Europa e três plataformas em Hong Kong, Singapura e Dubai) e através de alianças com parceiros locais (22 países).

Em imobiliário residencial, o BNP Paribas Real Estate está essencialmente presente em França (região Île-de-France e algumas grandes aglomerações) e desenvolve igualmente atividade em Roma e em Milão.

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING

O BNP Paribas Corporate & Investment Banking (CIB) conta um pouco mais de 19 000 pessoas, repartidas em mais de 45 países. O BNP Paribas CIB desenvolve a sua atividade nas áreas do « corporate banking » assim como no domínio da consultoria e nas áreas do mercado de capitais. Em 2013, 22 % dos rendimentos dos polos operacionais do BNP Paribas foram realizados pelo BNP Paribas CIB.

Os 15 000 clientes do BNP Paribas CIB, compostos por empresas, instituições financeiras, e fundos de investimento estão no centro da estratégia e do modelo económico do BNP Paribas CIB. As equipas têm por principal objetivo desenvolver e manter relações a longo prazo com os seus clientes, acompanhá-los na sua estratégia de desenvolvimento ou de investimento e responder com soluções globais às suas necessidades de financiamento, de aconselhamento financeiro e de gestão dos seus riscos. Com uma forte implantação na Europa, e ambições importantes, em particular na Ásia e na América do Norte, o BNP Paribas CIB posiciona-se como o parceiro europeu de referência junto de numerosas empresas e instituições financeiras em todo o mundo.

Depois de se ter adaptado desde 2012 às mudanças de ambiente, nomeadamente regulamentar, o BNP Paribas CIB reafirmou em 2013 o seu papel de relevo na profissão graças a uma oferta diversificada e uma presença geográfica mundial.

As equipas do BNP Paribas CIB estão assim mais do que nunca mobilizadas para acompanhar os seus clientes colocando à sua disposição o conjunto de soluções do Banco.

CORPORATE BANKING

O Corporate Banking reúne o conjunto dos serviços de financiamento aos clientes empresariais, desde produtos de transaction banking (cash management, financiamento do comércio internacional e gestão da liquidez) às soluções de financiamento: empréstimos clássicos e financiamentos especializados (aeronáutica, transporte marítimo, imobiliário, exportação, para alavancar projetos de aquisições e media telecom). Estes serviços são ainda complementados por uma linha de produtos destinados à recolha dos depósitos.

(1) Incluindo ativos aconselhados para os clientes externos e ativos distribuídos.

(2) Fonte : estudo interno baseado nas informações publicadas pelo Grupo e pelos seus concorrentes. (3) Fonte : Property Week, junho de 2013.

(4) Fonte : classificação dos Promotores de Innovapresse, junho de 2012. (5) Fonte : Euromoney. 2013.

(6) Fonte : Lettre M2.

(7) Fonte : Expertise News, novembro de 2013.

O objetivo é o de servir sempre melhor os clientes graças a uma organização regional que favorece a proximidade e a uma oferta de produtos completa.

Assim, a nível europeu, o Corporate Banking Europe (CBE) reúne esta oferta integrada e homogénea destinada a empresas europeias, reforçando a abordagem «One Bank for Corporates in Europe and Beyond» desenvolvida em ligação com os quatro mercados domésticos do Grupo. Apoiar-se numa equipa de 1 400 pessoas ao serviço de 3 000 clientes, presentes em 18 países em 29 centros de negócios e de três plataformas especializadas (Bruxelas, Paris e Genebra), ou seja uma cobertura de países e uma proximidade com o cliente únicas na Europa.

No continente americano, o Corporate Banking Americas assegura a cobertura sectorial de um vasto leque de clientes e oferece uma gama completa de serviços de financiamento. Os seus 300 peritos trabalham a partir dos centros de atividade integrados situados em Nova Iorque e São Paulo, existem mais 7 escritórios repartidos pelo continente.

Na Ásia-Pacífico, o BNP Paribas propõe uma vasta gama de produtos de financiamento e de transaction banking em 12 países (apoiando-se nomeadamente em 26 trade centers), afirmando-se assim como um dos bancos internacionais mais bem posicionados na região.

É igualmente implementada uma abordagem global para estabelecer um equilíbrio justo entre a visão regional e a visão global para os clientes. A organização das áreas de intervenção é assim adaptada às suas características.

Assim, o Global Trade and Transaction Banking (GTTB) é uma linha de intervenção recentemente criada (outubro de 2013) para assegurar um acompanhamento mundial do conjunto das atividades de trade finance. Com 550 empregados, cobre três entidades :

- o Global Trade Solutions (GTS), que elabora para as empresas importadoras e exportadoras soluções para otimizar, proteger e financiar as suas operações de comércio internacional (supply chain, financiamentos a curto e médio prazo, trade finance tradicional, etc.). Com um centro de competências baseado na Europa, esta entidade anima uma rede de mais de 100 trade centers em 60 países no mundo inteiro;
- o Energy & Commodity Finance, que oferece serviços de financiamentos especializados aos atores que se movimentam no conjunto da cadeia de valor do setor da energia e das matérias-primas com uma vastíssima gama de produtos de financiamento, cobrindo as necessidades a curto, médio e longo prazos desde a extração à distribuição, passando pelo negócio; e
- o Correspondent Banking que oferece serviços de intermediação no domínio do trade finance e dos pagamentos internacionais a uma clientela de bancos.

Em 2013, o BNP Paribas voltou a ocupar uma posição inigualada no mercado do financiamento das empresas e mantém-se um líder europeu de envergadura mundial:

Prémios 2013

- EMEA Loan House of the Year (IFR, December 2013) ;
- Best Bank for Cash Management in Europe (TMI, November 2013) ;
- Best Project Finance House in Western Europe (Euromoney, July 2013) ;
- Aircraft leasing innovator of the year (Global Transportation Finance, November 2013) ;
- Best Global Corporate Bank 2013, (Global Finance, August 2013) ;
- N° 1 Global Power & Renewables Financial Advisor (Infrastructure Journal, FY 2013) ;
- Best Bank for Trade Finance – Europe (TMI, 2013) ;

- Best Trade Bank in Oil and Energy (TFR, 2013) ;
- Best Trade Finance Bank in França and Belgium - (Global Finance, 2013).

Classificações 2013

- N° 1 Bookrunner and MLA in EMEA Syndicated Loans by volume and number of deals, (Thomson Reuters, Dealogic, FY 2013) ;
- N° 2 Bookrunner and N° 1 Mandated Lead Arranger in EMEA in Acquisition/Demerger Finance by volume (Dealogic, FY 2013) ;
- N° 1 Bookrunner and Mandated Lead Arranger for Media & Telecom in EMEA by volume (Dealogic, FY 2013) ;
- N° 4 Cash Management Bank Globally (Euromoney, November 2013) ;
- N° 2 Mandated Lead Arranger of Syndicated Trade Finance Loans (Dealogic, FY 2013).

FIXED INCOME

A área de intervenção do Fixed Income conta com 2 300 colaboradores repartidos por quatro linhas de atividade de envergadura mundial: Mercados primários, Taxas dos países do G10, Crédito e Mercados dos câmbios e Mercados Locais. Para além da sede baseada em Londres, a área de intervenção dispõe de mais oito implantações principais em Paris, Bruxelas, Luxemburgo, Singapura, Hong Kong, Tóquio, Nova Iorque e São Paulo, sem contar os escritórios suplementares em todas as regiões.

O Fixed Income propõe uma oferta completa de produtos e de serviços, que vão desde a originação e a sindicância à venda e ao trading, passando por sólidas competências em matéria de estruturação, de procura e de plataformas eletrónicas. Graças à sua rede de profissionais, a área de intervenção fornece soluções de financiamento, de gestão da dívida e de investimento a uma clientela diversificada incluindo gestores de ativos, companhias de seguros, caixas de aposentações, bancos, empresas, governos e organismos supranacionais.

Fixed Income é um ator de relevo nos mercados obrigacionistas. Opera enquanto bookrunner para as emissões obrigacionistas e fornece soluções de cobertura aos atores do setor público, às instituições financeiras e às empresas. Oferece igualmente oportunidades de investimento à sua clientela institucional através das suas diferentes linhas de produtos.

Classificações 2013

- N° 1 Bookrunner para as emissões obrigacionistas em euro e n° 8 Bookrunner de emissões obrigacionistas internacionais em todas as divisas (Thomson Reuters, FY 2013) ;
- N° 6 All Rates (Total Derivatives Dealer Rankings, 2013) ;
- N° 1 Swaps de inflação (Risk Institutional Investor Rankings, 2013) ;
- N° 2 FX no conjunto da zona euro (FX Week Best Bank Awards, 2013) ;
- N° 2 CDS Indices & Tranches Europe (Risk Institutional Investor Rankings, 2013) ;

Prémio 2013

- Melhor banco na Europa do Oeste (Euromoney Awards, 2013) ;
- European Investment-Grade Corporate Bond House of the Year (« investment grade » europeias) (IFR, December 2013) ;

- Structured Products House of the Year (Structured Products Europe Awards, 2013) ;
- Credit Derivatives House of the Year (Derivatives Week Awards, 2013) ;
- Interest Rate Derivatives House of the Year (Asia Risk Awards, 2013) ;
- Best Bank in França (Euromoney Awards, 2013).

GLOBAL EQUITIES & COMMODITY DERIVATIVES

A divisão Global Equities & Commodity Derivatives (GECD) do BNP Paribas CIB oferece produtos derivados sobre ações e matérias-primas, índices e fundos, assim como soluções de financiamento e uma plataforma de corretagem sobre ações integrada. Apoia-se em 1 300 profissionais de front-office presentes em três grandes regiões (Europa, Américas e Ásia-Pacífico).

O GECD engloba três áreas de intervenção complementares:

- a linha de intervenção Structured Equity põe à disposição dos clientes particulares – pelo intermédio de corretores em bolsa e de redes bancárias – das empresas, das companhias de seguros, das caixas de aposentações, dos produtos de investimento à medida, ou cotados em Bolsa respondendo às suas necessidades em termos de proteção de capital, de rendimento e de diversificação;
- a linha de intervenção Flow & Financing responde às necessidades dos investidores institucionais e dos gerentes de ativos propondo-lhes estratégias de investimento ou de cobertura apropriadas e inovadoras, o acesso a diversas soluções de financiamento assim como a numerosos serviços;
- a linha de intervenção Commodity Derivatives oferece às empresas cuja atividade está fortemente ligada à cotação das matérias-primas (por exemplo produtores, refinarias, companhias transportadoras) soluções de cobertura do risco e oferece aos investidores um acesso às matérias-primas através das estratégias e das soluções de investimento variadas.

Prêmios 2013

- Most Innovative Bank for Equity Derivatives (The Banker, 2013) ;
- Structured Products House of the Year (Structured Products Europe Awards, 2013) ;
- Technology Innovation of the Year (Structured Products Americas Awards, 2013) ;
- Best Wholesale Bank for Technology Innovation (Euromoney Global Awards, 2013) ;
- Derivatives House of the Year (The Asset Awards, 2013) ;
- Asia Broker of the Year (Energy Risk Magazine, 2013) ;
- House of the Year (Commodity Business Awards, 2013) ;
- Commodity Finance & Structured Products (Commodity Business Awards, 2013).

CORPORATE FINANCE

A área de intervenção Corporate Finance é responsável pelas operações de consultoria em fusões e aquisições (mandatos de consultoria para compra ou venda, consultoria financeira estratégica, consultoria em privatização, etc.), e atividades de mercado primário de ações (introdução em Bolsa, aumento de capital, investimentos secundários, emissão de obrigações convertíveis e trocáveis).

Mais de 250 profissionais estão repartidos no seio da região Europa, Médio Oriente, África e cerca de 50 estão presentes no continente americano. Na Ásia-Pacífico, cerca de uma centena de peritos da área de intervenção estão integrados numa plataforma de Investment Banking.

No que respeita a fusões-aquisições, segundo a Dealogic (operações anunciadas) o BNP Paribas ocupa a posição nº 8 na Europa e continua a ser o 1º banco de aconselhamento no mercado francês em 2013. Por outro lado, o BNP Paribas obteve as distinções « France Financial Advisor of the Year » e « Middle East & North Africa Financial Advisor of the Year » entregues por FT Mergermarket.

No mercado primário de ações, o BNP Paribas mantém a sua liderança na região Europa, Médio-Oriente, África classificando-se na 3ª posição enquanto bookrunner de operações « equity-linked » e no top 10 enquanto bookrunner de operações de Equity Capital Markets – todas as categorias confundidas – segundo Dealogic em 2013.

OUTRAS ATIVIDADES

BNP PARIBAS PRINCIPAL INVESTMENTS

O BNP Paribas «Principal Investments» é responsável pela gestão da carteira de participações cotadas e não cotadas do grupo BNP Paribas, numa ótica de valorização dos ativos a médio prazo.

A equipa de Gestão das Participações Cotadas tem por missão a tomada e gestão de participações minoritárias em empresas cotadas, essencialmente francesas e com larga capitalização.

A equipa da Gestão das Participações Não Cotadas é responsável pela tomada e gestão dos investimentos em empresas não cotadas,

em direto em capital minoritário ou em mezzanine nos seus mercados domésticos e de forma indireta através dos fundos, contribuindo assim para o financiamento da economia.

KLÉPIERRE

Principal ator no setor imobiliário de centros comerciais na Europa, Klépierre associa uma perícia em termos de desenvolvimento, de gestão de aluguer e de asset management. O BNP Paribas é o segundo acionista de Klépierre com 21,9 %⁽¹⁾, depois do Simon Property Group.

FATORES-CHAVE PRÓPRIOS DA ATIVIDADE

A atividade do BNP Paribas está exposta a um certo número de fatores-chave descritos na parte 5.1 sob o título Fatores de risco. Em suma, esses fatores de risco próprios ao BNP Paribas ou decorrentes da indústria bancária estão nomeadamente relacionados com :

■ as condições macroeconómicas e de mercado; as evoluções das medidas legislativas e regulamentares; o acesso ao financiamento e as condições deste financiamento; o nível de aprovisionamento; a volatilidade das atividades de mercados de investimento; o nível dos mercados e o seu nível de liquidez; as variações significativas de

taxas de juros; os riscos e comportamentos das outras instituições financeiras e atores do mercado;

■ a reputação do Banco; a interrupção ou falha dos seus sistemas informáticos; a interrupção das suas atividades por força de acontecimentos externos imprevistos; a importante e flutuante regulamentação; os riscos não identificados ou imprevistos suscetíveis de ocasionar perdas significativas; a integração de sociedades adquiridas sem realização dos lucros esperados; a uma estratégia de cobertura não eficaz; a uma intensificação da concorrência.

(1) Em 31 de dezembro de 2012. Última informação publicada por Klépierre.

34

1.5 O BNP Paribas e os seus acionistas

O CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012, o capital do BNP Paribas SA ascendia a 2 484 523 922 euros, composto por 1 242 261 961 ações. As alterações ocorridas durante os exercícios anteriores vêm referidas na parte Evolução do capital e Resultado por ação.

Em 2013, o número de ações que compunham o capital social foi afetado pela criação de 2 900 848 ações na sequência de subscrições no quadro dos planos de opções.

Assim, em 31 de dezembro de 2013, o capital do BNP Paribas ascendia a

2 490 325 618 euros composto por 1 245 162 809 ações com valor nominal de dois euros cada uma.

Estas ações, integralmente realizadas, assumem a forma nominativa ou ao portador, à escolha do titular, sob reserva das disposições legais em vigor. Não existe qualquer direito de voto duplo nem qualquer limitação ao exercício dos direitos de voto, nem qualquer direito a um acréscimo do dividendo ligado a estes valores mobiliários.

EVOLUÇÃO DO ACIONARIADO

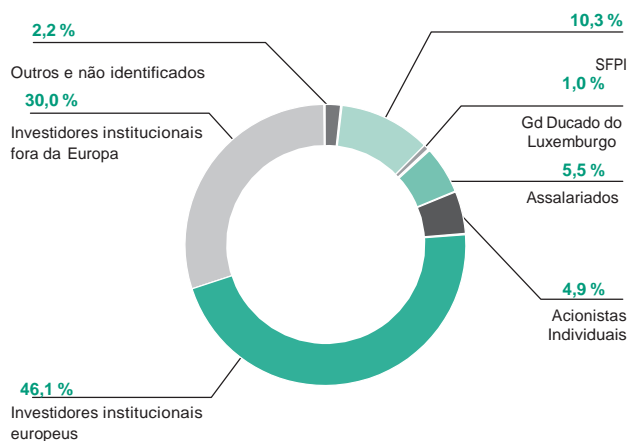
► EVOLUÇÃO DA DETENÇÃO DO CAPITAL DO BANCO AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Datas	31/12/2011			31/12/2012			31/12/2013		
	Número de ações (em milhões)	% do capital	% dos DDV	Número de ações (em milhões)	% do capital	% dos DDV	Número de ações (em milhões)	% do capital	% dos DDV
Acionistas									
SFPI(*)	127,75	10,6 %	10,7 %	127,75	10,3 %	10,3 %	127,75	10,3 %	10,3 %
AXA	65,67	5,4 %	5,5 %	65,74	5,3 %	5,3 %	-	-	-
Gd Ducado do Luxemburgo	12,87	1,1 %	1,1 %	12,87	1,0 %	1,0 %	12,87	1,0 %	1,0 %
Assalariados	74,60	6,2 %	6,3 %	75,42	6,1 %	6,1 %	67,58	5,4 %	5,5 %
■ dos quais FCPE Grupo	54,80	4,5 %	4,6 %	56,27	4,5 %	4,5 %	49,73	4,0 %	4,0 %
■ dos quais detenção direta	19,80	1,7 %	1,7 %	19,14	1,6 %	1,6 %	17,85	1,4 %	1,5 %
Mandatários sociais	0,58	NC	NC	0,60	NC	NC	0,53	NC	NC
Títulos detidos pelo Grupo(**)	16,48	1,4 %	-	3,93	0,3 %	-	3,25	0,3 %	-
Acionistas Individuais	75,00	6,2 %	6,3 %	69,00	5,6 %	5,6 %	60,78	4,9 %	4,9 %
Inv. institucionais	788,71	65,3 %	66,2 %	856,42	68,9 %	69,2 %	945,01	75,9 %	76,1 %
(dos quais « Investidores Socialmente Responsáveis »)	(5,91)	(0,5 %)	(0,5 %)	(5,61)	(0,5 %)	(0,5 %)	(6,01)	(0,5 %)	(0,5 %)
■ Europeus	493,63	40,9 %	41,4 %	512,71	41,3 %	41,4 %	573,00	46,0 %	46,1 %
■ Não Europ.	295,08	24,4 %	24,8 %	343,71	27,6 %	27,8 %	372,01	29,9 %	30,0 %
Outros e não identificados	46,08	3,8 %	3,9 %	30,54	2,5 %	2,5 %	27,39	2,2 %	2,2 %
TOTAL	1 207,74	100 %	100 %	1 242,26	100 %	100 %	1 245,16	100 %	100 %

(*) Société Fédérale de Participations et d'Investissement : sociedade an nima de interesse público agindo por conta do Estado belga.

(**) Exceto posi es de trabalho das tabelas de trading.

COMPOSIÇÃO DO ACIONARIADO DO BNP PARIBAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (EM % DOS DIREITOS DE VOTO)



A empresa não tem conhecimento da existência de outro acionista para além da SFPI que detém mais de 5 % do capital ou dos direitos de voto.

A Société Fédérale de Participations et d'Investissement (SFPI) tornou-se acionista do BNP Paribas por ocasião da aproximação concretizada durante o ano de 2009, com o Grupo Fortis; durante o presente exercício, procedeu a duas declarações de transposição de limite junto da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF):

■ a 19 de maio de 2009 (informação AMF n° 209C0702), a SFPI declarava ter transposto em alta os limites legais de 5 % e 10 % do capital ou dos direitos de voto do BNP Paribas, na sequência da contribuição de 74,94 % do Fortis Banque SA/NV, remunerada pela emissão de 121 218 054 ações

O MERCADO DA AÇÃO

Desde a Assembleia-geral mista de 23 de maio de 2000, durante a qual os acionistas decidiram a fusão entre o BNP e o Paribas, o título BNP tornou-se BNP Paribas; o código Euroclear-France permaneceu então invariável (13110). A partir de 30 de junho de 2003, a ação BNP Paribas é designada pelo seu código ISIN (FR0000131104). Para manter uma grande acessibilidade aos acionistas individuais, a 20 de fevereiro de 2002, o valor nominal da ação do Banco foi dividido por dois e fixado em dois euros.

As ações BNP foram admitidas à cotação oficial da Bolsa de Paris no âmbito do Regulamento Imediato, a 18 de outubro de 1993, primeira data de cotação após a privatização, depois a 25 de outubro no âmbito do Regulamento Mensal. Desde a generalização do mercado à vista, a 25 de setembro de 2000, a ação BNP Paribas

direitos de voto. Estava nomeadamente referido que nem o Estado belga nem a SFPI tencionavam adquirir o controlo do banco

O BNP Paribas informou concomitantemente a l'AMF, no próprio dia 19 de maio (Informação AMF n° 209C0724), da assinatura de um contrato de opção entre o estado belga, a SFPI e o Fortis SA/NV (agora Ageas SA/NV em finais de abril 2010), nos termos do qual o Fortis SA/NV beneficia de uma opção de compra incidindo sobre as 121 218 054 ações BNP Paribas emitidas em remuneração das contribuições efetuadas pela SFPI, de participações detidas no Fortis Banque com faculdade para o BNP Paribas de aplicar um direito de substituição sobre as ações visadas;

■ a 4 de dezembro de 2009 (informação AMF n° 209C1459), a SFPI declarava deter 10,8 % do capital e dos direitos de voto do BNP Paribas; esta evolução é consecutiva, para o essencial:

- ao aumento de capital realizado em ações ordinárias pelo BNP Paribas em 2009,
- à redução de capital operada pelo Banco na sequência da anulação, a 26 de novembro, das ações de preferência emitidas a 31 de março de 2009 a favor da *Société de Prise de Participation* do Estado;

Em 27 de abril de 2013, o Estado belga anunciou a compra pela SFPI da opção de compra concedida a Ageas.

Desde então, o BNP Paribas não recebeu qualquer declaração de transposição de limite por parte da SFPI.

Em 5 de agosto de 2010, o Grupo AXA e o Grupo BNP Paribas informaram a AMF (Informação AMF n° 210C0773) do estabelecimento de um protocolo de acordo destinado a substituir a convenção estabelecida em dezembro de 2005; tendo em conta as novas regras decretadas pelos reguladores, destinadas às instituições financeiras, as cláusulas deste novo protocolo já não mencionam a manutenção de participações recíprocas estáveis.

é elegível no âmbito do SRD (*Service de Règlement Différé*). O título é negociado em Londres no âmbito do SEAQ Internacional, na Bolsa de Frankfurt, assim como em Milão, no MTA Internacional desde 24 de julho de 2006. Além disso, um programa ADR (American Depositary Receipt) 144A «Level 1» está ativo nos Estados Unidos desde a privatização, o JP Morgan Chase agindo enquanto banco de depósito (1 ação BNP Paribas é representada por 2 ADR).

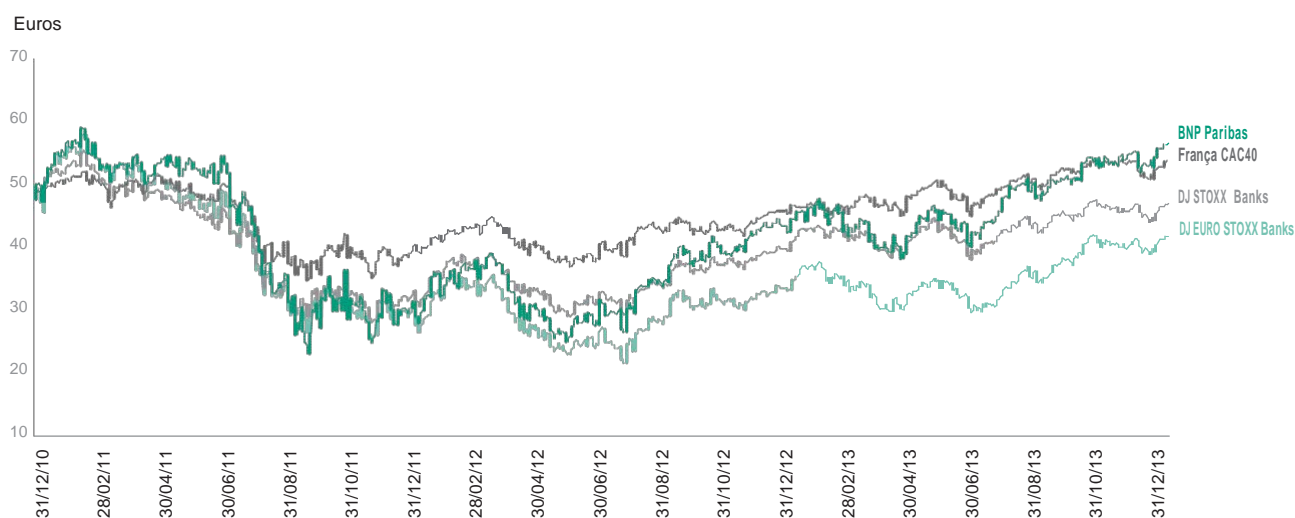
Para aumentar a sua liquidez e torná-lo mais visível para os investidores americanos, o ADR é negociado no OTCQX International Premier desde 14 de julho de 2010.

O BNP fez parte das empresas que constituem o índice CAC 40 desde 17 de novembro de 1993; integrou ainda o EURO STOXX 50 a 1 de novembro de 1999, e o título do Banco entra na composição do Dow Jones Stoxx 50 desde 18 de setembro de 2000; em 2007, o BNP Paribas integrou o índice «Global Titans 50», que reúne as 50 maiores empresas mundiais. Finalmente, a ação BNP Paribas consta nos

principais índices de referência do Desenvolvimento Sustentável: Aspi Eurozone, FTSE4Good (Global e Europa 50), DJSI World, Ethibel. Estes diferentes fatores contribuem para a liquidez e a apreciação do título uma vez que este é então uma das necessárias componentes de todas as carteiras e fundos indexados a estes índices.

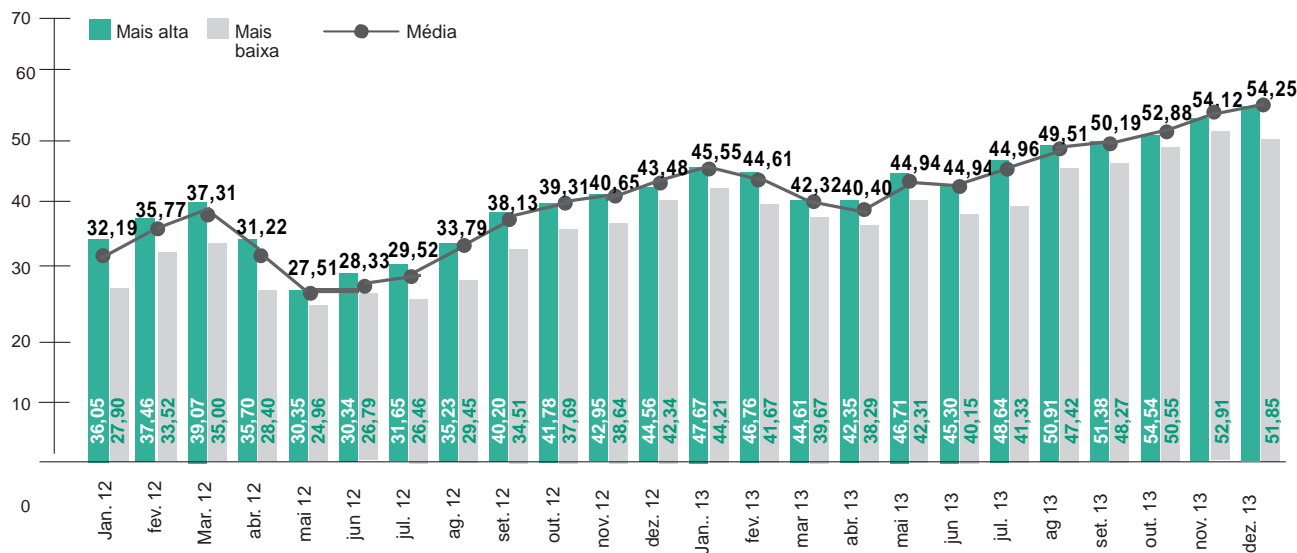
► COTAÇÃO DA AÇÃO BNP PARIBAS DE 31 DE ZEMEBRO DE 2010 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Comparação com os índices DJ EURO STOXX Banks, DJ STOXX Banks e CAC 40 (índices baseados na cotação da ação)



Fonte : Datastream.

DESDE JANEIRO DE 2012



- De 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2013, a cotação da ação passou de 47,61 euros a 56,65 euros ou seja um aumento de 19,0 %, a comparar com um aumento de 12,9 % para o CAC 40 e uma descida de 12,1 % para o DJ EURO STOXX Banks (índice dos valores bancários da zona euro) e de 1,1 % para o DJ STOXX Banks (valores bancários europeus).

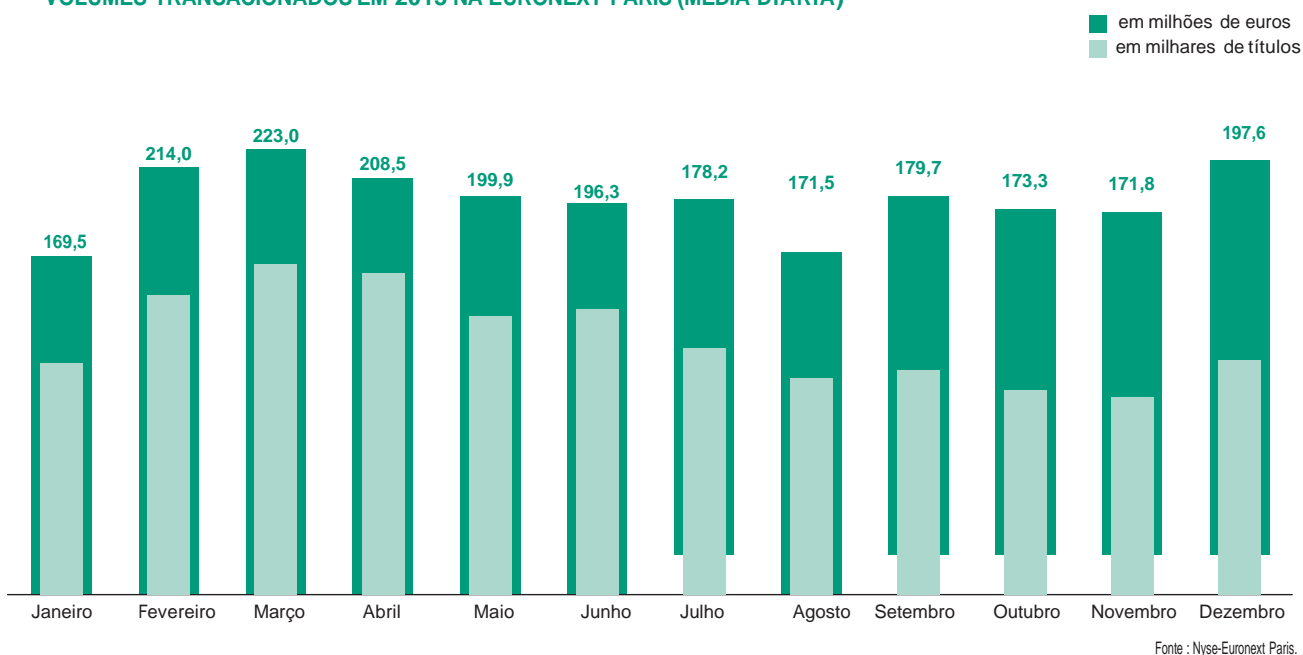
Durante o ano de 2013, o título BNP Paribas (56,65 euros em 31 de dezembro de 2013, último dia de cotação) progrediu 33,0 %, ou seja uma evolução mais favorável que a do CAC 40 (+ 18,0 %) do DJ STOXX Banks (+ 19,0 %) e do DJ EURO STOXX Banks (+ 25,9 %).

- Em 31 de dezembro de 2013, a capitalização bolsista do BNP Paribas ascendia a 70,5 bilhões de euros, colocando a Empresa no 4º lugar do índice CAC 40. Em termos de capitalização, o flutuante do BNP Paribas situa-se

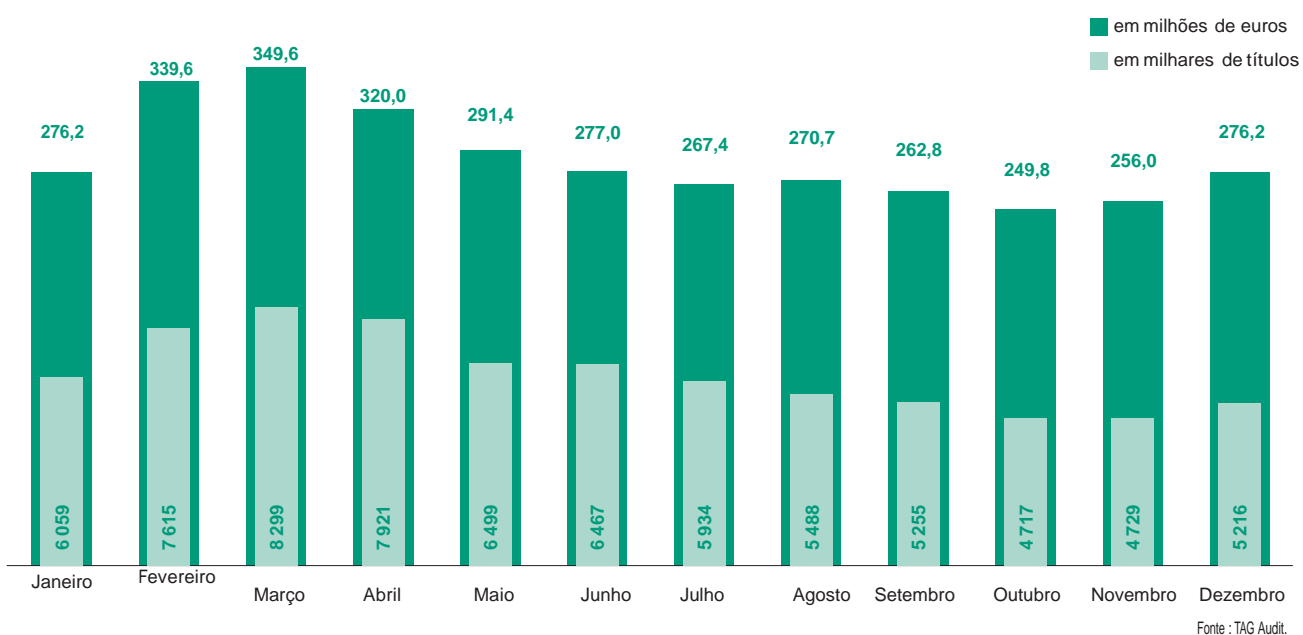
na quarta posição no mercado do índice parisiense (em terceira posição em 31 de dezembro de 2012) e na 9ª posição do DJ EURO STOXX 50 (10º no ano anterior).

- Os volumes de transações diários em 2013 estabeleceram-se numa média de 4 104 754 títulos trocados na Euronext Paris, uma diminuição de 38,30% relativamente a ano anterior (6 652 835 títulos por sessão em 2012). Ao reintegrar os volumes tratados pelos sistemas multilaterais de negociação (Multilateral Trading Facilities ou MTF), a média diária de 2013 estabelece-se em 6 156 652 títulos negociados (fonte: TAG Audit), ou seja uma diminuição de 37,98% (9 926 398 em 2012). A redução dos volumes constatada no segundo semestre de 2012 prosseguiu ao longo de 2013.

➤ VOLUMES TRANSACIONADOS EM 2013 NA EURONEXT PARIS (MÉDIA DIÁRIA)



➤ VOLUMES TRANSACIONADOS EM 2013 (MÉDIA DIÁRIA)



O PAINEL DE CONTROLO DO ACIONISTA

Em euros	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado líquido parte do Grupo por ação ^{(1) (*)}	5,20	6,33	4,82	5,16	3,69
Ativo líquido por ação ^{(2) (*)}	50,93	55,48	58,25	60,46 ^(**)	63,58
Dividendo líquido por ação ^(*)	1,50	2,10	1,20	1,50	1,50 ⁽³⁾
Taxa de distribuição (em %) ⁽⁴⁾	32,3	33,4	25,1	29,7	40,8 ⁽³⁾
Cotação					
Mais alta ^{(5) (*)}	58,58	60,38	59,93	44,83	56,72
Mais baixa ^{(5) (*)}	20,08	40,81	22,72	24,54	37,47
Fim de período ^(*)	55,90	47,61	30,35	42,61	56,65
Índice CAC 40 em 31 de dezembro	3 936,33	3 804,78	3 159,81	3 641,07	4 295,95

(1) Com base no número médio de ações em circulação do exercício.

(2) Antes da distribuição. Ativo líquido contabilístico sobre número de ações em circulação em fim de período. (3) Sob reserva da aprovação pela Assembleia Geral de 14 de maio de 2014.

(4) Distribuição proposta à Assembleia Geral reportada ao Resultado líquido parte do Grupo. (5) Registados em sessão.

(*) Os elementos do quadro acima foram ajustados para ter em conta o aumento de capital com a manutenção do direito preferencial de subscrição realizada de 30 de setembro a 13 de outubro de 2009 (coeficiente de ajustamento = 0,971 895).

(**) Dados reavaliados devido à aplicação da emenda à norma IAS 19.

A CRIAÇÃO DE VALOR BOLSISTA

RENTABILIDADE TOTAL PARA O ACIONISTA (TOTAL SHAREHOLDER RETURN – TSR)

Convenções de cálculo

- dividendo é reinvestido em ações BNP e depois BNP Paribas; o ativo fiscal à taxa de 50 % está incluído, até à supressão deste dispositivo, no início do exercício 2005.
- Exercício dos direitos preferenciais de subscrição aquando dos aumentos de capital de março de 2006 e de outubro de 2009.
- Os rendimentos são brutos, antes de qualquer imposição e comissão de corretagem.

Resultados do cálculo

O quadro abaixo indica, para os diferentes períodos mencionados acabando em 31 de dezembro de 2013, a rentabilidade total da detenção de uma ação BNP, depois BNP Paribas, assim como a taxa de rendimento atuarial anual.

Duração da detenção	Data de investimento	Cotação histórica à data do investimento	Número de ações no fim do período de cálculo	Investimento multiplicado por	Taxa de rendimento anual atuarial
Desde a privatização	18/10/1993	36,59	4,3353	6,7121	9,88 %
20 anos	03/01/1994	43,31	3,9477	5,1637	8,55 %
19 anos	03/01/1995	37,2	3,8758	5,9022	9,79 %
18 anos	02/01/1996	33,57	3,7950	6,4042	10,86 %
17 anos	02/01/1997	30,4	3,6846	6,8662	12,00 %
16 anos	02/01/1998	48,86	3,5699	4,1390	9,28 %
15 anos	04/01/1999	73,05	3,4962	2,7113	6,88 %
Desde a criação do BNP Paribas	01/09/1999	72,7	3,4015	2,6506	7,03 %
14 anos	03/01/2000	92	3,4015	2,0945	5,42 %
13 anos	02/01/2001	94,5	3,3091	1,9837	5,41 %
12 anos	02/01/2002	100,4	3,2016	1,8065	5,05 %
11 anos	02/01/2003	39,41	1,5492	2,2270	7,55 %
10 anos	02/01/2004	49,7	1,4901	1,6984	5,44 %
9 anos	03/01/2005	53,4	1,4285	1,5155	4,73 %
8 anos	02/01/2006	68,45	1,3779	1,1404	1,66 %
7 anos	02/01/2007	83,5	1,3203	0,8957	- 1,56 %
6 anos	02/01/2008	74,06	1,2760	0,9760	- 0,40 %
5 anos	02/01/2009	30,5	1,2140	2,2549	17,67 %
4 anos	02/01/2010	56,11	1,1555	1,1666	3,93 %
3 anos	03/01/2011	48,3	1,1217	1,3156	9,59 %
2 anos	02/01/2012	30,45	1,0787	2,0068	41,73 %
1 ano	02/01/2013	43,93	1,0337	1,3331	33,52 %

O BNP Paribas apresenta a seguir duas medidas comparativas da criação de valor das ações, durante um período correspondente a um horizonte de investimento a longo/médio prazo que é o da maioria dos seus acionistas individuais.

RENTABILIDADE COMPARATIVA A 5 ANOS DE UM INVESTIMENTO EM AÇÕES BNP PARIBAS PELA COTAÇÃO DE ABERTURA DE 02/01/2009 OU SEJA 30,50 EUROS, COM O LIVRET A E AS OBRIGAÇÕES A MÉDIO PRAZO DO TESOIRO

A criação de valor para o acionista é aqui apreciada comparando o investimento em ações BNP Paribas durante o período, com dois investimentos «sem risco», o *livret A* (caderneta) e as obrigações a médio prazo do Tesouro (OAT).

Rentabilidade total para o acionista de um investimento em ações BNP Paribas

- Investimento inicial = 1 ação à cotação de abertura de 02/01/2009, ou seja 30,50 euros.
- Reinvestimento dos dividendos.

- Exercício dos direitos preferenciais de subscrição aquando do aumento de capital de outubro de 2009.
- Valorização em 31 de dezembro de 2013 : 1,214 ação a 56,65 euros, ou seja 68,77 euros.
- Taxa de rendimento atuarial: + 17,67 % por ano.

Investimento em 1 de janeiro de 2009 de um montante de 30,50 euros no *livret A*

A taxa à data do investimento é de 4 %. O exercício de 2009 conheceu três modificações da taxa do *livret A*, a 1 de fevereiro (2,50%), a 1 de maio (1,75 %) e a 1 de agosto (1,25%), encontra-se em 1,75% a 1 de agosto de 2010, em 2 % a 1 de fevereiro de 2011 e em 2,25% a 1 de agosto de 2011. Esta taxa é aplicada ao longo do ano de 2012. Durante o exercício de 2013, a taxa é colocada em 1,75 % a 1 de fevereiro e a 1,25 % a 1 de agosto. Em 31 de dezembro de 2013, este montante representa 33,44 euros, tendo portanto registado uma progressão de 2,94 euros (+ 9,64 %) ou seja uma taxa de rendimento atuarial de 1,86 % por ano.

Investimento de 30,50 euros a 1 de janeiro de em empréstimo de Estado a cinco anos

A taxa obtida é então de 3,232 % para 5 anos (BTAN – Obrigações do Tesouro com juro anual); no fim de cada ano, os juros recebidos são reinvestidos noutra empréstimo de natureza idêntica nas seguintes condições :

- 2,531% (BTAN) em janeiro de 2010 para 4 anos;

- 1,934 % (BTAN) em janeiro de 2011 para 3 anos;
- 1,312 % (BTAN) em janeiro de 2012 para 2 anos;
- 0,542% em janeiro de 2013 para 1 ano (Euribor).

Ao fim de 5 anos, este investimento valorizou 35,62 euros, registando assim uma progressão de 5,12 euros (+ 16,79 %) ou seja uma taxa de rendimento atuarial de 3,15 % por ano.

COMUNICAÇÃO COM OS ACIONISTAS

O BNP Paribas tem o cuidado de fornecer a todos os seus acionistas uma informação rigorosa, regular, homogênea e de qualidade, em conformidade com as melhores práticas dos mercados e as recomendações das autoridades bolsistas.

Uma equipa «Relações Investidores» informa os investidores institucionais e os analistas financeiros sobre a estratégia do Grupo, os desenvolvimentos significativos e, como é óbvio, os resultados que são publicados trimestralmente.

Em 2013 por exemplo, o calendário estabelece-se da seguinte forma⁽¹⁾ :

- 13 de fevereiro de 2014: publicação dos Resultados anuais de 2013 ;
- 30 de abril de 2014: publicação dos Resultados do 1º trimestre de 2014 ;
- 31 de julho de 2014: publicação dos Resultados do segundo trimestre e do 1º semestre de 2014 ;
- 31 de outubro de 2014: publicação dos Resultados do 3º trimestre e dos 9 primeiros meses de 2014.

São organizadas várias, vezes por ano, reuniões de informação destinadas ao conjunto dos atores do mercado, mais especificamente no momento da divulgação dos resultados anuais e semestrais, mas também por ocasião de reuniões temáticas durante as quais a Direção Geral apresenta o grupo BNP Paribas e a sua estratégia. Mais especificamente, é destacado um colaborador para as relações com os gestores de fundos éticos e socialmente responsáveis.

Uma equipa « Relações Acionistas » está à disposição e à escuta dos cerca de 527 000 acionistas individuais do Banco (Fonte: estudo TPI em 31 de dezembro de 2013). Tanto os acionistas, como os membros do «Círculo BNP Paribas», recebem semestralmente um boletim informativo financeiro onde se retomam os principais desenvolvimentos relativos ao Grupo e, em Julho, é distribuída uma ata da Assembleia geral. Durante o ano, os acionistas são convidados para encontros, em diferentes cidades francesas, onde as realizações e a estratégia da empresa são expostas pela Direção Geral (por exemplo em 2013, em Bordéus a 12 de junho, em Rennes a 19 de setembro e em Montpellier a 16 de outubro). Por fim, os representantes do BNP Paribas puderam dialogar diretamente com mais de 1 000 pessoas durante o Salão ACTIONARIA que teve lugar em Paris nos dias 22 e 23 de novembro de 2013.

Os membros do « Círculo BNP Paribas », criado em 1995, são os 60 000 acionistas que possuem pelo menos 200 títulos da Empresa. São os destinatários, duas vezes por ano, alternadamente com os três Cartas de informação financeira da versão impressa da revista *La Vie du Cercle* completada por dois boletins enviada por correio eletrónico e disponível na Internet, convidando-os para manifestações de natureza artística, desportiva ou cultural às quais o Banco se associou, bem como a sessões de formação relativas às operações bolsistas (análises técnica e financeira, a transmissão de ordens...), à gestão patrimonial, aos warrants mas também à atualidade económica, em parceria com as competentes equipas da Empresa. São frequentemente organizadas conferências científicas ou visitas a sítios industriais. Estas sessões têm lugar tanto na província como na região parisiense, quer durante a semana quer aos fins-de-semana, no intuito de permitir a participação de todos os públicos. No total, foram feitas mais de 400 propostas em 2013 a cerca de 15 000 participantes, ilustrando a variedade da oferta. Para facilitar o acesso a estes serviços, foi implementado um N° Verde (chamada gratuita), o 0800 666 777, que inclui igualmente um jornal telefonado « BNP Paribas em ações » repleto de inúmeras funcionalidades (cotação da Bolsa, caderneta do acionista, atualidades e entrevistas...). Por fim, o website específico ao Círculo dos acionistas e às suas ofertas (cercle-actionnaires.bnpparibas.com) retoma o conjunto das prestações acessíveis, entre outras graças à « Carte de membre du Cercle » (Cartão de membro do círculo).

O website do BNP Paribas (<http://invest.bnpparibas.com>), em francês e em inglês, permite obter informações sobre o Grupo BNP Paribas tais como os comunicados de imprensa, os números chave, a apresentação dos principais eventos, etc.; também é possível consultar e descarregar todos os documentos financeiros como os relatórios anuais e os documentos de referência. A agenda financeira permite encontrar as próximas datas importantes (Assembleia geral, comunicação dos resultados, encontros dos acionistas...). Todas as publicações do Departamento de «Estudos Económicos» do BNP Paribas podem igualmente ser consultadas no site. A cotação da ação e a comparação da sua evolução com as de alguns grandes índices encontram-se naturalmente disponíveis; bem como um software de cálculo do rendimento

(1) Sob reserva de posterior alteração.

Sob o mesmo título «Acionistas & Investidores» estão também disponíveis todos os estudos e apresentações relativos à atividade e à estratégia do BNP Paribas, destinados ao conjunto dos intervenientes de mercado, quer sejam acionistas individuais, investidores institucionais, gerentes de ativos ou analistas financeiros. Um espaço «Ser acionista», foi especialmente realizado para apresentar os desenvolvimentos mais especificamente concebidos para investidores individuais, em particular em matéria de acessibilidade da informação como de propostas de manifestações. Por fim, é dedicada uma rubrica específica à Assembleia geral do Banco (condições de acesso, modalidade

de exercício do direito de voto, aspetos práticos mas também apresentação das resoluções e das intervenções dos mandatários sociais): uma retransmissão vídeo desta manifestação está acessível a partir do site de informação financeira do Banco. Para responder às expectativas dos acionistas individuais e dos investidores, e satisfazer as exigências crescentes de transparência e de informação regulamentada, o BNP Paribas coloca regularmente em linha novas rubricas ou melhorias das já existentes, com um conteúdo enriquecido (nomeadamente a nível do léxico) e apresentando novas funcionalidades.

O COMITÉ DE LIGAÇÃO DOS ACIONISTAS

O BNP Paribas desejou, logo a partir da sua criação no ano 2000, dotar-se de um Comité de Ligação dos Acionistas, cuja missão é acompanhar o Banco na sua comunicação destinada ao acionariado individual; foi aliás aquando da Assembleia geral de fusão que o Presidente do BNP Paribas iniciou o processo de convite para apresentação de candidaturas que deu lugar à constituição desta instância no fim do ano de 2000.

Presidido por Baudouin Prot, este inclui 10 acionistas escolhidos em função da sua representatividade tanto geográfica como socioprofissional, assim como dois assalariados ou antigos assalariados; cada membro é nomeado por 3 anos. Por ocasião dos períodos de renovação que são comunicados através da imprensa e/ou dos documentos financeiros publicados pelo banco, qualquer acionista pode apresentar a sua candidatura.

Em 31 de dezembro de 2012, o Comité de Ligação era composto por:

- Sr. Baudouin Prot, Presidente;
- Sr. Georges Bouchard, residente na região das Yvelines;
- Sr. Franck Deleau, residente na região do Lot;
- Sr. Jean-Louis Dervin, residente na região do Calvados;
- Sra. Catherine Drolc, residente na região de Hérault;
- Sr. François Ferrus, residente em Paris;
- Sr. André Laplanche, residente na região do Vaucluse ;
- Sra. Françoise Mahieu Germain, residente na região das Yvelines ;
- Sr. Jean-Pierre Riou, residente na região da Loire-Atlantique ;
- Sr. Jean-Luc Robaux, residente na região da Meurthe-et-Moselle ;
- Sra. Chantal Thiebaut, residente na região da Meurthe-et-Moselle ;

- Sra. Anny Jans, membro do pessoal do BNP Paribas, residente na Bélgica ;
- Sra. Odile Uzan-Fernandes, membro do pessoal do BNP Paribas residente em Paris.

Em conformidade com as disposições da Carta, à qual aderiram todos os participantes e que tem valor de regulamento interno, os membros do Comité reuniram-se duas vezes em 2013, a 29 de março e 27 de setembro, além da sua participação na Assembleia geral e da sua presença no salão ACTIONARIA. Os principais temas abordados diziam respeito, entre outros:

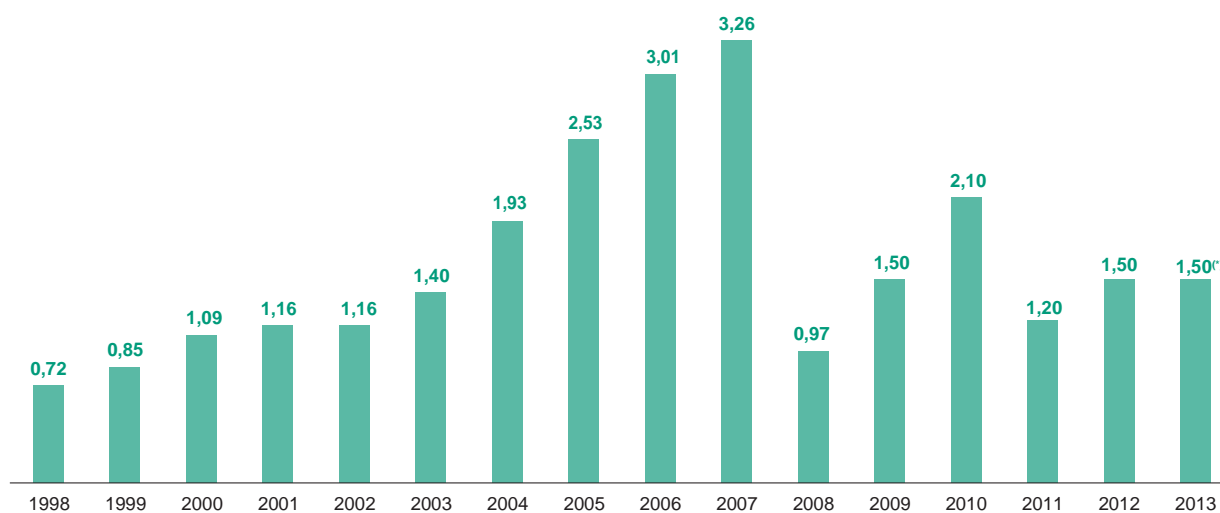
- à estrutura do capital do BNP Paribas e à sua evolução, mais especificamente na sua componente «investidores particulares»;
- aos suportes periódicos de informação sobre as realizações e a estratégia da Empresa;
- às propostas feitas aos membros do «*Cercle des Actionnaires*»;
- aos projetos de Documento de referência e de Relatório Anual 2012;
- os Resultados trimestrais ;
- às iniciativas tomadas no âmbito da preparação da Assembleia geral;
- à participação do Banco no Salão ACTIONARIA, manifestação por ocasião da qual alguns membros, pela sua presença no stand do Grupo, quiseram dar a conhecer melhor aos visitantes o papel do Comité;
- a atividade Corporate Investment Banking apresentada aos membros do Comité pelo responsável deste polo;
- o papel e os desafios da Direção Financeira do BNP Paribas, apresentados pelo responsável da função Finance Group.

O DIVIDENDO

O Conselho de administração proporá à Assembleia geral de 14 de maio de 2014 um dividendo de 1,50 euro por ação (estável relativamente a 2013). O destacamento e a colocação a pagamento do cupão teriam então lugar a 20 de maio e a 23 de maio de 2014 em caso de voto positivo da Assembleia.

O montante total da distribuição proposta ascende a 1 868 milhões de euros, contra 1 863 milhões de euros em 2013 (ou seja um aumento de 0,2%). A taxa de distribuição é de 40,8 %⁽¹⁾.

EVOLUÇÃO DO DIVIDENDO (EM EUROS POR AÇÃO)



^(*) Sob reserva da aprovação da Assembleia Geral de 14 de maio de 2014.

Os dividendos dos exercícios de 1998 a 2008 foram ajustados para poder ter em consideração:

- a divisão por 2 do nominal da ação ocorrida a 20 de fevereiro de 2002;
- os aumentos de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição, realizados em março de 2006 e de 30 de setembro a 13 de outubro de 2009.

Prazo de prescrição dos dividendos: qualquer dividendo não reclamado nos cinco anos posteriores à sua exigibilidade é considerado como prescrito nas condições previstas pela lei. Os dividendos cujo pagamento não foi solicitado são pagos ao Tesouro Público.

O NOMINATIVO NO BNP PARIBAS

O número de acionistas do BNP Paribas inscritos sob a forma nominativa em 31 de dezembro de 2013 era de 56 566.

O NOMINATIVO PURO

Os acionistas inscritos sob a forma nominativa pura beneficiam:

- do envio sistemático de todos os documentos de informação da Empresa destinada aos seus acionistas;
- de um N° Verde (chamada gratuita) : 0800 600 700 para os registos de ordens⁽¹⁾ e para qualquer informação;
- de tarifas de corretagem preferenciais ;
- de um servidor Internet específico « PlanetShares » (<https://planetshares.bnpparibas.com>), inteiramente seguro, para consultar os seus ativos em ações BNP Paribas no nominativo puro e o histórico dos movimentos da sua conta, assim como transmitir e acompanhar as suas ordens de Bolsa⁽¹⁾ ;
- do convite automático às Assembleias-gerais, sem necessidade de estabelecimento de uma declaração de participação;
- da possibilidade de ser convocado pela Internet para as Assembleias gerais;
- e, como sempre, da gratuidade dos direitos de guarda.

A detenção de ações nominativas é pouco compatível com o seu alojamento num PPA (Plano Poupança em Ações), tendo em conta a regulamentação e os procedimentos aplicáveis a este veículo; os detentores de poupanças cujas ações são detidas num PPA e que querem alojá-los «no nominativo» poderão portanto optar pelo modo do nominativo administrado (cf.: infra).

O NOMINATIVO ADMINISTRADO

O BNP Paribas desenvolve igualmente a sua oferta de detenção das ações no nominativo administrado destinado aos seus acionistas institucionais. Para esta categoria de investidores de facto, o nominativo administrado acumula as principais vantagens do portador e do nominativo puro:

- manutenção de uma total liberdade das transações e conservação dos corretores habituais;
- possibilidade de deter uma conta em títulos única, acoplada à conta em numerário;
- convite direto sistemático para exercer o direito de voto e para participar nas Assembleias, sem interposição de intermediários;
- possibilidade de ser convocado e de transmitir os votos às Assembleias gerais pela Internet.

A ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS

A última Assembleia Geral teve lugar a 15 de maio de 2013 em primeira convocatória. O texto das resoluções e o vídeo da manifestação estão disponíveis no website do BNP Paribas, no qual esta reunião foi transmitida em direto. A composição do quórum e o Resultado

do voto das resoluções foram colocados on-line no dia seguinte à manifestação. Além disso, esta reunião foi objeto de publicações na imprensa especializada assim como de uma carta específica através da qual a ata era apresentada aos acionistas.

O quórum era constituído da seguinte forma:

► CONSTITUIÇÃO DO QUÓRUM

	Número acionistas	(%)	Ações	(%)
Presentes	1 793	13,97 %	335 802 996	39,19 %
Representados	13	0,10 %	4 732	0,00 %
Poderes ao Presidente	6 635	51,71 %	17 244 461	2,01 %
Votos por correspondência	4 391	34,22 %	503 805 384	58,80 %
TOTAL	12 832	100,00 %	856 857 573	100,00 %
nomeadamente pela internet	1 662	12,95 %	1 042 743	0,12 %

	Quorum
Número de ações ordinárias (exceto autocontrolo)	1 241 131 102 69,03 %

(1) Sob reserva de ter previamente subscrito (gratuitamente) um « contrato de prestações bolsistas ».

Foram adotadas catorze das quinze resoluções propostas aos acionistas.

➤ **ASSEMBLEIA GERAL MISTA DE 15 DE MAIO DE 2013**

Resultados	Taxa de aprovação
PARTE ORDINÁRIA	
Primeira resolução: aprovação das contas sociais do exercício 2012	99,16 %
Segunda resolução: aprovação das contas consolidadas do exercício 2012	98,98 %
Tercera resolução: aplicação do resultado do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2012 e distribuição do dividendo	99,18 %
Quarta resolução: relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos visados nos artigos L225-38 e seguintes do Código Comercial	96,74 %
Quinta resolução: convenção concluída entre o BNP Paribas e o Sr. Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral	63,81 %
Sexta resolução: autorização de aquisição pelo BNP Paribas das próprias ações	97,60 %
Sétima resolução: renovação do mandato de administrador de Jean-Laurent Bonnafé	98,58 %
Oitava resolução: renovação do mandato de administrador de Michel Tilmant	96,69 %
Nona resolução: renovação do mandato de administrador de Emiel Van Broekhoven	91,73 %
Décima resolução: nomeação de Christophe de Margerie na qualidade de administrador	96,76 %
Décima primeira resolução: nomeação de Marion Guillaou na qualidade de administrador	98,51 %
Décima segunda resolução: depósito legal na Secretaria pelos Revisores oficiais de contas	99,15 %
PARTE EXTRAORDINÁRIA	
Décima terceira resolução: simplificação e adaptação dos estatutos	65,43 %
Décima quarta resolução: autorização com vista à redução do capital por anulação de ações	98,32 %
Décima quinta resolução: poderes para formalidades	98,53 %

A Assembleia Geral de 2013 a été pour BNP Paribas une occasion supplémentaire de réaffirmer son implication dans le processus du Développement Durable, et son souhait d'assumer pleinement sa Responsabilité Sociale et Environnementale.

De facto, o Banco deseja assegurar a criação de um valor sólido e recorrente, ou seja imbuído de qualidade e respeitoso não só dos seus parceiros «tradicionais» como os seus acionistas, clientes e assalariados, mas que tenha também em consideração o ambiente e a sociedade civil no seu conjunto.

Assim, pareceu-nos pertinente que a realização das nossas Assembleias gerais sejam, elas também, representativas destes princípios e valores. Por este motivo, foi decidido, em concertação com o Comité de Ligação dos Acionistas, que por cada investidor presente, um montante de 12 euros seria afeto ao programa « Coups de pouce aux projets du personnel » (empurrão aos projetos do pessoal) especificamente desenvolvido pela Fundação BNP Paribas para encorajar as iniciativas de solidariedade de interesse geral, nas quais os colaboradores do Banco estão implicados numa base voluntária e pessoal.

Os montantes assim recolhidos em 2013, ou seja 21 516 euros, constituem um complemento à dotação já atribuída a este programa pela Empresa através da Fundação BNP Paribas, ela própria colocada sob a égide da Fundação de França. O total destas contribuições de 2013 foi finalmente repartido por 33 projetos, todos iniciados por membros do pessoal do Banco. Os beneficiários encontram-se essencialmente localizados na Europa (17),

e na Ásia (6) mas também em África (5) e na América latina (5). Os montantes atribuídos (de 1 000 à 4 000 euros por processo selecionado com uma média de 2 800 euros) variam em função da importância e da natureza dos processos e, obviamente, o grau de implicação direta dos colaboradores. Estes apoios permitem a realização de projetos relacionados essencialmente com a solidariedade de proximidade (educação, pobreza, inserção), às questões humanitárias e também à saúde e à deficiência.

Além disso, a utilização dos fundos é sistematicamente alvo de uma ata na convocatória enviada à Assembleia geral seguinte.

As modalidades de realização da Assembleia geral do BNP Paribas encontram-se definidas no artigo 18º dos estatutos da sociedade.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) reúne todos os acionistas pelo menos uma vez por ano, a pedido do Conselho de administração, para votar uma agenda fixada por este último.

A Assembleia-geral Extraordinária (AGE) é convocada sempre que decisões que têm por objeto uma modificação dos estatutos e nomeadamente um aumento de capital, devem ser tomadas. As decisões devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos acionistas presentes ou representados.

A Assembleia-geral Mista (AGM) reúne as duas anteriores (AGO e AGE) na mesma data e na mesma convocatória. O BNP Paribas realizará a sua próxima AGM no dia 14 de maio de 2014⁽¹⁾.

(1) Sob reserva de alteração posterior.

DE QUE FORMA SÃO AVISADOS OS ACIONISTAS?

Pour les Assemblées Générales Mixtes de la Banque :

■ os acionistas cujos títulos se encontram sob a forma nominativa recebem de forma automática, independentemente do seu número de ações, um dossiê de convite completo (incluindo nomeadamente a agenda e os projetos de resoluções) e um formulário de voto. Uma parte significativa (9,4 %) das convocatórias aos acionistas inscritos nominalmente foi endereçada por Internet após concordância dos acionistas visados com esta modalidade de informação;

■ os acionistas com títulos sob a forma «ao portador» são avisados por inserções na imprensa, nomeadamente a imprensa patrimonial e financeira; além disso, para além das disposições legais e com o objetivo de favorecer uma larga participação, o BNP Paribas envia convocatórias e o formulário de voto a partir da detenção de um certo número de ações (fixado em 250 títulos em 2013). Estes documentos estão igualmente disponíveis sem restrição no website;

■ no total, são portanto mais de 67 000 acionistas do Banco que receberam assim pessoalmente este ano a informação necessária para a sua participação efetiva;

■ em todos os pontos de venda da rede BNP Paribas, os colaboradores são especificamente formados sobre o comportamento a adotar e as formalidades a cumprir.

Também podem votar por via electrónica se o seu gestor de conta tiver aderido à plataforma de voto eletrónico Votaccess

Em 2013, o Banco optou por alargar aos acionistas ao portador que disponham de pelo menos 250 títulos, a possibilidade (já oferecida aos acionistas nominativos) de votar por Internet, desde que o gestor de conta ponha à disposição um acesso à plataforma Votaccess. Esta plataforma permite também ao acionista dispor da convocatória para a Assembleia Geral, designar um mandatário ou enviar um pedido de cartão de admissão à Assembleia Geral se decidir assistir.

Cerca de 13% do conjunto dos acionistas que participaram no voto utilizaram a plataforma implementada. Esta modalidade de participação foi muito bem acolhida pelos acionistas individuais.

Se assistem à Assembleia, os acionistas ou os seus representantes dispõem de um sistema de voto eletrónico. De facto, o BNP Paribas recorre ao voto eletrónico desde a Assembleia Geral de 13 de maio de 1998.

DE QUE FORMA PODEM ASSISTIR ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS?

Qualquer acionista que tenha os seus títulos inscritos em conta três dias de Bolsa antes da Assembleia pode assistir a esta com a condição expressa, para

os acionistas que têm os seus títulos « ao portador », de apresentarem um cartão de admissão ou uma declaração de participação.

DE QUE FORMA PODEM VOTAR?

Se não assistirem à Assembleia, os acionistas devolvem ao BNP Paribas o formulário junto à convocatória. Este documento permite-lhes:

- ou votar por correspondência;
- ou fazerem-se representar pelo seu cônjuge ou qualquer outra pessoa singular ou coletiva;
- ou dar poder ao Presidente de sessão ou não indicar qualquer nome de mandatário.

DECLARAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE LIMITE ESTATUTÁRIO

Em complemento dos limites previstos pela lei, e em conformidade com o artigo 5º dos estatutos, qualquer acionista agindo sozinho ou em concertação, que venha a deter direta ou indiretamente 0,5 % pelo menos do capital ou dos direitos de voto da sociedade ou um múltiplo desta percentagem inferior a 5%, deve informar a sociedade, por carta registada com aviso de receção.

Além dos 5 %, a obrigação de declaração prevista na alínea anterior incide sobre frações de 1 % do capital ou dos direitos de voto.

As declarações mencionadas nas duas alíneas anteriores são igualmente feitas quando a participação no capital se torna inferior aos limites acima mencionados.

O não respeito de declaração de transposição dos limites, tanto legais como estatutários, dá lugar à privação dos direitos de voto a pedido de um ou vários acionistas que detenham em conjunto pelo menos 2 % do capital ou dos direitos de voto da sociedade.

2

GOVERNO DA SOCIEDADE

2.1	O Conselho de administração	30
	Composição do Conselho de administração	30
	Outros mandatários sociais	43
	Remunerações	45
	Estado recapitulativo das operações declaradas sobre o título BNP Paribas	64
2.2	Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela empresa	65
	O governo da sociedade do BNP Paribas	65
	Anexo: regulamento interno	77
	Controlo interno	82
	Procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira	87
2.3	Relatório dos Revisores Oficiais de Contas estabelecido em conformidade com o artigo L225-235 do Código Comercial sobre o relatório do Presidente do Conselho de administração	92
2.4	A Comissão Executiva	94

2.1 O Conselho de administração

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<p>Baudouin PROT Principal função: Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas</p>			
<p>Nascido a 24 de maio de 1951 Datas de início e de fim de mandato: 11 de maio de 2011 – AG 2014 Data do 1º mandato: 7 de março de 2000</p>		<p>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas e não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas(*), Presidente do Conselho de administração</p>	
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 146 129 Morada profissional : 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANCE</p>		<p>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas e não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras Kering(*), administrador Lafarge(*), administrador Veolia Environnement(*), administrador Pargesa Holding SA(*) (Suíça), administrador Participação⁽¹⁾ em Comissões especializadas destas empresas francesas ou estrangeiras</p>	
<p><u>Estudos</u> Diplomado da <i>École des Hautes Études Commerciales</i> Antigo aluno de <i>École Nationale d'Administration</i></p>		<p>Kering, membro da Comissão das nomeações Lafarge, membro da Comissão de governo da empresa e das nomeações e da Comissão de estratégia, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável Outros⁽¹⁾ Administrador do Institute of International Finance (IIF) Membro do International Advisory Panel da Monetary Authority of Singapore (MAS) e do International Business Leaders' Advisory Council (IBLAC) da cidade de Shanghai</p>	
<p>Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)</p>			
<p>2012 : Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas Administrador : Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Lafarge, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça), Institute of International Finance (IIF) Presidente : International Monetary Conference (IMC) Membro : International Advisory Panel da Monetary Authority of Singapore (MAS), International Business Leaders' Advisory Council (IBLAC) da cidade de Shanghai</p>	<p>2011 : Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas (desde 1 de dezembro de 2011) Administrador : Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Membro : Vice-Presidente Do IMC (The International Monetary Conference), Institute of International Finance (IIF), International Advisory Panel da MAS (Monetary Authority of Singapore)</p>	<p>2010 : Administrador Diretor Geral do BNP Paribas Administrador : Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Membro : Comissão Executiva da Federação Bancária Francesa</p>	<p>2009 : Administrador Diretor Geral do BNP Paribas Administrador : Accor, Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Presidente: Federação Bancária Francesa de setembro de 2009 a agosto de 2010 Membro : Comissão Executiva da Federação Bancária Francesa</p>

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Michel PÉBEREAU**Principal função: Presidente de Honra do BNP Paribas**

Nascido a 23 de janeiro de 1942
 Data de início e de fim do mandato: 23 de maio 2012 – AG 2015
 Data do 1º mandato : 14 de maio de 1993

Número de ações do BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 181 772
 Morada profissional: 3, rue d'Antin

75002 PARIS,
 FRANÇA

Estudos

Antigo aluno da École Polytechnique
 Antigo aluno da École Nationale d'Administration

Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras

Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos), membro do Conselho de vigilância BNP Paribas^(*), Presidente de Honra, administrador BNP Paribas SA (Suíça), administrador

Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas no exterior do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras

EADS NV^(*) (Países-Baixos), administrador, Pargesa Holding SA^(*) (Suíça), administrador Total SA^(*), administrador

Société Anonyme des Galeries Lafayette, censor HSBC France (ex-CCF) : Presidente de Honra

Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados do Conselho de administração dessas sociedades francesas ou estrangeiras
 BNP Paribas, Presidente do Comitê de governo da sociedade e das nomeações

EADS NV, membro do Comitê de auditoria

Total SA, Presidente do Comitê das remunerações

Outros⁽¹⁾

Presidente da Fundação BNP Paribas

Presidente de Honra do Instituto Aspen e do Instituto de empresa Membro da Academia das Ciências morais e políticas, do Conselho de vigilância e Conselho de orientação do Instituto Aspen, do Conselho de orientação do Instituto da empresa, da Fondation Nationale des Sciences Politiques e do Conselho de administração da Fundação ARC

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
 (as sociedades mencionadas são empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)

2012 :
 Presidente de Honra do BNP Paribas
 Administrador: AXA, Compagnie de Saint-Gobain, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, EADS NV (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)
 Membro do Conselho de vigilância: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
 Censor : Société Anonyme des Galeries Lafayette
 Presidente: Conselho diretivo Do Institut d'Études Politiques de Paris, Fondation BNP Paribas
 Presidente de Honra : Crédit Commercial de France, Conselho de vigilância do Instituto Aspen, Institut de l'entreprise
 Membro : Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Conselho de orientação do Institut de l'entreprise, Fondation Nationale des Sciences Politiques, Fondation ARC

2011 :
 Presidente de Honra do BNP Paribas (a partir de 1 de dezembro de 2011)
 Administrador: AXA, Compagnie de Saint-Gobain, Lafarge, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, EADS NV (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)
 Membro do Conselho de vigilância: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
 Censor : Société Anonyme des Galeries Lafayette
 Presidente: Conselho diretivo do Institut d'Études Politiques de Paris
 Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2010 :
 Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas
 Administrador: AXA, Compagnie de Saint-Gobain, Lafarge, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, EADS NV (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)
 Membro do Conselho de vigilância: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
 Censor : Société Anonyme des Galeries Lafayette
 Presidente: European Financial Round Table, Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho diretivo do Institut d'Études Politiques de Paris, Institut de l'entreprise
 Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee of the Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2009 :
 Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas
 Administrador: Lafarge, Compagnie de Saint-Gobain, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, EADS NV (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)
 Membro do Conselho de vigilância: AXA, Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
 Censor : Société Anonyme des Galeries Lafayette
 Presidente : Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho diretivo do Institut d'Études Politiques de Paris, Conselho de vigilância do Institut Aspen France, European Financial Round Table, Institut de l'entreprise
 Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee de Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Jean-Laurent BONNAFÉ**Principal função: Administrador Diretor Geral do BNPParibas**

Nascido a 14 de julho de 1961 Datas de início e de fim do mandato : 15 de maio de 2013 – AG 2016 Data do 1º mandato : 12 de maio de 2010		Mandatos ⁽¹⁾ nas empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas ^(*) , Administrador Diretor Geral Banca Nazionale del Lavoro (Itália), administrador BNP Paribas Fortis (Bélgica), administrador	
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 62 545 ⁽²⁾ Morada profissional : 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANCE		<u>Mandatos⁽¹⁾ nas empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Carrefour ^(*) , administrador	
Estudos Antigo aluno da École Polytechnique Engenheiro-chefe das Minas			
Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)			
2012 : Administrador Diretor Geral do BNP Paribas Administrador : Carrefour, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BNP Paribas Fortis (Bélgica), Erbé SA (Bélgica)	2011 : Administrador Diretor Geral do BNP Paribas (desde 1 de dezembro de 2011) Administrador : Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BNP Paribas Fortis (Bélgica)	2010 : Diretor Geral delegado e Administrador : BNP Paribas Administrador : Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália) Presidente : Comité de direção e Comissão Executiva do BNP Paribas Fortis (Bélgica) Chief Executive Officer : BNP Paribas Fortis (Bélgica)	2009 : Diretor Geral delegado : BNP Paribas Administrador : Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BancWest Corporation, Bank of the West

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(2) Por outro lado, no âmbito do Plano Poupança Empresa, o Sr. Jean-Laurent Bonnafé detém o equivalente a 17 103 ações BNP Paribas.

(*) Sociedade cotada.

Pierre-André de CHALENDAR**Principal função: Presidente-Diretor Geral da Compagnie de Saint-Gobain**

Nascido a 12 de abril de 1958 Datas de início e de fim de mandat : 23 de maio de 2012 – AG 2015 Data do 1º mandato : 23 de maio de 2012		Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas ^(*) , administrador	
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 1 000 Morada profissional : Les Miroirs 92096 LA DÉFENSE CEDEX, FRANCE		<u>Mandatos⁽¹⁾ nas empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Compagnie de Saint-Gobain ^(*) , Presidente-Diretor Geral GIE SGPM Recherches, administrador Saint-Gobain Corporation, administrador Veolia Environnement ^(*) , administrador Verallia, Presidente do Conselho de administração	
Participação ⁽¹⁾ nas Comissões especializadas destas empresas francesas ou estrangeiras BNP Paribas, Presidente da Comissão das remunerações Compagnie de Saint-Gobain, membro do Comité estratégico Veolia Environnement, membro do Comité investigação, inovação e desenvolvimento sustentável			
Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)			
2012 : Presidente-Diretor Geral da Compagnie de Saint-Gobain Presidente : Verallia Administrador : Veolia Environnement, Saint-Gobain Corporation, GIE SGPM Recherches			

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Marion GUILLOU

Principal função: Presidente de Agreenium

<p>Nascida a 17 de setembro de 1954 Datas de início e fim do mandato: 15 de maio de 2013 – AG 2016 Data do 1º mandato: 15 de maio de 2013</p>	<p><u>Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> BNP Paribas^(*), administradora</p>
<p>Número de ações detidas⁽¹⁾ : 300 Morada profissional : 147, rue de l'Université 75007 PARIS, FRANÇA</p>	<p><u>Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas no exterior do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Agreenium, Presidente Apave, administradora CGIAR, administradora</p>
<p><u>Estudos</u> Antiga aluna da École Polytechnique Engenheira des Ponts, des Eaux et des Forêts Doutorada em Ciências dos alimentos</p>	<p>Imerys^(*), administradora Veolia Environnement^(*), administradora Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados destas sociedades francesas ou estrangeiras BNP Paribas, membro do Comité de governo da sociedade e das nomeações Veolia Environnement, membro do Comité investigação, inovação e desenvolvimento sustentável</p>

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Denis KESSLER

Principal função: Presidente-Diretor Geral de SCOR SE

<p>Nascido a 25 de março de 1952 Datas de início e de fim de mandato : 23 de maio de 2012 – AG 2015 Data do 1º mandato : 23 de maio de 2000</p>	<p><u>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> BNP Paribas^(*), administrador</p> <p><u>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Dassault Aviation^(*), administrador Invesco Ltd^(*) (Estados-Unidos), administrador SCOR SE^(*), Presidente Diretor Geral</p> <p>Yam Invest NV (Países-Baixos), membro do Conselho de vigilância Participação⁽¹⁾ nas Comissões especializadas destas empresas francesas ou estrangeiras</p> <p>BNP Paribas, Presidente da Comissão das contas Dassault Aviation, membro da Comissão de auditoria SCOR SE, Presidente do Comité estratégico Outros⁽¹⁾</p> <p>Membro da Comissão Económica da Nação, do Conselho de administração da Associação de Genebra, do Conselho de administração da Association du Siècle, do Global Reinsurance Forum, do Reinsurance Advisory Board, do Laboratoire d'Excellence Finance et Croissance Durable (LabexFCD)</p>
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 2 684 Morada profissional : 1, avenue du Général-de-Gaulle 92074 PARIS LA DÉFENSE CEDEX, FRANCE</p>	
<p><u>Estudos</u> Professor agregado de Ciências económicas Professor agregado de Ciências sociais Doutorado em Ciências económicas Diplomado da École des Hautes Études Commerciales</p>	

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)

<p>2012 : Presidente-Diretor Geral de SCOR SE Administrador : Bolloré, Dassault Aviation, Fundo Estratégico de Investimento, Invesco Ltd (Estados Unidos) Membro do Conselho de vigilância : Yam Invest NV (Países Baixos) Membro : Comissão Económica da Nação, Conselho de administração da Associação de Genebra, Conselho de administração da Association du Siècle, Global Reinsurance Forum, Reinsurance Advisory Board, Laboratoire d'Excellence Finance et Croissance Durable (Labex FCD)</p>	<p>2011 : Presidente-Diretor Geral de SCOR SE Administrador : Bolloré, Dassault Aviation, Fundo Estratégico de Investimento, Invesco Ltd (Estados Unidos) Membro do Conselho de vigilância : Yam Invest NV (Países Baixos) Membro : Comissão Económica da Nação, Conselho de administração do Siècle, Conselho de administração da Associação de Genebra, Conselho da Fundação para a Investigação Médica, Conselho Estratégico da Comissão Europeia dos Seguros, Global Reinsurance Forum, Reinsurance Advisory Board</p>	<p>2010 : Presidente-Diretor Geral de SCOR SE Administrador : Bolloré, Dassault Aviation, Fundo Estratégico de Investimento, Invesco Ltd (Estados Unidos) Membro do Conselho de vigilância : Yam Invest NV (Países Baixos) Membro : Comissão Económica da Nação, Conselho de administração do Siècle, Conselho de administração da Associação de Genebra, Conselho da Fundação para a Investigação Médica, Conselho Estratégico do Comité Europeu dos Seguros Presidente : Reinsurance Advisory Board, Global Reinsurance Forum</p>	<p>2009 : Presidente-Diretor Geral de SCOR SE Administrador : Bolloré, Dassault Aviation, Fundo Estratégico de Investimento, Invesco Ltd (Estados Unidos) Membro do Conselho de vigilância : Yam Invest NV (Países-Baixos) Censor : Financière Acofi SA, Gimar Finance & Cie SCA Membro : Comissão Económica da Nação, Conselho económico, social e ambiental, Conselho de administração da Associação de Genebra, Conselho da Fundação para a Investigação Médica, Comité das empresas de seguros, Conselho Estratégico do Comité Europeu dos Seguros Presidente : Reinsurance Advisory Board, Global Reinsurance Forum,</p>
---	--	---	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.
 (*) Sociedade cotada.

Meglana KUNEVA

Principal função: Presidente do Conselho de European Policy Centre (Bruxelas)

<p>Nascida a 22 de junho de 1957 Datas de início e de fim de mandato: 12 de maio de 2010 – 15 de maio de 2013</p>		<p>Outros⁽¹⁾ Presidente do Conselho do European Policy Centre (Bruxelas) Membro do Advisor on passenger rights to EC Vice-Presidente Siim Kallas, European Commission, Bruxelas (Bélgica), do European Council on foreign relations, Bruxelas (Bélgica), Member of the Board of Trustees of the American University (Bulgária), Honorary President of the European Citizen Action Service, Bruxelas (Bélgica)</p>	
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 10 Morada profissional: Ul. « Plachkovica » - 1 Vhod A SOFIA 1164, BULGÁRIA</p>			
<p>Estudos Diplomada da Universidade de Sofia</p>			
<p>Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as sociedades mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)</p>			
<p>2012 : Membro: Advisor on passenger rights to EC Vice-Presidente Siim Kallas, European Commission, Bruxelas (Bélgica), Member of the Board of Trustees of the American University (Bulgária),</p>	<p>2011 : Membro: Conselho do American University (Bulgária)</p>	<p>2010 : Membro: Conselho do American University (Bulgária)</p>	

Jean-François LEPETIT

Principal Função: Administrador de empresas

<p>Nascido a 21 de junho de 1942 Datas de início e de fim de mandato : 11 de maio de 2011 – AG 2014 Data do 1º mandato : 5 de maio de 2004</p>		<p>Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas^(*), administrador <u>Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Shan SA, administrador Smart Trade Technologies SA, administrador Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados das nossas sociedades francesas ou estrangeiras BNP Paribas, Presidente do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade e membro do Comité das remunerações Outros⁽¹⁾ <u>Membro do Board do Qatar Financial Center Regulatory Authority (QFCRA), Doha (Qatar) e do Conselho da regulação financeira e do risco sistémico (Corefris)</u></p>	
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 8 749 Morada profissional: 30, boulevard Diderot 75572 PARIS CEDEX 12, FRANCE</p>			
<p>Estudos Diplomado da École des Hautes Études Commerciales Licenciado em direito</p>			
<p>Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas dos Grupos nos quais desempenha funções)</p>			
<p>2012 : Administrador : Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro : Board da Qatar Financial Center Regulatory Authority (QFCRA), Doha (Qatar), Conselho da regulação financeira e do risco sistémico (Corefris)</p>	<p>2011 : Administrador : Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro : Board da Qatar Financial Center Regulatory Authority (QFCRA), Doha (Qatar)</p>	<p>2010 : Administrador : Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro : Board da Qatar Financial Center Regulatory Authority (QFCRA), Doha (Qatar)</p>	<p>2009 : Administrador : Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro : Board da Qatar Financial Center Regulatory Authority (QFCRA), Doha (Qatar), Collège de l'Autorité des Marchés Financiers, Conselho de normalização das contas públicas</p>

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Christophe de MARGERIE

Principal função: Presidente-Diretor Geral da Companhia Total

Nascido a 6 de agosto de 1951 Datas de início e de fim de mandato: 15 de maio de 2013 – AG 2016 Data do 1º mandato: 15 de maio de 2013	Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas ^(*) , administrador
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 1 200 Morada profissional : 2, place Jean-Millier LA DÉFENSE 6, 92078 LA DÉFENSE CEDEX, FRANCE	<u>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Shtokman Development AG (Suíça), administrador Total SA ^(*) , administrador e Presidente-Diretor Geral Vivendi ^(*) , membro do Conselho de vigilância <u>Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializadas dessas sociedades francesas ou estrangeiras</u> BNP Paribas, membro do Comité de contas Total SA, Presidente do Comité estratégico <u>Outros⁽¹⁾</u> Administrador do Institut du Monde Arabe
Estudos Diplomado da École Supérieure de Commerce de Paris	

(1) Em 31 de dezembro de 2013. (*) Sociedade cotada.

Nicole MISSON

Principal função: Conselheiro de clientes Particulares

Nascida a 21 de maio de 1950 Datas de início e de fim de mandato: eleita titular pelos assalariados quadros do BNP Paribas para 3 anos, a 16 de fevereiro de 2012 – 15 fevereiro de 2015	Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas ^(*) , administrador
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 174 Morada profissional : 22, rue de Clignancourt 75018 PARIS, FRANCE	<u>Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados dessas sociedades francesas ou estrangeiras</u> BNP Paribas, membro do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade e da Comissão das remunerações <u>Outros⁽¹⁾</u> Conselheira prud'homme secção Encadrement CPH PARIS Membro da Comissão paritária do Banco (AFB - formation recours)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2012 : Conselheira prud'homme secção Encadrement CPH PARIS, Membro : Comissão paritária do Banco (AFB - formation recours)	2011 : Conselheira prud'homme secção Encadrement CPH PARIS, Membro : Comissão paritária do Banco (AFB - formation recours)		
---	---	--	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.
(*) Sociedade cotada.

Thierry MOUCHARD

Principal função: Encarregado de funções administrativas no service de Transações clientela

Nascido a 4 de julho de 1960 Datas de início e de fim de mandato: 16 de fevereiro de 2012 (data em que o Sr. Thierry MOUCHARD se torna titular na sequência da sua eleição pelos assalariados) – 15 de fevereiro de 2015 Data do 1º mandato: 16 de fevereiro	Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas ^(*) , administrador
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 10 Morada profissional : 41, boulevard du Maréchal-Foch 49000 ANGERS, FRANCE	<u>Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados dessas sociedades francesas ou estrangeiras</u> BNP Paribas, membro da Comissão de contas
2012 : Nada	

(1) Em 31 de dezembro de 2013.
(*) Sociedade cotada.

Laurence PARISOT
Principal função: Vice-Presidente do Diretório de Ifop SA

<p>Nascida a 31 de agosto de 1959 Datas de início e de fim de mandato: 23 de maio de 2012 – AG 2015 Data do 1º mandato: 23 de maio de 2006</p>	<p><u>Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas e não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> BNP Paribas^(*), administrador</p>
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 755 Morada profissional: Immeuble Millénaire 2 35, rue de la Gare 75019 PARIS, FRANCE</p>	<p><u>Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas no exterior do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Coface SA, administrador Compagnie Générale des Établissements Michelin (SCA)^(*), membro do Conselho de vigilância Fives, administrador Ifop SA, Vice-Presidente do Diretório</p>
<p>Estudos Diplomada do Institut d'Études Politiques de Paris Licenciada em Direito público da Universidade de Nancy II Titular de um DEA de estudos políticos do IEP</p>	<p>Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados destas sociedades francesas ou estrangeiras BNP Paribas, membro do Comitê de governo da sociedade e das nomeações Compagnie Générale des Établissements Michelin (SCA), membro do Comitê das remunerações Outros⁽¹⁾ Presidente de Honra do Mouvement des Entreprises de France (Medef)</p>

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as sociedades mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)

<p>2012 : Vice-Presidente do Diretório de Ifop SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (Medef) Administrador : Coface SA Membro do Conselho de vigilância : Compagnie Générale des Établissements Michelin (SCA)</p>	<p>2011 : Vice-Presidente do Diretório de Ifop SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (Medef) Administrador: Coface SA Membro do Conselho de vigilância: Compagnie Générale des Établissements Michelin (SCA)</p>	<p>2010 : Vice-Presidente do Diretório de Ifop SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (Medef) Administrador : Coface SA Membro do Conselho de vigilância: Michelin</p>	<p>2009 : Vice-Presidente do Diretório de Ifop SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (Medef) Administrador : Coface SA Membro do Conselho de vigilância: Michelin</p>
---	---	--	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Hélène PLOIX**Principal função: Presidente de Pechel Industries(SAS), de Pechel Industries Partenaires(SAS) e de FSH (SAS)**

Nascida a 25 de setembro de 1944

Datas de início e de fim do mandato : 11 de maio de 2011 – AG 2014

Data do 1º mandato : 21 de março de 2003

Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 1 609Morada profissional : 162, rue du Faubourg Saint-Honoré
75008 PARIS,
FRANCEEstudos

Diplomada do Institut d'Études Politiques de Paris

Diplomada do Institut Européen d'Administration des Affaires (Insead)

Licenciada em direito e inglês

Mestre em arts in public administration

Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeirasBNP Paribas^(*), administradoraMandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras

Ferring SA (Suíça), administradora

Genesis Emerging Markets Fund Limited (Guernsey), administradora

Hélène Ploix SARL, gerente

Hélène Marie Joseph SARL, gerente

Lafarge^(*), administradoraPechel Industries Partenaires (SAS) em : Goëmar Holding (Luxemburgo), Store Electronic Systems, representante permanente Publicis Group^(*), membro do Conselho de vigilânciaSofina^(*) (Bélgica), administradora

Sorepe Société Civile, gerente

Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados dessas empresas francesas ou estrangeiras

BNP Paribas, membro do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade e do Comité das remunerações

Lafarge, Presidente do Comité de auditoria

Publicis Group, membro do Comité estratégico e dos riscos e do Comité de auditoria

Sofina, Presidente do Comité de auditoria

Outros⁽¹⁾

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2012 :

Presidente de Pechel Industries (SAS), de Pechel Industries Partenaires (SAS) e de FSH (SAS)
Administradora : Lafarge, Ferring SA (Suíça), Sofina (Bélgica), Genesis Emerging Markets Fund Limited (Guernsey)
Representante permanente : Pechel Industries Partenaires (SAS) : Ypso Holding (Luxemburgo), Goëmar Holding (Luxemburgo), Store Electronic Systems (França)
Membro do Conselho de vigilância : Publicis Group, Goëmar Développement, Laboratoires Goëmar
Gerente : Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile
Membro : Institut Français des Administrateurs (IFA), Organisation Métrologique Mondiale (OMM)

2011 :

Presidente de Pechel Industries (SAS), de Pechel Industries Partenaires (SAS) e de FSH (SAS)
Administradora : Lafarge, Ferring SA (Suíça), Sofina (Bélgica)
Representante permanente : Pechel Industries Partenaires (SAS) dans Ypso Holding (Luxemburgo), Goëmar Développement (França), Laboratoires Goëmar (França), Goëmar Holding (Luxemburgo), Store Electronic Systems (França)
Membro do Conselho de vigilância : Publicis Group
Gerente : Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile, Goëmar Holding (Luxemburgo)
Membro : Comité de investimento do Fundo de Pensões do pessoal das Nações Unidas (até finais de 2011), Independent Expert Oversight Advisory Committee (IEOAC) da Organização Mundial da Saúde (OMS), Institut Français des Administrateurs

2010 :

Presidente de Pechel Industries (SAS), de Pechel Industries Partenaires (SAS) e de FSH (SAS)
Administradora : Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos), Institut Français des Administrateurs
Représentant permanent : Pechel Industries Partenaires (SAS) dans Ypso Holding (Luxemburgo)
Membro do Conselho de vigilância : Publicis Group
Gerente : Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile
Membro do Comité de investimento do Fundo de Pensões do pessoal das Nações Unidas, Independent Expert Oversight Advisory Committee (IEOAC) da Organização Mundial da Saúde (OMS)

2009 :

Presidente de Pechel Industries SAS e de Pechel Industries Partenaires SAS
Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos), Institut Français des Administrateurs
Representante permanente : Pechel Industries Partenaires na Ypso Holding (Luxemburgo)
Membro do Conselho de vigilância : Publicis Group
Gerente : Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile
Membro do Comité de investimento do Fundo de Pensões do pessoal das Nações Unidas

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Louis SCHWEITZER

Principal função: Presidente de France Initiative – Presidente de Honra da Renault

<p>Nascido a 8 de julho de 1942 Datas de início e de fim de mandato: 12 de maio de 2010 – 15 de maio de 2013</p>	<p>Mandatos⁽¹⁾ em sociedades cotadas ou não cotadas no exterior do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras Allianz^(*) (Alemanha), membro do Conselho consultivo Bosch (Alemanha), membro do Conselho consultivo L'Oréal^(*), administrador Renault^(*), Presidente de Honra Veolia Environnement^(*), administrador Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados destas sociedades francesas ou estrangeiras L'Oréal, membro do Comité de auditoria e do Comité estratégia e desenvolvimento sustentável Veolia Environnement, membro do Comité das nomeações Outros⁽¹⁾ Membro do Conselho da Fondation Nationale des Sciences Politiques e do Musée du quai Branly Presidente de France Initiative, do Festival d'Avignon e de MC93</p>
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 25 233 Morada profissional : 8-10, avenue Émile-Zola 92109 BOULOGNE-BILLANCOURT CEDEX, FRANCE</p>	
<p>Estudos Diplomado do Institut d'Études Politiques de Paris Antigo aluno da École Nationale d'Administration</p>	

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as sociedades mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)

<p>2012 : Presidente de France Initiative Presidente de Honra de Renault Administrador: L'Oréal, Veolia Environnement Membro do Conselho consultivo: Allianz (Alemanha), Bosch (Alemanha) Membro do Conselho: Fondation Nationale des Sciences Politiques, Musée du quai Branly Presidente: Festival de Avignon, MC 93</p>	<p>2011 : Presidente de France Initiative Presidente de Honra de Renault Presidente do Conselho de administração: AstraZeneca Plc (Grã Bretanha), AB Volvo (Suécia) Administrador: L'Oréal, Veolia Environnement Membro do Conselho consultivo: Allianz (Alemanha), Bosch (Alemanha) Membro do Conselho: Fondation Nationale des Sciences Politiques, Musée du quai Branly Presidente: Festival de Avignon, MC 93</p>	<p>2010 : Presidente de Honra de Renault Presidente do Conselho de administração: AstraZeneca Plc (Grã Bretanha), AB Volvo (Suécia) Administrador: L'Oréal, Veolia Environnement Membro do Conselho consultivo: Banque de France, Allianz (Alemanha) Membro do Conselho: Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut Français des Relations Internationales, Musée du quai Branly</p>	<p>2009 : Presidente do Conselho de administração de Renault Presidente do Conselho de administração: AstraZeneca Plc (Grã Bretanha) Presidente do Conselho de vigilância: Le Monde & Partenaires Associés (SAS), Le Monde SA, Société Éditrice du Monde Administrador: L'Oréal, Veolia Environnement, AB Volvo (Suécia) Presidente: Haute Autorité de lutte contre les discriminations et pour l'égalité (Halde) Membro do Conselho consultivo : Banque de France, Allianz (Alemanha) Membro do Conselho: Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut Français des Relations Internationales,</p>
--	---	---	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.
(*) Sociedade cotada.

<p>Michel TILMANT Principal função: Gerente de Strafin sprl (Bélgica)</p>	
<p>Nascido a 21 de julho de 1952 Datas de início e de fim de mandato: 15 de maio de 2013 – AG 2016 Data do 1º mandato : 12 de maio de 2010 (O Sr. Michel Tilmant exerceu as funções de censor do BNP Paribas de 4 de novembro de 2009 a 11 de maio de 2010)</p>	<p>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas^(*), administrador Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), administrador Cinven Ltd (Reino Unido), senior advisor Foyer Assurances SA (Luxemburgo), administrador Grupo Lhoist SA (Bélgica), administrador Guardian Financial Services Holdings Limited (Reino Unido), administrador Guardian Assurance Limited (Reino Unido), administrador Guardian Holdings Limited (Jersey), administrador Guardian Acquisitions Limited (Reino Unido), administrador NBGB SA (Bélgica), administrador Royal Automobile Club of Belgium (Bélgica), administrador Sofina SA^(*) (Bélgica), administrador Strafin sprl (Bélgica), gerente Université Catholique de Louvain (Bélgica), administrador Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados dessas sociedades francesas ou estrangeiras BNP Paribas, membro do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade</p>
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 500 Morada profissional : Rue du Moulin 10 B – 1310 LA HULPE, BÉLGICA</p>	
<p><u>Estudos</u> Diplomado pela Universidade de Louvain</p>	

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

<p>2012 : Presidente: Guardian Holdings Limited (Jersey), Guardian Acquisitions Limited (Reino Unido) Administrador: Sofina SA (Bélgica), Grupo Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium (Bélgica) Senior advisor: Cinven Ltd (Reino Unido)</p>	<p>2011 : Presidente : Green Day Holdings Limited (Jersey), Green Day Acquisitions Limited (UK) Administrateur : Sofina SA (Bélgica), Grupo Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium (Bélgica) Senior advisor: Cinven Ltd (Reino Unido)</p>	<p>2010 : Senior advisor : Cinven Ltd (Reino Unido) Administrateur : Sofina SA (Bélgica), Grupo Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium (Bélgica)</p>
---	---	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Emiel VAN BROEKHOVEN

Principal função: Economista, Professor Honorário da Universidade de Anvers (Bélgica)

Nascido a 30 de abril de 1941 Datas de início e fim de mandato: 15 de maio de 2013 – AG 2016 Data do 1º mandato: 12 de maio de 2010 (O Sr. Emiel Van Broekhoven exerceu as funções de censor do BNP Paribas de 4 de novembro de 2009 a 11 de maio de 2010)	Mandatos ⁽¹⁾ nas sociedades cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas ^(*) , administrador Participação ⁽¹⁾ nos Comitês especializados destas sociedades francesas ou estrangeiras BNP Paribas, membro da Comissão revisora de contas
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 550 Morada profissional : Zand 7 – 9 B – 2000 ANTWERP, BÉLGICA	
Estudos Diplomado de Saint Ignatius Business College (Bélgica) Doutorado em Ciências económicas da Universidade de Oxford (Reino Unido)	

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Daniela WEBER-REY

Principal Função: Associada na Clifford Chance, Frankfurt (Alemanha)

Nascida a 18 de novembro de 1957 Datas de início e de fim de mandato: 11 de maio de 2011 – 31 de maio de 2013 Data do 1º mandato: 21 de maio de 2008	Outros ⁽¹⁾ Clifford Chance, Frankfurt (Alemanha), associada Membro da Comissão governamental do Código alemão de governo de empresa, do Stakeholder Group da European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA) e do Partnership Council de Clifford Chance, Board member European Corporate Governance Institute (ECGI), Bruxelas (Bélgica), Advisory board member International Institute for Insurance Regulation (ICIR), Frankfurt (Alemanha)
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 2 241 Morada profissional : Mainzer Landstrasse 46 D 60325 – FRANKFURT-AM-MAIN, ALEMANHA	
Estudos Diplomada das Universidades de Frankfurt (Alemanha) e de Columbia (Estados Unidos da América)	

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2012 : Membro : Comissão governamental do Código alemão de governo de empresa, Stakeholder Group da European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA), Partnership Council de Clifford Chance, Board member European Corporate Governance Institute (ECGI), Bruxelas (Bélgica), Advisory board member International Institute for Insurance Regulation (ICIR), Frankfurt (Alemanha)	2011 : Membro : Comissão governamental do Código alemão de governo de empresa, Stakeholder Group da « European Insurance and Occupational Pensions Authority » (EIOPA), Partnership Council de Clifford Chance	2010 : Membro : Grupo de peritos « Ad Hoc Group of Corporate Governance Experts for the Financial Services Area » da Comissão europeia, Comissão governamental Código alemão de governo de empresa, Partnership Council de Clifford Chance	2009 : Membro : Grupo consultivo sobre o governo de empresa e o direito das sociedades da Comissão Europeia, Grupo de peritos « Removing obstacles to cross-border investments » da Comissão europeia, Grupo de peritos « Ad Hoc Group of Corporate Governance Experts for the Financial Services Area » da Comissão europeia, Comissão governamental do Código alemão de governo de empresa
---	---	---	---

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Fields WICKER-MIURIN

Principal função: Co-fundador e Associada na Leaders' Quest (Grã-Bretanha)

<p>Nascida a 30 de julho de 1958 Datas de início e de fim de mandato: 11 de maio de 2011 – AG 2014 Data do 1º mandato : 11 de maio de 2011</p>	<p>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras BNP Paribas^(*), administradora</p>
<p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽¹⁾ : 139 Morada profissional : 11-13 Worple Way Richmond-upon-Thames, SURREY TW10 6DG, ROYAUME-UNI</p>	<p>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras Ballarpur Industries Ltd (BILT), administradora CDC Group Plc, administradora SCOR SE^(*), administradora</p>
<p>Estudos Institut d'Études Politiques de Paris Diplomada da Université de Virginia et da Johns Hopkins University (Estados Unidos)</p>	<p>Participação⁽¹⁾ nos Comitês especializados dessas sociedades francesas ou estrangeiras BNP Paribas, membro da Comissão de Contas SCOR SE, membro do Comité estratégico, do Comité dos riscos e do Comité das nomeações BILT, membro do Comité de auditoria e do Comité das remunerações Outros⁽¹⁾ Administradora do Ministry of Justice of Her Majesty's Government (Reino Unido) Membro do Conselho da Batten School of Leadership – University of Virginia (Estados Unidos)</p>

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)

<p>2012 : Administradora: CDC Group Plc, Ballarpur International Graphic Paper Holdings Membro : Conselho da Batten School of Leadership – University of Virginia (Estados Unidos)</p>	<p>2011 : Administradora: CDC Group Plc, Ballarpur International Graphic Paper Holdings Membro : Conselho da Batten School of Leadership – University of Virginia (Estados Unidos)</p>		
--	--	--	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.
 (*) Sociedade cotada.

OUTROS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Philippe BORDENAVE Principal função: Diretor geral delegado do BNP Paribas	
Nascido a 2 de agosto de 1954	<u>Mandatos⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Antin Participation 5 (SAS), representante permanente BNP Paribas ^(*) , Diretor geral delegado BNP Paribas Personal Finance, administrador BNP Paribas Securities Services (SCA), representante permanente
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 50 119 Morada profissional: 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANCE	
<u>Estudos</u> Antigo aluno da École Polytechnique Doutorado em Ciências económicas Antigo aluno da École Nationale d'Administration	
Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenhou funções)	
2012 : Diretor geral delegado do BNP Paribas Administrador: BNP Paribas Personal Finance Representante permanente : Antin Participation 5 (SAS) : BNP Paribas Securities Services (SCA)	2011 : Diretor geral delegado do BNP Paribas (a partir de 1 de dezembro de 2011) Administrador : BNP Paribas UK Holdings Ltd (Grã Bretanha), BNP Paribas Personal Finance Representante permanente : Antin Participation 5 (SAS) no BNP Paribas Securities Services (SCA)

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

Georges CHODRON de COURCEL

Principal função: Diretor Geral delegado do BNP Paribas

Nascido a 20 de maio de 1950	Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo <u>BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> BNP Paribas(*), Diretor Geral delegado BNP Paribas (Suíça) SA, Presidente BNP Paribas Fortis (Bélgica), Vice-Presidente
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 71 561 Morada profissional: 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANCE	Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas fora do Grupo <u>BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Alstom(*), administrador Bouygues(*), administrador Erbé SA (Bélgica), administrateur Exane, censor GBL – Grupo Bruxelles Lambert>(* (Bélgica), administrador Lagardère SCA(*), membro do Conselho de vigilância Nexans(*), administrador SCOR Holding (Suíça) AG (Suíça), administrador SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), administrador SCOR Switzerland AG (Suíça), administrador SGLRI – SCOR Global Life Reinsurance Ireland (Irlanda), administrador Société Foncière, Financière et de Participation (FFP)(*), administrador Verner Investissements SAS, administrador
Estudos Diploma da École Centrale de Paris Licenciado em Ciências económicas	

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2012 : Diretor Geral delegado do BNP Paribas Presidente : BNP Paribas (Suíça) SA Vice-Presidente : BNP Paribas Fortis (Bélgica) Administrador : Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participation (FFP), Nexans, CNP – Compagnie Nationale à Portefeuille (Bélgica), Erbé SA (Bélgica), GBL – Grupo Bruxelles Lambert (Bélgica), SCOR Holding (Suíça) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS Membro do Conselho de vigilância: Lagardère SCA Censor: Exane, SCOR SE	2011 : Diretor Geral delegado do BNP Paribas Presidente : Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA Vice-Presidente: BNP Paribas Fortis (Bélgica) Administrador: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participation SA, Nexans, CNP – Compagnie Nationale à Portefeuille (Bélgica), Erbé SA (Bélgica), GBL – Grupo Bruxelles Lambert (Bélgica), SCOR Holding (Suíça) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS Membro do Conselho de vigilância: Lagardère SCA Censor: Exane, SCOR SE	2010 : Diretor Geral delegado do BNP Paribas Presidente: Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA Vice-Presidente: BNP Paribas Fortis (Bélgica) Administrateur: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participations SA, Nexans, Erbé SA (Bélgica), Grupo Bruxelles Lambert – GBL (Bélgica), SCOR Holding (Suíça) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS Membro do Conselho de vigilância: Lagardère SCA Censor : Exane, Safran, SCOR SE	2009 : Diretor Geral delegado do BNP Paribas Presidente: Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA Vice-Presidente: BNP Paribas Fortis (Bélgica) Administrador: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participations SA, Nexans, Erbé SA (Bélgica), Grupo Bruxelles Lambert – GBL (Bélgica), SCOR Holding (Suíça) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS Membro do Conselho de vigilância: Lagardère SCA Censor: Exane, Safran, SCOR SA
---	---	---	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(*) Sociedade cotada.

François VILLEROY de GALHAU
Principal função: Diretor geral delegado do BNP Paribas

Nascido a 24 de fevereiro de 1959	Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas do Grupo <u>BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Arval Service Lease, administrador Banca Nazionale del Lavoro (Itália), administrador BGL BNP Paribas (Luxemburgo), Vice Presidente BNP Paribas ^(*) , Diretor geral delegado BNP Paribas Fortis (Bélgica), administrador BNP Paribas Leasing Solutions (Luxemburgo), administrador Cortal Consors, administrador
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽¹⁾ : 1 411 ⁽²⁾ Morada profissional : 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANÇA	
<u>Estudos</u> Antigo aluno da École Polytechnique Antigo aluno da École Nationale d'Administration	Mandatos ⁽¹⁾ em empresas cotadas ou não cotadas no exterior <u>do Grupo BNP Paribas, incluindo estrangeiras</u> Bayard Presse, membro do Conselho de vigilância Villeroy-Boch AG ^(*) (Alemanha), membro do Conselho de vigilância

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos Grupos nos quais desempenha funções)

2012 : Diretor geral delegado do BNP Paribas Vice Presidente : BGL BNP Paribas (Luxemburgo) Administrador : BNP Paribas Fortis (Bélgica), BNP Paribas Leasing Solutions (Luxemburgo), Arval Service Lease, Cortal Consors, Banca Nazionale del Lavoro (Itália) Membro do Conselho de vigilância: Bayard Presse, Villeroy-Boch AG (Alemanha)	2011 : Diretor geral delegado do BNP Paribas (a partir de 1 de dezembro de 2011) Administrador : BNP Paribas Cardif, BNP Paribas Développement, BGL BNP Paribas (Luxemburgo) Membro do Conselho de vigilância: Bayard Presse, Villeroy-Boch AG (Alemanha)		
--	---	--	--

(1) Em 31 de dezembro de 2013.

(2) Por outro lado, no âmbito do Plano Poupança Empresa, o Sr. François Villeroy de Galhau tem o equivalente a 876 ações BNP Paribas.

(*) Sociedade cotada.

REMUNERAÇÕES

REMUNERAÇÕES E VANTAGENS SOCIAIS CONCEDIDAS OS DIRIGENTES MANDATÁRIOS SOCIAIS

Política de remuneração

A política de remuneração dos dirigentes mandatários do refere-se explicitamente ao Código de governação Afep-Medef e vai buscar a sua legitimidade ao seu cuidado em aplicar uma abordagem condicente com a Carta de Responsabilidade do BNP Paribas (cf. capítulo 7.1). A determinação da remuneração dos dirigentes mandatários sociais é da responsabilidade do Conselho de Administração e baseia-se nas propostas da Comissão de remunerações. Esta Comissão é composta por três administradores independentes e um administrador representante dos assalariados.

A definição das modalidades da remuneração dos dirigentes mandatários sociais tem em consideração os seguintes objetivos:

- alinhamento com o interesse social da empresa e dos seus acionistas:

- inscrevendo-se numa perspetiva de médio longo prazo nomeadamente em termos de evolução do valor intrínseco do Banco e do desempenho relativo do título,
- integrando elementos de apreciação, que não são apenas financeiros nomeadamente tendo em consideração a dimensão RSE nos critérios qualitativos que contribuem para a estipulação da remuneração,
- assegurando-se que existe uma variabilidade suficiente dos montantes atribuídos para ter em conta a evolução do desenvolvimento da empresa sem pesar demasiado nos encargos fixos;
- transparência das remunerações:
- exaustividade: o conjunto dos elementos (fixo, plurianual, variável) é tido em conta na apreciação global da remuneração,
- equilíbrio entre os elementos de remuneração que devem contribuir para o interesse geral do Banco e estar alinhados com as melhores práticas do mercado,
- inteligibilidade de regras estáveis e exigentes ;

- atratividade para selecionar com exigência perfis reconhecidos como particularmente competentes nos domínios de atividade do Grupo.

I. Remuneração do Presidente e da Direção Geral

A remuneração dos dirigentes mandatários sociais é determinada em função das modalidades propostas pela Comissão de remunerações ao Conselho de Administração, em consonância com os princípios acima enunciados.

A remuneração inclui:

- uma parte fixa;
- um plano de incitação a longo prazo condicional (Plano de Remuneração a Longo Prazo ou PRLT) ;
- e uma parte variável.

Os níveis destes diferentes componentes são definidos em função de referências de Mercado estabelecidas com base em inquéritos levados a cabo por gabinetes especializados.

1. Remuneração fixa

Em 2013, a remuneração annual fixa do Sr. Baudouin Prot, Presidente, foi de 850 000 euros.

Em 2013, a remuneração annual fixa do Sr. Jean-Laurent Bonnafé na sua qualidade de Diretor Geral foi de 1 250 000 euros.

Em 2013, a remuneração annual fixa do Sr. François Villeroy de Galhau, Diretor Geral delegado, foi de 450 000 euros.

A remuneração annual fixa do Sr. Georges Chodron de Courcel na qualidade de Diretor Geral delegado ficou estabelecida em 600 000 euros a 700 000 euros a partir de 1 de março de 2013; não tinha sido revista desde fevereiro de 2008. Este aumento tem também em consideração a qualidade e a prudência com as quais são geridas as áreas de que é responsável bem como a sua contribuição para a orientação estratégica do Grupo.

A remuneração anual fixa do Sr. Philippe Bordenave na sua qualidade de Diretor Geral delegado é de 580 000 euros a 640 000 euros

a partir de 1 de março de 2013. Este aumento tem também em consideração o contributo do Sr. Bordenave ao nível estratégico do Grupo e o sucesso nas suas novas funções centrais após a extensão do perímetro das suas responsabilidades.

2. Plano de remuneração a longo prazo (PRLP) condicional para um período de cinco anos

Com vista a associar os dirigentes do Grupo à criação de valor num longo período de tempo, o Conselho de administração instituiu um PRLP integralmente condicional e baseado na valorização da ação num período de cinco anos, em condições que:

- por um lado, não deixem qualquer possibilidade de escolha quanto à data de pagamento;
- por outro lado limitem as possibilidades de lucro.

O Presidente do Conselho é elegível para o PRLP pelos seguintes motivos:

- as condições do PRLP são suficientemente exigentes para garantir o interesse dos acionistas a longo prazo;
- o papel do Presidente não executivo é o de confirmar que a Direção Geral implementa as condições de um desenvolvimento a longo prazo equilibrado do Grupo, de acordo com os interesses dos acionistas.

O valor inicial corresponde ao valor da remuneração variável atribuída relativamente ao exercício anterior ao que o Conselho de Administração decidiu proceder à atribuição ao título do PRLP.

No entanto, a própria existência e o valor de uma remuneração efetiva dependem de duas condições de desempenho sucessivas:

- a primeira condição de desempenho consiste na medição, após cada um dos cinco anos do período de aquisição, da evolução do curso da ação BNP Paribas relativamente ao índice de referência dos principais bancos da zona Euro « Dow Jones EURO STOXX Banks ». Aquando de cada medição, é mantido um quinto do montante inicial, um quarto do montante inicial é mantido, reduzido ou perdido em função do desempenho relativo constatado. Esta primeira condição de desempenho será então testada cinco vezes ao longo da vida de cada PRLP.

Performance relative du titre BNP Paribas par rapport à la performance de l'indice Dow Jones EURO STOXX Banks

Conséquence sur la fraction du montant initial soumise à la mesure de performance

Superior ou igual	Manutenção
Inferior por 5 ou mais pontos	Redução de 10 %
Inferior por mais de 5 pontos a 10 pontos	Redução de 30 %
Inferior por mais de 10 pontos a 15 pontos	Redução de 50 %
Inferior por mais de 15 pontos	Perda

- a segunda condição de desempenho, avaliada após um período de cinco anos, consiste na constatação do aumento da ação durante esse período, sendo certo que:
 - não sera paga nenhuma remuneração se, cinco anos após a data de atribuição, o curso da ação tiver progredido menos de 5 % ;
 - o montante pago in fine :
 - evoluirá de maneira menos que proporcional ao aumento da ação,

- será em todos os casos limitada ao limite igual ao montante do salário fixo e da remuneração variável atribuída ao beneficiário ao título do exercício anterior ao que o Conselho decidiu proceder à atribuição ao título do PRLP, de forma a atenuar os efeitos de uma forte progressão do curso do título do Banco.

Hausse de l'action	Coefficiente aplicado ao montante inicial eventualmente reduzido devido à condição sobre desempenho relativo ao título BNP Paribas
Estritamente inferior a 5 %	0 (Sem pagamento)
Superior ou igual a 5 % e inferior a 10 %	0,4
Superior ou igual a 10 % e inferior a 20 %	0,8
Superior ou igual a 20 % e inferior a 33 %	1,2
Superior ou igual a 33 % e inferior a 50 %	1,3
Superior ou igual a 50 % e inferior a 75 %	1,5
Superior ou igual a 75 %	1,75

Os montantes de PRLP atribuídos durante o exercício 2013 aos dirigentes mandatários sociais constam dos seguintes quadros de síntese.

3. Remuneração variável anual

A parte variável destina-se a refletir o contributo efetivo dos dirigentes mandatários sociais executivos no sucesso do BNP Paribas no âmbito das suas funções de dirigentes de um Grupo internacional de serviços financeiros.

Princípios gerais

a) Presidente não executivo

O Conselho desejou conformar-se à preconização da AMF e às recomendações de Mercado que não aprovam a inclusão de uma parte variável na remuneração de um Presidente não executivo. O Sr. Baudouin Prot deixou portanto de beneficiar, a partir do exercício 2013, de uma remuneração variável anual.

A eliminação desta remuneração variável traduz a independência do Presidente relativamente à Direção geral.

b) Mandatários sociais executivos

A parte variável da remuneração dos membros da Direção geral é determinada a partir de uma remuneração alvo igual a:

- 150 % da sua remuneração fixa do exercício para os Srs. Jean-Laurent Bonnafé, Georges Chodron de Courcel e Philippe Bordenave;
- 120 % da sua remuneração fixa do exercício para o Sr. François Villeroy de Galhau.

Evolui em função de critérios representativos dos Resultados do Grupo e do desempenho da gestão dos dirigentes mandatários sociais executivos.

Critérios ligados ao desempenho do Grupo (quantitativos)

Os critérios ligados ao desempenho do Grupo referem-se a:

- 75 % da remuneração variável alvo;
- e permitem calcular a parte correspondente à remuneração de maneira proporcional à evolução de indicadores calculados.

Se os objetivos baseados nos critérios quantitativos forem ultrapassados (ou não atingidos), a fração da remuneração alvo em causa evolui proporcionalmente ao limite abaixo mencionado.

Os mandatários sociais cuja remuneração é submetida a estes critérios repartem-se em duas categorias:

a) Os mandatários sociais dispoem de um perímetro de ação geral: não são responsáveis de um polo ou de áreas de intervenção em particular

Para os Srs. Jean-Laurent Bonnafé e Philippe Bordenave, os critérios quantitativos aplicam-se portanto aos desempenhos globais do Grupo:

- diferença entre o lucro líquido por ação do exercício relativamente ao anterior (37,5 % da remuneração variável alvo);
- percentagem de realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (37,5% da remuneração variável alvo).

b) Os mandatários sociais responsáveis pelos polos ou áreas de intervenção também são avaliados sobre os resultados destas atividades:

Para os Srs. Georges Chodron de Courcel e François Villeroy de Galhau:

- diferença entre o lucro líquido por ação do exercício relativamente ao exercício anterior (18,75 % da remuneração variável alvo);
- percentagem de realização do orçamento do resultado bruto de exploração do Grupo (18,75% da remuneração variável alvo);
- diferença entre o resultado líquido antes dos impostos das atividades sob a responsabilidade do exercício relativamente ao exercício anterior (18,75% da remuneração variável alvo);
- percentagem de realização dos orçamentos do resultado bruto de exploração das atividades sob a responsabilidade (18,75% da remuneração variável alvo).

Critérios pessoais (qualitativos)

A parte de remuneração variável ligada aos critérios pessoais está limitada a 25% da remuneração variável alvo. A superação dos objetivos qualitativos não dá lugar a qualquer aumento da parte variável ligada a estes critérios.

Os critérios pessoais dizem respeito ao desempenho de gestão avaliado pelo Conselho de administração tendo em consideração as capacidades de antecipação, de decisão, de animação e de exemplaridade:

- antecipar: definir uma visão, preparar o futuro, favorecer o espírito de inovação, assegurar a substituição e a internacionalização dos quadros dirigentes;
- decidir: determinar, com os responsáveis em causa, e implementar as medidas necessárias ao desenvolvimento do Grupo, à sua eficácia interna e à adequação da sua política de risco, de control interno e de gestão do capital;
- animar: reconhecer os comportamentos que estão em conformidade com os valores do Grupo (o compromisso, a ambição, a criatividade, a reatividade). Suscitar a iniciativa e a cooperação interna. Promover uma cultura da mudança e do desempenho;

- ser exemplar: conduzir o Grupo de forma ética e ativa de responsabilidade económica, social, cívica e ambiental (cf. os 4 pilares e os 12 compromissos da política RSE do Grupo apresentados no capítulo 7.1). Privilegiar uma estratégia a longo prazo baseada no desempenho sustentável.

O Conselho de administração assegura também a coerência do montante da remuneração variável annual com a evolução dos resultados do Grupo.

De qualquer modo, o montante da remuneração variável annual para cada um dos mandatários sociais é limitado a 180 % da remuneração fixa.

Apreciação da realização dos objetivos fixados para o exercício 2013

O Conselho de administração de 6 de março de 2014 procedeu à avaliação da realização dos objetivos fixados.

Tendo em conta os resultados do Grupo para o exercício 2013, os objetivos quantitativos fixados foram atingidos a:

- 83,6 % para os Srs. Jean-Laurent Bonnafé e Philippe Bordenave;
- 83,3% para o Sr. Georges Chodron de Courcel;
- 91,1% para o Sr. François Villeroy de Galhau.

Após análise dos critérios qualitativos e da evolução dos resultados do Grupo, o Conselho de administração, sob proposta da Comissão das remunerações, fixou a remuneração variável atribuída para 2013, a:

- 84,2 % para o Sr. Jean-Laurent Bonnafé;
- 85,7% para o Sr. Philippe Bordenave;
- 63,4% para o Sr. Georges Chodron de Courcel;
- e 92,5% para o Sr. François Villeroy de Galhau

da remuneração variável alvo.

Os montantes de remuneração variável annual atribuída relativamente ao exercício 2013 aos dirigentes mandatários sociais executivos constam nos quadros de síntese abaixo.

Modalidades de pagamento

As modalidades de pagamento das remunerações variáveis dos dirigentes mandatários sociais executivos do Grupo BNP Paribas relativamente ao exercício 2013 foram decididas pelo Conselho de administração de 13 de fevereiro de 2013. Estas modalidades de pagamento estão em conformidade com as disposições do regulamento CRBF 97-02.

- 60 % da remuneração variável é diferido sobre três anos, respeitando simultaneamente um montante mínimo de remuneração não diferida de 300 000 euros.
- Uma metade da parte não diferida da remuneração variável é paga em março de 2014, após dedução das senhas de presença recebidos no seio do Grupo em 2013 para outras entidades que não o BNP Paribas S.A.; e a outra metade em setembro de 2014, indexada no desempenho do título BNP Paribas desde a atribuição.
- Um terço da parte diferida da remuneração variável será paga em 2015, 2016 e 2017. Metade de cada pagamento anual será feito no mês de março e a outra metade em setembro, indexado ao desempenho do título BNP Paribas desde a atribuição.

Por outro lado, o pagamento anual da remuneração variável diferida depende da condição que o ROE antes dos impostos do Grupo, relativamente ao ano anterior ao pagamento, seja inferior a 5 %.

II. Planos de opções de subscrição ou de compra de ações: Nada a assinalar

Desde 2009, os dirigentes mandatários sociais em funções não beneficiaram de atribuições de opções de subscrição ou de compra de ações.

III. Ações de desempenho: Nada a assinalar

Os dirigentes mandatários sociais em funções não beneficiam de atribuições de ações de desempenho ou de ações gratuitas.

IV. Vantagens posteriores ao emprego

1. Indemnizações ou vantagens devidas ou suscetíveis de serem devidas na sequência de cessação ou de mudança de funções

Senhor Jean-Laurent Bonnafé, entrou na BNP Paribas em 1993, foi nomeado Diretor Geral a 1 de dezembro de 2011, aceitou renunciar (com efeitos a partir de 1 de julho de 2012) ao seu contrato de trabalho em conformidade com as recomendações do Código de governo da empresa Afep-Medef.

Esta decisão tem por consequência um perda, com exceção dos dispositivos comuns de seguro de por morte ou invalidez, de cobertura das despesas de saúde e do regime de reforma com cotizações definidas, as vantagens das disposições da convenção coletiva e dos acordos de empresa de que poderá ter beneficiado enquanto assalariado e quadro dirigente há cerca de vinte anos (nomeadamente os direitos ligados ao contrato de trabalho em caso de rutura do mesmo).

Em contrapartida, uma convenção regulamentada foi submetida à votação dos acionistas e aprovada aquando da Assembleia Geral estatuinte sobre as contas do exercício 2012. Prevê as seguintes disposições, em caso de cessação das funções de Diretor geral do Senhor Jean-Laurent Bonnafé:

1. não será devida nenhuma indemnização de saída ao Senhor Jean-Laurent

Bonnafé :

- em caso de falta grave ou de falta pesada,
- em caso de não satisfação das condições de desempenho enunciadas no ponto 2,
- ou no caso em que decidiria por fim voluntariamente às suas funções de Diretor geral;

2. se a cessação das funções do Senhor Jean-Laurent Bonnafé viesse a ocorrer nos casos referidos no ponto 1, ser-lhe-ia paga uma indemnização condicional calculada como segue:

a) se, em pelo menos dois dos três anos anteriores à cessação das suas funções de Diretor geral, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé cumpriu pelo menos 80% dos objetivos quantitativos fixados pelo Conselho de administração para a determinação da sua remuneração variável annual, a sua indemnização seria igual a dois anos da sua última remuneração fixa e variável-alvo antecedendo a cessação de atividade,

b) caso a taxa de sucesso indicada em (2a) não tenha sido atingida mas a empresa tenha um resultado líquido parte do Grupo positivo nos dois ou três anos anteriores à cessação da sua atividade, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé receberia uma indemnização igual a dois anos de remuneração devida relativamente ao ano de 2011 ;

3) em caso de cessação das funções durante o ano anterior à data a partir da qual o Senhor Jean-Laurent Bonnafé teria a possibilidade de fazer valer os seus direitos à reforma, a indemnização paga:

- será limitada à metade da indemnização determinada acima,
- e será submetida às mesmas condições.

Os Srs. Baudouin Prot, Georges Chodron de Courcel, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau não beneficiam de qualquer compensação contratual no que respeita à cessação do seu mandato.

2. Indemnização de fim de carreira

No quadro de uma convenção autorizada pelo Conselho de administração pela qual foi posto fim ao contrato de trabalho do Sr. Baudouin Prot, o BNP Paribas comprometeu-se a pagar-lhe, quando deixar o grupo para se reformar, uma compensação de 150 000 euros correspondendo ao prémio de fim de carreira que teria recebido em aplicação de um acordo relativo à Caixa de previdência do pessoal do Banque Nationale de Paris.

O Sr. Jean-Laurent Bonnafé não receberá qualquer indemnização de fim de carreira aquando da sua partida para a reforma.

Os Srs. Georges Chodron de Courcel, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau, Diretores Gerais delegados, beneficiam das disposições aplicáveis aos colaboradores do BNP Paribas SA em matéria de indemnização de fim de carreira em função da sua situação contratual inicial.

3. Regimes de reforma suplementares

Os Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel, hoje respetivamente Presidente do Conselho de administração e Diretor geral delegado, beneficiam de um regime coletivo e condicional de reforma suplementar com prestações definidas em conformidade com as disposições do artigo L137.11 do Código da Segurança Social. No âmbito deste regime, as pensões são calculadas, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua partida para a reforma, com base nas remunerações fixas e variáveis recebidas em 1999 e 2000, sem possibilidade de aquisição posterior de direitos.

Os valores de reforma, incluindo as pensões do regime geral da Segurança Social e os regimes complementares da ARRCO e da AGIRC, assim como, se for o caso, os complementos bancários resultando do acordo profissional que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1994 e as pensões adquiridas com o apoio da empresa junto dos regimes suplementares de capitalização representam no máximo 50 % das remunerações assim determinadas.

Estes valores seriam revalorizados de 1 de janeiro de 2002 (na sequência da transformação dos regimes de prestações definidas em regimes de tipo aditivo) até à data de liquidação efetiva das pensões, com base na taxa média anual de evolução das pensões pagas pela Segurança Social, a ARRCO e da AGIRC. O aumento dos direitos potenciais será limitado aos efeitos desta revalorização. No momento da liquidação, as pensões aditivas serão iguais ao diferencial constatado entre estes montantes assim revalorizados e as prestações de reforma do regime geral e dos regimes complementares ou suplementares acima referidos. Estas pensões aditivas, então definitivamente calculadas, serão indexadas à taxa de crescimento do valor de serviço do ponto AGIRC.

Por aplicação deste regime, o montante anual da reforma anual em

31 de dezembro de 2013 está fixado em 522 432 euros para o Sr. Baudouin Prot e 334 360 euros para o Sr. Georges Chodron de Courcel. Estes montantes incluem as pensões das reformas obrigatórias (Segurança Social, ARRCO, AGIRC).

Este regime de reforma foi objeto de uma externalização numa companhia de seguros exterior ao grupo.

A vantagem constituída pelos regimes de reforma sempre foi tida em conta pelo Conselho de administração na determinação das remunerações globais dos mandatários sociais. O Conselho de administração constatou em 2009 que este regime era conforme às disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF.

O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados beneficiam do dispositivo de reforma com descontos definidos (art. 83o do Código Geral dos Impostos) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O valor dos descontos pagos a este título pela empresa foi, em 2013, de 407 euros por beneficiário.

4. Regime de previdência

Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados beneficiam dos dispositivos de previdência flexível oferecidos aos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas SA em matéria de seguro por morte e invalidez, assim como do regime comum de cobertura das despesas de saúde.

Beneficiam, por outro lado, do dispositivo da Garantia de Vida Profissional Acidentes (seguro por morte e invalidez) em vigor em benefício do conjunto dos funcionários do BNP Paribas SA, assim como do dispositivo complementar implementado em benefício dos membros da Comissão Executiva do Grupo, oferecendo um capital complementar de 1,10 milhão de euros em caso de morte ou de invalidez permanente total ligadas à atividade profissional.

V. Detenção de ações e conservação de ações resultante do exercício de opções

O Conselho de administração confirmou que o Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados tinham o dever de conservar até à cessação das suas funções uma quantidade de ações provenientes do exercício de opções. Esta obrigação de conservação é fixada a 50 % da mais valia líquida de aquisição realizada sobre as opções atribuídas a partir de 1 de setembro de 2008, data em que foi nomeado mandatário social. Esta obrigação de conservação aplica-se aos Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau para as opções que lhes seriam atribuídas a partir de 1 de dezembro de 2011. Esta será considerada como cumprida desde que os limites definidos abaixo no âmbito da detenção de ações sejam atingidos por meio de ações provenientes do exercício de opções. O Conselho de administração decidiu que os Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel continuam obrigados a deter durante o tempo das suas funções, a quantidade mínima de títulos que o Conselho de administração havia anteriormente fixado em 80 000 ações para o Sr. Baudouin Prot e 30 000 ações para o Sr. Georges Chodron de Courcel. Decidiu igualmente que a quantidade mínima de títulos que o Sr. Jean-Laurent Bonnafé será obrigado a deter durante o tempo das suas funções passará de 30 000 ações para 80 000 ações, ou seja um número de ações idêntico ao que havia sido fixado para o Sr. Baudouin Prot nas suas funções de Diretor Geral. O cumprimento desta obrigação, sob forma de detenção direta de ações ou de participações de fundos do Plano Poupança Empresa integralmente investidas em ações BNP Paribas, deverá ser realizado pelo Sr. Jean-Laurent Bonnafé, o mais tardar, a 1 de dezembro de 2014, ou seja três anos após a sua nomeação na qualidade de Diretor Geral.

Tendo em conta a sua remuneração respetiva, o Conselho de administração definiu a quantidade mínima de títulos que os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau deverão deter durante o tempo das suas funções sob forma de ações ou de participações em fundos do Plano Poupança Empresa integralmente investidas em ações BNP Paribas. Foi fixada esta quantidade mínima em 30 000 títulos para o Sr. Philippe Bordenave e em 20 000 títulos para o Sr. François Villeroy de Galhau. O cumprimento desta obrigação deverá ocorrer, o mais tardar, a 1 de dezembro de 2016.

REMUNERAÇÃO E VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO OS ADMINISTRADORES REPRESENTANDO OS ASSALARIADOS

O conjunto das remunerações pagas em 2013 aos administradores representando os assalariados ascendeu, proporcionalmente à sua presença, a 81 636 euros (114 370 euros em 2012), excluindo as senhas de presença ligadas ao seu mandato. As senhas de presença pagas em 2013 aos administradores representando os assalariados ascenderam no total a 112 352 euros (82 058 euros em 2012). Foram pagas diretamente às suas organizações sindicais.

Os administradores assalariados eleitos pelo pessoal beneficiam dos dispositivos oferecidos a todos os colaboradores do BNP Paribas SA em matéria de seguro por morte e invalidez e de Garantia de Vida Profissional Acidentes, assim como de uma cobertura para reembolso das despesas de saúde. O montante total dos prémios pagos pelo BNP Paribas a estes regimes em 2013, por conta destes administradores representando os assalariados foi de 1 831 euros (1 833 euros em 2012).

Os administradores representando os assalariados beneficiam do dispositivo de reforma com descontos definidos (art. 83 do Código geral dos impostos) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante total dos descontos pagos pelo BNP Paribas para este regime em 2013 por conta destes mandatários sociais foi de 720 euros (738 euros em 2012). Beneficiam também dos complementos bancários resultantes do acordo profissional entrado em vigor a 1 de janeiro de 1994.

EMPRÉSTIMOS, ADIANTAMENTOS E GARANTIAS CONCEDIDOS AOS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2013, o montante dos empréstimos em curso concedidos direta ou indiretamente aos mandatários sociais ascende a 1 263 432 euros (2 700 091 euros em 31 de dezembro de 2012); corresponde à soma dos empréstimos concedidos aos mandatários sociais do BNP Paribas assim como aos seus cônjuges. Estes empréstimos constitutivos de operações correntes foram consentidos em condições normais.

ELEMENTOS NUMÉRICOS DA REMUNERAÇÃO DOS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Síntese das remunerações e das opções e ações atribuídas a cada dirigente mandatário social

	2012	2013
Baudouin PROT - Presidente do Conselho de administração		
Remunerações atribuídas no âmbito do exercício	1 944 969	1 208 961
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
Valorização das ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
TOTAL	1 944 969	1 208 961
Jean-Laurent BONNAFÉ - Diretor Geral		
Remunerações atribuídas no âmbito do exercício	3 182 134	3 440 375
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
Valorização das ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
TOTAL	3 182 134	3 440 375
Philippe BORDENAVE - Diretor Geral delegado		
Remunerações atribuídas no âmbito do exercício	1 636 440	1 731 896
Valorisation des options attribuées au cours de l'exercice	Nada	Nada
Valorização das ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
TOTAL	1 636 440	1 731 896
Georges CHODRON de COURCEL - Diretor Geral delegado		
Remunerações atribuídas no âmbito do exercício	1 699 273	1 634 199
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
Valorização das ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
TOTAL	1 699 273	1 634 199
François VILLEROY de GALHAU - Diretor Geral delegado		
Rémunérations attribuées au titre de l'exercice	1 091 535	1 130 232
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
Valorização das ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
TOTAL	1 091 535	1 130 232

A tabela abaixo apresenta a remuneração bruta devida no âmbito do exercício ou atribuída durante o exercício e a remuneração paga em 2013 assim como as senhas de presença e as vantagens em natureza de 2013 para cada mandatário social.

Quadro recapitulativo das remunerações de cada dirigente mandatário social

Em euros					
Baudouin PROT Presidente do Conselho de administração	Remuneração fixa	850 000	850 000	850 000	850 000
	Remuneração variável anual	825 000	819 495	Nada	1 069 324
	Remuneração variável plurianual ⁽¹⁾	228 565		275 055	
	Remuneração excepcional	Nada	Nada	Nada	Nada
	Senhas de presença ⁽²⁾	93 010	93 010	80 248	80 248
	Dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(55 307)			
	Vantagens em natureza ⁽³⁾	3 701	3 701	3 658	3 658
	TOTAL	1 944 969	1 766 207	1 208 961	2 003 230
Jean-Laurent BONNAFÉ Diretor Geral	Remuneração fixa	1 150 000	1 150 000	1 250 000	1 250 000
	Remuneração variável anual	1 680 000	640 935	1 580 000	1 183 772
	Remuneração variável plurianual ⁽¹⁾	311 323		560 112	
	Remuneração excepcional	Nada	Nada	Nada	Nada
	Senhas de presença ⁽²⁾	143 540	143 540	140 801	140 801
	Dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(105 837)		(93 646)	
	Vantagens em natureza ⁽³⁾	3 108	3 108	3 108	3 108
	TOTAL	3 182 134	1 937 583	3 440 375	2 577 680
Philippe BORDENAVE Diretor Geral delegado	Remuneração fixa	580 000	580 000	630 000	630 000
	Remuneração variável anual	860 000	406 366	810 000	679 977
	Remuneração variável plurianual ⁽¹⁾	193 561		286 724	
	Remuneração excepcional	Nada	Nada	Nada	Nada
	Senhas de presença ⁽²⁾	7 500	7 500	12 075	12 075
	Dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(7 500)		(12 075)	
	Vantagens em natureza ⁽³⁾	2 879	2 879	5 172	5 172
	TOTAL	1 636 440	996 744	1 731 896	1 327 224
Georges CHODRON de COURCEL Diretor Geral delegado	Remuneração fixa	600 000	600 000	683 333	683 333
	Remuneração variável anual	890 000	457 166	650 000	779 884
	Remuneração variável plurianual ⁽¹⁾	205 132		296 726	
	Remuneração excepcional	Nada	Nada	Nada	Nada
	Senhas de presença ⁽²⁾⁽⁴⁾	98 558	77 063	77 063	
	Dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(98 558)		(77 063)	
	Vantagens em natureza ⁽³⁾	4 141	4 141	4 140	4 140
	TOTAL	1 699 273	1 159 864	1 634 199	1 544 420

Em euros

François VILLEROY de GALHAU Diretor Geral delegado	Remuneração fixa	450 000	450 000	450 000	450 000
	Remuneração variável anual	530 000	216 815	500 000	344 124
	Remuneração variável plurianual ⁽¹⁾	108 421		176 702	
	Remuneração excepcional	Nada	Nada	Nada	Nada
	Senhas de presença ⁽²⁾	86 042	86 042	129 331	129 331
	Dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(86 042)		(129 331)	
	Vantagens em natureza ⁽³⁾	3 114	3 114	3 530	3 530
	TOTAL	1 091 535	755 971	1 130 232	926 985

(1) Valorização do montante atribuído sob certas condições de desempenho.

(2) O Sr. Baudouin Prot não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas empresas do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA e da sociedade Erbé. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito deste último mandato é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Jean-Laurent Bonnafé não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA, BNP Paribas Fortis, BNL e da sociedade Erbé. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito destes três últimos mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Philippe Bordenave não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção do seu mandato de administrador do BNP Paribas Personal Finance. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito do mandato é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Georges Chodron de Courcel não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas Suíça, da sociedade Erbé e do BNP Paribas Fortis. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito destes mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. François Villeroy de Galhau não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas empresas do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador de BGL, BNL, BNP Paribas Fortis e Cortal Consors. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito destes mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

(3) O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados dispõem de uma viatura de funções e de um telemóvel.

(4) Após tomada em consideração do imposto pago referente a 2011 e 2012 relativo às senhas de presença do BNP Paribas Fortis. A taxa de encargos e contribuições sociais média sobre estas remunerações em 2013 é de 44% (30,5% em 2012).

Senhas de presença e outras remunerações recebidas pelos mandatários sociais não dirigentes

Mandatários sociais não dirigentes	Montantes pagos em 2012	Montantes pagos em 2013
BÉBÉAR Claude ⁽²⁾		
Senhas de presença	31 306	
De CHALENDAR Pierre André ⁽³⁾		
Senhas de presença	16 461	49 535
GIANNO Jean-Marie ^{(1) (5)}		
Senhas de presença	10 054	
GUILLOU Marion ⁽⁴⁾		
Senhas de presença		16 255
KESSLER Denis		
Senhas de presença	71 294	91 223
KUNOVA Meglena ⁽⁸⁾		
Senhas de presença	46 203	23 792
LEPETIT Jean-François		
Senhas de presença	76 177	93 324
De MARGERIE Christophe ⁽⁴⁾		
Senhas de presença		13 961
MISSON Nicole ⁽¹⁾		
Senhas de presença	45 489	60 355
MOUCHARD Thierry ^{(1) (6)}		
Senhas de presença	26 515	51 997
PARISOT Laurence		
Senhas de presença	39 615	51 997
PÉBEREAU Michel		
Senhas de presença	44 859	62 850
PLOIX Hélène		
Senhas de presença	53 672	68 305
SCHWEITZER Louis ⁽⁸⁾		
Senhas de presença	67 896	37 375
TILMANT Michel		
Senhas de presença	55 547	68 567
VAN BROEKHOVEN Emiel		
Senhas de presença	55 547	68 567
WEBER-REY Daniela ⁽⁷⁾		
Senhas de presença	46 522	34 072
WICKER-MIURIN Fields		
Senhas de presença	52 432	68 567
TOTAL	739 589	860 742

(1) Os administradores apenas receberam senhas de presença com exceção dos administradores representando os assalariados (cf. parágrafo VI : Remuneração e vantagens sociais beneficiando os administradores representando os assalariados).

(2) Mandato terminado em 23 de maio de 2012.

(3) Mandato iniciado em 23 de maio de 2012.

(4) Mandato iniciado em 15 de maio de 2013.

(5) Mandato terminado em 15 de fevereiro de 2012.

(6) Mandato iniciado em 16 de fevereiro de 2012.

(7) Mandato terminado em 31 de maio de 2013.

(8) Mandato terminado em 15 de maio de 2013.

Opções de subscrição ou de compra de ações atribuídas durante o exercício a cada dirigente mandatário social pelo emissor e por qualquer sociedade do Grupo

	Número e data do plano	Natureza das opções (compra ou subscrição)	Valorização das opções segundo o método escolhido para as contas consolidadas	Número de opções atribuídas durante o exercício	Preço de exercício	Período de exercício
Baudouin PROT			Nada			
Jean-Laurent BONNAFÉ			Nada			
Philippe BORDENAVE			Nada			
Georges CHODRON de COURCEL			Nada			
François VILLEROY de GALHAU			Nada			

Opções de subscrição ou de compra de ações exercidas durante o exercício por cada dirigente mandatário social

Baudouin PROT		Plano 1 de 21/03/2003		161 352	35,87	
				40 336	37,67	
Jean-Laurent BONNAFÉ				Nada		
Philippe BORDENAVE		Plano 1 de 21/03/2003		26 073	35,87	
				12 411	37,67	
Georges CHODRON de COURCEL				Nada		
François VILLEROY de GALHAU		Plano 7 de 06/04/2009		9 995	35,11	

Ações de desempenho atribuídas durante o exercício a cada dirigente mandatário social pelo emissor e por qualquer sociedade do Grupo

Número e data do plano	Número de ações atribuídas durante o exercício	Valorização das opções segundo o método escolhido para as contas consolidadas	Data de aquisição	Data de disponibilidade	Condições de desempenho
Baudouin PROT		Nada			
Jean-Laurent BONNAFÉ		Nada			
Philippe BORDENAVE		Nada			
Georges CHODRON de COURCEL		Nada			
François VILLEROY de GALHAU		Nada			

Ações de desempenho que ficaram disponíveis durante o exercício para cada dirigente mandatário social



Baudouin PROT	Nada
Jean-Laurent BONNAFÉ	Nada
Philippe BORDENAVE	Nada
Georges CHODRON de COURCEL	Nada
François VILLEROY de GALHAU	Nada

Histórico das atribuições de opções de subscrição ou de compra de ações

Lista	Plano 1	Plano 2	Plano 3	Plano 4	Plano 5	Plano 6	Plano 7	Plano 8	Plano 9	
Data da Assembleia	23/05/2000	23/05/2000	23/05/2000	18/05/2005	18/05/2005	18/05/2005	21/05/2008	21/05/2008	21/05/2008	
Data do Conselho de administração	21/03/2003	24/03/2004	25/03/2005	05/04/2006	08/03/2007	18/04/2008	06/04/2009	05/03/2010	04/03/2011	
Número total de ações podendo ser subscritas ou compradas, cujo número podendo ser subscrito ou comprado:	6 835 045	1 830 649	4 475 028	3 987 389	3 719 812	4 085 347	2 437 234	2 423 700	2 296 820	
pelos mandatários sociais	405 083	15 325	315 427	380 354	380 386	394 737	82 028	49 800	37 320	
Baudouin PROT	201 688		155 125	184 537	174 300	174 299				
Jean-Laurent BONNAFÉ	60 523		41 368	51 261	61 518	61 517				
Philippe BORDENAVE	62 059		41 368	36 908	36 911	41 012	41 014	24 900	18 660	
Georges CHODRON de COURCEL	80 813		62 052	92 269	92 277	102 529				
François VILLEROY de GALHAU		15 325	15 514	15 379	15 380	15 380	41 014	24 900	18 660	
Ponto de partida de exercício das opções	21/03/2007	24/03/2008	25/03/2009	06/04/2010	08/03/2011	18/04/2012	08/04/2013	05/03/2014	04/03/2015	
Data de validade	20/03/2013	21/03/2014	22/03/2013	04/04/2014	06/03/2015	15/04/2016	05/04/2017	02/03/2018	04/03/2019	
Preço de subscrição ou de compra ⁽¹⁾	35,87	48,15	53,28	73,4	80,66	64,47	35,11	51,2	56,45	
Preço ajustado válido em 31/12/2013 ⁽²⁾	37,67	50,55	55,99	77,06						
Modalidades de exercício (quando o plano inclui várias tranches)	30% da atribuição é condicional e é dividida em 3 tranches iguais submetidas a condições de desempenho. O preço de exercício pode ser ajustado em alta em função do nível de alcance das condições de desempenho aplicáveis a cada tranche.						60% da atribuição é condicional e é dividida em 4 tranches iguais submetidas a condições de desempenho. O preço de exercício pode ser ajustado em alta em função do nível de alcance das condições de desempenho aplicáveis a cada tranche.		100% da atribuição é condicional e é dividida em 4 tranches iguais submetidas a condições de desempenho. O preço de exercício pode ser ajustado em alta em função do nível de alcance das condições de desempenho aplicáveis a cada tranche.	
Número de ações subscritas em 31/12/2013	405 083	7 575	-	-	-	-	9 995	-	-	
Número acumulado de opções de subscrição ou de compra de ações anuladas ou caducas	-	-	315 427	-	-	-	-	-	-	
Opções de subscrição ou de compra de ações restantes em fim de exercício (31/12/2013)	-	7 750	-	380 354	380 386	394 737	72 033	49 800	37 320	

(1) Os preços desses planos não contêm descontos e foram ajustados para ter em consideração destacamentos de um direito preferencial de subscrição ocorridos a 07/03/2006 e a 30/09/2009 em conformidade com a regulamentação em vigor.

(2) Em certas tranches para as quais as condições de desempenho não foram totalmente atingidas.

Histórico das atribuições de ações de desempenho

Informação sobre as ações de desempenho Lista	Plano 1	Plano 2
Date de l'Assemblée	21/05/2008	21/05/2008
Date du Conseil d'administration ou du Directoire selon le cas	05/03/2010	04/03/2011
Nombre total d'actions attribuées, dont le nombre attribué à :	998 015	1 040 450
Les mandataires sociaux	6 210	9 330
Baudouin PROT	-	-
Jean-Laurent BONNAFÉ	-	-
Philippe BORDENAVE	3 105	4 665
Georges CHODRON de COURCEL	-	-
François VILLEROY de GALHAU	3 105	4 665
Date d'acquisition des actions	05/03/2013	04/03/2014
Date de fin de période de conservation	05/03/2015	04/03/2016
Conditions de performance ⁽¹⁾	oui	oui
Nombre d'actions acquises au 31/12/2013	4 140	0
Nombre cumulé d'actions annulées ou caduques	2 070	0
Actions de performance restantes en fin d'exercice (31/12/2013)	0	9 330

(1) Esta condição de desempenho baseia-se na progressão do resultado por ação do Grupo (é realizada quer anualmente se o resultado por ação do Grupo aumenta de 5 % ou mais relativamente ao exercício anterior, quer de maneira acumulada após três anos o período de aquisição).

Os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau receberam as ações de desempenho integralmente condicionais apresentadas acima antes dos seu mandato.

Valorização dos planos de remunerações variáveis plurianuais à data de atribuição e a 31 de dezembro de 2013

Sociedade emissora do plano	BNP Paribas		BNP Paribas		BNP Paribas	
Data de atribuição do plano	12/04/2011		03/05/2012		02/05/2013	
Data de vencimento do plano	12/04/2016		03/05/2017		02/05/2018	
	À data de atribuição do plano	Em 31/12/2013	À data de atribuição do plano	Em 31/12/2013	À data de atribuição do plano	Em 31/12/2013
Valorização ⁽¹⁾						
Baudouin PROT	492 506	703 939	228 565	714 255	275 055	523 793
Jean-Laurent BONNAFÉ	399 744	571 354	311 323	972 870	560 112	1 066 632
Philippe BORDENAVE	0	0	193 561	604 868	286 724	546 014
Georges CHODRON de COURCEL	323 780	462 779	205 132	641 029	296 726	565 061
François VILLEROY de GALHAU	0	0	108 421	338 811	176 702	336 497
TOTAL	1 216 031	1 738 072	1 047 002	3 271 832	1 595 319	3 037 997

(1) Valorização segundo o método escolhido para as contas consolidadas.

Situação contratual pormenorizada dos mandatários sociais

Dirigentes mandatários sociais em 31 de dezembro de 2012				
M. Baudouin PROT	✓	✓		✓
Presidente do Conselho de administração				
M. Jean-Laurent BONNAFÉ	✓ ⁽¹⁾		✓ ⁽²⁾	✓ ⁽³⁾
Diretor Geral				
Sr. Philippe BORDENAVE	✓		✓ ⁽²⁾	✓
Diretor Geral delegado				
Sr. Georges CHODRON de COURCEL	✓	✓		✓
Diretor Geral delegado				
Sr. François VILLEROY de GALHAU	✓		✓ ⁽²⁾	✓
Diretor Geral delegado				

(1) Renúncia ao contrato de trabalho com efeito a 1 de julho de 2012.

(2) Jean-Laurent Bonnafé, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau beneficiam exclusivamente do regime de reforma artigo 83º do Código geral dos impostos implementado para todos os assalariados e os mandatários sociais do BNP Paribas SA.

(3) Cf. parágrafo Indemnizações ou vantagens devidos ou suscetíveis de ser devidos devido à cessação ou mudança de funções.

CONSULTA DOS ACIONISTAS SOBRE A REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS DIRIGENTES MANDATÁRIOS SOCIAIS EM APLICAÇÃO DO CÓDIGO AFEP-MEDEF

Os elementos da remuneração devida ou atribuída no quadro do exercício 2013 a cada dirigente mandatário social submetido ao voto consultivo dos acionistas são os seguintes:

Elementos da remuneração devida ou atribuída no quadro do exercício ao Sr. Baudouin PROT submetidos ao parecer dos acionistas*

	2013	Comentários
Baudouin PROT - Presidente do Conselho de administração		
Remuneração fixa devida no quadro do exercício	850 000	A remuneração do Sr. Baudouin PROT é determinada segundo modalidades propostas pelo Comité das remunerações ao Conselho de administração. Esta remuneração fixa não evoluiu em 2013.
Programa de remuneração a longo prazo condicional (pagamento integralmente diferido a cinco anos)	275 055	O justo valor à data de atribuição (2 de maio de 2013) fica estabelecido em 275 055 euros para o Sr. Baudouin PROT. O plano de remuneração a longo prazo (PRLP) a cinco anos é integralmente condicional a o desempenho do título BNP Paribas relativamente a um painel de bancos europeus. O montante pago in fine será em função do aumento do curso da ação constatada num período de cinco anos; Evoluirá de forma menos proporcional a este aumento e no limite de 1,75 vezes a remuneração variável atribuída no quadro do exercício anterior (ou seja, um montante máximo de 1 443 750 euros). Por fim, não será paga qualquer remuneração se, cinco anos após a data de atribuição, o curso da ação tiver progredido menos de 5 %.
Remuneração variável anual atribuída no quadro do exercício (**)	Nada	O Conselho desejou conformar-se à preconização da AMF e às recomendações de mercado que não aprovam a inclusão de uma parte variável na remuneração de um Presidente não executivo. O Sr. Baudouin PROT deixa portanto de beneficiar, a partir do exercício 2013, de uma remuneração variável anual. A supressão desta remuneração variável traduz a independência do Presidente relativamente à Direção geral.
Senhas de presença	80 248	O Sr. Baudouin PROT não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA e da sociedade Erbé.
dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	Nada	
Remuneração excepcional	Nada	O Sr. Baudouin PROT não beneficiou de qualquer remuneração excepcional durante o exercício.
Opções de ações atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída nenhuma opção ao Sr. Baudouin PROT durante o exercício.
Ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída nenhuma ação de desempenho ao Sr. Baudouin PROT durante o exercício.
Indemnização de tomada ou de cessação de funções	Nada	O Sr. Baudouin PROT não beneficia de nenhuma indemnização de tomada ou de cessação de funções.
Regime de reforma complementar com prestações definidas	Nada	O Sr. Baudouin PROT tem um regime coletivo e condicional de reforma complementar com prestações definidas em conformidade com o artigo L137.11 do Código da Segurança Social. No quadro deste regime, a sua pensão seria calculada, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua saída para a reforma, com base nas suas remunerações fixas e variáveis recebidas em 1999 e 2000, sem possibilidade de aquisição posterior de direitos. A título de ilustração, o montante da renda anual em 31 de dezembro de 2013 representaria menos de 25 % da média da remuneração (fixa mais variável incluindo o PRLP com base no seu valor contabilístico) dos três últimos exercícios.
Regime de reforma complementar com prestações definidas	407	O Sr. Baudouin PROT beneficia do dispositivo de reforma com prestações definidas (art. 83 do Código geral dos impostos) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante das prestações pagas pela empresa para o Sr. Baudouin PROT foi, em 2013, de 407 euros.
Regime coletivo de previdência e de despesas de saúde	4 905	O Sr. Baudouin PROT beneficia dos dispositivos de previdência por incapacidade, invalidez e morte e de cobertura das despesas de saúde oferecidos aos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas SA. Beneficia ainda do dispositivo de garantia de Vida Profissional Acidentes em vigor em benefício do conjunto dos assalariados do BNP Paribas SA, assim como de um dispositivo complementar implementado para benefício dos membros do Comité Executivo do Grupo.
	3 658	O Sr. Baudouin PROT dispõe de uma viatura de funções e de um telemóvel.
Vantagens de toda a natureza		
TOTAL	1 214 274	

* Os elementos de remuneração pagos durante o exercício 2013 encontram-se no Capítulo 2 Governo da Sociedade do Documento de Referência 2013 (parte Remunerações).

**A remuneração variável diferida em 2013 no âmbito dos exercícios passados ascendeu a 959 631 euros.

Elementos da remuneração devida ou atribuída no âmbito do exercício ao Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ submetidos ao parecer dos acionistas*

	2013	Comentários
Jean-Laurent BONNAFÉ - Diretor Geral		
Remuneração fixa devida no âmbito do exercício	1 250 000	A remuneração do Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ é determinada segundo as modalidades propostas pelo Comité das remunerações ao Conselho de administração. Esta remuneração fixa não evoluiu em 2013.
Programa de remuneração a longo prazo condicional (pagamento integralmente diferido a cinco anos)	560 112	O justo valor à data de atribuição (2 de maio de 2013) é de 560 112 euros para o Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ. O plano de remuneração a longo prazo (PRLP) a cinco anos é integralmente condicional ao desempenho do título BNP Paribas relativamente a um painel de bancos europeus. O montante pago in fine será de 560 112 euros em função do aumento do curso da ação constatado por um período de cinco anos; evoluirá de maneira menos que proporcional a este aumento e no limite de 1,75 vezes a remuneração variável atribuída no âmbito do exercício anterior (ou seja um montante máximo de 2 940 000 euros). Por fim, não será paga qualquer outra remuneração se, cinco anos após a data de atribuição, o curso da ação tiver progredido menos de 5 %
Remuneração variável anual atribuída no âmbito do exercício (**)	1 580 000	A remuneração variável do Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ evoluiu em função de critérios representativos dos resultados do Grupo e do seu desempenho de gestão. É exprimida em percentagem de uma remuneração variável alvo correspondendo a 150 % da remuneração fixa do exercício. Os critérios quantitativos aplicam-se aos desempenhos globais do Grupo; são os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ■ lucro líquido por ação do exercício relativamente ao do exercício anterior (37,5% da remuneração variável alvo); ■ percentagem de realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (37,5% da remuneração variável alvo). Resulta que os objetivos quantitativos fixados para o exercício foram atingidos a 83,6 %. Após análise dos critérios qualitativos e de um limite máximo proposto pelo Comité das remunerações, O Conselho de administração fixou em 84,2% do alvo a remuneração variável global. <p>A remuneração variável do Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ atribuída no âmbito do exercício ascende a 1 580 000 euros.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ A parte não diferida da remuneração variável (ou seja 40%) será paga por metade em março de 2014, após dedução das senhas de presença recebidas no seio do Grupo em 2013 para outras entidades do Grupo à exceção do BNP Paribas SA; e a outra metade em setembro de 2014, indexada ao desempenho do título BNP Paribas. ■ A parte diferida da remuneração variável (ou seja 60%) será paga por terços em 2015, 2016 e 2017; cada pagamento anual será feito por metade em março, e outra metade em setembro indexado ao desempenho do título BNP Paribas. O pagamento anual da remuneração variável diferida é submetido à condição que o ROE, antes dos impostos do Grupo no ano anterior ao pagamento, tenha sido superior a 5 %.
Senhas de presença dos quais senhas de presença deduzidos da remuneração o variável	140 801 (93 646)	O Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA, BNP Paribas Fortis, BNL e da sociedade Erbé. O montante das senhas de presença atribuído ao Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ no âmbito de mandatos nas sociedades consolidadas do Grupo (salvo BNP Paribas SA) é deduzido da sua remuneração variável
Remuneração excepcional	Nada	O Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ não beneficiou de nenhuma remuneração excepcional durante o exercício.
Opções de ações atribuídas durante do exercício	Nada	Não foi atribuída qualquer opção ao Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ durante o exercício.
Ações de desempenho atribuídas durante do exercício	Nada	Não foi atribuída qualquer ação de desempenho ao Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ durante o exercício.
Indemnização de tomada ou de cessação de funções	Nada	Sob reserva do respeito das condições de desempenho indicadas abaixo, o Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ beneficiaria de uma indemnização de saída no caso do Conselho por fim às suas funções. Esta disposição foi autorizada pelo Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2012 e aprovada pela Assembleia Geral de 15 de maio de 2013. A convenção prevê as disposições seguintes: <ol style="list-style-type: none"> 1. não será paga ao Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ qualquer indemnização de saída: <ul style="list-style-type: none"> ■ em caso de falta grave ou pesada, ■ em caso de não cumprimento das condições de desempenho referidas no parágrafo 2, ■ ou caso decida por fim voluntariamente à suas funções de Diretor geral; 2. se a cessação das funções do Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ fora dos casos mencionados no parágrafo 1, ser-lhe-á paga uma indemnização condicional calculada da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> (a) se, em pelo menos dois dos três anos anteriores à cessação das suas funções de Diretor geral o Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ cumpriu pelo menos em 80 % os objetivos quantitativos fixados pelo Conselho de Administração para o estabelecimento da sua remuneração variável, a referência para o cálculo da sua indemnização será igual a dois anos da sua última remuneração fixa e variável alvo anterior à cessação de atividade, (b) caso a taxa de sucesso indicada no parágrafo 2 (a) não tenha sido atingida ou a empresa tenha um resultado líquido parte do grupo positivo durante dois dos três anos anteriores à cessação da sua atividade, o Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ receberá uma indemnização igual a dois anos da sua remuneração referente ao ano de 2011 ; 3. em caso de cessação das funções durante o ano anterior à data a partir da qual o Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ tem a possibilidade de fazer valer os seus direitos à reforma, a indemnização paga: <ul style="list-style-type: none"> ■ será limitada a metade da determinada acima, ■ e será submetida às mesmas condições.
Regime de reforma complementar com prestações definidas	Nada	O Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ não beneficia de qualquer regime de reforma suplementar com prestações definidas.
Regime de reforma complementar com prestações definidas	407	O Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ beneficia de um dispositivo de reforma com prestações definidas (art. 83 do Código geral dos impostos) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante das prestações pagas neste âmbito pela empresa para o Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ foi, em 2013, de 407 euros.
Regime coletivo de previdência e de despesas de saúde	5 000	O Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ beneficia dos dispositivos de previdência por incapacidades, invalidez e morte e de cobertura das despesas de saúde oferecidas aos assalariadís e mandatários sociais do BNP Paribas SA. Beneficia ainda de um dispositivo de Garantia de Vida Profissional Acidentes em vigor em benefício do conjunto das assalariadas do BNP Paribas SA, assim como do dispositivo complementar implementado para benefício dos membros do Comité executivo do Grupo.
Vantagens de toda a natureza	3 108	O Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ dispõe de uma viatura de funções e de um telemóvel.
TOTAL	3 445 783	

* Os elementos de remuneração pagos durante o exercício 2013 encontram-se no capítulo 2 Governo da sociedade do Documento de Referência 2013 (parte Remunerações).

** A remuneração variável diferida paga em 2013 no âmbito dos exercícios passados ascendeu a 953 609 euros.

Elementos da remuneração devida ou atribuída no âmbito do exercício ao Sr. Philippe BORDENAVE submetidos ao parecer dos acionistas*

	2013	Comentários
Philippe BORDENAVE - Diretor Geral delegado		
Remuneração fixa devida no âmbito do exercício	630 000	A remuneração do Sr. Philippe BORDENAVE é determinada segundo as modalidades propostas pelo Comité das remunerações ao Conselho de administração. A remuneração anual fixa do Sr. Philippe BORDENAVE ascende a 580 000 euros a 640 000 euros a partir de 1 de março de 2013. Este aumento tem também em consideração o contributo do Sr. Philippe BORDENAVE para a orientação estratégica do Grupo e o sucesso nas suas novas funções centrais após a extensão do perímetro das suas responsabilidades.
Programa de remuneração a longo prazo condicional (pagamento intergeralmente diferido a cinco anos)	286 724	O justo valor à data de atribuição (2 de maio de 2013) estabelece-se a 286 724 euros para o Sr. Philippe BORDENAVE. O plano de remuneração a longo prazo (PRLP) a cinco anos é integralmente condicional ao desempenho do título BNP Paribas relativamente a um painel de bancos europeus. O montante pago in fine sê-lo-á em função do aumento do curso da ação constatado num período de cinco anos; evoluirá de maneira menos que proporcional a este aumento e no limite de 1,75 vezes a remuneração variável atribuída no âmbito do exercício anterior (ou seja um montante máximo de 1 505 000 euros). Por fim, não será paga qualquer remuneração se, cinco anos após a data de atribuição, o curso da ação progrediu menos de 5%.
Remuneração variável anual atribuída no âmbito do exercício (**)	810 000	A remuneração variável do Sr. Philippe BORDENAVE evolui em função de critérios representativos dos resultados do Grupo e do seu desempenho em termos de gestão. É expresso em percentagem de uma remuneração variável alvo correspondendo a 150 % da remuneração fixa do exercício. Os critérios quantitativos aplicam-se aos desempenhos globais do Grupo; são os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ■ lucro líquido por ação do exercício relativamente ao do exercício anterior (37,5% da remuneração variável alvo); ■ percentagem de realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (37,5% da remuneração variável alvo). Resulta que os objetivos quantitativos fixados para o exercício foram atingidos a 83,6%. Após análise dos critérios qualitativos e de um nivelamento proposto pelo Comité das remunerações, o Conselho de administração fixou em 85,7% do alvo a remuneração variável global. A remuneração variável do Sr. Philippe BORDENAVE atribuída no âmbito do exercício ascende assim a 810 000 euros. <ul style="list-style-type: none"> ■ A parte não diferida da remuneração variável (ou seja 40%) será paga por metade em março de 2014, após dedução das senhas de presença recebidas no seio do Grupo em 2013 para entidades do Grupo outras que o BNP Paribas SA; sendo a outra metade paga em setembro de 2014, indexada ao desempenho do título do BNP Paribas. ■ A parte diferida da remuneração variável (ou seja 60 %) será paga por tierços em 2015, 2016 e 2017; chada pagamento anual será feito por metade em março, e outra metade em setembro indexado ao desempenho do título BNP Paribas. O pagamento anual da remuneração variável diferida está submetida à condição que o ROE antes dos impostos do Grupo do ano anterior seja superior a 5%.
Senhas de presença	12 075	O Sr. Philippe BORDENAVE não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção do seu mandato de administrador da BNP Paribas Personal Finance.
dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(12 075)	O montante das senhas de presença atribuído ao Sr. Philippe BORDENAVE no âmbito de mandatos nas sociedades consolidadas do Grupo é deduzido da sua remuneração variável.
Remuneração excepcional	Nada	O Sr. Philippe BORDENAVE não beneficiou de qualquer remuneração excepcional durante o exercício.
Opções de ações atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída nenhuma opção ao Sr. Philippe BORDENAVE durante o exercício.
Ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída qualquer ação de desempenho ao Sr. Philippe BORDENAVE durante o exercício.
Indemnização de tomada ou cessação de funções	Nada	O Sr. Philippe BORDENAVE não beneficiou de qualquer indemnização de tomada ou de cassação de funções.
Regime de reforma suplementar com prestações definidas	Nada	O Sr. Philippe BORDENAVE não beneficiou de qualquer regime de reforma suplementar com prestações definidas.
Regime de reforma suplementar com prestações definidas	407	Os mandatários sociais beneficiam de um dispositivo de reforma com prestações definidas (art. 83 do Código geral dos impostos) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante das prestações pagas a este título pela empresa para o Sr. Philippe BORDENAVE foi em, em 2013, de 407 euros.
Regime coletivo de previdência e de despesas de saúde	4 784	O Sr. Philippe BORDENAVE beneficia dos dispositivos de previdência por incapacidade, invalidez e morte e de cobertura das despesas de saúde oferecidos aos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas SA. Beneficia ainda do dispositivo da Garantia Via Profissional Acidentes em vigor em benefício do conjunto dos assalariados do BNP Paribas SA, assim como do dispositivo complementar implementado em benefício dos membros do Comité executivo do Grupo.
Vantagens de toda a natureza	5 172	O Sr. Philippe BORDENAVE dispõe de uma viatura de funções e de um telemóvel.
TOTAL	1 737 087	

* Os elementos de remuneração pagos durante o exercício 2013 encontram-se no capítulo 2 Governo da sociedade do Documento de Referência 2013 (parte Remunerações).

** A remuneração variável diferida paga em 2013 no âmbito dos exercícios passados ascendeu a 515 477 euros.

Elementos da remuneração devida ou atribuída no âmbito do exercício ao Sr. Georges CHODRON de COURCEL submetidos ao parecer dos acionistas*

	2013	Comentários
Georges CHODRON de COURCEL - Diretor Geral delegado		
Remuneração fixa devida no âmbito do exercício	683 333	A remuneração do Sr. Georges CHODRON de COURCEL é determinada segundo modalidades propostas pelo Comité das remunerações ao Conselho de administração. A remuneração anual fixa do Sr. Georges CHODRON de COURCEL foi fixada em 600 000 euros a 700 000 euros a partir de 1 de março de 2013. O vencimento do Sr. Georges CHODRON de COURCEL não tinha sido revisto desde fevereiro de 2008. Este aumento tem também em consideração a qualidade e a prudência com as quais são geridas as áreas de intervenção de que são responsáveis assim como o seu contributo para a orientação estratégica do Grupo .
Programa de remuneração a longo prazo condicional (pagamento integralmente diferido a cinco anos)	296 726	O justo valor à data de atribuição (2 de maio de 2013) fica estabelecido em 296 726 euros para o Sr. Georges CHODRON de COURCEL. O plano de remuneração a longo prazo (PRLP) a cinco anos é integralmente condicional ao desempenho do título BNP Paribas relativamente a um painel de bancos europeus. O montante pago in fine sê-lo-á em função do aumento do curso da ação constatado num período de cinco anos; evoluirá de maneira menos que proporcional a este aumento e no limite de 1,75 vezes a remuneração variável atribuída no âmbito do exercício anterior (ou seja um montante máximo de 1 557 500 euros). Por fim, não será paga nenhuma remuneração se, cinco anos após a data de atribuição, o curso da ação progrediu menos de 5%.
Remuneração variável anual atribuída no âmbito do exercício (**)	650 000	A remuneração variável do Sr. Georges CHODRON de COURCEL evolui em função de critérios representativos dos resultados do grupo e do seu desempenho em termos de gestão. É expressa em percentagem de uma remuneração variável alvo correspondendo a 150 % da remuneração fixa do exercício. Os critérios quantitativos aplicam-se aos desempenhos globais do Grupo e aos resultados das áreas de intervenção ou polos sob a sua responsabilidade; são os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ■ lucro líquido por ação do exercício em relação ao do exercício anterior (18,75 % da remuneração variável alvo); ■ percentagem de realização do orçamento do resultado bruto de exploração do Grupo (18,75 % da remuneração variável alvo); ■ resultado líquido antes de impostos das atividades sob a sua responsabilidade do exercício em relação ao do exercício anterior (18,75% da remuneração variável alvo); ■ percentagem de realização dos orçamentos de resultado bruto de exploração das atividades sob a sua responsabilidade (18,75% da remuneração variável alvo). Resulta que os objetivos quantitativos fixados para o exercício foram atingidos em 83,3%. Após análise dos critérios qualitativos e de um nivelamento proposto pelo Comité das remunerações, o Conselho de administração fixou em 63,4% do alvo a remuneração variável global. A remuneração variável do Sr. Georges CHODRON de COURCEL atribuída no âmbito do exercício ascende a 650 000 euros. <ul style="list-style-type: none"> ■ A parte não diferida da remuneração variável (ou seja 40%) será paga por metade em março de 2014, após dedução das senhas de presença recebidas no seio do Grupo em 2013 para entidades do Grupo outras que o BNP Paribas SA; e a outra metade em setembro de 2014, indexada aos desempenho do título BNP Paribas. ■ A parte diferida da remuneração variável (ou seja 60%) será paga por terços em 2015, 2016 e 2017; cada pagamento anual será feito por metade em março, e por outra metade em setembro indexado ao desempenho do título BNP Paribas. O pagamento anual da remuneração variável diferida está submetido à condição que o ROE antes dos impostos do Grupo no ano anterior ao pagamento seja superior a 5%.
Senhas de presença (***)	77 063	O Sr. Georges CHODRON de COURCEL não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas Suíça, da sociedade Erb e do BNP Paribas Fortis.
dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(77 063)	O montante das senhas de presença atribuído ao Sr. Georges CHODRON de COURCEL no âmbito de mandatos nas sociedades consolidadas do Grupo é deduzido da sua remuneração variável.
Remuneração excepcional	Nada	O Sr. Georges CHODRON de COURCEL não beneficiou de qualquer remuneração excepcional durante o exercício.
Opções de ações atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída nenhuma opção ao Sr. Georges CHODRON de COURCEL durante o exercício.
Ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída qualquer ação de desempenho ao Sr. Georges CHODRON de COURCEL durante o exercício.
Indemnização de tomada ou de cessação de funções	Nada	O Sr. Georges CHODRON de COURCEL não beneficia de qualquer indemnização de tomada ou de cessação de funções.
Regime de reforma suplementar com prestações definidas	Nada	O Sr. Georges CHODRON de COURCEL depende de um regime coletivo e condicional de reforma suplementar com prestações definidas em conformidade com as disposições do artigo L137.11 do Código da Segurança Social. No âmbito deste regime, a sua pensão será calculada, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua saída para a reforma, com base nas suas remunerações fixas e variáveis recebidas em 1999 e 2000, sem possibilidade de aquisição posterior de direitos. A título de exemplo, o montante da renda anual em 31 de dezembro de 2013 representaria menos de 25 % da média da remuneração (fixa mais variável incluindo PRLP com base no seu valor contabilístico) dos três últimos exercícios.
Regime de reforma suplementar com prestações definidas	407 estabelecido	O Sr. Georges CHODRON de COURCEL beneficia de um dispositivo de reforma com prestações definidas (art. 83 do Código geral dos impostos) em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante das prestações pagas neste âmbito pela empresa pelo Sr. Georges CHODRON de COURCEL foi, em 2013, de 407 euros.
Regime coletivo de previdência e de despesas de saúde	4 814	O Sr. Georges CHODRON de COURCEL beneficia dos dispositivos de previdência por incapacidade, invalidez e morte e de cobertura das despesas de saúde oferecidos aos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas SA. Beneficia ainda do dispositivo da Garantia Vida Profissional Acidentes em vigor em benefício do conjunto dos assalariados do BNP Paribas SA, assim como do dispositivo complementar implementado em benefício dos membros do Comité executivo do Grupo.
Vantagens de toda a natureza	4 140	O Sr. Georges CHODRON de COURCEL dispõe de uma viatura de funções e de um telemóvel.
TOTAL	1 639 420	

* Os elementos de remuneração pagos durante o exercício 2013 encontram-se no capítulo 2 Governo da sociedade do Documento de Referência 2013 (parte Remunerações).

** A remuneração variável diferida paga em 2013 no âmbito dos exercícios passados ascendeu a 700 442 euros.

*** Após tomada em consideração do imposto pago para 2011 e 2012 relativo às senhas de presença do BNP Paribas Fortis.

Elementos da remuneração devida ou atribuída no âmbito do exercício ao Sr. François VILLEROY de GALHAU submetidos ao parecer dos acionistas*

	2013	Comentários
François VILLEROY de GALHAU - Diretor Geral delegado		
Remuneração fixa devida no âmbito do exercício	450 000	A remuneração do Sr. François VILLEROY de GALHAU é determinada segundo as modalidades propostas pelo Comité das remunerações ao Conselho de administração. Esta remuneração fixa não evoluiu em 2013.
Programa de remuneração a longo prazo condicional (pagamento integralmente diferido a cinco anos)	176 702	O justo valor à data de atribuição (2 de maio de 2013) fica estabelecido em 176 702 euros para o Sr. François VILLEROY de GALHAU. O plano de remuneração a longo prazo (PRLP) a cinco anos é integralmente condicional ao desempenho do título BNP Paribas relativamente a um painel de bancos europeus. O valor pago in fine será em função do aumento do curso da ação constatado num período de cinco anos; evoluirá de maneira menos que proporcional a este aumento e no limite de 1,75 vezes a remuneração variável atribuída no âmbito do exercício anterior (ou seja um montante máximo de 927 500 euros). Por fim, não será paga qualquer remuneração se, cinco anos após a data de atribuição, o curso da ação tiver progredido menos de 5%.
Remuneração variável anual atribuída no âmbito do exercício (**)	500 000	A remuneração variável do Sr. François VILLEROY de GALHAU evoluiu em função de critérios representativos dos resultados do Grupo e do seu desempenho em termos de gestão. É expressa em percentagem de uma remuneração variável alvo correspondendo a 120 % da remuneração fixa do exercício. Os critérios quantitativos aplicam-se aos desempenhos globais do Grupo e aos resultados das áreas de intervenção ou áreas sob a sua responsabilidade; são os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ■ lucro líquido por ação do exercício em relação ao do exercício anterior (18,75% da remuneração variável alvo); ■ percentagem de realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (18,75% da remuneração variável alvo); ■ resultado líquido antes do imposto das atividades sob a responsabilidade do exercício em relação ao do exercício anterior (18,75% da remuneração variável alvo); ■ percentagem de realização dos orçamentos de resultado bruto de exploração das atividades sob responsabilidade (18,75% da remuneração variável alvo). Resulta que os objetivos quantitativos fixados para o exercício foram atingidos a 91,1 %. Após análise dos critérios qualitativos e de um nivelamento proposto pelo Comité das remunerações, o Conselho de administração fixou em 92,5% do alvo a remuneração variável global. A remuneração variável atribuída no âmbito do exercício ascende assim a 500 000 euros. <ul style="list-style-type: none"> ■ A parte não diferida da remuneração variável (ou seja 40 %) será paga por metade em março de 2014, após dedução das senhas de presença recebidas no seio do grupo em 2013 para as entidades do grupo outras que o BNP Paribas SA ; sendo a outra metade paga em setembro de 2014, indexada ao desempenho do título BNP Paribas. ■ A parte diferida da remuneração variável (ou seja 60 %) será paga por terços em 2015, 2016 e 2017; cada pagamento anual será feito por metade em março, e outra metade em setembro indexado ao desempenho do título BNP Paribas. O pagamento anual da remuneração variável diferida é submetido à condição que o ROE antes do imposto do Grupo no ano anterior ao pagamento seja superior a 5%.
Senhas de presença	129 331	O Sr. François VILLEROY de GALHAU não recebe senhas de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do, com exceção dos seus mandatos de administrador de BGL, BNL, BNPP Fortis e Cortal Consors.
dos quais senhas de presença deduzidas da remuneração variável	(129 331)	O montante das senhas de presença atribuído ao Sr. François VILLEROY de GALHAU no âmbito de mandatos nas sociedades consolidadas do Grupo é deduzido da sua remuneração variável.
Remuneração excepcional	Nada	O Sr. François VILLEROY de GALHAU não beneficiou de qualquer remuneração excepcional durante o exercício.
Opções de ações atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída nenhuma opção ao Sr. François VILLEROY de GALHAU durante o exercício.
Ações de desempenho atribuídas durante o exercício	Nada	Não foi atribuída qualquer ação de desempenho ao Sr. François VILLEROY de GALHAU durante o exercício.
Indemnização de tomada ou de cessação de funções	Nada	O Sr. François VILLEROY de GALHAU não beneficia de qualquer indemnização de tomada ou de cessação de funções.
Regime de reforma complementar com prestações definidas	Nada	O Sr. François VILLEROY de GALHAU não beneficia de qualquer regime de reforma complementar com prestações definidas.
Regime de reforma complementar com prestações definidas	407	O Sr. François VILLEROY de GALHAU beneficia de um dispositivo de reforma com prestações definidas (art. 83º do Código geral dos impostos) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante das prestações pagas neste âmbito pela empresa para o Sr. François VILLEROY de GALHAU foi, em 2013, de 407 euros.
Regime coletivo de previdência e de despesas de saúde	4 680	O Sr. François VILLEROY de GALHAU beneficia dos dispositivos de previdência por incapacidade, invalidez e morte e de cobertura de despesas de saúde oferecidos aos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas SA. Beneficia ainda do dispositivo da Garantia Vida Profissional Acidentes em vigor em benefício do conjunto dos assalariados do BNP Paribas SA, assim como do dispositivo complementar implementado em benefício dos membros do Comité executivo do Grupo.
Vantagens de toda a natureza	3 530	O Sr. François VILLEROY de GALHAU dispõe de uma viatura de funções e de um telemóvel.
TOTAL	1 135 320	

* Os elementos de remuneração pagos durante o exercício 2013 encontram-se no capítulo 2 Governo da Sociedade do Documento de Referência 2013 (parte Remunerações).

** A remuneração variável diferida em 2013 no âmbito dos exercícios passados ascendeu a 280 166 euros.

Informações sobre as opções de subscrição ou de compra de ações e as ações de desempenho

Instrumentos consentidos em 2013 aos assalariados não mandatários sociais beneficiando do número de atribuição mais elevado, e instrumentos mais importantes transferidos ou levantados em 2013, em proveito de assalariados não mandatários sociais.

	Número de opções atribuídas/de opções		
Opções consentidas em 2013 (Soma das 10 atribuições mais importantes)	-	-	-
Opções levantadas em 2013 (10 assalariados)	225 246 40 710	36,20 35,11	21/03/2003 06/04/2009

Ações de desempenho consentidas em 2013 (Soma das 10 atribuições mais importantes)	-	-
Ações de desempenho transferidas em 2013 (10 assalariados)	1 123 13 930	06/04/2009 05/03/2010

MAPA RECAPITULATIVO DAS OPERAÇÕES DECLARADAS SOBRE O TÍTULO BNP PARIBAS

Operações dos dirigentes e das pessoas mencionadas no artigo L621-18-2 do Código Monetário e financeiro sobre os títulos da sociedade, visadas nos artigos 223-22 a

223-26 do Regulamento Geral da AMF, realizadas durante o exercício 2013 e declaráveis no sentido da regulamentação da AMF.

Apelido e nome Qualidade	Operações realizadas	Descrição do instrumento financeiro	Natureza da operação	Número de operações	Montante das operações (em euros)
BORDENAVE Philippe ⁽¹⁾ Diretor Geral delegado do BNP Paribas	Por uma pessoa ligada	Ações BNP Paribas	Cessão de 29 484 actions	4	1 316 755,44
GUILLOU Marion Administrador do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Aquisição de 185 ações	1	8 134,45
De MARGERIE Christophe Administrador do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Acquisition de 1 186 actions	1	55 274,93
PÉBEREAU Michel ⁽¹⁾ Administrador do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Cessão de 50 000 actions	1	2 462 535,00
PROT Baudouin ⁽¹⁾ Administrador do BNP Paribas	Por uma pessoa ligada	Ações BNP Paribas	Cessão de 209 188 actions	8	9 247 057,65

(1) Exceto exercícios de stock-options, pormenorizados no capítulo 2.1.

2.2 Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

No presente relatório, estabelecido por aplicação do artigo L225-37 do Código comercial, o Presidente do Conselho de administração dá conta da composição e da composição do Conselho de administração e da aplicação do princípio de representação equilibrada das mulheres e dos homens no seu seio, das condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como dos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos implementados pela sociedade.

As informações incluídas neste relatório tomam nomeadamente em consideração o anexo I do Regulamento europeu (CE) n.º 809/2004 de 29 de Abril de 2004, assim como a Recomendação AMF no 2012-02

sobre o governo da sociedade e a remuneração dos dirigentes das sociedades referindo-se ao Código Afep-Medef – Apresentação consolidada das recomendações contidas nos relatórios anuais da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF).

O GOVERNO DA SOCIEDADE DO BNP PARIBAS

Em conformidade com as disposições do artigo L225-37 do Código comercial, convém mencionar que o Código de governo da sociedade ao qual o BNP Paribas se refere voluntariamente é o Código de governo das sociedades cotadas (revisto em junho de 2013), publicado pela Associação Francesa das Empresas Privadas (Afep) e o Movimento des Empresas de França (Medef). O BNP Paribas aplica integralmente as recomendações deste Código, a seguir denominado Código de governo da sociedade. Este pode ser consultado no website do BNP Paribas (<http://invest.bnpparibas.com>), no website da Afep (<http://www.afep.com>) e no website do Medef (<http://www.medef.com>).

Por outro lado, as modalidades particulares relativas à participação dos acionistas na Assembleia geral são definidas no artigo 18º, Título V Assembleias de acionistas, dos estatutos do Banco publicados no Documento de referência e relatório financeiro anual na parte « Atos constitutivos e estatutos ». Um resumo destas modalidades assim como a ata da organização e do desenvolvimento da Assembleia geral de 15 de maio de 2013 também são retomados na parte « BNP Paribas e os seus acionistas » do referido Documento.

1. PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

O regulamento interno do Conselho de administração encontra-se anexado ao presente relatório.

Descreve pormenorizadamente o funcionamento do Conselho de administração, a repartição das responsabilidades entre a Direção geral e o Conselho, as missões e o funcionamento dos Comitês especializados, assim como o comportamento do administrador e do censor.

1.a As missões do Conselho de administração

■ O regulamento interno, adotado em 1997 pelo Conselho de administração, define as missões do Conselho e dos seus Comitês especializados; este é atualizado periodicamente para estar em conformidade com as leis, os regulamentos e as

recomendações vigentes, e a ser adaptado em função das melhores práticas em matéria de governo da sociedade. A última atualização teve lugar no início do ano

2014 para ter em consideração a versão de junho de 2013 do Código de governo da sociedade.

■ Os Comitês especializados do Conselho de administração são a Comissão revisora de contas, o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade, o Comité de governo da sociedade e das nomeações e o Comité das remunerações.

Ao criar um Comité de controlo interno e dos riscos distinto da Comissão revisora de contas, o Conselho de administração decidiu, a partir de 1994, separar as atribuições habitualmente atribuídas ao Comité de auditoria. Em 2007, o Conselho alargou a missão do Comité de controlo e dos riscos a todas as questões relativas à política de conformidade, dependendo

nomeadamente dos riscos de reputação ou da ética profissional. O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade cumpre as suas missões de maneira independente e complementar da Comissão revisora de contas que assegura o acompanhamento das questões relativas à elaboração e ao controlo das informações contabilísticas e financeiras. Estes dois Comitês reúnem-se em sessão comum para tratar dos assuntos relativos à política de riscos e de provisionamento do BNP Paribas, tomar conhecimento dos planos de auditoria, e preparar os trabalhos do Conselho sobre a avaliação das políticas e dos dispositivos de gestão dos riscos. Os dois Comitês deliberam com base numa documentação elaborada conjuntamente pelo responsável financeiro e o responsável dos riscos do Grupo. Estes dois responsáveis assistem às reuniões.

A composição dos dois Comitês e os trabalhos que realizam nos seus respetivos domínios visam responder às exigências das disciplinas bancárias e prudenciais, quer resultem da lei, das disposições definidas pelo regulador, quer de regras que o BNP Paribas se impõe a si-próprio para a qualidade do seu controlo interno e a sua política de risco.

1.b A dissociação das funções de Presidente e de Diretor geral

Desde 11 de junho de 2003, o BNP Paribas optou por dissociar as funções de Presidente e de Diretor geral. Esta opção foi reconduzida a 1 de dezembro de 2011.

As missões do Presidente

O Presidente zela pela manutenção da qualidade da relação com os acionistas em estreita coordenação com as ações levadas a cabo pela Direção Geral neste domínio. Este preside, a este título, ao Comité de ligação dos acionistas cuja missão é assistir o banco na sua comunicação destinada ao acionariado individual; várias vezes por ano, convida os acionistas para encontros durante os quais a estratégia da empresa é apresentada.

O Presidente apoia e aconselha o Diretor Geral, respeitando em simultâneo as responsabilidades executivas deste último. O Presidente organiza a sua atividade para garantir a sua disponibilidade e colocar a sua experiência ao serviço do Grupo. As suas missões são de natureza contributiva e não lhe conferem qualquer poder executivo. Não limitam de forma alguma os poderes do Diretor Geral, que assume sozinho a responsabilidade operacional do Grupo.

A pedido do Diretor Geral, pode participar em qualquer reunião interna incidindo sobre assuntos que dizem respeito à estratégia, à organização, aos projetos de investimento ou de desinvestimento, aos riscos e à informação financeira. Este exprime a sua opinião sem prejuízo das competências do Conselho de administração.

Em estreita coordenação com a Direção Geral, o Presidente pode representar o Grupo nas suas relações de alto nível, nomeadamente com os grandes clientes e os poderes públicos, nos planos nacional e internacional. O Presidente apoia as equipas responsáveis pela cobertura das grandes empresas e instituições financeiras internacionais; contribui igualmente para o desenvolvimento das atividades de consultoria do BNP Paribas, nomeadamente ao prestar a sua assistência à realização de importantes operações de Corporate Finance. Colabora com a Direção Geral ou, a pedido desta, representa o Banco nas suas relações com as autoridades financeiras e monetárias nacionais e internacionais. Participa ativamente no debate sobre a evolução da regulação e das políticas públicas que dizem respeito ao BNP Paribas e, mais geralmente, ao setor bancário.

O Presidente contribui para a promoção dos valores e da imagem do BNP Paribas tanto no seio do Grupo como fora deste. Exprime-se sobre os princípios de ação do BNP Paribas, em particular na área da ética profissional. Contribui para a reputação do Grupo através das responsabilidades que este exerce a título pessoal no seio de instâncias públicas nacionais ou internacionais.

Os poderes do Diretor geral

O Diretor Geral é investido dos poderes mais extensos para agir em quaisquer circunstâncias em nome do BNP Paribas e para representar o Banco nas suas relações com terceiros. Tem autoridade sobre o conjunto do Grupo. É responsável pela organização e os procedimentos de controlo interno e o conjunto das informações exigidas a este título pela regulamentação.

Este exerce os seus poderes dentro do limite do objeto social, sob reserva daqueles que a lei atribui expressamente às Assembleias de acionistas e ao Conselho de administração.

A título interno, o Regulamento do Conselho de administração dispõe que o Diretor Geral lhe apresente para acordo prévio todas as decisões de investimento ou de desinvestimento (exceto operações de carteira) de um montante superior a 250 milhões de euros, assim como qualquer projeto de tomada ou de cedência de participações (exceto operações de carteira) superiores a este limite. O Diretor Geral deve apresentar para acordo prévio à Comissão revisora de contas do Conselho qualquer missão não coberta pelo mandato dos Revisores oficiais de contas cujo montante de honorários (sem IVA) exceda um milhão de euros.

1.c A composição do Conselho – A independência dos administradores

A composição do Conselho

- Sob proposta do Conselho de administração, a Assembleia Geral Mista dos acionistas de 15 de maio de 2013 renovou o mandato dos Srs. Jean-Laurent Bonnafé, Michel Tilmant e Emiel Van Broekhoven, e nomeou a Sra. Marion Guillou e o Sr. Christophe de Margerie. Estavam presentes quinze administradores nesta Assembleia.
- Após a Assembleia geral de 15 de maio de 2013, o Conselho de administração era composto por 16 administradores, 14 dos quais nomeados pelos acionistas. Este número ficou em 13 após a demissão da Sra. Daniela Weber-Rey, com efeitos a partir de 31 de maio de 2013. Assim, em 31 de dezembro de 2013, a representação das mulheres entre os administradores nomeados pelos acionistas era de 30,75 % (4/13). Estão representadas três nacionalidades no seio do Conselho.

A independência dos administradores

O seguinte quadro apresenta a situação de cada administrador no que respeita aos critérios de independência propostos pelo Código de governo da sociedade para definir a independência dos administradores:

(1) As referências aos § remetem para os parágrafos correspondentes do regulamento interno do Conselho de administração.

	Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4	Critério 5	Critério 6	Critério 7
B. PROT	x	o	o	o	o	x	o
M. PÉBEREAU	x	x (*)	o	o	o	x	o
J.L. BONNAFÉ	x	o	o	o	o	o	o
P.A. de CHALENDAR	o	o	o	o	o	o	o
M. GUILLOU	o	o	o	o	o	o	o
D. KESSLER	o	o	o	o	o	x (*)	o
J.F. LEPETIT	o	o	o	o	o	o	o
C. de MARGERIE	o	x (*)	o	o	o	o	o
N. MISSON	x	o	o	o	o	o	o
T. MOUCHARD	x	o	o	o	o	o	o
L. PARISOT	o	o	o	o	o	o	o
H. PLOIX	o	o	o	o	o	o	o
M. TILMANT	o	o	o	o	o	o	x (*)
E. VAN BROEKHOVEN	o	o	o	o	o	o	x (*)
F. WICKER-MIURIN	o	o	o	o	o	o	o

Legenda:

« o » representa um critério respeitado de independência segundo os critérios Afep-Medef.

« x » representa um critério não satisfeito de independência segundo os critérios Afep-Medef.

Critério 1: Estatuto de assalariado ou de mandatário social durante os cinco anos anteriores. Critério 2: Existência ou não de mandatos cruzados.

Critério 3: Existência ou não de relações de negócios significativas.

Critério 4: Existência de ligação familiar próxima com um mandatário social.

Critério 5: Não ter sido auditor da empresa durante os cinco anos anteriores.

Critério 6: Não ser administrador da empresa há mais de doze anos.

Critério 7: Estatuto do acionista importante.

(*) Cf. Comentários abaixo.

Respondem aos critérios de independência definidos pelo Código de governo da sociedade: as Sras. Marion Guillou, Laurence Parisot, Hélène Ploix, Fields Wicker-Miurin e os Srs. Pierre André de Chalendar e Jean-François Lepetit. Por outro lado, em conformidade com as disposições do Código de governo da sociedade (ponto 9.5), o Conselho de administração considerou que a composição do capital do BNP Paribas e a ausência de conflito de potenciais interesses garantiam a independência dos Srs. MM. Michel Tilmant e Emiel Van Broekhoven. Considerou ainda que a personalidade, competência e liberdade de pensamento do Sr. Denis Kessler lhe conferiam uma verdadeira independência apesar de ter sido membro do Conselho há mais de doze anos. O Conselho também considerou que a experiência e a capacidade de visão do Sr. Christophe de Margerie eram uma garantia de independência. Assim, mais de metade dos administradores do BNP Paribas são independentes face aos critérios do Código de governo para definir a independência.

Os dois administradores eleitos pelos assalariados, a Sra. Nicole Misson e o Sr. Thierry Mouchard não são reconhecidos como independentes segundo os critérios do Código de governo da sociedade Afep-Medef, apesar do seu estatuto e do modo como foram eleitos que constituem no entanto uma garantia de independência.

Três administradores nomeados pelos acionistas, Srs. Baudoin Prot, Presidente do Conselho de administração, Michel Pébereau, Presidente de Honra e Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral, não correspondem aos critérios do Código de governo da sociedade Afep-Medef que definem o administrador independente.

O Conselho de administração considera que as principais qualidades pessoais próprias para assegurar, além do respeito dos critérios definidos pelo Código de governo da sociedade Afep-Medef, a independência dos administradores são as seguintes:

- a competência, baseada na experiência e na capacidade de compreensão dos desafios e dos riscos;
- a coragem, nomeadamente a de exprimir o seu pensamento e de formular o seu julgamento;
- a disponibilidade, que permite ter o recuo necessário e favorece a implicação do administrador no exercício do seu mandato;
- o affectio societatis, que alimenta o compromisso do administrador para com a empresa, no seio do Conselho que representa coletivamente os acionistas; o affectio societatis favorece nomeadamente a boa compreensão, por parte do administrador, da cultura da empresa e da sua ética.

O processo de recrutamento dos administradores associa as informações e as apreciações dos membros do Comité de governo da sociedade e das nomeações às do Presidente do Conselho de administração com vista a selecionar, em conformidade com os critérios definidos pelo Conselho, as candidaturas suscetíveis de reunir as qualidades pessoais e profissionais procuradas.

1.d A deontologia do administrador

- O Conselho de administração não tem conhecimento de qualquer situação de conflito de interesses dos administradores. O regulamento interno do Conselho (§ 19) exige-lhes, em todo o caso, que deem em conhecer «qualquer

situação de conflito de interesses, mesmo potencial» e absterem-se de « participar no voto da deliberação correspondente ». O regulamento interno prevê que um administrador que não considere estar em condições de preencher a sua função no seio do Conselho do qual é membro deve apresentar a demissão.

■ O Conselho não tem conhecimento de qualquer ligação familiar entre os membros do Conselho e nenhum dos seus membros foi condenado por fraude « pelo menos durante os últimos cinco anos » nem esteve associado enquanto membro de um órgão de administração, de direção ou de fiscalização ou enquanto Diretor Geral, a qualquer falência, confiscação ou liquidação « pelo menos durante os últimos cinco anos ».

■ O Conselho não tem conhecimento de qualquer «incriminação e/ou sanção pública oficial» pronunciada contra um membro do Conselho de administração. Nenhum administrador foi objeto de uma interdição de exercer a sua qualidade « pelo menos durante os últimos cinco anos ».

■ Independentemente das convenções e compromissos regulamentados, não existe disposição ou acordo com os principais acionistas, clientes, fornecedores ou outros, em virtude dos quais um membro do Conselho de administração foi selecionado.

■ Os administradores devem exercer o seu mandato de forma responsável, nomeadamente no que respeita à relativa às operações de iniciados. Têm, em particular, o dever de respeitar as disposições legais relativas às informações privilegiadas. Nos termos do regulamento interno, devem abster-se de efetuar sobre o título BNP Paribas operações que poderiam ser consideradas como especulativas (§ 18).

■ Os administradores declararam, no âmbito das diligências de aplicação das normas contabilísticas, não ter beneficiado de nenhum apoio financeiro do BNP Paribas ou de uma sociedade do Grupo que não tenha sido concedido de acordo com as condições do mercado.

1.e A formação e a informação dos administradores

■ Por aplicação do regulamento interno, cada administrador pode pedir que lhe seja comunicado pelo Presidente ou Diretor Geral todos os documentos e informações necessários ao cumprimento da sua missão, para participar de forma útil nas reuniões do Conselho de administração e tomar uma decisão esclarecida, desde que se trate de documentos úteis para a tomada de decisão e ligados aos poderes do Conselho (§ 4).

■ Os administradores têm livremente acesso às atas das reuniões dos Comitês do Conselho.

■ As sessões dos Comitês servem para atualizar a informação dos administradores, em dossiês temáticos correspondentes à agenda .

Além disso, o Conselho é mantido informado da evolução da regulamentação bancária e dos textos de referência em matéria de governança. Os administradores são informados dos períodos durante os quais poderão, salvo em circunstâncias particulares, efetuar eventuais transações sobre o título BNP Paribas (§ 18).

■ Aquando da sua entrada em funções, o novo administrador recebe documentação escrita sobre o Grupo, as suas características, a sua organização, as suas Demonstrações financeiras recentes e um conjunto de referências sobre as informações disponíveis no Website do Grupo. O Secretário do Conselho comunica-lhe as principais disposições legais relativas à definição, comunicação e exploração das informações privilegiadas. Entrega-lhe o regulamento interno do Conselho de administração e organiza, ao seu cuidado, um programa de encontros de trabalho com os responsáveis operacionais e funcionais do Grupo, correspondendo às necessidades do seu mandato e às suas prioridades pessoais.

■ Em 2013, foram organizadas para os administradores recentemente nomeados ou eleitos e para aqueles que desejaram participar: um meio dia consagrado a uma apresentação da contabilidade do Banco e um dia dedicado aos princípios da contabilidade e da gestão financeira de um banco, os riscos, a gestão dos recursos humanos e o banco digital. Os administradores presentes puderam por esta ocasião encontrar-se com os respetivos responsáveis.

2. AS REUNIÕES DO CONSELHO E DOS COMITÉS EM 2013

■ Em 2012, o Conselho de administração reuniu-se oito vezes, uma das quais por convocação excecional. A participação média dos administradores nas sessões do Conselho foi de 92%. Além disso, o Conselho reuniu-se uma vez para um seminário estratégico.

■ A Comissão revisora de contas reuniu-se quatro vezes, com uma taxa de assiduidade dos seus membros de 93%.

■ O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reuniu-se quatro vezes com uma taxa de assiduidade de 100 %.

■ A Comissão revisora de contas e o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reuniram-se duas vezes, em sessão ordinária, com uma taxa de assiduidade de 92%. Assim, estes dois Comitês reuniram-se, em conjunto ou separadamente, dez vezes durante o ano de 2013.

■ O Comité de governo da sociedade e das nomeações reuniu-se quatro vezes, com uma taxa de assiduidade de 92%.

■ O Comité das remunerações reuniu-se quatro vezes com uma taxa de assiduidade 100 %.

➤ ASSIDUIDADE NAS SESSÕES DO CONSELHO E DOS COMITÉS EM 2013

Administradores	Sessões do Conselho		Sessões dos Comitês		Conjunto das sessões		Taxa de assiduidade individual
	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 1	Coluna 2	
B. PROT	7	8			7	8	88 %
M. PÉBEREAU	8	8	4	4	12	12	100 %
J.L. BONNAFÉ	8	8			8	8	100 %
P.A de CHALENDAR	7	8	4	4	11	12	92 %
M. GUILLOU (a partir de 15/05/2013)	3	4	1	1	4	5	80 %
D. KESSLER	6	8	9	9	15	17	88 %
M. KUNOVA (até 15/05/2013)	4	5			4	5	80 %
J.F. LEPETIT	8	8	10	10	18	18	100 %
C. de MARGERIE (a partir de 15/05/2013)	3	4	2	3	5	7	71 %
N. MISSON	8	8	7	7	15	15	100 %
T. MOUCHARD	7	8	5	6	12	14	86 %
L. PARISOT	7	8	3	4	10	12	83 %
H. PLOIX	8	8	10	10	18	18	100 %
L. SCHWEITZER (até 15/05/2013)	3	4	3	3	6	7	86 %
M. TILMANT	8	8	6	6	14	14	100 %
E. VAN BROEKHOVEN	8	8	6	6	14	14	100 %
D. WEBER-REY (até 31/05/2013)	4	4	2	2	6	6	100 %
F. WICKER-MIURIN	8	8	6	6	14	14	100 %
Média	92 %		96,3 %		93,7 %		

A coluna 1 refere-se às presenças na sessão.

A coluna 2 refere-se ao número de sessões.

3. OS TRABALHOS DO CONSELHO EM 2013

3.a Estratégia

O Conselho de administração determina a estratégia e as orientações da atividade do BNP Paribas sob proposta da Direção Geral, que apresenta os seus elementos essenciais no término de um processo interno formalizado.

Examina e decide das operações de importância estratégica (§ 1) em conformidade com as disposições do seu regulamento interno. Acompanha a implementação dos objetivos que aprovou, nomeadamente aquando das deliberações sobre as contas e o orçamento.

O Conselho é regularmente informado da situação de liquidez e dos compromissos do Grupo.

- O Conselho de administração deliberou várias vezes sobre a situação da economia e dos mercados. Acompanhou a implementação das medidas de adaptação relativas à adequação dos fundos próprios às exigências regulamentares, a dimensão do balanço e a liquidez que lhe foram propostas pela Direção Geral.
- Tomou conhecimento do andamento dos trabalhos realizados pela Direção Geral no âmbito do Recovery and Resolution Plan (Plano de Recuperação e de Resolução) solicitado pelo Financial Stability Board (FSB) e pela Autoridade de Controlo Prudencial e de resolução (ACPR).
- O Conselho deliberou sobre a evolução comparada das valorizações bolsistas dos principais bancos mundiais assim como sobre a situação relativa do BNP Paribas tal como esta resulta das notações efetuadas pelas agências de notação.
- Deliberou sobre a política do BNP Paribas em matéria de igualdade profissional e salarial.
- Foi informado dos resultados do inquérito anual relativo à satisfação dos colaboradores (Global People Survey) e das ações que daí resultaram.
- O Conselho tomou conhecimento do plano de desenvolvimento 2014-2016 com três dos seus programas essenciais: Simple & Efficient, programa de reorganização e de otimização lançado; o plano Ásia-Pacífico que deverá permitir aumentar os rendimentos de CIB e de Investment Solutions e Hello bank!, com vista ao desenvolvimento do banco digital.
- No quadro do programa de compra pela sociedade das suas próprias ações autorizada pela Assembleia geral, deliberou sobre o envelope afetado ao contrado de liquidez.
- Tomou conhecimento da operação de emissão de obrigações BNP Paribas passíveis de troca em ações Pargesa.
- Il a été tenu informé sur le projet d'enregistrement de BNP Paribas SA en qualité de Swap dealer.
- Foi mantido informado do projeto Royal Park Investments para a cessão pelo Estado belga e Ageas de uma carteira de créditos ao fundo americano Lonestar.
- Adotou o projeto de fusão-absorção da SARL 24 Grande Armée pelo BNP Paribas.
- Aprovou a participação para o aumento de capital de Bank of Nanjing.
- Aprovou o projeto de aquisição da participação de 25 % do capital detido pelo Estado belga no BNP Paribas Fortis SA/NV.

- Aprovou o projeto de compra de 98,5 % do banco polaco Bank Gospodarki Sywnosciowej (BGZ) ao banco holandês Rabobank através do lançamento de uma oferta pública.
- Foi informado da decisão do BNP Paribas de aceitar a proposta do Grupo Albert Frère de comprar a integralidade dos títulos Erb detidos pelo Banco.
- Il a pris connaissance de la stratégie aux États-Unis et du plan de développement CIB en Amérique du Nord.
- Foram-lhe apresentados dois eixos suplementares do plano de desenvolvimento 2014-2016 do grupo relativos à gestão de ativos e à Alemanha.
- O Conselho de administração reuniu-se, como nos anos anteriores, para um seminário estratégico dedicado, entre outros, ao Plano estratégico 2014-2016 e ao Simple Working. Foram apresentada análises sobre a construção do primeiro banco retail multi-doméstico na Europa, CIB, IRB, Investment Solutions e Personal Finance.

3.b Riscos, liquidez, conformidade e controlo interno

No relatório do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade agindo com base nas informações entregues pela Direção Geral, o Conselho de administração debateu regularmente o ambiente económico, financeiro e regulamentar, nomeadamente prudencial. Foi informado da evolução dos riscos assim como da situação de liquidez do banco.

Riscos e liquidez

- O Conselho de administração debateu ao longo de todo o ano a política de liquidez, tendo em consideração a situação dos mercados e as disposições tomadas ou previstas pelas autoridades de regulação internacionais ou nacionais. Num contexto caracterizado por uma grande instabilidade, foi informado das medidas tomadas pela Direção Geral para fazer face às mudanças e às suas consequências sobre a quantidade, a qualidade e o custo da liquidez. Tomou nota das disposições implementadas pela Direção Geral para acompanhar as necessidades de financiamento das áreas de intervenção assim como dos resultados obtidos em 2012 neste domínio.
- Tomou conhecimento das condições de preço e de maturidade das emissões realizadas em 2012 e 2013.
- Foi informado do estado de avanço do Recovery and Resolution Plan (RRP) estabelecido a pedido dos reguladores e cuja versão atualizada foi entregue à Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução (ACPR). Autorizou o Diretor geral a aprovar o plano de resolução ordenada de algumas das suas entidades e operações nos Estados Unidos e de lhe conferir todos os poderes para tomar todas as medidas necessárias ou úteis para o efeito.
- Foi feita uma apresentação sobre os riscos informáticos do Grupo.
- Aprovou o dossiê de procedimento interno do capital (Internal Capital Adequacy Assessment Process - ICAAP).
- Adotou a política de perfil de risco (Risk Profile Statement) do BNP Paribas que lhe foi proposta pela Direção geral com o painel de bordo apresentando a medição dos indicadores escolhidos para representar este perfil de risco.
- Tomou conhecimento das conclusões dos trabalhos do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade sobre os riscos do Grupo. Deliberou sobre os principais desafios identificados, em particular

no que concerne a exposição às dívidas soberanas. Foi regularmente informado sobre a evolução do custo do risco por área de intervenção e por zona geográfica, assim como dos principais riscos recenseados.

- Ouviu as conclusões dos trabalhos efetuados conjuntamente pela Comissão das contas e o Comité de controlo interno, os riscos e da conformidade com base no relatório estabelecido para o ano de 2012 sobre a medição e a vigilância dos riscos, em conformidade com as disposições do Regulamento CRBF 97-02 relativo ao controlo interno dos estabelecimentos de crédito e das empresas de investimento, abaixo denominado Regulamento CRBF 97-02. Procedeu à avaliação da eficácia das políticas e dos dispositivos implementados.

Conformidade e controlo interno

- O relatório 2012 sobre a conformidade e o relatório 2012 sobre o controlo permanente, o risco operacional e a continuidade de atividades foram comunicados ao Conselho de administração. Este ouviu os comentários do Presidente do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade. Foi informado da evolução dos meios afetos ao controlo interno. Aprovou a parte do relatório do Presidente dedicada aos procedimentos de controlo interno.
- Foi informado dos principais resultados do controlo periódico em 2012 e no 1º semestre de 2013 assim como da síntese das observações transmitidas pela inspeção geral.
- O Conselho notou que os planos de auditoria apresentados pelos Revisores oficiais de contas permitiam-lhes cumprir as suas diligências de maneira satisfatória.
- Foi informado sobre os ensinamentos do programa implementado pela Direção Geral para assegurar o controlo e a segurança das operações de mercado. Tomou conhecimento do montante das perdas e ganhos relacionados com os incidentes operacionais, assim como dos principais contenciosos.
- O Conselho foi informado ao longo do ano da revista interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US iniciada a pedido de, e em cooperação com as autoridades americanas no quadro da implementação da política de sanções económicas dos Estados Unidos, assim como dos primeiros elementos apresentados às autoridades em resposta às suas interrogações. Também foi informado das sanções tomadas contra grandes bancos internacionais na sequência de revistas similares.
- O Conselho ouviu, sem a presença do Presidente e do Diretor geral, a ata das audições do inspetor geral, responsável pelo controlo periódico, do responsável do controlo permanente e da conformidade, do responsável da ALM Tesouraria e do responsável de Group Risk Management cujas competências cobrem o conjunto da política de risco do Grupo, realizadas pelo Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade.
- O Conselho tomou conhecimento das trocas de correspondência com a Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução (ACPR) e dos comentários do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade. Foi informado sobre as relações com os reguladores no estrangeiro, tais como foram transmitidas pela Direção Geral.

3.c Orçamento, contas e resultados, gestão e informação financeiras

Orçamento

Em conformidade com a sua prática corrente, o Conselho examinou e aprovou durante a sua última sessão do ano, o orçamento 2014 apresentado pela Direção geral para o conjunto do Grupo, os seus domínios de atividade e as suas principais áreas de intervenção.

Contas e resultados

- O Conselho examinou e aprovou os resultados do 4o trimestre de 2012 e do ano de 2012, assim como os resultados dos três primeiros trimestres do ano de 2013.
 - Tomou conhecimento, a cada trimestre, da evolução dos rendimentos e do coeficiente de exploração por área de intervenção.
 - Para cada período considerado, o Conselho ouviu a síntese dos trabalhos da Comissão revisora de contas e as conclusões dos Revisores oficiais de contas que assistem de pleno direito às sessões que tratam das contas e dos resultados.
 - O Conselho deliberou sobre a evolução do rácio de solvabilidade à luz das decisões tomadas pelo regulador neste domínio. Foi informado das consequências sobre os rendimentos e os resultados das medidas tomadas para reduzir a necessidade de financiamento do Grupo, nomeadamente em dólares. Examinou a rentabilidade dos fundos próprios investidos nas áreas de intervenção.
 - Tomou conhecimento do andamento do plano de redução do balanço. Examinou a composição do balanço cash em dólares e a sua evolução durante o ano de 2013.
 - O Conselho foi informado das escolhas significativas relacionadas com a aplicação dos princípios contabilísticos que foram examinados pela Comissão revisora de contas sobre o relatório conjunto dos Revisores oficiais de contas e do responsável financeiro do Grupo.
 - Ouviu os comentários da Comissão revisora de contas sobre a síntese do controlo interno contabilístico examinada, trimestralmente, por este último.
 - O Conselho ouviu o relatório das audições dos Revisores oficiais de contas e do responsável financeiro do Grupo, realizadas pela Comissão revisora de contas sem a presença do Presidente e do Diretor Geral.

Gestão financeira

- O relatório sobre o financiamento a médio e longo prazo em 2012 e no 1º semestre de 2013 foi comunicado ao Conselho; ouviu os comentários da Direção geral sobre as condições de execução dos programas. Também foi regularmente informado sobre a rentabilidade da nova produção dos créditos.
- Tomou conhecimento do relatório ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process). Este relatório apresentado à sessão ordinária da Comissão revisora de contas e do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade, visa assegurar que o Banco faz uma boa avaliação dos seus riscos (de concentração operacional, informático), que implementou controlos adequados, e que dispõe e continuará a dispor dos fundos próprios necessários para fazer face a esses riscos.
- Foi informado dos resgates de ações efetuadas no âmbito da autorização dada pela Assembleia geral.

Informação financeira

- Por ocasião de cada sessão dedicada aos resultados, o Conselho examinou os projetos de comunicado. Aprovou o projeto de relatório do Conselho de administração para o ano 2011, assim como o projeto de relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e

ao tratamento da informação contabilística e financeira.

- Foi informado das notações financeiras a longo prazo da empresa dadas pelas principais agências de notação. São retomadas no Documento de referência e relatório financeiro anual na parte Números chave.

3.d Governo da sociedade

Evolução da governança do BNP Paribas

O Conselho de administração aprovou o projeto estabelecido sob proposta do Comité de governo da sociedade e das nomeações que foi submetido aos acionistas para ratificação do projeto de convenção regulamentada relativamente ao Sr. Jean-Laurent Bonnafé aquando da Assembleia geral de 2013.

Avaliação do Conselho de administração

Realização dos desejos de melhoria expressos aquando da última avaliação do Conselho de administração para 2012

Os pontos a melhorar diziam respeito à formação e informação do Conselho assim como o acesso aos dirigentes não mandatários sociais, o tempo consagrado à compreensão dos riscos operacionais e aos riscos ligados à conformidade e ao prazo de entrega dos dossiês antes dos Conselhos ou Comitês.

Para responder aos desejos dos administradores, foi feita uma apresentação sobre o risco operacional para dar uma volta mais concreta a esta noção importante mas suficientemente específica no banco e foi feito um esforço para, sempre que possível, adiar a Comissão revisora de contas por 24 horas.

Avaliação do Conselho de administração relativamente a 2013

- A organização e o funcionamento do Conselho de administração e dos seus Comitês especializados foram objeto de uma avaliação pelo décimo segundo ano consecutivo.
- Esta avaliação foi realizada com base num questionário anónimo incidindo sobre a organização do Conselho (independência, condições de funcionamento), e os seus principais domínios de atividade tais como indicados no presente relatório (estratégia, controlo interno e riscos, gestão financeira, remunerações) assim como sobre as competências dos membros dos Comitês, a pertinência dos assuntos tratados e a qualidade das atas dos seus trabalhos. O suporte da avaliação incluía esta ano quarenta e seis questões acompanhadas de uma escala das notações, reagrupadas em dez temas. Os administradores foram convidados a formular as suas propostas de melhoria sobre cada um destes temas. A avaliação de conjunto é muito satisfatória, e os pontos assinalados no ano passado foram objeto de medidas de melhoria visíveis, mesmo que os prazos de disponibilização das contas de resultados trimestrais antes do Conselho continuem a ser um ponto cuja melhoria deve ser prosseguida.

Avaliação dos administradores – Evolução da composição do Conselho de administração e dos Comitês especializados

- No âmbito do processo descrito acima, o Conselho avaliou a independência dos administradores tendo em consideração as qualidades definidas no ponto 1.c do presente relatório (competência, coragem, disponibilidade e affectio societatis) assim como a competência dos membros de cada um dos seus Comitês. Deliberou sobre propostas relativas à sua composição suscetíveis de ser submetidas à aprovação da Assembleia geral dos acionistas.
- Os mandatos da Sra. Meglena Kuneva e do Sr. Louis Schweitzer não tendo sido renovados aquando da Assembleia geral de 15 de maio de 2013, o Conselho de administração propôs à Assembleia Geral a nomeação da Sra. Marion Guillou e do Sr. Christophe de Margerie por um período de

três anos. Também lhe foi proposta a renovação dos mandatos dos Srs. Jean-Laurent Bonnafé, Michel Tilmant e Emiel Van Broekhoven. O Conselho nomeou o Sr. Denis Kessler Presidente da Comissão revisora de contas para substituir o Sr. Louis Schweitzer. Também nomeou o Sr. Pierre-André de Chalendar Presidente do Comité das remunerações em substituição do Sr. Denis Kessler.

Relatório do Presidente

O Conselho de administração aprovou o presente relatório do Presidente.

3.e Remuneração

Remuneração dos administradores

- Os administradores exteriores ao Grupo⁽¹⁾ não recebe, da parte do BNP Paribas qualquer outra remuneração além das senhas de presença.
- Tratando-se do Conselho de administração, as senhas de presença atribuídas aos administradores incluem uma parte fixa e uma parte variável ligada à presença efetiva nas reuniões do Conselho.
- Sob proposta conjunta do Comité de governo da sociedade e das nomeações e do Comité de remunerações, o Conselho de administração decidiu estabelecer a parte fixa das senhas de presença de 14 864 euros para 17 000 euros e de 22 296 euros para 25 500 euros para os administradores estrangeiros, a partir de 2013. Os membros do Conselho residentes no estrangeiro beneficiam de meia senha adicional para ter em consideração as suas sujeições particulares (§ 12 do regulamento interno).
- A parte variável das senhas de presença é calculada com base em 2 123,43 euros por sessão programada (7 sessões por ano). Em caso de sessão excepcional do Conselho de administração, cada administrador presente recebe uma senha calculada nesta base acrescida de 75 %.
- Pela sua atividade nos Comitês especializados, os administradores recebem uma remuneração correspondente a uma parte fixa e a uma parte variável das senhas de presença:
- a parte fixa atribuída aos Presidentes dos Comitês foi fixada em 20 000 euros para os Presidentes da Comissão revisora de contas, do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade e do Comité das remunerações, e a 10 000 euros para o Presidente do Comité de governo da sociedade e das nomeações. A parte fixa para os outros membros desses Comitês foi fixada em 2 973 euros;
- as partes variáveis ligadas à presença efetiva nas reuniões dos Comitês foram fixadas em 1 698,74 euros por sessão para os Presidentes dos Comitês e a 1 061,71 euros para os outros membros desses Comitês.

O Conselho aprovou a proposta do Comité de governo da sociedade e das nomeações relativa à repartição das senhas de presença.

- O quadro das senhas de presença pagas aos membros do Conselho de administração encontra-se na secção Remunerações do ponto 2.1 do presente capítulo.

Remuneração dos dirigentes mandatários sociais

- Sob proposta do Comité das remunerações, o Conselho de administração determinou as remunerações variáveis dos dirigentes mandatários sociais segundo as mesmas modalidades que tinha definido em 2010. Estas modalidades tinham sido descritas pela primeira vez na nota anexa 8.e aos estados financeiros incluída no documento de

(1) Administradores membros do Grupo: Sra Nicole Misson, Srs Thierry Mouchard, Jean-Laurent Bonnafé e Baudouin Prot.

referência e relatório financeiro anual 2010 (páginas 240 e 241). O Conselho constatou os resultados dos cálculos ligados aos critérios avaliados incidindo sobre o desempenho do Grupo. Apreciou como os objetivos pessoais tinham sido atingidos tendo em conta a sua avaliação dos desempenhos individuais dos mandatários sociais, nomeadamente das capacidades de antecipação, de decisão e de animação desenvolvidas por cada um deles. Decidiu não utilizar a possibilidade de atribuir ao Diretor geral e aos Diretores gerais delegados uma remuneração variável ligada à política de risco e de liquidez. O Conselho de administração certificou-se da coerência da evolução da remuneração variável com a do resultado líquido parte do Grupo BNP Paribas.

- O Conselho decidiu que as remunerações variáveis concedidas aos mandatários sociais seriam diferidas para um período de três anos numa proporção de 60 %⁽¹⁾ e que a parte paga em 2013 (40%) seria, para metade, diferida em seis meses e indexada na evolução do curso da ação. A parte diferida para além de 2013 (60 %)⁽¹⁾ será submetida, para cada ano considerado, a uma condição de rentabilidade dos fundos próprios e indexada, para metade, na evolução do curso da ação desde a data do primeiro pagamento.
- O Conselho de administração definiu os princípios de remuneração dos mandatários sociais para 2013. Estas disposições estão descritas na secção Remunerações do ponto 2.1 do presente capítulo.
- Sob proposta do Comité das remunerações, o Conselho aprovou as características de um plano de remuneração a longo prazo destinado a assegurar o interesse dos mandatários sociais na criação de valor sobre um longo período. Certificou-se junto do Comité dos Sábios Afep-Medef que este plano respeitava as disposições do Código de governo da sociedade. Implementou este plano em benefício do Presidente, do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados.

Nem o Presidente, nem o Diretor Geral, nem os Diretores Gerais delegados participaram na preparação das decisões relativas à sua remuneração e também não participaram nas correspondentes deliberações do Conselho.

- As decisões do Conselho de administração foram tornadas públicas em conformidade com o Código de governo da sociedade.

Remuneração das categorias de assalariados submetidas a uma regulamentação específica

- O Conselho foi informado pelo Comité das remunerações, da abordagem escolhida pelo BNP Paribas para identificar a população dos colaboradores cujas atividades profissionais têm uma incidência significativa sobre o perfil de risco da empresa.
- Aprovou várias adaptações da política re remuneração desta população e tomou conhecimento das principais orientações previstas pela Direção geral para determinar os envelopes de remuneração para as atividades reguladas para 2013.

Igualdade profissional e salarial

O Conselho de administração deliberou sobre a política do BNP Paribas em matéria de igualdade profissional e salarial com base no relatório previsto pela regulamentação. Foi informado da política levada a cabo pela Direção Geral para promover a diversidade e zelar pelo respeito do princípio de igualdade de tratamento das mulheres e dos homens nos processos de gestão de carreira e de remuneração.

Plano Global de participação em Ações

Em 2013, não foi implementado nenhum Plano Global de participação em ações do Grupo.

4. OS TRABALHOS DOS COMITÉS EM 2013

Nenhum membro da Direção geral, nem sequer o Presidente do BNP Paribas, faz parte de qualquer Comité desde 1997.

4.a Comissão revisora de contas

Em 2103, a Comissão revisora de contas foi composta pelo Sr. Louis Schweitzer, Presidente até 15 de maio de 2013, pelo Sr. Denis Kessler, pela Sra. Fields Wicker-Miurin, pelos Srs. MM. Emiel Van Broekhoven e Thierry Mouchard, assim como pelo Sr. Christophe de Margerie a partir de 29 de julho de 2013. O Sr. Denis Kessler foi nomeado Presidente em substituição do Sr. Louis Schweitzer a partir de 29 de julho de 2013. O Comité inclui uma maioria de membros com experiência e competência no domínio da gestão financeira de empresas, das disciplinas de contabilidade e de informação financeira.

A atualização da informação e dos conhecimentos dos membros do Comité é facilitada pela apresentação, pelo responsável Finance Group presente aquando das reuniões, dos assuntos de importância significativa que são comentados e discutidos na presença dos Revisores oficiais de contas.

Os documentos relativos à agenda, nomeadamente os dossiês relativos aopadronizados de apresentação.

As missões da Comissão revisora de contas constam do regulamento interno (§ 7.2) em anexo do presente relatório.

A Comissão revisora de contas reuniu-se quatro vezes em 2013 com uma taxa de assiduidade dis seus membros igual a 93 %. Reuniu-se também duas vezes em sessão ordinária com o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade.

Exame das contas e informação financeira

■ Comissão revisora de contas procedeu a cada trimestre ao exame das contas com base nos documentos e informações comunicados pela Direção Geral e nas diligências efetuadas pelos Revisores oficiais de contas.

■ A Comissão revisora de contas analisou, numa base trimestral, os quadros de síntese dos resultados consolidados, a rentabilidade anualizada dos capitais próprios assim como os resultados e a rentabilidade por área de atividade. Examinou igualmente a evolução dos rácios de solvabilidade Basileia 2, Basileia 2.5 e Basileia 3 estimados assim como a dos ativos ponderados.

■ Examinou o balanço consolidado do Grupo em 31 de dezembro de 2012 e a sua evolução entre esta data e 30 junho de 2013; foi, por esta ocasião informado dos compromissos extrapatrimoniais. Uma apresentação trimestral de um balanço patrimonial, mais bem adaptado à análise da estrutura do balanço e da liquidez, veio completar esta apresentação contabilística.

■ A Comissão examinou as exposições sensíveis apresentadas de acordo com as recomendações do Financial Stability Board (FSB). Tomou conhecimento da redução da exposição do Grupo às dívidas soberanas e examinou as consequências das cessões realizadas sobre o resultado do Grupo.

■ Aquando do exame dos resultados, a Comissão revisora de contas ouviu o responsável do Finance Group e o responsável encarregado do reporting contabilístico e financeiro.

(1) Com exceção do Sr. François Villeroy de Galhau para quem esta proporção é apenas de 40 %, todas as outras regras são idênticas às definidas para os restantes mandatários sociais.

Procedeu Trimestralmente à audição do responsável Finance Group, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral. Ouviu os comentários e as conclusões dos Revisores oficiais de contas sobre os resultados de cada trimestre. Sem a presença do Presidente, do Diretor geral e do responsável Finance Group, a Comissão procedeu à audição dos Revisores oficiais de contas e colocou-lhes as perguntas que julgou úteis.

■ A Comissão revisora de contas examinou a cada trimestre a síntese dos pontos de controlo assinalados pelas entidades do Grupo no quadro da certificação das suas demonstrações financeiras. Analisou por esta ocasião a evolução do nível de risco constatado para cada um dos trinta principais controlos contabilísticos.

■ A Comissão revisora de contas examinou a parte do relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira; recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.

Relações com os Revisores oficiais de contas

■ A Comissão revisora de contas recebeu de cada um dos Revisores oficiais de contas a declaração escrita da sua independência.

■ Sem a presença dos Revisores oficiais de contas, foi informado dos honorários que lhes foram pagos e tomou conhecimento do quadro de síntese das missões não diretamente ligadas à auditoria. Autorizou uma missão desta natureza que foi submetida à sua aprovação em conformidade com o regulamento interno (§ 7.3).

Reuniões comuns com o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

■ Os Comités deliberaram com base no relatório estabelecido no âmbito do Regulamento CRBF 97-02 e de uma nota estabelecida ao seu cuidado sobre as principais evoluções ocorridas nos domínios da governança e da organização dos riscos. Evocaram nomeadamente as disposições tomadas pelo Banco para dar uma nova orientação às atividades de mercado, reduzir algumas exposições e reforçar o controlo dos riscos operacionais. Ouviram os comentários do responsável dos riscos sobre os principais resultados dos stress tests dos riscos de mercado.

■ Os Comités assistiram a uma apresentação do método avançado de avaliação dos riscos operacionais, assim como das sucessivas evoluções dos constrangimentos regulamentares associados às normas de Basileia 2, Basileia 2.5 e Basileia 3 e da sua aplicação ao Banco.

■ Receberam dos Revisores oficiais de contas um relatório escrito sobre as principais constatações relativas às deficiências de controlo interno e tomaram conhecimento das principais orientações tomadas pelos Revisores oficiais de contas para a elaboração do seu plano de auditoria 2013, assim como os pontos mais significativos.

■ Os Comités receberam o documento «Medição e vigilância dos riscos: avaliação do dispositivo implementado».

■ Foram informados do Internal Capital Adequacy Assessment Process (ICAAP).

■ Tomaram conhecimento das explicações relativas ao Credit Value Adjustment (CVA) e ao Debit Value Adjustment (DVA).

■ O processo de Asset Quality Review (AQR) do Banco Central Europeu (BCE) foi-lhes apresentado.

■ Foi-lhes apresentada uma estimativa do custo do capital do Grupo e das principais linhas de áreas de intervenção.

4.b Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade é presidido pelo Sr. M. Jean-François Lepetit desde 11 de maio de 2011. É composto pelo Sr. Michel Tilmant, pelas Sras. Nicole Misson et Hélène Ploix.

O Comité inclui uma maioria de dois terços de administradores independentes, segundo os critérios do Código de governo da sociedade. É constituído por uma maioria de membros que apresentam competências particulares em matéria financeira e no domínio dos riscos graças à sua formação ou experiência. O seu presidente exerceu responsabilidades executivas no setor bancário, foi Presidente da Comissão das operações de Bolsa (COB), membro do Colégio da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF) e Presidente do Conselho Nacional da Contabilidade (CNC). Outro dos seus membros é detentor de uma experiência internacional ao nível do management bancário.

As missões do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade encontram-se no regulamento interno (§ 8.2), em anexo ao presente relatório.

Em 2013, o Comité reuniu-se quatro vezes, com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100%.

Riscos de mercado, riscos de contraparte, riscos de crédito

■ A cada uma das suas sessões, o Comité passou em revista a evolução dos riscos de mercado, dos riscos de contraparte e dos riscos de crédito. Deliberou com base nas informações apresentadas pelo Group Risk Management (GRM). Durante a sessão, o responsável do GRM e os seus adjuntos especializados nas diferentes categorias de riscos responderam às perguntas do Comité relativas à sua área de responsabilidade.

O Comité tomou conhecimento das principais conclusões dos Risk Policy Committees e dos Comités dos Países, organizadas pela Direção geral.

■ Analisou as evoluções da economia e dos mercados, assim como as consequências que daí resultavam para as exposições do Grupo. Tomou conhecimento dos indicadores de concentração sectorial e geográfica. Examinou a exposição do Grupo às dívidas soberanas assim como as principais exposições às instituições e aos corporates.

■ O Comité foi informado da evolução do Value at Risk (VaR) assim como dos resultados dos stress tests realizados para os riscos de mercado.

■ O Comité examinou a política de perfil de risco do Banco e passou em revista o painel de controlo elaborado para o seu acompanhamento trimestral.

■ Examinou igualmente o documento Risk Profile Statement sobre o perfil de risco do Banco elaborado anualmente.

■ O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor geral, à audição do responsável do Group Risk Management.

Liquidez

■ O Comité foi regularmente informado das consequências da crise dos mercados e das evoluções regulamentares sobre a política de liquidez do Grupo e sobre a organização da sua gestão. Em cada uma das suas sessões, procedeu a largas trocas de pontos de vista com o Presidente, o Diretor geral e o responsável de Assets and Liabilities Management. Tomou conhecimento das ações implementadas pela Direção geral para fazer face a um ambiente profundamente alterado.

■ Examinou as condições de realização do programa de financiamento a médio e longo prazo.

- Aprovou o mission statement da ALM-Treasury.
- O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor geral, à audição do responsável de Assets and Liabilities Management-Treasury.

Controlo permanente, conformidade, controlo periódico

- O Comité tomou conhecimento dos projetos de relatório 2012 sobre a Conformidade, o controlo operacional permanente e a continuidade da atividade. Foi informado da adaptação da organização central da conformidade, e tomou conhecimento do estado de sínteses dos resultados do controlo permanente. Passou em revista os principais incidentes, assim como os principais litígios e contestações. Examinou o plano de ação de controlo permanente para 2013 assim como os pontos relativos à continuidade de atividade. Foi informado das ações implementadas e previstas em matéria de prevenção e de proteção contra a fraude.
- O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor geral, à audição do responsável da conformidade e do controlo permanente.
- Foi comunicado ao Comité o projeto de relatório 2012 sobre o controlo periódico que examinou os resultados do Risk assessment realizado pela inspeção geral assim como a evolução do número e da natureza das recomendações formuladas por esta última. Tomou conhecimento do relatório de atividade semestral do controlo periódico.
- O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor geral, à audição do Inspetor geral, responsável pelo controlo periódico.
- O Comité examinou o projeto do Relatório Anual 2012 sobre o controlo interno e recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.
- O Comité foi informado, ao longo do ano, da revisão interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US iniciada a pedido de, e em cooperação com, as autoridades americanas no quadro da implementação da política de sanções económicas dos Estados Unidos, assim como dos primeiros elementos apresentados às autoridades em resposta às suas interrogações. Também foi informado das sanções aplicadas a grandes bancos internacionais na sequência de revisões similares.

Relações com os reguladores

- O Comité foi informado dos progressos dos trabalhos realizados no âmbito do Recovery and Resolution Plan solicitado pelos reguladores.
- Tomou conhecimento das relações com os reguladores, em França e no estrangeiro, tais como foram transmitidas pela Direção geral.
- Examinou as trocas de correspondência entre a Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução (ACPR), a Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF) e a Direção geral; reportou-o ao Conselho de administração.

4.c Comité de governo da sociedade e das nomeações

O Comité de governo da sociedade e das nomeações é presidido pelo Sr. Michel Pébereau desde 30 de novembro de 2012. É composto pela Sra. Laurence Parisot, e pela Sra. Marion Guillou que substituiu a Sra. Daniela Weber-Rey a partir de 27 de novembro de 2013. Salvo o Sr. Michel Pébereau que, segundo os critérios da Afep-Medef, não é considerado independente, mas cuja experiência, conhecimento do setor e da alta integridade pessoal são garantias da sua liberdade e do seu sentido do interesse geral, é composto por administradores independentes que têm uma grande experiência das problemáticas do governo da

Sociedade e de configuração das equipas dirigentes nas entidades internacionais.

Associa o Presidente aos seus trabalhos para a seleção dos novos administradores ou censores, e a sucessão dos dirigentes mandatários sociais.

As missões do Comité de governo da sociedade e das nomeações encontram-se no regulamento interno (§ 11.2), em anexo ao presente relatório.

O Comité de governo da sociedade e das nomeações reuniu-se quatro vezes com uma participação de 92%.

- O Comité deliberou várias vezes sobre a evolução da governança do Grupo.
- O Comité preparou a avaliação pelo Conselho de administração do funcionamento dos seus Comités especializados e do seu próprio funcionamento. Examinou a composição do Conselho de administração e passou em revista a situação de cada administrador. Deliberou sobre a contribuição de cada um para os trabalhos do Conselho e, se al for o caso, dos Comités, tendo em conta as suas competências e a sua implicação nas deliberações.
- O Comité de governo da sociedade e das nomeações propôs ao Conselho o lançamento de um processo de seleção com vista a preparar a proposta a apresentar à Assembleia geral para se proceder à eventual substituição dos administradores cujo mandato esteja a terminar.
- No termo deste processo, o Comité propôs ao Conselho a apresentação da candidatura do Sr. Christophe de Margerie e da Sra. Marion Guillou.
- O Comité examinou a parte do relatório do Presidente dedicada ao governo da sociedade e recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.
- O Comité concertou-se sobre o projeto de evolução do Código de governo da sociedade.
- Foi informado das guidelines da European Banking Authority (EBA) sobre a avaliação da aptidão dos membros do «órgão de direção» e dos titulares de lugares chave nos bancos.
- Propôs ao Conselho uma nova repartição das senhas de presença para 2013.

4.d Comité das remunerações

O Comité das remunerações foi composto pelo Sr. Denis Kessler, Presidente até 29 de julho de 2013, e substituído pelo Sr. Pierre-André de Chalendar a partir de 6 de dezembro de 2013, do Sr. Jean-François Lepetit, da Sra. Hélène Ploix, e da Sra. Nicole Misson a partir de 6 de dezembro de 2013. A sua composição está em conformidade com as recomendações do Código de governo da sociedade: os seus membros têm experiência em sistemas de remuneração e em práticas de mercado neste domínio. Três membros do Comité das remunerações são igualmente membros do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade (o Sr. Jean-François Lepetit, Sras. Hélène Ploix e Nicole Misson). Esta composição visa favorecer os trabalhos do Conselho de administração sobre a adequação dos princípios de remuneração e de política de risco do BNP Paribas.

O Presidente não faz parte deste Comité mas é convidado a participar nas deliberações, exceto nas que lhe dizem respeito.

As missões do Comité das remunerações encontram-se no regulamento interno (§ 10.2), em anexo ao presente relatório.

O Comité das remunerações reuniu-se quatro vezes, com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100%.

- Após ter recebido uma informação pormenorizada sobre os colaboradores do Grupo cujas atividades profissionais têm uma incidência significativa sobre o perfil de risco do Grupo, o Comité examinou os assuntos relativos às suas remunerações. Tomou conhecimento dos parâmetros escolhidos para determinar as verbas de remuneração variável a que podem pretender e foi informado do desenvolvimento do processo de remuneração variável dos assalariados visados; examinou a síntese do relatório da Inspeção geral sobre este processo. Examinou várias alterações aos princípios de remuneração das atividades reguladas e submeteu-as à aprovação do Conselho de administração. Tomou conhecimento da lista nominativa das remunerações mais elevadas relativas a 2012. Ouvia o responsável do Grupo dos Recursos Humanos e tomou nota da conformidade da política implementada com a regulamentação em vigor e as normas profissionais. Foi informado das corresponsências da Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução relacionadas com estes assuntos.
- O Comité determinou e propôs ao Conselho de administração a remuneração variável dos mandatários sociais dirigentes relativamente a 2012, assim como as disposições destinadas a diferir sobre vários anos e indexar sobre a evolução da cotação da ação uma parte destas remunerações.
- Deliberou sobre os dispositivos suscetíveis de ter interesse para os mandatários sociais com vista à criação de valor sobre um longo período de tempo. Propôs ao Conselho a aprovação de um plano de remuneração a longo prazo integralmente condicional e indexado à evolução da cotação da ação BNP Paribas. Propôs ao Conselho de administração implementar este plano em benefício do Diretor geral e dos Diretores gerais delegados.
- Submeteu à aprovação do Conselho os princípios de remunerações variáveis dos mandatários sociais referentes a 2013.
- O Comité foi informado das remunerações variáveis determinadas para 2012 pelo Diretor geral para os membros do Comité executivo não mandatários sociais.
- Tomou conhecimento da nova definição da população regulada.
- Aceitou a implementação este ano de um programa de retenção dos melhores colaboradores, selecionados em função do seu potencial próprio mas também das perspetivas da sua especialidade e da situação concorrencial. Este programa, particularmente importante na Ásia e nos Estados Unidos, asseguraria aos beneficiários um suplemento de remuneração fixa, paga mensalmente por um período de três anos.
- Foi informado das novas obrigações/recomendações aplicáveis em matéria de remunerações e das resoluções específicas que conviria submeter à Assembleia geral dos acionistas de 2014: três resoluções no âmbito das disposições do say on pay imposta pela lei de separação e de regulação das atividades bancárias; se for o caso, uma resolução para a quebra do limite das remunerações variáveis num limite de 2 por 1.
- O Comité propôs ao Conselho uma nova repartição das senhas de presença para 2013.

ANEXO: regulamento interno

PREÂMBULO

O funcionamento do Conselho de administração e o modo de Direção geral do BNP Paribas são definidos pelo Código comercial, o Código monetário e financeiro, as disposições impostas pelas autoridades reguladoras da Sociedade e o presente regulamento.

O Conselho de administração toma em consideração, quando necessário, as recomendações relativas ao Governo da sociedade.

PREMEIRA PARTE – ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Missões do Conselho de administração

O Conselho de administração é uma instância colegial que representa coletivamente o conjunto dos acionistas e que age em todas as circunstâncias no interesse social da empresa.

Zela pelo equilíbrio da sua composição e pela pertinência do seu funcionamento procurando agir no seu interesse e exercer as suas missões.

Assim:

Determina, sob proposta do Diretor geral, a estratégia e as orientações da atividade do BNP Paribas e zela pela sua aplicação.

Trata de todas as questões relativas ao bom funcionamento da empresa e regula por meio das suas deliberações os negócios que lhe dizem respeito.

Decide da acumulação ou da dissociação das funções de Presidente e de Diretor geral.

Designa os mandatários sociais.

Fixa as eventuais limitações aos poderes do Diretor geral. Aprova o relatório do Presidente anexado ao relatório de gestão.

Procede, ou manda proceder por um ou vários administradores, ou por um Comité especializado existente ou constituído numa base ad-hoc:

- às avaliações e aos controlos que considera necessários ao abrigo da regulamentação em vigor;
- ao controlo da gestão da empresa e da exatidão das suas contas;
- ao exame e ao fecho das contas;
- à comunicação aos acionistas e aos mercados de uma informação financeira de qualidade.

O Presidente, ou o Diretor Geral em caso de dissociação das funções, submete-lhe, pelo menos uma vez por ano, os projetos de orçamento, de relatório de gestão, assim como os projetos dos diversos relatórios legais e regulamentares.

Apresenta-lhe para acordo prévio todas as decisões de investimento ou de desinvestimento (com exceção das operações de carteira) de um montante superior a 250 milhões de euros, assim como qualquer projeto de tomada ou de cedência de participação (com exceção das operações de carteira) superior a esse limiar. Reporta-lhe periodicamente as operações significativas cujo montante é inferior a esse limite.

Qualquer operação estratégica significativa situada fora das orientações aprovadas é alvo de uma aprovação prévia pelo Conselho.

Na medida em que o Conselho de administração lhes delegou os poderes necessários para proceder à emissão de obrigações e de títulos assimilados

assim como à emissão de títulos dando acesso imediato ou a prazo ao capital do BNP Paribas, o Diretor Geral ou os Diretores Gerais delegados reportam-lhe os ditos empréstimos ou títulos.

SEGUNDA PARTE – O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2. Relações com outros órgãos da sociedade e o exterior

Nas relações com os outros órgãos da sociedade e o exterior, o Presidente é o único que pode agir em nome do Conselho e a exprimir-se em seu nome, salvo com circunstâncias excecionais, e exceto missão particular ou mandato específico confiado a outro administrador.

Em estreita coordenação com a Direção geral, pode representar o Grupo nas suas relações de alto nível nomeadamente os grande clientes e os poderes públicos nos planos nacional e internacional.

Zela pela manutenção da qualidade das relações com os acionistas em estreita coordenação com as ações levadas a cabo nesta área pela Direção geral.

Garante o estabelecimento e a aplicação, aos melhores níveis, dos princípios de governo da sociedade.

Zela pelo bom funcionamento dos órgãos do Paribas.

Com a participação do Comité de governo da sociedade e das nomeações, e com a aprovação do Conselho e da Assembleia geral dos acionistas, esforça-se por construir um Conselho eficaz e equilibrado, e por gerir os processos de substituição e de sucessão relativos ao Conselho e às nomeações que este vier a conhecer.

3. Organização dos trabalhos do Conselho de administração

Organiza os trabalhos do Conselho de administração. Fixa o calendário e a agenda das reuniões do Conselho e convoca-o.

Zela pela boa organização dos trabalhos do Conselho de modo a promover o seu carácter decisório e construtivo. Anima os trabalhos do Conselho e coordena os seus trabalhos com os dos Comités especializados.

Certifica-se de que o Conselho dedica o tempo necessário às questões referentes ao futuro da Sociedade e nomeadamente a sua estratégia.

Certifica-se de que os administradores exteriores à Sociedade conheçam bem a equipa de Direção.

Trata de manter uma relação estreita e confiante com o Diretor Geral. Contribui com a sua ajuda e os seus conselhos respeitando simultaneamente as suas responsabilidades executivas.

O Presidente dirige os trabalhos do Conselho por forma a permitir-lhe cumprir todas as missões que lhe cabem.

Certifica-se que as informações necessárias ao exercício das suas missões sejam fornecidas ao Conselho atempadamente e sob uma forma clara e apropriada.

O Presidente é regularmente mantido informado pelo Diretor Geral e os outros membros da Direção Geral quanto aos eventos e situações significativos relativos à vida do Grupo, nomeadamente: estratégia, organização, projetos de investimento e de desinvestimento, operações financeiras, riscos, demonstrações financeiras.

Recebe do Diretor Geral todas as informações exigidas pela lei relativamente ao relatório sobre o controlo interno.

Pode pedir ao Diretor Geral qualquer informação destinada a esclarecer o Conselho e os seus Comitês no cumprimento da sua missão.

Pode ouvir os Revisores oficiais de contas com vista à preparação dos trabalhos do Conselho e da Comissão revisora de contas.

Certifica-se de que os administradores estão em condições de cumprir a sua missão e, nomeadamente, de que dispõem da informação requerida para a sua participação nos trabalhos do Conselho, e de que dispõem da colaboração adequada dos responsáveis da Sociedade ao funcionamento dos Comitês especializados. Além disso, certifica-se de que os administradores participam efetivamente nos trabalhos do Conselho, com assiduidade, competência e lealdade.

Num relatório anexado ao relatório de gestão, reporta sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho, os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade e as eventuais limitações que o Conselho impõe aos poderes do Diretor Geral.

TERCEIRA PARTE – O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4. Informação dos administradores

Cada administrador pode pedir que lhe seja comunicado pelo Presidente ou Diretor Geral todos os documentos e informações necessários ao cumprimento da sua missão, para participar de forma útil nas reuniões do Conselho de administração e tomar uma decisão esclarecida, desde que se trate de documentos úteis para a tomada de decisão e ligados aos poderes do Conselho.

Os pedidos são dirigidos ao Secretário do Conselho de administração que informa o Presidente assim como, em caso de dissociação das funções, o Diretor geral.

Os documentos assim disponibilizados ao administrador são consultados no secretariado do Conselho de administração ou junto do colaborador competente do Grupo quando o Secretário do Conselho o julga preferível por motivos de comodidade ou de confidencialidade.

5. Reuniões do Conselho de administração

Reúne no mínimo quatro vezes por ano e tantas vezes quanto as circunstâncias o exigem.

As convocatórias podem ser enviadas pelo Secretário do Conselho. São considerados presentes, para cálculo do quorum e da maioria, os administradores que participam na reunião através de videoconferência ou de telecomunicação permitindo a sua identificação e garantindo a sua participação efetiva, cuja natureza e condições de aplicação são determinadas pela lei.

É feito um registo de presenças, assinado pelos administradores que participam na sessão do Conselho de administração e que menciona o nome dos administradores reputados presentes no sentido do parágrafo anterior.

As deliberações do Conselho são constatadas por ata transcritas num registo especial em conformidade com a legislação

em vigor. O Secretário do Conselho está habilitado a entregar e a certificar as cópias ou extratos de atas.

As decisões do Conselho de administração são executadas, quer pelo Presidente, o Diretor geral, em caso de dissociação das funções, ou um Diretor geral delegado, ou por qualquer delegado especial designado pelo Conselho.

6. Avaliação do Conselho de administração, do Presidente e da Direção geral

O Conselho procede regularmente à avaliação do seu funcionamento e da sua capacidade em cumprir as suas missões.

Procede regularmente, e pelo menos uma vez por ano, sem a presença dos interessados, à avaliação dos desempenhos do Presidente, do Diretor geral e dos Diretores gerais delegados e reflete sobre o futuro do management.

QUARTA PARTE – OS COMITÉS ESPECIALIZADOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para facilitar o exercício das suas funções pelos administradores, são constituídos Comitês especializados no seio do Conselho de administração. As suas atribuições não reduzem nem limitam os poderes do Conselho

O Presidente do Conselho de administração certifica-se de que o número, as missões, a composição, o funcionamento dos Comitês são constantemente adaptados às necessidades do Conselho e às melhores práticas de governo da sociedade.

Quando o considera necessário, participa nas sessões dos Comitês, com voz consultiva.

Estes Comitês se reúnem-se sempre que necessário, com ou sem a participação do management do banco. Podem recorrer a peritos externos tanto quanto necessário. O Presidente do Comitê pode pedir a audição de qualquer pessoa responsável, no seio do Grupo, em questões relacionadas com a competência deste Comitê, tal como definida pelo presente regulamento.

Emitem pareceres destinados ao Conselho de administração. Os Presidentes dos Comitês, ou em caso de impedimento, outro membro do mesmo Comitê, apresentam oralmente uma síntese dos seus trabalhos à sessão do Conselho mais próxima.

Uma ata escrita das sessões dos Comitês é estabelecida e comunicada, após aprovação, aos administradores que o desejam.

Para terem em conta a natureza e as especificidades das atividades bancárias, os Comitês do Conselho incluem: a Comissão revisora de contas, o Comitê de controlo interno, dos riscos e da conformidade, o Comitê das remunerações, o Comitê de governo da sociedade e das nomeações.

7. A Comissão revisora de contas

A Comissão reúne-se pelos menos quatro vezes por ano.

7.1 Composição

A Comissão revisora de contas inclui pelo menos os dois terços dos seus membros respondendo à qualificação de independência tal como definida pelo Conselho após análise das recomendações vigentes.

Não inclui nenhum membro da Direção geral do Banco.

7.2 Missões

As missões do Comité consistem em analisar as demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais difundidas pela Sociedade aquando do fecho das contas e em aprofundar alguns dos seus elementos antes da sua apresentação ao Conselho de administração.

A Comissão examina todas as questões relativas a estas contas e documentos financeiros: escolha dos referenciais contabilísticos, provisões, resultados analíticos, normas prudenciais, cálculo de rentabilidade e qualquer questão contabilística apresentando um interesse metodológico ou suscetível de gerar riscos potenciais.

A Comissão analisa pelo menos duas vezes por ano a síntese da atividade e os resultados do controlo interno contabilístico e financeiro com base nas informações que lhe são transmitidas pela Direção Geral. Toma conhecimento dos incidentes revelados pelo controlo interno contabilístico e financeiro, declarados tendo em conta os limites e critérios definidos pelo Conselho de administração e reporta-os ao Conselho de administração.

É informada pelo Presidente do Conselho de administração da eventual ausência de execução de medidas corretivas decididas no âmbito do dispositivo de controlo interno contabilístico e financeiro, que teria sido levada diretamente ao seu conhecimento pelo responsável do controlo periódico e reporta-o ao Conselho de administração.

7.3 Relações com os Revisores de contas

A Comissão pilota o processo de seleção dos Revisores oficiais de contas, formula um parecer sobre o montante dos honorários para a execução das missões de controlo legal e submete ao Conselho o resultado desta seleção.

Examina o programa de intervenção dos Revisores oficiais de contas, as suas recomendações e o seu acompanhamento.

São-lhe comunicados anualmente o montante e a repartição dos honorários pagos pelo grupo BNP Paribas aos Revisores oficiais de contas e às redes às quais pertencem, recenseados segundo um modelo aprovado pela Comissão. Certifica-se de que o montante ou a parte que o BNP Paribas representa no volume de negócios do Revisor oficial de contas ou da rede não são de natureza a prejudicar a independência dos Revisores oficiais de contas.

Dá o seu acordo prévio para qualquer missão cujo montante de honorários (sem IVA) excede um milhão de euros. A Comissão ratifica a posteriori as outras missões sob apresentação do Finance Group. A Comissão aprova o

processo de aprovação e de controlo rápido do Finance Group sobre qualquer missão «que não de auditoria» cujo montante seria superior a 50 000 euros. A Comissão recebe todos os anos uma ata do Finance Group sobre o conjunto das missões «que não de auditoria» realizadas pelas redes dos Revisores oficiais de contas do Grupo.

Os Revisores oficiais de contas entregam-lhe um relatório escrito sobre as suas principais constatações relativas às deficiências do controlo interno, que ela examina.

Cada Revisor oficial de contas apresenta anualmente à Comissão o funcionamento do seu dispositivo de controlo interno de garantia de independência, e declara anualmente por escrito a sua independência no desenvolvimento da sua missão de auditoria.

Pelo menos duas vezes por ano, a Comissão dedica uma parte da sessão a um encontro com o colégio dos Revisores oficiais de contas, sem a presença da Direção Geral do banco.

A Comissão reúne-se na presença do colégio dos Revisores oficiais de contas, para o exame das contas trimestrais, semestrais e anuais.

Contudo, os Revisores oficiais de contas não assistem a toda ou a parte da sessão que trata dos seus honorários e da renovação do seu mandato.

Os Revisores oficiais não assistem a todo ou a parte da sessão quando a Comissão trata de casos particulares relativos a um dos seus.

Salvo circunstâncias excecionais, os dossiês de resultados e contas trimestrais, semestrais e anuais são enviados aos membros da Comissão, o mais tardar na Sexta-feira ou no Sábado de manhã anterior às sessões da Comissão programadas para as Segunda ou Terças-feiras seguintes.

No que se refere às questões de interpretação contabilística que impliquem uma escolha por ocasião dos resultados trimestrais, semestrais e anuais, e com um impacto significativo, os Revisores oficiais de contas e o Finance Group apresentam trimestralmente à Comissão uma nota analisando a natureza e a importância da questão, expondo os argumentos advogando a favor ou contra as diferentes soluções possíveis e justificando a escolha efetuada.

7.4 Relatório do Presidente

A Comissão examina o projeto de relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira.

7.5 Audições

Relativamente a todos os assuntos da sua competência, a Comissão pode decidir ouvir, e sem a presença dos outros membros da Direção geral se o considerar oportuno, os Responsáveis financeiro e contabilístico do Grupo, assim como o Responsável da Gestão ativo-passivo.

A Comissão pode pedir para ouvir o responsável do Finance Group sobre qualquer questão da sua competência suscetível de envolver a sua responsabilidade e a do management do Banco ou de por em causa a qualidade da informação financeira e contabilística fornecida pelo banco.

8. O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

Reune-se pelo menos quatro vezes por ano.

8.1 Composição

O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho de acordo com as recomendações vigentes.

Não integra nenhum membro da Direção Geral do Banco.

8.2 Missões

O Comité examina as grandes orientações da política de riscos do Grupo apoiando-se nas medições de riscos e de rentabilidade das operações que lhe são comunicadas por aplicação da regulamentação em vigor, assim como de eventuais questões específicas relacionadas com estes assuntos e estes métodos.

O Comité examina igualmente todas as questões relativas à política de conformidade inerentes, nomeadamente, ao risco de reputação ou à ética profissional.

O Comité analisa o relatório sobre a avaliação e a vigilância dos riscos. Procede duas vezes por ano ao exame da atividade e dos resultados do controlo interno (exceto controlo interno contabilístico e financeiro, que depende da Comissão revisora de contas) com base nas informações que lhe são transmitidas pela Direção Geral e nos relatórios que lhe são apresentados pelos responsáveis do controlo

permanente, da conformidade e do controlo periódico. Analisa as correspondências com o Secretariado-geral da Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução (ACPR).

O Comité toma conhecimento dos incidentes revelados pelo controle interno declarados no respeito pelos limites e critérios definidos pelo Conselho de administração e reporta-os ao Conselho de administração.

Analisa o estado das preconizações da Inspeção-geral não implementadas. É informado pelo Presidente do Conselho de administração da eventual ausência de execução das medidas de correção decididas no âmbito do dispositivo de controlo interno, que teria sido levada diretamente ao seu conhecimento pelo responsável do controlo periódico e reporta-o ao Conselho de administração.

8.3 Audições

Procede à audição, sem a presença de outros membros da Direção Geral, do responsável da Inspeção-geral e do Controlo Periódico, do responsável da função Conformidade Grupo e Controlo Permanente Grupo e do responsável do «Group Risk Management».

Apresenta a sua apreciação sobre os métodos e procedimentos utilizados ao Conselho de administração.

Dá a sua opinião sobre a organização destas funções no seio do Grupo e é mantido informado do seu programa de trabalho.

9. Disposições comuns à Comissão revisora de contas e ao Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

A Comissão revisora de contas e o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reúnem-se duas vezes por ano.

Tomam conhecimento nesta formação do plano de missão da Inspeção-geral e do plano de auditoria dos Revisores

oficiais de contas e preparam os trabalhos do Conselho sobre a avaliação das políticas de risco e dos dispositivos de gestão.

Tratam os assuntos comuns inerentes à política dos riscos e de provisionamento do BNP Paribas. A presidência desta sessão é assegurada pelo Presidente da Comissão revisora de contas.

10. O Comité das remunerações

O Comité reúne-se tantas vezes quanto necessário.

10.1 Composição

O Comité das remunerações inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como definido pelo Conselho de administração de acordo com as recomendações vigentes.

Não integra nenhum membro da Direção Geral do Banco e o Presidente não é membro.

10.2 Missões

O Comité prepara os trabalhos do Conselho sobre os princípios de política de remuneração, nomeadamente no que diz respeito aos profissionais dos mercados financeiros, em conformidade com a regulamentação em vigor.

Incumbe-lhe estudar todas as questões relativas ao estatuto pessoal dos mandatários sociais, nomeadamente as remunerações, as reformas e as atribuições de opções de subscrição ou de compra de ações da sociedade, assim como as disposições de saída dos membros dos órgãos de direção ou de representação da sociedade.

Examina as condições, o montante e a repartição dos programas de opções de subscrição ou de compra de ações. Também examina as condições de atribuição de ações gratuitas.

É igualmente competente, com o Presidente, para assistir o Diretor Geral para qualquer assunto relativo às remunerações do enquadramento superior que este lhe possa submeter.

11. O Comité de governo da sociedade e das nomeações

O Comité reúne-se tantas vezes quanto necessário.

11.1 Composição

O Comité inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho de administração de acordo com as recomendações vigentes.

Il ne comprend aucun membre de la Direction Générale de la banque.

11.2 Missões

Incumbe ao Comité acompanhar as questões relativas ao governo da sociedade. Tem por missão apoiar o Conselho de administração na adaptação do governo da sociedade do BNP Paribas e na avaliação do seu funcionamento.

Procede ao acompanhamento regular da evolução das disciplinas de governança a nível mundial e nacional. Apresenta uma síntese da mesma, pelo menos uma vez por ano, ao Conselho de administração. Seleciona as medidas adaptadas ao Grupo e suscetíveis de alinhar sobre as melhores práticas os procedimentos, organizações e comportamentos deste último.

Procede regularmente à avaliação do funcionamento do Conselho, por ele próprio ou por qualquer outro procedimento, interno ou externo, apropriado.

Examina o projeto de relatório do Presidente sobre o governo da sociedade e qualquer outro documento exigido pela lei e pelos regulamentos.

Prepara, com o Presidente, as deliberações relativas à proposta de nomeação do administrador pela Assembleia geral dos acionistas.

Propõe ao Conselho de administração a nomeação dos censores.

Incumbe ao Comité propor ao Conselho de administração a escolha do Presidente. Em concertação com o Presidente, cabe-lhe propor ao Conselho a escolha do Diretor geral e dos Diretores gerais delegados. É informado, em função do caso, pelo Presidente, o Diretor geral e os Diretores gerais delegados de qualquer novo mandato social ou de qualquer nova função que um deles pensa exercer e prepara a análise destinada a permitir ao Conselho de administração pronunciar-se sobre a oportunidade de tal perspetiva.

O Comité procede à avaliação dos desempenhos do Presidente, do Diretor geral e dos diretores gerais delegados.

Cabe-lhe ainda estudar as disposições que permitem preparar a sucessão dos mandatários sociais.

Contribui, nomeadamente ao documentá-la, para a avaliação da aptidão inicial e contínua dos administradores e dos membros da Direção geral.

Propõe ao Conselho de administração a nomeação dos membros e dos Presidentes do Comité no momento da sua nomeação.

Incumbe-lhe avaliar a independência dos administradores e reportá-la ao Conselho de administração. O Comité examina, se necessário, as situações resultantes de ausências repetidas de administradores.

QUINTA PARTE – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DOS CENSORES

12. Remuneração dos administradores

O montante global das senhas de presença é fixado pela Assembleia geral dos acionistas.

O montante individual das senhas é fixado pelo Conselho de administração sob proposta do Comité das remunerações. Inclui uma parte variável preponderante determinada em função da participação efetiva, qualquer que seja a modalidade, nas sessões. O montante não atribuído de subsídio autorizado pela Assembleia geral não é repartido.

A participação efetiva nos Comités dá direito a uma senha suplementar, que pode ter um valor diferente em função dos Comités. Os membros dos Comités recebem esta senha suplementar por cada uma da sua participação num Comité diferente. Os Presidentes dos Comités recebem uma senha suplementar majorada. Os administradores residindo no estrangeiro recebem meia senha suplementar.

13. Remuneração dos censores

A remuneração dos censores é fixada pelo Conselho de administração sob proposta do Comité das remunerações.

SEXTA PARTE – OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

14. Respeito das leis e regulamentos

O administrador respeita as obrigações legais, as recomendações e os regulamentos vigentes sobre as informações relativas aos administradores.

15. Comportamento e assiduidade do administrador

O administrador aceita as disciplinas do trabalho em comum no respeito mútuo das opiniões e expressa livremente as suas posições, eventualmente minoritárias, sobre os assuntos debatidos nas sessões.

Exerce o seu sentido de responsabilidade para com os acionistas e as outras partes interessadas do Grupo.

Tem a preocupação de fazer prevalecer o princípio da integridade pessoal no exercício do seu mandato e de respeitar as suas regras.

Compromete-se a informar o Conselho de administração antes de aceitar qualquer novo mandato social, quer seja numa sociedade cotada ou não, francesa ou estrangeira, ou qualquer nova função, quer seja em França ou no estrangeiro, assim como a por o seu mandato à disposição do Conselho de administração em caso de mudança significativa das suas funções e mandatos.

Os administradores esforçam-se por participar ativamente e com assiduidade nas reuniões do Conselho de administração e dos Comités, e a assistir às Assembleias gerais de acionistas.

16. Detenção de um número mínimo de ações

Para além do número de ações de administrador requeridas pelos estatutos, é recomendado aos administradores nomeados pela Assembleia geral dos acionistas que detenham, a título pessoal, um número de ações equivalente a pelo menos um ano de senhas de presença. Os administradores estão proibidos de recorrer a operações de cobertura do seu risco sobre as ações assim detidas.

17. Administrador de nacionalidade americana

O administrador de nacionalidade americana deve, por sua iniciativa, não tomar parte em certas deliberações do Conselho tendo em conta as obrigações regulamentares que lhe são impostas devido à sua nacionalidade.

18. Ética e deontologia

O administrador é particularmente visado pela legislação relativa às operações de iniciados tanto ao nível pessoal como a de funções exercidas no seio de empresas acionistas do BNP Paribas. Tem em particular o dever de respeitar as prescrições legais relativas à definição, à comunicação e à exploração das informações privilegiadas, cujas principais disposições lhe são comunicadas aquando da sua entrada em funções.

Só pode efetuar operações sobre o título BNP Paribas a título pessoal nas seis semanas que iniciam no dia seguinte à publicação das contas trimestrais e anuais, ou à publicação de um comunicado sobre a situação da empresa, exceto se ele dispuser durante esse período de informações colocando-o em situação de iniciado do ponto de vista da regulamentação bolsista.

É-lhe recomendado que se abstenha de efetuar operações que poderiam ser consideradas como especulativas, nomeadamente operações de compra ou de venda a descoberto ou idas e voltas durante curtos prazos.

É-lhe proibido comunicar informações que não sejam públicas seja a quem for, inclusive aos gestores dos títulos da sua empresa.

Para qualquer questão de ordem deontológica, um administrador pode consultar o responsável da Função Grupo Conformidade e Grupo Controlo Permanente.

19. Situação de conflito de interesses

O administrador reporta ao Conselho de administração qualquer situação de conflito de interesses, mesmo que potencial, e abstém-se de participar no voto de deliberação correspondente.

Um administrador que considere que a sua posição já não lhe permite cumprir a sua função no seio do Conselho, ou dos Comités de que é membro, deve demitir-se.

20. Discrição

Qualquer administrador, assim como qualquer pessoa chamada a assistir a todas ou parte das reuniões do Conselho de administração e dos seus Comités especializados, tem uma obrigação de discrição sobre o decorrer e o conteúdo das deliberações do Conselho.

Deve, em particular, manter segredo em relação às informações respondendo à definição das informações financeiras e bolsistas privilegiadas ou suscetíveis de interessar concorrentes ou terceiros a título da “inteligência económica” ou apresentando um carácter confidencial e dadas como tal pelo Presidente.

A inobservância desta obrigação pode dar lugar a uma ação de indemnização por perdas e danos contra o ou os administradores que violarem esta regra.

SÉTIMA PARTE – OBRIGAÇÕES DO CENSOR

Os censores assistem às sessões do Conselho e dos Comités com voz consultiva.

Submetem-se às mesmas regras de comportamento e de assiduidade que os administradores.

CONTROLO INTERNO

As informações a seguir apresentadas relativas ao controlo interno foram fornecidas pela Direção Geral do Grupo. De facto, o Diretor Geral é responsável pela organização e pelos procedimentos de controlo interno e pelo conjunto das informações exigidas pela lei no âmbito do relatório sobre o controlo interno. Este documento assenta nas informações fornecidas pelas funções Conformidade, Riscos, Finanças e Desenvolvimento, Assuntos jurídicos e Inspeção-geral. É validado pelo órgão deliberativo.

REFERÊNCIAS DO CONTROLO INTERNO DE BNP PARIBAS

Os princípios e as modalidades do controlo das atividades bancárias em França e no estrangeiro estão no centro das regulamentações bancárias e financeiras e são alvo de numerosas disposições legislativas e regulamentares.

O principal texto aplicável ao BNP Paribas nesta matéria é o regulamento n° 97-02⁽¹⁾ modificado, do Comité Consultivo da Legislação e da Regulamentação Financeiras (CCLRF) que define as condições de implementação e de acompanhamento do controlo interno nos estabelecimentos de crédito e nas empresas de investimento. Este indica nomeadamente os princípios relativos aos sistemas de controlo das operações e dos procedimentos internos, à organização contabilística e ao tratamento da informação, aos sistemas de medição dos riscos e dos resultados, aos sistemas de vigilância e de controlo dos riscos, ao sistema de documentação e de informação sobre o controlo interno. O artigo 42 deste regulamento prevê a redação ao cuidado do Conselho de administração de um relatório regulamentar anual sobre as condições nas quais o controlo interno é assegurado.

Este regulamento relativo ao controlo interno dos estabelecimentos de crédito e das empresas de investimento impõe que o BNP Paribas esteja dotado de um dispositivo de controlo interno (doravante o controlo interno) incluindo organizações e responsáveis específicos para o controlo permanente (incluindo a Conformidade e os Riscos) e o controlo periódico. Este dispositivo deve também ter em consideração, consoante os casos, o regulamento geral da Autoridade dos Mercados Financeiros, as regulamentações aplicáveis às sucursais e filiais no estrangeiro localmente e às atividades especializadas como a gestão de carteira e os seguros, as normas profissionais mais reconhecidas na matéria e as recomendações de organismos internacionais tratando dos problemas de regulação prudencial dos bancos internacionais, na primeira linha dos quais se encontram o Comité de Basileia, o Financial Stability Board e as Autoridades europeias (European Banking Authority, European Securities and Markets Authority).

DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E NORMAS DO CONTROLO INTERNO

A Direção Geral do grupo BNP Paribas implementou um dispositivo de controlo interno cujo objetivo principal é assegurar o controlo global dos riscos e dar uma segurança razoável de que os objetivos que a empresa estabeleceu sejam realmente atingidos. A Carta de controlo interno do BNP Paribas fixa o âmbito deste dispositivo e constitui o referencial interno de base do controlo interno do BNP Paribas. Amplamente difundida no seio do Grupo e acessível a todos os seus colaboradores, esta Carta lembra em primeiro lugar os objetivos do controlo interno, que visa assegurar:

- o desenvolvimento de uma cultura do risco de alto nível dos colaboradores;
- a eficácia e a qualidade do funcionamento interno da empresa;
- a fiabilidade da informação interna e externa (nomeadamente contabilística e financeira);
- a segurança das operações;
- a conformidade com as leis, os regulamentos e as políticas internas.

A Carta fixa a seguir as regras em matéria de organização, de responsabilidade e de perímetro de intervenção dos diferentes atores do controlo interno e decreta o princípio segundo o qual as funções de Controlo (Conformidade, Inspeção Geral e Riscos) desenvolvem controlos de forma independente.

PERÍMETRO DO CONTROLO INTERNO

Um dos princípios fundamentais do controlo interno incide sobre a exaustividade do seu perímetro: este aplica-se aos riscos de qualquer natureza e a todas as entidades do grupo BNP Paribas, quer se trate de entidades operacionais (polos, sectores de atividade, funções e territórios) ou de entidades jurídicas (sucursais e filiais consolidáveis por integração), sem exceção e com o mesmo grau de exigência. Estende-se às prestações de serviços ou tarefas operacionais essenciais ou importantes que foram externalizadas, nas condições previstas pela regulamentação, assim como às empresas das quais o BNP Paribas assegura a gestão operacional mesmo que estas não entrem no perímetro de consolidação contabilística por integração global ou proporcional.

A implementação deste princípio necessita de uma visibilidade precisa sobre o perímetro de responsabilidade e deve ter em conta o crescimento regular das atividades do Grupo.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CONTROLO INTERNO

O controlo interno do BNP Paribas baseia-se nas seguintes regras:

- a responsabilidade dos operacionais: o dispositivo de controlo permanente deve ser integrado na organização operacional das entidades. De facto, cada operacional tem o dever de exercer um controlo eficaz sobre as atividades colocadas sob a sua responsabilidade mas igualmente cada colaborador tem um dever de alerta sobre qualquer disfunção ou carência da qual tenha conhecimento;
- a exaustividade do controlo interno (cf. acima o seu perímetro);
- a separação das tarefas: exerce-se particularmente entre a originação e a execução das operações, a sua contabilização, o seu regulamento e o seu controlo; traduz-se também pela implementação de funções especializadas desenvolvendo controlos independentes assim como por uma separação clara entre o controlo permanente e o controlo periódico;

(1) Ce texte est l'objet de modifications fréquentes afin, notamment, d'améliorer l'efficacité des dispositifs de contrôle interne.

rio do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementadas pela sociedade

■ a proporcionalidade dos riscos: a amplitude e o número de controlos devem ser proporcionais à intensidade dos riscos a cobrir. Estes controlos, se tal for o caso, compreendem um ou vários controlos exercidos pelos operacionais e se necessário, por uma ou várias funções de controlo permanente. Um controlo exercido por uma função independente pode tomar a forma de um «segundo olhar», consistindo numa avaliação contraditória. As divergências que poderiam intervir são resolvidas no âmbito de um processo de escalada hierárquica;

■ uma governança apropriada: o dispositivo é objeto de uma governança que associa os seus diferentes atores e cobre os diferentes aspetos do controlo interno, tanto organizacionais como de vigilância e de controlo; os Comitês de controlo interno são aqui um instrumento privilegiado;

■ a rastreabilidade do controlo interno: esta apoia-se nos procedimentos escritos e nas pistas de auditoria. Assim, os controlos, os seus resultados, a sua exploração e o envio das informações das entidades para os níveis superiores da governança do Grupo são rastreáveis.

O respeito destes princípios é regularmente verificado, nomeadamente através das investigações conduzidas pelas equipas do controlo periódico (Inspeção-geral).

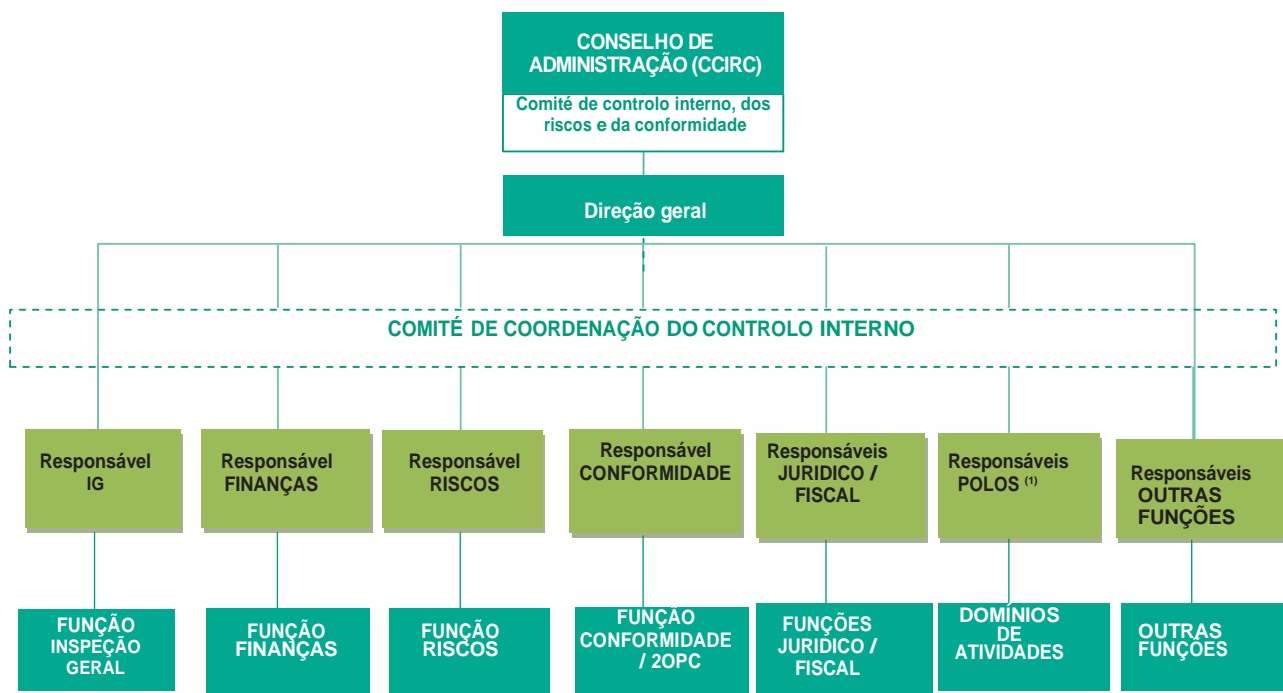
ORGANIZAÇÃO DO CONTROLO INTERNO

O controlo interno do BNP Paribas é constituído pelo controlo permanente e pelo controlo periódico, distintos e independentes

um do outro, mas todavia complementares:

■ o controlo permanente é o dispositivo de conjunto que implementa de forma contínua as ações de controlo dos riscos e de acompanhamento da realização das ações estratégicas. Este é assegurado em primeiro lugar pelos operacionais, incluindo a hierarquia, e em segundo lugar por funções independentes de controlo permanente integradas nas entidades operacionais ou independentes destas;

■ o controlo periódico é o dispositivo de conjunto através do qual é assegurada a verificação «ex post» do bom funcionamento da empresa, por meio de inquéritos, conduzidos pela Inspeção-geral que exerce as suas funções de maneira independente.



(1) As linhas de atividade « Retail » são assimiladas a polos.

PRINCIPAIS ATORES DO CONTROLO INTERNO

■ A Direção Geral, sob a direção do Conselho de administração, é responsável pelo dispositivo de conjunto de controlo interno do Grupo.

■ Os operacionais, qualquer que seja a sua situação (front/middle/back-office, função suporte...), e em particular os que têm responsabilidades hierárquicas, são os primeiros responsáveis pelo controlo dos seus riscos e os primeiros atores do controlo permanente. Estes exercem controlos ditos de primeiro nível: controlos sobre as operações que tratam e das quais são responsáveis, controlos sobre operações ou transações tratadas por outros operacionais ou ainda os controlos hierárquicos.

■ As funções independentes de controlo permanente. Estas funções exercem controlos ditos de segundo nível:

■ a Conformidade contribui para o controlo permanente do risco de não conformidade, ou seja para o respeito das disposições legislativas e regulamentares, das normas profissionais e deontológicas, assim como das orientações do Conselho de administração e das instruções da Direção Geral. Integrada nas entidades operacionais, esta dispõe de uma independência de ação que é assegurada nomeadamente através de uma tutela partilhada com os responsáveis operacionais sobre os responsáveis das equipas encarregadas da Conformidade nos polos de atividades e nas funções de apoio. O seu responsável, membro da Comissão Executiva do Grupo, reporta ao Diretor Geral e representa o Banco junto da Autoridade de Controlo Prudencial no quadro do controlo permanente.

Esta assegura também, no âmbito de equipas dedicadas, a supervisão dos dispositivos, por um lado de controlo permanente, por outro lado, por delegação do responsável da função Riscos, de avaliação e de vigilância do risco operacional, das áreas de atividades (polos de atividades e áreas de intervenção) assim como das funções tanto de suporte como de controlo.

Por fim, o seu responsável assegura um papel de coordenação do conjunto do dispositivo de controlo interno do Grupo, animando o Comité de coordenação do controlo interno e coordenando grandes projetos transversais, em particular aqueles destinados a reforçar o dispositivo de controlo interno;

■ a função Riscos contribui, em particular, para ter um «segundo olhar» sobre as transações e novas atividades, para que os riscos de crédito e de mercado tomados pelo BNP Paribas estejam em conformidade e sejam compatíveis com as suas políticas e os seus objetivos de rentabilidade. As missões da função na sua dimensão «Group Risk Management» são exercidas de forma independente dos polos e funções de suporte, o que contribui para a objetividade do seu controlo permanente. O seu responsável, membro da Comissão Executiva, reporta diretamente ao Diretor Geral;

■ a função Finanças assegura a produção de demonstrações contabilísticas e de gestão de qualidade, a supervisão dos sistemas de informação contabilística do Grupo e a conformidade da estrutura financeira do Grupo. O seu responsável reporta diretamente ao Diretor Geral;

■ outras funções são atores importantes do controlo permanente nas suas áreas de responsabilidades específicas: Assuntos Jurídicos, Assuntos Fiscais, Tecnologias e Processos, Recursos Humanos.

■ O Controlo periódico (dito de 3º nível) é exercido de forma independente pela Inspeção-geral para o conjunto das entidades do Grupo. Esta reúne:

■ os inspetores baseados a nível e que têm por vocação intervir em todo o Grupo;

■ os auditores repartidos em plataformas geográficas ou áreas de intervenção (chamadas « hubs »).

O Inspecteur geral, responsável pelo controlo periódico, está hierarquicamente ligado ao Diretor geral.

■ O Conselho de administração exerce missões em matéria de controlo interno. Foi nomeadamente constituído um Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade (CCIRC) que:

■ analisa os relatórios sobre o controlo interno e sobre a avaliação e a vigilância dos riscos, os relatórios de atividade da Inspeção-geral, as correspondências com os principais reguladores;

■ examina as grandes orientações da política de riscos.

Os responsáveis das funções Conformidade, Riscos e Inspeção-geral reportam o exercício das suas missões ao Diretor Geral e quando este ou o Conselho de administração o consideram necessário, a este último. Reportam também regularmente ao Comité competente do Conselho de administração (em regra geral o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade). Podem ser ouvidos por estes a seu pedido.

COORDENAÇÃO DO CONTROLO INTERNO

Um Comité de coordenação do controlo interno (CCCI) reúne periodicamente os principais atores do controlo permanente (cf. acima), os responsáveis dos polos de atividades, ou os seus mandatários, e o responsável do controlo periódico.

Este Comité:

■ é presidido pelo responsável da Conformidade, membro da Comissão Executiva, que pilota a coordenação do controlo interno do Grupo;

■ não se substitui aos diferentes Comités de gestão do risco do Grupo, mas garante a sua boa articulação com o conjunto do dispositivo;

■ garante a coerência do dispositivo de controlo interno e a sua conformidade com as regulamentações;

■ assegura a promoção das ferramentas do controlo interno para uso comum;

■ contribui para a coerência dos relatórios anuais sobre o controlo interno e sobre o controlo dos serviços de investimento, estabelecidos pelas funções responsáveis pelo controlo permanente e o controlo periódico, em conformidade com as suas «Cartas de responsabilidades», e do relatório do Presidente do Conselho de administração sobre os procedimentos de controlo interno.

Durante o ano de 2012, o CCCI tratou nomeadamente os assuntos seguintes:

■ a nova Carta do Diretor de Território que coloca agora na primeira linha das suas responsabilidades as relativas ao controlo interno e a conformidade das atividades do Grupo no Território;

■ a política de nomeação dos mandatários sociais nas filiais na sequência à linhas diretrizes emitidas pela Autoridade Bancária Europeia;

■ a política de vigilância com base consolidada pelas filiais no domínio do controlo interno precisando a vigilância regulamentar que as filiais devem assegurar sobre as suas próprias filiais situadas nomeadamente fora do seu país, no domínio da Conformidade, dos Riscos e de Auditoria interna

PROCEDIMENTOS

Os procedimentos são um dos elementos chave do dispositivo de controlo permanente ao lado da identificação e da avaliação dos riscos, dos controlos, do reporting e da pilotagem do dispositivo de controlo.

O referencial de instruções formaliza e dá a conhecer ao conjunto do Grupo as organizações e os procedimentos a aplicar assim como os controlos a exercer. Estes procedimentos constituem o referencial interno de base do controlo interno. A função Conformidade, a nível central e no âmbito da supervisão do dispositivo de controlo permanente, assegura um acompanhamento regular da exaustividade dos referenciais de procedimentos. O esforço de racionalização da arquitetura do dispositivo dos procedimentos prossegue, nomeadamente nas áreas das normas aplicáveis, da sua planificação e da sua difusão, da sua acessibilidade e das ferramentas de pesquisa e de armazenagem, tanto a nível dos procedimentos transversais como dos procedimentos das entidades operacionais (procedimentos de nível 3).

O referencial de procedimentos transversais do Grupo (níveis 1 e 2) é objeto de atualizações regulares para as quais todos os polos e funções contribuem ativamente. Em termos de organização do controlo, os inquéritos sobre o estado do dispositivo são integrados no relatório semestral do controlo permanente.

Entre os procedimentos transversais do Grupo, aplicáveis a todas as entidades, revestem uma importância relevante em matéria de controlo dos riscos:

- os procedimentos que enquadram o processo de validação das transações excecionais, dos produtos novos e das atividades novas;
- o procedimento de aprovação das operações de crédito e de mercado correntes.

Estes processos assentam essencialmente nos Comitês (Comitês de transações excecionais e atividades novas e produtos novos, Comitês de crédito, etc.) reunindo principalmente, por um lado, os operacionais, por outro lado, as funções de controlo permanente (Riscos e Conformidade, mas também Finanças, Jurídico e outras funções visadas) que exercem um «duplo olhar» sobre as operações. Em caso de conflito, este está submetido a um nível superior da organização. No topo deste processo encontram-se Comitês (Comitês de crédito, de riscos de mercados, de política de riscos) nos quais participam os membros da Direção Geral. Além disso, desde finais de 2008, um Comité dos riscos mensal, composto por todos os membros da Direção Geral e nomeadamente, pelos responsáveis das funções Riscos (GRM) e Finanças, foi criado para assegurar um acompanhamento mais frequente sobre a evolução dos riscos do Grupo.

FATOS MARCANTES DO ANO DE 2013

Conformidade do Grupo

A organização da Conformidade manteve-se estável em 2013.

A atividade da função Conformidade traduziu-se nomeadamente nas ações seguintes:

- o dispositivo normativo foi enriquecido com vários textos importantes fixando as regras e padrões Grupo, nomeadamente:
 - foi emitida a política de aplicação das normas da Autoridade bancária europeia em matéria de avaliação dos dirigentes e de certos titulares de cargos chave,
 - a política global de proteção dos interesses dos clientes foi atualizada,

- a nova política geral de aplicação da regulamentação americana foi emitida,
- as políticas Direito de alerta ética e Prendas e convites foram objeto de precisões,
- foi redigida uma política lembrando que os serviços bancários e financeiros fornecidos no interior da União Europeia sob o passaporte europeu Livre Prestação de Serviços não são apenas submetidos à regulamentação bancária e financeira do país de origem, mas também a regulamentações locais,
- a política de aplicação das regras do Take Over Panel britânico foi atualizada,
- foram novamente implementados procedimentos relativos à ligação das filiais às declarações únicas do Banco à CNIL e aos controlos in loco efetuados por esta,
- foram emitidas guidelines com vista a organizar o dispositivo de contribuição para os índices públicos (Libor, Euribor, etc.) e a gestão dos índices «proprietários» utilizados nomeadamente nas atividades de mercado, com vista a dominar os riscos de conflito de interesses e de abusos de mercado que podem estar ligados a estes índices;

- os assuntos de segurança financeira e em particular de respeito das sanções financeiras internacionais viram a sua importância continuar a aumentar nos últimos anos para todos os atores económicos, tendo em conta as tensões políticas persistentes em certas regiões do globo. Estas levaram a comunidade europeia ou internacional a tomar ou a alargar as medidas de sanções relativamente a certos países, bens ou pessoas.

Neste contexto, o Grupo BNP Paribas, e a sua função Conformidade em particular, adapta progressivamente os seus dispositivos para se conformar às novas exigências. O corpus processual cobrindo o conjunto das temáticas da Segurança financeira foi objeto, essencialmente, de atualizações de procedimentos chave;

- a rede de correspondentes Proteção dos interesses dos clientes criada em 2012 foi significativamente reforçada. Foram designados mais de 100 correspondentes nas entidades do Grupo;
- as ações de sensibilização dos colaboradores do Grupo e de formação dos membros da função Conformidade foram prosseguidas e enriquecidas ao longo do ano. De notar, a nova política do Grupo de formação obrigatória sobre as matérias de Segurança Financeira baseadas na segmentação dos colaboradores segundo o seu grau de exposição aos riscos.

O ano de 2014 assistirá ao prosseguimento e finalização de várias obras iniciadas em 2013 :

- a adaptação dos dispositivos de Segurança financeira, nomeadamente no domínio das sanções financeiras internacionais;
- a revisão da Carta do controlo interno do BNP Paribas para integrar no texto as precisões dadas num documento separado 2011 (sobre o direito de escalada, etc.), de novas precisões sobre o dispositivo de controlo interno da informação financeira, nomeadamente, e das melhorias sobre o lugar dos processos de validação e de aprovação, o lugar das políticas de risco paradar uma visão de conjunto mais completa e mais concreta dos fundamentais do dispositivo de controlo interno do Banco;
- a Carta de responsabilidades da função Conformidade será revista tendo em conta a nova orientação da Carta do Diretor do Território que evidencia o caráter prioritário das suas responsabilidades em matéria de controlo interno.

Controlo operacional permanente

O dispositivo de controlo permanente e de gestão dos riscos operacionais do Grupo BNP Paribas organiza-se em torno de dois eixos: uma forte responsabilização dos operacionais na gestão dos riscos e um controlo de segundo nível sobre esta gestão por funções independentes. Várias ações significativas merecem ser assinaladas:

- o projeto de padronização dos processos de gestão dos riscos operacionais (biblioteca de riscos genéricos, planos de controlos genéricos, reportings...) foi prosseguido, apoiado pela disponibilização de novas ferramentas;
- o esforço de sensibilização e de formação para os riscos operacionais, e mais particularmente para novas formas de fraude, foi desenvolvido, com a criação de novos módulos, acessíveis Online ou presencialmente;
- na sequência da introdução pela Inspeção geral de uma nova metodologia, o dispositivo de acompanhamento das constatações e recomendações resultantes das missões de auditoria foi adaptado, procurando responsabilizar ainda mais o management operacional na decisão e na implementação das ações de correção das vulnerabilidades identificadas;
- a organização da função independente de segundo nível foi revista com vista a aumentar a sua eficiência (redução do número de níveis organizacionais, centralização de tarefas, etc.);
- as equipas encarregadas do controlo independente de segundo nível trabalharam sobre a análise crítica dos perfis de risco das áreas de intervenção e dos dispositivos de controlo permanente que implementaram e desenvolveram as revisões permitindo assegurar-se da boa realização e da pertinência de certos controlos chave;
- a autorização de utilização do método AMA para o cálculo das exigências em fundos próprios no âmbito do risco operacional na filial Findomestic SpA foi obtida para efeito desde o primeiro cálculo do ano de 2013.

Os objetivos 2014 inscrevem-se na linha dos trabalhos de 2013, com especial ênfase no reforço dos controlos independentes de segundo nível e a padronização dos processos de gestão dos riscos.

Controlo periódico

A Inspeção geral prosseguiu em 2013 a reformulação do seu sistema de informação com a função central ITP e o editor de softwares escolhido. Este projeto visa a implementação de uma ferramenta integrada e única ao serviço de uma metodologia unificada e partilhada por todos através do conjunto da função Inspeção Geral (UNIK). Uma primeira versão de produção foi entregue como previsto no segundo semestre e o desenvolvimento teve lugar segundo o calendário programado em setembro de 2013. Continuará ao longo do ano de 2014.

O projeto transversal de gestão da mudança acompanhou todo o desenvolvimento.

No prolongamento das formações para a nova metodologia de auditoria dispensadas no ano passado, um controlo quase exaustivo da conformidade das constatações emitidas pela função para as novas exigências foi realizado por um Comité de revisão ad hoc e os resultados foram comunicados às diferentes equipas de auditoria.

As diferentes alterações metodológicas que afetaram o modelo de «constatação» e de «recomendação» traduziram-se num novo Referencial sobre o desenvolvimento da missão lançado no início de 2013; a nova metodologia e a nova ferramenta vieram enriquecer o Referencial relativo ao Risk Assessment e o Plano de Auditoria, lançados no início de 2014.

Sempre com o objetivo de melhorar constantemente a qualidade dos seus trabalhos, o programa « Quality Assurance Review » (QAR), que permitiu, desde o seu lançamento em novembro de 2006, rever as práticas da totalidade das equipas de auditoria face às normas profissionais e do quadro de referência definido para a função, prosseguiu com cinco novas missões realizadas em 2013.

O esforço de profissionalização prossegue para o conjunto da função incluindo este ano as formações ligadas ao projeto Change Management (novas metodologias, cartografia, ferramenta UNIK).

No que respeita às certificações relativas à auditoria, 196 colaboradores foram certificados em finais de 2013, ou seja um rácio certificados/efectivo total de 20,5 % em progressão relativamente aos 19% de 2012.

EFETIVOS DO CONTROLO INTERNO

Em finais de 2013, as diferentes funções do controlo interno apoiam-se nos seguintes efetivos (em ETI = Equivalentes Tempo Inteiro) :

	2007	2008	2009 (sem Fortis)	2009 (com Fortis)	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
Conformidade (fora Controlo Permanente/ZOPC)	740	864	904	1 125	1 369	1 567	1 577	1 594 ⁽¹⁾	1 %
Supervisão do Controlo Permanente/ Risco Operacional (ZOPC)	439	562	637	760	315 ⁽²⁾	381	361	326 ⁽¹⁾	- 10 %
Group Risk Management	881	954	950	2 940 ⁽³⁾	1 801	1 971	1 965	1 920	- 2 %
Controlo Periódico	854	828	824	1 016	1 014 ⁽⁴⁾	1 107	1 030	962	- 7 %
TOTAL	2 914	3 208	3 315	5 841	4 499	5 026	4 933	4 802	- 3 %

(1) Efetivos estimados no fim do período.

(2) Após reclassificação dos efetivos (ver explicações abaixo).

(3) Antes da reclassificação dos efetivos Fortis.

(4) Incluindo os efetivos « TEB » (Turk Ekonomi Bankasi).

Controlo permanente de segundo nível

- Com 1 594 ETI estimados no fim do exercício 2013, os efetivos da Conformidade (exceto Controlo Permanente-2OPC) permaneceram estáveis em relação às realizações 2012 (1 577 ETP) e estão em conformidade com as estimativas feitas aquando do exercício anterior.

O rácio efetivos fileira conformidade (exceto 2OPC)/efetivos Grupo é de 0,86 % contra 0,84 % em 2012.

- O reposicionamento da função de supervisão do controlo permanente e do risco operacional decidido em 2010 conduziu à retribuição às entidades operacionais de uma parte dos

efetivos (400 ETI) anteriormente contados sob o termo de Controlo Operacional Permanente. Apenas são recuperados a partir de 2010 efetivos que podem claramente ser afetados a funções de controlo de segundo nível/segunda linha de defesa. Os dados de 2010 e dos anos anteriores não podem ser

comparados. O ano de 2013 foi marcado por um esforço de racionalização da organização e o fim de certos projetos lançados nos anos anteriores.

- No final de 2013, O efetivo do GRM, em todas as suas componentes, incluindo Risk Fortis, Risk BGL, Risk Personal Finance e Risk BNL, ascende a 1 920 ETP, uma diminuição de menos de 2%.

Controlo periódico

O efetivo da Inspeção geral ascende a 962 ETI em 31 de dezembro de 2013, Dos quais 902 ETI dedicados à cobertura da auditoria (exceto equipas de apoio da função), contra 1 030 ETI (970 ETI exceto equipas de apoio da função) em 31 de dezembro de 2012.

O rácio global auditores/auditados é de 0,50 % (0,53 % no ano anterior).

PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO RELATIVOS À ELABORAÇÃO E AO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

PAPEIS E RESPONSABILIDADES NA ELABORAÇÃO E NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

Sob a autoridade do Diretor Geral, a responsabilidade da elaboração e do tratamento da informação contabilística e financeira é assegurada pela função Finanças cujas missões são definidas por uma Carta específica. Estas consistem em particular em:

- definir as políticas e as normas contabilísticas assim como os princípios e normas de gestão;
- assegurar a produção das informações contabilísticas e o seu reporting regulamentar;
- assegurar a produção das informações que contribuem para os rácios de solvabilidade e de liquidez assim como a sua determinação e os seus reportings regulamentares;
- assegurar a elaboração das informações de gestão (realizadas e previstas) e fornecer o apoio necessário à pilotagem económica;
- dominar o risco ligado à informação financeira (resultado, balanço, solvabilidade, liquidez) a t r a v é s d a definição e implementação de um dispositivo de controlo operacional permanente;
- assegurar a comunicação financeira do Grupo, zelando pela sua qualidade e a sua boa perceção pelos mercados;
- assegurar a arquitetura, conceção e desenvolvimento dos sistemas de informação financeira (resultado, balanço, solvabilidade, liquidez);
- assegurar a organização assim como o tratamento operacional das atividades associadas à função Finança;

■ exercer um dever de alerta em relação à Direção geral. O conjunto destas missões, que se exercem diretamente ou em relação com outras funções, requiere dos diferentes intervenientes um domínio das suas áreas que se exprime na compreensão e no controlo dos elementos produzidos assim como no respeito das normas e dos prazos fixados. A implementação da governança de conjunto do dispositivo assenta em três princípios de base: a descentralização da função, a separação das fileiras contabilística e de gestão e a inscrição das responsabilidades da função dentro dos eixos operacionais (por Polo- Entidade Operacional (EO) e as suas áreas de intervenção) ou geográficos (por entidade jurídica). Na prática, a responsabilidade da função Finança é exercida da seguinte forma:

- a produção das informações contabilísticas e financeiras e os controlos visando assegurar a sua fiabilidade são assegurados pela função Finanças ao nível de cada entidade. A Direção Financeira da entidade transmite as informações produzidas ao Polo-EO/área de intervenção ao qual está operacionalmente ligada;
- os Polos-EO/áreas de intervenção levam a cabo po sua vez uma análise económica e um controlo dos dados produzidos pelas entidades e contribuem para a sua qualidade procedendo nomeadamente, ao seu nível, às reconciliações adequadas entre os dados contabilísticos e os dados de gestão;
- ao nível central, o Grupo Finanças prepara instruções de reporting difundidas ao conjunto dos Polos-EO/áreas de intervenção e das entidades consolidadas, favorecendo assim a homogeneização dos dados e a sua conformidade com as regras do Grupo. Recolhe o conjunto das informações contabilísticas e de gestão produzidas pelas entidades após a sua validação pelos Polos- EO e assegura a junção e consolidação destes dados para permitir a sua utilização, tanto pela Direção geral como no âmbito da comunicação com terceiros.

PRODUÇÃO DOS DADOS CONTABILÍSTICOS E FINANCEIROS

Dispositivo normativo

As contas locais de cada entidade são estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas que prevalecem no país onde a entidade exerce as suas atividades enquanto que, as contas consolidadas são estabelecidas segundo as normas contabilísticas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS) tais como adotadas pela União Europeia.

No seio do Grupo Finanças, o departamento «Políticas e normas contabilísticas do Grupo» define, segundo o referencial IFRS, os princípios contabilísticos aplicáveis ao conjunto do Grupo. Este assegura a vigilância regulamentar e decreta em consequência os novos princípios com o nível de interpretação necessário. Um manual dos princípios contabilísticos IFRS está à disposição dos polos/EO – Áreas de intervenção e entidades sobre as ferramentas internas de comunicação em rede («intranet») do BNP Paribas. Este é regularmente atualizado em função das evoluções normativas.

Além disso, o departamento «Políticas e normas contabilísticas do Grupo » responde aos pedidos de estudos contabilísticos específicos solicitados pelos polos/EO – Áreas de intervenção ou entidades, nomeadamente aquando da conceção ou do registo contabilístico de um novo produto financeiro ou de uma nova operação.

Por fim, um departamento no seio do Grupo Finanças também se dedica à elaboração das políticas e normas de gestão. Trabalha a partir de necessidades identificadas pelo setor de gestão. Estes princípios e normas estão igualmente acessíveis através das ferramentas internas de comunicação.

O dispositivo normativo ligado à solvabilidade é da responsabilidade do Grupo Risk Management (GRM), o que está ligado à liquidez ao ALM – Tesouraria.

Dispositivo de elaboração dos dados

O dispositivo de elaboração dos dados organiza-se em torno de dois setores distintos:

- o setor da contabilidade: está mais especificamente encarregado da produção da contabilidade financeira e analítica das entidades assim como do estabelecimento das Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, no respeito pelas políticas e pelas normas contabilísticas. Produz igualmente informações conexas que concorrem para a solvabilidade e a qualidade assegurando-se, a todos os níveis, da sua reconciliação com a contabilidade; O setor confirma a fiabilidade das informações produzidas de acordo com os procedimentos de certificação interna (descritos abaixo);

- o setor da gestão: elabora as informações de gestão (organizadas por polos/EO – Áreas de intervenção, apoiando-se nomeadamente para a sua construção em dados por entidade) participando na pilotagem económica das atividades, no respeito pelos princípios e pelas normas estabelecidos. Assegura-se, a todos os níveis, da concordância dos dados de gestão com os dados contabilísticos. A elaboração dos rácios de solvabilidade e de liquidez assim como a sua expressão analítica é da competência deste setor.

O Grupo Finanças concebe, desenvolve e administra as ferramentas de reporting dos dois setores, destinados a fornecer uma informação para o conjunto do Grupo, tendo em consideração os seus objetivos e a sua necessária complementaridade. Em particular, o Finance Group promove a implantação de sistemas contabilísticos padrão no seio das entidades do Grupo, concebidos ao seu nível e sendo objeto de um desenvolvimento progressivo. Esta abordagem favorece a partilha de informações e facilita a implementação de projetos transversais num contexto de desenvolvimento das plataformas mutualizadas de tratamento de síntese contabilísticos no Grupo.

No que respeita ao dispositivo de elaboração dos dados relativos à liquidez, foi implementado um programa específico em 2012 em colaboração com ALM – Tesouraria. Este programa, para o qual o Grupo escolheu um princípio de integração dos dados de pilotagem interna e os necessários aos reportings regulamentares, destina-se nomeadamente a:

- definir as políticas e metodologias aplicáveis à luz da regulamentação;
- definir e implementar as ferramentas e processos perenes, tanto ao nível do Grupo como ao nível dos Polos-EO/áreas de intervenção e entidades.

Assim, a recolha de dados foi organizada e foi desenvolvida uma ferramenta Grupo em 2013. Foram realizados reportings regulares durante o ano, permitindo fiabilizar o processo e poder responder às exigências regulamentares a partir de 2014.

CONTROLO PERMANENTE DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

Controlo interno no seio da função Finance

Com vista a assegurar o acompanhamento do controlo do risco relacionado com a informação contabilística e financeira de maneira centralizada, o Grupo Finanças dispõe de um departamento «Grupo Controlo & Certificação» que assegura as principais missões seguintes:

- definir a política do Grupo em matéria de dispositivo de controlo interno contabilístico. Este dispositivo prevê a aplicação pelas entidades contabilísticas dos princípios organizando o ambiente de controlo interno contabilístico e de controlos chave destinados a garantir a fiabilidade das informações que constam do documento de consolidação. A este propósito, o Grupo emitiu normas de controlo interno contabilístico destinadas às entidades consolidadas assim como um plano de controlos contabilísticos padrão recenseando os principais controlos a implementar para cobrir o risco contabilístico;

- certificar-se do correto funcionamento da envolvente de controlo interno da informação contabilística e financeira no seio do Grupo, nomeadamente pelo procedimento de certificação interna descrita abaixo; reportar trimestralmente à Direção Geral e à Comissão revisora de contas do Conselho de administração a qualidade das demonstrações financeiras do Grupo;

- zelar, conjuntamente com o GRM, pelo bom funcionamento do dispositivo de recolha e tratamento dos reportings de risco de crédito consolidados, nomeadamente através de um dispositivo de certificação específico e de indicadores de qualidade;

- certificar-se da implementação das recomendações dos Revisores oficiais de contas pelas entidades, e das recomendações da Inspeção Geral relativas ao risco contabilístico, com o apoio dos polos/EO – Áreas de intervenção. Este acompanhamento é facilitado pela utilização de ferramentas dedicadas que permitem a cada entidade acompanhar as recomendações que lhe são dirigidas e indicar regularmente o estado de adiantamento dos diferentes planos de ação. O acompanhamento centralizado destas recomendações permite ao Grupo Finanças conhecer os pontos de melhoria do dispositivo de controlo interno contabilístico no seio das entidades consolidadas, identificar, se tal for o caso, os procedimentos e instruções de nível Grupo.

Para o setor da contabilidade, estas missões prosseguem no seio dos departamentos Finanças dos polos/EO por equipas de controlo centrais que fazem uma supervisão próxima das entidades e implementam, se necessário, procedimentos de controlo contabilístico adaptados às especificidades do seu perímetro.

Por fim, no seio dos departamentos Finanças das entidades, a declinação dos princípios de controlo interno contabilístico do grupo leva à implementação, em função do tamanho das entidades, de correspondentes ou de equipas de controlo contabilístico dedicados. Assim, as abordagens de mutualização dos trabalhos de síntese contabilística no seio de plataformas regionais no seio do Grupo, que garantem uma melhor harmonização dos processos de reporting e de controlo e aumento da sua eficácia no perímetro das entidades em causa, permitem igualmente dispor de equipas de controlo contabilístico de tamanho e de perícia adaptados. As principais missões destas equipas locais são as seguintes:

- assegurar a ligação entre Finanças e os back-offices que alimentam a contabilidade, nomeadamente verificando que estes últimos dispõem das informações necessárias para a realização dos trabalhos contabilísticos (formação para as ferramentas contabilísticas disponibilizadas ; conhecimento dos esquemas contabilísticos...);

- implementar os controlos contabilísticos de segundo nível no conjunto das entidades dependentes do seu perímetro. No âmbito de uma contabilidade descentralizada, estes controlos completam aqueles realizados no primeiro nível pelos back-offices, e apoiam-se nomeadamente em ferramentas de controlo contabilístico que permitem, por exemplo, identificar para cada conta, o serviço responsável pela sua justificação e o seu controlo, comparar os saldos registados no sistema contabilístico com os saldos indicados nos sistemas de operações de cada atividade e identificar, justificar e acompanhar o apuramento dos pendentes nas contas de fluxo;

- animar o processo da «certificação elementar» (descrito abaixo) pelo qual os diferentes departamentos de uma entidade reportam a realização dos seus controlos;

- s'assurer que le dispositif de contrôle interne comptable permet au département Finance de l'entité d'avoir une visibilité adéquate sur le assegurar-se que o dispositivo de controlo interno contabilístico permite ao departamento Finanças da entidade de ter uma visibilidade adequada sobre o processo de elaboração das sínteses contabilísticas, e nomeadamente sobre o conjunto dos elementos necessários ao processo de certificação para com o Grupo (descrito abaixo). A formalização dos trabalhos através de ferramentas de cartografia dos processos e dos riscos associados e de documentação dos controlos, assim como a coordenação com os outros sectores de controlo (conformidade, riscos) para a qualidade dos dados a montante concorre para este objetivo.

Dispositivo de certificação Interna

Ao nível do Grupo

O Grupo Finanças anima, mediante a ferramenta FACT (Finance Accounting Control Tool), um processo de certificação interna dos dados produzidos trimestralmente para o conjunto de prestação de contas consolidadas para cada entidade, assim como os trabalhos de validação realizados no seio dos departamentos Finanças dos Polos-EO/áreas de intervenção e do processo de consolidação do qual o departamento « Reportings Group » do Grupo Finanças é responsável.

O responsável Finanças de cada entidade visada certifica ao Grupo Finanças:

- que os dados transmitidos se encontram estabelecidos em conformidade com as normas e padrões do Grupo;

- que o bom funcionamento do sistema de controlo interno contabilístico permite garantir a sua qualidade e fiabilidade.

O principal certificado fornecido pelas entidades consolidadas por integração global ou proporcional apresenta o conjunto dos principais controlos definidos no plano dos controlos contabilísticos do Grupo, e leva à determinação de uma notação para cada entidade. As entidades consolidadas pelo método de equivalência, preenchem um certificado adaptado. Por fim, as entidades não consolidadas são objeto de um procedimento de certificação anual segundo modalidades simplificadas.

Este processo de certificação interna participa no dispositivo de vigilância global do controlo interno no seio do Grupo e permite ao Grupo Finanças, enquanto responsável pelo estabelecimento e pela qualidade das contas consolidadas do Grupo, ter conhecimento das incidências de eventuais disfuncionamentos nas contas e acompanhar a implementação pelas entidades, das medidas corretivas apropriadas. É apresentado um balanço deste procedimento à Direção geral e à Comissão revisora de contas do Conselho de administração aquando de cada fecho trimestral das contas consolidadas do Grupo.

Este dispositivo de certificação está igualmente implementado em ligação com o GRM para as informações dos reportings regulamentares relativos ao risco de crédito e ao rácio de solvabilidade. Assim, os diferentes contribuintes confirmam o respeito das normas e procedimentos e a qualidade dos dados utilizados, dando conta dos controlos realizados nas diferentes etapas da produção dos reportings, e nomeadamente da reconciliação dos dados contabilísticos e dos dados risco de crédito.

Com base nos mesmos princípios, vai ser desenvolvido um dispositivo de certificação a partir de 2014 para os dados relativos à liquidez em ligação com a ALM – Tesouraria.

Ao nível das entidades

Com vista a assegurar uma visão de conjunto do processo de elaboração da informação contabilística ao nível do departamento Finanças da entidade, o Grupo Controlo & Certificação preconiza a implementação de um procedimento de «certificação elementar» (ou «sub-certificação») dos dados contabilísticos desde que uma organização descentralizada do tratamento das operações e da elaboração dos dados contabilísticos e financeiros o torne necessário.

Trata-se de um processo pelo qual os fornecedores de informação implicados na confeção dos dados contabilísticos e financeiros (por exemplo: middle-officeback-office, Recursos humanos, Contabilidade fornecedores ...) certificam formalmente o bom funcionamento dos controlos fundamentais visando assegurar a fiabilidade dos dados contabilísticos e financeiros sob a sua responsabilidade. Os certificados elementares são transmitidos ao departamento Finanças local que os analisa, em ligação com os controlos contabilísticos que realiza diretamente, estabelece uma síntese dos mesmos com o objetivo de contribuir para a certificação principal e assegura um acompanhamento em ligação com os outros intervenientes.

A ferramenta FACT permite igualmente automatizar esta sub-certificação pela disponibilização de um ambiente específico às entidades, permitindo-lhes gerir diretamente o processo implementado ao seu nível.

Controlo das valorizações dos instrumentos financeiros e da determinação dos resultados das atividades de mercado

O Grupo Finanças, responsável pelo estabelecimento e a qualidade das informações contabilísticas e de gestão do Grupo, delega a produção e o controlo do valor de mercado ou de modelo dos instrumentos financeiros aos diferentes atores da cadeia que constituem assim um setor de valorização dos instrumentos financeiros único e integrado. Os processos cobertos incluem nomeadamente:

- a aprovação das transações;
- o seu registo nos sistemas e o controlo da sua correta representação;
- a definição e o controlo dos métodos de valorização;
- a determinação dos parâmetros de mercado e o processo de verificação independente dos cursos;
- a determinação dos ajustamentos de valor para os riscos de mercado, de liquidez e de contraparte.

Os objetivos deste setor consistem em garantir a justeza e a fiabilidade da produção da valorização dos instrumentos financeiros assim como a qualidade e exaustividade do dispositivo de controlo, por meio de processos e de ferramentas. Permite assim a disponibilização de uma informação adequada às diferentes instâncias de decisão assim como a utilização deste elementos nos processos de preparação dos resultados compatíveis e de gestão.

O controlo do setor de valorização, que implica o conjunto dos atores, encontra-se sob a supervisão da função Finanças, com uma governança dedicada. Este dispositivo de controlo apoia-se num conjunto de princípios de organização definidos na Carta de controlo interno do Grupo e declina-se a cada nível da organização, ou seja ao nível do Grupo, ao nível do polo CIB e das principais entidades que contabilizam operações de mercado.

Para se assegurar do seu correto funcionamento, a função Finança apoia-se em equipas dedicadas (« CIB Methodology & Financial Control Capital Markets » - CIB MFC-CM), que exercem a supervisão do conjunto do dispositivo. Para este fim, define os reportings a produzir pelos diferentes atores que incluem simultaneamente elementos quantitativos e qualitativos permitindo dar conta da evolução das assim como dos resultados e da qualidade dos controlos realizados a montante.

Comités mensais reunindo o conjunto dos atores são implementados com vista a examinar o conjunto das problemáticas ligadas ao processo de valorização e de representação das operações nos sistemas contabilísticos. Por fim, no âmbito dos fechos das contas trimestrais, o CIB MFC-CM reporta a um Comité de arbitragem e de decisões (« PFC

- Product and Financial Control Committee »), presidido pelo Diretor Financeiro do Grupo, da sua ação sobre a eficácia dos controlos e da fiabilidade do processo de valorização e de determinação dos resultados. Este Comité trimestral reúne o Grupo Finanças, CIB Finance e GRM. Comités intermédios (« Intermediary PFC ») completam este dispositivo e têm por objetivo definir as prioridades dos projetos, acompanhar a sua implementação e examinar de maneira aprofundada certos elementos técnicos.

Evoluções do dispositivo

O dispositivo de controlo é objeto de uma adaptação permanente, os procedimentos descritos inscrevem-se num quadro evolutivo visando garantir um nível de controlo adequado no seio do Grupo.

Nomeadamente, em ligação com os Polos-EO/áreas de intervenção, são implementadas ações sistemáticas de controlo de qualidade do processo de certificação contabilística, nomeadamente com a recolha de indicadores quantificados para certos controlos, revisões transversais específicas sobre alguns controlos importantes, tais como por exemplo, a aproximação das contas bancárias ou a justificação de contas de passagem e de suspensão assim como ações pontuais em ligação com os Polos -EO sobre pontos de melhoria específicos aos diferentes perímetros. Estas ações são completadas por apresentações por ocasião dos diferentes comités do setor Finança, de visitas in loco e das formações, assim como através da divulgação de procedimentos do Grupo contribuindo para precisar certos controlos importantes, e finalmente por instruções pormenorizadas com vista a assegurar modalidades de resposta homogêneas e uma documentação adequada deste processo. Estes procedimentos do Grupo são completados, se necessário, ao nível dos Polos-EO para cobrir as suas problemáticas específicas.

De igual modo, relativamente aos dados que contribuem para o rácio de solvabilidade, as ações de padronização das metodologias de aproximação dos dados contabilísticos e dos dados relativos ao risco de crédito prosseguem para melhorar os processos de produção. Por outro lado, o dispositivo de certificação é objeto de uma revisão com vista a adaptá-lo às evoluções da organização e a capitalizar sobre os indicadores implementados nos diferentes sectores.

O dispositivo também será adaptado no quadro do programa iniciado para o reporting liquidez, nomeadamente com ações específicas sobre a convergência dos prazos com o planeamento regulamentar aplicável no início do ano de 2015. Finalmente, o Grupo apoia-se nos princípios fixados pelo Comité de Basileia com vista à agregação dos dados sobre os riscos e da notificação dos riscos (« Principles for effective risk data aggregation and risk reporting ») para iniciar, para os diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional), um programa de renovação e de melhoria do reporting, da sua qualidade e integridade dos dados para 2016.

CONTROLO PERIÓDICO – EQUIPA CENTRAL DE INSPEÇÃO CONTABILÍSTICA (« ECIC »)

A Inspeção-geral dispõe de uma equipa de inspetores (Equipa Central de Inspeção Contabilística – ECIC) especializados na auditoria contabilística e financeira, respondendo assim à vontade da Inspeção-geral de reforçar o dispositivo de auditoria em matéria contabilística, tanto do ponto de vista da tecnicidade das suas intervenções como do perímetro de cobertura do risco contabilístico.

O seu plano de ação é determinado nomeadamente graças às ferramentas de controlo contabilístico à distância de que dispõe o Grupo Finanças, assim como ao observatório dos riscos implementado pela Inspeção geral.

Os principais objetivos prosseguidos por esta equipa são os seguintes:

- constituir no seio da Inspeção geral um polo de especialidade contabilística e financeira para reforçar as competências da Inspeção geral durante as missões realizadas sobre estes temas;
- difundir no seio do Grupo as melhores práticas em matéria de auditoria interna contabilística e harmonizar a qualidade dos trabalhos de auditoria contabilística no Grupo ;
- identificar e inspecionar as zonas de risco contabilístico à escala do Grupo.

RELAÇÕES COM OS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Todos os anos, no âmbito da sua missão legal, os Revisores

oficiais de contas são chamados a emitir um relatório onde formulam uma opinião sobre a regularidade e a sinceridade das contas consolidadas do grupo BNP Paribas e das contas anuais das empresas do Grupo. Além disso, os Revisores oficiais de contas realizam trabalhos de exame limitado no âmbito do fecho semestral e das diligências específicas aquando dos fechos trimestrais. Assim, no âmbito da sua missão legal:

- examinam qualquer evolução significativa das normas contabilísticas e apresentam à Comissão revisora de contas os seus pareceres sobre as escolhas contabilísticas significativas;
- apresentam à função Finanças das entidades/áreas de intervenção/polos e do Grupo, as suas conclusões e nomeadamente as suas observações e eventuais recomendações visando a melhoria de certos aspetos do dispositivo de controlo interno que contribui para a elaboração da informação financeira e contabilística e que estes examinaram no âmbito da sua auditoria.

As escolhas contabilísticas significativas são alvo, tal como indicado acima no capítulo 2.2.1 «Governo da sociedade», de uma exposição à Comissão revisora de contas do Conselho de administração.

COMUNICAÇÃO FINANCEIRA (COMUNICADOS DE IMPRENSA, APRESENTAÇÕES TEMÁTICAS...)

Os suportes de comunicação financeira publicados são elaborados pelo departamento «Relações Investidores e Informação Financeira» no seio do Grupo Finanças. Têm por objetivo apresentar aos acionistas individuais, investidores institucionais, analistas financeiros e agências de notação as diferentes atividades do Grupo, explicar os seus resultados e detalhar a sua estratégia de desenvolvimento, respeitando o princípio de apresentação de uma informação financeira em conformidade com aquela que é utilizada a nível interno.

A equipa propõe e define, sob o controlo da Direção Geral e do Diretor financeiro, o formato de comunicação das informações financeiras publicadas pelo grupo BNP Paribas. Com o apoio dos polos e das funções, esta concebe as apresentações dos resultados, dos projetos estratégicos e das apresentações temáticas e assegura a sua difusão junto da comunidade financeira.

Os Revisores oficiais de contas estão associados à fase de validação e de revisão dos comunicados relativos aos fechos das contas trimestrais, semestrais ou anuais, antes da sua apresentação à Comissão revisora de contas e ao Conselho de administração.

2.3 Relatório dos Revisores oficiais de contas estabelecido em conformidade com o artigo L225-235 do Código comercial sobre o relatório do Presidente do Conselho de administração

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício fechado a 31 de dezembro de 2013

Aos Acionistas

BNP Paribas

16, boulevard des Italiens

75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores

Na nossa qualidade de Revisores oficiais de contas do BNP Paribas, e nos termos do disposto no artigo L225-235 do Código comercial, vimos apresentar o nosso relatório sobre o relatório estabelecido pelo Presidente da vossa sociedade em conformidade com as disposições do artigo L225-37 do Código comercial relativo ao exercício fechado em 31 de Dezembro de 2013.

Cabe ao Presidente estabelecer e submeter à aprovação do Conselho de administração um relatório expondo os procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos implementados no seio da sociedade e fornecendo as demais informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial relativas nomeadamente ao dispositivo em matéria de governo da sociedade.

Cabe-nos:

- comunicar a V. exas. as observações que retirámos das informações contidas no relatório do Presidente, no que respeita aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira, e
- certificar que o relatório inclui as demais informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial, esclarecendo desde já que não nos compete verificar a sinceridade das referidas informações.

Efetúamos os nossos trabalhos em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França.

Informações sobre os procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira

As normas de exercício profissional requerem a implementação de diligências destinadas a avaliar a sinceridade das informações no que respeita aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira contidas no relatório do Presidente. Tais diligências consistem nomeadamente em:

- tomar conhecimento dos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira que subjacentes às informações apresentadas no relatório do Presidente assim como na documentação existente;
- tomar conhecimento dos trabalhos que permitiram a elaboração destas informações e da documentação existente;
- determinar se as principais deficiências do controlo interno relativo à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira que teríamos detetado no âmbito da nossa missão são alvo de uma informação apropriada no relatório do Presidente.

Com base nestes trabalhos, não temos qualquer observação a formular sobre as informações respeitantes aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos da sociedade relativas à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira contidas no relatório do Presidente do Conselho de administração, estabelecido nos termos do disposto no artigo L225-37 do Código comercial.

Outras informações

Certificamos que o relatório do Presidente do Conselho inclui as demais informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial.

Feito em Neuilly-sur-Seine e em Courbevoie, a 7 de março de 2014

O Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés

Damien Leurent

PricewaterhouseCoopers Audit

Etienne Boris

Mazars

Hervé Hélias

2.4 A Comissão Executiva

Em 31 de dezembro de 2013, a Comissão executiva do BNP Paribas era composta pelos seguintes membros:

- Jean-Laurent Bonnafé, Administrador Diretor geral;
- Philippe Bordenave, Diretor geral delegado;
- Georges Chodron de Courcel, Diretor geral delegado;
- François Villeroy de Galhau, Diretor geral delegado;
- Jacques d'Estais, Diretor geral adjunto, responsável de Investment Solutions e dos conjuntos BNP Paribas Personal Finance e International Retail Banking;
- Alain Papiasse, Diretor geral adjunto, responsável de Corporate and Investment Banking;
- Jean Clamon, Delegado geral, responsável da função Conformidade e da coordenação do controlo interno;
- Marie-Claire Capobianco, responsável de Banque De Détail em França;
- Stefaan Decraene, responsável de International Retail Banking;
- Fabio Gallia, responsável de Itália e Administrador Diretor geral de BNL;
- Yann Gérardin, responsável de Global Equities & Commodity Derivatives;
- Maxime Jadot, responsável de BNP Paribas Fortis;
- Frédéric Janbon, responsável de Fixed Income;
- Michel Konczaty, responsável de Group Risk Management ;
- Thierry Laborde, responsável de BNP Paribas Personal Finance;
- Yves Martrenchar, responsável da função Recursos Humanos do Grupo;
- Éric Raynaud, responsável da região Ásia-Pacífico.

Desde novembro de 2007, a Comissão Executiva do BNP Paribas dotou-se de um Secretariado permanente.

3

ATIVIDADES E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2013

3.1	Resultados consolidados do BNP Paribas	96
	Bona resistência das atividades operacionais	96
3.2	Resultados par polo/área de intervenção	98
	Retail Banking	98
	Domestic Markets	98
	Investment Solutions	104
	Corporate and Investment Banking (CIB)	106
	Outras Atividades	108
3.3	Balço	109
	Ativo	109
	Passivo (exceto capitais prprios)	110
	Interesses minoritrios	111
	Capitais prprios consolidados parte do Grupo	112
	Compromissos extrapatrimoniais	112
3.4	Demonstração de resultados	113
	Resultado líquido bancário	113
	Encargos gerais de exploração e dotações às amortizações e às provisões	115
	Resultado bruto de exploração	115
	Custo do risco	115
	Resultado de exploração	116
	Resultado líquido, parte do Grupo	116
3.5	Eventos recentes	117
	Produtos e serviços	117
	Crescimento externo e parcerias	117
	BNP Paribas e RBS chegam a acordo relativamente à cessão de certos ativos e passivos da atividade Produtos Estruturados para Investidores Particulares e Derivados	
	Ações e RBS	117
3.6	Perspetivas	118
	Plano 2014-2016	118
	Informações sobre as tendências	119
3.7	Estrutura financeira	120

3.1 Resultados consolidados do BNP Paribas

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	38 822	39 072	- 0,6 %
Despesas de gestão	(26 138)	(26 543)	- 1,5 %
Resultado bruto de exploração	12 684	12 529	+ 1,2 %
Custo do risco	(4 054)	(3 941)	+ 2,9 %
Provisão relativa a pagamentos em dólares US relativamente a países sujeitos às sanções americanas	(798)		
Resultado de exploração	7 832	8 588	- 8,8 %
Quota-parte do Resultado Líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	323	489	- 33,9 %
Outros elementos fora exploração	34	1 302	- 97,4 %
Elementos fora exploração	357	1 791	- 80,1 %
Resultado antes de imposto	8 189	10 379	- 21,1 %
Imposto sobre os lucros	(2 750)	(3 061)	- 10,2 %
Interesses minoritários	(607)	(754)	- 19,5 %
Resultado líquido parte do Grupo	4 832	6 564	- 26,4 %
Coefficiente de exploração	67,3 %	67,9 %	- 0,6 pt

BOA RESISTÊNCIA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

O Grupo demonstra em 2013 uma boa resistência das suas atividades operacionais numa conjuntura europeia pouco promissora.

O produto líquido bancário ascende a 38 822 milhões de euros, uma queda de 0,6 % relativamente a 2012. Integra este ano dois elementos excecionais para um total líquido de 147 milhões de euros: o impacto da cessão dos ativos de Royal Park Investments para 218 milhões de euros e a reavaliação de dívida própria (« OCA ») e do risco de crédito próprio incluído nos derivados (« DVA ») para - 71 milhões de euros. Os elementos excecionais do produto líquido bancário ascendia no ano passado a - 1 513 milhões de euros e integravam nomeadamente o impacto da « OCA » para - 1 617 milhões de euros.

Beneficiando da diversidade das áreas de intervenção e das geografias, os polos operacionais confirmam a boa resistência dos seus rendimentos (- 1,6 %⁽¹⁾ relativamente a 2012): os rendimentos mantiveram-se assim estáveis⁽¹⁾ no Retail Banking⁽²⁾, em progressão de 3,8%⁽¹⁾ no Investment Solutions, e um recuo de 8,3 %⁽¹⁾ no Corporate and Investment Banking (CIB).

As despesas de gestão, em 26 138 milhões de euros, diminuíram de 1,5 %. Incluem este ano o impacto excecional dos custos de transformação de

« Simple & Efficient » para 661 milhões de euros (sem impacto em 2012) e o efeito do aumento do euro. As despesas de gestão dos polos operacionais estão em baixa de 0,5 %⁽¹⁾, traduzindo o domínio dos custos, com uma diminuição de 0,8 %⁽³⁾ para Retail Banking⁽²⁾, um aumento de 2,2 %⁽¹⁾ para Investment Solutions e um recuo de 2,4 %⁽¹⁾ para CIB.

O Resultado bruto de exploração aumenta assim de 1,2 %, sobre o período para 12 684 milhões de euros. Verifica-se uma queda de 3,4 %⁽¹⁾ para os polos operacionais.

O custo do risco do Grupo situa-se num nível moderado, em 4 054 milhões de euros, ou seja 63 pontos de base dos ativos créditos aos clientes. Aumenta 2,9 % relativamente ao ano passado devido nomeadamente a um aumento no BNL bc em ligação com um contexto económico que se mantém difícil em Itália.

Por outro lado, as contas do Grupo incluem este uma provisão de 1,1 mil milhões de dólares⁽⁴⁾, ou seja 798 milhões de euros, relativa à revisão retrospectiva dos pagamentos em dólar US no que concerne países sujeitos a sanções económicas dos Estados Unidos.

(1) Com perímetro e câmbio constantes.

(2) Integrando 100 % dos Bancos Privados das redes domésticas, fora efeito PEL/CEL.

(3) Com perímetro e câmbio constantes, fora custos de lançamento de Hello bank! (65 milhões de euros).

(4) cf. nota 3g da demonstração de resultados consolidados em 31.12.2013

Os elementos fora exploração ascendem a 357 milhões de euros. Incluem nomeadamente este ano dois elementos excecionais para - 171 milhões de euros: o impacto da cessão do BNP Paribas Egito para 81 milhões de euros e das depreciações para um montante total de - 252 milhões de euros, dos quais - 186 milhões de euros de ajustamento da sobrevalorização de BNL bc. Os elementos fora exploração ascendiam a 1 791 milhões de euros em 2012 e incluíam nomeadamente elementos excecionais para 1 445 milhões de euros (impacto em particular da cessão de uma participação de 28,7 % no Klépierre SA).

O BNP Paribas realiza assim um resultado líquido parte do Grupo de 4 832 milhões de euros, uma diminuição de 26,4 % relativamente a 2012. Fora elementos excecionais, cujo impacto total ascende este ano a - 1 211 milhões de euros contra + 184 milhões de euros em 2012, o resultado líquido parte do Grupo ascende a 6 043 milhões de euros, uma queda de 5,3 % relativamente ao ano passado.

A Rentabilidade dos fundos próprios é de 6,1% (7,7 % fora excecionais). O lucro líquido por ação fixa-se em 3,69 euros (4,67 euros fora excecionais).

O balanço do Grupo é muito sólido. A solvabilidade é elevada com um rácio « common equity Tier 1 de Basileia 3 pleno⁽¹⁾ » em 10,3% e rácio de alavanca de Basileia 3 pleno⁽¹⁾ fixa-se em 3,7 %, acima do limiar regulamentar de 3,0% aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018. A reserva de liquidez do Grupo, instantaneamente mobilizável, é de 247 mil milhões de euros (221 mil milhões de euros em finais de 2012), ou seja mais de um ano de margem de manobra relativamente aos recursos de mercado.

O ativo líquido contabilístico por ação⁽²⁾ ascende a 63,6 euros, ou seja uma taxa de crescimento médio anual de 6,1 % desde 31 de dezembro de 2008, demonstrando a capacidade contínua do BNP Paribas em aumentar o ativo líquido por ação.

O Conselho de administração proporá à Assembleia geral dos acionistas o pagamento de um dividendo de 1,50 euro por ação pagável em numerário, estável relativamente ao ano passado, ou seja uma taxa de distribuição de 40,8 %.

Atribuição de capital

Os polos beneficiam do rendimento dos capitais que lhes são concedidos. A atribuição de capital responde em primeiro lugar às exigências e métodos de cálculo do rácio europeu de solvabilidade segundo a regulamentação CRD 3, intitulada «Basileia 2.5» e efetua-se na base de 9 % dos ativos ponderados. Os ativos ponderados são a soma:

- do montante das exposições ponderadas a título de risco de crédito e de contrapartida calculado utilizando a abordagem padrão ou a abordagem avançada de notações internas consoante a entidade ou a atividade do Grupo visada;
- das exigências de fundos próprios em matéria de supervisão prudencial dos riscos de mercado e do risco operacional,

multiplicadas por um fator de 12,5. A exigência de fundos próprios a nível do risco operacional é calculada em conformidade com a abordagem de base, a abordagem padrão ou as abordagens de medição avançada (AMA), consoante a entidade do Grupo visada.

Por outro lado é concedida a cada polo a quota-parte deduzida prudencialmente dos fundos próprios de base, nomeadamente 100 % do valor líquido contabilístico dos títulos detidos em estabelecimentos financeiros ou de crédito.

Por fim, o capital concedido no âmbito das filiais de seguros é igual à necessidade em margem de solvabilidade calculada em conformidade com a regulamentação dos seguros.

(1) Rácio « fully loaded » tendo em consideração o conjunto das regras da CRD 4 sem disposição transitória.

(2) Não reavaliado.

3.2 Resultados por polo/área de intervenção

RETAIL BANKING

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Produto líquido bancário	24 462	24 860	- 1,6 %
Despesas de gestão	(14 903)	(15 201)	- 2,0 %
Resultado bruto de exploração	9 559	9 659	- 1,0 %
Custo do risco	(3 585)	(3 505)	+ 2,3 %
Resultado de exploração	5 974	6 154	- 2,9 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	203	192	+ 5,7 %
Outros elementos fora exploração	101	98	+ 3,1 %
Resultado antes do imposto	6 278	6 444	- 2,6 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(218)	(208)	+ 4,8 %
Resultado antes do imposto de Retail Banking	6 060	6 236	- 2,8 %
Coefficiente de exploração	60,9 %	61,1 %	- 0,2 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	32,8	33,7	- 2,7 %

DOMESTIC MARKETS

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	15 759	15 730	+ 0,2 %
Despesas de gestão	(10 048)	(10 087)	- 0,4 %
Resultado bruto de exploração	5 711	5 643	+ 1,2 %
Custo do risco	(1 877)	(1 573)	+ 19,3 %
Resultado de exploração	3 834	4 070	- 5,8 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	40	40	+ 0,0 %
Outros elementos fora exploração	(4)	(1)	n.s.
Resultado antes do imposto	3 870	4 109	- 5,8 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(218)	(208)	+ 4,8 %
Resultado antes do imposto de Domestic Markets	3 652	3 901	- 6,4 %
Coefficiente de exploração	63,8 %	64,1 %	- 0,3 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	20,2	21,2	- 4,6 %

No conjunto do ano de 2013, Domestic Markets realiza um bom desempenho global num ambiente pouco promissor. Os depósitos aumentam 5,1 % relativamente a 2012, com um bom crescimento em todas as redes e no Cortal Consors na Alemanha. Os ativos de crédito conhecem por seu lado uma diminuição de 1,6 %, devido ao prosseguimento do abrandamento da procura. O dinamismo comercial de Domestic Markets contribui para o sucesso do dispositivo mundial «One Bank for Corporates», com a abertura de cerca de 4 000 novas contas nos últimos três anos no conjunto das redes do banco pelos clientes de Domestic Markets, e a confirmação da posição do Grupo enquanto nº 1 do cash management na Europa. Além disso, o Domestic Markets mobilizou-se para conseguir o lançamento do Hello bank! na Alemanha, Bélgica, França e Itália que já conta com 177 000 clientes e 1,8 mil milhões de euros em depósitos em finais de 2013.

O produto líquido bancário⁽¹⁾, com 15 759 milhões de euros, subiu ligeiramente (+ 0,2 %) relativamente a 2012, apesar de um ambiente de taxa baixa persistente e a erosão dos volumes de crédito, por causa de uma retoma das comissões financeiras e de uma boa contribuição de Arval. Domestic Markets continua a adaptar as suas despesas de gestão⁽¹⁾ que se inscrevem em 10 048 milhões de euros, uma diminuição de 1,0 %⁽²⁾ relativamente ao ano anterior. O coeficiente de exploração⁽¹⁾ regista uma melhoria em França, Itália e Bélgica, fixando-se em 63,3 %⁽²⁾ para o conjunto de Domestic Markets (0,8 ponto relativamente a 2012).

O Resultado bruto de exploração⁽¹⁾ ascende a 5 711 milhões de euros, um aumento de 2,4 %⁽²⁾ relativamente ao ano anterior.

Tendo em conta o aumento do custo do risco em Itália, e após atribuição de um terço do resultado da Banca Privada no conjunto das redes de Domestic Markets no polo Investment Solutions, o resultado antes do imposto⁽³⁾ fixa-se em 3 652 milhões de euros, um recuo de 4,7%⁽²⁾ relativamente a 2012.

BANCA DE RETALHO EM FRANÇA (BDDF)

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Produto líquido bancário	6 906	6 939	- 0,5 %
do qual rendimentos de juros	4 136	4 128	+ 0,2 %
do qual comissões	2 770	2 811	- 1,5 %
Despesas de gestão	(4 506)	(4 537)	- 0,7 %
Resultado bruto de exploração	2 400	2 402	- 0,1 %
Custo do risco	(344)	(315)	+ 9,2 %
Resultado de exploração	2 056	2 087	- 1,5 %
Elementos fora exploração	4	4	+ 0,0 %
Resultado antes do imposto	2 060	2 091	- 1,5 %
Resultado atribuível a Investment Solutions	(129)	(121)	+ 6,6 %
Resultado antes do imposto de BDDF	1 931	1 970	- 2,0 %
Coeficiente de exploração	65,2 %	65,4 %	- 0,2 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	7,4	7,7	- 4,1 %

A atividade comercial de BDDF traduz-se em 2013 por uma boa dinâmica dos depósitos, uma progressão de 4,6% relativamente a 2012, com nomeadamente um forte crescimento dos depósitos à ordem e das contas poupança. Os ativos de crédito diminuem 2,3 % devido a uma procura mais reduzida. O dinamismo comercial e as inovações ao serviço dos clientes traduzem-se num aumento contínuo do número de utilizadores em equipamentos móveis (+ 30% relativamente a finais de 2012). O acompanhamento das PME é ilustrado pelo sucesso da operação «5 mil milhões de euros e 40 000 projetos» e o lançamento de um novo programa «BNP Paribas Empreendedores 2016».

O produto líquido bancário⁽⁴⁾ ascende a 6 906 milhões de euros, uma diminuição de 0,5% relativamente a 2012. Os rendimentos de juros mantêm-se estáveis e as comissões apresentam um recuo moderado devido à diminuição das comissões bancárias e a um ligeira aumento das comissões financeiras.

Graças à otimização contínua da eficácia operacional, as despesas de gestão⁽⁴⁾ recuam 0,7% relativamente a 2012 e o coeficiente de exploração⁽⁴⁾ fixa-se em 65,2 %.

O resultado bruto de exploração⁽⁴⁾ ascende assim a 2 400 milhões de euros, estável em relação ao ano anterior.

O custo do risco⁽⁴⁾ permanece num nível baixo, em 23 pontos de base dos ativos de crédito aos clientes, um aumento de 29 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Assim, após atribuição de um terço do resultado da Banca Privada em França ao polo Investment Solutions, o BDDF obtém um resultado antes de imposto⁽³⁾ de 1 931 milhões de euros (- 2,0 % relativamente ao ano anterior) demonstrando uma boa resistência a um nível elevado.

(1) Integrando 100 % da Banca Privada em França (fora efeitos PEL/CEL), em Itália, Bélgica e Luxemburgo.

(2) Fora custos de lançamento de Hello bank! (65 milhões de euros em 2013).

(3) Fora efeitos PEL/CEL.

(4) Fora efeitos PEL/CEL, com 100% da Banca Privada em França.

BNL BANCA COMMERCIALE (BNL BC)

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	3 257	3 273	- 0,5 %
Despesas de gestão	(1 777)	(1 818)	- 2,3 %
Resultado bruto de exploração	1 480	1 455	+ 1,7 %
Custo do risco	(1 205)	(961)	+ 25,4 %
Resultado de exploração	275	494	- 44,3 %
Elementos fora exploração	0	1	n.s.
Resultado antes do imposto	275	495	- 44,4 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(19)	(18)	+ 5,6 %
Resultado antes do imposto do BNL bc	256	477	- 46,3 %
Coeficiente de exploração	54,6 %	55,5 %	- 0,9 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	6,3	6,4	- 2,3 %

No conjunto do ano de 2013, os depósitos do BNL bc conhecem um crescimento sustentado (+ 7,4 % relativamente a 2012), com um aumento ao nível dos clientes, tanto particulares como empresas. Por sua vez os ativos de crédito recuam de 3,6 %, essencialmente motivado pelas empresas e empreendedores. O BNL bc reforça a sua presença comercial junto das grandes empresas, apoiando-se nomeadamente na vasta gama dos produtos do Grupo, assim como a sua posição nº 1 do cash management em Itália. O BNL bc prossegue também o desenvolvimento da atividade de banca privada com ativos sob gestão em alta de 26 % relativamente a 2012.

O produto líquido bancário⁽¹⁾ diminui 0,5 % relativamente a 2012, para 3 257 milhões de euros. Os rendimentos de juros estão a recuar devido à diminuição dos volumes de créditos apesar da boa manutenção das margens. As comissões estão em alta graças ao bom desempenho da poupança extrapatrimonial e das vendas cruzadas às empresas.

Graças à melhoria contínua da eficácia operacional, as despesas de gestão⁽¹⁾ recuam 2,3 % relativamente a 2012, para 1 777 milhões de euros, e o coeficiente de exploração⁽¹⁾ baixa 0,9 pontos, para 54,6 %.

O Resultado bruto de exploração⁽¹⁾ ascende assim a 1 480 milhões de euros, uma subida de 1,7 % relativamente ao ano anterior.

No entanto, o custo do risco⁽¹⁾ aumenta 25,4 % relativamente a 2012, para 150 pontos de base dos ativos de crédito aos clientes devido à recessão prolongada em Itália.

O BNL bc prossegue assim a adaptação contínua do seu modelo para resistir a um contexto económico que continua difícil e, após atribuição de um terço do resultado da Banca Privada em Itália ao polo Investment Solutions, obtém um resultado antes de impostos de 256 milhões de euros, um recuo de 46,3 % relativamente ao ano anterior.

(1) Com 100 % da Banca Privada em Itália.

BANCA DE RETALHONA BÉLGICA (BDDB)

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	3 353	3 328	+ 0,8 %
Despesas de gestão	(2 447)	(2 450)	- 0,1 %
Resultado bruto de exploração	906	878	+ 3,2 %
Custo do risco	(144)	(157)	- 8,3 %
Resultado de exploração	762	721	+ 5,7 %
Elementos fora exploração	1	18	- 94,4 %
Resultado antes do imposto	763	739	+ 3,2 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(66)	(66)	+ 0,0 %
Resultado antes do imposto do BDDB	697	673	+ 3,6 %
Coefficiente de exploração	73,0 %	73,6 %	- 0,6 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	3,5	3,7	- 5,0 %

No conjunto do ano de 2013, a atividade comercial de BDDB permite um aumento dos depósitos de 3,9% relativamente a 2012 graças nomeadamente a uma boa progressão dos depósitos à ordem e das contas poupança. Os créditos aumentam 1,7%⁽¹⁾ durante o período, devido ao aumento dos créditos aos particulares e da boa manutenção dos créditos às PME. O plano «Bank for the Future» conheceu um bom arranque: o BDDB mobilizou-se em torno do desenvolvimento do banco digital (lançamento de Hello bank! e proximamente a nova oferta de pagamentos Sixdots – Belgian Mobile Wallet), e o início da adaptação da rede e dos efetivos aos novos comportamentos dos clientes, permitindo a melhoria do coeficiente de exploração.

O produto líquido bancário⁽²⁾ conhece um aumento de 0,1 %⁽¹⁾ relativamente a 2012, para 3 353 milhões de euros. Os rendimentos de juros conhecem uma redução moderada, em linha com um ambiente de taxa baixa persistente, e as comissões estão em alta devido a um bom desempenho da poupança extrapatrimonial e das comissões financeiras.

Devido às medidas de eficácia operacional, as despesas de gestão⁽²⁾ baixam 0,5%⁽¹⁾ relativamente a 2012, para 2 447 milhões de euros, e o coeficiente de exploração baixa 0,6 ponto para 73,0 %. O BDDB obtém assim um Resultado bruto de exploração⁽²⁾ de 906 milhões de euros, um aumento de 2,0 %⁽¹⁾.

O custo do risco⁽²⁾ fixa-se num nível que permanece baixo, em 16 pb dos ativos de crédito aos clientes, um recuo de 8,9 %⁽¹⁾ relativamente ao ano anterior. Assim, após atribuição de um terço do resultado da Banca Privada na Bélgica ao polo Investment Solutions, o BDDB obtém um resultado antes do imposto de 697 milhões de euros, um progresso de 3,0 %⁽¹⁾ relativamente ao ano anterior.

BANCA DE RETALHO E DAS EMPRESAS NO LUXEMBURGO

No conjunto do ano de 2013, os ativos de crédito conhecem um crescimento de 2,2 % relativamente a 2012, graças a uma boa progressão dos créditos imobiliários. O crescimento dos depósitos também é elevado

(+ 5,2 %) devido sobretudo a uma forte recolha juntos dos clientes das empresas em linha com o desenvolvimento do cash management. Os rendimentos sobem ligeiramente graças ao aumento dos volumes mas o aumento das despesas de gestão leva a uma redução do resultado bruto de exploração.

PERSONAL INVESTORS

No conjunto do ano de 2013, os ativos sob gestão aumentam 10,7 % relativamente a 2012 motivado por um bom dinamismo comercial. Os depósitos conhecem um forte aumento (+ 18,1% relativamente a 2012) graças a um bom nível de recrutamento de novos clientes e ao desenvolvimento de Hello bank! na Alemanha. Os rendimentos estão em alta relativamente ao ano anterior devido ao aumento dos volumes de corretagem e dos depósitos. A diminuição das despesas de gestão permite um forte aumento do resultado bruto de exploração.

ARVAL

No conjunto do ano de 2013, os ativos consolidados mantêm-se estáveis⁽³⁾ relativamente ao ano anterior. Os rendimentos aumentam relativamente a 2012 devido ao aumento do preço dos veículos de ocasião. Tendo em conta a redução das despesas de gestão, o resultado bruto de exploração conhece um forte aumento em relação a 2012.

LEASING SOLUTIONS

No conjunto do ano de 2013, os ativos baixam 6,0 %⁽³⁾ relativamente ao ano anterior, em linha com o plano de adaptação da carteira não estratégica. No entanto, o impacto sobre os rendimentos é limitado devido a uma política seletiva em termos de rentabilidade das operações. O coeficiente de exploração apresenta uma melhoria devido a um bom domínio dos custos e o resultado bruto de exploração está em alta.

(1) Com perímetro constante.

(2) Com 100 % da Banca Privada na Bélgica.

(3) Com perímetro e câmbio constantes.

EUROPE MÉDITERRANÉE

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	1 767	1 796	- 1,6 %
Despesas de gestão	(1 287)	(1 319)	- 2,4 %
Resultado bruto de exploração	480	477	+ 0,6 %
Custo do risco	(224)	(290)	- 22,8 %
Resultado de exploração	256	187	+ 36,9 %
Quota-parte do Resultado Líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	99	65	+ 52,3 %
Outros elementos fora exploração	110	2	n.s.
Resultado antes do imposto	465	254	+ 83,1 %
Coeficiente de exploração	72,8 %	73,4 %	- 0,6 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	3,6	3,5	+ 2,6 %

No conjunto do ano de 2013, Europe Méditerranée demonstra uma forte dinâmica comercial. Os depósitos aumentam de 12,1%⁽¹⁾ relativamente a 2012, e apresentam um crescimento na maioria dos países. Os créditos, por sua vez, aumentam 7,4 %⁽¹⁾. Os desempenhos comerciais traduzem-se também pelo bom desenvolvimento do cash management.

Por outro lado, a 5 de dezembro de 2013, o Grupo a anunciou a aquisição de BGZ na Polónia⁽²⁾ que permitirá criar, com as atividades existentes de BNPP Polska, o 7º banco polaco.

O produto líquido bancário, em 1 767 milhões de euros, conhece um aumento de 6,9 %⁽¹⁾ relativamente a 2012. Aumentou na maioria dos países, nomeadamente na Turquia (+ 13,1%⁽¹⁾). Está sujeito, no segundo semestre, a novas regulamentações sobre a faturação dos descobertos na Turquia

e as comissões de câmbio na Argélia para um lucro cessante de cerca de 50 milhões de euros.

As despesas de gestão progridem 4,6%⁽¹⁾ em relação ao ano anterior, para 1 287 milhões de euros, devido nomeadamente ao reforço do dispositivo comercial na Turquia, e apesar do efeito das medidas de eficácia operacional na Polónia e na Ucrânia.

O custo do risco, com 224 milhões de euros, fixa-se em 91 pb dos ativos de crédito aos clientes, e uma queda de 14,2 %⁽¹⁾ em relação a 2012. Europe Méditerranée obtém assim um resultado antes do imposto de 465 milhões de euros, um forte aumento relativamente ao ano anterior (+ 48,9 %⁽¹⁾) fora mais-valia de 107 milhões de euros realizada por ocasião da cessão do Egito⁽³⁾.

BANCWEST

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	2 204	2 352	- 6,3 %
Despesas de gestão	(1 386)	(1 395)	- 0,6 %
Resultado bruto de exploração	818	957	- 14,5 %
Custo do risco	(54)	(145)	- 62,8 %
Resultado de exploração	764	812	- 5,9 %
Quota-parte do Resultado Líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	0	0	n.s.
Outros elementos fora exploração	6	2	n.s.
Resultado antes do imposto	770	814	- 5,4 %
Coeficiente de exploração	62,9 %	59,3 %	+ 3,6 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	4,2	4,1	+ 2,7 %

(1) Com perímetro e câmbio constantes.

(2) Sob reserva da aprovação das autoridades de controlo.

No conjunto do ano de 2013, a atividade comercial de BancWest demonstra uma boa dinâmica. Os depósitos aumentam 3,9%⁽¹⁾ em relação a 2012, com um bom crescimento dos depósitos à ordem e das contas poupança. Os créditos aumentam 3,6 %⁽¹⁾ devido ao forte crescimento dos créditos à empresas (+ 9,5 %⁽¹⁾) graças ao reforço do dispositivo comercial neste segmento de clientela. O dinamismo da atividade traduz-se também pelo forte aumento dos ativos sob gestão da banca privada que ascendem a 7,1 mil milhões de dólares em 31 de dezembro de 2013 (+ 39 % relativamente a 31 de dezembro de 2012), e pelo lançamento dos serviços de « Mobile Banking » que já contam com 223 000 utilizadores.

O resultado líquido bancário, com 2 204 milhões de euros, diminui no entanto 3,2 %⁽¹⁾ em relação a 2012, tendo em conta mais valias

menores de cessões de créditos e sob o efeito de um ambiente de taxa pouco favorável.

As despesas de gestão, com 1 386 milhões de euros, aumentam 2,5 %⁽¹⁾ em relação a 2012 devido ao reforço dos dispositivos comerciais junto das empresas e dos empreendedores assim como na Banca Privada. O coeficiente de exploração aumenta assim 3,6 pontos para 62,9 %.

O custo do risco encontra-se num nível fraco (13 pontos de base dos ativos de crédito aos clientes) e uma redução de 61,4 %⁽¹⁾ em relação a 2012.

BancWest obtém assim um resultado antes de imposto de 770 milhões de euros, uma queda de 2,1%⁽¹⁾ em relação a 2012.

PERSONAL FINANCE

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	4 732	4 982	- 5,0 %
Despesas de gestão	(2 182)	(2 400)	- 9,1 %
Resultado bruto de exploração	2 550	2 582	- 1,2 %
Custo do risco	(1 430)	(1 497)	- 4,5 %
Resultado de exploração	1 120	1 085	+ 3,2 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	64	87	- 26,4 %
Outros elementos fora exploração	(11)	95	n.s.
Resultado antes de imposto	1 173	1 267	- 7,4 %
Coeficiente de exploração	46,1 %	48,2 %	- 2,1 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	4,8	5,0	- 2,6 %

No conjunto do ano de 2013, os ativos de crédito de Personal Finance recuam 2,7%⁽¹⁾ em relação a 2012, com 86,1 mil milhões de euros. Os ativos de crédito ao consumo conhecem um ligeiro aumento de 0,1 %⁽¹⁾ mas os ativos de crédito imobiliários baixam 6,3%⁽¹⁾ devido ao plano de adaptação Basileia 3. Personal Finance prossegue a transformação do modelo económico em França com novos acordos de parceria (com Cora por exemplo) e o desenvolvimento da recolha de poupança que já conta com 60 000 clientes. O sucesso da parceria com a Sberbank na Rússia assim como a assinatura dos acordos de parcerias na China com o Banco de Nankin e o construtor automóvel Geely constituem relés de crescimento promissores.

O resultado líquido bancário diminui 1,7%⁽¹⁾ em relação a 2012, com 4 732 milhões de euros, devido à redução dos ativos dos créditos imobiliários no âmbito do plano de adaptação, os rendimentos dos créditos ao consumo apresentando por

sua vez um aumento de 0,7 %⁽¹⁾ graças à boa dinâmica na Alemanha, Bélgica e Europa central e apesar do impacto negativo das regulamentações em França.

As despesas de gestão baixam 4,6 %⁽¹⁾ em relação a 2012, para 2 182 milhões de euros, graças aos efeitos do plano de adaptação e apesar dos investimentos em parcerias. O coeficiente de exploração regista assim uma melhoria de 2,1 pontos, com 46,1%.

O custo do risco está estável em relação a 2012, com 165 pontos de base dos ativos de crédito aos clientes contra 167 pontos de base no ano passado.

Assim, o resultado antes do imposto de Personal Finance fixa-se em 1 173 milhões de euros (+ 4,5 %⁽¹⁾ relativamente a 2012), ilustrando a boa capacidade beneficiária da área de intervenção.

INVESTMENT SOLUTIONS

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	6 344	6 204	+ 2,3 %
Despesas de gestão	(4 367)	(4 328)	+ 0,9 %
Resultado bruto de exploração	1 977	1 876	+ 5,4 %
Custo do risco	- 2	54	n.s.
Resultado de exploração	1 975	1 930	+ 2,3 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	124	136	- 8,8 %
Outros elementos fora exploração	5	23	- 78,3 %
Resultado antes de imposto	2 104	2 089	+ 0,7 %
Coefficiente de exploração	68,8 %	69,8 %	- 1,0 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	8,3	8,1	+ 2,1 %

No conjunto do ano de 2013, os ativos sob gestão⁽¹⁾ permanecem praticamente estáveis (- 0,5 %) em relação a 31 de dezembro de 2012 e atingem 885 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Registam um ligeiro aumento em relação a 30 de setembro de 2013 (+ 1,3%). O efeito desempenho (+ 24,9 mil milhões de euros) beneficia do aumento dos mercados de ações durante o período. O efeito câmbio (- 12,8 mil milhões de euros) é desfavorável devido à valorização do euro. A recolha líquida é negativa (- 15,8 mil milhões de euros sobre o ano mas apenas - 300 milhões de euros no 4º trimestre de 2013) com uma retirada em gestão de ativos, nomeadamente nos fundos monetários, mas uma boa recolha no Wealth Management e os seguros, nomeadamente na Ásia e em Itália. Foi anunciado um plano estratégico para a gestão de ativos durante o ano para relançar a recolha com um objetivo de 40 mil milhões de euros de recolha líquida até 2016.

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos sob gestão⁽¹⁾ de Investment Solutions repartem-se entre: 370 mil milhões de euros para a gestão de ativos, 280 mil milhões de euros para Wealth Management, 178 mil milhões de euros para os Seguros, 39 mil milhões de euros para Personal Investors, e 18 mil milhões de euros para Real Estate.

Investment Solutions prossegue o seu desenvolvimento internacional com, na Alemanha, as aquisições da atividade local de depositário de Commerzbank por Securities Services e de iii-investments por Real Estate e, na Ásia, o anúncio de novas parcerias nos Seguros com o Banco de Pequim na China e com Saigon Commercial Bank no Vietname.

Os rendimentos de Investment Solutions, com 6 344 milhões de euros, progredem 3,8%⁽²⁾ em relação a 2012. Os rendimentos dos Seguros aumentam 8,3 %⁽²⁾ graças à boa progressão da poupança e da proteção, nomeadamente na Ásia e na América latina. Os rendimentos da Gestão Institucional e Privada mostram uma progressão de conjunto de 2,4 %⁽²⁾ puxada por Wealth Management e Real Estate. Devido à redução das taxas, os rendimentos de Securities Services só aumentam 0,2%⁽²⁾ apesar do claro aumento do número de transações e dos ativos sob administração.

As despesas de gestão de Investment Solutions, com 4 367 milhões de euros, crescem 2,2 %⁽²⁾ em relação a 2012, com um aumento de 6,3 %⁽²⁾ nos Seguros ligado ao crescimento contínuo da atividade, de 1,6 %⁽²⁾ para a Gestão Institucional e Privada devido ao impacto dos investimentos de desenvolvimento na Ásia e no Wealth Management, e uma diminuição de 0,3%⁽²⁾ para Securities Services graças às medidas de eficácia operacional. O coeficiente de exploração do polo regista uma melhoria de 1,0 ponto em 68,8 %.

O Resultado bruto de exploração do polo, com 1 977 milhões de euros, regista assim um aumento de 7,6 %⁽²⁾ em relação a 2012.

O Resultado antes de imposto, após consideração de um terço dos resultados da Banca Privada nos mercados domésticos, progride + 4,5 %⁽²⁾ em relação a 2012, com 2 104 milhões de euros, ilustrando o desenvolvimento da atividade de Investment Solutions e melhoria da sua eficácia operacional.

(1) Incluindo ativos aconselhados para os clientes externos, ativos distribuídos e Personal Investors.

(2) Com perímetro e câmbio constantes

GESTÃO INSTITUCIONAL E PRIVADA

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	2 804	2 836	- 1,1 %
Despesas de gestão	(2 102)	(2 135)	- 1,5 %
Resultado bruto de exploração	702	701	+ 0,1 %
Custo do risco	(14)	52	n.s.
Resultado de exploração	688	753	- 8,6 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	29	32	- 9,4 %
Outros elementos fora exploração	2	16	- 87,5 %
Resultado antes do imposto	719	801	- 10,2 %
Coefficiente de exploração	75,0 %	75,3 %	- 0,3 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	1,7	1,8	- 3,5 %

SEGUROS

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	2 136	1 970	+ 8,4 %
Despesas de gestão	(1 076)	(1 002)	+ 7,4 %
Resultado bruto de exploração	1 060	968	+ 9,5 %
Custo do risco	2	- 6	n.s.
Resultado de exploração	1 062	962	+ 10,4 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	96	100	- 4,0 %
Outros elementos fora exploração	3	0	n.s.
Resultado antes do imposto	1 161	1 062	+ 9,3 %
Coefficiente de exploração	50,4 %	50,9 %	- 0,5 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	6,0	5,7	+ 5,3 %

SECURITIES SERVICES

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	1 404	1 398	+ 0,4 %
Despesas de gestão	(1 189)	(1 191)	- 0,2 %
Resultado bruto de exploração	215	207	+ 3,9 %
Custo do risco	10	8	+ 25,0 %
Resultado de exploração	225	215	+ 4,7 %
Elementos fora exploração	- 1	11	n.s.
Resultado antes de imposto	224	226	- 0,9 %
Coefficiente de exploração	84,7 %	85,2 %	- 0,5 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	0,5	0,5	- 13,6 %

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB)

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	8 662	9 715	- 10,8 %
Despesas de gestão	(5 975)	(6 309)	- 5,3 %
Resultado bruto de exploração	2 687	3 406	- 21,1 %
Custo do risco	(515)	(493)	+ 4,5 %
Resultado de exploração	2 172	2 913	- 25,4 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	25	39	- 35,9 %
Outros elementos fora exploração	8	- 3	n.s.
Resultado antes do imposto	2 205	2 949	- 25,2 %
Coefficiente de exploração	69,0 %	64,9 %	+ 4,1 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	14,6	16,3	- 10,5 %

No conjunto do ano de 2013, os rendimentos do polo, com 8 662 milhões de euros, sofreram uma quebra de 8,3 %⁽¹⁾ em relação a 2012. No entanto, esta diminuição está concentrada nos três primeiros trimestres.

Os rendimentos do Conselho e Mercados de Capitais, com 5 389 milhões de euros, recuam 9,8 %⁽¹⁾ devido a um contexto de mercado frequentemente difícil para Fixed Income e apesar da retoma da atividade em Ações e Consultoria.

Os rendimentos de Fixed Income, com 3 590 milhões de euros, baixam 18,4 %⁽¹⁾ em relação a uma base elevada em 2012 que tinha beneficiado dos efeitos positivos do LTRO e do anúncio pelo BCE do seu programa de «Outright Monetary Transactions» (OMT). A atividade dos clientes foi fraca nos mercados de taxa e de crédito, em contrapartida o câmbio apresenta uma progressão. A área de intervenção confirma as suas posições de líder no que respeita às emissões obrigacionistas, posicionando-se em 1º lugar na emissões em euros e em 8º nas emissões internacionais.

Com 1 799 milhões de euros, os rendimentos da área de intervenção Ações e Consultoria aumentaram 14,1%⁽¹⁾ em relação a 2012 devido nomeadamente à retoma dos volumes de transações nos mercados de ações, particularmente na Europa e na Ásia, e a um bom desempenho ao nível dos produtos estruturados com uma procura mais sustentada dos clientes. A área de intervenção confirma assim a sua posição forte nas emissões «Equity linked», posicionando-se na 3ª posição dos chefes de fila na Europa.

Os rendimentos de Corporate Banking ainda estão marcados pelos últimos efeitos do plano de adaptação de 2012. Diminuem 8,1%⁽²⁾, com 3 273 milhões de euros, em relação ao ano anterior, apresentando no entanto uma estabilização progressiva durante o exercício, em linha com os ativos. Os ativos de crédito baixam assim 12,2 % em relação a 2012, mas aumentam

ligeiramente no quarto trimestre relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior⁽³⁾. Apesar dos rendimentos estarem a registar um crescimento contínuo na Ásia graças à implementação do plano de desenvolvimento, a procura ainda é fraca na Europa e a retoma da atividade progressiva na América. As comissões registam um aumento sensível (+ 9,5 % em relação a 2012).

A área de intervenção prossegue a implementação do novo modelo com o desenvolvimento das transações de acordo com a abordagem Originate to Distribute e o reforço da recolha de depósitos que, com 58,5 mil milhões de euros, registam um aumento de 11,7 % em relação a 2012. A área de intervenção reforça o seu posicionamento no cash management, com novos mandatos significativos, e posiciona-se na 4ª posição a nível mundial para as empresas segundo Euromoney. Confirma a sua posição de primeiro promotor de financiamentos sindicados para a Europa, com posições de líder nos principais segmentos de mercado.

As despesas de gestão de CIB, com 5 975 milhões de euros, reduzem 2,4 %⁽¹⁾ em relação a 2012. Os efeitos de «Simple & Efficient» são parcialmente compensados pelo impacto dos investimentos de desenvolvimento (nomeadamente na Ásia e no cash management), o aumento das taxas sistémicas e dos custos de adaptação às novas regulamentações. O coeficiente de exploração de CIB fixa-se assim em 69,0%.

O custo do risco de CIB, com 515 milhões de euros, está estável em relação a 2012. Fixa-se, para Corporate Banking, em 44 pb dos ativos de crédito aos clientes.

Num contexto pouco promissor este ano na Europa, o resultado antes do imposto de CIB é assim igual a 2 205 milhões de euros, um recuo de 23,7 %⁽¹⁾ em relação a 2012.

(1) Com perímetro e câmbio constantes.

(2) Com perímetro e câmbio constantes, fora impacto líquido das cessões em 2012 (- 91 milhões de euros). (

3) Com taxa de câmbio USD constante.

CONSULTORIA E MERCADOS DE CAPITAIS

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	5 389	6 182	- 12,8 %
do qual Ações & Consultoria	1 799	1 628	+ 10,5 %
do qual Fixed Income	3 590	4 554	- 21,2 %
Despesas de gestão	(4 232)	(4 587)	- 7,7 %
Resultado bruto de exploração	1 157	1 595	- 27,5 %
Custo do risco	(78)	(61)	+ 27,9 %
Resultado de exploração	1 079	1 534	- 29,7 %
Quota-parte do Resultado líquido das empresas Segundo o método de equivalência patrimonial	5	12	- 58,3 %
Outros elementos fora exploração	8	- 6	n.s.
Resultado antes do imposto	1 092	1 540	- 29,1 %
Coefficiente de exploração	78,5 %	74,2 %	+ 4,3 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	7,2	7,9	- 9,0 %

CORPORATE BANKING

Em milhões de euros	2013	2012	2013/2012
Resultado líquido bancário	3 273	3 533	- 7,4 %
Despesas de gestão	(1 743)	(1 722)	+ 1,2 %
Resultado bruto de exploração	1 530	1 811	- 15,5 %
Custo do risco	(437)	(432)	+ 1,2 %
Resultado de exploração	1 093	1 379	- 20,7 %
Elementos fora exploração	20	30	- 33,3 %
Resultado antes do imposto	1 113	1 409	- 21,0 %
Coefficiente de exploração	53,3 %	48,7 %	+ 4,6 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	7,4	8,4	- 11,9 %

OUTRAS ATIVIDADES

Em milhões de euros	2013	2012
Resultado líquido bancário	(255)	(1 368)
Despesas de gestão	(1 128)	(928)
das quais custos de reestruturação e de transformação	(661)	(409)
Resultado bruto de exploração	(1 383)	(2 296)
Custo do risco	43	3
Provisão relativa a pagamentos em dólar US no que respeita a países sujeitos às sanções americanas	(798)	
Resultado de exploração	(2 138)	(2 293)
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência	(29)	123
Outros elementos fora exploração	(80)	1 184
Resultado antes do imposto	(2 247)	(986)

No conjunto do ano de 2013, os rendimentos das «Outras Atividades» ascendem a - 255 milhões de euros contra - 1 368 milhões de euros em 2012. Integram nomeadamente cada ano uma reavaliação da dívida própria («OCA») e do risco de crédito próprio incluindo nos derivados («DVA») para - 71 milhões de euros (contra uma reavaliação de dívida própria («OCA») de - 1 617 milhões de euros em 2012), o impacto da cessão dos ativos de Royal Park Investments para 218 milhões de euros, e o impacto do excedente de depósitos junto dos bancos centrais parcialmente compensado pelos produtos da carteira de participações e pela boa contribuição de BNP Paribas Principal Investments. Os rendimentos das «Outras Atividades» de 2012 integravam ainda nomeadamente a amortização (excecional e corrente) da colocação no justo valor do banking book de Fortis e de Cardif Vita para + 1 033 milhões de euros e perdas em cessões de títulos soberanos para - 232 milhões de euros.

As despesas de gestão ascendem a 1 128 milhões de euros contra 928 milhões de euros em 2012. Incluem os custos de transformação ligados ao programa «Simple & Efficient» para 661 milhões de euros (409 milhões de euros de custos de reestruturação em 2012).

O custo do risco mostra uma retoma líquida de 43 milhões de euros (negligenciável em 2012).

As contas do Grupo incluem ainda uma provisão de 1,1 mil milhões de dólares⁽¹⁾, ou seja 0,8 mil milhões de euros, relativa à revisão retrospectiva dos pagamentos em dólar US no que respeita a países sujeitos às sanções económicas dos Estados Unidos. Como referido nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, o Banco, no âmbito de discussões com as autoridades dos Estados Unidos, procedeu durante vários anos, a uma revisão interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US implicando Estados e pessoas morais ou físicas que poderiam ser sujeitas a sanções económicas estabelecidas pelas leis dos Estados Unidos. A revisão recenseou um volume significativo de operações que poderiam ser consideradas como não autorizadas face a

leis e regras dos Estados Unidos, incluindo nomeadamente as do Office of Foreign Assets Control (OFAC). O Grupo apresentou as conclusões desta revisão às autoridades dos Estados Unidos e iniciou com elas as discussões subsequentes, o Banco constituiu uma provisão de 1,1 mil milhões de dólares (0,8 mil milhões de euros) nas contas no 4º trimestre de 2013 em conformidade com as prescrições das normas contabilísticas internacionais IFRS, o montante das consequências financeiras, multas ou penalidades não podem ser determinadas nesta fase. Não houve discussões com as autoridades dos Estados Unidos quanto ao montante de qualquer multa ou penalidade e as autoridades dos Estados Unidos não aprovaram e não se pronunciaram sobre o caráter adequado ou razoável desta provisão. Continua portanto a existir uma grande incerteza sobre o montante das multas ou penalidades que poderiam ser decididas pelas autoridades dos Estados Unidos na sequência do processo, cujo termo ainda não é conhecido. Esse montante poderia desde logo verificar-se muito diferente da provisão constituída. Face ao seu caráter excecional e ao seu montante significativo e em conformidade com o referencial IFRS, esta provisão foi isolada numa linha específica da conta de resultado, no seio do resultado de exploração.

Os elementos fora exploração ascendem a - 109 milhões de euros, tendo em conta nomeadamente uma depreciação de sobrevalorização de - 252 milhões de euros, dos quais - 186 milhões de euros de ajustamento da sobrevalorização de BNL bc, e de uma boa contribuição do BNP Paribas Principal Investments. Os elementos fora exploração ascendiam a 1 307 milhões de euros em 2012 e integravam nomeadamente a mais-valia de cessão de uma participação de 28,7% no Klépierre S.A. para 1 790 milhões de euros e depreciações de sobrevalorizações para - 406 milhões de euros.

O Resultado antes do imposto das Outras Atividades fixa-se assim em - 2 247 milhões de euros contra - 986 milhões de euros em 2012.

(1) Cf. nota 3.g das demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2013.

3.3 Balço

ATIVO

GERAL

Em 31 de dezembro de 2013, o total do balço do Grupo BNP Paribas ascende a 1 800,1 mil milhões de euros, uma diminuição de 6 % relativamente a 31 de dezembro de 2012 (1 907,2 mil milhões de euros). Os principais elementos de ativos do Grupo incluem os instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado, os empréstimos concedidos e contas a receber pela clientela e os estabelecimentos de crédito, os ativos financeiros disponíveis para venda, e as contas de regularização e ativos diversos, que, considerados no seu conjunto, representam 91% do total dos ativos em 31 de dezembro de 2013 (inalterado em relação a 31 de dezembro de 2012). A diminuição de 6 % do ativo resulta principalmente da descida:

- dos instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado de 12% sob o efeito principalmente de uma descida dos instrumentos derivados;
- dos empréstimos concedidos e contas a receber dos clientes de 2 % (- 3,4 mil milhões de euros com 617,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013) ;
- das contas de regularização e ativos diversos de 10 % (- 10,1 mil milhões de euros com 89,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013).

Estas variações são parcialmente compensadas pelo aumento:

- dos empréstimos concedidos e contas a receber dos estabelecimentos de crédito de 25% (+ 10,1 mil milhões de euros, com 50,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013);
- dos ativos disponíveis para venda de 6 % (+ 10,9 mil milhões de euros com 203,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013).

ATIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS EM VALOR DE MERCADO OU MODELO POR RESULTADO

Os ativos financeiros registados em valor de mercado ou de modelo por resultado são constituídos pelas operações de negócios, pelos instrumentos financeiros derivados e por certos ativos que o Grupo optou por valorizar, sobre opção, em valor de mercado ou de modelo por resultado, a contar da data da sua aquisição. Os ativos financeiros da carteira de negócios incluem nomeadamente títulos, pensões assim como os instrumentos financeiros derivados. Os ativos valorizados sobre opção pelo valor de mercado ou de modelo por resultado incluem em particular os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros e, em menor escala, ativos com derivados incorporados para os quais o princípio de extração destes derivados não foi escolhido.

Estes ativos são avaliados em valor de mercado ou de modelo cada vez que o balço é estabelecido.

O total dos instrumentos financeiros em valor de mercado sofreu uma queda de 12 % em relação a 31 de dezembro de 2012. Esta queda resulta principalmente da diminuição do valor de substituição dos instrumentos financeiros derivados de 27 % (- 109,2 mil milhões de euros com 301,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), particularmente sensível para os instrumentos derivados de taxas (- 116,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, uma queda de 35 %).

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Os empréstimos concedidos e contas a receber sobre os estabelecimentos de crédito ascendem a 50,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 25 % relativamente a 31 de dezembro de 2012 (40,4 mil milhões de euros), e são repartidos em contas à ordem, empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito e as operações de pensão.

Os empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito justificam o essencial deste aumento (+ 47% para um total de 41,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 28,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). As contas à ordem estão registadas uma queda de 15% e ascendem a 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 8,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. As provisões por depreciação estão a diminuir (0,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER DOS CLIENTES

Os empréstimos concedidos e contas a receber dos clientes estão repartidos entre as contas devedoras, os empréstimos concedidos aos clientes, as operações com acordo de recompra e as operações de locação financeira.

Os empréstimos concedidos e contas a receber dos clientes (líquidos de provisões) ascendem a 617,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 630,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma queda de 2 %. Esta evolução que resulta da descida dos empréstimos concedidos aos clientes (- 2 % à 572,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 583,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) enquanto que as contas ordinárias devedoras registam um ligeiro aumento de 2 % com 44,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. As operações de locação financeira ascendem a 26,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, uma diminuição de 6 % relativamente a 31 de dezembro de 2012, e os acordos de recompra em 1 bilhão de euros em 31 de dezembro de 2013 uma queda de 56 % em relação a 31 de dezembro de 2012. As provisões para depreciação permaneceram estáveis (26,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 26,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros de rendimento fixo ou variável que não respondem ao modo de gestão dos instrumentos financeiros contabilizados em valor de mercado ou de modelo por resultado e não se destinam, quando são de rendimento fixo, a ser detidos até ao vencimento. Estes ativos são avaliados em valor de mercado ou assimilados por capitais próprios aquando do estabelecimento de um balço.

Os ativos disponíveis para venda progrediram 10,9 mil milhões de euros entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, ascendendo (líquido de provisões) a 203,4 mil milhões de euros.

As provisões dos ativos financeiros disponíveis para venda sofrem uma queda de 15% (3,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 4,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

O Grupo determina as provisões por depreciação dos ativos disponíveis para venda sempre que é elaborado um balanço. Os ativos financeiros disponíveis para a venda apresentam uma mais-valia latente de 10,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra uma mais-valia latente de 9,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, devido essencialmente ao aumento dos cursos dos títulos de rendimento variável cotados ligado ao aumento dos mercados de ações. Esta evolução de 0,9 bilhões de euros explica portanto pela variação dos lucros líquidos latentes sobre os títulos de rendimento fixo num montante de - 0,3 bilhões de euros e sobre os títulos de rendimento variável num montante de 1,2 bilhões de euros.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ AO VENCIMENTO

Os ativos financeiros detidos até ao vencimento correspondem aos títulos de rendimento fixo ou determinável e com vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes são contabilizados pelo custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São apresentados em duas subcategorias, obrigações do Estado e bilhetes do Tesouro, e outros títulos com rendimento fixo.

Os ativos financeiros detidos até ao vencimento ascendem a 9,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 10,3 bilhões em 31 de dezembro de 2012, uma queda de 4 %, que se explica principalmente pelo reembolso de títulos vencidos.

PASSIVO (EXCETO CAPITALS PRÓPRIOS)

GERAL

O passivo consolidado (exceto capitais próprios) do grupo BNP Paribas ascende a 1 709 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, uma diminuição de 6% relativamente a 31 de dezembro de 2012 (1 813,2 bilhões de euros). Os principais elementos de passivo do Grupo reúnem os instrumentos financeiros em valor de mercado ou de modelo por resultado, as dívidas para com os estabelecimentos de crédito, as dívidas para com os clientes, as dívidas representadas por um título, as contas de regularização e passivos diversos e as provisões técnicas das companhias de seguros que, tomados no seu conjunto, representam 98% do total do passivo fora capitais próprios em 31 de dezembro de 2013 (97 % em 31 de dezembro de 2012). A diminuição de 6% em relação a 31 de dezembro de 2012 resulta principalmente da descida:

- dos instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado de 14%;
- e das dívidas para com os estabelecimentos de crédito de 24% (- 26,7 bilhões de euros a 85 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013).

Estas variações são parcialmente compensadas pela subida:

- das dívidas representadas por um título de 6% (+ 10,3 bilhões de euros com 183,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013) ;
- e das dívidas para com os clientes de 3 % (+ 18,4 bilhões de euros com 557,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013).

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E ATIVOS DIVERSOS

As contas de regularização e ativos diversos são repartidos entre: depósitos de garantia pagos e caucionamentos constituídos, contas de pagamento relativas às operações sobre títulos, contas de recebimento, parte dos resseguradores nas provisões técnicas, proveitos a receber e encargos contabilizados com antecedência, outros devedores e ativos diversos.

As contas de regularização e ativos diversos ascendem a 89,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 99,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma queda de 10 %. Esta evolução está essencialmente ligada aos depósitos de garantia pagos e caucionamentos constituídos (uma diminuição de 11,6 bilhões de euros ou seja - 22 %). Esta diminuição é parcialmente compensada por um aumento das contas de operações sobre títulos de 5,6 bilhões de euros ou seja + 43%. O conjunto das outras contas de regularização ativo diminui 4,2 bilhões de euros ou seja - 12 %.

CAIXA, BANCOS CENTRAIS

As contas de caixa e bancos centrais ascendem a 101,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 2 % em relação a 31 de dezembro de 2012 (103,2 bilhões de euros).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

A carteira de negócios é composta principalmente por operações de venda a descoberto de títulos tomados de empréstimo, de acordos de recompra e de instrumentos financeiros derivados. Os passivos financeiros valorizados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado registam principalmente emissões originadas e estruturadas por conta da clientela cujos riscos e cobertura são geridos num mesmo conjunto. Estas emissões oferecem derivados incorporados significativos cujas variações de valor são neutralizadas pelas dos instrumentos derivados de cobertura.

O total dos instrumentos financeiros em valor de mercado ou de modelo por resultado diminui 14 % em relação a 31 de dezembro de 2012, devido principalmente à diminuição do valor de substituição dos instrumentos financeiros derivados de - 27 % (- 107,5 bilhões de euros com 297,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013), particularmente sensível para os instrumentos derivados de taxa (202,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, uma queda de 38 % em relação a 31 de dezembro de 2012).

DÉBITOS COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Os débitos com os estabelecimentos de crédito correspondem principalmente a empréstimos contraídos e, em menor escala, a contas à ordem e operações com acordo de recompra.

Os débitos com os estabelecimentos de crédito baixaram 24 % (-26,7 bilhões de euros) relativamente a 31 de dezembro de 2012 e ascenderam a 85 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Esta evolução provém essencialmente da diminuição dos empréstimos contraídos junto dos estabelecimentos de crédito de 27% (- 25 bilhões de euros a 68,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013), e também da diminuição das operações com acordo de recompra de - 18% (- 1,4 bilhões de euros a 6,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013) e da ligeira queda das contas à ordem para atingir 9,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 9,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

DÉBITOS COM A CLIENTELA

Os débitos com a clientela correspondem principalmente às contas à ordem credoras, às contas a prazo e às contas poupança com taxa administrada assim como a operações com acordo de recompra.

Os débitos com a clientela ascenderam a 557,9 bilhões de euros, um aumento de 3% (+ 18,4 bilhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2012 com 539,5 bilhões de euros). Esta evolução resulta do aumento das contas à ordem credoras de + 9 % (+ 23,5 bilhões de euros com 283,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013) e das contas poupança à taxa administrada de + 5 % (+ 5,7 bilhões de euros com 128,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013).

Este aumento é parcialmente compensado pela redução das operações com acordo de recompra de 28 % (- 2 bilhões de euros com 5,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013) e pela das contas a prazo e assimilados de - 6% com 140,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários estão em queda de 5 bilhões de euros, com 3,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 8,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta evolução explica-se principalmente pelo impacto da aquisição por parte do Estado belga no BNP Paribas Fortis ((- 4,2 bilhões de euros) e da

DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO

Esta categoria reúne Títulos de Crédito Negociáveis e empréstimos contraídos obrigacionistas mas não inclui os débitos representados por um título em valor de mercado ou de modelo por resultado (ver nota 5.a das demonstrações financeiras consolidadas). Os débitos representados por um título aumentaram 6%, passando de 173,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 com 183,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Esta nítida evolução resulta de um aumento Títulos de crédito negociáveis de 9 % com 169,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de uma descida de 18 % dos empréstimos obrigacionistas com 14,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

DÍVIDAS SUBORDINADAS

As dívidas subordinadas contabilizadas ao custo amortizado diminuiram 21 % com 12 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 15,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

PROVISÕES TÉCNICAS DAS COMPANHIAS DE SEGUROS

As provisões técnicas das companhias de seguros aumentaram 5 % relativamente a 31 de dezembro de 2012, ascendendo a 155,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 148,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Este aumento explica-se principalmente pela subida das provisões técnicas ligadas à atividade de seguros de vida.

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E PASSIVOS DIVERSOS

As contas de regularização e passivos diversos abrangem: os depósitos de garantia recebidos, as contas de pagamento relativas às operações sobre títulos, as contas de recebimento, os encargos a pagar e proveitos verificados com antecedência assim como os outros credores e passivos diversos. Baixaram 9 %, passando de 86,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 com 78,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

liquidação de BNPP Capital

Preferred VI LLC e de BNPP Capital Trust LLC 6 (- 0,7 bilhões de euros).

CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARTE DO GRUPO

Os capitais próprios consolidados parte do grupo do BNP Paribas (antes da distribuição do dividendo) ascendem a 87,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 85,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 2,2 bilhões de euros motivado principalmente pelo resultado líquido, parte do Grupo, de 4,8 bilhões de euros no âmbito do exercício de 2013 e do dividendo pago no âmbito do

resultado do exercício 2012 para - 1,9 bilhões de euros. As variações de ativos e passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios registam uma variação de - 1,3 bilhão de euros, devido essencialmente às variações das paridades monetárias.

COMPROMISSOS EXTRAPATRIMONIAIS

COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO

Os compromissos de financiamento dados à clientela cobrem essencialmente as aberturas de créditos documentários e de créditos confirmados e os compromissos relativos às operações com acordo de recompra entre a data da operação e a data de valor. Diminuíram 20 % com 211,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Os compromissos de financiamento atribuídos aos estabelecimentos de crédito diminuiram 89% com 5,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e aqueles atribuídos aos clientes baixaram 4% com 206,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Os compromissos de financiamento recebidos são essencialmente constituídos por letras de crédito on first demand (ditas «StandBy») e compromissos relativos às operações com acordo de recompra. Os compromissos de financiamento recebidos diminuíram 26 % com 92,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 125,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Esta diminuição resulta da baixa dos compromissos recebidos dos clientes (- 54 % com 2,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013)

assim como a dos estabelecimentos de crédito (89,8 bilhões de euros em 31 de dezembro 2013 contra 119,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012, ou seja uma queda de 25 %).

As operações de acordo de recompra e de revenda de títulos da carteira de transação, representadas entre a data de transação e a data de entrega como compromissos de financiamento dados e recebidos em 31 de dezembro de 2012 para respetivamente 51,2 bilhões de euros e 70,1 bilhões de euros, são doravante apresentados como instrumentos derivados de taxas.

COMPROMISSOS DE GARANTIA

Os compromissos firmados por assinatura aumentaram 1 % com 92,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (contra 91,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012); este aumento provem principalmente dos compromissos de garantia dados de ordem dos estabelecimentos de crédito (+ 7 % com 12,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013), os compromissos de garantia dados de ordem da clientela permaneceram estáveis.

3.4 Demonstração de Resultados

RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012	Varição (2013/2012)
Margem de juros	20 596	21 745	- 5 %
Proveitos líquidos de comissões	7 178	7 532	- 5 %
Proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado	4 581	3 312	38 %
Proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado	1 665	1 624	3 %
Proveitos e encargos das outras atividades	4 802	4 859	- 1 %
RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO	38 822	39 072	- 1 %

GENERALIDADES

A descida de 1% do resultado líquido bancário do Grupo entre 2013 e 2012 resulta principalmente da diminuição de 5% da margem de juros assim como uma diminuição de 5% dos resultados líquidos de comissões. Esta descida é em parte compensada por um aumento dos proveitos líquidos sobre ativos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado.

MARGEM DE JUROS

O posto «Margem de lucros» inclui os resultados e encargos de juros líquidos ligados às operações com a clientela, às operações interbancárias, aos títulos de crédito emitidos pelo Grupo, aos instrumentos de cobertura de resultados futuros, aos instrumentos de cobertura das carteiras de negócio cobertas em taxa, à carteira de negociação (títulos de rendimento fixo, operações com acordo de recompra, operações de empréstimos concedidos/empréstimos contraídos e débitos representados por um título), aos ativos disponíveis para venda e aos ativos detidos até ao vencimento.

Mais precisamente, o posto «Margem de juros» inclui:

- os proveitos líquidos de juros relativos aos empréstimos concedidos e créditos, incluindo os juros assim como os custos de transação e os encargos e comissões incluídos no valor inicial do empréstimo concedido: são calculados segundo o método da taxa de juro efetiva e que são contabilizados em demonstração de resultado sobre a duração do empréstimo concedido;
- os proveitos líquidos de juro relativos aos títulos de rendimento fixo detidos nas carteiras classificadas na categoria «ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado» para a parte dos juros contratuais corridos e na categoria «ativos financeiros disponíveis para venda» para a parte dos juros determinada segundo o método da taxa de juro efetiva;
- os proveitos de juro relativos aos ativos detidos até ao vencimento, constituídos pelos títulos de rendimento fixo ou determinável e com vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento;
- os proveitos líquidos de juros relativos às coberturas de resultados futuros, que são utilizados nomeadamente para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa variável. As variações de valor das coberturas de resultados futuros são registadas em capitais próprios.

Os montantes inscritos em capitais próprios durante o período de vida da cobertura são transferidos para a demonstração de resultados sob a rubrica «Proveitos e encargos de juros e assimilados» à medida do registo na demonstração de resultado dos proveitos e encargos relativos aos instrumentos cobertos.

Os proveitos e encargos de juro sobre os derivados de cobertura de valor são apresentados com os juros dos elementos para os quais contribuem à cobertura dos riscos. Da mesma forma, os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura económica das operações designadas em valor de mercado ou de modelo por resultado estão ligados às rubricas que registam os juros destas operações.

Mais geralmente, os principais fatores com impacto sobre o nível da margem de juros são os volumes relativos dos ativos portadores de juros e da dívida assim como a diferença entre a taxa de empréstimo contraído e a taxa de financiamento. A margem de juro é igualmente afetada pelas operações de cobertura e, em menor escala, pelas flutuações das taxas de câmbio.

Os volumes de ativos portadores de juros e de débitos submetidos a juros variam em função de vários fatores, além das condições gerais de mercado e do crescimento interno ou externo das atividades de crédito do Grupo. Um desses fatores é a combinação de atividades do Grupo e em particular as proporções relativas de capital concedido às atividades geradoras de juros por oposição às atividades geradoras de comissões.

O outro fator principal com um impacto sobre a margem de juros é a diferença entre a taxa de empréstimo contraído e a taxa de financiamento, sendo ela própria influenciada por vários fatores. Estes compreendem as taxas de financiamento dos bancos centrais (que influenciam tanto o rendimento dos ativos portadores de juros como as taxas pagas sobre as fontes de financiamento, mas não necessariamente de forma linear e simultânea), a proporção das fontes de financiamento que representam os depósitos não remunerados dos clientes, as decisões tomadas pelo governo de aumentar ou reduzir as taxas de remuneração das contas poupança regulamentadas, o ambiente concorrencial, os pesos relativos dos diferentes produtos portadores de juros do Grupo, cujas margens tipo diferem devido a diferenças de ambiente concorrencial, e a estratégia de cobertura do Banco assim como o tratamento contabilístico das operações de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2013, a margem de juros diminuiu 5% em relação a 31 de dezembro de 2012 e ascende a 20 596 milhões de euros. Esta variação resulta principalmente de uma descida de 15% dos resultados relativos aos títulos com rendimento fixo avaliados conforme o valor de mercado por resultado que ascendem a 1 221 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 1 438 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, e de uma diminuição dos resultados líquidos das operações com os clientes (17 082 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 19 718 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Por outro lado, os encargos líquidos relativos aos empréstimos contraídos emitidos pelo Grupo diminuíram 35%, passando de - 3 445 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para - 2 232 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

RESULTADOS LÍQUIDOS DE COMISSÕES

Os resultados líquidos de comissões cobrem as comissões sobre as operações no mercado interbancário e no mercado monetário, as operações com a clientela, as operações sobre títulos, as operações de câmbio e de arbitragem, os compromissos sobre títulos, os instrumentos financeiros a prazo e os serviços financeiros. Os resultados líquidos de comissões estão em queda; estes passam de 7 532 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 7 178 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

Este posto reúne todos os elementos de resultado (à exceção dos proveitos e encargos de juros, que constam da rubrica «Margem de juros», tal como descrito acima) aferentes aos instrumentos financeiros geridos no seio da carteira de negociação e aos instrumentos financeiros que o Grupo designou como avaliáveis em valor de mercado ou de modelo por resultado em conformidade com a opção oferecida pela norma IAS 39. Isto cobre as mais-valias e menos-valias de cedências, as mais-valias e menos-valias ligadas à avaliação pelo valor de mercado ou de modelo, assim como os dividendos dos títulos de rendimento variável.

Este posto inclui igualmente os proveitos ou perdas resultantes da ineficácia das coberturas de valor, de resultados futuros ou dos investimentos líquidos em divisas.

Os proveitos líquidos sobre os instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado ou de modelo por resultado aumentaram 38%, passando de 3 312 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 4 581 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. As mais-valias e menos-valias resultantes dos fluxos de compras e de vendas e das reavaliações de instrumentos financeiros, monetários ou derivados, devem ser avaliadas no seu conjunto de modo a refletir corretamente o resultado das atividades de mercado.

O aumento deste posto deve-se nomeadamente à variação dos proveitos líquidos realizados sobre os instrumentos avaliados em valor de mercado ou de modelo opção, essencialmente imputável ao risco emissor do Grupo BNP Paribas (que passa de uma perda de 1 617 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para uma perda de 435 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013). As outras componentes do resultado retirado sobre os elementos valorizados em valor de mercado por resultado opção compensam-se parcialmente com variações de valor dos instrumentos de capital que cobrem esses ativos.

A variação residual dos proveitos líquidos sobre carteiras de transação avaliadas em valor de mercado ou de modelo por resultado advém da combinação de um aumento dos instrumentos financeiros de capital e de uma diminuição dos proveitos líquidos sobre instrumento financeiros de câmbio.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO OU MODELO

Este posto compreende os ativos classificados na categoria dos ativos financeiros disponíveis para venda. As variações do valor de mercado (fora juros corridos) destes ativos são contabilizadas inicialmente sob a rubrica «Variação de ativos e de passivos contabilizados diretamente em capitais próprios». Aquando da cedência destes ativos ou da identificação de uma perda de valor, estes proveitos ou perdas latentes são constatados em demonstração de resultado sob a rubrica «Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado».

Este posto reúne igualmente os resultados de cedência dos outros ativos financeiros que não são avaliados em valor de mercado ou de modelo.

Os proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado ou de modelo aumentaram 41 milhões de euros entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013. Esta subida resulta de um aumento de 441 milhões de euros dos lucros líquidos sobre ativos financeiros com rendimento variável e de uma diminuição de 400 milhões de euros dos lucros líquidos sobre ativos financeiros com rendimento fixo.

PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES

Este posto compreende, entre outros, os proveitos líquidos da atividade de seguros, dos imóveis de investimento, das imobilizações em aluguer simples, das atividades de promoção imobiliária e dos outros proveitos. Os proveitos e encargos das outras atividades diminuíram 1 %, passando de 4 859 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 4 802 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Esta variação resulta principalmente de uma diminuição de - 149 milhões de euros dos proveitos líquidos dos imóveis de investimento e de uma diminuição de - 108 milhões de euros dos outros produtos líquidos parcialmente compensados por um aumento de 195 milhões de euros dos proveitos líquidos da atividade de seguros.

As principais componentes dos proveitos líquidos da atividade de seguros são: os prémios brutos adquiridos, as variações das provisões técnicas, os encargos das prestações dos contratos e as variações de valor dos ativos de suporte de contratos em unidades de conta. Os encargos das prestações dos contratos de seguros, e a variação do valor dos contratos financeiros (nomeadamente os contratos em unidades de conta). Os juros pagos sobre esses contratos são contabilizados na rubrica «Juros e encargos assimilados».

O aumento dos proveitos líquidos da atividade de seguros resulta principalmente do aumento dos prémios brutos adquiridos, passando de 19 813 milhões de euros em 2012 para 21 811 milhões de euros em 2013, parcialmente compensado pelo aumento do encargo de provisões técnicas, que passa de - 4 246 milhões de euros em 2012 para - 5 232 milhões em 2013 e pela diminuição do valor dos ativos suportes de contrato em unidades de conta, que passaram de um proveito líquido de 3 361 milhões de euros em 2012 para um proveito líquido de 2 768 milhões de euros em 2013. Quanto aos encargos das prestações dos contratos, também aumentaram, passando de - 15 267 milhões de euros em 2012 para - 15 532 milhões de euros em 2013.

ENCARGOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO E DOTAÇÕES ÀS AMORTIZAÇÕES E ÀS PROVISÕES

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾	Variação (2013/2012)
Encargos gerais de exploração	(24 556)	(25 000)	- 2 %
Dotações às amortizações e às depreciações das imobilizações	(1 582)	(1 543)	3 %
ENCARGOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO E DOTAÇÕES ÀS AMORTIZAÇÕES E ÀS PROVISÕES	(26 138)	(26 543)	- 2 %

(1) Dados tratados segundo a emenda à norma IAS 19.

Os encargos gerais de exploração e as dotações às amortizações e às provisões sofreram uma diminuição de 2%, passando de 26 543 milhões de euros em 2012 para 26 138 milhões de euros em 2013.

RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO

O Resultado bruto de exploração do Grupo a progrediu 1% com 12 684 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (contra 12 529 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) devido principalmente à descida do resultado líquido bancário (- 1 %), e a uma diminuição dos encargos gerais de exploração (- 2 %).

CUSTO DO RISCO

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (2013/2012)
Dotações líquidas às depreciações	(4 194)	(4 173)	1 %
Recuperações sobre créditos amortizados	569	714	- 20 %
Créditos incobráveis não cobertos por depreciações	(429)	(482)	- 11 %
DOTAÇÕES LÍQUIDAS TOTAIS ÀS PROVISÕES	(4 054)	(3 941)	3 %

Este posto cobre o encargo das depreciações constituídas a título do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do Grupo assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartes de instrumentos financeiros derivados negociados à vista.

O custo do risco do Grupo, com 4 054 milhões de euros, aumenta 3 % em relação a 2012.

O aumento do custo do risco em 2013 em relação a 2012 deve-se principalmente ao aumento de 2% das dotações líquidas às provisões das atividades de banca de retalho (Retail Banking), que ascende a 3 580 milhões de euros em 2013 (contra 3 505 milhões de euros em 2012), nomeadamente um aumento de 243 milhões de euros das dotações líquidas às provisões do BNL banca commerciale (dotação líquida de - 1 204 milhões de euros em 2013 contra - 961 milhões em 2012), parcialmente compensado pela diminuição das dotações líquidas às

provisões de BancWest, que ascendem a 54 milhões de euros em 2013 (contra uma dotação de 145 milhões de euros em 2012) e uma diminuição de 4% das dotações líquidas às provisões de Personal Finance (dotação de 1 430 milhões de euros em 2013, contra uma dotação de 1 497 milhões de euros em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, o montante total dos empréstimos concedidos e compromissos duvidosos líquidos de garantias ascende a 34 bilhões de euros (contra um montante de 33 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012), e as provisões atingem um total de 28 bilhões de euros (contra 28 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012). O rácio de cobertura é de 82% em 31 de dezembro de 2013 contra 83% em 31 de dezembro de 2012.

Para uma exposição mais pormenorizada das dotações líquidas às provisões por área de intervenção, consultar a secção Resultados por polo/área de intervenção.

RESULTADO DE EXPLORAÇÃO

As contas do Grupo incluem este ano uma provisão de 1,1 bilhão de dólares US, ou seja 798 milhões de euros, relativa revisão retrospectiva dos pagamentos em dólares US no que respeita a países sujeitos a sanções económicas dos Estados Unidos (ver nota 3.g das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013).

No total, o Resultado de exploração sofreu uma queda de 9% com 7 832 milhões de euros (contra 8 588 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾	Variação (2013/2012)
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO	7 832	8 588	- 9 %
Quota-parte do resultado líquido das sociedades por método de equivalência patrimonial	323	489	- 34 %
Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados	285	1 792	- 84 %
Variação de valor dos goodwill	(251)	(490)	- 49 %
Impostos sobre os lucros	(2 750)	(3 061)	- 10 %
Interesses minoritários	(607)	(754)	- 19 %
RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO	4 832	6 564	- 26 %

(1) Dados tratados de acordo com a emenda à norma IAS 19.

GENERALIDADES

O Resultado líquido, parte do Grupo, em 2013 sofre uma queda de 26% em relação a 2012.

QUOTA-PARTE DO RESULTADO LÍQUIDO NAS SOCIEDADES SEGUNDO O MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A quota-parte do resultado líquido das sociedades segundo o método de equivalência patrimonial diminuiu, passando de 489 milhões de euros em 2012 para 323 milhões de euros em 2013.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE OUTROS ATIVOS IMOBILIZADOS

Este posto cobre os resultados líquidos das cedências realizadas sobre as imobilizações corpóreas e incorpóreas utilizadas para a atividade, e das cedências realizadas sobre os títulos consolidados. Os proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados diminuíram, passando de 1 792 milhões de euros em 2012 (incluindo a mais valia obtida por ocasião da cedência de participação de 28,7 % na Klépierre SA por 1,7 bilhões de euros) com 285 milhões de euros em 2013 (incluindo a mais valia obtida por ocasião da cedência de Erbé por 120 milhões de euros).

VARIAÇÃO DE VALOR DOS GOODWILL

As variações dos Goodwill ascendem a - 251 milhões de euros em 2013 (dos quais - 186 milhões de euros de ajustamento da sobrevalorização do BNL banca commerciale) contra - 490 milhões de euros em 2012.

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo registou um encargo de impostos em sobre os lucros em 2013 de 2 750 milhões de euros, em queda relativamente ao montante de 3 061 milhões de euros registados em 2012.

INTERESSES MINORITÁRIOS

A quota-parte dos interesses minoritários no resultado líquido das sociedades consolidadas do Grupo baixou para - 607 milhões de euros em 2013 contra - 754 milhões de euros em 2012 devido nomeadamente à compra da parte do BNP Paribas Fortis detida pelo Estado belga.

3.5 Eventos recentes

PRODUTOS E SERVIÇOS

São regularmente propostos novos produtos e serviços aos clientes do BNP Paribas. Estão disponíveis informações nos Websites do Grupo, nomeadamente através de comunicados de imprensa acessíveis através do website www.invest.bnpparibas.com.

CRESCIMENTO EXTERNO E PARCERIAS

Não houve desde, por um lado, dia 13 de novembro de 2013, data de publicação do comunicado de imprensa relativo à cedência ao BNP Paribas da participação de 25% do capital do Estado belga no BNP Paribas Fortis por um montante de 3,25 bilhões de euros e, por outro lado, dia 5 de dezembro de 2013, data da publicação do comunicado de imprensa relativo ao anúncio da cedência ao BNP Paribas da participação de 98,5%

detida por Rabobank no Banco BGZ, nenhum evento significativo suscetível de constar nesta secção.

Os comunicados de imprensa estão disponíveis no website das relações com os investidores do BNP Paribas no seguinte endereço: www.invest.bnpparibas.com.

BNP PARIBAS E RBS CHEGAM A ACORDO NO QUE RESPEITA À CEDÊNCIA DE CERTOS ATIVOS E PASSIVOS DA ATIVIDADE DE PRODUTOS ESTRUTURADOS PARA INVESTIDORES PARTICULARES E DERIVADOS DE AÇÕES DO RBS

O comunicado de imprensa está disponível no website das Relações com os Investidores do BNP Paribas no seguinte endereço: www.invest.bnpparibas.com.

3.6 Perspetivas

PLANO 2014-2016

O plano de desenvolvimento 2014-2016 do Grupo confirma a escolha do modelo de banco universal em torno dos seus três pilares Retail Banking, ClB e Investment Solutions. Com atividades orientadas para os clientes, vendas cruzadas entre as áreas de intervenção e uma boa diversificação dos riscos, este modelo demonstrou a sua resiliência durante a crise. Constitui sem dúvida um trunfo no novo ambiente: em complemento à base sólida de banca de retalho na Europa, as atividades de mercado têm o tamanho crítico que permite acompanhar as evoluções do financiamento da economia provocadas pelas novas regulamentações, as áreas de intervenção Investment Solutions recolhem poupança e geram liquidez e o grupo estende a sua presença nas zonas com maior potencial.

O plano de desenvolvimento 2014-2016 visa acompanhar os clientes num ambiente em evolução. Tem por objetivo uma rentabilidade dos fundos próprios superior ou igual a 10% em 2016 com uma taxa de distribuição de cerca de 45% sobre os Resultados 2014-2016 e um crescimento anual com dois números do lucro líquido por ação em média sobre o período 2013-2016⁽¹⁾.

O Grupo define cinco grandes eixos estratégicos para 2016:

REFORÇAR A PROXIMIDADE COM OS CLIENTES

Para os clientes particulares, o Grupo prosseguirá o desenvolvimento da inovação digital, tal como ilustrado pelo recente arranque de Hello bank! na Alemanha, Bélgica, França e Itália, o lançamento de novas soluções de pagamento Online incluindo serviços de valor acrescentado para os consumidores e os profissionais como Paylib em França ou Sixdots na Bélgica, o desenvolvimento do «mobile banking» no BancWest e a presença reforçada de Personal Finance no e-commerce. O plano visa adaptar as redes de agências aos novos comportamentos dos clientes, com formatos de agências diferenciados e complementares, e a desenvolver uma relação com os clientes omnicanal, móvel, em tempo real e multidoméstica. O Grupo prosseguirá ainda o forte crescimento da Banca Privada a partir de redes de Domestic Markets e de International Retail Banking, desenvolvendo nomeadamente a clientela de empreendedores.

Reforçará a sua presença e os seus serviços junto da clientela das empresas apoiando-se no seu dispositivo europeu e mundial (presença em 78 países, rede de 216 centros de negócios no mundo reunidos no quadro de One Bank for Corporates) e a sua posição de nº 4 mundial no cash management. O Grupo continuará ainda a desenvolver a abordagem Originate to Distribute reforçando nomeadamente as plataformas de emissão e de distribuição de dívidas.

Para a clientela dos institucionais, o Grupo implementará uma abordagem mais coordenada através nomeadamente de uma

abordagem próxima entre as áreas de intervenção de mercado, a área de intervenção Títulos e Investment Partners, da definição de novas soluções para os clientes e da partilha de plataformas operacionais.

Para todos os clientes, agir como banco responsável é uma prioridade do Grupo que estabeleceu neste domínio uma Carta de responsabilidade desde 2012 e fixou objetivos quantitativos para 2015 e 2016 de responsabilidade social e ambiental (RSE).

SIMPLES: SIMPLIFICAR A NOSSA ORGANIZAÇÃO E OS Nossos MODOS DE FUNCIONAMENTO

O plano visa simplificar a organização e os modos de funcionamento do Grupo clarificando os papéis e as responsabilidades para acelerar a tomada de decisão e melhorar o trabalho colaborativo graças às ferramentas digitais. No total, serão lançadas mais de 420 iniciativas neste domínio.

EFICIÊNCIA: PROSSEGUIR A MELHORIA DA EFICÁCIA OPERACIONAL

O programa de melhoria da eficácia operacional conheceu um arranque rápido em 2013: as economias de custos ascenderam a 0,8 bilhões de euros para custos de transformação de 0,66 bilhões de euros.

O plano é revisto em alta e estendido a um objetivo de economias recorrentes de 2,8 bilhões de euros a partir de 2016 (+ 800 milhões de euros relativamente ao plano inicial) para custos de transformação de 2,0 bilhões de euros repartidos de 2013 a 2015 (+ 500 milhões de euros relativamente ao plano inicial). As economias serão repartidas em 63% no Retail Banking, 24 % no ClB, e 13% no Investment Solutions.

ADAPTAR CERTAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO AO SEU AMBIENTE ECONÓMICO E REGULAMENTAR

O Grupo prosseguirá a adaptação do BNL bc ao contexto económico. Para os clientes particulares, o banco digital será desenvolvido, os formatos de agência adaptados e o crescimento da banca privada ativamente prosseguida. Para os clientes das empresas, a abordagem comercial será mais centrada nos segmentos com valor acrescentado (empresas exportadoras por exemplo), apoiando-se nomeadamente numa oferta diferenciada relativamente aos concorrentes. O Grupo continuará a melhorar a sua eficácia operacional em Itália com a implementação de plataformas comuns às diferentes áreas de intervenção. O objetivo é de colocar o RONE do BNL bc em 15 %⁽²⁾ em finais de 2016.

(1) Fora elementos excecionais.

(2) Em Basileia 3, antes do imposto.

Nos mercados de capitais, o plano visa prosseguir a adaptação das áreas de intervenção ao novo ambiente regulamentar e a melhorar a eficácia operacional. O Grupo apoiar-se-á nas suas posições de líder nestas áreas de intervenção estratégicas num contexto de desintermediação do crédito. A oferta de produtos será mais diferenciada e os processos industrializados para os produtos de fluxo. O objetivo é o de colocar o RONE dos mercados de capitais em mais de 20%⁽¹⁾ em finais de 2016.

No Investments Partners, cujo plano já foi apresentado em 2013, o objetivo é o de se apoiar na qualidade reconhecida da gestão para relançar a recolha com três eixos de desenvolvimento prioritários: os clientes institucionais; a Ásia-Pacífico e os mercados emergentes; as plataformas e redes de distribuição para os clientes particulares.

PROMOVER INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO BEM SUCEDIDAS

O Grupo implementará iniciativas de desenvolvimento geográfico e por área de intervenção apoiando-se em posições já sólidas.

Planos geográficos para coordenar e acelerar o desenvolvimento das áreas de intervenção

Na Ásia-Pacífico, cujo plano já foi apresentado em inícios de 2013, o Grupo, que é hoje um dos bancos internacionais mais bem posicionados nesta região, prosseguirá o seu desenvolvimento com o objetivo de colocar os rendimentos de CIB e Investments Solutions em mais de 3 bilhões de euros em 2016. O plano conhece um arranque promissor com um aumento dos rendimentos este ano de 24,4% relativamente ao ano passado.

Para o CIB na América do Norte, o plano visa consolidar a presença do BNP Paribas num mercado incontornável, dinamizando as atividades com as grandes empresas e os clientes institucionais, reforçando as relações com os investidores, adaptando o modelo à evolução das infraestruturas de mercado e desenvolvendo as vendas cruzadas com os clientes de BancWest.

Na Alemanha, mercado-alvo para o crescimento do Grupo na Europa e cujo plano de desenvolvimento já foi lançado em 2013, o Grupo aumentará fortemente os depósitos dos particulares através de Hello bank!, reforçará o seu posicionamento nos clientes das empresas e acelerará o desenvolvimento das suas posições fortes nas áreas de intervenção especializadas.

O Grupo prosseguirá por fim o seu desenvolvimento a médio prazo na Turquia onde dispõe de uma presença multiáreas de intervenção favorecendo as vendas cruzadas. O Grupo visa um desenvolvimento centrado na clientela com potencial (banca privada, mass affluent, empresas) e prosseguirá a dinâmica de melhoria do coeficiente de exploração.

Prosseguir o desenvolvimento de áreas de intervenção especializadas líderes no seu setor

Personal Finance, nº 1 do crédito ao consumo na Europa, com uma presença mundial em 20 países, capitalizará sobre o seu reconhecido *savoir-faire* para dar continuidade ao seu desenvolvimento internacional e o dos seus parceiros estratégicos. A área de intervenção acelerará ainda o desenvolvimento da oferta digital, do financiamento automóvel, da previdência e da recolha de poupança.

A área de intervenção Seguros, nº 11 na Europa, com uma presença mundial em 37 países, prosseguirá o seu desenvolvimento internacional através de parcerias, em especial na Ásia e na América do Sul. A área de intervenção aumentará a parte dos produtos de proteção e melhorará a sua eficácia operacional.

Securities Services, nº 1 europeu e nº 5 mundial, com uma presença em 34 países, apoiar-se-á nas suas posições fortes para prosseguir o seu crescimento. A área de intervenção tirará partido das oportunidades ligadas ao novo quadro regulamentar, desenvolverá as sinergias com o CIB em matéria de produtos e de cobertura clientes, acelerará o crescimento orgânico e melhorará a sua eficácia operacional.

Também são lançados planos de desenvolvimento ambiciosos na Arval, Leasing Solutions e Real Estate.

INFORMAÇÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS

As Informações sobre as tendências (Condições macroeconómicas e Legislação e regulamentações aplicáveis às instituições financeiras) estão descritas na parte relativa aos principais riscos do ano de 2013 do capítulo Risco e adequação dos fundos próprios.

(1) Em Basileia 3, antes do imposto.

3.7 Estrutura financeira

O balanço do Grupo é muito sólido.

O rácio «common equity Tier 1 de Basileia 3 pleno⁽¹⁾» ascende a 10,3 % em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 40 pb em relação a 31 de dezembro de 2012 devido principalmente à reserva do resultado líquido do ano após ter tomado em consideração de uma taxa de distribuição de 40,8%, os outros efeitos compensando-se mutuamente. Ilustra o nível muito elevado de solvabilidade do Grupo no âmbito das novas regulamentações.

O rácio de alavanca de Basileia 3 pleno⁽²⁾, calculado sobre o conjunto dos fundos próprios «Tier 1», ascende a 3,7% em 31 de dezembro de 2013, para lá do limiar regulamentar de 3,0 % aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018.

As reservas de liquidez e de ativos disponíveis instantaneamente ascendem a 247 bilhões de euros (contra 221 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012) e representam 154% dos recursos de mercado a curto prazo, ou seja uma margem de manobra de mais de um ano.

(1) Tendo em conta o conjunto das regras da CRD 4 sem disposição transitória.

(2) Em Basileia 3, antes de imposto

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 ESTABELECIDAS DE ACORDO COM AS NORMAS CONTABILÍSTICAS IFRS ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

4.1	Demonstração de resultados do exercício 2013	124
4.2	Demonstração do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos diretamente contabilizados em capitais próprios	125
4.3	Balanço em 31 de dezembro de 2013	126
4.4	Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2013	127
4.5	Quadro de passagem dos capitais próprios de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013	128
4.6	Notas anexas às demonstrações financeiras estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União europeia	130
Nota 1	Resumo dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo	130
1.a	Normas contabilísticas aplicáveis	130
1.b	Princípios de consolidação	130
1.b.1	Perímetro de consolidação	130
1.b.2	Métodos de consolidação	131
1.b.3	Regras de consolidação	131
1.b.4	Reagrupamentos de empresas e avaliação dos goodwill	132
1.c	Ativos e passivos financeiros	133
1.c.1	Créditos	133
1.c.2	Contratos de poupança e de empréstimos concedidos regulamentados	133
1.c.3	Títulos	134
1.c.4	Operações em divisas	135
1.c.5	Depreciação e reestruturação dos ativos financeiros	135
1.c.6	Reclassificações de ativos financeiros	136
1.c.7	Títulos de dívida emitidos	136
1.c.8	Ações próprias e derivados sobre ações próprias	137
1.c.9	Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura	137
1.c.10	Estipulação do valor de mercados	138
1.c.11	Ativos et passivos financeiros contabilizados em valor de mercado por resultado sobre opção	139
1.c.12	Rendimentos e encargos relativos aos ativos e passivos financeiros	139
1.c.13	Custo do risco	139

1.c.14	Desreconhecimento de ativos ou de passivos financeiros	139
1.c.15	Compensação dos ativos e passivos financeiros	139
1.d	Normas contabilísticas próprias às atividades de seguros	139
1.d.1	Ativos	139
1.d.2	Passivos	139
1.d.3	Demonstração de resultados	140
1.e	Imobilizações	140
1.f	Contratos de locação	141
1.f.1	A empresa do Grupo é o locador do contrato de aluguer	141
1.f.2	A empresa do Grupo é locatária do contrato de aluguer	141
1.g	Ativos não correntes detidos com vista à venda e atividades abandonadas	142
1.h	Vantagens beneficiando o pessoal	142
1.i	Pagamentos à base de ações	143
1.j	Provisões de passivo	143
1.k	Imposto corrente e diferido	143
1.l	Quadro dos fluxos de tesouraria	144
1.m	Utilização de estimativas na preparação das demonstrações financeiras	144
Nota 2	Efeito da aplicação retrospectiva da emenda à norma IAS 19	145
Nota 3	Notas relativas à demonstração de resultados do exercício 2013	147
3.a	Margem de juros	147
3.b	Comissões	147
3.c	Proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado	148
3.d	Proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado	148
3.e	Proveitos e encargos das outras atividades	149
3.f	Custo do risco	149
3.g	Provisão relativa a pagamentos dólares US no que respeita a países sujeitos às sanções americanas	150
3.h	Imposto sobre os lucros	151
Nota 4	Informações sectoriais	151
Nota 5	Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2013	154
5.a	Ativos, passivos e instrumentos financeiros derivados em valor de mercado por resultado	154
5.b	Instrumentos financeiros derivados para uso de cobertura	155
5.c	Ativos financeiros disponíveis para venda	156
5.d	Medição do valor de mercado dos instrumentos financeiros	157
5.e	Reclassificação de instrumentos financeiros inicialmente contabilizados em valor de mercado por resultado para fins de transação ou em ativos disponíveis para venda	166
5.f	Operações interbancárias, créditos e débitos sobre estabelecimentos de crédito	167
5.g	Empréstimos concedidos, créditos e débitos sobre a clientela	167
5.h	Ativos apresentando incumprimentos e ativos duvidosos	169
5.i	Títulos de dívida e dívidas subordinadas	171
5.j	Ativos financeiros detidos até ao vencimento	174

5.k	Impostos correntes e diferidos	175
5.l	Contas de regularização, ativos e passivos diversos	176
5.m	Participações nas empresas segundo o método de equivalência patrimonial	177
5.n	Imobilizações de investimento e de exploração	178
5.o	Goodwill	179
5.p	Provisões técnicas das companhias de seguros	182
5.q	Provisões para riscos e encargos	183
5.r	Compensação dos ativos e passivos financeiros	184
5.s	Transferências de ativos financeiros	187
Nota 6	Compromissos de financiamento e de garantia	188
6.a	Compromissos de financiamento dados ou recebidos	188
6.b	Compromissos de garantia dados por assinatura	188
6.c	Outros compromissos de garantia	188
Nota 7	Remuneração e vantagens concedidas ao pessoal	189
7.a	Encargos com pessoal	189
7.b	Vantagens posteriores ao emprego	189
7.c	Outras vantagens a longo prazo	195
7.d	Indemnizações de fim de contrato de trabalho	195
7.e	Pagamentos à base de ações	195
Nota 8	Informações complementares	200
8.a	Evolução do capital e resultado por ação	200
8.b	Perímetro de consolidação	203
8.c	Variação por parte do Grupo e pelos acionistas minoritários no capital e nas reservas das filiais	213
8.d	Reagrupamento de empresas e perda de controle	214
8.e	Remunerações e vantagens sociais beneficiando os mandatários sociais	214
8.f	Relações com as outras partes ligadas	215
8.g	Calendário por maturidade	217
8.h	Valor de mercado dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	219
8.i	Passivo eventual: processos judiciais e de arbitragem	219
8.j	Honorários dos Revisores oficiais de contas	220
4.7	Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre os resultados consolidados	222

As Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BNP Paribas são relativas aos dois exercícios 2013 e 2012. Em conformidade com o artigo 20.1 do anexo I do regulamento europeu Prospectus (regulamento EU 809/2004), esclarece-se que o exercício 2011 pode ser consultado no Documento de referência depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 8 de março de 2013 sob o número D.13-0115.

4.1 Demonstração de resultados do exercício 2013

Em milhões de euros	Notas	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
Juros e proveitos assimilados	3.a	38 955	44 476
Juros e encargos assimilados	3.a	(18 359)	(22 731)
Comissões (produtos)	3.b	12 301	12 601
Comissões (encargos)	3.b	(5 123)	(5 069)
Proveitos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor de mercado por resultado	3.c	4 581	3 312
Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado	3.d	1 665	1 624
Proveitos das outras atividades	3.e	34 350	33 720
Encargos das outras atividades	3.e	(29 548)	(28 861)
RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO		38 822	39 072
Encargos com o pessoal	7.a	(14 842)	(15 248)
Outros encargos gerais de exploração		(9 714)	(9 752)
Dotações para amortizações e depreciações das imobilizações corpóreas e incorpóreas	5.n	(1 582)	(1 543)
RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO		12 684	12 529
Custo do risco	3.f	(4 054)	(3 941)
Provisão relativa a pagamentos em dólares US no que respeita a países sujeitos às sanções americanas	3.g	(798)	-
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO		7 832	8 588
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial		323	489
Proveitos líquidos sobre ativos imobilizados		285	1 792
Goodwill	5.o	(251)	(490)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO		8 189	10 379
Imposto sobre os lucros	3.h	(2 750)	(3 061)
RESULTADO LÍQUIDO		5 439	7 318
Dos quais interesses minoritários		607	754
RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO		4 832	6 564
Resultado por ação	8.a	3,69	5,17
Resultado diluído por ação	8.a	3,68	5,16

(1) Dados tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

4.2 Demonstração do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos diretamente contabilizados em capitais próprios

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
Resultado líquido	5 439	7 318
Variações de ativos e passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios	(1 376)	5 403
Elementos podendo ser reportados ao resultado	(1 711)	5 513
Variações de valor dos elementos relativos às paridades monetárias	(1 228)	109
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo os que foram reclassificados em empréstimos concedidos e créditos	1 308	4 761
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para a venda, incluindo os reclassificados em empréstimos concedidos e créditos, reportadas ao resultado do período	(646)	(284)
Variações de valor diferidas dos instrumentos derivados de cobertura	(836)	559
Variações de valor dos instrumentos derivados de cobertura, reportadas ao resultado do período	-	6
Variações de valor dos elementos relativos às empresas segundo o método de equivalência patrimonial	(309)	362
Elementos que não podem ser reportados ao resultado	335	(110)
Efeitos das revisões sobre os regimes de vantagens posteriores ao emprego	341	(105)
Variações de valor dos elementos relativos às empresas segundo o método de equivalência patrimonial	(6)	(5)
TOTAL ACUMULADO	4 063	12 721
Parte do Grupo	3 874	11 090
Parte dos minoritários	189	1 631

(1) Dados tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

4.3 Balanço em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de euros, em	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012 ⁽¹⁾
ATIVO			
Caixa, bancos centrais		101 066	103 190
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado			
Carteira de títulos de transação	5.a	157 740	143 465
Empréstimos contraídos e operações com acordo de recompra	5.a	145 308	146 899
Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção	5.a	67 230	62 800
Instrumentos financeiros derivados	5.a	301 409	410 635
Instrumentos financeiros derivados de cobertura		8 426	14 267
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	203 413	192 506
Empréstimos contraídos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito	5.f	50 487	40 406
Empréstimos contraídos e créditos sobre a clientela		617 161	630 520
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas		3 657	5 836
Ativos financeiro detidos até à maturidade	5.j	9 881	10 284
Ativos de impostos correntes e diferidos	5.k	9 048	8 732
Contas de regularização e ativos diversos	5.l	89 105	99 207
Participações nas empresas segundo o método de equivalência patrimonial	5.m	5 747	7 031
Imóveis de investimento	5.n	713	927
Imobilizações corpóreas	5.n	17 177	17 319
Imobilizações incorpóreas	5.n	2 577	2 585
Goodwill	5.o	9 994	10 591
TOTAL ATIVO		1 800 139	1 907 200
DÉBITOS			
Bancos centrais		661	1 532
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado			
Carteira de títulos de transação	5.a	69 803	52 432
Empréstimos contraídos e operações com acordo de recompra	5.a	195 934	203 063
Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção	5.a	45 329	43 530
Instrumentos financeiros derivados	5.a	297 081	404 598
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	5.b	12 289	17 286
Débitos com estabelecimentos de crédito	5.f	85 021	111 735
Débitos com a clientela	5.g	557 903	539 513
Débitos representados por um título	5.i	183 507	173 198
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas		924	2 067
Passivos de impostos correntes e diferidos	5.k	2 632	2 943
Contas de regularização e passivos diversos	5.l	78 676	86 691
Provisões técnicas das companhias de seguros	5.p	155 226	147 992
Provisões para riscos e encargos	5.q	11 963	11 380
Dívidas subordinadas	5.i	12 028	15 223
TOTAL DÍVIDAS		1 708 977	1 813 183
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital e reservas		80 824	75 654
Resultado do exercício, parte do Grupo		4 832	6 564
Total capital, reservas consolidadas e resultados do período, parte do Grupo		85 656	82 218
Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios		1 935	3 226
Total parte do Grupo		87 591	85 444
Reservas e resultado dos minoritários		3 579	8 161
Variações de ativos e passivos diretamente contabilizados em capitais próprios		(8)	412
Total interesses minoritários		3 571	8 573
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS		91 162	94 017
TOTAL PASSIVO		1 800 139	1 907 200

(1) Dados tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

4.4 Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2013

Em milhões de euros	Notas	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
Resultado antes do imposto		8 189	10 379
Elementos não monetários incluídos no resultado líquido antes de impostos e outros ajustamentos fora resultado		9 389	8 533
Dotações líquidas às amortizações das imobilizações corpóreas e incorpóreas		3 490	3 663
Dotações líquidas das outras imobilizações e depreciação dos goodwill		167	493
Dotações líquidas às provisões		10 908	6 997
Quota-parte de resultado ligada às empresas segundo o método de equivalência patrimonial		(323)	(489)
Encargos (proveitos) líquidos das atividades de investimento		86	(1 783)
Encargos (proveitos) líquidos das atividades de financiamento		(90)	217
Outros movimentos		(4 849)	(565)
Aumento (diminuição) líquido ligado aos ativos e passivos resultando das atividades operacionais		(7 176)	38 424
Diminuição líquida ligada à operações com os estabelecimentos de crédito		(33 538)	(22 052)
Aumento líquido ligado às operações com os clientes		44 366	47 028
Aumento (diminuição) líquido ligado às operações afetando os outros ativos ou passivos financeiros		(13 004)	17 890
Diminuição líquida ligada às operações afetando os ativos ou passivos não financeiros		(2 135)	(2 455)
Impostos pagos		(2 865)	(1 987)
AUMENTO LÍQUIDO DA TESOURARIA GERADO PELA ATIVIDADE OPERACIONAL		10 402	57 336
Aumento (diminuição) líquido ligado aos ativos financeiros e às participações		(482)	2 911
Diminuição líquida ligada às imobilizações corpóreas e incorpóreas		(1 501)	(1 631)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DA TESOURARIA LIGADA ÀS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO		(1 983)	1 280
Aumento (diminuição) de tesouraria ligado às operações realizadas com os acionistas		(2 234)	543
Diminuição de tesouraria resultando das outras atividades de financiamento		(3 506)	(8 246)
DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DA TESOURARIA LIGADA ÀS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO		(5 740)	(7 703)
EFEITO DA VARIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO SOBRE A TESOURARIA E ASSIMILADA		(4 776)	(1 035)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DA TESOURARIA		(2 097)	49 878
Saldo das contas de tesouraria e assimilada à abertura do período		100 207	50 329
Contas ativas de caixa, bancos centrais		103 190	58 382
Contas passivas de bancos centrais		(1 532)	(1 231)
Empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito	5.f	8 665	12 099
Empréstimos junto dos estabelecimentos de crédito	5.f	(9 840)	(18 308)
Dedução dos créditos e dos débitos ligados às contas de tesouraria e assimilada		(276)	(613)
Saldo das contas de tesouraria e assimilada ao fecho do período		98 110	100 207
Contas ativas de caixa, bancos centrais		101 066	103 190
Contas passivas de bancos centrais		(661)	(1 532)
Empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito	5.f	7 392	8 665
Empréstimos junto dos estabelecimentos de crédito	5.f	(9 536)	(9 840)
Dedução dos créditos e dos débitos ligados às contas de tesouraria e assimilada		(151)	(276)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DOS SALDOS DAS CONTAS DE TESOURARIA E ASSIMILADA		(2 097)	49 878

(1) Dados tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

4.5 Quadro de passagem dos capitais próprios

Em milhões de euros	Capital e reservas			
	Parte do Grupo			
	Capital e reservas ligadas	Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada	Reservas não distribuídas	Total
Situação em 31 de dezembro de 2011 (antes da emenda IAS 19)	25 678	7 261	43 825	76 764
Efeitos da aplicação retroativa da emenda a IAS 19			(354)	(354)
Situação em 1 de janeiro de 2012 ⁽¹⁾	25 678	7 261	43 471	76 410
Afetação do resultado do exercício 2011			(1 430)	(1 430)
Aumento de capital e emissões	1 153			1 153
Redução de capital	(378)			(378)
Movimentos sobre títulos próprios	268	(20)	(46)	202
Operações resultando de planos de pagamento em ações			72	72
Remuneração das preferred shares e dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada			(280)	(280)
Operações internas afetando as ações minoritárias (nota 8.c)			8	8
Movimentos de perímetro afetando os interesses minoritários				
Operações de aquisição de participações complementares ou de cessão parcial (nota 8.c)				
Variação dos compromissos de recompra de participação aos acionistas minoritários			5	5
Outras variações	(7)		(7)	(14)
Variações de ativos e passivos diretamente contabilizados em capitais próprios ⁽¹⁾			(94)	(94)
Resultado líquido em 31 de dezembro de 2012			6 564	6 564
Adiantamentos distribuídos sobre o resultado do exercício				
Situação em 31 de dezembro de 2012 ⁽¹⁾	26 714	7 241	48 263	82 218
Afetação do resultado do exercício 2012			(1 863)	(1 863)
Aumentos de capital e emissões	108			108
Redução de capital		(649)	(1)	(650)
Movimentos sobre títulos próprios	(9)	22	(90)	(77)
Operações resultando de planos de pagamento em ações			49	49
Remuneração das preferred shares e das TSSDI			(266)	(266)
Operações internas afetando os acionistas minoritários (nota 8.c)			78	78
Movimentos de perímetro afetando os interesses minoritários			(16)	(16)
Operações de aquisição de participações complementares ou de cessão parcial (nota 8.c)			911	911
Variação dos compromissos de recompra de participação aos acionistas minoritários			(1)	(1)
Outras variações	(1)		1	
Variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios			333	333
Resultado líquido em 31 de dezembro de 2013			4 832	4 832
Adiantamentos distribuídos sobre o resultado do exercício				
Situação em 31 de dezembro de 2013	26 812	6 614	52 230	85 656

(1) Dados tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013

Capital e reservas			Variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios				Juros minoritários	Capitais próprios totais
Interesses minoritários			Parte do Grupo					
Capital e reservas	Preferred shares elegíveis no Tier1	Total	Paridades monetárias	Ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e créditos reclassificados	Instrumentos derivados de cobertura	Total		
9 342	1 395	10 737	(445)	(2 196)	1 247	(1 394)	(481)	85 626
58		58						(296)
9 400	1 395	10 795	(445)	(2 196)	1 247	(1 394)	(481)	85 330
(236)		(236)						(1 666)
								1 153
(250)	(683)	(933)						(1 311)
10		10						212
								72
(86)		(86)						(366)
(11)		(11)						(3)
(2 027)		(2 027)						(2 027)
(4)		(4)						(4)
(15)		(15)						(10)
(76)	40	(36)						(50)
(16)		(16)	(56)	4 345	331	4 620	893	5 403
754		754						7 318
(34)		(34)						(34)
7 409	752	8 161	(501)	2 149	1 578	3 226	412	94 017
(171)		(171)						(2 034)
								108
	(712)	(712)						(1 362)
								(77)
								49
(42)		(42)						(308)
(83)		(83)						(5)
(15)		(15)						(31)
(4 161)		(4 161)						(3 250)
(8)		(8)						(9)
11		11						11
2		2	(1 386)	861	(766)	(1 291)	(420)	(1 376)
607		607						5 439
(10)		(10)						(10)
3 539	40	3 579	(1 887)	3 010	812	1 935	(8)	91 162

4.6 Notas anexas aos estados financeiros estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União europeia

Nota 1 RESUMO DOS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS APLICADOS PELO GRUPO

1.a NORMAS CONTABILÍSTICAS APLICÁVEIS

As contas consolidadas do grupo BNP Paribas são estabelecidas em conformidade com as normas contabilísticas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS), tais como foram adotadas no seio da União europeia ⁽¹⁾ Assim, certas disposições da norma IAS 39 relativa à contabilidade de cobertura foram excluídas, e as normas IFRS 10, 11, 12 e IAS 28 modificada relativas aos princípios de consolidação só são aplicáveis de maneira obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2014.

Nas contas consolidadas apresentadas a 31 de dezembro de 2013, o Grupo aplicou a emenda à IFRS 7 « Instrumentos financeiros: informações a disponibilizar – Compensação de ativos financeiros e de passivos financeiros » adotado pela União europeia a 29 de dezembro de 2012 (nota 5.r). Esta emenda não tem impacto sobre a avaliação e a contabilização das transações.

Desde 1 de janeiro de 2013, o Grupo aplica a norma IFRS 13 «Avaliação do justo valor» adoptada pela União europeia a 29 de dezembro de 2012, e regista doravante um ajustamento do valor de modelo dos instrumentos derivados no âmbito do seu risco de crédito próprio (nota 5.d).

Desde 1 de janeiro de 2013, o Grupo aplica a emenda a IAS 19 «Vantagens para o pessoal» adoptada em junho de 2012 pela União europeia: a dívida no âmbito dos compromissos de reforma constará do balanço do Grupo tendo em consideração as perdas atuariais que não tenham, à data, sido contabilizadas ou amortizadas. Esta emenda sendo de aplicação retrospectiva, as demonstrações financeiras comparativas em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012 foram novamente tratadas conforme apresentado na nota 2.

A entrada em vigor das outras normas de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2013 não teve efeitos sobre as demonstrações financeiras do exercício 2013.

O Grupo não antecipou a aplicação das novas normas, emendas e interpretações adotados pela União europeia quando a aplicação em 2013 é apenas objeto de uma opção.

A 29 de dezembro de 2012, a União europeia adotou as normas IFRS 10 « Demonstrações financeiras consolidadas », IFRS 11 «Parcerias» assim como a norma alterada IAS 28 « Participações em empresas associadas e das co-empresas », aplicáveis na Europa o mais tardar, aos exercícios abertos a partir de 1 de janeiro de 2014. A aplicação destas normas terá um impacto estimado de -13 bilhões de euros sobre o total do balanço do Grupo em 1 de janeiro de 2013, dos quais cerca de 6 bilhões de euros de aumento ligados à adoção de IFRS 10 e -19 bilhões de euros de diminuição ligados à adoção de IFRS 11.

O impacto sobre os capitais próprios e sobre a demonstração de resultados não é significativo.

A União europeia adotou a 29 de dezembro de 2012, a emenda a IAS 32 «Instrumentos financeiros: apresentação – compensação de ativos financeiros e de passivos financeiros» e a 20 de dezembro de 2013, a emenda IAS 39 «instrumentos financeiros: contabilizações e avaliação – novação dos derivados e manutenção da contabilidade de cobertura», aplicáveis, o mais tardar, aos exercícios abertos a partir de 1 de janeiro de 2014. O Grupo está a analisar os incidentes eventuais da aplicação destas normas sobre as suas contas consolidadas.

As informações relativas à natureza e à extensão dos riscos aferentes aos instrumentos financeiros requeridos pelas IFRS 7 «Instrumentos financeiros: informações a disponibilizar» e aos contratos de seguros requeridos pelas IFRS 4 «Contratos de seguros» assim como as informações sobre os fundos próprios regulamentares prescritas pela IAS 1 «Apresentação das Demonstrações financeiras» são apresentadas no seio do capítulo 5 do documento de referência. Estas informações que fazem parte integrante das notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas do grupo BNP Paribas são cobertas pela opinião dos revisores oficiais de contas sobre as Demonstrações financeiras consolidadas e estão identificadas no relatório de gestão pela menção «auditado».

1.b PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

1.b.1 Perímetro de consolidação

As contas consolidadas do BNP Paribas reúnem o conjunto das empresas sob controlo exclusivo, controlo conjunto ou sob influência notável exceto aquelas cuja consolidação apresenta um carácter negligenciável para o estabelecimento das contas consolidadas do Grupo. Uma empresa é presumida apresentar um carácter negligenciável para o estabelecimento das contas consolidadas do Grupo desde que a sua contribuição para as contas consolidadas fique abaixo dos três limiares seguintes: 15 milhões de euros para o resultado líquido bancário, 1 milhão de euros para o resultado bruto de exploração ou o resultado líquido antes do imposto, e 500 milhões de euros para o total do balanço. São igualmente consolidadas as entidades que possuem no seu ativo títulos de participação de sociedades consolidadas.

Uma filial é consolidada a partir da data em que o Grupo obtém efetivamente o seu controlo. As entidades temporariamente controladas são igualmente integradas nas contas consolidadas até à data da sua cessão.

(1)O referencial integral das normas adotadas no seio da União Europeia pode ser consultado no website da Comissão Europeia no endereço seguinte: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/ias_fr.htm#adopted-commission.

Por fim, o Grupo consolida as estruturas jurídicas distintas especificamente criadas para gerir uma operação ou um grupo de operações similares (entidades « ad hoc »), inclusive na ausência de ligação de capital, na medida em que exerce, na substância, o controlo à luz dos seguintes critérios:

- as atividades da entidade são desenvolvidas exclusivamente por conta do Grupo, de tal forma que este tira daí vantagens;
- o Grupo goza do poder de decisão e de gestão para obter a maioria das vantagens ligadas às atividades correntes da entidade. Este poder caracteriza-se nomeadamente pela capacidade de dissolver a entidade, de alterar os seus estatutos ou de se opor formalmente à sua alteração;
- o Grupo tem a capacidade de obter a maioria das vantagens da entidade e pode, por conseguinte, estar exposto aos riscos relacionados com a atividade da referida entidade. As vantagens podem revestir a forma de um direito de receber toda ou parte do resultado, avaliado numa base anual, uma quota-parte de ativo líquido, de dispor de um ou de vários ativos ou de beneficiar da maioria dos ativos residuais em caso de liquidação;
- O Grupo guarda a maioria dos riscos corridos pela entidade para retirar daí uma vantagem; pode ser o caso se o Grupo fica exposto às primeiras perdas da carteira de ativos alojada na entidade.

1.b.2 Métodos de consolidação

As empresas sobre as quais o Grupo exerce um controlo exclusivo são consolidadas por integração global. O Grupo possui o controlo exclusivo de uma filial quando está em condições de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para beneficiar das suas atividades. Presume-se que existe controlo exclusivo quando o Grupo BNP Paribas detém direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto da filial; É atestado quando o Grupo goza do poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais da entidade em virtude de um acordo, ou de nomear, revogar ou reunir a maioria dos membros do Conselho de administração ou do órgão de direção equivalente.

A determinação da percentagem de controlo leva em consideração os direitos de voto potenciais que dão acesso a direitos de voto complementares, desde que possam ser imediatamente exercíveis ou convertíveis.

As empresas sob controlo conjunto são consolidadas por integração proporcional. O Grupo possui um controlo conjunto quando, em virtude de um acordo contratual, as decisões financeiras e operacionais estratégicas ligadas à atividade necessitam do acordo unânime das partes que partilham o controlo.

É usado o método de equivalência patrimonial para as empresas sob influência notável. A influência notável é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional de uma entidade, sem deter o seu controlo. Esta é presumida se o Grupo detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais direitos de voto numa entidade. As participações inferiores a este limiar são excluídas do perímetro de consolidação, exceto se estas representam um investimento estratégico, e se o Grupo aí exerce uma influência notável efetiva. É o caso das empresas desenvolvidas em parceria com outros grupos em que o Grupo BNP Paribas participa nas decisões estratégicas da empresa associada sendo representado nos órgãos diretivos, exerce uma influência sobre a gestão operacional da empresa associada pela colocação à disposição de sistemas de gestão ou de apoio à decisão, e contribui com a sua colaboração técnica para o desenvolvimento desta empresa.

As variações de capitais próprios das sociedades em equivalência patrimonial são contabilizadas no ativo do balanço sob a rubrica «Participações nas empresas em equivalência

patrimonial» e no passivo do balanço sob a rubrica de capitais próprios apropriada. O goodwill sobre uma sociedade consolidada pelo método da equivalência patrimonial aparece igualmente sob a rubrica «Participações nas empresas em equivalência patrimonial».

A partir do momento em que existe um indicador de perda de valor, o valor contabilístico da participação em equivalência patrimonial (incluindo o goodwill) é submetido a um teste de depreciação, comparando o seu valor recuperável (igual ao montante mais importante entre o valor de utilidade e o valor de mercado) com o seu valor contabilístico. Se for o caso, uma depreciação é contabilizada sob a rubrica «Quota-parte do resultado líquido e das empresas em equivalência patrimonial» da demonstração de resultados consolidados e pode ser retomada ulteriormente.

Se a quota-parte do Grupo nas perdas de uma empresa em equivalência patrimonial for igual ou superior aos seus interesses nesta empresa, o Grupo para de ter em consideração a sua quota-parte nas perdas futuras. A participação é então apresentada com um valor nulo. As perdas suplementares da empresa associada só são provisionadas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou implícita de o fazer ou quando efetuou pagamentos por conta da empresa.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente no resultado consolidado, assim como no balanço consolidado no seio dos capitais próprios. A determinação dos interesses minoritários tem em consideração, se tal for o caso, as ações preferenciais cumulativas em circulação emitidas pelas filiais e classificadas como instrumentos de capitais próprios, desde que estas sejam detidas por empresas fora do Grupo.

As transações que resultaram numa perda de controlo ocorridas antes do dia 1 de janeiro de 2010 conduziram à constatação de um resultado de cessão correspondente à diferença entre o preço de cessão e a quota-parte de capitais próprios cedida. A aplicação da norma IAS 27 revista modifica o tratamento das perdas de controlo que intervieram após o dia 1 de janeiro de 2010 e conduziu à reavaliação da quota-parte residual eventualmente conservada pelo seu valor de mercado pela contrapartida do resultado.

Os resultados de cessão realizados sobre os títulos consolidados são registados na conta de resultados sob a rubrica «Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados».

1.b.3 Regras de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas são estabelecidas utilizando métodos contabilísticos uniformes para transações e outros eventos semelhantes em circunstâncias similares.

Eliminação das operações recíprocas

Os saldos recíprocos resultando de operações realizadas entre empresas consolidadas do Grupo assim como as próprias operações, incluindo os proveitos, os encargos e os dividendos, são eliminados. Os lucros e perdas realizados devido a cessões de ativos no interior do Grupo são eliminados, salvo no caso em que o ativo cedido é considerado como sustentavelmente depreciado. Os lucros e perdas latentes incluídos no valor dos ativos disponíveis para venda são conservados ao nível do Grupo.

Conversão das contas em divisas estrangeiras

As contas consolidadas do BNP Paribas são estabelecidas em euros.

A conversão das contas das entidades cuja moeda funcional é diferente do euro é efetuada por aplicação do método da cotação de fecho. De acordo com este método, todos os elementos de ativo e de passivo, monetários ou não monetários, são convertidos segundo a taxa de câmbio vigente à data de fecho do exercício. Os proveitos e os encargos são convertidos à taxa média do período.

É aplicado o mesmo método às contas das filiais do Grupo situadas em países dotados de uma economia de carácter hiperinflacionista, previamente corrigidas dos efeitos da inflação por meio de índices que refletem as variações gerais dos preços.

As diferenças de conversão verificadas, tanto nos elementos do balanço como do resultado, são referidas, na parte pertencente ao Grupo, nos seus capitais próprios sob a rubrica “diferenças de conversão” e na parte dos terceiros sob a rubrica “Interesses minoritários”. Por aplicação da opção oferecida pela norma IFRS 1, o Grupo procedeu, por transferência para as reservas consolidadas, à colocação a zero do conjunto das diferenças de conversão em parte do Grupo e em Interesses minoritários no balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2004.

Em caso de liquidação ou de cedência de toda ou parte da participação detida numa empresa situada fora da zona euro levando à mudança da natureza do investimento (perda de controlo, de influência notável ou de controlo conjunto), a diferença de conversão acumulada existente no seio dos capitais próprios na data de liquidação ou de cedência é registada em resultado.

Em caso de variação de percentagem de juros que não altere a natureza do investimento, a diferença de conversão é realocada entre a parte do Grupo e os interesses minoritários se a entidade é integrada globalmente; no caso de uma empresa associada ou de uma co-empresa, é registado em resultado para a fração aferente à participação cedida.

1.b.4 Reagrupamentos de empresas e avaliação dos goodwill

Reagrupamento de empresas

Os reagrupamentos de empresas são contabilizados de acordo com o método de aquisição.

Segundo este método, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos recuperados da entidade adquirida são contabilizados pelo valor de mercado ou seu equivalente, determinado na data de aquisição, à exceção dos ativos não correntes classificados como ativos detidos com vista à venda, que são contabilizados

pelo valor de mercado líquido dos custos de saída.

Os eventuais passivos da entidade adquirida só são contabilizados no balanço consolidado na medida em que são representativos de uma obrigação atual na data de tomada de controlo e em que o valor de mercado pode ser estimado de forma fiável.

O custo de aquisição é igual ao valor de mercado ou seu equivalente, na data de troca dos ativos entregues, dos passivos incorridos ou assumidos ou dos instrumentos de capitais próprios emitidos para obter o controlo da sociedade adquirida. Os custos diretamente aferentes à operação reagrupamento constituem uma transação separada do reagrupamento e são registados em resultado.

Os complementos de preços eventuais são integrados desde a tomada de controlo no custo de aquisição pelo seu valor de mercado na data de aquisição. As variações ulteriores de valor dos complementos de preços eventuais qualificados de passivos financeiros são registadas em resultado.

O Grupo dispõe de um prazo de doze meses após a data de aquisição para finalizar a contabilização do reagrupamento de empresas considerado.

O goodwill, ou sobrevalor, corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a quota-parte de interesse do adquirente no valor de mercado ou o seu equivalente dos ativos, passivos e passivos identificáveis na data da aquisição. Nesta data, esta diferença é inscrita no ativo do adquirente se for positiva, e é contabilizada imediatamente em resultado se for negativa. Os interesses minoritários são então avaliados pela sua quota-parte pelo justo valor dos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida. Contudo, o Grupo pode igualmente optar, para cada reagrupamento de empresas, por avaliar os interesses minoritários pelo seu justo valor, uma fração do goodwill assim determinada sendo-lhes então afetada. O Grupo nunca escolheu, até à data, esta opção.

Os goodwill são registados na moeda funcional da sociedade adquirida e são convertidas à cotação de câmbio em vigor na data de fecho.

Na data de tomada de controlo de uma entidade, a eventual quota-parte anteriormente detida nesta última é reavaliada pelo seu valor de mercado em contrapartida da demonstração de resultados. Quando um reagrupamento de empresa foi realizado por meio de várias transações de troca (aquisição por etapas), a diferença de aquisição é determinada por referência ao valor de mercado na data de tomada de controlo.

Tendo em conta que a aplicação da norma IFRS 3 revista é prospetiva, os reagrupamentos de empresas realizados antes de 1 de janeiro de 2010 não voltaram a ser devido aos efeitos das revisões da norma IFRS 3.

Por aplicação da exceção oferecida pela norma IFRS 1, os reagrupamentos de empresas que intervieram antes de 1 de janeiro de 2004 e contabilizados de acordo com as regras contabilísticas Francesas prevalecendo naquela época, não voltaram a ser tratados segundo os princípios da norma IFRS 3.

Avaliação dos goodwill

O Grupo BNP Paribas procede regularmente a testes de depreciação dos goodwill.

Conjunto homogéneo de áreas de intervenção

O Grupo repartiu o conjunto das suas atividades em «conjuntos homogéneos de áreas de intervenção»⁽¹⁾. Esta repartição, operada de maneira coerente com o modo de organização e de gestão das áreas de intervenção do Grupo, considera em simultâneo o carácter independente dos resultados gerados e o modo de gestão e de direção destes conjuntos. Esta repartição é regularmente revista de modo a considerar os eventos suscetíveis de terem uma consequência sobre a composição dos conjuntos homogéneos de atividades (operações de aquisição e de cedência, reorganização importante, etc.).

Testes de depreciação de um conjunto homogéneo de áreas de intervenção Testes de depreciação consistindo em assegurar que os goodwill afetados a cada conjunto homogéneo de áreas de intervenção não são atingidos por uma depreciação duradoura são efetuados quando aparece um risco de depreciação duradoura, e em todo o caso uma vez por ano. O valor contabilístico do conjunto homogéneo de áreas de intervenção é então comparado com o seu valor recuperável. No caso em que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico, procede-se a uma depreciação irreversível do goodwill igual à diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável do conjunto homogéneo considerado.

(1) O termo atribuído aos conjuntos homogéneos de áreas de intervenção pela norma IAS36 é o de «Unidade Geradora de Tesouraria».

Valor recuperável de um conjunto homogêneo de áreas de intervenção

O valor recuperável de um conjunto homogêneo de atividades é definido como o valor mais elevado entre o seu valor de mercado e o seu valor de uso.

O valor de mercado corresponde ao montante suscetível de ser obtido da cessão do conjunto homogêneo de atividade nas condições de mercado que prevalecem na data da avaliação. As referências ao mercado são essencialmente constituídas pelos preços observados no momento de transações recentes sobre entidades comparáveis ou então estabelecidas em relação a múltiplos bolsistas de empresas comparáveis cotadas.

O valor de uso assenta numa estimacão dos fluxos futuros realizados pelo conjunto homogêneo de áreas de intervenção tais como resultam dos planos previsionais estabelecidos anualmente pelos responsáveis dos conjuntos homogêneos e aprovados pela Direção Geral do Grupo, e das análises de evolução a longo prazo do posicionamento relativo das atividades visadas no seu mercado. Estes fluxos são atualizados a uma taxa que reflete o nível de rendimento esperado por um investidor para o tipo de atividade e na zona geográfica visados.

1.c ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

1.c.1 Créditos

A categoria «Empréstimos concedidos e créditos» inclui os créditos concedidos pelo Grupo, as participações do Grupo nos créditos sindicados, e os créditos adquiridos não cotados num mercado ativo, quando não são detidos para fins de transação. Os empréstimos concedidos cotados num mercado ativo são incluídos na categoria «Ativos financeiros disponíveis para venda» e valorizados em conformidade com as regras que se aplicam a esta categoria.

Os empréstimos concedidos e créditos são contabilizados inicialmente pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, que é, regra geral, o montante líquido pago na origem, e compreende os custos de originação diretamente imputáveis à operação assim como algumas comissões recebidas (comissões de participação e de compromisso, despesas de processo), analisadas como um ajustamento do rendimento efetivo do empréstimo concedido.

Os empréstimos concedidos e créditos são posteriormente avaliados pelo custo amortizado, e os juros, assim como os custos de transação e comissões incluídos no valor inicial dos créditos concedidos concorrem para a formação do resultado destas operações sobre a duração do crédito calculado segundo o método da taxa de juro efetiva.

As comissões recebidas sobre compromissos de financiamento prévios à implementação de um crédito são diferidas, e depois integradas no valor do crédito no momento da sua atribuição.

As comissões recebidas sobre compromissos de financiamento cuja probabilidade de estes darem lugar à tiragem de um empréstimo concedido é fraca, ou cujas utilizações são aleatórias no tempo e no seu montante, são repartidas linearmente sobre a duração do compromisso.

1.c.2 Contratos de poupança e de empréstimos concedidos regulamentados

As contas poupança-habitacão (CPH) e os planos de poupança-habitacão (PPH) são produtos de poupança regulamentados pelos poderes públicos, destinados aos particulares. Estes associam uma fase de poupança e uma fase de crédito, indissociavelmente ligadas, a fase de crédito sendo contingente à fase de poupança.

Estes produtos incluem dois tipos de compromissos para o Grupo, que se comprometeu, por um lado, a remunerar a poupança, por um período indeterminado, a uma taxa de juro fixa no momento da abertura do contrato pelos poderes públicos para os PPH ou a uma taxa fixada de novo a cada semestre em função de uma fórmula de indexacão fixada pela lei para as CPH e, por outro lado, a emprestar ao cliente, se este o solicitar, por um montante em função dos direitos adquiridos durante a fase de poupança, a uma taxa fixada no momento da abertura do contrato para os PPH ou a uma taxa em função da fase de poupança para os contratos de CPH.

Os compromissos futuros do Grupo relativos a cada geracão – os PPH com taxa idêntica à abertura formando uma geracão, e as CPH formando para o seu conjunto, uma geracão – são medidos por atualizacão dos resultados potenciais futuros associados aos capitais em risco da geracão considerada.

Os ativos em risco são estimados com base numa análise dos históricos dos comportamentos clientela, e correspondem:

- para a fase do crédito, aos ativos estatisticamente prováveis para os créditos, assim como aos ativos de crédito já implementados;
- para a fase de poupança, à diferença entre os ativos estatisticamente prováveis e os ativos mínimos esperados; os ativos mínimos esperados sendo assimiláveis a depósitos a prazo certos.

Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase de poupança são estimados pela diferença entre a taxa de substituição e a taxa fixa de remuneracão da poupança sobre o ativo em risco de poupança do período considerado. Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase crédito são estimados pela diferença entre a taxa de refinanciamento e a taxa fixa de remuneracão dos créditos sobre o ativo em risco de crédito do período considerado.

As taxas de investimento de poupança e as taxas de refinanciamento dos créditos são deduzidos da curva de taxas de swap e das margens esperadas sobre instrumentos financeiros de natureza e de maturidade comparáveis. As margens são determinadas a partir daquelas observadas sobre os créditos à habitacão com taxa fixa para a fase de crédito, e daquelas observadas sobre os produtos de seguro de vida em euro para a fase de poupança. Para traduzir a incerteza sobre as evoluções potenciais das taxas e as suas consequências sobre os comportamentos futuros modelizados dos clientes e sobre os ativos em risco, os compromissos são estimados por aplicacão do método dito Monte-Carlo.

Quando a soma algébrica da medida dos compromissos futuros sobre a fase de poupança e sobre a fase de crédito de uma mesma geracão de contratos traduz uma situacão potencialmente desfavorável para o Grupo, é constituída uma provisão, sem compensacão entre as gerações, e registada sob a rubrica “Provisões para riscos e encargos” do balanço. As variações desta provisão são registadas na demonstracão de resultados em “Proveitos e encargos de juros e assimilados”.

1.c.3 Títulos

Categorias de títulos

Os títulos detidos pelo Grupo podem ser classificados em quatro categorias.

Ativos financeiros com valor de mercado por resultado

A categoria dos «Ativos financeiros com valor de mercado por resultado» inclui:

- os ativos financeiros alvo de operações de negócio (operações ditas de transação) ;
- os ativos financeiros que o Grupo escolheu discricionariamente contabilizar e avaliar pelo valor de mercado por resultado desde a origem, em conformidade com a opção oferecida pela norma IAS 39 e cujas condições são lembradas no parágrafo 1.c.11.

Os títulos classificados nesta categoria são inicialmente contabilizados pelo seu valor de mercado, as despesas das transações sendo diretamente contabilizadas na demonstração de resultados. Na data de liquidação, são avaliados pelo seu valor de mercado e as variações deste, fora rendimentos corridos dos títulos de rendimento fixo, são apresentadas, assim como os dividendos dos títulos de rendimento variável e as mais e menos-valias de cedência realizadas, sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidas sobre os instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado” da demonstração de resultados.

Os rendimentos recebidos dos títulos de rendimento fixo classificados nesta categoria são apresentados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados.

A avaliação do risco de contrapartida sobre estes títulos está compreendida no seu valor de mercado.

Empréstimos concedidos e créditos

Os títulos de rendimento fixo ou determinável, não cotados num mercado ativo, diferentes daqueles para os quais o portador pode não recuperar a totalidade do seu investimento inicial por razões diferentes da deterioração do crédito, são classificados em «Empréstimos concedidos e créditos» quando não respondem às condições de classificação em ativos financeiros em valor de mercado por resultado. Estes são contabilizados e avaliados tal como indicado no parágrafo 1.c.1.

Ativos financeiros detidos até ao vencimento

A categoria dos “Ativos financeiros detidos até ao vencimento” inclui os títulos de rendimento fixo ou determinável, de vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento. As operações de cobertura contra o risco de taxa de juro eventualmente implementada nesta categoria de títulos não são elegíveis à contabilidade de cobertura definida pela norma IAS39.

Os títulos classificados nesta categoria são contabilizados pelo custo amortizado segundo o método da taxa de juro efetiva, que integra a amortização dos prémios e descontos correspondentes à diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso destes títulos assim como as despesas de aquisição dos títulos se estas são significativas. Os rendimentos recebidos sobre estes títulos são apresentados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A categoria dos “Ativos financeiros disponíveis para venda” inclui os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável que não dependem das duas categorias anteriores.

Os títulos classificados nesta categoria são inicialmente contabilizados pelo seu valor de mercado, despesas de transação incluídas quando

estas são significativas. Na data de liquidação, são avaliados pelo seu valor de mercado e as variações deste, fora rendimentos corridos, apresentados sob a rubrica específica dos capitais próprios. No momento da cessão dos títulos, estes proveitos ou perdas latentes anteriormente contabilizados em capitais próprios são verificados na demonstração de resultados sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidas sobre ativos disponíveis para venda”. O mesmo sucede em caso de depreciação.

Os rendimentos contabilizados segundo o método da taxa de juro efetiva sobre os títulos de rendimento fixo desta categoria são apresentados no agregado “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados. Os dividendos recebidos sobre os títulos de rendimento variável são apresentados no agregado “Proveitos e perdas líquidas sobre ativos financeiros disponíveis para venda” quando o direito do Grupo a recebê-los está estabelecido.

Operações de pensões e de empréstimos concedidos/contraiídos de títulos

Os títulos cedidos temporariamente no caso de um acordo de recompra ficam contabilizados no balanço do Grupo na sua carteira de origem. O passivo correspondente é contabilizado sob a rubrica “Débitos” apropriada, à exceção das operações com acordo de recompra iniciadas pelas atividades de negócio do Grupo, para as quais o passivo correspondente é contabilizado em “Passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Os títulos adquiridos temporariamente no caso de acordo de recompra não são contabilizados no balanço do Grupo. O crédito correspondente é contabilizado sob a rubrica “Empréstimos concedidos e créditos”, à exceção das operações com acordo de recompra iniciadas pelas atividades de negócio do Grupo, para as quais o crédito correspondente é contabilizado em “Ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

As operações de empréstimos concedidos de títulos não dão lugar ao Desreconhecimento dos títulos emprestados e as operações de empréstimos contraídos não dão lugar ao reconhecimento no balanço dos títulos contraídos em empréstimo, à exceção dos casos em que os títulos contraídos em empréstimo são a seguir cedidos pelo Grupo. Neste caso, a obrigação de entregar os títulos no vencimento do empréstimo contraído é materializada por um passivo financeiro apresentado no balanço sob a rubrica “Passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Data de reconhecimento das operações sobre títulos

Os títulos em valor de mercado por resultado ou classificados em ativos financeiros detidos até ao vencimento ou em ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados na data de negociação.

As operações de cedência temporária de títulos (quer sejam contabilizadas pelo seu justo valor pelo resultado, em empréstimos concedidos e créditos ou em débitos) assim como as vendas de títulos contraídos em empréstimo são contabilizadas inicialmente na data de pagamento entrega. Para as operações de recompra e de revenda de títulos, um compromisso de financiamento respetivamente assumido é contabilizado entre a data de negociação e a data de pagamento entrega quando estas operações são contabilizadas respetivamente em «Empréstimos concedidos e créditos» e em «Débitos». Quando as operações de recompra e de revenda de títulos são contabilizadas respetivamente em «Ativos financeiros com valor de mercado por resultado» e em «Passivos financeiros com valor de mercado por resultado» o compromisso de implementação da operação é contabilizada como um instrumento financeiro derivado.

Estas operações são mantidas no balanço até à extinção dos direitos do Grupo a receber os fluxos ligados a estas ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens também ligados a estas.

1.c.4 Operações em divisas

O modo de registo contabilístico e de avaliação do risco de câmbio inerente aos ativos e aos passivos concorrendo para as operações em divisas feitas pelo Grupo depende do carácter monetário ou não monetário destes ativos e dos seus passivos.

Ativos e passivos monetários⁽¹⁾ expressos em divisas

Os ativos e passivos monetários expressos em divisas são convertidos na moeda funcional da entidade visada do Grupo durante o fecho. As diferenças de câmbio são contabilizadas em resultado, à exceção das diferenças de câmbio relativas a instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura de resultados futuros ou de cobertura de investimento em divisas que são, neste caso, contabilizadas em capitais próprios.

Ativos não monetários expressos em divisas

Os ativos não monetários podem ser contabilizados pelo custo histórico ou pelo valor de mercado. Os ativos não monetários expressos em divisas são numa primeira fase avaliados de acordo com o câmbio do dia da transação e numa segunda fase avaliados de acordo com o câmbio que prevalece à data de fecho.

As diferenças cambiais relativas aos ativos não monetários expressos em divisas e contabilizadas pelo valor de mercado (títulos de rendimento variável) são verificadas em resultado quando o ativo é classificado na rubrica "Ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado" e em capitais próprios quando o ativo é classificado na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda", a menos que o ativo financeiro não seja designado como elemento coberto a título do risco de câmbio numa relação de cobertura de valor, as diferenças de câmbio sendo então contabilizadas em resultado.

1.c.5 Depreciação e reestruturação dos ativos financeiros

Ativos duvidosos

São considerados duvidosos os ativos para os quais o Banco considera que existe um risco de incumprimento, de parte ou do total, dos compromissos por parte dos devedores.

Depreciações sobre empréstimos concedidos e créditos e sobre ativos financeiros detidos até ao vencimento, provisões sobre compromissos de financiamento e de garantia

São constituídas depreciações sobre os créditos e sobre os ativos financeiros detidos até ao vencimento desde que exista uma indicação objetiva de perda de valor ligada a um evento ocorrido posteriormente à implementação do empréstimo concedido ou à aquisição do ativo, quer este evento afete os fluxos de tesouraria futuros no seu quantum ou o seu calendário e que as suas consequências possam ser estimadas de forma fiável. A análise da eventual existência de uma depreciação é conduzida em primeiro lugar a nível individual depois a nível de uma carteira. As provisões relativas aos compromissos de financiamento e de garantia dados pelo Grupo seguem princípios análogos, tendo em conta para os compromissos de financiamento a sua probabilidade de tiragem.

A nível individual, constitui nomeadamente uma indicação objetiva de perda de valor todo o dado observável e aferente aos eventos seguintes:

- a existência de dívidas pendentes há pelo menos três meses (6 meses para os créditos imobiliários e os créditos às coletividades locais) ;

- o conhecimento ou a observação de dificuldades financeiras significativas da contraparte de tal modo que é possível concluir a existência de um risco confirmado, quer tenha sido verificada ou não uma dívida pendente;

- as concessões consentidas no fim dos créditos, que não o teriam sido na ausência de dificuldades financeiras do tomador do crédito (cf. secção « Reestruturação dos ativos classificados na categoria «Empréstimos concedidos e créditos»).

A depreciação é medida como a diferença entre o valor contabilístico antes da depreciação e o valor, atualizado à taxa de juro efetiva de origem do ativo das componentes julgadas cobráveis (principal, juros, garantias...). As modificações de valor dos ativos assim depreciados são registadas na demonstração de resultados, na rubrica "Custo do risco". Qualquer reapreciação posterior devido a uma causa objetiva ocorrida após a depreciação é verificada pela demonstração de resultados, igualmente na rubrica "Custo do risco". A partir da depreciação do ativo, a rubrica "Juros e proveitos assimilados" da demonstração de resultados regista a remuneração teórica do valor líquido contabilístico do ativo calculado à taxa de juro efetiva de origem utilizada para atualizar os fluxos julgados cobráveis.

A depreciação de um empréstimo concedido ou de um crédito é a maior parte das vezes registada numa conta de provisão distinta que vem reduzir o valor de origem do crédito registado no ativo. As provisões aferentes a um instrumento financeiro registado em extra patrimoniais, um compromisso de financiamento ou de garantia, ou ainda um litígio, são inscritas no passivo. Um crédito depreciado é registado no todo ou em parte em perdas e a sua provisão recuperada até completar a perda quando todas as vias de recurso oferecidas ao banco foram esgotadas para recuperar os constituintes do crédito assim como as garantias ou quando este foi alvo de um abandono total ou parcial.

As contrapartes não depreciadas individualmente são alvo de uma análise do risco por carteiras homogêneas, que se apoia no sistema de notação interno do Grupo fundado em dados históricos, ajustados se necessário para ter em conta circunstâncias prevalecendo na data da liquidação. Esta análise permite identificar os grupos de contrapartes que, tendo em conta eventos ocorridos desde a realização dos créditos, atingiram coletivamente uma probabilidade de incumprimento uma vez chegada à maturidade que fornece uma indicação objetiva da perda de valor sobre o conjunto da carteira, sem que esta perda de valor possa ser nessa fase atribuída individualmente às diferentes contrapartidas compondo a carteira. Esta análise fornece igualmente uma estimação das perdas aferentes às carteiras visadas tendo em conta a evolução do ciclo económico sobre o período analisado. As modificações de valor da depreciação de carteira são registadas na demonstração de resultados, na rubrica "Custo do risco".

O exercício do julgamento das áreas de intervenção ou da Direção dos Riscos pode levar o Grupo a constatar provisões coletivas adicionais no âmbito de um setor económico ou de uma zona geográfica afetados por eventos económicos excecionais ; o que pode suceder quando as consequências desses eventos não puderam ser medidas com a necessária precisão para ajustar os parâmetros que servem para determinar a provisão coletiva sobre as carteiras homogêneas não especificamente depreciadas.

(1) Os ativos e passivos monetários correspondem aos ativos e aos passivos que devem ser recebidos ou pagos por determinado ou determinável um montante em numerário.

Depreciação dos ativos financeiros disponíveis para venda

Os "ativos financeiros disponíveis para venda", essencialmente compostos por títulos, são depreciados individualmente por contrapartida da demonstração de resultados quando existe uma indicação objetiva de depreciação duradoura resultando de um ou vários eventos ocorridos desde a aquisição.

Tratando-se de títulos de rendimento variável cotados num mercado ativo, o dispositivo de controlo permite identificar as participações suscetíveis de serem depreciadas duradouramente mediante os dois critérios seguintes: a descida significativa da cotação abaixo do valor de aquisição ou o tempo ao longo do qual uma menos-valia latente é observada, a fim de proceder a uma análise qualitativa complementar individual. Esta pode conduzir à constituição de uma provisão, então determinada com base na cotação.

Além dos critérios de identificação, o Grupo definiu três critérios de depreciação, um fundado na descida significativa da cotação do título considerando como significativa uma descida da cotação superior a 50% do valor de aquisição, outro fundado na observação de uma menos-valia latente sobre dois anos consecutivos, e o último associando uma menos-valia latente de pelo menos 30% com uma duração de observação de um ano, em média. A duração de dois anos é considerada pelo Grupo como o período necessário para que uma descida moderada da cotação abaixo do preço de compra possa ser considerada como não sendo unicamente o efeito da volatilidade aleatória inerente aos mercados bolsistas nem da variação cíclica sobre um período de vários anos afetando estes mercados mas um fenómeno duradouro justificando uma depreciação.

É aplicado um método similar para os títulos de rendimento variável não cotados num mercado ativo. A depreciação eventual é então determinada com base no valor de modelo.

Para os títulos de rendimento fixo, os critérios de depreciação são os mesmos que os aplicados às depreciações dos empréstimos concedidos e créditos a nível individual. Para os títulos cotados num mercado ativo, a depreciação é determinada com base na cotação, para os outros com base no valor de modelo.

A depreciação de um título de rendimento variável é registada no seio do resultado líquido bancário sob a rubrica «Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda» e só pode ser recuperada em demonstração de resultados, se tal for o caso, na data de cedência do título. Além disso, qualquer descida ulterior do valor de mercado constitui uma depreciação reconhecida em resultado.

É verificada uma depreciação constituída sobre um título de rendimento fixo em "Custo do risco" e pode ser retomada em demonstração de resultados quando o valor de mercado do título aumentou de novo devido a uma causa objetiva ocorrida posteriormente à última depreciação.

Reestruturação dos ativos classificados na categoria «Empréstimos concedidos e créditos»

Uma reestruturação motivada por dificuldades financeiras do mutuário de um ativo classificado na categoria « Empréstimos concedidos e créditos » define-se como uma modificação dos termos e condições da transação inicial que o Grupo apenas considera por motivos económicos ou jurídicos ligados às dificuldades financeiras do mutuário, e tal como resulta, uma menor obrigação do cliente, medida ao valor atual, para com o Grupo relativamente aos termos e condições da transação antes da reestruturação.

No momento da reestruturação, o ativo reestruturado é alvo de um desconto para trazer o seu valor contabilístico ao montante atualizado à taxa de juros de origem efetiva do ativo dos novos fluxos esperados. A modificação em baixa de valor do ativo é registada na demonstração de resultados, na rubrica « Custo do risco ».

Quando a reestruturação consiste numa troca parcial ou total contra outros ativos substancialmente diferentes, traduz-se na extinção do (cf. nota 1.c.14) e pelo reconhecimento dos ativos entregues em troca, avaliados pelo seu valor de mercado, à data da troca. A diferença de valor constatado aquando desta troca é registada na demonstração de resultados, na rubrica « Custo do risco ».

1.c.6 Reclassificações de ativos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros possíveis são as seguintes:

- da categoria « Ativos financeiros em valor de mercado por resultado », para um ativo financeiro não derivado que já não é detido com vista a ser vendido num futuro próximo:

- para a categoria «empréstimos concedidos e créditos» desde que responda a esta definição na data da reclassificação e que o Grupo tenha a intenção e a capacidade de o deter num futuro previsível ou até ao seu vencimento;

- para as outras categorias desde que circunstâncias excecionais o justifiquem e desde que os ativos transferidos respeitem as condições aplicáveis à carteira de entrada;

- da categoria «ativos financeiros disponíveis para venda»:

- para a categoria «empréstimos concedidos e créditos» de acordo com as mesmas condições que aquelas definidas acima para os «ativos financeiros em valor de mercado por resultado» ;

- para a categoria «ativos financeiros detidos até ao vencimento», para os ativos apresentando um vencimento ou «ativos financeiros pelo custo» para os ativos de rendimento variável não cotados.

As reclassificações efetuam-se pelo valor de mercado ou de modelo do instrumento financeiro na data da reclassificação. Os derivados incorporados nos ativos financeiros transferidos são, se tal for o caso, contabilizados de maneira separada e as variações de valor levadas ao resultado

Posteriormente à reclassificação, os ativos são contabilizados de acordo com as disposições aplicáveis à carteira de acolhimento, o preço de transferência na data da reclassificação constituindo o custo inicial do ativo para a determinação das eventuais depreciações.

No caso de reclassificação da categoria «ativos financeiros disponíveis para venda» para outra categoria, os lucros ou perdas anteriormente verificados em capitais próprios são amortizados pelo resultado sobre o período de vida residual do instrumento utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As revisões em alta dos fluxos estimados recuperáveis serão contabilizadas enquanto ajustamento da taxa de juro efetiva a contar da data de mudança de estimação. As revisões em queda traduzir-se-ão por um ajustamento do valor contabilístico do ativo financeiro.

1.c.7 Débitos emitidos representados por um título

Os instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo são qualificados de instrumentos de débitos se existe uma obrigação contratual para a sociedade do Grupo emissora destes instrumentos de entregar numerário ou um ativo financeiro ao detentor dos títulos. O mesmo sucede nos casos em que o Grupo pode ser obrigado a trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade com condições potencialmente desfavoráveis, ou liquidar um número variável das suas próprias ações.

Os débitos emitidos representados por um título são registados na origem pelo seu valor de emissão incluindo as despesas de transação, depois são avaliados pelo seu custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As obrigações reembolsáveis ou convertíveis em ações próprias são consideradas como instrumentos híbridos incluindo em simultâneo uma componente dívida e uma componente capitais próprios, determinadas durante a contabilização inicial da operação.

1.c.8 Ações próprias e derivados sobre ações próprias

O termo “ações próprias” designa as ações da empresa consolidante BNP Paribas SA e das suas filiais consolidadas por integração global. Os custos externos diretamente atribuíveis a uma emissão de novas ações são deduzidos dos capitais próprios líquidos de qualquer imposto aferente.

As ações próprias detidas pelo Grupo são deduzidas dos capitais próprios consolidados seja qual for o objetivo da sua detenção e os resultados aferentes são eliminados da demonstração de resultados consolidados.

As ações emitidas pelas filiais do Grupo controladas de forma exclusiva sendo assimiladas às ações emitidas pela empresa consolidante, quando o Grupo readquire os títulos emitidos por essas filiais, a diferença entre o preço de aquisição e a quota-parte de ativo líquido comprado é registada nas reservas consolidadas, parte do Grupo. Da mesma forma, o valor da dívida, assim como as suas variações, representativo de opções de venda consentidas, se tal for o caso, aos acionistas minoritários dessas filiais, é imputado aos interesses minoritários e, se não os houver, às reservas consolidadas, parte do Grupo. Enquanto essas opções não são exercidas, os resultados ligados aos interesses minoritários são afetados aos interesses minoritários na demonstração de resultados consolidados. A incidência de uma descida da percentagem de interesse do Grupo numa filial consolidada por integração global, é tratada contabilisticamente como um movimento dos capitais próprios.

Os derivados sobre ações próprias são considerados, segundo o seu modo de realização:

- quer como instrumentos de capitais próprios se a realização é feita por entrega física de um número fixo de ações próprias contra um montante fixo de tesouraria ou outro ativo financeiro; estes instrumentos derivados não são nesse caso reavaliados;

- quer como derivados se a realização é feita em numerário ou à escolha pela entrega física de ações próprias ou a entrega de numerário. As variações de valor destes instrumentos são neste caso registadas em resultado.

Além disso, se o contrato contém uma obrigação, mesmo que seja apenas eventual, de recompra pelo banco das suas próprias ações, o valor presente do débito é contabilizado pela contrapartida dos capitais próprios.

1.c.9 Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Todos os instrumentos derivados são contabilizados no balanço à data da negociação pelo seu preço de transação. Na data de liquidação, estes são reavaliados pelo seu valor de mercado.

Derivados detidos para fins de transação

Os derivados detidos para fins de transação são contabilizados no balanço do posto «Ativos e passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado». Estes são contabilizados em ativos financeiros quando o valor de mercado é positivo, em passivos financeiros quando é negativo

Os proveitos e perdas realizados e latente são contabilizados na demonstração de resultados em «Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados concluídos no âmbito de relações de cobertura são designados em função do objetivo prosseguido.

A cobertura de valor é nomeadamente utilizada para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa fixa, tanto para instrumentos financeiros identificados (títulos, emissões, empréstimos concedidos, empréstimos contraídos) como para carteiras de instrumentos financeiros (depósitos à vista e créditos com taxa fixa nomeadamente).

A cobertura de resultados futuros é nomeadamente utilizada para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa variável, incluindo a sua renovação, e o risco de câmbio dos rendimentos futuros altamente prováveis em divisas.

Aquando da realização da relação de cobertura, o Grupo estabelece uma documentação formalizada: designação do instrumento ou da porção de instrumento ou de risco coberto, estratégia e natureza do risco coberto, designação do instrumento de cobertura, modalidades de avaliação da eficácia da relação de cobertura.

Em conformidade com esta documentação, o Grupo avalia, no momento da sua realização e no mínimo trimestralmente, a eficácia retrospectiva e prospetiva das relações de cobertura implantadas. Os testes de eficácia retrospectivos têm por objetivo assegurar que a relação entre as variações efetivas de valor ou de resultado dos derivados de cobertura e as dos instrumentos cobertos se situem entre 80 e os 125%. Os testes prospetivos têm por objetivo assegurar que as variações de valor ou de resultado dos derivados esperadas ao longo da duração de vida residual da cobertura compensam de forma adequada as dos instrumentos cobertos. Relativamente às transações altamente prováveis, o seu carácter aprecia-se nomeadamente através da existência de históricos sobre transações similares.

Por aplicação da norma IAS 39 adotada pela União europeia (excluindo certas disposições relativas à contabilidade de cobertura de uma carteira), são utilizadas relações de cobertura de valor do risco de taxa de juro com base em carteira de ativos ou de passivos. Neste âmbito:

- o risco designado como estando coberto é o risco de taxa de juro associado à componente de taxa interbancária incluído na taxa das operações comerciais de créditos à clientela, de poupança e de depósitos à vista;

- os instrumentos reputados cobertos correspondem, para cada banda de maturidade, a uma fração da posição constitutiva dos impasses associados aos subjacentes cobertos;

- os instrumentos de cobertura são unicamente swaps de taxa simples;

- a eficácia das coberturas é assegurada prospectivamente pelo facto de todos os derivados na data da sua realização deverem ter por efeito de reduzir o risco de taxa de juro da carteira de subjacentes cobertos. Retrospectivamente, estas coberturas devem ser desqualificadas quando os subjacentes que estão especificamente associados a estas em cada banda de maturidade se tornam insuficientes (devido aos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos ou a levantamentos de depósitos).

Os princípios de contabilização dos derivativos e dos instrumentos cobertos dependem da estratégia de cobertura.

No caso de uma relação de cobertura de valor, os derivativos são reavaliados no balanço pelo seu valor de mercado por contraparte da demonstração de resultados no posto “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado”, simetricamente à reavaliação dos instrumentos cobertos para o risco considerado. No balanço, a reavaliação da componente coberta é contabilizada quer em conformidade com a classificação do instrumento coberto no caso de uma relação de cobertura de ativos ou de passivos identificados, quer no posto “Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa” no caso de uma relação de cobertura de carteira.

Em caso de interrupção da relação de cobertura ou quando esta já não satisfaz os testes de eficácia, os derivativos de cobertura são transferidos em carteira de transações e contabilizados segundo os princípios aplicáveis a esta categoria. No caso de instrumentos de taxa de juro identificados inicialmente cobertos, o montante de reavaliação inscrito no balanço sobre estes instrumentos é amortizado pela taxa de juro efetiva durante a sua duração de vida residual. No caso de carteiras de instrumentos de taxa de juro inicialmente cobertas em taxa, este ajustamento é amortizado linearmente sobre o período residual em relação à duração inicial da cobertura. Se os elementos cobertos já não constam do balanço, devido nomeadamente a reembolsos antecipados, este montante é imediatamente levado à demonstração de resultados.

No caso de uma relação de cobertura de resultados futuros, os derivativos são reavaliados no balanço em valor de mercado em contrapartida de uma linha específica dos capitais próprios “Proveitos e perdas latentes ou diferidos”. Os montantes inscritos em capitais próprios durante a duração de vida da cobertura são transferidos em resultado sob a rubrica “Proveitos e encargos de juros” à medida que os elementos de resultado do instrumento coberto afetam o resultado. Os instrumentos cobertos ficam contabilizados em conformidade com as regras específicas à sua categoria contabilística.

Em caso de interrupção da relação de cobertura ou quando esta já não satisfaz os testes de eficácia, os montantes acumulados inscritos em capitais próprios a título da reavaliação do derivativo de cobertura são mantidos em capitais próprios até que a transação coberta afete ela mesma o resultado ou quando é determinado que esta não se realizará. Estes montantes são então transferidos em resultado.

Em caso de desaparecimento do elemento coberto, os montantes acumulados inscritos em capitais próprios são imediatamente verificados em resultado.

Seja qual for a estratégia de cobertura escolhida, a ineficácia da cobertura é contabilizada na demonstração de resultados em “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

As coberturas dos investimentos líquidos em divisas realizadas em filiais e sucursais são contabilizadas da mesma forma que as coberturas de resultados futuros. Os instrumentos de cobertura podem ser derivativos de câmbio ou qualquer instrumento financeiro não derivado.

Derivados incorpóreos

Os derivativos incorporados em instrumentos financeiros compostos são extraídos do valor do instrumento que os contém e contabilizados separadamente como instrumento derivado quando o instrumento composto não é contabilizado no posto “Ativos e passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado” e quando as características económicas e os riscos do instrumento derivado incorporado não são estritamente ligados aos do contrato anfitrião.

1.c.10 Determinação do valor de mercado

O valor de mercado corresponde ao preço que seria recebido para a venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo aquando de uma transação concluída em condições normais entre participantes de mercado, no mercado principal ou no mercado mais vantajoso, à data da avaliação.

O Grupo determina o valor de mercado dos instrumentos financeiros, quer utilizando preços recebidos diretamente a partir de dados externos, quer utilizando técnicas de valorização. Estas técnicas de valorização consistem principalmente em abordagens pelo mercado ou pelo resultado, reunindo modelos normalmente (método de atualização dos cash flows futuros, modelo de Black & Scholes, técnicas de interpolação). Esta maximizam a utilização de dados observáveis. Estas técnicas são calibradas para refletir as atuais condições do mercado. Caso necessário, são aplicados ajustamento de valorização, quando os fatores como os riscos de modelo, de liquidez e de crédito não são considerados nas técnicas de valorização ou nos parâmetros utilizados, mas são no entanto considerados pelos participantes de mercado aquando da determinação do valor de mercado.

O valor de mercado deve ser determinado para cada ativo financeiro ou passivo financeiro de forma individual, mas pode ser avaliado com base na carteira desde que sejam reunidas certas condições. Assim, o Grupo aplica esta exceção quando um grupo de ativos financeiros e de passivo financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a riscos similares, de mercado ou de crédito, que se compensam, em conformidade com uma estratégia interna de gestão dos riscos devidamente documentada.

Os ativos e passivos avaliados ou apresentados pelo valor de mercado são repartidos de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: os valores de mercado são determinados utilizando diretamente os preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos. As características de um mercado ativo incluem a existência de um volume e de uma frequência suficientes e transações assim como uma disponibilidade contínua dos preços.
- Nível 2: os valores de mercado são determinados através de técnicas de valorização cujos parâmetros significativos são observáveis nos mercados, diretamente ou indiretamente. Estas técnicas são regularmente calibradas e os parâmetros corroborados por dados oriundos de mercados ativos.
- Nível 3: os valores de mercado são determinados através de técnicas de valorização cujos parâmetros significativos utilizados são não observáveis ou não podem ser corroborados por dados de mercado devido por exemplo à ausência de liquidez do instrumento ou de um risco de modelo significativo. Um parâmetro não observável é um dado para o qual não está disponível nenhuma informação de mercado. Resulta portanto de hipóteses internas sobre os dados que seriam utilizados pelos outros participantes de mercado. A avaliação da ausência de liquidez ou a identificação de um risco de modelo pressupõe o exercício do julgamento.

A classificação de um ativo ou de um passivo na hierarquia depende do nível do parâmetro mais significativo à luz do valor de mercado do instrumento.

Para os instrumentos financeiros apresentados no Nível 3 da hierarquia, pode surgir uma diferença entre o preço de transação e o valor de mercado. Esta margem (« Day One Profit ») é diferida e apresentada em resultado sobre a duração de inobservabilidade antecipada dos parâmetros de valorização. Quando os parâmetros não observáveis na origem se tornam

observáveis mais tarde ou quando a valorização pode ser justificada por comparação com a de transações recentes e similares operadas num mercado ativo, a parte da margem que ainda não foi reconhecida é então contabilizada em resultado.

1.c.11 Ativos e passivos financeiro contabilizados em valor de mercado por resultado sobre opção

Os ativos e passivos financeiros podem ser designados em valor de mercado por resultado nos casos seguintes:

- quando se trata de instrumentos financeiros compostos incluindo um ou vários derivados incorporados que de outra forma deveriam ser extraídos e contabilizados em separado;
- quando a utilização desta opção permite eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na avaliação e a contabilização dos ativos e passivos que de outra forma resultariam da sua classificação em categorias contabilísticas distintas;
- quando o grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido e avaliado com base no seu valor de mercado, em conformidade com uma estratégia de gestão e de investimento devidamente documentada.

1.c.12 Rendimentos e encargos relativos aos ativos e passivos financeiros

Os rendimentos e os encargos relativos aos instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado e pelos ativos de rendimento fixo classificados em “Ativos financeiros disponíveis para venda” são contabilizados na demonstração de resultados utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa de atualização que assegura a identidade entre o valor atualizado dos fluxos de tesouraria futuros sobre a duração de vida do instrumento financeiro ou, consoante o caso, sobre uma duração de vida mais curta, e o montante inscrito no balanço. O cálculo desta taxa leva em consideração comissões recebidas ou pagas e fazendo por natureza parte integrante da taxa efetiva do contrato, dos custos de transação e dos prémios e descontos.

O Grupo regista no resultado os proveitos e encargos de comissões sobre prestações de serviços em função da natureza das prestações às quais estas correspondem. As comissões consideradas como um complemento de juro fazem parte integrante da taxa de juro efetiva e são contabilizadas na demonstração de resultados em “Proveitos e encargos de juro e assimilados”. As comissões remunerando a execução de um ato importante são contabilizadas na demonstração de resultados integralmente aquando da execução deste ato, sob a rubrica “Comissões” assim como as comissões remunerando um serviço contínuo que são tidas em conta sobre a duração da prestação fornecida.

As comissões recebidas no quadro dos compromissos de garantia financeira são reputadas representar o valor de mercado inicial do compromisso. O passivo daí resultante é posteriormente amortizado durante o compromisso, em produtos de comissões no seio do Resultado Líquido Bancário.

1.c.13 Custo do risco

O custo do risco inclui a título do risco de crédito as dotações e recuperações de provisões para depreciação dos títulos de rendimento fixo e dos empréstimos concedidos e créditos à clientela e a estabelecimentos de crédito, as dotações e recuperações relativas aos compromissos de financiamento e de garantia concedidos, as perdas sobre créditos incobráveis e as recuperações sobre créditos amortizados. São igualmente

contabilizadas em custo do risco as depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contraparte de instrumentos financeiros negociados à vista assim como os encargos ligados às fraudes e aos litígios inerentes à atividade de financiamento.

1.c.14 Desreconhecimento de ativos ou de passivos financeiros

O Grupo desreconhece todo ou parte de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de tesouraria do ativo expiram ou quando o Grupo transferiu os direitos contratuais de receber os fluxos de tesouraria do ativo financeiro e quase a totalidade dos riscos e das vantagens ligados à propriedade deste ativo. Se o conjunto destas condições não está reunido, o Grupo mantém o ativo no seu balanço e regista um passivo representando as obrigações resultantes da transferência do ativo.

O Grupo desreconhece todo ou parte de um passivo financeiro quando todo ou parte deste passivo está extinto.

1.c.15 Compensação dos ativos e dos passivos financeiros

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e um saldo líquido é apresentado no balanço se, e apenas se, o Grupo tiver um direito juridicamente executório de compensar os montantes contabilizados e se tencionar ou pagar o montante líquido ou realizar o ativo e pagar o passivo simultaneamente.

As operações com acordo de recompra entregues e de derivados tratadas com câmaras de compensação cujos princípios de funcionamento respondem aos dois critérios exigidos pela norma são objeto de uma compensação no balance.

1.d NORMAS CONTABILÍSTICAS PRÓPRIAS DAS ATIVIDADES DE SEGUROS

Os princípios contabilísticos e as regras de avaliação próprias dos ativos e passivos gerados pelos contratos de seguro e os contratos financeiros com uma cláusula de participação de carácter discricionário emitidos pelas companhias de seguros consolidadas são estabelecidos em conformidade com a norma IFRS 4 e mantidos nas contas consolidadas do Grupo.

Os outros ativos detidos e passivos emitidos pelas companhias de seguros seguem as regras comuns a todos os ativos e passivos do Grupo e são apresentados nos postos de mesma natureza do balanço e da demonstração de resultados consolidados.

1.d.1 Ativos

Os ativos financeiros e as imobilizações seguem os modos de contabilização já descritos, à exceção das partes de SCI, suportes de contratos em unidades de conta, que são valorizadas na data de liquidação pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, sendo as suas variações contabilizadas na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros representando as provisões técnicas aferentes aos contratos em unidades de conta são assim apresentados em “Ativos financeiros pelo justo valor por resultado” e avaliados na data de liquidação pelo valor de realização dos suportes de referência.

1.d.2 Passivos

Os compromissos para com subscritores e beneficiários dos contratos vêm referidos no posto “Provisões técnicas das companhias de seguros”, e reúnem os passivos dos contratos de seguros submetidos a um imprevisível aleatório de seguro significativo (mortalidade, invalidez...) e contratos financeiros incluindo uma cláusula discricionária de participação nos lucros, aos quais se aplica a norma IFRS 4. A cláusula de participação discricionária outorga aos subscritores de contratos de seguro de vida o direito de receberem, além da remuneração garantida, uma quota-parte dos resultados financeiros realizados.

Os passivos relativos aos outros contratos financeiros, que dependem da norma IAS 39, são contabilizados no posto «Débitos com a clientela».

Os passivos dos contratos em unidades de conta são avaliados por referência ao valor de mercado ou o seu equivalente dos ativos servindo de suporte a estes contratos na data de liquidação.

As provisões técnicas das filiais de seguro de vida são principalmente constituídas pelas provisões matemáticas que correspondem, geralmente, ao valor de re aquisição dos contratos.

As garantias propostas cobrem principalmente o risco de morte (seguro temporário, rendas vitalícias, reembolso de empréstimos contraídos ou garantias mínimas dos contratos em unidades de conta) assim como em seguro dos mutuários, a invalidez, a incapacidade de trabalho e a falta de emprego. O controlo destes riscos é obtido graças à utilização de tabelas de mortalidade adaptadas (tabelas certificadas pelos beneficiários dos rendimentos), à seleção médica mais ou menos puxada consoante as garantias outorgadas, ao bom conhecimento estatístico das populações seguradas assim como aos programas de resseguro.

Em seguro que não de vida, provisões para prémios não adquiridos (frações de prémios emitidos correspondendo aos exercícios futuros) e para sinistros a pagar são constituídas incluindo os encargos de gestão.

Na data de fecho, é realizado um teste de suficiência passiva: o nível das provisões técnicas é comparado com o valor médio, oriundo dos cálculos estocásticos, dos fluxos de tesouraria. O eventual ajustamento das provisões técnicas é verificado no resultado do período. A reserva de capitalização dotada nas contas sociais devido à venda de valores mobiliários amortizáveis, no intuito de diferir uma parte das mais-valias líquidas realizadas para manter o rendimento atuarial da carteira constituída em representação dos compromissos para com os segurados, é, no essencial, reclassificada em provisão para participação nos lucros diferida passiva nas contas consolidadas do Grupo, a parte registada nos capitais próprios dando lugar à constatação de um imposto diferido passivo.

Esta provisão compreende igualmente a provisão para participação diferida, resultante da aplicação da «contabilidade reflexo»: esta representa a quota-parte dos segurados, principalmente das filiais de seguro de vida em França, nas mais e menos-valias latentes sobre os ativos quando a remuneração dos contratos está ligada ao seu rendimento. Esta quota-parte é uma média oriunda de cálculos estocásticos sobre as mais e menos-valias latentes atribuídas aos assegurados no âmbito dos cenários estudados.

Em caso de existência de uma menos-valia latente líquida sobre os ativos entrando no campo de aplicação da «contabilidade reflexo», verifica-se uma participação diferida ativa para o montante cuja imputação sobre participações nos lucros futuros dos segurados é fortemente provável. A apreciação da recuperabilidade desta participação diferida ativa é efetuada de maneira prospetiva, tendo em conta participações nos lucros diferidos passivos contabilizadas, mais-valias sobre ativos financeiros não verificadas nas contas devido às opções escolhidas para a sua contabilização (ativos financeiros detidos até ao vencimento e investimentos imobiliários avaliados pelo custo) e a capacidade e a intenção da empresa de deter os investimentos em menos-valia latente. A participação nos lucros diferida ativa é contabilizada de maneira simétrica à dos ativos correspondentes e apresentada no ativo do balanço no posto «contas de regularização e ativos diversos».

1.d.3 Demonstração de resultados

Os proveitos e encargos contabilizados no âmbito dos contratos de seguro emitidos pelo Grupo são apresentados na demonstração de resultados sob as rubricas «Proveitos das outras atividades» e «Encargos das outras atividades».

Os outros proveitos e encargos são apresentados sob as rubricas relativas a estes. Assim, as variações da provisão para participação nos lucros são apresentadas nos mesmos agregados que os resultados sobre os ativos que as geram.

1.e IMOBILIZAÇÕES

As immobilizações inscritas no balanço do Grupo incluem as immobilizações corpóreas e incorpóreas de exploração assim como os imóveis de investimento.

As immobilizações de exploração são utilizadas para fins de produção de serviços, ou administrativas. Estas incluem os bens outros que imobiliários, cedidos em aluguer simples.

Os imóveis de investimento são bens imobiliários detidos para daí retirar rendas e valorizar o capital investido.

As immobilizações são registadas pelo seu custo de aquisição acrescido das despesas diretamente atribuíveis, e dos custos de empréstimo contraído incorridos quando a colocação em serviço das immobilizações é antecedida de um longo período de construção ou de adaptação.

Os softwares desenvolvidos internamente, quando preenchem os critérios de imobilização, são imobilizados pelo seu custo direto de desenvolvimento que inclui as despesas externas e os encargos com o pessoal diretamente afetáveis ao projeto.

Após contabilização inicial, as immobilizações são avaliadas pelo seu custo diminuído do acumulado das amortizações e das perdas eventuais de valor, à exceção das partes de SCI, suportes de contratos de seguros em unidades de conta, que são valorizadas em data de liquidação pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, as variações desta sendo contabilizadas na demonstração de resultados.

O montante amortizável de uma imobilização é determinado após dedução do seu valor residual. Apenas os bens concedidos em locação simples são reputados ter um valor residual, a duração de uso das immobilizações de exploração sendo geralmente igual à duração de vida económica esperada do bem.

As immobilizações são amortizadas segundo o modo linear sobre a duração de utilidade esperada do bem para a empresa. As dotações às amortizações são contabilizadas sob a rubrica «Dotações às amortizações e provisões para depreciação das immobilizações corpóreas e incorpóreas» da demonstração de resultados.

Quando uma imobilização é composta por vários elementos podendo ser alvo de substituição em intervalos regulares, com utilizações diferentes ou procurando vantagens económicas segundo um ritmo diferente, cada elemento é contabilizado separadamente e cada um dos componentes é amortizado de acordo com um plano de amortização que lhe é próprio. A abordagem por componentes foi escolhida para os imóveis de exploração e de investimento.

As durações de amortização escolhidas para os imóveis de escritórios são de 80 e 60 anos para a estrutura dos imóveis de prestígio e os outros imóveis respetivamente, 30 anos para as fachadas, 20 anos para as instalações gerais e técnicas e 10 anos para as remodelações.

Os softwares são amortizados, consoante a sua natureza, sobre durações não excedendo 8 anos para os desenvolvimentos de infraestruturas e 3 anos ou 5 anos para os desenvolvimentos essencialmente ligados à produção de serviços prestados à clientela.

Os custos de manutenção dos softwares são registados em encargos na demonstração de resultados quando estes são incorridos. Em compensação, as despesas que participam na melhoria das funcionalidades do software ou contribuem para alongar a sua duração de vida são inscritas em aumento do custo de aquisição ou de confecção inicial.

As imobilizações amortizáveis são alvo de um teste de depreciação quando na data de fecho, são identificados eventuais índices de perdas de valor. As imobilizações não amortizáveis são alvo de um teste de depreciação pelo menos uma vez por ano sob o modelo daquele efetuado para os sobrevalores afetados aos conjuntos homogéneos de áreas de intervenção.

Se existe um tal índice de depreciação, o novo valor cobrável do ativo é comparado com o valor líquido contabilístico da imobilização. Em caso de perda de valor, uma depreciação é verificada em demonstração de resultados. A depreciação é retomada em caso de modificação da estimativa do valor cobrável ou de desaparecimento dos índices de depreciação. As depreciações são contabilizadas sob a rubrica "Dotações às amortizações e provisões para depreciação das imobilizações corpóreas e incorpóreas" da demonstração de resultados.

As mais ou menos-valias de cedência das imobilizações de exploração são registadas na demonstração de resultados sob a rubrica "Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados".

As mais ou menos-valias de cessão dos imóveis de investimento são registadas na demonstração de resultados sob a rubrica "Resultados das outras atividades" ou "Encargos das outras atividades".

1.f CONTRATOS DE LOCAÇÃO

As diferentes sociedades do Grupo podem ser o locatário ou o locador.

1.f.1 A empresa do Grupo é o locador

Os contratos de locação consentidos pelo Grupo são analisados em contratos de locação financeira (locação financeira e outros) ou em contratos de locação simples.

Contratos de locação financiamento

Num contrato de locação financiamento, o locador transfere para o locatário o essencial dos riscos e vantagens do ativo. Este analisa-se como um financiamento concedido ao locatário para a compra de um bem.

O valor atual dos pagamentos devidos no âmbito do contrato, acrescido se tal for o caso do valor residual, é registado como um débito. O rendimento líquido da operação para o proprietário ou o arrendatário corresponde ao montante de juros do empréstimo concedido e é registado na demonstração de resultados sob a rubrica "Juros e proveitos assimilados". As rendas recebidas são repartidas sobre a duração do contrato de locação financeira imputando-as em amortização do capital e em juros para que o rendimento líquido represente uma taxa de rentabilidade constante sobre o ativo residual. A taxa de juro aplicada é a taxa de juro implícita do contrato.

As provisões verificadas nestes empréstimos concedidos e créditos, quer se trate de provisões individuais ou de provisões de carteira, seguem as mesmas regras que aquelas descritas para aos empréstimos concedidos e créditos.

Contratos de locação simples

Um contrato de locação simples, é um contrato pelo qual o essencial dos riscos e vantagens do ativo alugado não é transferido para o locatário. O bem é contabilizado no ativo do proprietário em imobilizações e amortizado linearmente sobre o período de locação. A amortização do bem efetua-se fora do valor residual enquanto que as rendas são contabilizadas em resultado na sua totalidade de forma linear sobre a duração do contrato de locação. Estas rendas e estas dotações às amortizações são registadas na demonstração de resultados nas linhas «Proveitos das outras atividades» e «Encargos das outras atividades».

1.f.2 A empresa do Grupo é locatária

Os contratos de locação concluídos pelo Grupo são analisados em contratos de locação financeira (leasing e outros) ou em contratos de locação simples.

Contratos de locação-financiamento

Um contrato de locação financeira é considerado como um bem adquirido pelo locatário e financiado por um empréstimo contraído. O ativo alugado é contabilizado pelo seu valor de mercado no ativo do balanço do locatário ou, se este for inferior, pelo seu valor atualizado dos pagamentos mínimos a título do contrato de locação determinado à taxa de juro implícita do contrato. Em contrapartida, um débito financeiro de um montante igual ao valor de mercado da imobilização ou ao valor atualizado dos pagamentos mínimos é verificado no passivo do locatário. O bem é amortizado segundo o mesmo método que aquele aplicável às imobilizações detidas por conta própria, após ter deduzido do seu preço de aquisição a estimativa do seu valor residual. O prazo de utilização retido é a duração de vida útil do ativo. O débito financeiro é contabilizado ao custo amortizado.

Contratos de locação simples

O bem não é contabilizado no ativo do locatário. Os pagamentos efetuados no âmbito dos contratos de locação simples são linearmente registados na demonstração de resultados durante o período de aluguer.

1.g ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E ATIVIDADES ABANDONADAS

Quando o Grupo decide vender ativos não correntes, e quando é altamente provável que esta venda venha a ocorrer nos doze meses seguintes, estes ativos são apresentados separadamente no balanço no posto "Ativos não correntes destinados a serem cedidos". Os passivos eventualmente ligados a estes são apresentados separadamente no posto "Débitos ligados aos ativos não correntes destinados a serem cedidos».

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos não correntes e grupos de ativos e de passivos são avaliados pelo seu valor contabilístico mais baixo e pelo seu justo valor minorado dos custos de venda.

Os ativos visados deixam de ser amortizados. Em caso de perda de valor verificada num ativo ou um grupo de ativos e de passivos, é verificada uma depreciação em resultado. As perdas de valor contabilizadas neste âmbito são reversíveis.

Além disso, quando um grupo de ativos e de passivos destinado à venda constitui um conjunto homogêneo de áreas de intervenção, é qualificado de atividade abandonada. As atividades abandonadas incluem em simultâneo as atividades destinadas a serem cedidas, as atividades paradas, assim como as filiais adquiridas exclusivamente numa perspetiva de revenda.

O conjunto das perdas e lucros relativos a estas operações é apresentado separadamente na demonstração de resultados, na linha "Resultado líquido de imposto das atividades paradas ou em via de cessão", que inclui os resultados líquidos após imposto da atividade, o resultado líquido após imposto ligado à sua avaliação pelo valor de mercado minorado dos custos de venda, e o resultado líquido após imposto da cessão da atividade.

1.h VANTAGENS COM BENEFÍCIOS PARA O PESSOAL

As vantagens consentidas ao pessoal do Grupo são classificadas em quatro categorias:

- as vantagens a curto prazo, tais como os salários, os subsídios anuais, o interesse, a participação, os acréscimos;
- as vantagens a longo prazo, que incluem as licenças com vencimento e os prémios ligados à antiguidade, certas remunerações diferidas pagas em numerário;
- as indemnizações de fim de contrato de trabalho;
- as vantagens posteriores ao emprego constituídas nomeadamente em França pelos complementos de reforma bancária, e os prémios de fim de carreira, e no estrangeiro por regimes de reforma suportadas para alguns, por fundos de pensões;

Vantagens a curto prazo

A empresa contabiliza um encargo quando utilizou os serviços prestados pelos membros do pessoal em contrapartida das vantagens que lhes foram consentidas.

Vantagens a longo prazo

As vantagens a longo prazo designam as vantagens, diferentes das vantagens posteriores ao emprego e as indemnizações de fim de contrato de trabalho, que não são devidas integralmente nos doze meses a seguir ao fim do exercício durante o qual os membros do pessoal prestaram os serviços correspondentes. São nomeadamente visadas as remunerações diferidas de mais de doze meses pagas em numerário e não indexadas sobre a cotação da ação BNP Paribas, que são provisionadas nas contas do exercício ao qual correspondem.

O método de avaliação atuarial é similar ao que se aplica às vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas, mas os elementos de reavaliação são contabilizados em resultado e não em capitais próprios.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

As indemnizações de fim de contrato são as vantagens concedidas a um membro do pessoal como contrapartida para a cessação do seu emprego resultando na rescisão por parte do Grupo do contrato antes da idade legal da reforma ou na decisão do membro do pessoal de partir voluntariamente em troca de uma indemnização. As indemnizações de fim de contrato de trabalho exigíveis para mais de doze meses após a data de fecho são objeto de uma atualização.

Vantagens posteriores ao emprego

Em conformidade com os princípios geralmente admitidos, o Grupo distingue os regimes de descontos definidos e os regimes de prestações definidas.

Os regimes qualificados de "regimes de descontos definidos" não são representativos de um compromisso para a empresa e não são alvo de qualquer provisão. O montante dos descontos incorridos durante o exercício é verificado em encargos.

Apenas os regimes qualificados de "regimes de prestações definidas" são representativos de um compromisso a cargo da empresa que dá lugar a avaliação e provisionamento.

A classificação numa ou noutra destas categorias apoia-se na substância económica do regime para determinar se o Grupo é impelido ou não, pelas cláusulas de uma convenção ou por uma obrigação implícita, de assegurar as prestações prometidas aos membros do pessoal.

As vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas são objeto de avaliações atuariais tendo em conta hipóteses demográficas e financeiras.

O passivo líquido contabilizado no âmbito dos regimes posteriores ao emprego é a diferença entre o valor atualizado da obrigação no âmbito das prestações definidas e o valor de mercado dos ativos do regime (se existirem).

O valor atualizado da obrigação no âmbito das prestações definidas é determinado utilizando as hipóteses atuariais escolhidas pela empresa e aplicando o método das unidades de crédito projetadas. Este método de avaliação leva em consideração um certo número de parâmetros próprios a cada país ou entidade do Grupo tais como hipóteses demográficas, reformas antecipadas, aumentos dos salários e taxas de atualização e de inflação.

Quando o montante dos ativos de cobertura excede o valor do compromisso, é contabilizado um ativo se for representativo de uma vantagem económica futura para o Grupo tomando a forma de uma economia de descontos futuros ou de um reembolso esperado de uma parte dos montantes pagos ao regime.

O encargo anual contabilizado em encargos com o pessoal no âmbito dos regimes com prestações definidas é representativo dos direitos adquiridos durante o período por cada trabalhador correspondente ao custo dos serviços prestados, do custo financeiro ligado à atualização do passivo (ativo) líquido no quadro das prestações definidas, dos custos dos serviços passados resultando das eventuais alterações ou reduções de regimes, assim como das eventuais consequências das liquidações de regimes.

Os elementos de reavaliação do passivo (do ativo) líquido no âmbito das prestações definidas são diretamente contabilizados em capitais próprios sem nunca afetar o resultado. Incluem os ganhos e perdas

atuariais, o rendimento dos ativos do regime e a variação do efeito de limite eventual do ativo (com exceção dos montantes considerados no cálculo dos juros líquidos sobre o passivo ou o ativo líquido no âmbito das prestações definidas).

1.i PAGAMENTO À BASE DE AÇÕES

Os pagamentos à base de ações são constituídos pelos pagamentos fundados sobre ações emitidas pelo Grupo, quer sejam resolvidos pela entrega de ações ou por um pagamento em numerário cujo montante depende da evolução do valor das ações.

A norma IFRS 2 prescreve que se contabilize um encargo representativo destes pagamentos à base de ações outorgados após a 7 de novembro de 2002; o montante deste encargo correspondendo ao valor da remuneração à base de ações concedido ao trabalhador.

O BNP Paribas concede aos seus empregados planos de opções de subscrição, remunerações diferidas pagas em ações da empresa ou em numerário indexadas sobre o valor da ação, e oferece-lhes a possibilidade de subscreverem ações da empresa emitidas para este efeito com um desconto ligado a um período de inaccessibilidade das ações subscritas.

Planos de atribuição de opções de subscrição de ações (stock-options) e ações gratuitas

O encargo aferente aos planos atribuídos é repartido sobre o período de aquisição dos direitos, na medida em que a obtenção da vantagem está submetida a uma condição de presença.

Este encargo, inscrito nos encargos com o pessoal, cuja contrapartida aparece nos capitais próprios, é calculado com base no valor global do plano, determinado na data de atribuição pelo Conselho de administração.

Na ausência de mercado para estes instrumentos, são utilizados modelos financeiros de valorização tomando em consideração, se tal for o caso, as condições de desempenho relativo à ação BNP Paribas. O encargo total do plano é determinado multiplicando o valor unitário da opção ou da ação gratuita atribuída pelo número estimado de opções adquiridas no fim do período de aquisição dos direitos tendo em conta as condições de presença dos beneficiários.

Apenas as hipóteses relativas à saída dos beneficiários e às condições de desempenho que não estão ligadas ao valor do título BNP Paribas são alvo de uma nova estimativa durante o período de aquisição dos direitos e dão lugar a um reajustamento do encargo.

Remunerações variáveis diferidas pagas em numerário indexadas à cotação da ação

Estas remunerações são contabilizadas nos encargos dos exercícios durante os quais o assalariado presta os serviços correspondentes.

Quando o pagamento à base de ações das remunerações variáveis diferidas é explicitamente submetido a uma condição de aquisição ligada à presença, presume-se que os serviços foram recebidos no período de aquisição e o encargo de remuneração correspondente está inscrito, proporcionalmente ao tempo sobre este período, em encargos com o pessoal em contrapartida de um débito. O encargo é revisto para ter em conta a não realização das condições de presença ou de desempenho, e da variação do valor do título BNP Paribas.

Na ausência de condição de presença, o encargo é verificado, sem alargamento, como contrapartida de um débito que é depois novamente estimado a cada fecho em função das eventuais condições de desempenho e da variação de valor do título BNP Paribas, e isto até ao seu pagamento.

Oferta de subscrição ou de compra de ações proposta aos assalariados no quadro do Plano de Poupança da Empresa

As subscrições ou compras de ações propostas aos funcionários com um desconto em relação ao preço médio de mercado durante um determinado período no âmbito do Plano Poupança Empresa não incluem período de aquisição dos direitos mas são agravadas de uma interdição legal de ceder as ações durante um período de 5 anos o qual é considerado na valorização, em diminuição da vantagem concedida aos empregados. Esta vantagem é portanto medida como a diferença, na data de anúncio do plano aos assalariados, entre o valor de mercado da ação adquirida tendo em conta a condição de inaccessibilidade e o preço de aquisição pago pelo empregado, transitado para o número de ações efetivamente adquiridas.

O custo de inaccessibilidade durante 5 anos das ações adquiridas é equivalente ao de uma estratégia consistindo, por um lado, em vender a prazo os títulos subscritos durante o aumento de capital reservado aos funcionários e, por outro lado, em comprar a prazo no mercado um número equivalente de ações BNP Paribas financiando-as com um empréstimo reembolsado ao fim de 5 anos pelo produto da venda a prazo. A taxa do empréstimo contraído é a que seria consentida, a um ator do mercado solicitando um empréstimo pessoal ordinário não afetado reembolsável dentro de 5 anos e apresentando um perfil de risco médio. A valorização do preço de venda a prazo da ação é determinada com base em parâmetros de mercado.

1.j PROVISÕES DE PASSIVO

As provisões registadas no passivo do balanço do Grupo, diferentes daquelas relativas aos instrumentos financeiros, aos compromissos sociais e aos contratos de seguros, dizem respeito principalmente às provisões para reestruturação, litígios, multas, penalidades e riscos fiscais.

É constituída uma provisão quando é provável que haja necessidade de uma saída de recursos representativa para extinguir uma obrigação resultante de um evento passado e quando o montante da obrigação pode ser estimado de modo fiável. O montante desta obrigação é atualizado para determinar o montante da provisão, desde que esta atualização apresente um carácter significativo.

1.k IMPOSTO CORRENTE E DIFERIDO

O encargo de imposto sobre o lucro exigível é determinado com base nas regras e taxas em vigor em cada país de implantação das empresas do Grupo para o período ao qual se referem os resultados.

São contabilizados impostos diferidos quando existem diferenças temporais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos do balanço e os seus valores fiscais.

São reconhecidos passivos de impostos diferidos para todas as diferenças temporais tributáveis com exceção:

- das diferenças temporais tributáveis geradas pela contabilização inicial de um goodwill;
- das diferenças temporais tributáveis relativas aos investimentos nas empresas sob controlo exclusivo e controlo conjunto, na medida em que o Grupo é capaz de controlar a data à qual a diferença temporal se inverterá e que é provável que esta diferença temporal não se inverta num futuro previsível.

São verificados ativos de impostos diferidos para todas as diferenças temporais dedutíveis e as perdas fiscais transitáveis na medida em que é provável que a entidade visada disporá de lucros tributáveis futuros sobre os quais estas diferenças temporais e estas perdas fiscais poderão ser imputadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são avaliados segundo o método de transição variável sobre a taxa de imposto cuja aplicação é presumida sobre o período durante o qual o ativo será realizado ou o passivo pago, com base nas taxas de imposto e regulamentações fiscais que foram adotados ou o serão antes da data de fecho do período. Não são alvo de uma atualização.

Os impostos diferidos ativos ou passivos são compensados quando têm a sua origem no seio de um mesmo grupo fiscal, dependem da mesma autoridade fiscal, e quando existe um direito legal de compensação.

Os impostos exigíveis e diferidos são contabilizados como um produto ou um encargo de imposto na demonstração de resultados, à exceção daqueles referentes aos proveitos e perdas latentes sobre os ativos disponíveis para venda e às variações de valor dos instrumentos derivados designados em cobertura de resultados futuros, para os quais os impostos diferidos correspondentes são imputados sobre os capitais próprios.

Os créditos de imposto sobre rendimentos de créditos e de carteiras de títulos, quando estes são efetivamente utilizados como pagamento do imposto sobre as sociedades devido relativamente ao exercício, são contabilizados na mesma rubrica que os resultados aos quais estão ligados. O encargo de imposto correspondente é mantido na rubrica «Imposto sobre os lucros» da demonstração de resultados.

1.1 QUADROS DOS FLUXOS DE TESOURARIA

O saldo das contas de tesouraria e assimilados é constituído pelos saldos líquidos das contas de caixa, bancos centrais, CCP assim como os saldos líquidos dos empréstimos concedidos e empréstimos contraídos à vista junto dos estabelecimentos de crédito.

As variações da tesouraria gerada pela atividade operacional registam os fluxos de tesouraria gerados pelas atividades do grupo, incluindo aqueles relativos aos imóveis de investimento, aos ativos financeiros detidos até ao vencimento e títulos de débitos negociáveis.

As variações da tesouraria ligadas às operações de investimento resultam dos fluxos de tesouraria ligados às aquisições e às cedências de filiais, empresas associadas ou em jointventure consolidadas assim como aqueles ligados às aquisições e às cedências de imobilizações, fora imóveis de investimento e imóveis dados em locação simples.

As variações da tesouraria ligadas às operações de financiamento compreendem os encaixes e desembolsos provenientes das operações com os acionistas e os fluxos ligados às dívidas subordinadas e obrigacionistas, e débitos representados por um título (exceto títulos de débitos negociáveis).

1.m UTILIZAÇÃO DAS ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige responsáveis das áreas de intervenção e das funções, bem como a formulação de hipóteses e a realização de estimativas que se traduzem na determinação dos proveitos e dos encargos na demonstração de resultados como na avaliação dos ativos e passivos do balanço e na confecção das notas anexas relativas a estes. Este exercício supõe que os gestores ajuízem e utilizem as informações disponíveis à data de elaboração das Demonstrações financeiras para proceder às estimativas necessárias. Os futuros resultados definitivos das operações para as quais os gestores recorreram a estimativas podem com evidência revelar-se diferentes destas nomeadamente em função de condições de mercado diferentes e terem um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

Assim é em particular o caso:

- das depreciações levadas a cabo para cobrir os riscos inerentes às atividades de intermediação bancária;
- do uso de modelos internos para a valorização das posições sobre instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos;
- do cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros não cotados classificados em “Ativos disponíveis para venda” ou em “Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado” no ativo ou no passivo e, mais geralmente, do cálculo dos valores de mercado dos instrumentos financeiros para os quais esta informação deve ser colocada nas notas anexas das demonstrações financeiras;
- do carácter ativo ou não de um mercado para utilizar uma técnica de valorização;
- das depreciações de ativos financeiros de rendimento variável classificados na categoria «disponíveis para venda» ;
- dos testes de depreciação efetuados sobre os ativos incorpóreos;
- da pertinência da qualificação de certas coberturas de resultado por instrumentos financeiros derivados e da medida da eficácia das estratégias de cobertura;
- da estimativa do valor residual dos ativos alvo de operações de locação financiamento ou de locação simples e mais geralmente dos ativos amortizados dedução feita do seu valor residual estimado;
- da determinação das provisões destinadas a cobrir os riscos de perdas e encargos.

O mesmo sucede no respeitante às hipóteses escolhidas para apreciar a sensibilidade de cada tipo de risco de mercado, assim como a sensibilidade das valorizações aos parâmetros não observáveis.

Nota 2 EFEITO DA APLICAÇÃO RETROSPETIVA DA EMENDA À NORMA IAS 19

Desde 1 de janeiro de 2013, o Grupo aplica a emenda à IAS 19 « Vantagens para o pessoal » adotada em junho de 2012 pela União Europeia: a dívida no âmbito dos compromissos de reforma encontra-se no balanço do Grupo tendo em conta os ganhos e perdas atuariais que não

tenham sido contabilizados ou amortizados. Trata-se de uma emenda de aplicação retrospectiva, as demonstrações financeiras comparativas em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012 foram novamente tratadas.

Balanço

O quadro abaixo apresenta as rubricas do balanço que foram objeto de ajustamentos por aplicação da emenda à norma IAS 19.

Em milhões de euros	31 de dezembro de 2011 antes da emenda IAS 19	Novos tratamentos	1 de janeiro de 2012 retraité	31 de dezembro de 2012 antes da emenda IAS	Novos tratamentos	31 de dezembro de 2012 retraité
ATIVO						
Ativos de impostos correntes e diferidos	11 570	106	11 676	8 661	71	8 732
Contas de regularização e ativos diversos	93 540	(157)	93 383	99 359	(152)	99 207
Participações nas empresas segundo método de equivalência patrimonial	4 474	(4)	4 470	7 040	(9)	7 031
EFEITO SOBRE O TOTAL DO ACTIVO		(55)			(90)	
DÉBITOS						
Passivos de impostos correntes e diferidos	3 489	(14)	3 475	3 046	(103)	2 943
Provisões para riscos e encargos	10 480	255	10 735	10 962	418	11 380
EFEITO SOBRE O TOTAL DOS DÉBITOS		241			315	
CAPITAIS PRÓPRIOS						
Capital e reservas consolidadas	76 764	(354)	76 410	82 655	(437)	82 218
Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios	(1 394)		(1 394)	3 231	(5)	3 226
Total parte do Grupo	75 370	(354)	75 016	85 886	(442)	85 444
Capital e reservas consolidadas	10 737	58	10 795	8 124	37	8 161
Variações de ativos e passivos diretamente contabilizados em capitais próprios	(481)		(481)	412		412
Total interesses minoritários	10 256	58	10 314	8 536	37	8 573
EFEITO SOBRE O TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS		(296)			(405)	

Os novos tratamentos são analisados da seguinte forma:

Em milhões de euros	1 de janeiro de 2012			31 de dezembro 2012		
	Efeito da emenda à IAS 19	Dos quais custo dos serviços passados	Dos quais ganhos e perdas atuariais	Efeito da emenda à IAS 19	Dos quais serviços passados	Dos quais ganhos e perdas atuariais
Custos que ainda não foram contabilizados (antes imposto)	(412)	(163)	(249)	(570)	(153)	(417)
dos quais contas de regularização e ativos diversos	(157)			(152)		
dos quais provisões para riscos e encargos	(255)			(418)		
Impostos diferidos	120	57	63	174	54	120
dos quais impostos diferidos ativos	106			71		
dos quais impostos diferidos passivos	14			103		
Impacto das entidades segundo método de equivalência patrimonial	(4)		(4)	(9)		(9)
Paridades monetárias					(2)	2
EFEITOS DA APLICAÇÃO RETROSPECTIVA DA EMENDA À IAS 19	(296)	(106)	(190)	(405)	(101)	(304)

Conta de resultado e variações de ativos e de passivos diretamente contabilizados em capitais próprios

O quadro abaixo apresenta as rubricas da conta de resultados do exercício 2012 que foram objeto de ajustamentos por aplicação da emenda à norma IAS 19.

Em milhões de euros	Exercício 2012 antes da emenda à IAS19 tratamentos	Novos	Exercício 2012 novamente tratado
Despesas de pessoal	(15 255)	7	(15 248)
Imposto sobre os benefícios	(3 059)	(2)	(3 061)
EFEITO SOBRE O RESULTADO LÍQUIDO		5	
dos quais parte do grupo		11	
dos quais interesses minoritários		(6)	

Além disso, a aplicação da emenda levou a constatar as variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios em 31 de dezembro de 2012 :

- variações de valor que não podem ser incluídas no resultado para - 110 milhões de euros;
- um ajustamento das variações de paridades monetárias para - 5 milhões de euros.

Nota 3 NOTAS RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2013

3.a MARGEM DE JUROS

O grupo BNP Paribas apresenta, sob as rubricas “Juros e proveitos assimilados” e “Juros e encargos assimilados”, a remuneração determinada segundo o método da taxa de juro efetiva (juros, comissões e encargos) dos instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, assim como a remuneração dos instrumentos financeiros em valor de mercado que não correspondem à definição de um instrumento derivado. A variação de valor calculada sem juros corridos sobre estes instrumentos financeiros em

valor de mercado por resultado é contabilizada sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo seu justo valor por resultado».

Os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura de valor de mercado são apresentados com os rendimentos dos elementos para a cobertura dos riscos para os quais estes contribuem. Da mesma forma, os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura económica das operações designadas em valor de mercado por resultado são ligados às rubricas que registam os juros destas operações.

Em milhões de euros	Exercício 2013			Exercício 2012		
	Proveitos	Encargos	Net	Proveitos	Encargos	Net
Operações com a clientela	25 010	(7 928)	17 082	29 093	(9 375)	19 718
Contas e empréstimos concedidos/contraidos	23 725	(7 832)	15 893	27 622	(9 246)	18 376
Operações de recompra	20	(33)	(13)	21	(79)	(58)
Operações de locação-financiamento	1 265	(63)	1 202	1 450	(50)	1 400
Operações interbancárias	1 629	(1 929)	(300)	1 719	(2 562)	(843)
Contas e empréstimos concedidos/contraidos	1 523	(1 835)	(312)	1 645	(2 281)	(636)
Operações de recompra	106	(94)	12	74	(281)	(207)
Empréstimos contraídos emitidos pelo Grupo		(2 232)	(2 232)		(3 445)	(3 445)
Instrumentos de cobertura de resultados futuros	2 296	(1 961)	335	2 849	(2 477)	372
Instrumentos de cobertura das carteiras cobertos em taxas	2 308	(3 152)	(844)	2 146	(3 577)	(1 431)
Carteira de instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado	1 829	(1 157)	672	2 293	(1 295)	998
Carteira de títulos de rendimento fixo	1 221		1 221	1 438		1 438
Empréstimos concedidos/contraidos	222	(349)	(127)	207	(360)	(153)
Operações de recompra	386	(595)	(209)	648	(814)	(166)
Débitos representados por um título		(213)	(213)		(121)	(121)
Ativos disponíveis para venda	5 426		5 426	5 889		5 889
Ativos detidos até ao vencimento	457		457	487		487
TOTAL DOS PRODUTOS E ENCARGOS DE LUCROS OU ASSIMILADOS	38 955	(18 359)	20 596	44 476	(22 731)	21 745

O total dos proveitos de juros sobre os créditos que foram objeto de uma depreciação individual ascende a 520 milhões de euros para o exercício 2013 contra 610 milhões de euros para o exercício 2012.

3.b COMISSÕES

Os proveitos e encargos de comissões relativos aos instrumentos financeiros que não são avaliados pelo valor de mercado por resultado

ascenderam respetivamente a 3 179 milhões e 430 milhões de euros para o exercício 2013, contra um proveito de 3 258 milhões de euros e um encargo de 601 milhões de euros para o exercício 2012.

Os proveitos líquidos de comissões aferentes às atividades de fidúcia e assimilados que motivam o Grupo a deter ou a aplicar ativos em nome da clientela, de fidúcias, de instituições de pensões e de previdência e de outras instituições ascenderam a 2 213 milhões de euros para o exercício 2013, contra 2 298 milhões de euros para o exercício 2012.

3.c PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO

Os proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado cobrem os elementos de resultado aferentes aos

Instrumentos financeiros geridos no seio de uma carteira de transações e aos instrumentos financeiros que o Grupo designou como avaliáveis em valor de mercado por resultado, incluindo os dividendos, e à exceção dos rendimentos e encargos de juros apresentados na « Margem de juros » (nota 3.a).

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Carteira de transação	4 743	6 114
Instrumentos financeiros de taxas	1 070	2 066
Instrumentos financeiros de capital	3 497	3 132
Instrumentos financeiros de câmbio	(592)	609
Outros instrumentos derivados	701	307
Operações de recompra	67	-
Instrumentos avaliados em valor de mercado sobre opção	(86)	(2 818)
dos quais efeito da reavaliação dos débitos imputável ao risco emissor do Grupo BNP Paribas (nota 5.d)	(435)	(1 617)
Incidência da contabilidade de cobertura	(76)	16
Instrumentos derivados de cobertura de valor	879	258
Componentes cobertas dos instrumentos financeiros que foram alvo de uma cobertura de valor	(955)	(242)
TOTAL	4 581	3 312

Os proveitos líquidos das carteiras de transação incluem, por um valor negligenciável relativamente aos exercícios 2013 e 2012, a ineficácia ligada às coberturas de resultados futuros.

3.d PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Empréstimos concedidos e créditos, títulos de rendimento fixo ⁽¹⁾	439	839
Mais ou menos-valias líquidas de cessão	439	839
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 226	785
Proveitos de dividendo	569	515
Encargos de depreciação	(261)	(465)
Mais-valias líquidas de cessão	918	735
TOTAL	1 665	1 624

(1) Os proveitos de juros relativos aos instrumentos financeiros de rendimento fixo estão incluídos na « Margem de juros » (nota 3.a) e o encargo de depreciação ligado à eventual insolvabilidade dos emissores é apresentado no ponto « Custo do risco » (nota 3.f).

Os resultados latentes, anteriormente inscritos na rubrica «variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios» e inscritos em resultado representam um proveito líquido após efeito da provisão para participação nos excedentes do seguro de 838 milhões de euros durante o exercício 2013, contra um proveito líquido de 445 milhões de euros durante o exercício 2012.

A aplicação dos critérios de depreciação automáticos e de análise qualitativa levou a um encargo de primeira depreciação dos títulos de rendimento variável repartido da seguinte forma:

- - 23 milhões de euros ligados à redução de valor superior a 50 % relativamente ao valor de aquisição (- 45 milhões de euros em 2012) ;

- - 28 milhões de euros ligados à observação de uma menos-valia latente sobre dois anos consecutivos (- 8 milhões de euros em 2012) ;
- - 1 milhão de euros ligados à observação de uma menos-valia latente de pelo menos 30 % em média num ano (- 11 milhões de euros em 2012) ;
- - 14 milhões de euros ligados a uma análise qualitativa complementar (- 54 milhões de euros em 2012).

3.e PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES

Em milhões de euros	Exercício 2013			Exercício 2012		
	Proveitos	Encargos	Líquido	Proveitos	Encargos	Líquido
Proveito líquidos da atividade de seguros	26 120	(22 670)	3 450	24 715	(21 460)	3 255
Proveitos líquidos das propriedades de investimento	104	(56)	48	375	(178)	197
Proveitos líquidos das imobilizações em locação simples	5 470	(4 416)	1 054	5 871	(4 844)	1 027
Proveitos líquidos da atividade de promoção imobiliária	1 422	(1 236)	186	1 214	(1 006)	208
Outros proveitos líquidos	1 234	(1 170)	64	1 545	(1 373)	172
TOTAL LÍQUIDO DOS PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES	34 350	(29 548)	4 802	33 720	(28 861)	4 859

► PROVEITOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE SEGUROS

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Prémios adquiridos brutos	21 811	19 813
Encargos das prestações dos contratos	(15 532)	(15 267)
Variações das provisões técnicas	(5 232)	(4 246)
Variações de valor dos ativos de suportes de contratos em unidades de conta	2 768	3 361
Encargos ou proveitos líquidos das cessões em resseguro	(375)	(519)
Outros proveitos e encargos	10	113
TOTAL DOS PROVEITOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE SEGUROS	3 450	3 255

A rubrica « Encargos das prestações dos contratos » inclui o encargo ligado às recompras, vencimentos e sinistros nos contratos de seguro. A rubrica «Variação das provisões técnicas» inclui as variações de valor dos contratos financeiros, nomeadamente dos contratos em unidades de conta. Os juros pagos no âmbito destes contratos são contabilizados em encargos de juros.

3.f CUSTO DO RISCO

O custo do risco reúne o encargo das depreciações constituídas no âmbito do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do Grupo, assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de falha verificada por parte de contrapartes de instrumentos negociados à vista.

Custo do risco do período

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Dotações líquidas nas depreciações	(4 194)	(4 173)
Recuperações sobre créditos amortizados	569	714
Créditos irrecuperáveis não cobertos por depreciações	(429)	(482)
TOTAL DO CUSTO DO RISCO DO PERÍODO	(4 054)	(3 941)

► CUSTO DO RISCO DO PERÍODO POR NATUREZA DE ATIVOS

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	(6)	6
Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela	(3 797)	(3 769)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(19)	(13)
Instrumentos financeiros das atividades de mercado	(108)	(118)
Outros ativos	(33)	(8)
Compromissos por assinatura e diversos	(91)	(39)
TOTAL DO CUSTO DO RISCO DO PERÍODO	(4 054)	(3 941)

Depreciações constituídas no âmbito do risco de crédito**► VARIÇÃO DURANTE O PERÍODO DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS**

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS NO INÍCIO DO PERÍODO	28 417	30 675
Dotações líquidas às depreciações	4 194	4 173
Utilização de depreciações	(3 288)	(6 007)
Varição das paridades monetárias e diversos	(1 020)	(424)
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS NO FIM DO PERÍODO	28 303	28 417

► DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS POR NATUREZA DE ATIVOS

Em milhões de euros	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Depreciação dos ativos		
Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 5.f)	392	537
Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela (nota 5.g)	26 616	26 525
Instrumentos financeiros das atividades de mercado	162	276
Ativos financeiros disponíveis para venda (nota 5.c)	84	69
Outros ativos	41	34
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES DE ATIVOS FINANCEIROS	27 295	27 441
das quais provisões específicas	23 471	23 100
das quais provisões coletivas	3 824	4 341
Provisões inscritas no passivo		
Provisões para compromissos por assinatura		
sobre os estabelecimentos de crédito	23	45
sobre a clientela	468	451
Outras depreciações específicas	517	480
TOTAL DAS PROVISÕES INSCRITAS NO ÂMBITO DOS COMPROMISSOS DE CRÉDITO (nota 5.q)	1 008	976
das quais provisões específicas sobre compromissos por assinatura	334	327
das quais provisões coletivas	157	169
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES E PROVISÕES CONSTITUÍDAS	28 303	28 417

3.g PROVISÃO RELATIVA A PAGAMENTOS EM DÓLARES NO QUE RESPEITA A PAÍSES SUJEITOS ÀS SANÇÕES AMERICANAS

Conforme referido nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, o Banco, no quadro de discussões com o US Department of Justice, o New York County District Attorney's Office e outros controladores e autoridades governamentais, procedeu durante vários anos a uma revisão interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US implicando Estados ou pessoas coletivas ou individuais que poderiam estar submetidas a sanções económicas impostas pelas leis dos Estados Unidos, para verificar se o Banco tinha respeitado as leis visadas nas suas atividades.

A revisão recensou um volume significativo de operações que, embora não sendo proibidas pela regulamentação dos países das entidades do Grupo que as iniciaram, poderiam ser consideradas como não autorizadas à luz das leis e das regras dos Estados Unidos, incluindo nomeadamente as do Office of Foreign Assets Control (OFAC).

O Grupo que apresentou agora as conclusões desta revisão às autoridades dos Estados Unidos e iniciou com elas as discussões subsequentes, o Banco constituiu uma provisão de 1,1 bilhão de dólares (0,8 bilhão de euros) nas contas no quarto trimestre de 2013 em conformidade com as prescrições das normas contabilísticas internacionais IFRS, o montante das consequências financeiras, multas ou penalidades não pode no entanto ser determinado neste momento. Não houve discussões com as autoridades dos Estados Unidos a respeito do montante de uma eventual multa ou penalidade e as autoridades dos Estados Unidos nem aprovaram, nem se pronunciaram sobre o caráter adequado ou razoável desta provisão. Continua portanto a existir uma grade incerteza sobre o montante das multas ou penalidades que poderiam ser decididas pelas autoridades dos Estados Unidos na sequência do processo cujo termo ainda não é conhecido. Este montante poderia revelar-se muito diferentes da provisão constituída.

Tendo em conta o seu caráter excecional e o seu montante significativo e em conformidade com o referencial IFRS, esta provisão foi isolada numa linha específica da demonstração de resultados, no seio do resultado de exploração.

3.h IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Racionalização da carga fiscal em relação à taxa sobre as ⁽¹⁾	Exercício 2013		Exercício 2012 ⁽³⁾	
	Em milhões de euros	Taxa impostos	Em milhões de euros	Taxa impostos
Carga fiscal teórica sobre o resultado líquido antes dos impostos ⁽²⁾	(3 084)	38,0 %	(3 747)	36,1 %
Efeito do diferencial de taxa de tributação das entidades estrangeiras	336	- 4,1 %	216	- 2,1 %
Efeito da taxa reduzida sobre os dividendos e as cessões dos títulos	308	- 3,8 %	337	- 3,3 %
Efeito dos impostos ligado à ativação das perdas transitáveis e das diferenças temporais anteriores	14	- 0,2 %	163	- 1,6 %
Efeito dos impostos ligado à utilização de déficits anteriores não ativados	32	- 0,4 %	9	- 0,1 %
Efeito da não-dedução da provisão relativa a pagamentos em dólares US respeitante a países sujeitos às sanções americanas	(303)	3,7 %	-	-
Outros efeitos	(53)	0,7 %	(39)	0,5 %
Carga de impostos sobre os lucros nomeadamente	(2 750)	33,9 %	(3 061)	29,5 %
Carga de impostos durante o exercício	(2 494)		(2 696)	
Carga de impostos diferidos do exercício (nota 5.k)	(256)		(365)	

(1) Incluindo a contribuição social de solidariedade de 3,3% e a contribuição excepcional de 10,7% relativas aos impostos sobre as sociedades à taxa de 33,33% ascendendo assim a 38%. Esta contribuição era de 5% em 2012, sendo assim a taxa em 2012 de 36,10%.

(2) Novo tratamento das quotas-partes de resultado das sociedades segundo o método de equivalência e dos goodwill.

(3) Novo tratamento dos dados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

Nota 4 INFORMAÇÕES SETORIAIS

O Grupo está organizado em torno de três áreas de atividade operacionais:

■ **Retail Banking (RB)** : esta área reúne os conjuntos Domestic Markets, Personal Finance e International Retail Banking. O conjunto Domestic Markets inclui os bancos de retalho em França (BDDF), Itália (BNL banca commerciale), Bélgica (BDDB) e no Luxemburgo (BDEL), e certas áreas de intervenção especializadas de banca de retalho (Personal Investors, Leasing Solutions, e Arval). O conjunto International Retail Banking reúne as atividades de banca de retalho do Grupo BNP Paribas fora da zona euro, incluindo Europa Mediterrâneo e BancWest nos Estados Unidos;

■ **Investment Solutions (IS)** : esta área junta o Wealth Management, Investment Partners que reúne o conjunto das especialidades da área de intervenção de Gestão de ativos, Securities Services especializado nos serviços de títulos oferecidos às sociedades de gestão, às instituições financeiras e às empresas, assim como as atividades de Seguros e de Serviços Imobiliários;

■ **Corporate and Investment Banking(CIB)**: esta área reúne as atividades de « Consultoria e mercados de capitais » (áreas de intervenção Ações e Derivados de ações, Fixed Income para as atividades de taxas e de câmbio, e Corporate Finance

encarregado das operações de consultoria em fusões e das atividades de mercado primário de ações) e Corporate Banking (Europa, Ásia, Américas do Norte, Médio Oriente, África).

As outras atividades incluem essencialmente as atividades de Principal Investments, a imobiliária Klépierre⁽¹⁾, as atividades ligadas à função de central financeira do Grupo e certos custos relativos aos projetos transversais.

Estas reúnem igualmente os elementos que não pertencem à atividade corrente que resultam da aplicação das regras próprias aos reagrupamentos de empresas. Com vista a preservar a pertinência económica dos elementos de resultado apresentados para cada uma das áreas de atividade operacionais, os efeitos de amortização dos ajustamentos de valor constatados na situação líquida das entidades adquiridas assim como os custos de reestruturação constatados no quadro da integração das entidades foram afetados ao segmento Outras Atividades. O mesmo acontece com os custos de transformação ligados ao programa transversal de economia do Grupo (Simple and Efficient).

As transações entre as diferentes áreas de intervenção são concluídas mediante as condições comerciais de mercado. As informações setoriais são apresentadas tendo em conta os preços de transferência negociados entre os diferentes setores em relação ao Grupo.

(1) O grupo Klépierre estava consolidado por integração global até 14 de março de 2012. Após a cessão de uma parte da participação do Grupo BNP Paribas, é agora tratado segundo o método de equivalência patrimonial (cf. nota 8.d).

Os fundos próprios são concedidos por áreas de intervenção, em função dos riscos incorridos, com base num conjunto de convenções principalmente fundadas no consumo em fundos próprios resultante dos cálculos de ativos ponderados fixados pela regulamentação relativa à solvabilidade dos estabelecimentos de crédito e empresas de investimento. Os resultados por áreas de intervenção com fundos próprios normalizados são determinados afetando a cada uma das áreas de intervenção o proveito dos fundos próprios que lhe são concedidos. A atribuição de capital nas diferentes áreas de intervenção efetua-se na base de 9% dos ativos ponderados.

Para fornecer uma referência homogênea com a apresentação do exercício 2013, a repartição dos resultados do exercício 2012, por polo de atividade, foi novamente tratada a partir de três principais efeitos apresentados abaixo como se tivessem tido lugar a 1 de janeiro de 2012:

1. O aumento das taxas e cotizações, resultantes das disposições fiscais e sociais Francesas adotadas em 2012, foram temporariamente registadas nas despesas de gestão de « Outras Atividades »: taxa sistémica (- 122 milhões de euros), pacote social

(- 33 milhões de euros) e taxa sobre os salários (- 19 milhões de euros). Estes aumentos foram atribuídos por pólos de áreas de intervenção.

2. O aumento do capital de BancWest realizado em 2012 para um montante de 2,2 bilhões de dólares, através da conversão de um débito intragrupo, traduz-se num impacto líquido sobre o proveito líquido bancário de - 51 milhões de euros ao ano. Este montante corresponde ao custo adicional destes fundos próprios relativamente à estrutura de financiamento pré-existente segundo as normas do Grupo para a elaboração dos resultados de fundos próprios normativos por área de intervenção. Este impacto foi temporariamente registado em «Outras Atividades».

Os desvios correspondentes foram integrados em « Outras Atividades » de forma a não alterar os resultados gerais do Grupo.

3. Como referido nas notas 1.a e 2, a emenda à norma IAS 19 « Vantagens para o pessoal » vem aumentar em 7 milhões de euros o resultado antes dos impostos 2012 do Grupo. Este ajustamento foi distribuído nas despesas de gestão dos pólos e áreas de intervenção visados.

➤ RESULTADOS POR PÓLO DE ATIVIDADE

Em milhões de euros	Exercício 2013							Exercício 2012					
	Proveito líquido Bancário	Encargos gerais de exploração	Custo do risco	Provisão excepcional (2)	Resultado de exploração	Elementos fora exploração	Resultados depois imposto	Proveito líquido Bancário	Encargos gerais de exploração	Custo do risco	Resultado de exploração	Elementos fora exploração	Resultados depois imposto
Retail Banking													
Domestic Markets													
Banco de retalho em França ⁽¹⁾	6 726	(4 390)	(342)	-	1 994	4	1 998	6 797	(4 424)	(315)	2 058	3	2 061
BNL banca commerciale ⁽¹⁾	3 208	(1 748)	(1 204)	-	256	-	256	3 230	(1 793)	(961)	476	1	477
Banco de retalho na Bélgica ⁽¹⁾	3 202	(2 364)	(142)	-	696	1	697	3 183	(2 371)	(157)	655	18	673
Outras atividades de mercados domésticos	2 232	(1 311)	(184)	-	737	31	768	2 181	(1 276)	(140)	765	16	781
Personal Finance	4 732	(2 182)	(1 430)	-	1 120	53	1 173	4 982	(2 400)	(1 497)	1 085	182	1 267
International Retail Banking													
Europe Méditerranée	1 767	(1 287)	(224)	-	256	209	465	1 796	(1 319)	(290)	187	67	254
BancWest	2 204	(1 386)	(54)	-	764	6	770	2 352	(1 395)	(145)	812	2	814
Investment Solutions	6 344	(4 367)	(2)	-	1 975	129	2 104	6 204	(4 328)	54	1 930	159	2 089
Corporate and Investment Banking													
Consultoria e mercados de capitais	5 389	(4 232)	(78)	-	1 079	13	1 092	6 182	(4 587)	(61)	1 534	6	1 540
Corporate Banking	3 273	(1 743)	(437)	-	1 093	20	1 113	3 533	(1 722)	(432)	1 379	30	1 409
Outras Atividades	(255)	(1 128)	43	(798)	(2 138)	(109)	(2 247)	(1 368)	(928)	3	(2 293)	1 307	(986)
TOTAL GRUPO	38 822	(26 138)	(4 054)	(798)	7 832	357	8 189	39 072	(26 543)	(3 941)	8 588	1 791	10 379

(1) Banca de Retalho em França, BNL banca commerciale e Banca de Retalho na Bélgica e no Luxemburgo após reafecção ao Investment Solutions de um terço da atividade Wealth Management França, Itália, Bélgica e Luxemburgo.

(2) Provisão relativa a pagamentos em dólares US no que respeita a países sujeitos às sanções americanas.

► BALANÇO POR POLO DE ATIVIDADE

A repartição dos ativos e passivos por polo de atividade da maioria das entidades do Grupo apoia-se no polo de ligação das entidades, com exceção das principais que são alvo de uma decomposição específica ou de uma repartição baseada nos ativos ponderados.

Em milhões de euros, au	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retail Banking				
Domestic Markets	362 894	340 706	393 252	369 626
Banca de retalho em França	147 005	139 678	151 836	144 280
BNL banca commerciale	81 993	74 607	88 471	80 555
Banca de retalho na Bélgica	84 009	80 549	103 207	99 411
Outras atividades de mercados domésticos	49 887	45 872	49 738	45 380
Personal Finance	83 620	76 889	85 721	78 732
International Retail Banking	96 758	85 188	93 575	81 760
Europe Méditerranée	36 710	32 936	33 488	29 619
BancWest	60 048	52 252	60 087	52 141
Investment Solutions	220 562	210 823	202 119	192 146
Corporate and Investment Banking	939 307	924 478	1 029 675	1 013 742
Outras Atividades	96 998	162 055	102 858	171 194
TOTAL GRUPO	1 800 139	1 800 139	1 907 200	1 907 200

A informação por polo de atividade relativa às sociedades tratadas segundo o método da equivalência patrimonial e aos goodwill do período é apresentada respetivamente nas notas 5.m Participações nas sociedades tratadas segundo o método de equivalência patrimonial e 5.o Goodwill.

Informações por setor geográfico

A análise geográfica dos ativos e dos resultados setoriais assenta no local de registo contabilístico das atividades ajustado de forma a aproximar-se da origem da gestão da atividade. Não reflete necessariamente a nacionalidade da contraparte ou a localização das atividades operacionais. A distribuição do proveito líquido bancário do exercício 2012 foi novamente tratada para permitir a comparação dos dois exercícios.

► PROVEITO LÍQUIDO BANCÁRIO POR SETOR GEOGRÁFICO

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Europa	29 881	29 811
América do Norte	3 852	4 440
APAC	2 645	2 133
Outros	2 444	2 688
TOTAL GRUPO	38 822	39 072

► BALANÇO POR CONTRIBUIÇÃO PARA AS CONTAS CONSOLIDADAS, POR SETOR GEOGRÁFICO

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Europa	1 409 397	1 580 989
América do Norte	217 158	188 478
APAC	120 611	92 303
Outros	52 973	45 430
TOTAL GRUPO	1 800 139	1 907 200

Nota 5 NOTAS RELATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

5.a ATIVOS, PASSIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO

Os ativos e passivos financeiros registados em valor de mercado ou de modelo por resultado são constituídos pelas operações negociadas com fins de transação – inclusive os instrumentos financeiros derivados – e de certos ativos e passivos que o Grupo optou por valorizar sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado desde a data da sua aquisição ou da sua emissão.

Em milhões de euros, au	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Carteira de transação	Carteira avaliado valor de mercado sobre opção	Carteira de transação	Carteira avaliado valor de mercado sobre opção
Carteira de títulos	157 740	67 190	143 465	62 701
Empréstimos concedidos e operações de recompra	145 308	40	146 899	99
ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO	303 048	67 230	290 364	62 800
Carteira de títulos	69 803		52 432	
Empréstimos concedidos e operações de recompra	195 934	1 373	203 063	1 242
Débitos representados por um título (nota 5.i)		42 343		40 799
Dívidas subordinadas (nota 5.i)		1 613		1 489
PASSIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO	265 737	45 329	255 495	43 530

O detalhe destas rúbricas é apresentado na nota 5.d.

Instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Ativos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Os ativos financeiros valorizados sobre opção pelo valor de mercado ou de modelo por resultado incluem, em particular, os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros e numa menor escala dos ativos com derivados incorporados para os quais o princípio de extração destes derivados não foi escolhido.

Os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros compreendem títulos emitidos por entidades consolidadas do Grupo, que não são eliminados em consolidação com vista a manter a representação dos ativos investidos no âmbito desses contratos no mesmo montante que o das provisões técnicas constituídas no âmbito dos passivos devidos aos assegurados. Os títulos de rendimento fixo (certificados e EMTN) não eliminados ascendem a 841 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 741 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e os títulos de rendimento variável (sobretudo ações emitidas pelo BNP Paribas SA) a 37 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. A sua eliminação não teria impacto significativo sobre as contas do período.

Passivos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Os passivos financeiros valorizados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado registam principalmente as emissões originadas e estruturadas por conta da clientela cujos

riscos e cobertura são geridos num mesmo conjunto. Estas emissões contêm derivados incorporados significativos cujas variações de valor são neutralizadas pelas dos instrumentos derivados que as cobrem economicamente.

O valor de reembolso dos passivos avaliados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado ascende a 45 522 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 44 956 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados da carteira de transação dependem maioritariamente de operações iniciadas pelas atividades de negócio de instrumentos financeiros. Podem ser contraídos no quadro de atividades de conservador de mercado ou de arbitragem. O BNP Paribas é um negociante ativo de instrumentos financeiros derivados, quer sob forma de transações incidindo sobre instrumentos “elementares” (tais como os “credit default swaps”), quer estruturando perfis de risco complexo adaptados às necessidades da sua clientela. Em todos os casos, a posição líquida é enquadrada por limites.

Outros instrumentos financeiros derivados da carteira de transação dependem de operações negociadas para fins de cobertura de instrumentos de ativo ou de passivo que o Grupo não documentou como tal ou que a regulamentação contabilística não permite qualificar de cobertura. Trata-se em particular de operações sobre instrumentos financeiros derivados de crédito concluídas no essencial para proteção das carteiras de empréstimos concedidos do Grupo.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo
Instrumentos derivados de taxas	216 777	202 544	333 066	324 079
Instrumentos derivados de câmbio	32 328	36 357	21 532	24 697
Instrumentos derivados de crédito	18 494	18 167	22 782	22 523
Instrumentos derivados sobre ações	30 504	36 857	29 682	29 467
Outros instrumentos derivados	3 306	3 156	3 573	3 832
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	301 409	297 081	410 635	404 598

O quadro abaixo apresenta os montante nocionais dos instrumentos financeiros derivados em carteira de transação. O montante nocional dos instrumentos financeiros derivados apenas constitui

uma indicação de volume da atividade do Grupo nos mercados de instrumentos financeiros e não reflete os riscos de mercado ligados a estes instrumentos.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Instrumentos derivados de taxas	34 962 462	41 127 475
Instrumentos derivados de câmbio	2 576 863	2 243 150
Instrumentos derivados de crédito	1 925 896	2 105 501
Instrumentos derivados sobre ações	1 768 054	1 865 666
Outros instrumentos derivados	133 446	144 834
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	41 366 721	47 486 626

As operações sobre instrumentos financeiros derivados realizadas em mercados organizados (incluindo câmaras de compensação) representam 60 % das operações incidindo sobre instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2013 (62 % em 31 de dezembro de 2012).

5.b INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS PARA FINS DE COBERTURA

O quadro seguinte apresenta os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo
Cobertura de valor	6 077	10 661	10 571	15 574
Instrumentos derivados de taxas	6 077	10 649	10 570	15 550
Instrumentos derivados de câmbio	-	12	-	24
Outros instrumentos derivados	-	-	1	-
Cobertura de resultados futuros	2 296	1 617	3 674	1 685
Instrumentos derivados de taxas	2 117	1 521	3 389	1 298
Instrumentos derivados de câmbio	97	96	271	287
Outros instrumentos derivados	82	-	14	100
Cobertura dos investimentos líquidos em divisas	53	11	22	27
Instrumentos derivados de câmbio	53	11	22	27
DERIVADOS UTILIZADOS EM COBERTURA	8 426	12 289	14 267	17 286

O montante total dos nocionais dos instrumentos derivados utilizados em cobertura fixa-se em 794 813 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 809 636 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

5.c ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em milhões de euros, au	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Líquido	Dos quais depreciações	Dos quais variações de valor contabilizadas diretamente em capitais próprios	Líquido	Dos quais depreciações	Dos quais variações de valor contabilizadas diretamente em capitais próprios
Títulos de rendimento fixo	186 131	(84)	6 133	175 413	(69)	6 414
Bilhetes do Tesouro e obrigações de Estado	102 551	(3)	2 417	93 801	(4)	1 886
Outros títulos de rendimento fixo	83 580	(81)	3 716	81 612	(65)	4 528
Ações e outros títulos de rendimento variável	17 282	(3 593)	4 088	17 093	(4 265)	2 868
Títulos cotados	5 976	(1 329)	2 065	5 861	(1 821)	1 357
Títulos não cotados	11 306	(2 264)	2 023	11 232	(2 444)	1 511
TOTAL DOS ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	203 413	(3 677)	10 221	192 506	(4 334)	9 282

O valor bruto dos títulos de rendimento fixo depreciados ascende a 136 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (contra 118 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). As variações de valor diretamente contabilizadas em capitais próprios decompõem-se da seguinte forma:

Em milhões de euros, au	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Títulos de rendimento fixo	Ações e outros títulos de rendimento variável	Total	Títulos e rendimento fixo	Ações e outros títulos de rendimento variável	Total
Reavaliação dos títulos não cobertos contabilizados em « Ativos financeiros disponíveis para venda »	6 133	4 088	10 221	6 414	2 868	9 282
Impostos diferidos ligados a esta reavaliação	(2 009)	(881)	(2 890)	(2 162)	(556)	(2 718)
Provisão para participação nos excedentes diferida das entidades de seguros, líquida de impostos diferidos	(3 529)	(1 045)	(4 574)	(3 854)	(558)	(4 412)
Quota-parte de reavaliação sobre títulos disponíveis para venda detidos por entidades sob método de equivalência, líquida de impostos diferido e de provisão para participação nos excedentes diferidos para as entidades de seguro	352	79	431	504	94	598
Reavaliação sobre títulos disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos ainda por amortizar	(116)		(116)	(172)		(172)
Outras variações	(40)	36	(4)	(33)	25	(8)
Variações de valor de ativos contabilizadas diretamente em capitais próprios sob a rubrica « Ativos disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados »	791	2 275	3 066	697	1 873	2 570
Parte do Grupo	746	2 264	3 010	340	1 809	2 149
Parte dos minoritários	45	11	56	357	64	421

5.d MEDIÇÃO DO VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Dispositivo de valorização

O BNP Paribas tem por princípio dispor de uma fileira única e integrada de produção e de controlo da valorização dos instrumentos financeiros utilizada para fins de gestão diária do risco e de informação financeira. Este dispositivo baseia-se numa valorização económica única, sobre a qual se apoiam as decisões do BNP Paribas e as suas estratégias de gestão do risco.

O valor económico é composto pela valorização meio de mercado e por ajustamentos adicionais de valorização.

A valorização meio de mercado é obtida a partir de dados externos ou de técnicas de valorização que maximizam a utilização de parâmetros de mercado observáveis. A valorização meio de mercado é um valor teórico aditivo, independente do sentido da transação ou do seu impacto sobre os riscos existentes no seio da carteira e da natureza das contrapartes. Também não depende da aversão de um interveniente de mercado aos riscos específicos do instrumento, do mercado no qual é negociado, ou da estratégia de gestão do risco.

Os ajustamentos adicionais de valorização levam em linha de conta as incertezas de valorização, assim como prémios de risco de mercado e de crédito para refletir os custos que poderiam induzir uma operação no mercado principal. Estes ajustamentos de valorização são acrescentados à valorização meio de mercado para determinar o valor económico. As hipóteses de custo de refinanciamento contribuem para a valorização meio de mercado através da utilização de taxas de atualização apropriadas. Têm em consideração, se necessário, termos dos contratos de caução e das condições efetivas de refinanciamento do instrumento.

Rera geral, o valor de mercado é igual ao valor económico, sob reserva de ajustamentos adicionais limitados, tais como os ajustamentos por risco de crédito próprio, especificamente requerido pelas normas IFRS.

Os principais ajustamentos adicionais de valorização são apresentados a seguir.

Ajustamentos adicionais de valorização

Os ajustamentos adicionais de valorização escolhidos pelo BNP Paribas para determinar os valores de mercado são os seguintes :

- Ajustamento de bid/offer: a diferença entre o preço de compra e o preço de venda reflete o custo de saída marginal de um « price taker » (potencial cliente). Simetricamente, representa a remuneração exigida por um operador no quadro do risco em ter uma posição ou a ter de a ceder a um preço proposto por outro operador.

O BNP Paribas considera que a melhor estimativa de um preço de saída é o preço de compra ou o preço de venda, a menos que vários elementos apenas mostrem outro ponto deste leque é mais representativo do preço de saída;

- Ajustamento ligado à incerteza sobre os parâmetros: quando a observação dos preços ou dos parâmetros utilizados pelas técnicas de valorização é difícil ou irregular, o preço de saída do instrumento é incerto. O grau de incerteza sobre o preço de saída é medido de maneira diferente, nomeadamente a análise da dispersão das indicações de preços disponíveis ou a estimativa de intervalos de valores razoáveis de parâmetros;

- Ajustamento ligado à incerteza de modelo: uma incerteza pode ocorrer aquando da utilização de certas técnicas de valorização, embora estejam disponíveis dados observáveis. É o caso quando os riscos inerentes aos instrumentos são diferentes daqueles usados pelos parâmetros observáveis. Desde logo a técnica de valorização apoia-se nas hipóteses que não podem facilmente corroboradas.

- Ajustamento de valor por risco de contraparte (Credit Valuation Adjustment – CVA) : este ajustamento aplica-se às valorizações e cotações de mercado que não levam em consideração a qualidade de crédito da contraparte. Visa ter em consideração o facto que a contraparte possa falhar e que o BNP Paribas não possa recuperar a totalidade do valor de mercado das transações.

Aquando da determinação do custo de saída ou de transferência de uma exposição resultando do risco de contraparte, o mercado pertinente a considerar é o dos intermediários financeiros. No entanto, o carácter observável deste ajustamento pressupõe o exercício do julgamento para tomar em consideração:

- a ausência ou a indisponibilidade de informação sobre os preços no

mercado intermediário financeiro'

- a influência do quadro regulamentar em matéria de risco de contraparte sobre a política de fixação de preços dos intervenientes do mercado,

- e a ausência de modelo económico dominante para a gestão do risco de contraparte.

O modelo de valorização baseia-se nas mesmas exposições que as utilizadas para as necessidades dos cálculos regulamentares. Este modelo esforça-se para estimar o custo de uma estratégia ótima de gestão do risco tendo em conta incitações e constrangimentos implícitos às regulamentações em vigor e às suas evoluções, a percepção pelo mercado das probabilidades de defeito, assim como parâmetros ligados ao defeito utilizados para as necessidades regulamentares;

- Ajustamento de valor por risco de crédito próprio para as dívidas (Own Credit Adjustment – OCA) e para os derivados (Debit Valuation Adjustment – DVA) : estes ajustamentos refletem o efeito da qualidade de crédito do BNP Paribas sobre a valorização das emissões avaliadas em valor de mercado sobre opção e dos instrumentos financeiros derivados. Estes dois ajustamentos fundem-se no perfil das exposições passivas esperadas. O risco de crédito próprio é avaliado a partir da observação de condições das emissões obrigacionistas apropriadas realizadas pelo Grupo no mercado.

Assim, o valor contabilístico dos títulos de dívida em valor de mercado sobre opção é aumentada de 405 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra uma diminuição de valor de 30 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, ou seja uma variação de - 435 milhões de euros constatada em lucros líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado (nota 3.c).

Do mesmo modo, o valor de mercado dos instrumentos derivados no passivo do balanço é diminuído em 364 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, ajustamento constatado no seio da mesma parte da demonstração de resultado.

Classes de instrumentos e classificação no seio da hierarquia para os ativos e passivos avaliados ao valor de mercado

Conforme referido no resumo dos princípios contabilísticos (cf. nota 1.c.10), os instrumentos financeiros avaliados ao valor de mercado são repartidos segundo uma hierarquia com três níveis.

A distribuição dos ativos e dos passivos por classes de riscos tem por objetivo especificar a natureza dos instrumentos:

- As exposições titularizadas são apresentadas por tipo de colateral;
- Para os instrumentos derivados, os valores de mercado são distribuídos em função do fator de risco dominante, ou seja o risco de taxa de juros, o risco de câmbio, o risco de crédito e o risco de ação. Os instrumentos derivados de cobertura são principalmente instrumentos derivados de taxas de juros.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013											
	Carteira de transação				Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção				Ativos disponíveis para venda			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Carteira de títulos	125 907	28 175	3 658	157 740	52 440	11 891	2 859	67 190	145 254	50 469	7 690	203 413
Bilhetes do Tesouro e obrigações do Estado	53 075	7 660		60 735	334	4		338	97 227	5 324		102 551
Valores mobiliários garantidos por ativos (ABS) ⁽¹⁾	-	8 484	3 076	11 560	-	-	-	-	-	2 632	292	2 924
CDOs/CLOs ⁽²⁾		246	3 061	3 307				-				-
Outros valores mobiliários garantidos por ativos		8 238	15	8 253				-		2 632	292	2 924
Outros títulos de rendimento fixo	12 119	10 798	217	23 134	1 775	5 399	29	7 203	38 741	40 876	1 039	80 656
Ações e outros títulos de rendimento variável	60 713	1 233	365	62 311	50 331	6 488	2 830	59 649	9 286	1 637	6 359	17 282
Empréstimos concedidos e operações de recompra	-	140 602	4 706	145 308	-	40	-	40				
Empréstimos concedidos		445		445		40		40				
Operações de recompra		140 157	4 706	144 863				-				
ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO E DISPONÍVEIS PARA VENDA	125 907	168 777	8 364	303 048	52 440	11 931	2 859	67 230	145 254	50 469	7 690	203 413
Carteira de títulos	66 631	3 172	-	69 803	-	-	-	-				
Bilhetes do Tesouro e obrigações do Estado	55 128	159		55 287				-				
Outros títulos de rendimento fixo	5 634	2 965		8 599				-				
Ações e outros títulos de rendimento variável	5 869	48		5 917				-				
Empréstimos contraídos e operações de recompra	-	186 797	9 137	195 934	-	1 373	-	1 373				
Empréstimos contraídos		3 755	3	3 758		1 373		1 373				
Operações de recompra		183 042	9 134	192 176				-				
Dívidas representadas por um título (nota 5.i)	-	-	-	-	2 610	29 620	10 113	42 343				
Dívidas subordinadas (nota 5.i)	-	-	-	-	-	1 603	10	1 613				
PASSIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO	66 631	189 969	9 137	265 737	2 610	32 596	10 123	45 329				

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2012											
	Carteira de transação				Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção				Ativos disponíveis para venda			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Carteira de títulos	105 563	33 716	4 186	143 465	47 783	10 869	4 049	62 701	125 010	57 549	9 947	192 506
Bilhetes do Tesouro e obrigações do Estado	51 260	7 497	73	58 830	324	16		340	87 921	5 817	63	93 801
Valores mobiliários garantidos por ativos (ABS) ⁽¹⁾	48	10 570	3 260	13 878	-	-	-	-	-	2 645	418	3 063
CDOs/CLOs ⁽²⁾		47	3 189	3 236								
Outros valores mobiliários garantidos por ativos	48	10 523	71	10 642						2 645	418	3 063
Outros títulos de rendimento fixo	6 548	14 730	698	21 976	1 493	4 839	77	6 409	28 771	48 339	1 439	78 549
Ações e outros títulos de rendimento variável	47 707	919	155	48 781	45 966	6 014	3 972	55 952	8 318	748	8 027	17 093
Empréstimos e operações de recompra		- 144 603	2 296	146 899	-	99	-	99				
Empréstimos concedidos		1 150		1 150		99		99				
Operações de recompra		143 453	2 296	145 749								
ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO E DISPONÍVEIS PARA VENDA	105 563	178 319	6 482	290 364	47 783	10 968	4 049	62 800	125 010	57 549	9 947	192 506
Carteira de títulos	43 527	8 868	37	52 432	-	-	-	-				
Bilhetes do Tesouro e obrigações do Estado	38 547	1 105		39 652								
Outros títulos de rendimento fixo	1 977	7 677	32	9 686								
Ações e outros títulos de rendimento variável	3 003	86	5	3 094								
Empréstimos contraídos e operações de recompra		- 194 242	8 821	203 063		1 242		1 242				
Empréstimos contraídos		4 016		4 016		1 242		1 242				
Operações de recompra		190 226	8 821	199 047								
Dívidas representadas por um título (nota 5.i)		-	-	-	3 138	29 121	8 540	40 799				
Dívidas subordinadas (nota 5.i)		-	-	-	65	1 410	14	1 489				
PASSIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO	43 527	203 110	8 858	255 495	3 203	31 773	8 554	43 530				

(1) Estes montantes não são representativos do montante total dos ativos de titularização detidos pelo BNP Paribas, nomeadamente aqueles que foram classificados na categoria « empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela » quando a sua contabilização inicial, e os que foram objeto de uma reclassificação (cf. nota 5.e).

(2) Collateralised Debt Obligations (CDOs) – Obrigações garantidas por títulos da dívida;
Collateralised Loan Obligations (CLOs) – Obrigações garantidas por empréstimos concedidos.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013							
	Valor de mercado positivo				Valor de mercado negativo			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos derivados de taxas	185	212 951	3 641	216 777	258	198 938	3 348	202 544
Instrumentos derivados de câmbio		32 328		32 328	13	36 344		36 357
Instrumentos derivados de crédito		17 236	1 258	18 494		16 573	1 593	18 166
Instrumentos derivados sobre ações	2 349	27 213	942	30 504	1 612	32 565	2 680	36 857
Outros instrumentos derivados	148	3 126	32	3 306	169	2 957	31	3 157
INSTRUMENTOS FINANCEIRO DERIVADOS (FORA DERIVADOS DE COBERTURA)	2 682	292 854	5 873	301 409	2 052	287 377	7 652	297 081
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA	-	8 426	-	8 426	-	12 289	-	12 289

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2012							
	Valor de mercado positivo				Valor de mercado negativo			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos derivados de taxas	299	327 589	5 178	333 066	350	318 454	5 275	324 079
Instrumentos derivados de câmbio	11	21 521		21 532	56	24 641		24 697
Instrumentos derivados de crédito		21 475	1 307	22 782		21 112	1 411	22 523
Instrumentos derivados sobre ações	2 914	26 142	626	29 682	1 304	26 564	1 599	29 467
Outros instrumentos derivados	299	3 228	46	3 573	291	3 395	146	3 832
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (FORA DERIVADOS DE COBERTURA)	3 523	399 955	7 157	410 635	2 001	394 166	8 431	404 598
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA	-	14 267	-	14 267	-	17 286	-	17 286

As transferências entre os níveis da hierarquia podem ocorrer quando os instrumentos respondem a critérios de classificação no novo nível, estes critérios dependem das condições de mercado e dos proveitos. As mudanças de observabilidade, a passagem do tempo e os eventos que afetam a vida do instrumento são os principais fatores que desencadeiam as transferências. As transferências são supostamente feitas em final de período.

Durante o exercício 2013, a melhoria do processo de identificação dos títulos mais líquidos permitiu a reclassificação de 8 bilhões de euros de títulos de rendimento fixo disponíveis para venda do Nível 2 para o Nível 1.

Descrição dos principais instrumentos em cada nível da hierarquia

Esta parte apresenta os critérios de afetação a cada um dos níveis da hierarquia, e os principais instrumentos relacionados. Encontram-se descritos mais particularmente os instrumentos classificados no Nível 3 e as metodologias de valorização correspondentes.

Também são fornecidas informações quantitativas sobre os parâmetros utilizados para determinar o valor de mercado dos principais instrumentos contabilizados em carteira de transação e os instrumentos financeiros derivados classificados no Nível 3.

Nível 1

Este nível reúne o conjunto dos instrumentos derivados e dos valores mobiliários que estão cotados numa bolsa de valores ou cotados em contínuo noutros mercados ativos.

O Nível 1 inclui nomeadamente as ações e as obrigações líquidas, as vendas a descoberto sobre estes mesmos instrumentos, os instrumentos derivados tratados nos mercados organizados (futuros, opções...) e as partes de fundos e OPCVM cujo valor patrimonial líquido é diariamente calculado.

Nível 2

Os títulos classificados no Nível 2 incluem os títulos menos líquidos que os de Nível 1. Trata-se principalmente de obrigações do Estado, de obrigações de empresas, de títulos garantidos por empréstimos hipotecários (Mortgage Backed Securities – MBS), de partes de fundos e de títulos à curto prazo tais como certificados de depósito. Estão classificados no Nível 2 nomeadamente quando os preços externos propostos por um número razoável de criadores de mercado ativos são regularmente observáveis, sem que sejam diretamente executáveis. Estes preços resultam nomeadamente dos serviços de publicação de consensos de mercado para os quais contribuem os criadores de mercados ativos assim como preços indicativos produzidos por corretores ou negociadores ativos. São igualmente utilizadas outras fontes, tais como o mercado primário e a valorização utilizada para a constituição de margens realizadas no âmbito dos contratos de cobertura pela garantia.

As operações de recompra são sobretudo classificadas no Nível 2. A classificação apoia-se essencialmente na observabilidade e na liquidez do mercado de recompras em função da caução subjacente.

As dívidas avaliadas em valor de mercado sobre opção são classificadas segundo o nível do seu instrumento derivado incorporado tomado isoladamente. O spread de crédito próprio é um parâmetro observável.

Os **instrumentos derivados** de Nível 2 incluem principalmente os seguintes instrumentos:

- os instrumentos simples, tais como os swaps de taxas de juro, os caps, os floors, os swaptions, os derivados de crédito, os contratos a prazo e as opções sobre ações, sobre taxas de câmbio, sobre matérias primas;
- os instrumentos derivados estruturados, tais como as opções de câmbio exóticas, os derivados sobre ações ou sobre fundos subjacentes únicos ou múltiplos, os instrumentos derivados de taxas de juro exóticas em curva única e os instrumentos derivados sobre taxa de juro estruturada.

Os instrumentos derivados encontram-se classificados no Nível 2 quando um dos seguintes elementos pode ser demonstrado e documentado:

- o valor de mercado é principalmente determinado a partir do preço ou da cotação de outros instrumentos de Nível 1 e de Nível 2, através de técnicas usuais de interpolação ou de desmembramento cujos resultados são regularmente corroborados por transações reais à partir do preço ou da cotação de outros instrumentos de Nível;
- o valor de mercado é determinado a partir de outras técnicas usuais tais como a replicação ou a atualização dos fluxos de tesouraria calibradas em relação aos preços observáveis, contendo um risco de modelo limitado, e permitindo neutralizar eficazmente os riscos do instrumento pela negociação de instrumentos de Nível 1 ou de Nível 2;
- o valor de mercado é determinado através de uma técnica de valorização mais complexa ou interna mas diretamente verificada pela comparação regular com os parâmetros de mercado externos.

Determinar se um instrumento derivado à vista é elegível no Nível 2 resulta do exercício do julgamento. Nesta apreciação são considerados a origem, o grau de transparência e de fiabilidade dos dados externos utilizados, assim como o grau de incerteza associado à utilização de modelos. Os critérios de classificação do Nível 2 implicam portanto múltiplos eixos de análise no seio de uma « zona observável » cujos limites são estabelecidos em função de uma lista predefinida de categorias de produtos e de um conjunto de subjacentes e de bandas de maturidade. Estes critérios são regularmente revistos e atualizados, tal como os ajustamentos adicionais de valorização associados, para que a política de ajustamentos de valorização e de classificação por nível permaneçam coerentes.

Nível 3

Os títulos de Nível 3 da carteira de transação incluem principalmente a carteira de CLOs e de CDOs de ABS gerida em extinção. Os outros títulos de Nível 3 avaliados em valor de mercado sobre opção ou classificados na categoria « disponíveis para venda » incluem as partes de fundos e as ações não cotadas.

Os CLOs representam o essencial dos títulos de Nível 3 da carteira de transação. O valor de mercado é determinado através de uma metodologia que tem em consideração os preços indicativos externos disponíveis e os fluxos de tesouraria expectáveis atualizados. As taxas constantes de reembolsos antecipados constam nos principais parâmetros não observáveis requeridos para modelar os fluxos de tesouraria dos ativos subjacentes. Os outros parâmetros não observáveis são a diferença de spread entre instrumentos cash e instrumentos derivados (base cash contra sintética) e as taxas de atualização.

Os ativos em caução dos CDOs de ABS são compostos por créditos imobiliários comerciais, por Commercial Mortgage Backed Securities – CMBS e por Residential Mortgage Backed Securities – RMBS. O valor de mercado dos CDOs é determinado, em função da qualidade da caução, utilizando uma abordagem baseada nos valores liquidatários e no fluxo de tesouraria esperados atualizados.

Para os RMBS, os valores patrimoniais líquidos são obtidos em larga medida a partir de fontes externas, enquanto que para os créditos imobiliários comerciais, são determinados a partir da avaliação independente de um prestador externo.

A abordagem baseada nos fluxos de tesouraria esperados atualizados tanto utiliza hipóteses internas como fontes externas independentes para determinar os futuros fluxos de tesouraria esperados sobre os ativos subjacentes. A aplicação a estas previsões das cascadas dos CDOs modelados por plataformas externas permite determinar os fluxos de tesouraria esperados para cada tranche de CDO considerada. O valor de mercado necessita igualmente da formulação de hipóteses com base no cash contra sintético e nas taxas de atualização.

As partes de fundos correspondem aos fundos imobiliários para os quais a avaliação dos investimentos subjacentes não é frequente, assim como para os fundos alternativos (hedge funds) para os quais a disponibilização do ativo líquido reavaliado não é frequente.

Por fim, os títulos não cotados são sistematicamente classificados no Nível 3, com exceção dos OPCVM com valor patrimonial líquido diário apresentados como títulos não cotados na nota 5.c, mas que estão classificados no Nível 1 na hierarquia das valorizações.

Operações de recompra principalmente a longo prazo ou estruturadas, sobre as obrigações de empresas e os ABS: a avaliação destas transações necessita de recorrer a metodologias internas tendo em conta as suas especificidades, a falta de atividade e a indisponibilidade da informação sobre o preço de mercado das recompras a longo prazo. As curvas utilizadas na valorização são corroboradas pelos dados disponíveis tais como a base cash contra sintético de cabazes de obrigações equivalentes, os recentes e as indicações de preços obtidos. Os ajustamentos adicionais de valorização a estas exposições são feitos em função do grau de incerteza inerente à escolha de modelização e ao volume de dados disponíveis.

As dívidas emitidas em valor de mercado sobre opção são classificadas segundo o nível do seu instrumento derivado incorporado tomado isoladamente. O spread de crédito próprio é um parâmetro observável.

Instrumentos derivados

Os instrumentos derivados simples estão classificados no Nível 3 quando a exposição sai da zona de observação das curvas de taxas ou de superfícies de volatilidade, ou quando está nos mercados menos líquidos tais como os das taxas de juros dos mercados emergentes ou os das tranches sobre as antigas séries de índices de crédito. Os principais instrumentos são:

- Instrumentos derivados de taxa de juros: as exposições são constituídas principalmente por swaps em divisas pouco líquidas. A classificação resulta também do nível de liquidez mais fraco em certas maturidades, embora certas observações estejam disponíveis através de consensos de mercado. A técnica de valorização é corrente e usa parâmetros de mercado externos e de técnicas de extrapolação;
- Instrumentos derivados de crédito (CDS): trata-se principalmente de CDS cuja maturidade está para além do prazo máximo observável e de CDS sobre os emissores não líquidos ou em dificuldade e sobre índices de empréstimos concedidos. A classificação resulta da falta de liquidez, embora certas observações estejam disponíveis através de consensos de mercado. As exposições de Nível 3 incluem igualmente os CDS e os Total Return Swaps sobre ativos titularizados. São valorizados a partir das mesmas técnicas de modelização que as obrigações subjacentes, tomando em consideração a base cash contra sintético e o prémio de risco específico;

■ Instrumentos derivados sobre ações: o essencial da exposição é constituída por contratos a prazo e de produtos indexados sobre a volatilidade, com maturidade longa, e de produtos sobre mercados opcionais pouco profundos. A determinação das curvas a prazo e das superfícies de volatilidade cuja maturidade está para além do prazo máximo observável é efetuada através de técnicas de extrapolação. Contudo, na ausência de dados de mercado para alimentar o modelo, a determinação da volatilidade ou das cotações a prazo baseia-se geralmente em valores de substituição ou na análise histórica.

Estes derivados simples são objeto de ajustamentos adicionais de valorização no quadro da incerteza sobre a liquidez, em função da natureza dos subjacentes e as bandas de maturidade visadas.

Os instrumentos derivados complexos classificados no Nível 3 são principalmente constituídos por produtos híbridos (híbridos taxa de câmbio e híbridos ações), por produtos de correlação de crédito, de produtos sensíveis aos reembolsos antecipados, de certas opções sobre cabaz de ações, e de opções sobre taxa de juros. As principais exposições, técnicas de valorização ligadas e fontes de incerteza associadas são as seguintes:

- os títulos híbridos taxa de câmbio são constituídos essencialmente por uma família específica de produtos chamada Power Reverse Dual Currency (PRDC). A valorização dos PRDCs necessita de uma modelização complexa do duplo comportamento das cotações de câmbio e das taxas de juro. É particularmente sensível às correlações não observáveis entre taxa e câmbio, e corroborada por transações recentes e os preços dos consensos de mercado;
- os swaps de titularização são principalmente compostos por swaps de taxa fixa, de swaps de divisas ou de basis swaps cujo notional está indexado no comportamento em termos de reembolsos antecipados de certas carteiras subjacentes. A estimativa do perfil de amortização dos swaps de titularização é corroborada pelas estimativas estatísticas baseadas em dados históricos externos;
- as opções sobre volatilidade a prazo são produtos cujo pay-off é indexado na variabilidade futura de índices de taxas tais como os swaps de volatilidade. Estes produtos têm um risco de modelo importante na medida em que é difícil deduzir os parâmetros de volatilidade a prazo a partir de instrumentos negociados no mercado. Os ajustamentos de valorização são calibrados para ter em consideração a incerteza inerente ao produto, e do leque de incerteza dos dados de consenso externo;
- os instrumentos derivados sobre a inflação classificados no Nível 3 correspondem principalmente aos swaps nos índices de inflação que não estão associados a um mercado líquido de obrigações indexadas, a opções sobre índices sobre a inflação e a outras formas de índices sobre a inflação contendo uma opção. As técnicas de valorização utilizadas para os instrumentos derivados sobre a inflação são principalmente modelos de mercado corrente. São utilizadas técnicas baseada em valores de substituição para algumas exposições limitadas. Embora

a valorização seja corroborada todos os meses através de consensos de mercado, os produtos estão classificados no Nível 3 devido à sua falta de liquidez e de incertezas inerentes à calibragem;

- a valorização dos CDOs de tranches « à medida » (bespoke CDOs) necessita dos parâmetros de correlação sobre os eventos de incumprimento. Estas informações são deduzidas de dados resultantes de mercados ativos de tranches de índices através de um modelo interno de projeção que implementa técnicas internas de extrapolação e de interpolação. Os CDOs multi-geografias necessitam de uma hipótese de correlação suplementar. Por fim, o modelo de CDO bespoke implica igualmente hipóteses e parâmetros internos ligados à dinâmica do fator de recuperação. A modelização dos CDOs é calibrada no mercado observável das tranches sobre índices, e é regularmente objeto de uma comparação com os consensos de mercado nos cabazes padrão de subjacentes. As incertezas estão ligadas às técnicas de projeção, de avaliação da correlação entre geografias, de modelização das recuperações e dos parâmetros associados ;
- os cabazes « N to Default » representam um outro tipo de produto de correlação de crédito, modelizados através do método usual *Cópula*. Os principais parâmetros necessários são as correlações por pares entre as componentes do cabaz que podem ser observadas nos dados do consenso e nos dados transacionais;
- os produtos de correlação ações e híbridos são instrumentos cujo pay-off depende do comportamento relativo de ações ou índices de um cabaz de forma que a valorização é sensível à correlação entre as componentes do cabaz. Versões híbridas destes instrumentos referem-se a cabazes que contêm simultaneamente ações e outros instrumentos subjacentes tais como índices de matérias primas. A maioria das correlações entre instrumentos subjacentes tais como índices de matérias-primas. A maioria das correlações entre instrumentos não são ativas, apenas um subconjunto da matriz de correlação ações-índice é regularmente observável e negociado. Por conseguinte, a classificação no Nível 3 depende da composição do cabaz, da sua maturidade, e da natureza híbrida do produto. Os parâmetros de correlação são determinados a partir de um modelo interno baseado nas estimativas históricas e outros fatores de ajustamento, corroborados por referência a operações recentes ou a dados externos. Para o essencial, a matriz de correlação é fornecida pelos serviços de consensos, e quando uma correlação entre dois subjacentes não está disponível, pode ser obtida por técnicas de extrapolação ou de técnicas baseadas em valores de substituição.

Estes derivados complexos são objeto de ajustamentos adicionais de valorização para cobrir as incertezas relativas à liquidez, aos parâmetros e ao risco de modelo.

Para todos estes produtos, o quadro abaixo fornece um intervalo de valores dos principais dados não observáveis. Este leque corresponde a uma série de subjacentes diferentes e só fazem sentido no contexto da técnica de valorização implementada pelo BNP Paribas. As médias ponderadas, se necessário, baseiam-se nos valores de mercado, nos valores nominais ou nas sensibilidades.

Classes de instrumentos	Avaliação no balanço		Principais tipos de produtos que compõem o nível 3 na classe de risco	Técnica de valorização utilizada para os tipos de produtos considerados	Principais dados não observáveis para os tipos de produtos considerados	Intervalo de dados não observáveis nos produtos de nível 3 considerados	Média ponderada
	Ativo	Passivo					
Carteira títulos (CDOs, CLOs)	3 061		Obrigações associadas a empréstimos (CLOs)	Combinação de uma abordagem por os valores patrimoniais	Taxa de atualização Taxa constante de	26 pb à 1 500 pb ⁽¹⁾	194 pb ^(a)
			Obrigações associadas a ativos de titularização (CDOs d'ABSs) incluindo nomeadamente dos RMBSs, CMBs e Empréstimos imobiliários comerciais	líquidos e de uma abordagem baseada nos fluxos de tesouraria esperados	reembolsos (CLOs) Base de financiamento cash/sintético (€)	0-10 % 0-60 pb	~ 10 % ^(b) não significativo
Operações de recompra	4 706	9 134	Operações de recompra a longo prazo	Técnicas utilizando valores de substituição, baseadas em particular na base de financiamento de um pool de obrigações de prazo sobre as obrigações privadas negociado ativamente e representativo das recompras entregues subjacentes.	Spread das operações de pensões a longo prazo sobre as obrigações privadas (alto rendimento, investmrnt grade) e sobre ABSs	7pb-61pb	57pb pb ^(c)
Instrumentos derivados de taxas de juro	3 641	3 348	Instrumentos derivados híbridos câmbio/taxas	Modelo de valorização das opções híbridas taxas de câmbio/taxas de juros	Correlação entre taxas de câmbio e taxas de juros. Paridades principais: EUR/JPY, USD/JPY, AUD/JPY	25 %-53 %	47 % ^(c)
			Floors e caps sobre a taxa de inflação ou sobre a inflação acumulada (ex. : limites de reembolso), essencialmente sobre a inflação europeia e Francesa	Modelo de valorização dos produtos de inflação	Volatilidade da inflação acumulada	1 %-12 %	^(d)
			Produtos de volatilidade a prazo tais como os swaps de volatilidade, principalmente em euro	Modelos de valorização opções sobre taxa de juro	Volatilidade a prazo taxa de juro	0,3 %-0,9 %	^(d)
			Swaps de titularização (balance guaranteed) incluindo swaps de taxa fixa, basis swaps ou swaps de divisas cujo notional é indexado sobre o comportamento de reembolso antecipado de ativos subjacentes principalmente europeus	Modelização dos reembolsos Atualização dos fluxos de tesouraria esperados	Taxas constantes de reembolsos antecipados	3 %-40 %	13 % ^(c)
Instrumentos derivados de crédito	1 258	1 593	CDOs e tranches de índices sobre índices inativos	Técnica de projeção da correlação e de modelização da recuperação	Curva de correlação específica da carteira subjacente do CDO Correlação de incumprimento inter-regiões Variação da taxa de recuperação dos subjacentes de um emissor único	10 % à 95 % 70 %-90 % 0-25 %	^(d) 80 % ^(a) ^(d)
			Cabazes N to Default	Modelo de deficiência sobre crédito	Correlação das deficiências	48 %-99 %	70 % ^(c)
			Instrumentos derivados de crédito sobre um emissor de referência pouco líquido (outro que CDS sobre ativos de titularização e CDS sobre índices de empréstimos)	Desmembramento, extrapolação e interpolação	Spreads CDS para além do limite de observação (10 anos) Curvas CDS não líquidos (sobre os principais prazos)	20 pb a 1 700 pb ⁽²⁾ 7 pb a 3 800 pb ⁽³⁾	230 pb ^(a) 266 pb ^(a)
Instrumentos derivados sobre ações	942	2 680	Instrumentos derivados simples e complexos sobre os cabazes multi- subjacentes de ações	Diferentes modelos de opções sobre volatilidade	Volatilidade não observável das ações Correlação não observável das ações	7 %-75 % 26 %-97 %	27 % ^(e) 63 % ^(a)

(1) A parte de baixo do leque é relativo aos títulos de maturidade curta, enquanto que a parte de cima do leque está ligado aos CDOs de ABSs americanos, cujo valor não é significativo no balanço uma vez que os seus preços são muito baixos. Se extrairmos estes dados, a taxa de atualização situa-se entre 43 pb e 358 pb.

(2) A parte de cima do leque está ligado a uma posição em termos de balanço e líquida em risco não significativa sobre os emissores soberanos sul-americanos. Se extrairmos estes dados, a parte de cima do leque estaria em 500 pb.

(3) A parte de cima do leque está ligada aos emissores em dificuldade que representam uma parte negligenciável do balanço (CDSs com subjacentes não líquidos). Se extrairmos estes dados, a parte de cima do leque estaria em de cerca 500 pb.

(a) A ponderação não está baseada no risco, mas numa metodologia alternativa em relação com os instrumentos de Nível 3 (valor atual ou notional). (b) A parte de cima do leque está ligada aos CLOs que representam o essencial desta exposição.

(c) Ponderações baseadas no eixo de risco pertinente ao nível da carteira.

(d) Sem ponderação na medida em que não foi atribuída a estes dados nenhuma sensibilidade explícita de ponderação.

(e) Simples cálculo da média.

Quadro de variação dos instrumentos financeiros de nível 3

Para os instrumentos financeiros de Nível 3, os movimentos seguintes ocorreram entre 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 :

Em milhões de euros	Ativos financeiros				Passivos financeiros		
	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção	Total
SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	21 464	1 595	9 871	32 930	(26 288)	(7 616)	(33 904)
Compras	1 783	1 326	1 222	4 331	-	-	-
Emissões	-	-	-	-	(8 279)	(3 565)	(11 844)
Vendas	(1 952)	(1 193)	(1 725)	(4 870)	-	-	-
Regulamentos ⁽¹⁾	(2 546)	(94)	(177)	(2 817)	12 648	1 811	14 459
Transferências para o nível 3	1 098	2 959	940	4 997	(122)	(36)	(158)
Transferências fora do nível 3	(593)	(588)	(669)	(1 850)	708	447	1 155
Proveitos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado no quadro das operações vencidas ou rompidas durante o exercício	(7 391)	44	(75)	(7 422)	5 694	(28)	5 666
Proveitos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado para os instrumentos vivos no fim de período	1 598	-	41	1 639	(1 257)	433	(824)
Variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios	-	-	-	-	-	-	-
Elementos relativos às variações de paridades monetárias	178	-	5	183	(393)	-	(393)
Variações de ativos e passivos contabilizadas em capitais próprios	-	-	514	514	-	-	-
SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	13 639	4 049	9 947	27 635	(17 289)	(8 554)	(25 843)
Compras	5 145	2 382	975	8 502	-	-	-
Emissões	-	-	-	-	(6 963)	(8 134)	(15 097)
Vendas	(2 414)	(2 383)	(1 124)	(5 921)	-	-	-
Regulamentos ⁽¹⁾	(1 917)	(1 111)	(702)	(3 730)	6 563	6 595	13 158
Transferências para o nível 3	850	12	133	995	(462)	(554)	(1 016)
Transferências fora do nível 3	(866)	(89)	(1 552)	(2 507)	628	153	781
Proveitos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado no quadro das operações vencidas ou rompidas durante o exercício	73	95	(171)	(3)	321	119	440
Proveitos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado para os instrumentos vivos no fim do período	30	(96)	-	(66)	113	213	326
Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios	-	-	-	-	-	-	-
Elementos relativos às variações de paridades monetárias	(303)	-	(72)	(375)	300	39	339
Variações de ativos e passivos contabilizados em capitais próprios	-	-	256	256	-	-	-
SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	14 237	2 859	7 690	24 786	(16 789)	(10 123)	(26 912)

(1) Inclui, para os ativos, os reembolsos de principal, os regulamentos dos juros e os fluxos de pagamentos e de cobranças sobre derivados quando a sua valorização é positiva e, para os passivos, os reembolsos de empréstimos, os juros pagos sobre empréstimos e os fluxos de pagamentos e de cobranças sobre derivados quando a sua valorização é negativa.

As transferências foram supostamente realizadas no fim do período.

Os instrumentos financeiros de Nível 3 são suscetíveis de ser cobertos por outros instrumentos de Nível 1 e de Nível 2 cujos proveitos e perdas não entram neste quadro. Assim, os montantes de proveitos e perdas constantes neste quadro não são representativos dos resultados ligados à gestão do risco líquido do conjunto destes instrumentos.

Vulnerabilidade do valor de mercado dos instrumentos financeiros de nível 3 às mudanças de hipóteses razoavelmente possíveis

O quadro abaixo fornece uma apresentação sintética dos ativos e passivos financeiros classificados no Nível 3 para os quais mudanças de hipóteses relativas a um ou vários dados não observáveis provocariam uma variação significativa do valor de mercado.

Estes montantes visam ilustrar o intervalo de incerteza inerente ao recurso ao julgamento implementado na estimativa dos parâmetros de Nível 3, ou na escolha das técnicas de valorização. Refletem as incertezas de valorização que prevalecem à data de avaliação, e embora esta resultem essencialmente das sensibilidades da carteira na data de avaliação, não permitem prever ou deduzir as variações futuras do valor de mercado, também não representam

o efeito de condições de mercado extremos sobre o valor da carteira.

Para fazer uma estimativa das vulnerabilidades, o BNP Paribas ou valorizou os instrumentos financeiros ao utilizar parâmetros razoáveis possíveis, ou aplicou hipóteses baseadas na sua política de ajustamentos adicionais de valorização.

Por simplificação, a vulnerabilidade do valor dos títulos (fora posições de titularização) é medida por uma variação uniforme de 1 % da cotação. Foram calibradas variações mais específicas para cada uma das classes de exposições titularizadas de Nível 3, em função dos intervalos de parâmetros não observáveis ponderados.

Para a exposição aos instrumentos derivados, a vulnerabilidade é medida através do ajustamento adicional de valorização por risco de contraparte e a parte dos ajustamentos adicionais de valorização ligados às incertezas sobre os parâmetros e os modelos relativa aos instrumentos de Nível 3.

Foram ponderados dois cenários: um cenário favorável no qual toda ou parte do ajustamento adicional de valorização não seria tido em consideração pelos intervenientes de mercado, e um cenário desfavorável no qual os intervenientes de mercado exigiriam o dobro dos ajustamentos adicionais ponderados pelo BNP Paribas para efetuar uma transação.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de	
	Efeito potencial em conta de resultado	Efeito potencial em capitais próprios
Bilhetes do Tesouro e obrigações de Estado		
Valores mobiliários associados a ativos (ABS)	+/- 62	+/- 3
CDOs/CLOs	+/- 62	
Outros valores mobiliários associados a ativos		+/- 3
Outros títulos de rendimento fixo	+/- 2	+/- 10
Ações e outros títulos de rendimento variável	+/- 32	+/- 64
Recompras	+/- 44	
Instrumentos financeiros derivados	+/- 1 010	
Instrumentos derivados de taxas	+/- 691	
Instrumentos derivados de crédito	+/- 159	
Instrumentos derivados sobre ações	+/- 125	
Outros instrumentos derivados	+/- 35	
Vulnerabilidade dos instrumentos financeiros do Nível 3	+/- 1 150	+/- 77

Margem diferida sobre os instrumentos financeiros valorizados com técnicas desenvolvidas pela empresa e baseadas em parâmetros em parte não observáveis nos mercados ativos

A margem não registada no resultado no dia da transação (« Day One Profit ») cobre o único perímetro das atividades de mercado elegíveis no Nível 3.

É determinada após constituição dos ajustamentos adicionais de valorização por incerteza tais como anteriormente descritos, e retomada em resultado sobre a duração antecipada de inobservabilidade dos parâmetros. O montante que ainda não foi amortecido está inscrito no balanço na rubrica « Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado », em dedução do valor de mercado das operações complexas visadas.

Em milhões de euros	Margem diferida em 31 de dezembro de 2012	Margem diferida sobre as transações do exercício	Margem contabilizada em resultado durante o exercício	Margem diferida em 31 de dezembro de 2013
Instrumentos derivados de taxa	202	95	(104)	193
Instrumentos derivados de crédito	165	87	(75)	177
Instrumentos derivados sobre ações	213	137	(106)	244
Outros instrumentos derivados	23	12	(17)	18
Instrumentos financeiros derivados	603	331	(302)	632

5.e RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS INICIALMENTE CONTABILIZADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO PARA FINS DE TRANSAÇÃO OU EM ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As emendas às normas IAS 39 et IFRS 7 adotadas pela União europeia a 15 de outubro de 2008 permitem reclassificar os instrumentos inicialmente detidos para fins de transação ou disponíveis para venda em carteiras de crédito à clientela ou de títulos disponíveis para venda.

Em milhões de euros, au	Data de reclassificação	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
		Valor no balanço	Valor de mercado ou de modelo	Valor no balanço	Valor de mercado ou de modelo
Operações estruturadas e outros títulos de rendimentos fixos da carteira de ativos disponíveis para venda		993	1 148	1 371	1 555
dos títulos soberanos portugueses	30 junho 2011	623	696	1 001	1 117
dos quais títulos soberanos irlandeses	30 junho 2011	264	351	258	326
dos quais operações estruturadas e outros títulos de rendimentos fixos	30 junho 2009	106	101	112	112
Operações estruturadas e outros títulos de rendimentos fixos da carteira de transação	1 outubro 2008/ 30 junho 2009	1 842	1 859	3 469	3 426

Se as reclassificações não tivessem sido realizadas, o resultado líquido de não teria sido significativamente diferentes (enquanto o resultado líquido de 2012 teria apresentado uma melhoria de 63 milhões de euros). Do mesmo modo, as variação de valor diretamente contabilizadas

em capitais próprios não teriam sido significativamente diferentes em 2013, contra um aumento de 203 milhões de euros em 2012.

5.f OPERAÇÕES INTERBANCÁRIAS, CRÉDITOS E DÉBITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO**► EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO**

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas à ordem	7 392	8 665
Empréstimos concedidos ⁽¹⁾	41 498	28 250
Operações de acordo de recompra	1 989	4 028
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO ANTES DA DEPRECIÇÃO	50 879	40 943
dos quais ativos duvidosos	747	995
Depreciação dos empréstimos e créditos emitidos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 3.f)	(392)	(537)
provisões específicas	(357)	(508)
provisões coletivas	(35)	(29)
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO LÍQUIDOS DE DEPRECIÇÃO	50 487	40 406

(1) Os empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito incluem os depósitos a prazo junto dos bancos centrais no montante de 5 240 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (não significativo em 31 de dezembro de 2012).

► DÍVIDAS PARA COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas à ordem	9 536	9 840
Empréstimos contraídos	68 860	93 862
Operações de acordo de recompra	6 625	8 033
TOTAL DAS DÍVIDAS PARA COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO	85 021	111 735

5.g EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, CRÉDITOS E DÉBITOS SOBRE A CLIENTELA**► EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA**

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas de débito comuns	44 272	43 434
Empréstimos concedidos aos clientes	572 370	583 469
Operações de acordo de recompra	954	2 177
Operações de locação-financiamento	26 181	27 965
TOTAL DES EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA ANTES DE DEPRECIÇÃO	643 777	657 045
dos quais ativos duvidosos	45 420	42 453
Depreciação dos empréstimos e créditos sobre a clientela (nota 3.f)	(26 616)	(26 525)
provisões específicas	(22 828)	(22 213)
provisões coletivas	(3 788)	(4 312)
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA LÍQUIDOS DE DEPRECIÇÃO	617 161	630 520

➤ **PORMENOR DAS OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCIAMENTO**

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Investimento bruto	29 472	31 576
A receber num prazo inferior a 1 ano	8 176	8 635
A receber num prazo superior a 1 ano e inferior a 5 anos	14 854	15 753
A receber num prazo superior a 5 anos	6 442	7 188
Produtos financeiros não adquiridos	(3 291)	(3 611)
Investimento líquido antes de depreciação	26 181	27 965
A receber num prazo inferior a 1 ano	7 378	7 757
A receber num prazo superior a 1 ano e inferior a 5 anos	13 179	13 935
A receber num prazo superior a 5 anos	5 624	6 273
Depreciações	(982)	(969)
Investimento líquido após depreciação	25 199	26 996

➤ **DÍVIDAS AOS CLIENTES**

Em milhões de euros, au	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas credora comuns	283 270	259 770
Contas a prazo e assimilados	140 684	149 447
Contas poupança com taxa administrada	128 695	122 992
Operações com acordo de recompra	5 254	7 304
TOTAL DAS DÍVIDAS AOS CLIENTES	557 903	539 513

5.h ATIVOS APRESENTANDO INCUMPRIMENTOS E ATIVOS DUVIDOSOS

Os seguintes quadros apresentam o valor líquido contabilístico dos ativos de créditos não depreciados apresentando incumprimentos (por antiguidade de incumprimentos), dos ativos duvidosos depreciados, assim como das garantias recebidas para cobertura desses ativos. Não foram consideradas nestes quadros as provisões de carteira eventualmente constituídas.

O montante declarado no âmbito das garantias recebidas é o valor da garantia, limitada pelo montante dos ativos cobertos.

► ATIVOS SÃO REPRESENTANDO INCUMPRIMENTOS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013					Total	Garantias recebidas
	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	>180 dias < 1 ano	> 1 ano			
Empréstimos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito	274			20		294	65
Empréstimos e créditos sobre a clientela	12 651	282	68	70		13 071	7 362
TOTAL DOS ATIVOS SÃO APRESENTANDO INCUMPRIMENTOS	12 925	282	68	90		13 365	7 427

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2012					Total	Garanties reçues
	< 90 dias	> 90 jours < 180 jours	>180 jours < 1 an	> 1 an			
Empréstimos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito	105	20				125	49
Empréstimos e créditos sobre a clientela	15 709	604	45	79		16 437	9 734
TOTAL DOS ATIVOS SÃO APRESENTANDO INCUMPRIMENTOS	15 814	624	45	79		16 562	9 783

➤ ATIVOS DUVIDOSOS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013			
	Ativos duvidosos			Garantias recebidas
	Bruto	Depreciação	Líquido	
Ativos financeiros disponíveis para venda (fora títulos de rendimento variável) (nota 5.c)	136	(84)	52	
Empréstimos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 5.f)	747	(357)	390	288
Empréstimos e créditos sobre a clientela (nota 5.g)	45 420	(22 828)	22 592	13 706
Total dos ativos duvidosos	46 303	(23 269)	23 034	13 994
Compromissos de financiamentos dados	648	(64)	584	149
Compromissos de garantia financeira dados	1 099	(271)	828	295
Total dos compromissos duvidosos extrapatrimoniais	1 747	(335)	1 412	444
TOTAL	48 050	(23 604)	24 446	14 438

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2012			
	Ativos duvidosos			Garantias recebidas
	Bruto	Depreciação	Líquido	
Ativos financeiros disponíveis para venda (fora títulos de rendimento variável) (nota 5.c)	118	(69)	49	
Empréstimos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 5.f)	995	(508)	487	318
Empréstimos e créditos sobre a clientela (nota 5.g)	42 453	(22 213)	20 240	11 429
Total dos ativos duvidosos	43 566	(22 790)	20 776	11 747
Compromissos de financiamentos dados	818	(79)	739	72
Compromissos de garantia financeira dados	968	(248)	720	376
Total dos compromissos duvidosos extrapatrimoniais	1 786	(327)	1 459	448
TOTAL	45 352	(23 117)	22 235	12 195

5.i DÍVIDAS REPRESENTADAS POR UM TÍTULO E DÍVIDAS SUBORDINADAS

A presente nota reúne as dívidas representadas por um título e as dívidas subordinadas contabilizadas ao custo amortizado e em valor de mercado por resultado sobre opção.

► DÍVIDAS CONTABILIZADAS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO (nota 5.a)

Emissor/Data de emissão <small>Em milhões de euros</small>	Divisas	Montante em divisas Na origem (em milhões)	Data de opção de reembolso ou majoração de juros	Taxa	Majoração de juros	Grau de subordinação ⁽¹⁾	Condições suspensivas de pagamento dos cupões ⁽³⁾	Montante ⁽⁵⁾ admitido em Tier1	Montante ⁽⁵⁾ admitido em Tier2	31 dez. 2012	31 dez. 2013
Dívidas representadas por um título						1				42 343	40 799
Dívidas subordinadas								241	578	1 613	1 489
Dívidas subordinadas reembolsáveis			⁽²⁾			2		-	526	817	781
Dívidas subordinadas perpétuas								241	52	796	708
BNP Paribas Fortis dez.-07	EUR	3 000	dez.-14	Euribor 3 meses + 200 pb	-	5	A	241	-	748	592
Outros								-	52	48	116

(1) O grau de subordinação caracteriza a prioridade de amortização relativamente às outras dívidas.

(2) Após acordo da autoridade de supervisão bancária e por iniciativa do emissor, as dívidas subordinadas reembolsáveis podem ser objeto de uma cláusula de reembolso antecipado por recompra em Bolsa, oferta pública de compra ou de troca, ou à vista quando se trata de emissões privadas. Os empréstimos contraídos que foram alvo de uma aplicação internacional, emitida pelo BNP Paribas SA ou pelas filiais estrangeiras do Grupo, podem ser alvo de um reembolso antecipado do principal e de um pagamento antes do vencimento dos juros pagáveis in fine, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixada na nota de emissão (call option), ou na hipótese das modificações às regras fiscais em vigor imporem ao emissor no seio do grupo a obrigação de compensar os portadores das consequências destas modificações. Este reembolso pode intervir mediante um aviso prévio, de 15 a 60 dias consoante os casos, e em qualquer hipótese sob reserva do acordo das autoridades de supervisão bancária.

(3) Condições suspensivas de pagamento dos cupões.

A O pagamento dos cupões é interrompido em caso de insuficiência de fundos próprios do emissor ou de insolvabilidade dos garantes ou quando o dividendo declarado sobre as ações Ageas é inferior a um certo limite.

(4) Tendo em conta as regras de admissibilidade e dos novos tratamentos prudenciais, nomeadamente o valor do risco de crédito próprio e a amortização dos instrumentos.

As dívidas subordinadas perpétuas contabilizadas em valor de mercado por resultado são principalmente constituídas pela emissão pelo BNP Paribas Fortis (anteriormente Fortis Banque) em dezembro de 2007 de Convertible And Subordinated Hybrid Equity-linked Securities (CASHES).

Os CASHES têm uma duração indeterminada mas podem ser trocados em ações Ageas (anteriormente Fortis SA/NV) ao preço unitário de 239,40 euros numa base discricionária de detentor. No entanto, a partir de 19 de dezembro de 2014, os CASHES serão automaticamente trocados em ações Ageas se o seu preço for igual ou superior a 359,10 euros durante vinte sessões de bolsa consecutivas. O principal destes títulos nunca será reembolsado em numerário. O único recurso de que dispõem os titulares dos CASHES é limitado às ações Ageas detidas pelo BNP Paribas Fortis e dadas em garantia a favor dos seus titulares.

A Ageas e o BNP Paribas Fortis celebraram um contrato de Relative Performance Note (RPN) cujo valor varia contratualmente de tal forma que neutraliza o impacto sobre o BNP Paribas Fortis das diferenças relativas das variações de valor dos CASHES e das variações de valor das ações Ageas.

A 25 de janeiro de 2012, a Ageas e o BNP Paribas Fortis celebraram um acordo sobre a recompra total pelo BNP Paribas Fortis de títulos subordinados perpétuos e sobre o regulamento parcial do contrato de RPN que se traduziu na recompra parcial em numerário dos CASHES, e num segundo tempo, na conversão em ações Ageas subjacentes.

A 31 de dezembro de 2013, o ativo líquido representa uma dívida subordinada de 241 milhões de euros admitida em fundos próprios prudenciais Tier 1.

Maturidade das dívidas a longo prazo representadas por um título e dívidas subordinadas reembolsáveis, contabilizadas em valor de mercado por resultado sobre opção cuja maturidade à data de emissão é superior a um ano:

Data de maturidade ou de opção de reembolso Em milhões de euros	2014	2015	2016	2017	2018	2019-2023	Depois de 2023	Total 31 de dezembro de 2013
Dívidas a médio e longo prazo representadas por um título	9 496	6 866	6 412	4 578	4 783	5 641	4 567	42 343
Dívidas subordinadas reembolsáveis	98	244	16	281	43	97	38	817
TOTAL	9 594	7 110	6 428	4 859	4 826	5 738	4 605	43 160

Data de maturidade ou de opção de reembolso Em milhões de euros	2013	2014	2015	2016	2017	2018-2022	Depois de 2022	Total 31 de dezembro de 2012
Dívidas a médio e longo prazo representadas por um título	7 226	7 521	7 004	5 403	4 331	5 174	4 140	40 799
Dívidas subordinadas reembolsáveis	20	81	246	17	239	137	41	781
TOTAL	7 246	7 602	7 250	5 420	4 570	5 311	4 181	41 580

► DÍVIDAS CONTABILIZADAS A CUSTO AMORTIZADO

Emissor/Data de emissão Em milhões de euros	Dívidas	Montante em divisas Na origem (em milhões)	Data de opção de reembolso ou majoração de juros	Taxa	Majoração de juros	Grau de subordinação ⁽¹⁾	Condições suspensivas de pagamento dos cupões ⁽³⁾	Montante ⁽⁵⁾ admitido em Tier1	Montante ⁽⁵⁾ admitido em Tier2	31 dez. 2013	31 dez. 2012		
Dívidas representadas por um título										183 507	173 198		
Dívidas representadas por um título cuja maturidade é inferior a um ano à data de emissão 1										90 741	83 591		
Títulos de créditos negociáveis										90 741	83 591		
Dívidas representadas por um título cuja maturidade é superior a um ano à data de emissão 1										92 766	89 607		
Títulos de créditos negociáveis										78 606	72 294		
Empréstimos obrigacionistas										14 160	17 313		
Dívidas subordinadas								1 017	7 266	12 028	15 223		
Dívidas subordinadas reembolsáveis			⁽²⁾			2		72	6 494	10 286	12 607		
Títulos subordinados perpétuos			⁽²⁾					945	550	1 496	1 461		
TMO													
BNP Paribas SA out-85	EUR	305	- - 0,25 %			3	B	-	254	254	254		
Libor 6 meses													
BNP Paribas SA set-86	USD	500	- + 0,075 %			3	C	-	199	199	207		
Euribor 3 meses													
BNP Paribas Fortis out-04	EUR	1 000	out.-14 4,625 %			5	D	945	-	945	879		
Outros										-	97	98	121
Empréstimos subordinados perpétuos										-	-	-	926
BNP Paribas Fortis fev-08	USD	750	- 8,28 %			5	D	-	-	-	563		
BNP Paribas Fortis jun-08	EUR	375	- 8,03 %			5	D	-	-	-	363		
Títulos participativos ⁽⁴⁾										-	222	222	222
BNP Paribas SA jul-84	EUR	337	- ⁽⁶⁾			4	NA	-	215	215	215		
Outros										-	7	7	7
Despesas e comissões, dívidas relacionadas										-	-	24	7

(1) (2) cf. emissões relativas às « Dívidas contabilizadas em valor de mercado por resultado ».

(3) Condições suspensivas de pagamento dos cupões

B O pagamento dos juros é obrigatório, salvo se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral dos acionistas constatar não haver lucro distribuível, nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis desde a retoma de uma distribuição de dividendo.

C O pagamento dos juros é obrigatório, salvo se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral dos acionistas validar a decisão de não se proceder à distribuição de um dividendo, nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis desde a retoma de uma distribuição de dividendo. O banco tem a faculdade de retomar o pagamento dos juros em atraso, mesmo na ausência de distribuição de um dividendo.

D Os juros não são pagáveis se os cupões forem superiores à diferença entre a demonstração líquida e a soma do capital e das reservas não distribuíveis do emissor.

E Os cupões são pagos sob a forma de outros títulos se os fundos próprios Tier 1 forem inferiores a 5 % dos ativos ponderados do emissor.

(4) Os títulos participativos emitidos pelo BNP SA podem ser alvo de recompras nas condições previstas pela lei de 3 de janeiro de 1983. Neste âmbito, durante o ano de 2012, procedeu-se à recompra de 32 000 títulos que foram objeto de uma anulação. O número de títulos em circulação é de 1 434 092.

(5) Tendo em conta as regras de admissibilidade e dos novos tratamentos prudenciais, nomeadamente o valor do risco de crédito próprio e a amortização dos instrumentos.

(6) Em função do resultado líquido enquadrado por um mínimo de 85 % do TMO e um máximo de 130 % do TMO.

A 2 de junho de 2013, o BNP Paribas Fortis procedeu ao reembolso do seu empréstimo subordinado perpétuo emitido em junho de 2008 por 375 milhões de euros. Do mesmo modo, o empréstimo subordinado perpétuo emitido em fevereiro de 2008

foi reembolsado a 27 de agosto de 2013 por um montante de 750 milhões de dólares.

Tempestividade das dívidas a médio e longo prazo representadas por um título e das dívidas subordinadas reembolsáveis contabilizadas a custo amortizado cuja maturidade aquando da emissão é superior a um ano:

Data de maturidade ou de opção de reembolso Em milhões de euros	2014	2015	2016	2017	2018	2019-2023	Depois de 2023	Total 31 de dezembro de 2013
Dívidas a médio e longo prazo representadas por um título	17 743	17 457	11 506	10 328	6 805	25 459	3 468	92 766
Dívidas subordinadas reembolsáveis	1 347	1 136	1 204	4 116	545	1 676	262	10 286
TOTAL	19 090	18 593	12 710	14 444	7 350	27 135	3 730	103 052

Data de maturidade ou de opção de reembolso Em milhões de euros	2013	2014	2015	2016	2017	2018-2022	Depois de 2022	Total 31 de dezembro de 2012
Dívidas a médio e longo prazo representadas por um título	16 914	16 657	14 896	7 359	10 845	18 351	4 585	89 607
Dívidas subordináveis reembolsáveis	1 630	1 138	1 196	1 526	4 344	2 535	238	12 607
TOTAL	18 544	17 795	16 092	8 885	15 189	20 886	4 823	102 214

5.j ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Bilhetes do Tesouro e obrigações do Estado	9 752	10 127
Outros títulos de rendimento fixo	129	157
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À SUA MATURIDADE	9 881	10 284

Não foi depreciado nenhum ativo financeiro até à maturidade, tanto em 31 de dezembro de 2013 como em 31 de dezembro de 2012.

5.k IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 ⁽¹⁾
Impostos correntes	1 487	790
Impostos diferidos	7 561	7 942
Ativos de impostos correntes e diferidos	9 048	8 732
Impostos correntes	849	901
Impostos diferidos	1 783	2 042
Passivos de impostos correntes e diferidos	2 632	2 943

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

► VARIAÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS DURANTE O PERÍODO

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	5 900	7 867
Carga fiscal diferida (nota 3.h)	(256)	(365)
Variações dos impostos diferidos ligadas à reavaliação e à retoma no resultado dos elementos de reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo os ativos reclassificados em empréstimos e créditos	(161)	(2 054)
Variações dos impostos diferidos ligadas à reavaliação e à retoma no resultado dos elementos de reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura	446	(195)
Variações dos impostos diferidos ligadas aos elementos constados diretamente em capitais próprios não podendo ser reportados no resultado	(165)	56
Varição das paridades monetárias e diversos	14	591
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS NO FIM DO PERÍODO	5 778	5 900

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

► REPARTIÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS POR NATUREZA

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 ⁽¹⁾
Ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos, incluindo os que foram reclassificados em empréstimos e créditos	(526)	(365)
Reserva latente de locação-financiamento	(552)	(688)
Provisões para compromissos sociais	997	1 089
Provisões para risco de crédito	3 003	2 811
Outros elementos	66	(103)
Défices fiscais adiáveis	2 790	3 156
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	5 778	5 900
Impostos diferidos ativos	7 561	7 942
Impostos diferidos passivos	(1 783)	(2 042)

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

Os impostos diferidos ativos não reconhecidos ascendem a 1 665 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 1 905 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Para determinar o nível dos défices fiscais adiáveis ativados, o Grupo procede todos os anos a um estudo específico para cada entidade

Visada, tendo em conta o regime fiscal aplicável – e nomeadamente as eventuais regras de validade – assim como uma projeção dos rendimentos e dos encargos em conformidade com o plano de desenvolvimento da sua atividade.

Principais entidades que apresentam impostos diferidos ativos contabilizados em débitos fiscais adiatáveis:

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	Duração legal de adiamento	Período previsível de cobrabilidade
BNP Paribas Fortis	2 250	ilimitada	8 anos
UkrSibbank	93	ilimitada	5 anos
BNP Paribas Securities Japan Ltd.	90	9 anos	8 anos
Outros	357		
TOTAL ATIVOS DE IMPOSTOS DIFERIDOS EM DÉBITOS FISCAIS ADIÁVEIS	2 790		

5.1 CONTAS DE REGULARIZAÇÃO, ATIVOS E PASSIVOS DIVERSOS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 ⁽¹⁾
Depósitos de garantia paga e cauções constituídas	41 044	52 602
Contas de pagamento relativas às operações em títulos	18 653	13 005
Contas de receitas	390	453
Parte das resseguradoras nas provisões técnicas	2 712	2 827
Proveitos a receber e encargos previamente contabilizados	4 641	4 982
Outros devedores e ativos diversos	21 665	25 338
TOTAL DAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E ATIVOS DIVERSOS	89 105	99 207
Depósitos de garantia recebidos	31 020	42 235
Contas de pagamento relativas às operações em títulos	19 233	12 760
Contas de receitas	1 167	1 288
Encargos a pagar e proveitos previamente constatados	6 613	6 338
Outros credores e passivos diversos	20 643	24 070
TOTAL DAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E PASSIVOS DIVERSOS	78 676	86 691

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

A variação da parte das resseguradoras nas provisões técnicas analisa-se da seguinte forma:

Em milhões de euros,	Exercício 2013	Exercício 2012
PARTE NAS PROVISÕES TÉCNICAS NO INÍCIO DO PERÍODO	2 827	2 524
Aumento das provisões técnicas a cargo das resseguradoras	218	3 470
Encaixes das prestações a cargo das resseguradoras	(327)	(3 166)
Efeitos das variações de câmbio e de perímetro	(6)	(1)
PARTE NAS PROVISÕES TÉCNICAS EM FIM DE PERÍODO	2 712	2 827

5.m PARTICIPAÇÕES NAS SOCIEDADES SEGUNDO O MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Encontram-se listadas individualmente abaixo as sociedades segundo o método de equivalência patrimonial.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 ⁽¹⁾
Retail Banking	1 485	1 341
nomeadamente Banque de Nankin	540	463
nomeadamente Carrefour Banque	278	265
nomeadamente Servicios Financieros Carrefour EFC SA	144	136
Investment Solutions	2 025	2 296
nomeadamente AG Insurance	1 317	1 455
nomeadamente BNP Paribas Cardif Emeklilik Anonim Sirketi	88	121
Corporate and Investments Banking	776	817
nomeadamente Verner Investissements	330	341
nomeadamente BNP Paribas SJ Ltd	213	270
Outras Atividades	1 461	2 577
nomeadamente Klépierre	986	1 096
nomeadamente Erbe	-	1 018
nomeadamente SCI SCOO	269	275
nomeadamente SCI Portes de Claye	120	118
PARTICIPAÇÕES NAS SOCIEDADES EM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	5 747	7 031

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

Os dados financeiros publicados pelas principais sociedades em equivalência patrimonial são os seguintes:

Em milhões de euros	Normas de publicação	Total Balanço	Proveito liq. bancário -	Proveito liq., parte do Grupo
AG Insurance ⁽²⁾	Normas locais	61 249	6 823	435
Banque de Nankin ⁽²⁾	Normas locais	41 425	1 126	478
BNP Paribas SJ Ltd. ⁽²⁾	Normas locais	270	2	-
Carrefour Banque ⁽²⁾	Normas locais	4 699	375	52
Klépierre ⁽²⁾	Normas locais	8 319	396	515
SCI SCOO ⁽²⁾	Normas locais	414	58	32
SCI Portes de Claye ⁽²⁾	Normas locais	268	8	4
Servicios Financieros Carrefour EFC SA ⁽²⁾	Normas locais	1 396	205	61
Verner Investissements ⁽¹⁾	Normas IFRS	6 909	360	35

(1) Dados em 31 de dezembro de 2013.

(2) Dados em 31 de dezembro de 2012.

5.n IMOBILIZAÇÕES DE INVESTIMENTO E DE EXPLORAÇÃO

Em milhões de euros, au	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Valor bruto contabilístico	Cumulação das amortizações e perdas de valor	Valor líq. Contabilístico	Valor bruto contabilístico	Cumulação das amortizações e perdas de valor	Valor líq. contabilístico
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	995	(282)	713	1 199	(272)	927
Terrenos e construções	7 018	(1 577)	5 441	6 997	(1 460)	5 537
Equipamento, Mobiliário, Instalações	6 641	(4 415)	2 226	6 519	(4 200)	2 319
Bens mobiliários dados para aluguer	12 632	(4 137)	8 495	12 762	(4 157)	8 605
Outras imobilizações	2 008	(993)	1 015	1 780	(922)	858
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	28 299	(11 122)	17 177	28 058	(10 739)	17 319
Softwares informáticos adquiridos	2 650	(2 074)	576	2 543	(1 978)	565
Softwares informáticos produzidos pela empresa	3 230	(2 342)	888	2 890	(1 992)	898
Outras imobilizações incorpóreas	1 455	(342)	1 113	1 602	(480)	1 122
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	7 335	(4 758)	2 577	7 035	(4 450)	2 585

Propriedades de investimento

Os terrenos e imóveis dados para aluguer simples, assim como os terrenos e imóveis representativos dos ativos investidos no âmbito da atividade de seguro de vida estão reunidos na rubrica « Propriedades de investimento ».

O valor de mercado estimado das propriedades de investimento contabilizadas ao custo amortizado fixa-se em 906 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 1 087 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Locação simples

As operações realizadas sobre as imobilizações dadas para locação simples são, nalguns casos, objeto de contratos que preveem os pagamentos futuros mínimos seguintes:

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Pagamentos futuros mínimos a receber no âmbito dos contratos sem possibilidade de rescisão	4 433	5 352
Pagamentos a receber num prazo inferior a 1 ano	1 920	2 404
Pagamentos a receber num prazo superior a 1 ano e inferior a 5 anos	2 415	2 839
Pagamentos a receber num prazo superior a 5 anos	98	109

Os pagamentos futuros mínimos a receber no âmbito dos contratos sem possibilidade de rescisão correspondem aos pagamentos que o locatário deve efetuar durante o contrato de locação.

Imobilizações incorpóreas

As outras imobilizações incorpóreas incluem os direitos de locação, os fundos de comércio bem como as marcas adquiridas pelo Grupo.

Amortizações e provisões

O valor líquido das dotações e retomas de amortização efetuadas durante o exercício 2013 fixa-se em 1 570 milhões de euros, contra 1 546 milhões de euros no âmbito do exercício 2012.

O montante das rotações líquidas de depreciação sobre imobilizações corpóreas e incorpóreas inscrito no resultado ascende a 12 milhões de euros para o exercício 2013, contra uma retoma líquida de 3 milhões de euros para o exercício 2012.

5.0 GOODWILL

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO NO INÍCIO DO PERÍODO	10 591	11 406
Aquisições	62	2
Cessões	(86)	(240)
Depreciações contabilizadas durante o período	(253)	(493)
Reservas de transposição	(317)	(89)
Outros movimentos	(3)	5
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO NO FIM DO PERÍODO	9 994	10 591
Valor bruto contabilístico	11 394	11 750
Cumulação das depreciações registadas no fim do período	(1 400)	(1 159)

Os goodwill repartem-se por unidade geradora de tesouraria da seguinte forma:

Em milhões de euros	Valor líquido contabilístico		Depreciações contabilizadas durante o exercício		Aquisições do exercício	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	Exercício 2013	Exercício 2012	Exercício 2013	Exercício 2012
Goodwill positivos						
Retail Banking	7 767	8 308	(252)	(486)	-	-
Arval	301	316	-	-	-	-
BancWest	3 620	3 782	-	-	-	-
Banca de retalho em Itália	1 214	1 400	(186)	(298)	-	-
Leasing Solutions	134	147	-	(80)	-	-
Personal Finance	1 325	1 395	-	(42)	-	-
Personal Finance - parceria testada especificamente	489	555	(66)	(66)	-	-
Personal Investors	409	412	-	-	-	-
Turk Ekonomi Bankasi AS	240	263	-	-	-	-
Outros	35	38	-	-	-	-
Investment Solutions	1 592	1 637	(1)	-	62	2
Seguros	258	259	-	-	-	-
Investment Partners	165	251	-	-	-	-
Real Estate	371	351	(1)	-	22	2
Securities Services	399	372	-	-	40	-
Wealth Management	399	404	-	-	-	-
Corporate and Investment Banking	632	643	-	(7)	-	-
Consultoria e Mercados de Capitais	363	370	-	-	-	-
Corporate Banking	269	273	-	(7)	-	-
Outras Atividades	3	3	-	-	-	-
TOTAL DOS GOODWILL POSITIVOS	9 994	10 591	(253)	(493)	62	2
Goodwill negativo			2	3		
VARIAÇÃO DOS GOODWILL INSCRITA NO RESULTADO			(251)	(490)		

Os conjuntos homogêneos de áreas de intervenção às quais são atribuídos os goodwill são os seguintes:

- **Arval** : Especialista da locação de longa duração de veículos multimarcas, Arval oferece às empresas soluções à medida para externalizar os riscos relacionados com a gestão da sua frota e otimizar a mobilidade dos seus funcionários;
- **BancWest** : Atividade da banca de retalho nos Estados Unidos é exercida através de Bank of the West e de First Hawaiian Bank, reunidas desde 1998 sob a holding BancWest Corporation. Bank of the West oferece uma vasta gama de produtos e de serviços de banca de retalho a uma clientela de particulares, de profissionais e de empresas, e detém igualmente posições fortes em certas atividades de financiamentos especializados. First Hawaiian Bank é o banco mais importante do Estado do Hawaii onde exerce a sua atividade de banco de proximidade junto de uma clientela de particulares e de empresas;
- **Banca de retalho em Itália**: BNL banca commerciale, 6º banco italiano pelo seu balanço total e os seus empréstimos à clientela, oferece uma gama completa de produtos e serviços bancários, financeiros e de seguros, para responder às necessidades da sua base de clientes diversificada. O BNL bc está bem posicionado no que respeita aos empréstimos concedidos à clientela, nomeadamente os créditos imobiliários residenciais. O BNL bc também está bem implantado nos segmentos das grandes empresas e das coletividades locais com um know-how ao nível dos pagamentos transfronteiriços, o financiamento de projetos, os financiamentos estruturados e factoring através da sua filial especializada Ifitalia ;
- **Leasing Solutions**: BNP Paribas Leasing Solutions oferece às empresas e aos profissionais, através de vários canais – vendas diretas, prescrições, parcerias e redes bancárias – uma gama de soluções de aluguer que vão desde o financiamento de equipamento à externalização de parques;
- **Personal Finance** : BNP Paribas Personal Finance é especialista em financiamentos aos particulares através das suas atividades de crédito ao consumo. Paralelamente, o BNP Paribas Personal Finance também desenvolve uma atividade de crédito imobiliário. O BNP Paribas Personal Finance exerce em cerca de vinte países e com marcas como Cetelem, Findomestic ou ainda AlphaCredit, oferece uma gama completa de créditos aos particulares, disponíveis em lojas, em concessões automóveis ou diretamente junto dos clientes através dos seus centros de relações com o cliente e na Internet. A atividade de crédito ao consumo está igualmente integrada no interior do banco de retalho do Grupo BNP Paribas nos países emergentes através do dispositivo PF Inside. Uma parceria do BNP Paribas Personal Finance está também a ser especificamente testada;
- **Personal Investors**: BNP Paribas Personal Investors oferece a uma clientela de particulares um aconselhamento financeiro independente e um vasto leque de serviços de investimento. Inclui Cortal Consorts (especialista europeu da poupança e da corretagem Online na Alemanha, em França e em Espanha), B*capital e Geojit BNP Paribas ;
- **Turk Ekonomi Bankasi AS**: TEB oferece à sua clientela (Retail, Corporate e PME) um vasto leque de produtos financeiros e de serviços, incluindo a banca de retalho e a banca privada, as atividades de tesouraria e de mercados financeiros e o financiamento;
- **Seguros**: o BNP Paribas Cardif está presente em 37 países e concebe produtos e serviços no domínio da poupança e da proteção. Para além do seguro dos mutuários, o BNP Paribas Cardif alargou a sua oferta de proteção do orçamento, dos rendimentos e dos meios de pagamento, a extensão de garantia, o seguro por danos, a proteção do desemprego, etc.

O BNP Paribas Cardif comercializa os seus produtos por intermédio do canal Retail Banking do Grupo BNP Paribas, do canal Parcerias e do canal Digital & Brokers ;

- **Investment Partners** BNP Paribas Investment Partners (BNPP IP) é o especialista na gestão de ativos do Grupo BNP Paribas e oferece assim um leque completo de serviços de gestão de ativos aos investidores do mundo inteiro, tanto institucionais como privados.

Gestor de ativos « multilocal », o BNPP IP está estruturado em torno das linhas de profissionais institucionais (que oferece aos investidores das soluções de gestão global e europeia à medida), Distribuição (que propõe aos clientes particulares e de bancos privados uma vasta gama de produtos e um conjunto de soluções de poupança centradas nas suas problemáticas) e Ásia-Pacífico & Mercados Emergentes (que permite aos clientes destas zonas de acederem a uma perícia global levando simultaneamente em conta especificidades locais) ;

- **Real Estate** : BNP Paribas Real Estate é nº 1 dos serviços imobiliários às empresas na Europa continental, e um dos atores mais importantes no domínio do imobiliário residencial em França;
- **Securities Services** : BNP Paribas Securities Services é um dos principais atores mundiais na área dos Títulos e oferece soluções integradas a todos os atores do ciclo do investimento, sell-side, buy- side e emissores;
- **Wealth Management** : BNP Paribas Wealth Management reúne as atividades de banca privada no seio do BNP Paribas tendo por missão responder às expectativas de uma clientela rica, das famílias dos acionistas ou de empreendedores, que desejam que cuidem das suas necessidades patrimoniais e financeiras;
- **Consultoria e Mercados de Capitais**: Reúne as divisões Global Equities and Commodity Derivatives (oferece produtos derivados sobre ações e matérias-primas, índices e fundos, assim como soluções de financiamento e uma plataforma de corretagem sobre ações integrada), Fixed Income (que trata de produtos de crédito, de câmbio e de taxa de juros), e Corporate Finance (encarrega-se das operações de aconselhamento em fusões e aquisições e das atividades primárias ações);
- **Corporate Banking** : Reúne o conjunto dos serviços de financiamento aos clientes empresariais, dos produtos de transação banking (cash management, financiamento do comércio internacional e gestão da liquidez) às soluções de financiamentos: empréstimos clássicos e financiamentos especializados (aeronáutica, transporte marítimo, imobiliário, exportação, para efeito de alavanca, projetos, de aquisições e media telecom). Estes serviços são ainda completados por uma linha de produtos dedicados à recolha dos depósitos.

Os testes de valorização dos goodwill assentam em três métodos de valorização distintos, um baseado na observação de transações sobre entidades com atividades semelhantes, o consistindo em procurar os parâmetros de mercado induzidos das cotações de entidades com atividades semelhantes, por fim o terceiro resultando da rentabilidade futura esperada (« discounted cash flow method » - DCF).

Quando um dos dois métodos baseado em comparáveis sugere a necessidade de uma depreciação, é utilizado o método DCF para validar o bem fundado e, se necessário, determinar o seu montante.

O método DCF assenta num certo número de hipóteses relativas às projeções de fluxos de rendimentos, de despesas e de custo do risco (fluxo de tesouraria) fundados em planos a médio prazo num período de 5 anos. Os fluxos de tesouraria são projetados para mais de 5 anos com base numa taxa de crescimento infinito e podem ser normalizados quando o ambiente a curto prazo não reflete as condições normais do ciclo económico. Até 31 de dezembro de 2012, as hipóteses relativas

aos fluxos de tesouraria eram baseados em planos a médio prazo de 3 anos, estendidos a um período de crescimento sustentável (10 anos), e infinitamente.

Os parâmetros maiores sensíveis às hipóteses são o coeficiente de exploração, o custo do capital e a taxa de crescimento ao infinito.

O custo do capital é determinado com base numa taxa sem risco, num prémio de risco de mercado observado, ponderado por um fator de risco determinado em relação a comparáveis próprios a cada conjunto homogêneo de áreas de intervenção. Os valores escolhidos para este parâmetros são determinados utilizando fontes de informação externos.

O nível de fundos próprios atribuídos é determinado para cada conjunto homogêneo de área de intervenção em função das exigências de « Core Tier One » requeridas pela regulamentação da entidade jurídica à qual o conjunto homogêneo está ligado, com um mínimo de 7 %.

A taxa de crescimento ao infinito utilizada é de 2 % para os conjuntos homogêneos de áreas de intervenção exercendo num ambiente económico maduro. Para aqueles que estão implantados em países para os quais a taxa de inflação é muito elevada, é considerado um add-on, proveniente de fontes externas.

O quadro abaixo representa a sensibilidade da valorização das unidades geradoras de tesouraria a uma variação com norma do valor dos parâmetros utilizados no método DCF: o custo do capital, o coeficiente de exploração e a taxa de crescimento ao infinito.

Em 2012, devido nomeadamente ao aumento esperado de 7 % a 8 % da exigência em fundos próprios « Core Tier One », do Banco de Itália, o Grupo depreciou em 298 milhões de euros o sobrevalor ligado ao conjunto homogêneo BNL bc.

Em 2013, o ambiente económico difícil da Itália levou ainda a dotar um complemento de depreciação de 186 milhões de euros.

► **VULNERABILIDADE DA VALORIZAÇÃO DOS PRINCIPAUS GOODWILL A UMA VARIAÇÃO DE 10 PONTOS DE BASE DO CUSTO DO CAPITAL, DE 1 % DO COEFICIENTE DE EXPLORAÇÃO E DE 50 PONTOS DE BASE DA TAXA DE CRESCIMENTO AO INFINITO**

Em milhões de euros	BNL bc	BancWest	Personal Finance
Custo do capital	10,1 %	8,2 %	10,1
% Variação desfavorável de + 10 pontos de base	(82)	(150)	(104)
Variação desfavorável de - 10 pontos de base	84	155	107
Coeficiente de exploração	52,9 %	56,8 %	46,2 %
Variação desfavorável de + 1 %	(182)	(219)	(222)
Variação desfavorável de - 1 %	182	219	222
Taxa de crescimento ao infinito	2,0 %	2,0 %	2,1 %
Variação desfavorável de - 50 pontos de base	(267)	(358)	(262)
Variação desfavorável de + 50 pontos de base	302	421	296

Uma variação de 2 % do fluxo normalizado utilizado para o teste de valorização do conjunto homogêneo BNL bc provocaria uma variação do seu valor recuperável de 92 milhões de euros.

Para os conjuntos homogêneos BancWest e Personal Finance acima mencionado, não houve depreciação dos goodwill mesmo escolhendo, para o teste de depreciação, as três variações mais desfavoráveis do quadro.

5.p PROVISÕES TÉCNICAS DAS COMPANHIAS DE SEGUROS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Passivos relativos aos contratos de seguro	118 785	115 432
Provisões técnicas brutas		
Contratos de seguro em unidades de conta	42 677	42 241
Outros contratos de seguro	76 108	73 191
Passivos relativos aos contratos financeiros com participação discricionária	28 383	26 062
Participação diferida passiva nos benefícios	8 058	6 498
TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS DAS COMPANHIAS DE SEGUROS	155 226	147 992
Passivos relativos aos contratos financeiros em unidades de conta ⁽¹⁾	2 260	1 298
Passivos relativos aos contratos financeiros em fundo geral	2	25
TOTAL DOS PASSIVOS LÍQUIDOS RELATIVOS AOS CONTRATOS EMITIDOS PELAS COMPANHIAS DE SEGUROS	157 488	149 315

(1) Os passivos relativos aos contratos financeiros em unidades de conta são apresentados na rubrica « Dívidas para com a clientela » (nota 5.g).

A provisão para participação diferida nos lucros resulta da aplicação da « contabilidade reflexo » : representa a quota-parte dos segurados das filiais de seguro de vida em França e em Itália, nas mais e menos valias latentes e nas depreciações constatadas sobre os ativos quando a remuneração dos contratos está ligada ao seu rendimento.

É determinada a partir de cálculos estocásticos que modelam as mais e menos valias latentes atribuíveis aos segurados em função dos cenários económicos, assim como de hipóteses de taxas aplicadas e de recolha. Daí resulta, nomeadamente para a França, uma taxa de 90 % em 2013 como em 2012.

A variação dos passivos relativos aos contratos emitidos pelas companhias de seguros é analisada da seguinte forma:

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
PASSIVOS RELATIVOS AOS CONTRATOS NO INÍCIO DO PERÍODO	149 315	133 196
Dotação para as provisões técnicas dos contratos de seguros e recolha realizada ao nível dos contratos financeiros ligados à atividade de seguros de vida	21 275	30 801
Prestações pagas	(15 579)	(18 177)
Efeito das variações de perímetro	203	(6)
Efeitos das variações de câmbio	(494)	140
Efeitos das variações de valor dos ativos dos contratos em unidades de conta	2 768	3 361
PASSIVOS RELATIVOS AOS CONTRATOS NO FIM DO PERÍODO	157 488	149 315

A parte reasegurada dos passivos relativos aos contratos emitidos pelas companhias de seguros é apresentada na nota 5.l.

5.q PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS**► PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS POR NATUREZA**

Em milhões de euros, em	31 de dezembro 2012 ⁽¹⁾	Dotações de líq. às provisões	Utilizações das provisões	Reavaliações contabilizadas diretamente em capitais próprios	Variação das paridades monetárias e diversos	31 de dezembro de 2013
Provisões para compromissos sociais	7 175	878	(1 130)	(466)	5	6 462
das quais vantagens posteriores ao emprego (nota 7.b)	4 728	48	(179)	(464)	69	4 202
das quais ajuda médica posterior ao emprego (nota 7.b)	148	(2)	(3)	(2)	(10)	131
das quais provisão no âmbito das outras vantagens a longo prazo (nota 7.c)	1 058	306	(269)		(55)	1 040
das quais provisões no âmbito dos planos de saída voluntária, pré-reforma, e planos de adaptações dos efetivos						420
das quais provisões para pagamentos à base de ações (nota 7.e)	771	384	(493)		7	669
Provisões no âmbito das contas e planos de poupança-habitação	142	(64)	-		-	78
Provisões no âmbito dos compromissos de crédito (nota 3.f)	976	123	(39)		(52)	1 008
Provisões para litígios	1 683	1 191	(102)		(54)	2 718
Outras provisões para riscos e encargos	1 404	371	(102)		24	1 697
TOTAL DAS PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	11 380	2 499	(1 373)	(466)	(77)	11 963

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

► PROVISÕES E ASSIMILADOS NO ÂMBITO DAS CONTAS E PLANOS POUANÇA-HABITAÇÃO

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos coletados no âmbito das contas e planos poupança-habitação	15 390	14 946
dos quais no âmbito dos planos poupança-habitação	12 639	12 076
com uma antiguidade superior a 10 anos	4 837	5 374
com uma antiguidade compreendida entre 4 anos e 10 anos	3 906	4 491
com uma antiguidade inferior a 4 anos	3 896	2 211
Créditos ativos atribuídos no âmbito das conta e planos poupança-habitação	303	379
dos quais no âmbito dos planos poupança-habitação	57	76
Provisões e assimiladas constituídas no âmbito das contas e planos poupança-habitação	85	152
provisões constituídas no âmbito dos planos poupança-habitação	65	124
provisões constituídas no âmbito das contas poupança-habitação	13	18
desconto constituído no âmbito das contas e planos poupança-habitação	7	10

5.r COMPENSAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta os montantes dos ativos financeiros e passivos financeiros antes e depois da compensação. Estas informações, requeridas por uma emenda à IFRS 7 (Informações a fornecer – Compensação de ativos financeiros e de passivos financeiros) aplicável desde 1 de janeiro de 2013, têm por objetivo permitir a comparabilidade com o tratamento aplicável segundo os princípios contabilísticos geralmente admitidos nos Estados Unidos (US GAAP), menos restritivos do que IAS 32 em matéria de compensação.

Os « montantes compensados no balanço » foram estabelecidos segundo os critérios da norma IAS 32. Assim, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e é apresentado um saldo líquido no balanço apenas se o Grupo tem um direito juridicamente executório para compensar os montantes contabilizados, e se tenciona, ou pagar o montante líquido, ou realizar o ativo e pagar o passivo simultaneamente. O essencial dos montantes compensados resulta das operações de recompra entregues e dos derivados tratados com câmaras de compensação.

Os « impactos das convenções-quadro de compensação e acordos similares » correspondem aos ativos de operações no âmbito de contratos executórios mas que não satisfazem os critérios de compensação fixados pela norma IAS 32. É o caso nomeadamente das operações para as quais o direito a compensar apenas pode ser exercido em caso de incumprimento, de insolvabilidade ou de falência de uma ou outra parte do contrato.

Os « instrumentos financeiros dados ou recebidos como garantia » reúnem os depósitos de garantia e as cauções trocadas sob forma de títulos ao seu valor de mercado. O exercício destas garantias está condicionado à insolvabilidade, ao incumprimento ou à falência de uma das partes do contrato.

Para as operações com convenções-quadro, os depósitos de garantia recebidos ou dados como contrapartida dos valores de mercados positivos ou negativos dos instrumentos financeiros são contabilizados no balanço nas contas de regularização e ativos ou passivos diversos.

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2013	Motantes brutos dos ativos financeiros	Motantes de compensados no balanço	Motantes líquido apresentados no balanço	Impacto das convenções - quadro de Compensação e acordos similares	Instrumentos financeiros dados em garantia	Motantes líq.
Ativo						
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado						
Carteira de títulos de transação	157 740	-	157 740	-	-	157 740
Empréstimos concedidos	445	-	445	-	-	445
Operações de recompra	224 516	(79 653)	144 863	(33 246)	(109 031)	2 586
Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção	67 230	-	67 230	-	-	67 230
Instrumentos financeiros derivados (incluindo derivados de cobertura)	593 531	(283 696)	309 835	(263 367)	(21 611)	24 857
Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito e sobre a clientela						
	668 518	(870)	667 648	(678)	(2 225)	664 745
dos quais operações de recompra	2 943	-	2 943	(678)	(2 225)	40
Contas de regularização e ativos diversos						
	91 240	(2 135)	89 105	-	(25 560)	63 545
dos quais depósitos de garantia dados	41 044	-	41 044	-	(25 560)	15 484
Outros ativos não submetidos à compensação						
	363 273	-	363 273	-	-	363 273
TOTAL ACTIVO	2 166 493	(366 354)	1 800 139	(297 291)	(158 427)	1 344 421

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2013	Motantes brutos dos passivos financeiros	Motantes compensados no balanço	Motantes líq. apresentados no balanço	Impactos das convenções-quadro de compensação e acordos similares	Instrumentos financeiros dados em garantia	Motantes líq.
Dívidas						
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado						
Carteira de títulos de transação	69 803	-	69 803	-	-	69 803
Empréstimos concedidos	3 758	-	3 758	-	-	3 758
Operações de recompra	271 829	(79 653)	192 176	(31 889)	(152 035)	8 252
Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção	45 329	-	45 329	-	-	45 329
Instrumentos financeiros derivados (incluindo derivados de cobertura)	593 066	(283 696)	309 370	(263 367)	(25 409)	20 594
Dívidas para com os estabelecimentos de crédito e a clientela						
	643 794	(870)	642 924	(2 035)	(9 704)	631 185
dos quais operações de recompra	11 879	-	11 879	(2 035)	(9 704)	140
Contas de regularização e passivos diversos						
	80 811	(2 135)	78 676	-	(21 980)	56 696
dos quais depósitos de garantia recebidos	31 020	-	31 020	-	(21 980)	9 040
Outras dívidas não submetidas à compensação						
	366 941	-	366 941	-	-	366 941
TOTAL DÍVIDAS	2 075 331	(366 354)	1 708 977	(297 291)	(209 128)	1 202 558

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012	Montantes brutos dos ativos financeiros	Montantes compensados no balanço	Montantes líquidos apresentados no balanço ⁽¹⁾	Impactos das convenções-quadro de compensação e acordos similares	Instrumentos financeiros recebidos em garantia	Montantes líq.
Ativo						
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado						
Carteira de títulos de transação	143 465	-	143 465	-	-	143 465
Empréstimos concedidos	1 150	-	1 150	-	-	1 150
Operações de recompra	193 757	(48 008)	145 749	(35 640)	(103 455)	6 654
Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção	62 800	-	62 800	-	-	62 800
Instrumentos financeiros derivados (incluindo derivados de cobertura)	866 733	(441 831)	424 902	(373 016)	(19 476)	32 410
Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito e sobre a clientela						
	672 138	(1 212)	670 926	(1 516)	(4 400)	665 010
dos quais operações de recompra	6 203	-	6 203	(1 516)	(4 400)	287
Contas de regularização e ativos diversos						
	99 713	(506)	99 207	-	(24 664)	74 543
dos quais depósitos de garantia dados	52 602	-	52 602	-	(24 664)	27 938
Outros ativos não submetidos à compensação						
	359 001	-	359 001	-	-	359 001
TOTAL ACTIVO	2 398 757	(491 557)	1 907 200	(410 172)	(151 995)	1 345 033

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012	Montantes brutos dos passivos financeiros	Montantes compensados no balanço	Montantes líq. apresentados no balanço ⁽¹⁾	Impactos das convenções-quadro de compensação e acordos similares	Instrumentos financeiros dados em garantia	Montantes líq.
Dívidas						
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado						
Carteira de títulos de transação	52 432	-	52 432	-	-	52 432
Empréstimos concedidos	4 016	-	4 016	-	-	4 016
Operações de recompra	247 055	(48 008)	199 047	(34 499)	(145 370)	19 178
Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção	43 530	-	43 530	-	-	43 530
Instrumentos financeiros derivados (incluindo derivados de cobertura)	863 715	(441 831)	421 884	(373 016)	(24 361)	24 507
Dívidas para com os estabelecimentos de crédito e a clientela						
	652 460	(1 212)	651 248	(2 657)	(10 928)	637 663
dos quais operações de recompra	15 336	-	15 336	(2 657)	(10 928)	1 751
Contas de regularização e passivos diversos						
	87 197	(506)	86 691	-	(19 722)	66 969
dos quais depósitos de garantia recebidos	42 235	-	42 235	-	(19 722)	22 513
Outras dívidas não submetidas à compensação						
	354 335	-	354 335	-	-	354 335
TOTAL DÍVIDAS	2 304 740	(491 557)	1 813 183	(410 172)	(200 381)	1 202 630

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

5.s TRANSFERÊNCIAS DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros que o Grupo transferiu mas que não são desreconhecidos são essencialmente constituídos por títulos temporariamente cedidos no quadro de um acordo de recompra ou de um empréstimo assim como créditos que foram objeto de operações de titularização. Os passivos

associados aos títulos com acordo de recompra são as dívidas contabilizadas sob a designação « Operações de recompra ». Os passivos associados aos créditos titularizados são constituídos por partes de titularização subscritas por terceiros.

► EMPRÉSTIMOS DE TÍTULOS, OPERAÇÕES DE RECOMPRA E OUTRAS OPERAÇÕES

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor contábilístico dos ativos transferidos	Valor contábilístico dos passivos associados	Valor contábilístico dos ativos transferidos	Valor contábilístico dos passivos associados
Empréstimos de títulos				
Títulos em valor de mercado por resultado	2 086		3 270	
Operações de recompra				
Títulos em valor de mercado por resultado	68 336	66 710	52 604	51 915
Títulos classificados em empréstimos e créditos	1 650	1 440	957	888
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 800	10 789	9 422	9 423
Outras operações				
Títulos em valor de mercado por resultado	927	828	-	-
TOTAL	83 799	79 767	66 253	62 226

► OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO TENDO SIDO OBJETO DE UM REFINANCIAMENTO PARCIAL JUNTO DE INVESTIDORES EXTERNOS, CUJO RECURSO É LIMITADO AOS ATIVOS TRANSFERIDOS

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2013	Valor contábilístico dos ativos transferidos	Valor contábilístico dos passivos associados	Justo valor dos ativos transferidos	Justo valor dos passivos associados	Posição líq.
Titularização					
Títulos em valor de mercado por resultado	55	54	55	54	1
Empréstimos et créditos	13 456	10 676	13 765	10 747	3 018
Ativos financeiros disponíveis para venda	456	511	441	480	(39)
TOTAL	13 967	11 241	14 261	11 281	2 980

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012	Valor contábilístico dos ativos transferidos	Valor contábilístico dos passivos associados	Justo valor dos ativos transferidos	Justo valor dos passivos associados	Posição líq.
Titularização					
Títulos em valor de mercado por resultado	231	217	231	217	14
Empréstimos e créditos	11 447	8 997	11 487	8 915	2 572
Ativos financeiros disponíveis para venda	283	305	262	283	(21)
TOTAL	11 961	9 519	11 980	9 415	2 565

O banco não realizou nenhuma operação significativa de transferência levando ao desreconhecimento parcial ou integral de ativos financeiros e à conservação de implicação contínua nos seus ativos.

Nota 6 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

6.a COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO DADOS OU RECEBIDOS

Valor contratual dos compromissos de financiamento dados ou recebidos pelo Grupo:

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Compromissos de financiamento dados		
aos estabelecimentos de crédito	5 134	48 628
à clientela	206 401	215 656
Abertura de créditos confirmados	169 472	176 355
Outros compromissos em favor da clientela	36 929	39 301
TOTAL DOS COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTOS DADOS	211 535	264 284
Compromissos de financiamentos recebidos		
dos estabelecimentos de crédito	89 831	119 722
da clientela	2 747	6 036
TOTAL DOS COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTOS RECEBIDOS	92 578	125 758

As operações de recompra e de revenda de títulos da carteira de transação, representadas entre a data de transação e a data de entrega como compromissos de financiamento dados e recebidos em 31 de dezembro de 2012 para respetivamente 51 182 milhões

de euros e 70 096 milhões de euros, são agora apresentadas como instrumentos derivados de taxas, em conformidade com as disposições descritas na nota 1.c.3.

6.b COMPROMISSOS DE GARANTIA DADOS POR ASSINATURA

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Compromissos de garantia dados		
pelos estabelecimentos de crédito	12 601	11 829
pelos clientes	79 693	79 860
Cauções imobiliárias	971	1 054
Cauções administrativas e fiscais e outras cauções	47 238	44 283
Outras garantias dos clientes	31 484	34 523
TOTAL DOS COMPROMISSOS DE GARANTIA DADOS	92 294	91 689

6.c OUTROS COMPROMISSOS DE GARANTIA

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS COMO GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos privados) depositados junto de bancos centrais e mobilizáveis a qualquer momento como garantia de eventuais operações de refinanciamento após desconto	93 153	99 499
Mobilizados em garantia junto dos bancos centrais	17 426	42 201
Disponíveis para operações de refinanciamento	75 727	57 298
Títulos com acordo de recompra	261 508	238 734
Ativos financeiros dados como garantia de operações junto de estabelecimentos de crédito, da clientela financeira, ou dos subscritores de obrigações caucionadas emitidas pelo Grupo ⁽¹⁾	143 856	149 237

(1) Incluem nomeadamente financiamentos da Société de Financement de l'Économie Française e da Caisse de Refinancement de l'Habitat.

A parte dos instrumentos financeiros dados pelo Grupo em garantia e que o beneficiário está autorizado a vender ou a dar em garantia ascende a 334 678 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (contra 328 024 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

► INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECEBIDOS PARA GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Instrumentos financeiros recebidos para garantia (fora acordos de recompra)	63 119	71 671
nomeadamente instrumentos que o Grupo está habilitado a vender ou a dar novamente como garantia	30 780	32 140
Títulos recebidos com acordo de recompra	194 968	174 474

Os instrumentos financeiros recebidos como garantia ou com acordo de recompra que o Grupo efetivamente vendeu ou voltou a dar como garantia ascendem a 171 241 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (contra 156 718 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Nota 7 REMUNERAÇÃO E VANTAGENS CONCEDIDAS AO PESSOAL

7.a DESPESAS DE PESSOAL

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
Salários e tratamentos fixos e variáveis, bônus e participação	10 812	11 208
Encargos no âmbito das vantagens sociais	3 569	3 557
Impostos, taxas e pagamentos assimilados sobre as remunerações	461	483
TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL	14 842	15 248

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a et 2).

7.b VANTAGENS POSTERIORES AO EMPREGO

A norma IAS 19 distingue duas categorias de dispositivos, cada um tratado de forma diferentes segundo o risco suportado pela empresa. Quando o compromisso da empresa consiste em pagar um valor definido (expresso em percentagem do salário anual do beneficiário por exemplo) a um organismo externo que assegura o pagamento o pagamento das prestações em função dos ativos disponíveis para cada participante no regime, é designado regime de cotizações definidas. Por outro lado, quando o compromisso consiste, para a empresa, em gerar os ativos financeiros financiados pela recolha de cotizações junto dos funcionários e em assumir ela própria o encargo das prestações – ou a garantir o valor final submetido a riscos futuros – é designado regime de prestações definidas. O mesmo ocorre se a empresa entrega sob mandato a gestão da recolha das cotizações e do pagamento das prestações a um organismo externo, mas mantém o risco ligado à gestão dos ativos e à evolução futura das prestações.

Principais regimes de reforma com contribuições definidas do Grupo

O Grupo BNP Paribas implementou, há vários anos, uma política voluntariosa de transformação dos regimes de prestações definidas em regimes de cotizações definidas.

Assim, em França, o Grupo BNP Paribas contribui para diferentes organismos nacionais e interprofissionais de reforma de base e complementar. O BNP Paribas SA e certas filiais implementaram, através de acordo de empresa, uma reforma por capitalização. Desta forma, no momento da sua partida para a reforma, os assalariados beneficiarão de uma renda adicional às pensões pagas pelos regimes nacionais.

Por outro lado, no estrangeiro, tendo em conta que os planos com prestações definidas foram fechados, na maioria dos países, a novos colaboradores, estes têm acesso a planos de pensão com contribuições definidas.

Os valores pagos no âmbito dos regimes posteriores ao emprego com contribuições definidas fixam-se em 506 milhões de euros para o exercício 2013 contra 531 milhões de euros para o exercício 2012.

A distribuição por principais contribuintes é a seguinte:

Montante das contribuições Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
França	249	282
Itália	58	61
Reino Unido	57	45
Estados Unidos	28	26
Turquia	30	25
Outros	84	92
TOTAL	506	531

Em Itália, o regime implementado pelo BNL é financiado por contribuições do empregador (4 % dos salários) e as contribuições dos empregados (2 % do salário). Os empregados podem igualmente efetuar pagamentos voluntários adicionais.

No Reino Unido, para a maioria dos assalariados, o empregador paga contribuições a altura de 12 % do salário, os assalariados podem efetuar pagamentos voluntários.

Nos Estados Unidos, o banco contribui com o mesmo montante pago pelos assalariados, sob certos limites.

Principais regimes de reforma com prestações definidas do Grupo, cujas indemnizações de saída ou de fim de carreira

Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis financia um plano com prestações definidas para os seus empregados e quadros que entraram em funções antes da data de harmonização dos regimes de pensões do banco a 1 de janeiro de 2002, baseado no último salário e no número de anos de serviço. Os compromissos atuariais relativos a este regime são parcialmente pré financiados em 87 % em finais de 2013, inalterado desde 2012, junto da companhia de seguros AG Insurance, na qual o Grupo BNP Paribas possui uma participação de 25 %.

Os quadros superiores do BNP Paribas Fortis beneficiam de um regime de reforma complementar oferecendo um capital em função dos anos de serviço e do salário final. Este regime é pré financiado em 80 % em finais de 2013 (contra 75 % em finais de 2012) junto das companhias de seguros AXA Belgium e AG Insurance.

Por outro lado, a lei faz suportar ao empregador uma garantia de rendimento mínimo sobre os ativos poupados no quadro dos regimes de contribuições definidas. Devido a esta obrigação, estes planos são assimilados a regimes de prestações definidas. Uma avaliação atuarial anual assegura que os ativos financeiros são suficientes para honrar a garantia de rendimento imposta ao empregador. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros são superiores a 7 % aos compromissos atuariais (contra 5 % em 31 de dezembro de 2012).

Em França, o BNP Paribas paga um complemento de pensão bancária no âmbito dos direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1993 pelos reformados e os assalariados ativos nessa data. Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos residuais suportados pelo Grupo para os colaboradores de origem BNP são integralmente incluídos no balanço.

Os regimes de reforma de prestações definidas de que beneficiavam os quadros superiores do Grupo do BNP, de Paribas e da Compagnie Bancaire, foram todos fechados aos novos funcionários e transformados em regimes de tipo aditivo. Os montantes que serão atribuídos aos

Beneficiários residuais, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua saída para a reforma, foram definitivamente determinados aquando do fecho dos regimes. Estes regimes de reforma foram externalizados junto de companhias de seguros em 87 % em 31 de dezembro de 2013, contra 82 % em 31 de dezembro de 2012.

No Reino Unido, subsistem planos de reforma de prestações definidas (fundos de pensões), fechados aos novos funcionários, que assentam na aquisição de uma pensão definida em função do último salário e do número de anos de serviço. A gestão dos regimes de pensões é assegurada por organismos de gestão independentes (Trustee). Em 31 de dezembro de 2013, para todas as entidades no Reino Unido, os compromissos são cobertos por ativos financeiros em 99 %, contra 92 % em 31 de dezembro de 2012.

Na Suíça, os compromissos correspondem a regimes complementares de reforma baseados no princípio de regimes de contribuições definidas com rendimento garantido, oferecendo o pagamento de uma pensão vitalícia segundo as condições predefinidas. A gestão destes regimes é assegurada por uma fundação. Em finais de 2013, os compromissos são cobertos a 100 % por ativos financeiros, contra 96 % em finais de 2012.

Nos Estados Unidos, os planos de reforma de prestações definidas assentam na aquisição anual de um capital constitutivo de uma pensão, expresso em percentagem do salário anual e remunerado a uma taxa predefinida. Estes planos estão fechados aos novos funcionários e já não oferecem praticamente nenhuma aquisição de direitos desde 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o compromisso é coberto em 82 % por ativos financeiros, contra 62 % em 31 de dezembro de 2012.

Na Turquia, o regime de reforma substituiu-se ao sistema de pensões nacional (estes compromissos são avaliados segundo as modalidades de transferência e deveriam a termo ser transferidos para o Estado turco) e oferece garantias para além do mínimo legal. Em finais de 2013, os compromissos no âmbito deste regime são cobertos pelos ativos financeiros detidos por uma fundação externa ao Grupo; estes ativos financeiros são largamente excedentários em relação aos compromissos tomadas, mas este excedente, não sendo recuperável, não é reconhecido como um ativo do Grupo. A taxa de cobertura é de a 204 % em 31 de dezembro de 2013, contra 245 % em 31 de dezembro de 2012.

Indemnizações de saída ou de fim de carreira

O pessoal das diferentes sociedades do Grupo beneficia de diversas prestações tais como as indemnizações de saída ou de fim de carreira, definidas segundo os mínimos legais (código de trabalho, convenções coletivas) ou acordos de empresa específicos.

Em França, a cobertura destas indemnizações é objeto de um contrato externalizado junto de uma companhia de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, este compromisso é coberto a 84 % por ativos financeiros, contra 76 % em 31 de dezembro de 2012.

No estrangeiro, os compromissos brutos no âmbito destas outras vantagens estão concentrados em Itália. Correspondem a direitos adquiridos até 31 de dezembro de 2006, tendo os regimes sido transformados em regime de contribuições definidas.

Compromissos relativos aos regimes de prestações definidas e às indemnizações de saída ou de fim de carreira

➤ ATIVOS E PASSIVOS CONTABILIZADOS NO BALANÇO

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2013	Valor atualizado bruto das obrigações para todo ou parte financiadas por ativos	Valor atualizado das obrigações não financiadas	Valor atualizado das obrigações	Valor de mercado dos ativos de regime	Valor de mercado dos ativos distintos ⁽¹⁾	Limitação de ativos	Obrigações líq.	ativo contabilizado no balanço dos regimes de prestações definidas	ativos líq. dos regimes de prestações definidas	valor de mercado dos ativos distintos	obrigação contabilizada no balanço para os regimes prestações distintas
Bélgica	2 962	15	2 977	(31)	(2 636)	-	310	(2 636)	-	(2 636)	2 946
França	1 449	137	1 586	(1 233)	-	-	353	-	-	-	353
Reino Unido	1 103	1	1 104	(1 093)	-	-	11	(18)	(18)	-	29
Suíça	819	16	835	(819)	-	-	16	-	-	-	16
Estados Unidos	485	126	611	(501)	-	-	110	(32)	(32)	-	142
Itália	-	411	411	-	-	-	411	-	-	-	411
Turquia	209	29	238	(428)	-	219	29	-	-	-	29
Outros	493	146	639	(372)	(22)	-	245	(31)	(9)	(22)	276
TOTAL	7 520	881	8 401	(4 477)	(2 658)	219	1 485	(2 717)	(59)	(2 658)	4 202

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012 ⁽²⁾	Valor atualizado bruto das obrigações e todo ou em parte financiadas por ativos	Valor atualizado das obrigações não financiadas	Valor atualizado das obrigações	Valor de mercado dos ativos de regime	Valor de mercado dos ativos distintos ⁽¹⁾	Limitação de ativos	Obrigações líquida	Ativo contabilizado no balanço para os regimes a prestações definidas	Dos ativos líquidos dos regimes a prestações definidas distintas	Do qual valor de mercado dos ativos distintos	Contabilizada no balanço para os regimes a prestações definidas
Bélgica	3 065	16	3 081	(28)	(2 618)	-	435	(2 618)	-	(2 618)	3 053
França	1 567	150	1 717	(1 213)	-	-	504	-	-	-	504
Reino Unido	1 093	1	1 094	(1 005)	-	-	89	(4)	(4)	-	93
Suíça	818	21	839	(782)	-	-	57	-	-	-	57
Estados Unidos	585	145	730	(451)	-	-	279	-	-	-	279
Itália	-	468	468	-	-	-	468	-	-	-	468
Turquia	143	29	172	(352)	-	209	29	-	-	-	29
Outros	490	71	561	(317)	(21)	-	223	(22)	(1)	(21)	245
TOTAL	7 761	901	8 662	(4 148)	(2 639)	209	2 084	(2 644)	(5)	(2 639)	4 728

(1) Os ativos distintos são principalmente colocados no balanço das filiais e participações de seguros do Grupo – nomeadamente AG Insurance no âmbito do plano de prestações definidas do BNP Paribas Fortis – para cobertura dos compromissos de outras entidades do Grupo que lhes foram transferidos para cobrir as vantagens posteriores ao emprego de certas categorias de assalariados.

(2) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

➤ VARIACÃO DO VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO	8 662	8 351
Custo dos serviços prestados durante o exercício	274	311
Encargos relacionados com a atualização dos compromissos	218	310
Custo dos serviços passados	(12)	(4)
Efeitos das liquidações de regime	(10)	(71)
Perdas ou (lucros) atuariais ligados à mudança de hipóteses demográficas	(10)	(156)
Perdas ou (lucros) atuariais ligados à mudança de hipóteses financeiras	(353)	541
Perdas ou (lucros) atuariais ligados às diferenças de experiência	122	(101)
Contribuições dos membros dos regimes	24	30
Prestações pagas aos beneficiários diretamente entregues pelo empregador	(120)	(130)
Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas	(367)	(380)
Efeito das variações de câmbio	(129)	31
Efeito das variações de perímetro	88	(71)
Outras variações	14	1
VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES NO FIM DO PERÍODO	8 401	8 662

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

➤ VARIACÃO DO VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DE REGIME E DOS ATIVOS DISTINTOS

Em milhões de euros	Ativos de regime		Ativos distintos	
	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS NO INÍCIO DO PERÍODO	4 148	3 798	2 639	2 463
Rendimento dos juros dos ativos	120	153	62	79
Efeitos das liquidações de regime	-	(19)	-	-
(Perdas) lucros atuariais do período	229	138	13	142
Contribuições dos membros dos regimes	14	21	10	10
Contribuições pagas pelo BNP Paribas	202	292	112	146
Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas	(189)	(211)	(178)	(169)
Efeito das variações de câmbio	(141)	32	-	-
Efeito das variações de perímetro	123	(53)	1	(32)
Outras variações	(29)	(3)	(1)	-
VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS NO FIM DO PERÍODO	4 477	4 148	2 658	2 639

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

► COMPONENTES DO ENCARGO RELATIVO AOS PLANOS DE PRESTAÇÕES DEFINIDAS

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
Custo dos serviços	252	255
Custo dos serviços prestados durante o exercício	274	311
Custo dos serviços passados	(12)	(4)
Efeitos das liquidações de regime	(10)	(52)
Encargo financeiro líquido	55	87
Encargos ligados à atualização dos compromissos	218	310
Rendimento dos juros dos ativos de regime	(101)	(144)
Rendimento dos juros dos ativos distintos	(62)	(79)
TOTAL EM « DESPESAS DE PESSOAL »	307	342

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

► OUTROS ELEMENTOS CONTABILIZADOS DIRETAMENTE EM CAPITALS PRÓPRIOS

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
Outros elementos contabilizados diretamente em capitais próprios	513	(131)
(Perdas)/Lucros atuariais sobre os ativos de regime e ativos distintos	242	281
(Perdas)/Lucros atuariais de hipóteses demográficas sobre o valor atualizado das obrigações	10	156
(Perdas)/Lucros atuariais de hipóteses financeiras sobre o valor atualizado das obrigações	353	(541)
(Perdas)/Lucros atuariais ditos de experiência sobre o valor atualizado das obrigações	(122)	101
Variação do efeito de limitação dos ativos	30	(128)

(1) Dados novamente tratados em conformidade com a emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

Principais hipóteses atuariais utilizadas para o cálculo dos compromissos

Para as zonas monetárias Euro, Reino Unido e Estados Unidos, o Grupo atualiza os compromissos com base nas obrigações privadas de alta qualidade, cuja maturidade corresponde à duração dos compromissos avaliados.

As taxas são as seguintes:

Em percentagem	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Taxa de atualização	Taxa de aumento futuro dos salários ⁽¹⁾	Taxa de atualização	Taxa de aumento futuro dos salários ⁽¹⁾
Bélgica	1,20 %-3,25 %	1,95 %-3,70 %	2,10 %-2,60 %	3,60 %-3,70 %
França	2,09 %-3,17 %	2,30 %-3,30 %	1,42 %-2,69 %	2,60 %-3,60 %
Reino Unido	3,40 %-4,30 %	2,00 %-4,50 %	4,00 %	2,00 %-4,25 %
Suíça	1,30 %-2,10 %	2,20 %	1,20 %-1,90 %	2,20 %
Estados Unidos	4,95 %	4,00 %	3,90 %	4,00 %
Itália	1,90 %-3,00 %	2,20 %	2,03 %-2,69 %	2,20 %
Turquia	9,92 %-10,10 %	7,50 %	6,91 %-7,00 %	5,78 %

(1) Incluindo deriva dos preços (inflação).

O efeito de uma evolução das taxas de atualização de 100pb sobre o valor atualizado das obrigações relativas às vantagens posteriores ao emprego é o seguinte:

Evolução do valor atualizado das obrigações Em milhões de euros	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Taxa de atualização -100 pb	Taxa de atualização +100 pb	Taxa de atualização -100pb	Taxa de atualização +100 pb
Bélgica	228	(168)	263	(229)
França	152	(133)	154	(137)
Reino Unido	248	(227)	280	(211)
Suíça	76	(75)	103	(70)
Estados Unidos	75	(64)	93	(80)
Itália	34	(29)	35	(31)
Turquia	21	(16)	17	(13)

► RENDIMENTO EFETIVO DOS ATIVOS DE REGIME E ATIVOS DISTINTOS DURANTE O PERÍODO

Em percentagem ⁽¹⁾	Exercício 2013	Exercício 2012
Bélgica	2,30 %-6,20 %	2,00 %-10,00 %
França	3,70 %	3,70 %
Reino Unido	7,60 %-12,10 %	4,78 %-10,00 %
Suíça	6,40 %-7,00 %	7,00 %-8,00 %
Estados Unidos	9,79 %-15,77 %	8,00-14,00 %
Turquia	5,82 %	10,80 %

(1) Intervalo de taxas representativo da existência de vários planos num mesmo país.

► DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS DE COBERTURA

Em percentagem	31 de dezembro de 2013						31 de dezembro de 2012					
	Ações	Obrigações governamentais	Obrigações não governamentais	Imobiliário	Contas de depósito	Outras	Ações	Obrigações governamentais	Obrigações não governamentais	Imobiliário	Contas de depósito	Outras
Bélgica	2 %	63 %	17 %	0 %	0 %	18 %	2 %	63 %	17 %	0 %	0 %	18 %
França	7 %	62 %	22 %	9 %	0 %	0 %	7 %	62 %	22 %	9 %	0 %	0 %
Reino Unido	40 %	44 %	14 %	0 %	1 %	1 %	37 %	36 %	21 %	0 %	2 %	4 %
Suíça	33 %	34 %	0 %	13 %	9 %	11 %	30 %	42 %	0 %	12 %	6 %	10 %
Estados Unidos	48 %	17 %	19 %	1 %	0 %	15 %	55 %	20 %	21 %	1 %	0 %	3 %
Turquia	0 %	3 %	0 %	5 %	91 %	1 %	0 %	2 %	0 %	6 %	89 %	3 %
Outros	12 %	14 %	10 %	1 %	15 %	48 %	15 %	21 %	12 %	2 %	17 %	33 %
GRUPO	16 %	47 %	14 %	4 %	7 %	12 %	15 %	48 %	16 %	4 %	6 %	11 %

O Grupo implementou uma governação de gestão dos ativos em representação dos compromissos de reforma de prestações definidas cujos principais objetivos são o enquadramento e o controlo dos riscos em matéria de investimento.

Pormenoriza nomeadamente os princípios de investimento, em particular a definição de uma estratégia de investimento dos ativos de cobertura baseados em objetivos financeiros e o enquadramento dos riscos financeiros, com vista a especificar de que forma os ativos de

Cobertura podem ser geridos, através de mandatos de delegação de gestão financeira.

A estratégia de investimento prevê que um estudo de integração dos ativos e dos passivos seja realizada pelo menos numa base anual para os planos cujo valor dos ativos seja superior a 100 milhões de euros e de 3 em 3 anos para os planos entre 20 e 100 milhões de euros.

Regimes de ajuda médica posterior ao emprego

O Grupo oferece certos regimes de cobertura médica para os reformados, estando os principais sediados nos Estados Unidos e na Bélgica. Estes regimes estão na sua maioria fechados aos novos funcionários.

O valor atualizado das obrigações no âmbito da ajuda médica posterior ao emprego ascende a 131 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 147 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, ou seja uma diminuição de 16 milhões de euros durante o exercício 2013, contra um aumento de 26 milhões de euros durante o exercício 2012.

7.c OUTRAS VANTAGENS A LONGO PRAZO

O BNP Paribas consente aos seus assalariados diversas vantagens a longo prazo, principalmente prémios de antiguidade, a faculdade de poupar dias de férias, e algumas proteções em caso de incapacidade para o trabalho. A provisão líquida correspondente ascende a 450 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 493 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Por outro lado, no quadro da política de remuneração variável implementada no seio do Grupo, são estabelecidos planos anuais de remuneração diferida em benefício de certos colaboradores, cuja contribuição para as performances do Grupo é significativa, ou por aplicação de disposições regulamentares particulares. Esses planos preveem o pagamento diferido no tempo da remuneração

variável e submetem, se tal for o caso, esse pagamento a condições de desempenho das áreas de intervenção, dos polos e do Grupo.

Em 2013, o BNP Paribas implementou um plano ISIS (International Sustainability and Incentive Scheme) cujo pagamento em numerário após um período de aquisição de 3 anos evolui em função do desempenho intrínseco do Grupo. O plano ISIS tem por objetivo associar diferentes categorias de quadros com vista ao desenvolvimento e à rentabilidade do Grupo. Estes pessoais são representativos dos talentos do Grupo e da sua substituição: quadros dirigentes, quadros ocupando um posto chave, responsáveis operacionais ou peritos, quadros com potencial, jovens quadros identificados devido ao seu desempenho e às suas perspectivas de evolução profissional, e contribuinte chave para o resultado do Grupo.

Os montantes atribuídos no quadro deste plano estão indexados em 80 % sobre a evolução do Resultado de exploração do Grupo sobre 3 anos, e em 20 % indexados no atingimento de objetivos ligados à Responsabilidade Social e Ambiental (RSE) do Grupo. Estes 9 objetivos estão alinhados com os 4 pilares que formam a base da política RSE do Grupo. Por outro lado, o pagamento final está sujeito a uma condição de presença contínua no Grupo entre a data de atribuição e a data de pagamento, sob reserva que o resultado de exploração e o resultado antes de impostos do Grupo no ano anterior ao pagamento sejam estritamente positivos.

A provisão líquida correspondendo aos planos de remuneração variável do Grupo ascende a 457 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 463 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Provisões líquidas no âmbito das outras vantagens a longo prazo	907	956
Ativo contabilizado no balanço no âmbito das outras vantagens a longo prazo	(133)	(102)
Obrigação contabilizada no balanço no âmbito das outras vantagens a longo prazo	1 040	1 058

7.d INDEMNIZAÇÕES DE FIM DE CONTRATO DE TRABALHO

O BNP Paribas implementou um certo número de planos de saídas antecipadas com base no voluntariado de assalariados respondendo a certos critérios de elegibilidade. Os encargos

ligados aos planos de saída voluntária e ao plano de adaptação dos efetivos são objeto de provisões no âmbito do pessoal em atividade elegíveis desde que o plano visado tenha sido alvo de um acordo ou de uma proposta de acordo paritária.

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Provisões no âmbito dos planos de saída voluntária, pré-reforma, e plano de adaptação dos efetivos	420	470

7.e PAGAMENTOS À BASE DE AÇÕES

Planos de fidelização, de remuneração e de gratificação em ações

O BNP Paribas implementou, em benefício de certos colaboradores, diferentes produtos de remuneração à base de ações:

- planos de remuneração a longo prazo pagos em numerário, indexados à cotação da ação BNP Paribas, principalmente para os colaboradores cujas atividades são suscetíveis de ter uma incidência sobre o perfil de risco do Grupo;
- até 2012, um Plano Global de gratificação em ações integrando:
 - planos de ações de desempenho,
 - planos de opções de subscrição ou de compra de ações.

Remuneração variável diferida paga em numerário indexada à cotação da ação

No quadro da política de remuneração variável implementada no seio do Grupo, planos anuais de remuneração diferida estabelecidos em benefício de certos colaboradores, cuja contribuição para os desempenhos do Grupo seja significativa, ou por aplicação de disposições regulamentares particulares, preveem uma remuneração variável sobre um período plurianual e pagável em numerário indexado à cotação da ação, o pagamento sendo reportado em vários anos.

Remuneração variável a contar do exercício 2009 para os colaboradores submetidos a disposições regulamentares particulares Desde a publicação da portaria do Ministério da Economia e das Finanças de 13 de dezembro de 2010, os planos de remuneração variável aplicam-se aos colaboradores do Grupo que exercem atividades suscetíveis de ter uma incidência significativa sobre o perfil de risco da empresa. Este perímetro de aplicação era diferente em

2009 uma vez que se destinava principalmente aos profissionais de mercado.

Estes planos preveem o pagamento diferido no tempo da remuneração variável e submetem, se tal for o caso, este pagamento às condições de desempenho das áreas de intervenção, dos polos e do Grupo.

As quantias pagas são nomeadamente em numerário indexado à evolução, à subida ou à descida, da ação BNP Paribas. Além disso, em conformidade com a portaria de 13 de dezembro de 2010, uma parte das remunerações variáveis atribuída durante o ano no âmbito do desempenho do exercício anterior é igualmente indexada à ação BNP Paribas e paga aos beneficiários durante o ano de atribuição.

Remuneração variável diferida para os outros colaboradores do Grupo

Os planos anuais de remuneração diferida aplicáveis aos colaboradores cuja contribuição para os desempenhos do Grupo é significativa são, todo ou em parte, pagos em numerário indexado à evolução, à subida ou à descida, da ação BNP Paribas.

Plano Global de gratificação em ações

Até 2005, o BNP Paribas e o BNL atribuíram diversos planos de opções de subscrição a certos colaboradores do Grupo, no âmbito das autorizações sucessivas concedidas pelas Assembleias-gerais. A partir de 2006, o BNP Paribas implementou um Plano Global de Gratificação em Ações, consistindo na atribuição a certos colaboradores do Grupo de opções de subscrição de ações e atribuição de ações de desempenho.

O preço de exercício dos planos de opções de subscrição, determinado no momento de cada emissão não inclui desconto.

A duração de vida das opções foi reduzida para 8 anos a contar do plano atribuído em 2005.

No que concerne os planos de ações de desempenho, até 2008, o período de aquisição era de 2 ou 4 anos segundo os casos. As ações de desempenho atribuídas desde 2009 são adquiridas a título definitivo, sob condição de presença depois de um período de aquisição de 3 ou 4 anos segundo o caso, e o período de conservação das ações de desempenho é de dois anos para os colaboradores que exercem as suas atividades em França.

Desde 2010, a fração da atribuição condicional de cada beneficiário foi fixada em 100 % da atribuição total para os membros da Comissão executiva e para os quadros dirigentes do grupo BNP Paribas, e 20 % para os outros beneficiários. Relativamente às ações de desempenho atribuídas até 2011, a condição de desempenho a que está sujeita uma fração dessas ações refere-se ao resultado por ação do Grupo. Em 2012, só foram atribuídas as ações de desempenho. A condição de desempenho escolhida foi alterada e é agora semelhante à escolhida no passado para os planos de stock-options.

Assim, esta condição é apreciada em função do desempenho relativo do título BNP Paribas em relação ao índice Dow Jones Euro Stoxx Bank.

No quadro dos planos de opções implementados entre 2003 e 2011, a condição de desempenho não foi integralmente realizada em 6 das 27 medidas de desempenho realizadas e as modalidades de ajustamento previstas foram implementadas. Relativamente aos planos de ações de desempenho atribuídos desde 2009, a condição de desempenho não foi atingida 1 vez em 7 medidas levando à perda da fração condicional correspondente.

Todos os planos não expirados resultarão numa eventual subscrição ou entrega de ações BNP Paribas.

► ENCARGO REPRESENTADO PELOS PAGAMENTOS À BASE DE AÇÕES

Encargo Em milhões de euros				Exercício 2013	Exercício 2012
	Planos de opções de subscrição e de compra de ações	Plano de atribuição de ações de desempenho	Planos de remuneração variável diferida	Encargo total	Encargo total
Planos de remuneração diferida anteriores	-	-	128	128	160
Planos de remuneração diferida do exercício	-	-	256	256	294
Plano global de gratificação em ações	15	33	-	48	72
TOTAL	15	33	384	432	526

Princípios de avaliação dos planos de opções de subscrição de ações e de ações de desempenho

Em conformidade com as prescrições da norma IFRS 2, o BNP Paribas avalia as opções de subscrição de ações e as ações de desempenho atribuídas e contabiliza um encargo, determinado na data de atribuição do plano, calculado respetivamente a partir do valor de mercado das opções e das ações. Estas são portanto avaliadas pelo seu valor inicial que não poderá ser modificado a seguir em função da evolução ulterior da cotação da Bolsa do título BNP Paribas. Apenas as hipóteses relativas à população de beneficiários (perdas de direito) e às condições de desempenho interno podem ser alvo de uma revisão durante o

período de aquisição dos direitos e dar lugar a um reajustamento do encargo. A valorização dos planos do Grupo é efetuada por uma empresa especializada independente.

Valorização das opções de subscrição de ações

Os modelos escolhidos para a valorização das opções de subscrição de ações são os algoritmos de tipo árvore (binomial ou trinomial) para poder ter em conta a possibilidade de exercer de forma não ótima as opções a partir da data de disponibilidade. Para a valorização das características de certas atribuições secundárias ligadas ao desempenho relativo do BNP Paribas em relação a um índice sectorial, foi igualmente escolhido o método dito de Monte-Carlo.

A última atribuição de stock-options foi realizada em 2011.

Valorização das ações de desempenho

O valor unitário das ações de desempenho escolhido é o valor no fim do período de conservação acrescido dos dividendos posteriores à data de aquisição, atualizado à data de atribuição.

As ações de desempenho atribuídas em 2012, em função do facto de serem submetidas ou não a uma condição de desempenho, foram valorizadas entre 28,47 e 33,45 euros para as atribuições aos colaboradores que exercem a sua atividade for a de França.

	Exercício 2012	
	Plano atribuído a 6 de março de 2012	
	adquirido a 9 de março 2015	adquirido a 7 de março 2016
Cotação da ação BNP Paribas à data de atribuição (em euros)	37,20	37,20
Data de disponibilidade	09/03/2017	07/03/2016
Dividendo esperado da ação BNP Paribas ⁽¹⁾	3,23%	3,23%
Taxa de juro sem risco	1,53%	1,33%
Taxa de perda dos direitos	2,00%	2,00%

(1) A taxa de dividendo acima indicada é uma média da série de dividendos anuais estimados.

Histórico dos planos atribuídos no quadro do Plano Global de Gratificação em Ações

As características e condições gerais ligadas ao conjunto das atribuições no âmbito dos planos existentes em 31 de dezembro de 2013 encontram-se descritas nos quadros abaixo:

► PLANOS DE OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Sociedade emissora do plano	Data de atribuição	Número de beneficiários	Número de opções atribuídas	Data de saída de exercício das opções	Características do plano		Opções ativas no fim do período		
					Data de expiração das opções	Preço de exercício ajustado (em euros) ⁽¹⁾	Número de opções ⁽¹⁾	Duração residual em anos até à maturidade das opções	
BNL ⁽³⁾	26/10/2001	223	573 250	26/10/2004	26/10/2014	61,888	4 856	0,8	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	24/03/2004	1 458	1 779 850	24/03/2008	21/03/2014	48,15	911 947	0,2	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	05/04/2006	2 583	3 894 770	06/04/2010	04/04/2014	73,40	3 351 968	0,3	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	08/03/2007	2 023	3 630 165	08/03/2011	06/03/2015	80,66	3 176 655	1,2	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	06/04/2007	219	405 680	06/04/2011	03/04/2015	76,57	353 702	1,3	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	18/04/2008	2 402	3 985 590	18/04/2012	15/04/2016	64,47	3 570 429	2,3	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	06/04/2009	1 397	2 376 600	08/04/2013	05/04/2017	35,11	1 614 086	3,3	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	05/03/2010	1 820	2 423 700	05/03/2014	02/03/2018	51,20	2 258 370	4,2	
BNP Paribas SA ⁽²⁾	04/03/2011	1 915	2 296 820	04/03/2015	04/03/2019	56,45	2 199 380	5,2	
TOTAL DAS OPÇÕES ATIVAS NO FIM DO PERÍODO							17 441 393		

(1) Os números de opções e os preços de exercício foram ajustados, quando necessário, para ter em conta a divisão do nominal da ação BNP Paribas por dois ocorrida a 20 de fevereiro de 2002, e dos destacamentos de um Direito Preferencial de Subscrição ocorridos a 7 de março de 2006 e a 30 de setembro de 2009, em conformidade com a regulamentação em vigor.

(2) As modalidades de exercício de uma fração das opções atribuídas aos assalariados são subordinadas à realização de uma condição de desempenho relativa do título BNP Paribas, em relação ao índice sectorial Dow Jones Euro Stoxx Bank, durante o período de indisponibilidade. Na sequência desta condição de desempenho relativo, o preço de exercício ajustado foi fixado em:

- 50,55 euros para 3 080 opções do plano de 24 de março de 2004 ativas em fim de período;

- 77,06 euros para 149 224 opções do plano de 5 de abril de 2006 ativas em fim de período.

(3) No seguimento da fusão ocorrida a 1 de Outubro de 2007 entre o BNL e o BNP Paribas, os planos de opções atribuídos pelo BNL entre 1999 e 2001 dão aos beneficiários desde a data da fusão, o direito de subscrever um determinado número de ações BNP Paribas, em conformidade com a relação de troca (1 ação BNP Paribas por 27 ações BNL), a um preço de exercício ajustado pela mesma relação de troca.

► PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES DE DESEMPENHO

Características do plano						Número de ações ainda não adquiridas ativas no fim do período ⁽²⁾
Sociedade emissora do plano	Data de atribuição	número de beneficiários	Número de ações atribuídas	Data de aquisição definitiva das ações atribuídas	Data de fim de período de inaccessibilidade e das ações atribuídas	
BNP Paribas SA ⁽¹⁾	06/04/2009	2 247	359 930	10/04/2012	10/04/2014	663
BNP Paribas SA	06/04/2009	1 686	278 325	08/04/2013	08/04/2013	679
BNP Paribas SA	05/03/2010	2 536	510 445	05/03/2013	05/03/2015	560
BNP Paribas SA	05/03/2010	2 661	487 570	05/03/2014	05/03/2014	409 449
BNP Paribas SA	04/03/2011	2 574	541 415	04/03/2014	04/03/2016	523 280
BNP Paribas SA	04/03/2011	2 743	499 035	04/03/2015	04/03/2015	472 479
BNP Paribas SA	06/03/2012	2 610	1 072 480	09/03/2015	09/03/2017	1 043 745
BNP Paribas SA	06/03/2012	2 755	849 455	07/03/2016	07/03/2016	813 765
TOTAL DAS AÇÕES ATIVAS NO FIM DO PERÍODO						3 264 620

(1) A data de aquisição definitiva de certas ações foi diferida por ausência de beneficiários na data inicialmente prevista.

(2) O número de ações foi ajustado para ter em consideração o destacamento de um Direito Preferencial de Subscrição ocorrido a 30 de setembro de 2009.

Movimentos ocorridos nos planos de opções de subscrições e de atribuição de desempenho durante os dois últimos exercícios

► PLANOS DE OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

	Exercício 2013		Exercício 2012	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado (em euros)	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado (em euros)
OPÇÕES ATIVAS A 1 DE JANEIRO	25 458 221	59,24	27 509 625	58,67
Opções exercidas durante o período	(2 900 848)	37,16	(581 181)	36,07
Opções que se tornaram caducas durante o período	(5 115 980)	-	(1 470 223)	-
OPÇÕES ATIVAS A 31 DE DEZEMBRO	17 441 393	63,11	25 458 221	59,24
OPÇÕES EXERCÍVEIS A 31 DE DEZEMBRO	12 983 643	66,31	18 605 666	63,55

A cotação de bolsa média do período de levantamento de opções em 2013 ascende a 46,25 euros (contra 41,99 euros em 2012).

► PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES DE DESEMPENHO

	Exercício 2013	Exercício 2012
	Número de ações	Número de ações
AÇÕES ATIVAS A 1 DE JANEIRO	4 127 061	2 633 568
Ações atribuídas durante o período	-	1 921 935
Ações adquiridas de forma definitiva durante o período	(676 025)	(351 808)
Ações que se tornaram caducas durante o período	(186 416)	(76 634)
AÇÕES ATIVAS A 31 DE DEZEMBRO	3 264 620	4 127 061

► SUBSCRIÇÃO OU COMPRA DE AÇÕES PELO PESSOAL NO ÂMBITO DO PLANO POUPANÇA EMPRESA

	Exercício 2012
Data de anúncio do plano	3 maio 2012
Cotação da ação BNP Paribas à data de anúncio do plano (em euros)	30,15
Número de ações emitidas	4 289 709
Preço de subscrição (em euros)	25,00
Taxa de juro sem risco a 5 anos	1,67 %
Taxa de empréstimo 5 anos in fine	7,52 %
Justo valor de inaccessibilidade	29,00 %

Em 2013, não houve plano de subscrição ou de compra de ações reservado ao pessoal no âmbito do Plano Poupança Empresa.

Nota 8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.a EVOLUÇÃO DO CAPITAL E RESULTADO POR AÇÃO

► AÇÕES EMITIDAS PELO BNP PARIBAS DETIDAS PELO GRUPO

	Operações por conta própria		Operações de transação ⁽¹⁾		Total	
	Em número	Valor contabilístico (Em milhões de euros)	Em número	Valor contabilístico (Em milhões de euros)	Em número	Valor contabilístico (Em milhões de euros)
Ações detidas au 31 de dezembro 2011	15 964 748	559	(6 080 030)	(184)	9 884 718	375
Aquisições efetuadas	1 743 249	58			1 743 249	58
Cessões efetuadas	(1 823 004)	(59)			(1 823 004)	(59)
Ações entregues ao pessoal	(352 306)	(15)			(352 306)	(15)
Redução de capital	(12 034 091)	(378)			(12 034 091)	(378)
Outros movimentos	(920)	-	4 714 581	126	4 713 661	126
Ações detidas a 31 de dezembro 2012	3 497 676	165	(1 365 449)	(58)	2 132 227	107
Aquisições efetuadas	2 646 201	119			2 646 201	119
Cessões efetuadas	(2 639 701)	(117)			(2 639 701)	(117)
Ações entregues ao pessoal	(676 025)	(29)			(676 025)	(29)
Outros movimentos	(29 209)	-	989 869	36	960 660	36
Ações detidas a 31 de dezembro 2013	2 798 942	138	(375 580)	(22)	2 423 362	116

(1) Transações realizadas no âmbito de uma atividade de negociação e de arbitragem sobre índices bolsistas.

A 31 de dezembro de 2013, o Grupo BNP Paribas era comprador líquido de 2 423 362 ações BNP Paribas representando 116 milhões de euros que foram considerados na diminuição dos capitais próprios.

Durante o exercício 2011 o BNP Paribas SA recomprou no mercado, fora contrato de liquidez, 12 034 091 ações, a uma cotação média de 31,39 euros com vista a anulá-las. Estas foram anuladas em conformidade com a decisão do Conselho de administração de 14 de dezembro de 2012.

No âmbito do contrato de liquidez do título BNP Paribas no mercado italiano, de acordo com a Carta deontológica reconhecida pela AMF concluído com a Exane BNP Paribas, foram compradas 2 646 201 ações durante o exercício 2013 ao preço médio de 45,03 euros e foram vendidas 2 639 701 ações ao preço médio de 45,17 euros. A 31 de dezembro de 2013, o BNP Paribas SA detém 156 332 títulos representando 8,4 milhões de euros no âmbito deste contrato.

De 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, foram entregues 676 025 ações na sequência da atribuição definitiva de ações de desempenho aos seus beneficiários.

Preferred shares e Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada (TSSDI) elegíveis aos fundos próprios prudenciais de categoria Tier 1

Preferred shares emitidas pelas filiais estrangeiras do Grupo

Em janeiro de 2003, o Grupo efetuou uma emissão de 700 milhões de euros de preferred shares de direito americano sem direito de voto.

Esta emissão não diluidora sobre as ações ordinárias do BNP Paribas foi efetuada por intermédio da filial BNP Paribas Capital Trust VI controlada de forma exclusiva pelo Grupo. As ações, que tinham a forma de títulos perpétuos não cumulativos, oferecem aos seus subscritores um rendimento com taxa fixa durante dez anos. Os títulos podiam ser reembolsados após um período de anos e em cada data aniversário do cupão. Esta emissão foi objeto de um reembolso durante o exercício 2013.

Durante o exercício 2012, uma emissão perpétua de natureza idêntica à anteriormente descrita num montante de 660 milhões de euros tinha igualmente sido objeto de um reembolso.

O subgrupo Laser-Cofinoga, consolidado por integração proporcional, procedeu em 2003 e 2004 a três emissões de ações de preferred shares, sem vencimento e sem direito de voto, por intermédio de estruturas dedicadas de direito inglês controladas de forma exclusiva por este subgrupo. As ações dão direito durante 10 anos a um dividendo prioritário não cumulativo, com taxa fixa para aquela emitida em 2003 ou indexada para aquelas emitidas em 2004. No fim desse período de 10 anos, as ações poderão ser reembolsadas ao par por iniciativa do emissor em cada fim de trimestre aniversário do cupão, a remuneração da emissão realizada em 2003 passando então a ser indexada ao Euribor.

Em outubro de 2012, a emissão de 2003 foi comprada por 45 milhões de euros. Em março de 2013, o saldo da emissão foi reembolsado.

Emissor	Data de emissão	Dívida	Montante (Em milhões de euros)	Taxa e duração antes da primeira data de call	Taxa após a primeira data de call
Cofinoga Funding II LP	janeiro e maio	EUR	80 ⁽¹⁾	TEC 10 ⁽²⁾ + 1,35% 10 anos	TEC 10 ⁽²⁾ + 1,35%
TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			40⁽³⁾		

(1) Antes da aplicação da percentagem de integração proporcional.

(2) TEC 10 é o índice quotidiano dos rendimentos dos empréstimos de Estado contraídos a longo prazo que correspondem à taxa de rendimento atuarial de uma obrigação do Tesouro fictícia cuja duração seria de dez anos.

(3) Após a aplicação da percentagem de integração de Cofinoga.

Os capitais subscritos por via destas emissões assim como a remuneração paga aos portadores dos títulos correspondentes são apresentados na rubrica «Interesses minoritários» no balanço.

Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada assimilados emitidos por BNP Paribas SA

O BNP Paribas emitiu Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada que oferecem aos subscritores uma remuneração com taxa fixa ou variável e podem ser reembolsados após um período fixo e a cada data aniversário do cupão. Em caso de não-reembolso após

este período, será pago a certas emissões um cupão indexado no Euribor ou Libor.

A 11 de setembro de 2013, aquando da sua primeira data de call, foi reembolsada uma emissão de setembro de 2008, por um montante de 650 milhões de euros. Esta emissão oferecia aos subscritores uma remuneração de taxa fixa de 8,667 %.

As características destas diferentes emissões encontram-se resumidas na seguinte quadro:

Data da emissão	Dívida	Montante (em milhões de unidades)	Periodicidade de vencimento do cupão	Taxa e duração antes da primeira data de call	Taxa após a primeira data de call
Junho 2005	USD	1 070	semestral	5,186 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 1,680
Outubro 2005	EUR	1 000	anual	4,875 % 6 anos	4,875 %
Outubro 2005	USD	400	anual	6,25 % 6 anos	6,250 %
Abril 2006	EUR	549	anual	4,73 % 10 anos	Euribor 3 meses + 1,690
Abril 2006	GBP	450	anual	5,945 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,130
Julho 2006	EUR	150	anual	5,45 % 20 anos	Euribor 3 meses + 1,920
Julho 2006	GBP	163	anual	5,945 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,810
Abril 2007	EUR	638	anual	5,019 % 10 anos	Euribor 3 meses + 1,720
Junho 2007	USD	600	trimestral	6,5 % 5 anos	6,50 %
Junho 2007	USD	1 100	semestral	7,195 % 30 anos	USD Libor 3 meses + 1,290
Outubro 2007	GBP	200	anual	7,436 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,850
Junho 2008	EUR	500	anual	7,781 % 10 anos	Euribor 3 meses + 3,750
Setembro 2008	EUR	100	anual	7,57 % 10 anos	Euribor 3 meses + 3,925
Dezembro 2009	EUR	2	trimestral	Euribor 3 meses + 3,750 % 10 anos	Euribor 3 meses + 4,750
Dezembro 2009	EUR	17	anual	7,028 % 10 anos	Euribor 3 meses + 4,750
Dezembro 2009	USD	70	trimestral	USD Libor 3 meses + 3,750 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 4,750
Dezembro 2009	USD	0,5	anual	7,384 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 4,750
TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
EM CONTRAVALOR EURO HISTÓRICO		6 614⁽¹⁾			

(1) Líquido dos títulos autodetidos por entidades do Grupo.

Os juros normalmente devidos sobre os Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum dividendo sobre os títulos assimilados aos Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada durante o ano anterior. Os cupões não pagos não transitarão

Devido à presença de uma cláusula de absorção de perdas, as modalidades contratuais dos Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada prevêem que, em caso de insuficiência de fundos próprios prudenciais – não integralmente compensada por um aumento de capital ou qualquer outra medida equivalente –, o valor nominal dos títulos emitidos possa ser reduzido para servir de nova base de cálculo dos cupões, enquanto a insuficiência não é corrigida e o valor nominal de origem dos títulos reconstituído. Em caso de liquidação do BNP Paribas, e não obstante qualquer eventual redução do valor nominal de origem dos títulos emitidos, os portadores produzirão os seus créditos pelo seu valor nominal de origem.

Os capitais recolhidos resultantes destas emissões são retomados na rubrica "Reservas consolidadas" no seio dos capitais próprios. As emissões realizadas em divisas são mantidas no valor histórico como resultado da sua conversão em euros na data de emissão em conformidade com as prescrições da norma IAS 21. A remuneração relativa a estes instrumentos financeiros de capital é tratada como um dividendo.

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo BNP Paribas detinha 37 milhões de euros de Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada que foram considerados como diminuição dos capitais próprios.

Resultado por ação ordinária

O resultado de base por ação ordinária corresponde ao resultado atribuível aos portadores de ações ordinárias dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período atribuível aos portadores de ações ordinárias é determinado por dedução do resultado atribuível aos portadores de ações preferenciais.

O resultado diluído por ação corresponde ao resultado atribuível aos portadores de ações ordinárias, dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias ajustado pelo impacto máximo da conversão dos instrumentos diluidores em ações ordinárias. São consideradas as opções de subscrições de ações na moeda assim como as ações gratuitas atribuídas no Plano Global de Gratificação em Ações no cálculo do resultado diluído por ação ordinária. A conversão destes instrumentos não tem qualquer efeito sobre o resultado líquido servindo para o cálculo do resultado diluído por ação ordinária.

	Exercício 2013	Exercício 2012 ⁽¹⁾
Resultado líquido para o cálculo do resultado de base e do resultado diluído por ação (Em milhões de euros) ⁽²⁾	4 580	6 282
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício	1 241 250 435	1 214 528 487
Efeito das ações ordinárias potencialmente diluidoras	2 957 952	2 083 716
Plano de opção de subscrição de ações ⁽³⁾	416 584	-
Plano de ações de desempenho ⁽³⁾	2 541 368	2 054 507
Plano de compra de ações	-	29 209
Número médio ponderado de ações ordinárias para o cálculo do resultado diluído por ação	1 244 208 387	1 216 612 203
Resultado de base por ação ordinária (em euros)	3,69	5,17
Resultado diluído por ação ordinária (em euros)	3,68	5,16

(1) Dados novamente tratados por aplicação da emenda à norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2).

(2) O resultado líquido para o cálculo do resultado diluído por ação ordinária corresponde ao resultado líquido parte do Grupo, ajustado à remuneração dos Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada assimilados a ações de preferência emitidos pelo BNP Paribas SA, contabilisticamente tratada como um dividendo.

(3) Cf. nota 7.e para a descrição dos planos de opções de subscrição de ações e de atribuição de ações de desempenho.

O dividendo por ação pago em 2013 no âmbito do resultado do exercício 2012 ascendeu a 1,50 euro contra 1,20 euro pago em 2012 no âmbito do resultado do exercício 2011.

8.c VARIÇÃO DA PARTE DO GRUPO E DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS DAS FILIAIS

► OPERAÇÕES DE RESTRUTURAÇÃO INTERNA QUE ALTERARAM A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Parte do Grupo	Parte dos minoritários	Parte do Grupo	Parte dos minoritários
Cessão de ativos de sucursais BNP Paribas Fortis às sucursais BNP Paribas SA situadas no mesmo território	-	-	(7)	7
Cessão de ativos do BNP Paribas SA a BNP Paribas Fortis	78	(83)	-	-
Cessão interna do BNP Paribas Leasing Solutions por BNP Paribas SA a BGL BNP Paribas	-	-	18	(18)
Outros	-	-	(3)	-
TOTAL	78	(83)	8	(11)

► OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR OU DE CESSÃO PARCIAL QUE ALTERARAM A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Parte do Grupo	Parte dos minoritários	Parte do Grupo	Parte dos minoritários
BNP Paribas Fortis				
O BNP Paribas SA adquiriu 25 % de participação aos acionistas minoritários colocando assim a sua taxa de detenção em 99,93 %	911	(4 161)		
Outros				(4)
TOTAL	911	(4 161)	-	(4)

► COMPROMISSOS DE RECOMPRA DE PARTICIPAÇÃO AOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS

No quadro da aquisição de certas entidades, o Grupo concedeu a acionistas minoritários opções de venda da sua participação a um preço determinado.

O valor total destes compromissos, contabilizados em diminuição dos capitais próprios, ascende a 773 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 133 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. A variação do exercício explica-se essencialmente pelo reconhecimento dos compromissos perante os acionistas minoritários de TEB, constatados no quadro da tomada de controlo apresentada na nota 8.d.

Galeries Lafayette anunciou a 19 de setembro de 2012 a sua intenção de exercer a sua opção de venda da sua participação no LaSer em proveito do BNP Paribas Personal Finance, em conformidade com a convenção de acionistas celebrada com o seu coaccionista. O BNP Paribas tomou boa nota desta divisão. À data, não foram ainda determinados o preço e o prazo.

8.d REAGRUPAMENTO DE EMPRESAS E PERDA DE CONTROLO

Operações do exercício 2013

TEB Holding

Foi assinada a 20 de dezembro de 2013, uma alteração ao pacto de acionistas ligando o Grupo BNP Paribas ao grupo Colakoglu na holding do conjunto TEB. Esta alteração contribui para a consolidação do conjunto TEB por integração global.

O impacto sobre a conta de resultado da alteração de método de consolidação ascende a -2 milhões de euros. O goodwill sobre o conjunto TEB está agora fixado em 708 milhões de liras turcas, ou seja 240 milhões de euros.

A tomada de controlo do conjunto TEB teve como consequência um aumento de 5,9 bilhões de euros no balanço do Grupo, nomeadamente os pontos « Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela » em 4,1 bilhões de euros e « Débitos para com a clientela » em 3,5 bilhões de euros.

O grupo Colakoglu mantém uma opção de venda que lhe permite ceder a sua participação na TEB Holding, ao Grupo BNP Paribas pelo valor de mercado. Esta opção inclui um preço mínimo sobre a participação histórico do grupo Colakoglu atingindo 1,6 bilhão de liras turcas a partir de 1 de abril de 2014.

Operações do exercício 2012

Klépierre

A 14 de março de 2012, o BNP Paribas e o Simon Property Group celebraram um acordo relativo à cessão pelo BNP Paribas de um bloco de títulos representando 28,7 % do capital de Klépierre. A cessão permitiu ao Grupo realizar uma mais valia de 1 516 milhões de euros, dos quais 631 milhões de euros de resultado ligado à participação mantida aos quais acrescem 227 milhões de euros de reavaliações de operações internas, estando o conjunto contabilizado em ganhos líquidos sobre outros ativos imobilizados. Na sequência desta operação, o BNP Paribas é detentor de uma participação de 22,7 % do capital de Klépierre reavaliada em 1 134 milhões de euros em 14 de março com base numa cotação de Bolsa do dia da transação de 26,93 euros.

A consolidação segundo o método de equivalência patrimonial de Klépierre levou o Grupo a constatar no resultado um goodwill negativo 29 milhões de euros.

A perda de controlo de Klépierre teve por consequência, nomeadamente, uma redução sensível na parte relativa às propriedades de investimento constante do balanço do Grupo BNP Paribas. Esta operação traduziu-se globalmente por uma diminuição de 10,4 bilhões de euros no balanço do Grupo.

8.e REMUNERAÇÕES E VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO OS MANDATÁRIOS SOCIAIS

A política de remuneração e de atribuição das vantagens sociais aos mandatários assim como as informações numa base individual são apresentadas no capítulo 2 Governança da sociedade do documento de referência do Grupo.

► REMUNERAÇÕES E VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO OS DIRIDENTES MANDATÁRIOS SOCIAIS

	Exercício 2013	Exercício 2012
Remuneração bruta incluindo senhas de presença e vantagens em natureza		
devida no âmbito do exercício	7 512 792 €	8 507 349 €
paga durante o exercício	8 394 739 €	6 616 370 €
Vantagens posteriores ao emprego		
Indemnizações de fim de carreira: valor atualizado dos compromissos (fora encargos sociais)	652 156 €	620 247 €
Regime coletivo e condicional de reforma suplementar às prestações definidas: valor atualizado total no fim dos compromissos	19,40 M€	19,01 M€
Regime de reforma com contribuições definidas: contribuições pagas pelo BNP Paribas durante o ano	2 037 €	2 000 €
Previdência/cobertura saúde: prémios pagos pelo BNP Paribas durante o ano	24 184 €	23 429 €
Pagamentos à base de ações		
Opções de subscrição de ações		
valorização das opções atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
número de opções restantes em 31 de dezembro	1 322 380	1 887 974
Ações de desempenho		
valorização das ações atribuídas durante o exercício	Nada	Nada
número de ações restantes em 31 de dezembro	9 330	13 470
Remuneração variável plurianual		
justo valor(*) à data de atribuição	1 595 319 €	1 047 002 €

(*) Valorização segundo o método descrito na nota 1.i.

► SENHAS DE PRESENÇA PAGAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O montante das senhas de presença pagas ao conjunto dos membros do Conselho de administração em 2013 ascende a 950 593 euros, contra 814 995 euros em 2012. A parte paga em 2013 aos mandatários sociais não dirigentes é de 860 742 euros.

► REMUNERAÇÃO E VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO OS ADMINISTRADORES REPRESENTANTES DOS ASSALARIADOS

Em euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Remuneração bruta paga durante o exercício	81 636	114 370
Senhas de presença (pagas às organizações sindicais)	112 352	82 058
Prémios pagos pelo BNP Paribas durante o ano aos dispositivos de seguro de morte ou invalidez, de Garantia Vida Profissional Acidentes e de cobertura de despesas de saúde	1 831	1 833
Contribuições pagas pelo BNP Paribas ao regime de reforma de contribuições definidas	720	738

► EMPRÉSTIMOS, ADIANTAMENTOS E GARANTIAS CONCEDIDOS AOS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2013, o montante dos empréstimos em curso concedidos direta ou indiretamente aos mandatários sociais assim como aos seus cônjuges ascende a 1 263 432 euros (2 700 091 euros em 31 de dezembro de 2012). Estes empréstimos constitutivos de operações correntes foram concedidos em condições normais.

8.f RELAÇÕES COM AS OUTRAS PARTES LIGADAS

As outras partes ligadas ao Grupo BNP Paribas são as empresas consolidadas, incluindo as empresas segundo o método de equivalência patrimonial, assim como as entidades que asseguram a gestão das vantagens posteriores ao emprego beneficiando o pessoal (com exceção dos regimes multiempregadores e intersectoriais).

As transações levadas a cabo entre o BNP Paribas e as partes que a ele estão ligadas são realizadas às condições de mercado que prevalece no momento da sua realização.

Relações entre as empresas consolidadas do Grupo

A lista das empresas consolidadas do grupo BNP Paribas é apresentada na nota 8.b «Perímetro de consolidação». As transações realizadas e os ativos existentes em final de período entre as empresas do Grupo consolidadas por integração global sendo totalmente eliminados em consolidação. Os quadros seguintes apresentam a parte não eliminada das operações recíprocas relativas a entidades consolidadas por integração proporcional sobre as quais o Grupo exerce um controlo conjunto. Apresentam igualmente as operações realizadas com entidades consolidadas segundo o método de equivalência patrimonial.

► ATIVOS DAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM AS PARTES LIGADAS

Em milhões de euros, em	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Empresas consolidadas por integração proporcional	Empresas consolidadas segundo método de equivalência patrimonial	Empresas consolidadas por integração proporcional	Empresas consolidadas segundo método de equivalência patrimonial
ATIVO				
Empréstimos concedidos, adiantamentos e títulos				
Contas ordinárias	11	47	53	130
Empréstimos concedidos	3 572	1 685	3 969	1 827
Títulos	5	-	319	16
Operações de locação-financiamento	-	-	-	-
Títulos detidos e carteira que não de negócio	431	1	459	2
Ativos diversos	13	58	6	128
TOTAL	4 032	1 791	4 806	2 103
PASSIVO				
Depósitos				
Contas ordinárias	60	512	25	726
Outros empréstimos concedidos	311	2 525	121	1 861
Dívidas representadas por um título	62	-	66	-
Passivos diversos	2	60	8	40
TOTAL	435	3 097	220	2 627
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA				
Compromissos de financiamento dados	41	2 027	100	2 523
Compromissos de garantia dados	131	3	189	102
TOTAL	172	2 030	289	2 625

Além disso, o Grupo efetuou igualmente com as partes relacionadas, operações de negócio em condições de mercado sobre instrumentos financeiros derivados (swaps, opções, contratos a prazo...) e sobre instrumentos financeiros adquiridos ou subscritos e emitidos por estas (ações, títulos obrigacionistas...).

► ELEMENTOS DE RESULTADO RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES REALIZADAS COM AS PARTES LIGADAS

Em milhões de euros	Exercício 2013		Exercício 2012	
	Empresas consolidadas por integração proporcional	Empresas consolidadas segundo método de equivalência patrimonial	Empresas consolidadas por integração proporcional	Segundo método de equivalência
Juros e proveitos assimilados	105	106	134	146
Juros e encargos assimilados	(1)	(37)	(4)	(28)
Comissões (proveitos)	13	382	18	351
Comissões (encargos)	(37)	(12)	(57)	(15)
Prestações de serviços prestados	1	2	1	34
Prestações de serviços recebidos	-	8	-	(63)
Rendas recebidas	2	6	2	6
TOTAL	83	455	94	431

Entidades do Grupo assegurando a gestão de certas vantagens posteriores ao emprego concedidas ao pessoal

Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis financia certos regimes de pensões junto da companhia de seguros AG Insurance na qual o Grupo BNP Paribas é acionista em 25 %.

Para as outras entidades estrangeiras, a gestão dos planos de vantagens posteriores ao emprego é no essencial realizada por organismos de gestão ou companhias de seguros independentes e pontualmente por empresas do Grupo, em particular o BNP Paribas Asset Management, BNP Paribas Cardif, Bank of the West e First Hawaiian Bank. Na Suíça, uma fundação dedicada gere os planos de reforma que beneficiam o pessoal do BNP Paribas Suíça.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor dos ativos dos planos geridos por empresas controlada pelo Grupo ou sobre as quais exerce uma influência notável ascende a 3 476 milhões de euros (3 420 milhões de euros em

31 de dezembro de 2012). O montante das prestações recebidas (nomeadamente das despesas de gestão e de conservação de ativos), por

empresas do Grupo no âmbito do exercício 2013 ascende a 4 milhões de euros (4 milhões de euros no âmbito do exercício 2012).

8.g CRONOGRAMA POR MATURIDADE

O quadro seguinte apresenta os saldos no balanço dos ativos e dos passivos financeiros por data de vencimento contratual. O vencimento dos ativos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado que procedem da carteira de transação é considerado «não determinado» na medida em que esses instrumentos financeiros se destinam a ser cedidos ou reembolsados antes da sua data de maturidade contratual. Os ativos financeiros de rendimento variável disponíveis para venda, os instrumentos de derivados de cobertura, as diferenças de reavaliação das carteiras cobertas em taxas e as dívidas subordinadas perpétuas são igualmente considerados com vencimento «não determinado». As provisões técnicas das companhias de seguros, essencialmente consideradas como depósitos à vista, não são apresentadas neste quadro.

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2013	Não determinado	JJ, e à vista	De JJ (excluído) a 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
Caixa e Bancos centrais		101 066						101 066
Ativos financeiros em valor de mercado por resultado	671 687							671 687
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	8 426							8 426
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 283		12 627	11 003	13 908	58 783	89 809	203 413
Empréstimos concedidos et créditos sobre estabelecimentos de crédito	23	14 792	10 499	6 372	5 515	4 966	8 320	50 487
Empréstimos concedidos e créditos sobre clientes	-	51 285	47 560	50 229	73 107	191 812	203 168	617 161
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	3 657							3 657
Ativos financeiros detidos até à maturidade			-	229	888	4 549	4 215	9 881
ATIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	701 076	167 143	70 686	67 833	93 418	260 110	305 512	1 665 778
Bancos centrais		661						661
Passivos financeiros em valor de mercado por resultado	564 960		296	1 781	7 542	23 224	10 344	608 147
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	12 289							12 289
Dívidas aos estabelecimentos de crédito		14 914	21 229	18 130	9 155	20 007	1 586	85 021
Dívidas aos clientes		357 409	106 414	35 444	25 550	22 864	10 222	557 903
Dívidas representadas por um título			14 979	43 686	49 236	46 675	28 931	183 507
Dívidas subordinadas	1 722		68	585	714	7 002	1 937	12 028
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	924							924
PASSIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	579 895	372 984	142 986	99 626	92 197	119 772	53 020	1 460 480

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012	Não determinado	JJ, e a vista	De JJ (excluído) a 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
Caixa e Bancos centrais		103 190						103 190
Ativos financeiros em valor de mercado por resultado	763 799							763 799
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	14 267							14 267
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 093		6 447	10 578	18 513	56 530	83 345	192 506
Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	26	10 414	7 387	3 013	3 848	6 413	9 305	40 406
Empréstimos concedidos e créditos sobre os clientes	-	49 195	47 927	58 766	74 957	190 107	209 568	630 520
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	5 836							5 836
Ativos financeiros detidos até à maturidade			-	264	436	5 019	4 565	10 284
ATIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	801 021	162 799	61 761	72 621	97 754	258 069	306 783	1 760 808
Bancos centrais		1 532						1 532
Passivos financeiros em valor de mercado por resultado	661 995		353	1 585	5 356	24 842	9 492	703 623
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	17 286							17 286
Dívidas aos estabelecimentos de crédito		15 324	20 525	18 603	5 669	48 928	2 686	111 735
Dívidas aos clientes		329 327	106 448	32 939	26 079	29 456	15 264	539 513
Dívidas representadas por um título			19 618	33 295	47 581	49 769	22 935	173 198
Dívidas subordinadas	2 605		32	452	1 156	8 204	2 774	15 223
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	2 067							2 067
PASSIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	683 953	346 183	146 976	86 874	85 841	161 199	53 151	1 564 177

Os compromissos de financiamento e de garantia dados que ascendem respetivamente a 211 535 milhões de euros e 92 294 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (264 284 milhões de euros e 91 689 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) têm no essencial uma data de saque à vista.

8.h VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Os elementos de informação mencionados nesta nota devem ser utilizados e interpretados com a maior precaução pelos motivos seguintes:

■ estes valores de mercado representam uma estimativa do valor instantâneo dos instrumentos visados em 31 de dezembro de 2013. Estes são chamados a flutuar de um dia para o outro devido a variações de vários parâmetros, entre os quais as taxas de juro e a qualidade dos créditos das contrapartes. Em particular, estes podem ser significativamente diferentes dos montantes efetivamente recebidos ou pagos no vencimento dos instrumentos. Na maioria dos casos, este valor de mercado reavaliado não se destina a ser imediatamente realizado, e não na prática poderia sê-lo. Este não representa portanto o valor efetivo dos instrumentos numa perspetiva de continuidade da atividade do BNP Paribas;

■ a maioria destes valores de mercado instantâneos não são pertinentes, portanto não são tomados em consideração, para

as necessidades de gestão das atividades de banca comercial que utilizam os instrumentos financeiros correspondentes;

■ a reavaliação dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo histórico pressupõe frequentemente que se utilizem modelos de valorização, convenções e hipóteses que podem variar de uma instituição para a outra. Por conseguinte, a comparação dos valores de mercado apresentados, para os instrumentos financeiros contabilizados pelo custo histórico, por diferentes instituições financeiras, não é necessariamente pertinente;

■ por fim, os valores de mercado apresentados a seguir não incluímos valores de mercado das operações de locação-financiamento, dos instrumentos não financeiros tais como as imobilizações e os sobrevalores, mas também os outros ativos incorpóreos tais como o valor ligado às carteiras de depósitos à ordem ou à clientela relacionados com o Grupo nas suas diferentes atividades. Estes valores de mercado não poderiam portanto ser considerados como o valor contributivo dos instrumentos visados para o valor do grupo BNP Paribas.

Em milhões de euros, em	Valor de mercado estimado 31 de dezembro 2013				Valor no balanço em 31 de dezembro 2013	Valor de mercado estimado em 31 de dezembro 2012	Valor no balanço em 31 de dezembro 2012
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total			
ATIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos concedidos e créditos s/ os estabelecimentos de crédito (nota 5.f)	-	50 290	109	50 399	50 487	40 349	40 406
Empréstimos concedidos e créditos s/ a clientela (nota 5.g) ⁽¹⁾	3 655	41 587	557 833	603 075	591 962	608 252	603 524
Ativos financeiros detidos até à maturidade (nota 5.j)	10 861	130	75	11 066	9 881	11 583	10 284
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívidas aos estabelecimentos de crédito (nota 5.f)	-	85 090	-	85 090	85 021	112 599	111 735
Dívidas aos clientes (nota 5.g)	-	558 714	-	558 714	557 903	540 982	539 513
Dívidas representadas por um título (nota 5.i)	69 096	116 091	-	185 187	183 507	176 466	173 198
Dívidas subordinadas (nota 5.i)	3 774	7 672	-	11 446	12 028	14 862	15 223
(1) Fora locação financiamento.							

As técnicas de valorização utilizadas e as hipóteses escolhidas asseguram uma medição homogénea do valor de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos no seio do grupo BNP Paribas: quando os preços cotados num mercado ativo estão disponíveis, estes são escolhidos pela determinação do valor de mercado. Caso contrário, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de valorização, tais como a atualização dos fluxos futuros estimados para os empréstimos concedidos, os débitos e os ativos financeiros detidos até ao vencimento, ou tais como modelos de valorização específicos para os outros instrumentos financeiros, tal como descritos na nota 1 relativa aos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo. A descrição dos níveis da hierarquia de justo valor é igualmente apresentada nos princípios contabilísticos (nota 1.c.10). O valor de mercado escolhido para os empréstimos concedidos, as dívidas e os ativos detidos até ao vencimento cuja maturidade inicial é inferior a um ano (incluindo exigíveis à vista), assim como para a maioria dos produtos de poupança regulamentada, é o valor contabilizado. Estes instrumentos foram apresentados no Nível 2, com exceção dos créditos aos clientes classificados no Nível 3.

8.i EVENTUAL PASSIVO: PROCESSOS JUDICIAIS E DE ARBITRAGEM

Vários bancos argelinos e internacionais, dos quais o BNP Paribas El Djazair, filial do BNP Paribas SA, são objeto de processos judiciais por erros de tratamento administrativo de dossiês de comércio internacional. Alvo de sete processos por infração à regulamentação dos câmbios perante as jurisdições argelinas, o BNP Paribas El Djazair foi condenado em primeira instância a um total de multas de cerca de 200 milhões de euros, para depois obter na cour d'appel (tribunal de segunda instância) três absolvições, uma das quais relativa à multa mais significativa de 150 milhões de euros, enquanto outras duas decisões ocorridas em 2008, e uma em 2009, confirmaram as condenações de 52 milhões de euros da primeira instância. O conjunto destes acórdãos foi objeto de recursos em cassação que segundo o direito argelino são suspensivos. O BNP Paribas El Djazair continua a defender-se vigorosamente perante as jurisdições argelinas para ver a sua boa fé reconhecida face à administração que não sofreu qualquer prejuízo.

A 27 de Junho de 2008, a República do Iraque tentou uma ação em justiça em Nova Iorque contra cerca de 90 sociedades internacionais que participaram no programa «petróleo contra alimentos», incluindo o BNP Paribas na sua qualidade de detentor da conta «petróleo contra alimentos» por conta das Nações Unidas. A queixa alega, nomeadamente, que os defensores se teriam entendido para corromper o programa «petróleo contra alimentos», privando o povo iraquiano de mais de 10 bilhões de dólares em alimentos, medicamentos e outros bens humanitários. A queixa pretende igualmente que o BNP Paribas teria agido em violação das suas supostas obrigações fiduciárias e contratuais decorrendo do acordo de serviços bancários entre o BNP Paribas e a Organização das Nações Unidas. A queixa foi apresentada no âmbito da lei americana RICO (Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act) que prevê a triplicação das indemnizações por perdas e danos se tais indemnizações por perdas e danos vierem a ser acordadas. Os defensores, incluindo o BNP Paribas, depositaram um pedido de inadmissibilidade do conjunto da queixa sobre diversos fundamentos jurídicos. As partes defenderam os seus argumentos por ocasião de uma audiência que teve lugar em outubro de 2012. A 6 de fevereiro de 2013, o juiz federal americano julgou improcedente a reclamação da República do Iraque com prejuízo (ou seja, sem possibilidade de reapresentar a ação). A República do Iraque recorreu da decisão a 15 de fevereiro de 2013 perante o “Tribunal federal de segundo circuito”.

O liquidatário da sociedade Bernard L. Madoff Investment Securities LLC (a seguir «BLMIS») tentou um certo número de recursos contra o Banco e algumas das suas filiais, junto do tribunal das falências americano (United States Bankruptcy Court Southern District of New York). Estes recursos, conhecidos sob o nome de pedidos de «clawback», aparentam-se aos diversos recursos introduzidos pelo liquidatário do BLMIS contra numerosas instituições, e visa a cobrança de fundos

pretensamente transferidos às entidades do grupo BNP Paribas pelo BLMIS ou indiretamente por intermédio de fundos ligados ao BLMIS e nos quais entidades do grupo BNP Paribas deteriam participações. O liquidatário do BLMIS pretende que em virtude do direito federal americano dos processos coletivos e do direito do Estado de Nova Iorque, os pagamentos efetuados a favor das entidades do grupo BNP Paribas sejam nulos e cobráveis. No total, estes recursos visam a cobrança de uma quantia de aproximadamente 1,3 bilhão de dólares americanos. O BNP Paribas dispõe de argumentos muito sólidos a opor a estes recursos, e defende-se vigorosamente nestas instâncias.

Estão em curso outros litígios e inquéritos relativos à reestruturação do grupo Fortis agora Ageas, do qual o Fortis Banque já não faz parte atualmente, e a acontecimentos ocorridos antes que o BNP Paribas Fortis fizesse parte do Grupo BNP Paribas. Entre esses litígios, encontram-se as ações intentadas nos Países Baixos e na Bélgica por grupos de acionistas contra nomeadamente o Ageas e o BNP Paribas Fortis, no âmbito do aumento de capital do Fortis (agora Ageas) realizado em outubro de 2007 para a aquisição do ABN Amro Bank N.V, assim como a comunicação posterior relativa à exposição aos créditos hipotecários de alto risco (subprime). O banco defende-se vigorosamente nestes processos. Uma decisão judicial confirmou recentemente a condenação de Ageas por má gestão em matéria de comunicação durante este período. Não se pode excluir que este litígios ou inquéritos tenham um impacto sobre o BNP Paribas Fortis.

A sociedade não tem conhecimento de qualquer outro processo governamental, judicial ou de arbitragem, suscetível de ter ou de ter tido durante os últimos doze meses efeitos significativos sobre a situação financeira ou a rentabilidade da sociedade ou do Grupo.

8.j HONORÁRIOS DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

No âmbito do exercício 2013 taxa, em milhareuros	Deloitte		PricewaterhouseCoopers Audit		Mazars		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Auditoria								
Revisores oficiais de contas, certificação, análise das contas individuais e consolidadas, nomeadamente								
Emissor	3 255	22 %	3 580	19 %	1 609	16 %	8 444	19 %
Filiais consolidadas	8 237	54 %	9 815	52 %	7 983	78 %	26 035	58 %
Outras diligências e prestações diretamente relacionadas com a missão do Revisor oficial de contas, nomeadamente								
Emissor	271	0 %	1 908	10 %	146	1 %	2 325	5 %
Filiais consolidadas	1 195	8 %	1 960	10 %	267	3 %	3 422	8 %
Total auditoria	12 958	84 %	17 263	91 %	10 005	98 %	40 226	90 %
Outras prestações fornecidas pelas redes às filiais consolidadas por integração global e proporcional								
Jurídicas, fiscais, sociais	24	0 %	61	0 %	7	0 %	92	0 %
Outras	2 328	16 %	1 652	9 %	158	2 %	4 138	10 %
Total outras prestações	2 352	16 %	1 713	9 %	165	2 %	4 230	10 %
TOTAL HONORÁRIOS	15 310	100 %	18 976	100 %	10 170	100 %	44 456	100 %

No âmbito do exercício 2012 Montante s/IVA, em milhares de euros	PricewaterhouseCoopers				Mazars		Total	
	Deloitte		Audit					
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Auditoria								
Revisores oficiais de contas, certificação, análise das contas individuais e consolidadas, nomeadamente								
Emissor	3 242	20 %	3 359	19 %	1 539	16 %	8 140	18 %
Filiais consolidadas	8 801	55 %	9 391	54 %	7 393	79 %	25 585	60 %
Outras diligências e prestações diretamente relacionadas com a missão do Revisor oficial de contas, nomeadamente								
Emissor	1	0 %	564	3 %	93	1 %	658	2 %
Filiais consolidadas	1 472	9 %	2 920	17 %	227	2 %	4 619	11 %
Total auditoria	13 516	84 %	16 234	93 %	9 252	99 %	39 002	91 %
Outras prestações fornecidas pelas redes às filiais consolidadas por integração global e proporcional								
Jurídicas, fiscais, sociais	97	0 %	77	0 %	-	0 %	174	0 %
Outras	2 518	16 %	1 183	7 %	77	1 %	3 778	9 %
Total outras prestações	2 615	16 %	1 260	7 %	77	1 %	3 952	9 %
TOTAL HONORÁRIOS	16 131	100 %	17 494	100 %	9 329	100 %	42 954	100 %

O montante total dos honorários de auditoria pagos aos Revisores oficiais de contas que não pertencem à rede de uma daquelas que certificam as contas consolidadas e individuais do BNP Paribas SA, mencionadas no quadro acima, ascende a 1 488 milhares de euros no âmbito do exercício 2013 (1 613 milhares de euros no âmbito do exercício 2012).

As outras diligências de prestações ligadas à missão do Revisor Oficial de contas incluem principalmente diligências no âmbito

de operações financeiras, dos trabalhos de análise da conformidade do dispositivo da entidade face a disposições regulamentares e de trabalho de análise da qualidade do controlo interno relativamente a normas internacionais (ex : « ISAE 3402 ») no âmbito de prestações aos clientes, em particular para as áreas de intervenção Títulos e Gestão de Ativos.

4.7 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício encerrado a 31 de dezembro de 2013

Aos Acionistas
BNP Paribas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos Senhores,

Na sequência da missão que nos foi atribuída pela vossa Assembleia-geral, vimos apresentar-vos o nosso relatório relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 sobre:

- o controlo das contas consolidadas do BNP Paribas, tais como juntas ao presente relatório;
- a justificação das nossas apreciações;
- a verificação específica prevista na lei.

As contas consolidadas foram encerradas pelo vosso Conselho de administração. Cabe-nos, com base na nossa auditoria, apresentar uma opinião sobre estas contas.

I - Opinião sobre as contas consolidadas

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com as normas profissionais aplicáveis em França; estas normas requerem a implementação de diligências que permitam obter a razoável certeza de que as contas consolidadas não comportam anomalias significativas. Uma auditoria consiste em verificar, por via de sondagens, ou através de outros métodos de seleção, os elementos que justificam os valores e as informações contidos nas contas consolidadas. Consiste igualmente em apreciar os princípios contabilísticos seguidos, as estimações significativas escolhidas e a apresentação de conjunto das contas. Estimamos que os elementos que recolhemos são suficientes e apropriados para fundar a nossa opinião.

Certificamos que as contas consolidadas do exercício são, de acordo com o referencial IFRS tal como adotado na União europeia, regulares e sinceras e fornecem uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como, do resultado do conjunto constituído pelas pessoas e entidades compreendidas na consolidação.

Sem por em causa a opinião acima expressa, chamamos a vossa atenção, por um lado, para a nota 3.g das notas anexas às demonstrações financeiras que explica a constituição de uma provisão relativa a pagamentos em dólares US no que respeita a países sujeitos às sanções americanas e, por outro lado, para a nota 1.a das notas anexas às demonstrações financeiras que expõe as alterações de métodos contabilísticos relativos à emenda à norma IAS 19 (vantagens ao pessoal) e à norma IFRS 13 (avaliação do justo valor).

II - Justificação das apreciações

Por aplicação das disposições do artigo L 823-9 do Código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, vimos dar-vos conhecimento dos seguintes elementos:

Provisionamento dos riscos de crédito e de contraparte

A vossa sociedade contabiliza depreciações para cobrir os riscos de crédito e de contraparte inerentes às suas atividades (notas anexas 1.c.5, 3.f, 5.f et 5.g). Examinámos o dispositivo de controlo relativo ao recenseamento das exposições, acompanhamento dos riscos de crédito e de contraparte, às metodologias de depreciação e à cobertura das perdas de valor por depreciações individuais e de carteira.

Valorização dos instrumentos financeiros

A vossa sociedade utiliza modelos internos e metodologias para a valorização dos instrumentos financeiros que não são tratados nos mercados ativos, assim como para a constituição de certas provisões e a apreciação da pertinência da qualificação em operações de cobertura. Examinámos o dispositivo de controlo relativo à determinação do carácter inativo de um mercado, à verificação dos modelos e à determinação dos parâmetros utilizados.

Depreciações relativas aos ativos disponíveis para venda

A vossa sociedade contabiliza depreciações sobre ativos disponíveis para venda quando existe uma indicação objetiva de descida prolongada ou significativa do valor destes ativos (notas anexas 1.c.5, 3.d e 5.c do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo à identificação de índices de perda de valor, a valorização das linhas mais significativas, assim como as estimações que conduziram, quando necessário, à cobertura das perdas de valor por depreciações.

Depreciações relativas aos goodwill

A vossa sociedade procedeu a testes de depreciação de valor das diferenças de aquisição, que conduziram, se necessário, à constatação de depreciações no âmbito deste exercício (notas anexas 1.b.4 e 5.o). Examinámos as modalidades de realização destes testes, as principais hipóteses e parâmetros utilizados, assim como as estimativas que conduziram, se necessário, à cobertura das perdas do valor por depreciações.

Impostos diferidos ativos A vossa sociedade contabilizou impostos diferidos ativos nomeadamente no âmbito dos défices fiscais transitáveis (notas anexas 1.k, 3.h e 5.k). Examinámos as principais estimativas e hipóteses que levaram ao reconhecimento destes impostos diferidos.

Provisionamento dos compromissos sociais

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir os compromissos sociais (notas anexas 1.h, 2 e 7.b). Examinámos a metodologia de avaliação desses compromissos assim como as principais hipóteses e parâmetros utilizados.

As apreciações que elaborámos inserem-se no âmbito da nossa abordagem de auditoria das contas consolidadas tomadas no seu conjunto e contribuem portanto para a formação da nossa opinião expressa na primeira parte deste relatório.

III - Verificação específica

Procedemos igualmente, em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França, à verificação específica prevista na lei das informações fornecidas no relatório sobre a gestão do Grupo. Não temos qualquer observação a formular quanto à sua sinceridade e à sua concordância com as contas consolidadas.

Feito em Neuilly-sur-Seine e em Courbevoie, a 7 de março de 2014

Os Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
Damien Leurent

PricewaterhouseCoopers Audit
Etienne Boris

Mazars
Hervé Hélias

5 RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

5.1	Resumo dos riscos anuais	227
	Riscos resultantes da atividade do Grupo	227
	Principais riscos do ano 2013	229
	Fatores de risco	230
5.2	Gestão do capital e adequação dos fundos próprios	236
	Âmbito de aplicação	236
	Fundos próprios [Auditado]	241
	Exigências em fundos próprios e ativos ponderados	244
	Adequação dos fundos próprios e antecipação das necessidades de capital	246
	Gestão do capital	248
5.3	Gestão de riscos [Auditado]	250
	Governança	250
	Organização da função Riscos	251
	Cultura do risco	251
	Perfil de risco	252
	Tipologia dos riscos	253
	Testes de resistência	256
5.4	Risco de crédito	257
	Exposições ao risco de crédito [Auditado]	257
	Política de gestão do risco de crédito [Auditado]	259
	Diversificação da exposição ao risco de crédito [Auditado]	262
	Ativos ponderados	264
	Risco de crédito: abordagem IRBA	266
	Risco de crédito: abordagem standard	279
	Exposições em incumprimento, provisões e custo do risco	281
	Créditos reestruturados	284
	Técnicas de mitigação do risco de crédito	285
5.5	Titularização na carteira bancária	287
	Métodos contabilísticos [Auditado]	287
	Dispositivo de gestão de riscos no âmbito da titularização [Auditado]	288
	Atividade do BNP Paribas no âmbito da titularização [Auditado]	288
	Exposições titularizadas	290
	Posições de titularização	292
	Ativos ponderados	294

5.6	Risco de contraparte	298
	Exposição ao risco de contraparte [Auditado]	299
	Valor exposto ao risco por tipo de abordagem	300
	Ativos ponderados	301
	Nocional de instrumentos financeiros derivados	301
5.7	Risco de mercado	302
	Risco de mercado relativo às transações sobre instrumentos financeiros	302
	Risco de mercado relativo às atividades bancárias	311
5.8	Risco soberano [Auditado]	316
5.9	Risco de liquidez e de refinanciamento [Auditado]	319
	A política de gestão do risco de liquidez	319
	Os dispositivos de monitorização e de supervisão do risco de liquidez	320
	Apresentação e evolução dos indicadores em 2013	320
5.10	Risco operacional	325
	Política de cobertura e de redução dos riscos [Auditado]	325
	Abordagens escolhidas e respetivos perímetros	328
	Exposição ao risco operacional	329
	Exigências em fundos próprios	330
	Redução do risco através das técnicas de seguros	330
5.11	Risco de não conformidade e de reputação [Auditado]	331
5.12	Riscos de seguros [Auditado]	331
	Dispositivo de gestão de riscos do BNP Paribas Cardif	331
	Riscos de mercado e de crédito	332
	Riscos de subscrição	335
Anexos:		337
	Anexo 1: Exposições de acordo com as recomendações do Conselho de estabilidade financeira	337
	Financiamento por titularização por conta própria	337
	Carteira de créditos sensíveis	338
	Exposições aos ABS e CDO imobiliários	339
	Exposições aos países com programa de ajuda	340
	Anexo 2: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»	340
	BNP Paribas Fortis	341
	BNL	342
	BancWest	343
	Personal Finance	344
	BGL BNP Paribas	345
	Grupo TEB	346
	Anexo 3: Glossário	347

O terceiro pilar do Acordo de Basileia relativo à disciplina de mercado consiste em melhorar as prescrições mínimas de fundos próprios (Pilar 1) e o processo de supervisão prudencial (Pilar 2) com um conjunto de dados que vêm completar a comunicação financeira. O objetivo desta comunicação é permitir aos atores de mercado a análise de elementos informativos essenciais relacionados com o âmbito de aplicação, os fundos próprios, as exposições aos diferentes tipos de risco, os procedimentos de avaliação dos riscos e, por conseguinte, a adequação dos fundos próprios da instituição ao seu perfil de risco.

O capítulo 5 apresenta a informação relativa aos riscos do Grupo BNP Paribas, respondendo nomeadamente:

- às exigências do capítulo IX da Portaria de 20 de fevereiro de 2007(1) relativo às exigências de fundos próprios aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento que se aplicam (cf. artigo 1º) numa base consolidada ao BNP Paribas;
- às exigências das normas contabilísticas relativas à natureza e à extensão dos riscos. As informações apresentadas no Pilar 3

não são submetidas a uma auditoria externa, não sendo por isso alvo de verificação pelos Revisores oficiais de contas do Grupo. Contudo, algumas informações exigidas pelas normas contabilísticas IFRS 7, IFRS 4 e IAS 1 estão incluídas neste capítulo e abrangidas pela opinião dos Revisores oficiais de contas nas Demonstrações financeiras consolidadas. Estas informações estão identificadas com a menção «[Auditado]» e devem ser lidas como parte integrante das notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas;

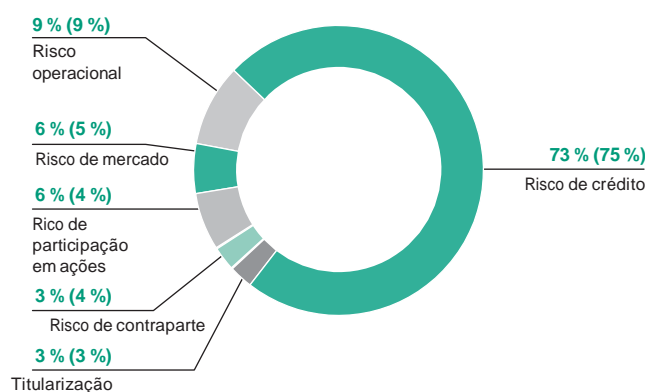
■ à vontade de satisfazer as necessidades dos investidores e dos analistas, expressas no âmbito de uma iniciativa do Conselho de Estabilidade Financeira com vista à melhoria da informação financeira publicada pelas instituições financeiras internacionais (Enhanced Disclosure Task Force). O BNP Paribas implementou o conjunto de recomendações previstas a partir de 2012, e depois em 2013, prosseguindo essa implementação ao longo dos próximos anos, de acordo com a pertinência de cada caso e com a evolução dos trabalhos.

5.1 Resumo dos riscos anuais

RISCOS RESULTANTES DA ATIVIDADE DO GRUPO

ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE RISCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

➤ GRÁFICO Nº 1: ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE RISCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013(*)



Valor total: 560 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (552 bilhões em 31 de dezembro de 2012)

(*) As percentagens entre parêntesis correspondem à distribuição em 31 de dezembro de 2012.

(1) Portaria do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria em 20 de fevereiro de 2007, alterada pelas Portarias de 19 de outubro de 2007, de 11 de setembro de 2008, de 29 de outubro de 2009, de 25 de agosto de 2010, de 13 de dezembro de 2010 e de 23 de novembro de 2011.

➤ QUADRO N° 1: ATIVOS PONDERADOS(*) POR TIPO DE RISCO E POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

Em milhões de euros	31 de dezembro 2013								
	Retail Banking			Corporate & Investment Banking		Investment Solutions	Outras atividades	Total	
	Domestic Markets	Personal Finance	International Retail Banking	Consultadoria e Mercados de Capitais	Corporate Banking				
Risco de crédito	190 827	44 330	76 130	10 092	73 882	12 020	3 377	410 658	Detalhe no ponto 5.4
Titularização	671	0	176	10 752	363	864	2 803	15 629	Detalhe no ponto 5.5
Risco de contraparte	2 593	15	389	13 238	1	252	20	16 508	Detalhe no ponto 5.6
Risco de participação em ações	2 005	163	215	1 057	1 590	21 187	9 048	35 265	Detalhe no ponto 5.7
Risco de mercado	131	6	272	22 409	1 286	208	6 896	31 208	Detalhe no ponto 5.7
Risco operacional	12 583	3 894	6 120	16 968	4 468	5 539	792	50 364	Detalhe no ponto 5.10
TOTAL	208 810	48 408	83 302	74 516	81 590	40 070	22 936	559 632	Detalhe no ponto 5.2

Em milhões de euros	31 de dezembro de 2012								
	Retail Banking			Corporate & Investment Banking		Investment Solutions	Outras atividades	Total	
	Domestic Markets	Personal Finance	International Retail Banking	Consultadoria e Mercados de Capitais	Corporate Banking				
Risco de crédito	196 279	43 647	72 492	8 631	75 855	11 084	3 163	411 151	Detalhe no ponto 5.4
Titularização	1 113	57	212	12 141	126	1 047	4 380	19 076	Detalhe no ponto 5.5
Risco de contraparte	3 878	13	468	15 750	54	346	24	20 533	Detalhe no ponto 5.6
Risco de participação em ações	2 306	205	163	469	1 698	2 032	17 504	24 377	Detalhe no ponto 5.7
Risco de mercado	208	97	298	21 633	1 696	461	1 155	25 548	Detalhe no ponto 5.7
Risco operacional	13 105	4 829	5 814	16 414	3 692	6 015	1 285	51 154	Detalhe no ponto 5.10
TOTAL	216 889	48 848	79 447	75 038	83 121	20 985	27 511	551 839	Detalhe no ponto 5.2

(*) A tipologia dos riscos utilizada acima está descrita no capítulo 5.3.

A maioria dos riscos do Grupo advém do risco de crédito, ficando o risco de mercado das carteiras de negócio limitado a 6 % dos ativos ponderados do Grupo. Nos termos do artigo 64º do Relatório de 2013 sobre as «Modalidades de cálculo do rácio de solvabilidade» elaborado pela ACPR [Autoridade de supervisão prudencial et de resolução], a parte das participações em empresas de seguros não deduzida dos fundos próprios é ponderada como uma exposição ao risco

de participação em ações a partir de 2013 e provoca consequentemente um aumento (na ordem dos + 20 mil milhões de euros) nos ativos ponderados do polo Investment Solutions. Além disso, a distribuição dos ativos ponderados por polo de atividade mostra o carácter diversificado das atividades do Grupo, com 61 % dedicados ao Retail Banking (dos quais 37 % no mercado doméstico) e 28 % ao Corporate & Investment Banking.

PRINCIPAIS RISCOS DO ANO 2013

A identificação e o acompanhamento dos riscos principais e emergentes fazem parte da abordagem da gestão de riscos do BNP Paribas.

Um risco principal é definido como um risco atual e existente que pode ter, numa categoria de risco, ramo de atividade ou área geográfica, um impacto significativo nos resultados financeiros, na reputação ou na sustentabilidade da empresa, e que pode ocorrer a curto prazo ou até nos próximos doze meses.

Um risco emergente é definido como um risco cuja ocorrência é muito incerta, mas que é provável que se torne real a longo prazo (provavelmente a mais de um ano), e que poderia ter um impacto significativo na estratégia comercial, caso isso acontecesse.

Estes riscos são identificados, analisados e geridos pelo Group Risk Management (GRM) num âmbito estruturado, através de diferentes comités, ações e decisões:

- acompanhamento do enquadramento macroeconómico e financeiro com três objetivos: identificar os riscos existentes e potenciais, hierarquizá-los de acordo com o contexto económico e as implicações para o portfolio do Grupo e desenvolver cenários adversos. No âmbito deste acompanhamento, é apresentado trimestralmente um painel de controlo pelos responsáveis do GRM à Direção-Geral e ao Comité de controlo interno, de riscos e de conformidade (CCIRC);
- análise e acompanhamento de alterações de legislação e o seu impacto na gestão do capital do banco e da liquidez, bem como nas atividades do Grupo;
- acompanhamento regular do perfil de risco, de acordo com as diretivas/limites aprovados pelo Conselho;
- políticas transversais sobre concentrações, responsabilidade social da empresa, etc.;
- decisões relativas à carteira tomadas pelo Comité de riscos, pelo Comité de riscos de mercado (Capital Markets Risk Committee - CMRC), etc.;
- decisões individuais fundamentais tomadas pelos Comités sobre as transações específicas ao mais alto nível;

- propostas para novas atividades ou novos produtos;
- análise, pelos Comités de políticas de risco, da carteira/das atividades orientadas para os riscos selecionados pela Direção do Grupo, através do Comité de Risco para os próximos anos.

Os principais riscos atuais a que o Grupo está exposto são apresentados mais abaixo, de acordo com as seguintes categorias:

- condições macroeconómicas;
- legislação e regulamentação aplicável às instituições financeiras;
- riscos relacionados com a reputação e a imagem.

CONDIÇÕES MACROECONÓMICAS

O contexto macroeconómico e de mercado tem um impacto nos resultados do Banco. Dada a natureza da sua atividade, o Banco é particularmente sensível às condições macroeconómicas e de mercado na Europa, que sofreram grandes alterações ao longo dos últimos anos.

Em 2013, a economia mundial iniciou sua consolidação com o abrandamento em alguns países emergentes, juntamente com uma ligeira retoma da atividade nos países desenvolvidos. Durante o ano de 2013, as condições económicas globais permaneceram, em geral, estáveis em relação a 2012. As previsões económicas do FMI e da OCDE (1) para 2014 preveem uma retoma moderada do crescimento para as economias desenvolvidas, mas mais fraca e heterogénea para os países da zona Euro. Os seus analistas consideram que ainda há incertezas em relação à solidez da retoma, especialmente à luz da redução anunciada pela Reserva Federal dos Estados Unidos, em dezembro de 2013, do seu programa para apoiar a economia americana e, dentro da zona Euro, do risco de deflação que não está excluído.

Na zona Euro, os spreads dos Estados continuaram a baixar em 2013, após a descida registada em 2012 relativamente aos níveis historicamente elevados.

(1) Ver nomeadamente: FMI – World Economic Outlook Update – Janeiro 2014 e G20 Note on Global Prospects and Policy Challenges – Fevereiro 2014; OCDE – The Global Economic Outlook – Novembro 2013.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Na sequência da crise financeira global, a legislação e regulamentação aplicável às instituições financeiras que tem um impacto no Banco apresentou uma evolução significativa. As recentes medidas adotadas, ou previstas, que têm ou possam vir a ter um impacto no Banco incluem o despacho francês de 27 de junho de 2013, relativo às instituições de crédito e sociedades financeiras, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014, a lei francesa de 26 de julho de 2013 sobre a separação e regulação das atividades bancárias e o despacho de 20 de fevereiro de 2014 relativo a várias disposições de adaptação da legislação ao direito da União Europeia em questões financeiras. Também fazem parte dessas medidas a diretiva e o regulamento sobre os fundos próprios regulamentares denominado «CRD 4» de 26 de junho de 2013, sendo um número significativo de disposições aplicáveis desde 1 de janeiro de 2014, os projetos de normas técnicas de regulamentação e execução relativas à diretiva e regulamentos CRD IV desenvolvido pela EBA, a designação do Banco como instituição financeira de importância sistémica elaborada pelo FSB, a consulta sobre a reforma estrutural do

setor bancário da União Europeia de 2013 e a proposta da Comissão Europeia de reforma estrutural do setor bancário europeu de 29 de janeiro de 2014, a proposta de regulamento sobre os índices de referência, o projeto europeu de mecanismo único de supervisão, o projeto europeu de mecanismo de resolução única e o projeto de diretiva europeia sobre a retoma e a resolução dos bancos, o regulamento final sobre os bancos estrangeiros relativo a determinados requisitos de liquidez, fundos próprios e outros elementos prudenciais adotados pela Reserva Federal dos Estados Unidos, a proposta da Reserva Federal sobre os rácios de liquidez dos bancos de grande dimensão, assim como a lei «Volcker», recentemente aprovada pelas autoridades reguladoras dos EUA.

RISCOS RELACIONADOS COM A REPUTAÇÃO E A IMAGEM

Os riscos de reputação e de imagem que, por natureza, são difíceis de quantificar, continuam a ser uma preocupação constante do Banco, que procura minimizá-los tanto quanto possível através de uma gestão e de procedimentos de controlo adequados, promovendo ativamente princípios de gestão baseados na consciência do risco.

FATORES DE RISCO

RISCOS PRÓPRIOS DO BNP PARIBAS E RISCOS LIGADOS AO SETOR BANCÁRIO

Condições macroeconómicas e de mercado difíceis poderiam ter um efeito negativo importante nas condições em que evoluem as instituições financeiras, e consequentemente na situação financeira, nos resultados e no custo do risco do Banco.

As áreas de intervenção do Banco, instituição financeira de dimensão mundial, são muito sensíveis à evolução dos mercados financeiros e ao ambiente económico na Europa, nos Estados Unidos e no resto do mundo. Ao longo dos últimos anos, o Banco foi confrontado e poderia ser confrontado com novas degradações significativas das condições de mercado e do contexto económico, que poderiam resultar nomeadamente de crises afetando a dívida soberana, os mercados de capitais, o crédito ou a liquidez, de recessões regionais ou globais, de importantes oscilações de preços das matérias-primas, das taxas de câmbio, das taxas de juro, da volatilidade dos instrumentos financeiros derivados, da inflação ou da deflação, de reestruturações ou de incumprimentos, de degradação da notação das dívidas das empresas ou dos Estados, ou ainda de acontecimentos políticos e geopolíticos (catástrofes naturais, atos terroristas, perturbações sociais ou conflitos armados). Estas perturbações, que podem surgir de repente e cujos efeitos podem não estar totalmente cobertos, poderiam afetar de forma pontual ou duradoura as condições nas quais evoluem as instituições financeiras e ter um efeito negativo na situação financeira, nos resultados e no custo do risco do Banco. Em 2014, as condições macroeconómicas globais serão particularmente sensíveis ao abrandamento esperada dos programas de apoio à economia dos vários governos, nomeadamente o americano. Na Europa, as perspectivas de crescimento são heterogéneas de acordo com os países e um risco de deflação não pode ser afastado.

Além disso, ainda é possível um ressurgimento de uma crise da dívida soberana em alguns países. Os mercados europeus enfrentaram nos últimos anos perturbações importantes ligadas às incertezas da capacidade de alguns países da Zona euro em refinanciar a sua dívida. Estas perturbações contribuíram, durante alguns períodos destes últimos anos, para a contração dos mercados de crédito, para o aumento da volatilidade da taxa de câmbio do euro contra outras divisas importantes, mas também afetaram os índices dos mercados de ações e criaram incertezas em relação às perspetivas económicas de alguns Estados da União Europeia, assim como em relação à qualidade dos empréstimos bancários concedidos aos mutuários soberanos desses Estados.

O Banco tem e pode, no futuro, ser levado a ter bastantes carteiras de títulos de dívida emitidos por alguns dos Estados mais afetados pela crise destes últimos anos, tendo concedido créditos, e podendo no futuro conceder créditos, de montantes significativos, a mutuários desses Estados. Além disso, o Banco financia-se no mercado interbancário, ficando indiretamente exposto aos riscos associados à dívida soberana detida por outras instituições financeiras. De uma forma geral, a crise da dívida soberana afetou indiretamente, e pode continuar a afetar no futuro, os mercados financeiros, a economia europeia e mundial e, de uma maneira mais geral, o contexto no qual evolui o Banco.

Se as condições económicas na Europa ou noutros países do mundo se deteriorassem, nomeadamente na sequência de um agravamento da crise da dívida soberana (tal como um incumprimento de uma dívida soberana), o Banco poderia ser obrigado a ter provisões suplementares sobre esses títulos de dívidas soberanas ou sobre as perdas na sequência de cessões desses títulos. As perturbações políticas e financeiras no seguimento de um tal agravamento poderiam afetar desfavoravelmente a solvência dos clientes e das contrapartes financeiras do Banco, os parâmetros de mercado como as taxas de juro, as taxas de câmbio e os índices bolsistas, assim como a liquidez do Banco e a sua capacidade em financiar-se em condições aceitáveis.

Como resposta à crise financeira mundial, foram tomadas medidas legislativas e legais que poderiam afetar consideravelmente o Banco, assim como o contexto financeiro e económico em que opera.

Recentemente, entraram em vigor ou foram propostas medidas legislativas ou legais, nomeadamente em França, na Europa e nos Estados Unidos, com vista a introduzir um certo número de mudanças, algumas das quais permanentes, no contexto financeiro mundial. Estas novas medidas têm como objetivo uma mudança significativa do contexto no qual o Banco e outras instituições financeiras evoluem. Entre as novas medidas que foram ou poderiam ser adotadas constam: o aumento dos rácios prudenciais de solvabilidade e de liquidez (nomeadamente para os grandes grupos bancários como o Banco), a taxação das operações financeiras, a limitação e a tributação acrescida das remunerações de alguns assalariados acima de determinados níveis, restrições ou proibições em relação a algumas atividades dos bancos comerciais consideradas como especulativas que deverão ser exercidas por filiais específicas (nomeadamente as operações por conta própria), a proibição ou restrições relativamente a certos tipos de produtos financeiros ou de atividades, o reforço das exigências de controlo interno e de transparência em relação a certas atividades, o reforço das exigências em termos de regras de boas práticas, uma regulação mais rigorosa de certos tipos de produtos financeiros, nomeadamente a obrigação de declarar operações com produtos derivados e de compensar de forma central os produtos derivados de OTC e/ou limitar os riscos inerentes, assim como o reforço dos poderes das autoridades legais e a criação de novas autoridades. Algumas medidas já foram adotadas e aplicam-se desde já ao Banco, nomeadamente a Diretiva e o Regulamento sobre os requisitos dos fundos próprios «CRD/CRR 4», de 26 de junho de 2013, estando um número significativo de disposições em vigor desde 1 de janeiro de 2014. Além disso, as exigências em termos de rácios prudenciais anunciadas pela Autoridade Bancária Europeia e a designação do Banco como uma instituição financeira de importância sistémica pelo Comité de Estabilidade Financeira terão como efeito o aumento das exigências em matéria de fundos próprios legais do Banco e poderiam levar à restrição da sua capacidade em conceder empréstimos ou em possuir ativos, nomeadamente de maturidade longa. O Banco implementou um plano de adaptação para cumprir estas exigências, em particular a redução de balanço e o reforço do seu capital legal. Porém, a fim de cumprir novas regulamentações deste tipo, que poderiam ser adotadas no futuro, o Banco poderia ser levado a tomar medidas suplementares que poderiam pesar na sua rentabilidade e ter um efeito negativo na sua situação financeira e nos seus resultados. Além disso, o Banco Central Europeu anunciou em outubro 2013 que levará a cabo uma revisão dos balanços e que realizará testes de resistência aos principais bancos europeus, entre os quais o Banco, em 2014. Os resultados dessa revisão são esperados em novembro de 2014 e poderão levar a recomendações ou ações de correção em relação ao Banco ou ao setor bancário em geral. Ao longo do ano de 2013 e início de 2014, a França modificou de forma significativa o seu quadro legislativo e legal aplicável às instituições bancárias. A lei bancária francesa de 26 de julho de 2013 sobre a separação e a regulação das atividades bancárias prevê, nomeadamente a separação das atividades de financiamento da economia das atividades ditas «especulativas», devendo estas ser executadas por filiais separadas do resto do Grupo que devem cumprir o conjunto das exigências prudenciais e financiar-se de forma autónoma. A lei bancária altera também o mecanismo de prevenção e de resolução de crises bancárias, sendo a fiscalização doravante efetuada pela Autoridade de controlo prudencial e de resolução, cujos poderes foram alargados.

Em caso de incumprimento, a lei prevê mudanças estruturais, a emissão de novos títulos, a anulação de alguns títulos de capital ou de dívida subordinada ou a conversão de dívida subordinada em capital, a intervenção do Fundo de Garantia de Depósitos e de Resolução, assegurando, de uma maneira geral, que as perdas são maioritariamente suportadas pelos acionistas e pelos credores subordinados (mecanismo designado de «Bail-in»). O despacho de 20 de fevereiro de 2014 prevê um reforço das regras de governação nas instituições bancárias, um regime de sanções reforçado e harmonizado a nível europeu, o alargamento do âmbito da supervisão prudencial, incluindo requisitos adicionais nos fundos próprios, uma harmonização das normas relativas à autorização das instituições de crédito na União Europeia, assim como uma atualização das regras para a supervisão consolidada e a troca de informações. A nível comunitário, a União Europeia adotou, em outubro de 2013, a criação de um mecanismo único de supervisão bancária cuja direção foi confiada ao Banco Central Europeu, e um projecto de diretiva europeia sobre a recuperação e a resolução dos bancos que prevê um mecanismo de bail-in que está a ser desenvolvido. O Conselho da União Europeia também anunciou a 18 de dezembro 2013 um acordo sobre o mecanismo de resolução única, que inclui a criação de uma autoridade de resolução e a negociação da implementação de um fundo de resolução comum, financiado a nível nacional pelos bancos. Finalmente, a proposta da Comissão Europeia de regulamento da reforma estrutural do setor bancário europeu de 29 de janeiro de 2014 prevê, nomeadamente, para alguns bancos de grande dimensão na União Europeia, a proibição de realizar determinadas operações de negociação por conta própria, bem como a filialização de algumas negociações de alto risco.

Nos Estados Unidos, o regulamento final sobre bancos estrangeiros e relativo a determinados requisitos de liquidez, fundos próprios e outros elementos prudenciais adotados recentemente pela Reserva Federal dos Estados Unidos, irá impor ao Banco a criação de uma nova sociedade holding intermediária, que inclui compreende as filiais do Banco nos Estados Unidos, e que deverá cumprir os requisitos de fundos próprios, liquidez e outros elementos prudenciais de forma autónoma.

Além disso, em outubro de 2013, a Reserva Federal, em conjunto com outras agências reguladoras, apresentou uma proposta que reforça as exigências de liquidez de alguns dos principais bancos norte-americanos, prevendo nomeadamente um índice de liquidez a curto prazo mais restritivo. Finalmente, a regra «Volcker», recentemente aprovada pelas autoridades reguladoras americanas, coloca restrições em relação às atividades de operações por conta própria dos bancos americanos, bem como aos investimentos realizados por instituições bancárias americanas em capital de investimento (private equity) e em hedge funds; algumas dessas restrições também se aplicam aos bancos não-americanos.

Uma grande parte das medidas legislativas e legais propostas desde a crise financeira já foram adotadas ao longo dos últimos anos. No entanto, algumas ainda estão em fase de proposta ou ainda estão em fase de discussão. Uma vez aprovadas, se necessário, estas medidas serão, em todo o caso, adaptadas à legislação e / ou regulamentos de cada estado. Por conseguinte, é impossível prever com precisão quais serão as medidas adicionais a serem adotadas, qual o seu conteúdo exato e qual o impacto que terá no Banco.

Todas estas medidas, quer estejam adotadas ou em fase de adoção, poderão diminuir a capacidade do Banco em atribuir e

afetar recursos de capital e de financiamento, limitar a sua capacidade de diversificação dos riscos e aumentar o custo do financiamento, o que poderá ter um efeito negativo nas operações, na situação financeira e nos resultados do Banco. Além dos efeitos supracitados, algumas medidas poderiam, em função da natureza e da extensão das disposições que serão finalmente adotadas, afetar a capacidade do Banco em exercer determinadas atividades, impor restrições ao exercício de certas atividades, afetar a sua capacidade em atrair ou reter talentos (mais particularmente nas suas atividades de banca de investimento e de financiamento, nomeadamente devido às medidas legislativas e legais adotadas ou em fase de adoção e relativas ao enquadramento das remunerações no setor bancário) e afetar, de uma maneira mais geral, a sua competitividade e a sua rentabilidade, o que poderia ter um efeito negativo nas suas atividades, na sua situação financeira e nos seus resultados.

O acesso ao financiamento do Banco e as condições deste financiamento poderiam ser afetados de maneira significativa em caso de ressurgimento da crise da dívida soberana, de deterioração das condições económicas, de nova degradação da notação ou de outros fatores.

A crise da dívida soberana que afeta os Estados da União Europeia, assim como o contexto macroeconómico global, conduziram pontualmente a uma restrição do acesso ao financiamento dos bancos europeus e a uma degradação das condições deste financiamento devido a vários fatores, nomeadamente o aumento significativo do risco de crédito recebido dos bancos, associado em particular à sua exposição à dívida soberana, a degradação da notação que afeta alguns Estados e instituições financeiras e a especulação nos mercados da dívida. Muitos bancos europeus, incluindo o Banco, tiveram que enfrentar, pontualmente, um acesso mais difícil aos mercados obrigacionistas e ao mercado interbancário, assim como um aumento generalizado do seu custo de financiamento. Consequentemente, o recurso às facilidades e linhas de liquidez do Banco Central Europeu por parte das instituições financeiras aumentou de maneira significativa. Se as condições negativas do mercado da dívida se agravassem na sequência de um ressurgimento da crise da dívida e de uma propagação da crise à esfera económica no seu conjunto, ou por razões ligadas ao setor financeiro em geral ou ao Banco em particular, o efeito sobre o setor financeiro europeu em geral e sobre o Banco em particular, poderia ser significativamente desfavorável.

O custo de financiamento do Banco também pode ser afetado pela notação da sua dívida a longo prazo, que foi por exemplo reduzida por duas das principais agências de notação em 2012. Novas degradações da notação do Banco por essas agências de notação poderiam aumentar o custo de financiamento do Banco.

Qualquer aumento substancial das provisões ou qualquer compromisso insuficientemente provisionado pode pesar nos resultados e na situação financeira do Banco.

No âmbito das suas atividades de concessão de empréstimo, o Banco constitui regularmente provisões para créditos duvidosos, que são contabilizadas na demonstração de resultados na rubrica custo do risco. O nível global das provisões é estabelecido em função do histórico das perdas, do volume e do tipo de empréstimos concedidos, das normas setoriais, das prestações em atraso, das condições económicas e de outros fatores que refletem a taxa de recuperação de certos empréstimos. O Banco esforça-se por constituir provisões adaptadas. No entanto, no futuro, este poderia ser levado a aumentar de maneira significativa as provisões para créditos duvidosos em resposta a uma degradação das condições económicas ou a outros fatores.

O aumento significativo das provisões para créditos duvidosos, a alteração substancial do risco de perdas, tal como estimado, inerente à carteira de empréstimos não duvidosos ou ainda perdas superiores aos montantes especificamente provisionados, poderiam pesar nos resultados do Banco e na sua situação financeira.

O Banco também faz provisões para riscos e encargos relacionados com provisões para processos judiciais. Qualquer perda de um risco ainda não provisionado ou superior ao nível de provisões já registado pode afetar negativamente os resultados ou a posição financeira do Banco.

As flutuações do mercado e a volatilidade expõem o Banco ao risco de perdas substanciais no âmbito das suas atividades de trading e de investimento.

Para fins de trading ou de investimento, o Banco toma posições nos mercados de dívida, de divisas, de matérias-primas e de ações, assim como em ações não cotadas, em ativos imobiliários e noutros tipos de ativos. A volatilidade, isto é, a amplitude das variações de preço num determinado período e mercado, independentemente do nível desse mercado, poderia ter uma incidência negativa sobre estas posições. Nada garante que esta extrema volatilidade e estas perturbações dos mercados ocorridas na pior fase da recente crise financeira não se repitam no futuro, e que o Banco não sofrerá consequentemente perdas importantes no âmbito das suas atividades nos mercados de capitais. No caso de a volatilidade ser insuficiente ou excessiva em relação às antecipações do Banco, poderia igualmente gerar perdas em vários outros produtos utilizados pelo Banco, tais como os swaps, os contratos a prazo, as opções e os produtos estruturados.

Se o Banco detivesse ativos, ou posições líquidas compradoras, num destes mercados, qualquer recuo do mesmo poderia ocasionar perdas ligadas à imparidade destas posições. Em contrapartida, se o Banco tivesse vendido ativos a descoberto ou detivesse posições líquidas vendedoras num destes mercados, qualquer retoma do mesmo poderia expor o Banco a perdas potencialmente ilimitadas na medida em que este deveria cobrir as suas posições a descoberto num mercado em alta. De forma ocasional, o Banco poderia implementar uma estratégia de trading, constituindo uma posição compradora num ativo e uma posição vendedora noutro ativo, para cobrir operações com clientes e/ou na esperança de tirar proveito da variação do valor relativo destes ativos. Contudo, se estes valores relativos não evoluíssem de acordo com as antecipações do Banco, ou de forma a que este não estivesse coberto, esta estratégia poderia expor o Banco a perdas. Dado que estas perdas seriam substanciais, poderiam agravar os resultados e a situação financeira do Banco.

Os rendimentos obtidos das atividades de corretagem e das atividades que geram comissões são potencialmente vulneráveis a uma descida dos mercados.

As condições económicas e financeiras afetam o número e a dimensão de operações de mercado de capitais nas quais o banco intervém como fiador ou conselheiro financeiro ou a título de outros serviços de financiamento e de investimento. Os rendimentos do banco de financiamento e de investimento, baseados nomeadamente nos encargos de transação que remuneram esses serviços, estão diretamente ligados ao número e à dimensão das operações no âmbito das quais o Banco intervém, e podem portanto ser afetados de maneira significativa na sequência de tendências económicas ou financeiras desfavoráveis para os seus clientes e para as atividades de financiamento e de investimento.

Além disso, sendo as comissões de gestão que o Banco cobra aos seus clientes geralmente calculadas em função do valor ou do desempenho das carteiras, qualquer descida dos mercados que tivesse como consequência a diminuição do valor dessas carteiras ou o aumento do montante dos resgates, reduziria os rendimentos inerentes às atividades de gestão de ativos, de derivados de ações e de Banca Privada. Independentemente da evolução do mercado, qualquer sub-desempenho dos organismos de investimento coletivo do Banco pode ter como consequência um aumento dos resgates e uma diminuição das subscrições e, como corolário, uma contração dos rendimentos inerentes à atividade de gestão.

Aquando dos recuos dos mercados financeiros ao longo dos últimos anos (e sobretudo durante o período 2008-2009), o Banco foi confrontado com este tipo de situação, tendo como consequência uma diminuição dos rendimentos nos setores de atividade visados. O Banco poderia ser confrontado com situações similares em futuros recuos ou crises dos mercados financeiros que podem surgir repentinamente e de maneira recorrente.

Uma descida prolongada dos mercados pode reduzir a liquidez e tornar mais difícil a cessão de ativos. Tal situação poderia gerar perdas significativas.

Em algumas das áreas de intervenção do Banco, uma descida prolongada do preço dos ativos poderia afetar o nível de atividade ou reduzir a liquidez no mercado visado. Esta situação exporia o Banco a perdas significativas se este não estivesse em condições de saldar rapidamente as suas posições eventualmente perdedoras. Isto é sobretudo válido para os ativos que são intrinsecamente pouco líquidos. Alguns ativos que não são negociados numa Bolsa de Valores ou num mercado regulamentado, tal como alguns produtos derivados negociados entre instituições financeiras, são geralmente valorizados com o apoio de modelos, mais do que com base em cotações de mercado. Tendo em conta a dificuldade em acompanhar a evolução do preço destes ativos, o banco poderia sofrer perdas que não tinha previsto.

Qualquer variação significativa das taxas de juro pode afetar os rendimentos ou a rentabilidade do Banco.

O montante dos rendimentos líquidos de juros recebidos pelo Banco durante um determinado período influi de maneira significativa nos rendimentos e na rentabilidade deste período. As taxas de juro são afetadas por inúmeros fatores sobre os quais o Banco não tem qualquer influência, como o nível de inflação e as políticas monetárias dos Estados. A evolução das taxas de juro do mercado pode afetar de forma diferente as taxas de juro aplicadas aos ativos remunerados e as taxas de juro pagas sobre a dívida. Qualquer evolução negativa da curva das taxas pode diminuir os rendimentos líquidos de juros das atividades de empréstimos. Além disso, o aumento das taxas de juro nos financiamentos a curto prazo do Banco e o incumprimento dos vencimentos pode pesar na sua rentabilidade.

A solidez financeira e o comportamento das outras instituições financeiras e atores do mercado poderiam ter um efeito negativo sobre o Banco.

A capacidade do Banco em realizar operações de financiamento ou de investimento ou em efetuar transações incidindo sobre produtos derivados poderia ser afetada pela solidez financeira das outras instituições financeiras e atores do mercado. As instituições financeiras estão estreitamente interligadas, nomeadamente devido às suas atividades de trading, de compensação, de contraparte e de financiamento. O incumprimento de um ator do setor, ou até simples rumores ou interrogações relacionados com uma ou várias instituições financeiras ou com o setor financeiro de maneira mais geral, conduziriam a uma contração generalizada da liquidez no mercado e poderiam, no futuro, implicar perdas ou incumprimentos suplementares.

O Banco está exposto a inúmeras contrapartes financeiras, tais como prestadores de serviços de investimento, bancos comerciais ou de investimento, fundos comuns de investimento, fundos especulativos (*hedge funds*), assim como outros clientes institucionais, com os quais efetua habitualmente transações. Um grande número destas transações expõe o Banco a um risco de insolvabilidade se um conjunto de contrapartes ou de clientes do Banco viesse a faltar aos seus compromissos. Este risco seria exacerbado se os ativos detidos como garantia pelo Banco não pudessem ser cedidos ou se o seu preço não permitisse cobrir a totalidade da exposição do Banco devido a empréstimos concedidos ou produtos derivados em falta.

Além disso, as fraudes ou desvio de fundos levadas a cabo pelos atores do setor financeiro podem ter um efeito muito negativo nas instituições financeiras, nomeadamente devido às interligações entre as instituições que operam nos mercados financeiros. A fraude cometida por Bernard Madoff, descoberta em 2008, que conduziu um certo número de instituições financeiras, entre as quais o Banco, a anunciar perdas ou exposições significativas, é disso um exemplo. Perdas suplementares potencialmente significativas poderiam verificar-se no âmbito de contenciosos diversos, de ações interpostas no âmbito da liquidação do Bernard Madoff Investment Services (BMIS), sendo que várias estão em curso contra o Banco, ou de outras ações potenciais ligadas aos investimentos realizados direta ou indiretamente por contrapartes ou clientes no BMIS ou a outras entidades controladas por Bernard Madoff, ou à receção de produtos de investimentos do BMIS. As perdas que podem resultar dos riscos supracitados poderiam afetar fortemente os resultados do Banco.

Qualquer prejuízo causado à reputação do Banco poderia prejudicar a sua competitividade.

Tendo em conta o caráter altamente competitivo do setor dos serviços financeiros, a reputação de solidez financeira e de integridade do Banco é fundamental para captar e fidelizar os seus clientes. A utilização de meios inadequados para promover e comercializar os seus produtos e serviços poderia manchar a reputação do Banco. Da mesma forma, à medida que as carteiras de clientes e de atividades aumentam, o facto dos procedimentos e controlos exaustivos implementados para prevenir os conflitos de interesse poderem revelar-se ineficazes, ou serem vistos como tal, poderia prejudicar a reputação do Banco. Também poderiam prejudicar a sua reputação qualquer comportamento inadequado de um empregado, qualquer fraude ou desvio de fundos efetuado por atores do setor financeiro aos quais o Banco está exposto, qualquer diminuição, novo tratamento ou correção dos resultados financeiros, ou qualquer ação jurídica ou regulamentar com desfecho potencialmente desfavorável. Estes riscos de reputação são hoje acrescidos devido à crescente utilização das redes sociais pelo conjunto de atores da esfera económica. Qualquer prejuízo causado à reputação do Banco poderia conduzir a uma perda de atividade, podendo repercutir-se nos seus resultados e na sua situação financeira.

Qualquer interrupção ou falha dos sistemas informáticos do Banco pode representar uma diminuição de rendimentos e implicar perdas.

Como a maior parte dos seus concorrentes, o Banco depende muito dos seus sistemas de comunicação e de informação. Esta dependência aumentou com a banalização dos serviços bancários móveis e do banco on-line, sendo o recente lançamento do Hello bank! um exemplo disso. Qualquer avaria, interrupção ou falha nos sistemas poderia conduzir a erros ou interrupções a nível dos sistemas de gestão de clientes, de contabilidade geral, de depósitos, de serviços e/ou de tratamento de empréstimos. falta.

O Banco não pode garantir que tais avarias ou interrupções não se produzirão ou, se estas se produzirem, que serão resolvidas de maneira adequada. Um número crescente de empresas foi recentemente alvo de intrusões ou de tentativas de intrusão dos seus sistemas de segurança informática, por vezes no âmbito de ataques complexos e orientados das redes informáticas. As técnicas utilizadas para piratear, interromper, deteriorar a qualidade ou sabotar sistemas informáticos estão em constante evolução, e é muitas vezes impossível identificá-las antes do ataque ser lançado. O Banco poderá portanto não conseguir preparar-se contra essas técnicas ou implementar rapidamente um sistema de contramedidas adequado e eficaz. Qualquer avaria ou interrupção dos serviços informáticos do Banco, associada a esse tipo de intrusões ou a outros fatores, pode ter um efeito negativo na reputação, nos resultados e na situação financeira do Banco.

Além disso, a passagem obrigatória, no dia 1 de fevereiro de 2014, à transferência europeia Single Euro Payments Area («SEPA»), poderá conduzir a perturbações técnicas nas ordens de transferências, dadas pelos clientes do Banco e efetuadas pelo Banco.

Acontecimentos externos imprevistos podem provocar uma interrupção das atividades do Banco e conduzir a perdas substanciais assim como a custos suplementares.

Acontecimentos imprevistos, tais como perturbações políticas e sociais, uma catástrofe natural grave, uma pandemia, atentados, ou qualquer outra situação de emergência, poderiam provocar uma interrupção repentina das atividades do Banco e acarretar perdas substanciais na medida em que não estariam cobertos por uma apólice de seguros. Estas perdas podem afetar bens materiais, ativos financeiros, posições de mercado ou colaboradores chave. Este tipo de acontecimentos poderia igualmente gerar custos suplementares (associados nomeadamente à deslocação do pessoal visado) e aumentar os encargos do Banco (em particular os prémios de seguros).

O Banco está sujeito a normas importantes que variam nos países e regiões onde exerce as suas atividades.

O Banco está exposto ao risco de não conformidade, ou seja à incapacidade de respeitar integralmente a legislação, os regulamentos, os códigos de boas práticas, as normas profissionais ou as recomendações aplicáveis ao setor financeiro. A adoção, por diversos países, de exigências legais ou regulamentares, diversificadas e divergentes, exacerba esse risco. Além do prejuízo causado à sua reputação e o possível desencadeamento de ações cíveis, o não cumprimento destes textos exporia o Banco ao contencioso, a multas e a encargos significativos (incluindo multas e despesas que ultrapassariam os valores provisionados), a advertências das autoridades, a suspensões de atividade, ou até mesmo, em casos extremos, à anulação da autorização das autoridades. Este risco é ainda reforçado pelo constante aumento do nível de controlo pelas autoridades competentes. É o caso das operações de branqueamento, de financiamento do terrorismo ou das operações com os Estados sujeitos a sanções económicas. Por exemplo, as autoridades responsáveis pela supervisão e outras entidades governamentais americanas reforçaram ao longo dos últimos anos as sanções económicas impostas pelo Office of Foreign Assets Control of the U.S. Department of Treasury («OFAC»), assim como as exigências legais e regulamentares que daí resultam.

Neste sentido, no âmbito de discussões com o Departamento de Justiça dos EUA, o New York County District Attorney's Office e outros supervisores e autoridades governamentais americanas, o Banco procedeu durante vários anos a uma verificação interna retrospectiva de alguns pagamentos em dólares, envolvendo Estados ou pessoas singulares ou coletivas que pudessem estar sujeitas a sanções económicas impostas pelas leis dos Estados Unidos, a fim de verificar se o Banco tinha respeitado essas leis nas suas atividades.

O Grupo já apresentou às autoridades dos Estados Unidos as conclusões dessa verificação e iniciou com elas as discussões subsequentes (ver a nota 3g das demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para mais informações sobre este tema, nomeadamente no que diz respeito à provisão de 1,1 mil milhões de dólares (0,8 mil milhões de euros) registada nas demonstrações financeiras no âmbito deste assunto). Não se pode excluir que o valor das consequências financeiras, multas e penalizações impostas ao Banco no contexto deste caso sejam muito diferentes do valor desta provisão ou que as consequências financeiras, multas e/ou penalizações tenham um efeito negativo significativo sobre a atividade, os resultados e a situação financeira do Banco.

De uma forma mais geral, o Banco está exposto a mudanças legislativas ou legais no conjunto dos países onde exerce as suas atividades, no que concerne, nomeadamente:

- às políticas monetárias, de liquidez e de taxa de juro e outras políticas dos bancos centrais e das autoridades legais;
- à evolução geral das políticas governamentais ou legais suscetíveis de influenciar consideravelmente as decisões dos investidores, em particular nos mercados onde o Grupo opera;
- à evolução geral das exigências legais aplicáveis ao setor financeiro, nomeadamente das regras prudenciais em matéria de adequação dos fundos próprios e de liquidez e de restrições das atividades consideradas especulativas;
- à evolução geral da regulamentação aplicável aos valores mobiliários, incluindo as regras relativas à informação financeira e aos abusos de mercado;
- à evolução da legislação fiscal ou das modalidades da sua aplicação;
- à evolução das normas contabilísticas;
- à evolução das regras e procedimentos de controlo interno, e
- à expropriação, à nacionalização, à apreensão de ativos e à evolução da legislação relativa ao direito de propriedade dos estrangeiros.

Estas mudanças, cuja dimensão e alcance são largamente imprevistos, poderiam ter consequências significativas para o Banco e ter um efeito negativo nas suas atividades, na sua situação financeira e nos seus resultados.

Apesar das políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco implementados, o Banco pode estar exposto a riscos não identificados ou imprevistos, suscetíveis de provocar perdas significativas.

O Banco investiu recursos consideráveis para elaborar políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco e pretende prosseguir os seus esforços nesta matéria. No entanto, as técnicas e estratégias utilizadas não permitem garantir uma diminuição efetiva do risco em todos os ambientes económicos e de mercado.

Estas técnicas e estratégias poderiam igualmente revelar-se ineficazes face a certos riscos, nomeadamente os que o Banco não tiver previamente identificado ou antecipado. O Banco poderia ter dificuldades em avaliar a solvabilidade dos seus clientes ou o valor dos seus ativos se, devido a perturbações nos mercados como as que prevaleceram durante os últimos anos, os modelos e as abordagens utilizados já não permitissem antecipar os comportamentos, as avaliações, as hipóteses e as estimativas futuras. Alguns dos indicadores e ferramentas qualitativos que o Banco utiliza para gerir o risco apoiam-se em observações do comportamento do mercado no passado. Para quantificar a sua exposição ao risco, o Banco procede a uma análise, geralmente estatística, destas observações. Os procedimentos utilizados pelo Banco para avaliar as perdas associadas à sua exposição ao risco de crédito ou o valor de alguns ativos baseiam-se em análises complexas e subjetivas que assentam nomeadamente em previsões relacionadas com as condições económicas e o impacto destas condições na capacidade de reembolso dos mutuários e no valor dos ativos. Em período de perturbação dos mercados, estas análises poderiam levar a estimativas imprecisas e, por conseguinte, pôr em causa a fiabilidade destes procedimentos de avaliação. As ferramentas e indicadores utilizados poderiam fornecer conclusões erradas quanto à futura exposição ao risco, nomeadamente devido a fatores que o Banco não teria antecipado ou avaliado corretamente nos seus modelos estatísticos, ou à ocorrência de um acontecimento considerado como extremamente improvável pelas ferramentas e indicadores. Isto diminuiria a capacidade do Banco em gerir os seus riscos. Assim sendo, as perdas sofridas poderiam ser claramente superiores à média histórica. Por outro lado, os modelos quantitativos do Banco não integram o conjunto dos riscos. Alguns riscos são de facto alvo de uma análise mais qualitativa que poderia revelar-se insuficiente e expor assim o Banco a perdas significativas e imprevisas.

As estratégias de cobertura implementadas pelo Banco não afastam na íntegra o risco de perda.

O Banco poderia sofrer perdas se um dos instrumentos ou uma das estratégias de cobertura utilizados para cobrir os diferentes tipos de risco aos quais está exposto se revelasse ineficaz. Muitas destas estratégias assentam na observação do comportamento dos mercados no passado e na análise das correlações históricas. A título de exemplo, se o Banco detiver uma posição longa sobre um ativo, este poderá cobrir o risco ao assumir uma posição curta sobre outro ativo cujo comportamento permite geralmente neutralizar qualquer evolução da posição longa. Esta cobertura poderá contudo ser apenas parcial, pois estas estratégias poderão não cobrir todos os riscos futuros ou não permitir uma diminuição efetiva do risco em todas as configurações do mercado. Qualquer evolução inesperada do mercado pode igualmente diminuir a eficácia destas estratégias de cobertura. Além disso, a forma como os ganhos e as perdas resultantes de coberturas ineficazes são contabilizados pode aumentar a volatilidade dos resultados publicados pelo Banco.

O Banco poderia enfrentar dificuldades com a integração das empresas adquiridas e poderia não ter os lucros esperados das suas aquisições.

O Banco efetua regularmente aquisições de empresas. A integração operacional de atividades adquiridas é um processo longo e complexo. Uma integração de sucesso e a obtenção de sinergias exigem nomeadamente uma coordenação satisfatória dos esforços de *business development* e de *marketing*,

a manutenção do pessoal de direção principal, políticas de contratação e de formação eficazes, bem como a adaptação dos sistemas de informação e dos sistemas informáticos. Qualquer dificuldade encontrada durante o processo de agrupamento das atividades pode gerar um aumento dos custos de integração assim como poupanças ou lucros mais fracos do que os previstos. Consequentemente, não pode haver garantia quanto à extensão das sinergias nem quanto à sua data de realização. Além disso, o processo de integração das atividades operacionais existentes no Banco com as atividades operacionais adquiridas poderia perturbar as atividades de um ou vários dos seus ramos e desviar a atenção da Direção para outros aspetos das atividades operacionais do Banco, o que poderia ter um impacto negativo nas atividades e resultados do Banco. Por outro lado, em certos casos, litígios relativos às operações de crescimento externo podem ter um impacto negativo nos processos de integração ou ter outras consequências adversas, nomeadamente a nível financeiro.

Apesar do Banco proceder geralmente a uma análise aprofundada das empresas que prevê adquirir, nem sempre é possível fazer uma verificação exaustiva das mesmas. O Banco pode assim ver aumentada a sua exposição aos ativos de má qualidade e incorrer num custo do risco mais elevado na sequência das suas operações de crescimento externo, nomeadamente nos casos em que este não pôde levar a cabo uma análise aprofundada antes da aquisição.

Uma intensificação da concorrência, em particular em França, primeiro mercado do Banco, poderia repercutir-se no seu resultado líquido e na sua rentabilidade.

Os principais polos de atividade do Banco enfrentam uma forte concorrência, quer em França, quer noutras partes do mundo onde está solidamente implantado, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos. A concorrência no setor bancário poderia intensificar-se devido ao movimento de concentração dos serviços financeiros, que aumentou durante a recente crise financeira ou devido à entrada de novos atores na área dos serviços de pagamentos. Se o Banco não conseguisse preservar a sua competitividade em França ou nos outros grandes mercados, propondo um leque de produtos e serviços atrativo e rentável, poderia perder quota de mercado em algumas áreas de intervenção importantes, ou sofrer perdas em todas ou algumas das suas atividades. Por outro lado, qualquer abrandamento das economias dos seus mercados principais poderia aumentar a pressão concorrencial, tendo, como consequência, uma intensificação da pressão sobre os preços e uma contração do volume de atividade do Banco e dos seus concorrentes. Também poderiam entrar no mercado novos concorrentes mais competitivos, sujeitos a uma regulamentação distinta ou mais flexível, ou a outras exigências em matéria de rácios prudenciais. Estes recém-chegados estariam assim em condições de propor produtos e serviços mais competitivos. É igualmente possível que uma maior presença no mercado mundial de instituições financeiras nacionalizadas, ou de instituições financeiras beneficiando de garantias estatais ou de vantagens similares, resultantes da recente crise financeira ou da aplicação de mais exigências às instituições financeiras de dimensão significativa ou sistémicas (nomeadamente em termos de capital legal e de restrições de atividade), crie distorções de concorrência prejudiciais para os interesses das instituições de maior dimensão do setor privado, e nomeadamente do Banco.

5.2 Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O âmbito de aplicação do perímetro prudencial, tal como está definido na Portaria de 20 de fevereiro de 2007 relativa às exigências dos fundos próprios, é diferente do âmbito do perímetro de consolidação contabilístico cuja composição depende da aplicação das normas IFRS, tal como foram adotadas pela União Europeia.

PERÍMETRO PRUDENCIAL

Em conformidade com a regulamentação bancária francesa(1), o Grupo BNP Paribas definiu um perímetro prudencial para o exercício da supervisão sobre a base consolidada dos rácios de gestão.

Este perímetro prudencial está descrito na nota 8.b anexa às demonstrações financeiras consolidadas. É sobretudo de salientar que:

- as companhias de seguros são equiparadas e estão sujeitas a uma dedução dos fundos próprios prudenciais Tier 1 nos termos do regulamento CRBF 90-02 alterado pela Portaria de

20 de fevereiro de 2007 para a sua diferença de equivalência patrimonial (DME),

- as operações de cessão de ativos ou de riscos são analisadas em função da natureza da transferência dos riscos que daí resulta; assim, os meios de titularização são excluídos do perímetro prudencial, na medida em que a respetiva operação de titularização é considerada eficaz, ou seja, permitindo uma transferência de riscos significativa.

Os princípios de consolidação contabilística e o perímetro de consolidação inerente a cada um dos métodos de consolidação contabilística utilizados estão descritos respetivamente nas notas 1.b e 8.b anexas às Demonstrações financeiras consolidadas.

(1) Regulamento CRBF 2000-03 de 6 de setembro de 2000.

PASSAGEM DO BALANÇO CONTABILÍSTICO PARA O BALANÇO PRUDENCIAL

➤ QUADRO N.º 2: PASSAGEM DO BALANÇO CONTABILÍSTICO PARA O BALANÇO PRUDENCIAL

Em milhões de euros	Perímetro contabilístico 31 dezembro 2013	Reprocessamentos seguros	Outros reprocessamentos	Perímetro prudencial 31 dezembro 2013
ATIVO				
Caixa, bancos centrais	101 066	(16)	0	101 050
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado				
Carteira de títulos de transação	157 740	0	0	157 740
Empréstimos concedidos e operações com acordo de recompra	145 308	4 049	0	149 357
Carteira avaliada em valor de mercado por opção	67 230	(64 591)	0	2 639
Instrumentos financeiros derivados	301 410	(56)	0	301 354
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	8 426	(53)	0	8 373
Ativos financeiros disponíveis para venda dos quais títulos em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10%	203 413	(87 954)	0	115 459
	897			897
Empréstimos concedidos e créditos relativos a instituições de crédito dos quais empréstimos relativos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10%	50 487	(910)	0	49 577
	377			377
Empréstimos concedidos e créditos de clientes	617 161	315	0	617 476
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas por taxa	3 657	0	0	3 657
Ativos financeiros detidos até à maturidade	9 881	(9 366)	0	515
Ativos de impostos correntes e diferidos	9 048	(61)	0	8 987
Contas de regularização e ativos diversos	89 104	(5 115)	0	83 989
Participação diferida nos lucros	0	0	0	0
Participações em empresas com método de equivalência patrimonial das quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras	5 747	4 837	0	10 584
	1 727			1 727
das quais goodwill	347	185		532
Propriedades de investimento	713	(178)	0	535
Imobilizações corpóreas	17 177	(398)	0	16 779
Imobilizações incorpóreas	2 577	(143)	0	2 434
das quais imobilizações incorpóreas sem direito a locação	2 494	(142)		2 352
Goodwill	9 994	(185)	0	9 809
TOTAL ATIVO	1 800 139	(159 825)	0	1 640 314

Em milhões de euros	Perímetro contabilístico 31 dezembro 2013	Reprocessamentos seguros	Outros reprocessamentos	Perímetro prudencial 31 dezembro 2013
DÍVIDAS				
Bancos centrais	662	0	0	662
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado				
Carteira de títulos de transação	69 803	0	0	69 803
Empréstimos contraídos e operações com acordo de recompra	195 933	0	0	195 933
Carteira avaliada em valor de mercado por opção	45 329	1 919	0	47 248
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios Tier 1	241			241
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios Tier 2	855			855
Instrumentos financeiros derivados	297 081	(77)	0	297 004
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	12 289	(5)	0	12 284
Dívidas a instituições de crédito	85 021	(2 460)	0	82 561
Dívidas a clientes	557 903	(3 747)	0	554 156
Dívidas representadas por um título	183 507	1 801	0	185 308
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas por taxa	924	0	0	924
Passivos de impostos correntes e diferidos	2 632	(156)	0	2 476
Contas de regularização e passivos diversos	78 676	(1 650)	0	77 026
Provisões técnicas das companhias de seguros	155 226	(155 226)	0	0
Provisões para riscos e encargos	11 963	(223)	0	11 740
Dívidas subordinadas	12 028	112	0	12 140
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios Tier 1	1 017			1 017
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios Tier 2	9 968			9 968
TOTAL DÍVIDAS	1 708 977	(159 712)	0	1 549 265
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	91 162	(113)	0	91 049
TOTAL PASSIVO	1 800 139	(159 825)	0	1 640 314

Em milhões de euros	Perímetro contábilístico 31 dezembro 2012 ⁽¹⁾	Reprocessamentos seguros	Outros reprocessamentos	Perímetro prudencial 31 dezembro 2012
ATIVO				
Caixa, bancos centrais	103 190	(2)	0	103 188
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado				
Carteira de títulos de transação	143 465	10	0	143 475
Empréstimos concedidos e operações com acordo de recompra	146 899	2 271	0	149 170
Carteira avaliada em valor de mercado por opção	62 800	(60 925)	0	1 875
Instrumentos financeiros derivados	410 635	(54)	0	410 581
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	14 267	(22)	0	14 245
Ativos financeiros disponíveis para venda	192 506	(79 524)	0	112 982
Empréstimos concedidos e créditos relativos a instituições de crédito	40 406	(1 106)	0	39 300
Empréstimos concedidos e créditos de clientes	630 520	(188)	26	630 358
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas por taxa	5 836	0	0	5 836
Ativos financeiros detidos até à maturidade	10 284	(9 861)	0	423
Ativos de impostos correntes e diferidos	8 732	(115)	0	8 617
Contas de regularização e ativos diversos	99 207	(6 635)	0	92 572
Participação diferida nos lucros	0	0	0	0
Participações em empresas com método de equivalência patrimonial	7 031	4 680	0	11 711
Propriedades de investimento	927	(182)	0	745
Imobilizações corpóreas	17 319	(401)	0	16 918
Imobilizações incorpóreas	2 585	(191)	0	2 394
Goodwill	10 591	(185)	0	10 406
TOTAL ATIVO	1 907 200	(152 430)	26	1 754 796

(1) Dados processados de novo, aplicando a emenda da norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2 do capítulo 4 Demonstrações financeiras consolidadas).

Em milhões de euros	Perímetro contabilístico 31 dezembro 2012 ⁽¹⁾	Reprocessamentos seguros	Outros reprocessamentos	Perímetro prudencial 31 dezembro 2012
DÍVIDAS				
Bancos centrais	1 532	0	0	1 532
Instrumentos financeiros em valor de mercado por				
Carteira de títulos de transação	52 432	10	0	52 442
Empréstimos contraídos e operações com acordo de recompra	203 063	0	0	203 063
Carteira avaliada em valor de mercado por opção	43 530	1 784	198	45 512
Instrumentos financeiros derivados	404 598	135	0	404 733
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	17 286	(27)	0	17 259
Dívidas a instituições de crédito	111 735	(3 692)	0	108 043
Dívidas a clientes	539 513	(2 740)	24	536 797
Dívidas representadas por um título	173 198	2 934	(196)	175 936
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas por taxa	2 067	0	0	2 067
Passivos de impostos correntes e diferidos	2 943	(126)	0	2 817
Contas de regularização e passivos diversos	86 691	(2 560)	0	84 131
Provisões técnicas das companhias de seguros	147 992	(147 992)	0	0
Provisões para riscos e encargos	11 380	(209)	0	11 171
Dívidas subordinadas	15 223	136	0	15 359
TOTAL DÍVIDAS	1 813 183	(152 347)	26	1 660 862
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	94 017	(83)	0	93 934
TOTAL PASSIVO	1 907 200	(152 430)	26	1 754 796

(1) Dados processados de novo, aplicando a emenda da norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2 do capítulo 4 Demonstrações financeiras consolidadas).

FILIAIS «SIGNIFICATIVAS»

No anexo 2 do presente capítulo são apresentadas informações agregadas sobre o montante das exigências dos fundos próprios dos subgrupos e das filiais significativas do BNP Paribas que constituem o Grupo.

Tendo em conta o limite fixado (ativos ponderados superiores ao limite de 3 % dos ativos ponderados do Grupo), os subgrupos seguintes são considerados como «significativos» em 31 de dezembro de 2013:

- BNP Paribas Fortis;
- Banca Nazionale del Lavoro (BNL);
- BancWest;
- BNP Paribas Personal Finance;
- BGL BNP Paribas;
- Grupo TEB.

Os montantes de ativos ponderados publicados correspondem ao perímetro subconsolidado destes seis subgrupos. Neste contexto, os subgrupos BGL BNP Paribas e TEB também estão incluídos no subgrupo BNP Paribas Fortis.

SUPERVISÃO EM BASE INDIVIDUAL DO SUPERVISOR FRANCÊS

Tendo como base os princípios expressos pela Autoridade de controlo prudencial e de resolução e as comunicações entre o BNP Paribas e o seu supervisor, o subgrupo BNP Paribas Personal Finance e BNP Paribas Home Loan SFH serão submetidas a uma supervisão em base individual pela Secretaria Geral da Autoridade de controlo prudencial e de resolução.

FUNDOS PRÓPRIOS [Auditado]⁽¹⁾

O Grupo BNP Paribas tem que cumprir a regulamentação prudencial francesa que transpõe para o direito francês as diretivas europeias «Adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito» e «Conglomerados financeiros».

Além disso, em vários países onde o Grupo opera, também tem que cumprir rácios específicos segundo modalidades controladas pelas autoridades de supervisão competentes. Trata-se nomeadamente de rácios de solvabilidade ou de rácios que incidem na divisão dos riscos, na liquidez ou nos equilíbrios do balanço (transformação).

Desde 1 de janeiro de 2008, a Portaria de 20 de fevereiro de 2007 do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria, que instaura os métodos de cálculo do rácio de solvabilidade, define este último como a relação entre os fundos próprios prudenciais globais e a soma:

- do montante das exposições ponderadas em termos de risco de crédito calculado utilizando a abordagem standard ou a abordagem avançada das notações internas de acordo com a respetiva entidade ou atividade do Grupo;
- das exigências dos fundos próprios em termos de supervisão prudencial dos riscos de mercado e do risco operacional, multiplicadas por um fator igual a 12,5. A exigência dos fundos próprios relativa ao risco operacional é calculada segundo a abordagem de base, a abordagem standard ou as abordagens de medida avançada, de acordo com a respetiva entidade do Grupo.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS

Os fundos próprios prudenciais são determinados de acordo com o regulamento n.º 90-02 do Comité de regulamentação bancária de 23 de fevereiro de 1990. Estão divididos em três categorias (os fundos próprios de base, os fundos próprios complementares e os fundos próprios “sobrecomplementares”) das quais são efetuadas um certo número de deduções:

- os fundos próprios de base são determinados a partir do capital próprio contabilístico do Grupo (exceto ganhos e perdas não realizados ou diferidos) ajustado com elementos designados de «filtros prudenciais». Estes ajustamentos consistem essencialmente na antecipação de uma distribuição de dividendos, na dedução dos goodwill e outros ativos incorpóreos, nos reprocessamentos relativos à diferença entre o perímetro prudencial de consolidação e o perímetro contabilístico, nomeadamente tratando-se de companhias de seguros, e na aplicação de limites para elegibilidade de alguns títulos como os Títulos super-subordinados com duração indeterminada;

- os fundos próprios complementares são compostos por certas dívidas subordinadas e por diferenças positivas de avaliação do risco de crédito e de contraparte entre o método contabilístico assente no provisionamento das perdas incorridas e as perdas esperadas dos montantes em dívida de crédito processados segundo a abordagem baseada nas notações internas;

- é aplicada uma redução às dívidas subordinadas de maturidade inferior a 5 anos. As dívidas subordinadas datadas estão limitadas ao montante de 50 % dos fundos próprios de base. Os fundos próprios complementares estão globalmente limitados a 100 % do montante dos fundos próprios de base;

- os fundos próprios “sobrecomplementares” são compostos por dívidas subordinadas de maturidade mais curta e só podem cobrir, dentro de determinados limites, posições de risco de mercado;

- para determinar os fundos próprios prudenciais, são deduzidos:

- 1) para metade dos fundos próprios de base e para metade dos fundos próprios complementares, os valores representativos dos títulos de instituições de crédito e de instituições financeiras com método de equivalência patrimonial, os elementos constitutivos de fundos próprios prudenciais em instituições de crédito e instituições financeiras em que a participação do Grupo é superior a 10 %;
- 2) a parte das perdas esperadas dos montantes em dívida de crédito processados Segundo a abordagem avançada de notações internas não coberta por provisos ou outros ajustamentos de valor.

(1) No relatório de gestão, as informações identificadas com a menção [Auditado] são informações que fazem parte das notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas relativas às informações exigidas pelo IFRS 7, IFRS 4 e IAS 1, e estão abrangidas pela opinião dos Revisores oficiais de contas sobre as Demonstrações financeiras consolidadas.

➤ **QUADRO N° 3: FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012 ⁽¹⁾
Capital próprio contabilístico⁽²⁾	91 162	94 017
do qual Títulos super-subordinados com duração indeterminada ⁽²⁾	6 614	7 241
Dívidas subordinadas elegíveis para a constituição dos fundos próprios ⁽³⁾	1 258	2 122
Deduções prudenciais	(20 523)	(21 333)
Goodwill	(10 341)	(10 933)
Imobilizações incorpóreas	(2 352)	(2 318)
Deduções de 50 % dos elementos não elegíveis	(1 504)	(1 574)
dos quais títulos não consolidados em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(449)	(501)
dos quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras com método de equivalência patrimonial	(864)	(821)
dos quais empréstimos concedidos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(188)	(248)
Diferença positiva de equivalência patrimonial das entidades de seguros	(1 765)	(1 633)
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados contabilizadas diretamente no capital próprio	(1 650)	(980)
Variações de valor dos instrumentos derivados de cobertura contabilizadas diretamente no capital próprio	(828)	(1 665)
Reavaliação da própria dívida e das carteiras de derivados	29	17
Projeto de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	(1 864)	(1 858)
Participações minoritárias não elegíveis	(371)	(384)
Outros	123	(5)
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1)	71 897	74 806
Dívidas subordinadas elegíveis para a constituição dos fundos próprios ⁽³⁾	7 844	10 555
Deduções de 50 % dos elementos não elegíveis	(1 504)	(1 574)
dos quais títulos não consolidados em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(449)	(501)
dos quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras com método de equivalência patrimonial	(864)	(821)
dos quais empréstimos concedidos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(188)	(248)
Diferença positiva entre as provisões e as perdas esperadas	27	205
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER 2)	6 367	9 186
FUNDOS PRÓPRIOS "SOBRECPLEMENTARES" (TIER 3)	1 784	1 460
FUNDO PRÓPRIOS PRUDENCIAIS	80 048	85 452

(1) Dados processados de novo, aplicando a emenda da norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2 do capítulo 4 Demonstrações financeiras consolidadas).

(2) Cf. ponto 4.5 quadro de passagem do capital próprio no capítulo 4 das Demonstrações financeiras consolidadas.

(3) Cf. Nota 5.i anexa ao capítulo 4 das Demonstrações financeiras consolidadas.

(4) Projeto de distribuição de dividendos submetido à Assembleia Geral de Acionistas.

➤ **QUADRO N° 4.A: EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS ELEGÍVEIS PARA A CONSTITUIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Emissões	Reembolsos	Dedução prudencial	Outros	31 dezembro 2013
Dívidas admissíveis a Tier 1	9 363	0	(1 582)	0	91	7 872
do qual Títulos super-subordinados com duração indeterminada contabilizados em capital próprio	7 241	0	(637)	0	10	6 614
Dívidas admissíveis a Tier 2 ⁽¹⁾	10 555	54	(1 197)	(1 536)	(32)	7 844
Dívidas admissíveis a Tier 3	1 460			324		1 784
TOTAL DÍVIDAS ADMISSÍVEIS	21 378	54	(2 779)	(1 212)	59	17 500

(1) As dívidas admissíveis a Tier 2 antes da aplicação da dedução prudencial ascendem a 10.823 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

➤ **QUADRO N° 4.B: EVOLUÇÃO DAS DEDUÇÕES PRUDENCIAIS**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Varição líq.	31 dezembro 2013
Goodwill	(10 933)	592	(10 341)
dos quais goodwill de entidades consolidadas por integração global e proporcional ⁽¹⁾	(10 406)	597	(9 809)
dos quais goodwill de entidades com método de equivalência patrimonial	(527)	(5)	(532)
Imobilizações incorpóreas	(2 318)	(34)	(2 352)
Deduções de 50 % dos elementos não elegíveis	(1 574)	70	(1 504)
dos quais títulos não consolidados em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(501)	52	(449)
dos quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(821)	(43)	(864)
dos quais empréstimos concedidos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(248)	60	(188)
Diferença positiva de equivalência patrimonial das entidades de seguros	(1 633)	(132)	(1 765)
TOTAL ELEMENTOS ATIVOS COM DEDUÇÃO PRUDENCIAL	(16 458)	496	(15 962)
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados contabilizadas diretamente no capital próprio ⁽²⁾	(980)	(670)	(1 650)
Variações de valor dos instrumentos derivados de cobertura contabilizadas diretamente no capital próprio ⁽³⁾	(1 665)	837	(828)
Reavaliação da própria dívida e da carteira de derivados	17	12	29
Projeto de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	(1 858)	(6)	(1 864)
Participações minoritárias não elegíveis	(384)	13	(371)
Outros	(5)	128	123
TOTAL OUTRAS DEDUÇÕES PRUDENCIAIS	(4 875)	314	(4 561)
TOTAL DEDUÇÕES PRUDENCIAIS	(21 333)	810	(20 523)

(1) A fraca dedução dos goodwill explica-se sobretudo através dos efeitos das imparidades e da evolução do câmbio (cf. nota 5.o. do capítulo 4 anexa às Demonstrações financeiras consolidadas).

(2) A evolução do filtro prudencial relativo às variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados, contabilizadas diretamente no capital próprio, resulta do aumento conjugado do valor dos títulos de rendimento fixo e dos títulos de rendimento variável.

(3) As variações de valor dos derivados estabelecidos no âmbito de relações de cobertura são filtradas de modo prudencial.

(4) Projeto de distribuição de dividendos submetido à Assembleia Geral de Acionistas.

O Grupo tem participações superiores a 10 % do capital em instituições de crédito e instituições financeiras. A lista que se segue apresenta as principais participações.

➤ **QUADRO N.º 5: TÍTULOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO CONSOLIDADAS CUJA PARTICIPAÇÃO É SUPERIOR A 10%**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013
CRÉDITO HABITAÇÃO	237
INSTITUTO PER IL CREDITO SPORTIVO	84
SICOVAM HOLDING	45
BNP PARIBAS FINANCE P.L.C.	39
COOPERNEFF GROUP, INC.	38
Outros títulos	454
TOTAL DOS TÍTULOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO CONSOLIDADAS CUJA PARTICIPAÇÃO É SUPERIOR A 10%	897
dos quais dedução dos fundos próprios de base (50 %) ⁽¹⁾	449

(1) Quadro n.º 3: Fundos próprios prudenciais.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012
CRÉDITO HABITAÇÃO	227
INSTITUTO PER IL CREDITO SPORTIVO	84
SICOVAM HOLDING	49
BNP PARIBAS FINANCE P.L.C.	40
BNP PARIBAS UK TREASURY LIMITED	38
Outros títulos	563
TOTAL DOS TÍTULOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO CONSOLIDADAS CUJA PARTICIPAÇÃO É SUPERIOR A 10%	1 001
dos quais dedução dos fundos próprios de base (50 %) ⁽¹⁾	501

(1) Quadro n.º 3: Fundos próprios prudenciais.

Devido à natureza das instituições de crédito e financeiras das entidades visadas, estas participações tiveram uma dedução dos fundos próprios prudenciais.

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS

A exigência em fundos próprios do Grupo é calculada Segundo a regulamentação e instruções que transpõem para a lei francesa as diretivas europeias relativas à «Adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito», mais conhecidas pela designação CRD 3 (Portaria de 20 de fevereiro de 2007 alterada⁽¹⁾). Em 31 de dezembro de 2013,

o valor dos ativos ponderados relativo ao Pilar 1 para o Grupo BNP Paribas ascende a 560 biliões de euros, contra 552 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012, dividindo-se em tipo de risco, tipo de abordagem e categoria de exposição segundo Basileia, da seguinte forma:

(1) Ver nota 1 ponto 5.1.

► QUADRO N.º 6: EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS RELATIVOS AO PILAR 1

Os comentários relativos às variações observadas no ano 2013 encontram-se nas partes respetivas.

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012		Variação	
	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios
Risco de crédito	410 658	32 853	411 151	32 892	(493)	(39)
Risco de crédito –Abordagem IRBA	198 867	15 910	172 409	13 793	26 458	2 117
Administrações centrais e bancos centrais	3 622	290	3 244	260	377	30
Empresas	146 304	11 705	121 986	9 759	24 318	1 946
Instituições	11 166	893	10 326	826	840	67
Clientes de retalho	37 625	3 010	36 749	2 940	876	70
Empréstimos imobiliários concedidos	12 181	974	10 772	862	1 409	113
Exposições renováveis	5 362	429	5 851	468	(489)	(39)
Outras exposições	20 082	1 607	20 126	1 610	(44)	(4)
Outros ativos de risco	150	12	104	8	46	4
Risco de crédito-Abordagem standard	211 791	16 943	238 742	19 099	(26 951)	(2 156)
Administrações centrais e bancos centrais	3 189	255	3 742	299	(553)	(44)
Empresas	87 463	6 997	112 909	9 033	(25 446)	(2 036)
Instituições	8 189	655	8 508	681	(319)	(26)
Clientes de retalho	80 694	6 455	80 589	6 447	105	8
Empréstimos imobiliários concedidos	27 143	2 171	26 276	2 102	867	69
Exposições renováveis	2 112	169	3 137	251	(1 025)	
(82) Outras exposições	51 439	4 115	51 176	4 094	263	21
Outros ativos de risco	32 256	2 581	32 994	2 639	(737)	(58)
Posições de titularização da carteira bancária	15 629	1 250	19 076	1 526	(3 447)	(276)
Posições de titularização-Abordagem IRBA	14 588	1 167	17 153	1 372	(2 565)	(205)
Posições de titularização-Abordagem standard	1 041	83	1 923	154	(883)	(71)
Risco de contraparte	16 508	1 321	20 533	1 643	(4 025)	(322)
Risco de contraparte - Abordagem IRBA	15 234	1 219	18 633	1 491	(3 399)	(272)
Administrações centrais e bancos centrais	370	30	222	18	148	12
Empresas	11 427	914	15 117	1 209	(3 690)	(295)
Instituições	3 437	275	3 294	264	143	11
Risco de contraparte - Abordagem standard	1 274	102	1 900	152	(627)	(50)
Administrações centrais e bancos centrais	0	0	27	2	(27)	(2)
Empresas	1 036	83	1 610	129	(574)	(46)
Instituições	225	18	254	20	(29)	(2)
Clientes de retalho	13	1	9	1	3	0
Empréstimos imobiliários concedidos	0	0	9	1	(9)	(1)
Outras exposições	13	1	0	0	13	1
Risco de participação em ações	35 265	2 821	24 377	1 950	10 888	871
Método dos modelos internos	32 900	2 632	21 496	1 720	11 404	912
ações cotadas	2 487	199	7 734	619	(5 248)	(420)
exposições de ações	27 554	2 204	7 321	586	20 233	1 619
capital de investimento em carteiras diversificadas	2 859	229	6 441	515	(3 581)	(287)
Método da ponderação simples	1 531	122	1 733	138	(202)	(16)
ações cotadas	5	0	21	2	(16)	(1)
outras exposições de ações	442	35	468	37	(27)	(2)
capital de investimento em carteiras diversificadas	1 084	87	1 244	99	(160)	(13)
Abordagem standard	834	67	1 148	92	(314)	(25)
Risco de mercado	31 208	2 497	25 548	2 044	5 660	453
Modelo interno	28 637	2 291	22 633	1 811	6 004	480
VaR	6 346	508	5 440	435	906	72
Stress VaR	14 889	1 191	11 179	894	3 709	297
Medida relativa ao risco adicional de incumprimento e de migração	6 007	480	3 421	274	2 586	206
Medida global de riscos relativa à carteira de correlação	1 395	112	2 593	208	(1 197)	(96)
Abordagem standard	1 751	140	2 652	212	(900)	(72)
Posições de titularização da carteira de negócios	820	66	263	21	557	44
Risco operacional	50 364	4 029	51 154	4 092	(790)	(63)
Abordagem modelo interno AMA	36 873	2 950	35 586	2 847	1 287	103
Abordagem standard	8 920	713	9 518	761	(598)	(48)
Abordagem de base	4 571	366	6 050	484	(1 479)	(118)
TOTAL	559 632	44 771	551 839	44 147	7 793	623

A variação dos ativos ponderados entre os dois exercícios explica-se através dos seguintes efeitos:

- efeito de câmbio: contribuição da variação das taxas de câmbio;
- efeito volume: contribuição da variação das exposições ao risco de crédito (EAD);

- efeito parâmetros: contribuição da variação dos parâmetros de risco;
- efeito perímetro : impacto da alteração de perímetro de consolidação;
- efeito método: impacto da alteração do método de cálculo dos ativos ponderados entre dois exercícios (nomeadamente passagem para a abordagem avançada ou alteração de método como preconizado pelo supervisor).

➤ QUADRO N° 7: VARIAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS POR EFEITO

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Tipo de efeitos						Total variação	31 dezembro 2013
		Câmbio	Volume	Parâmetros	Perímetro	Método	Outros		
Risco de crédito	411 151	(9 110)	3 729	(573)	4 665	1 782	(986)	(493)	410 658
Titularização	19 076	(410)	(5 564)	2 967	0	(362)	(78)	(3 447)	15 629
Risco de contraparte	20 533	(55)	(2 660)	(1 184)	73	315	(514)	(4 025)	16 508
Risco de participação em ações	24 377	(17)	(3 799)	(6 422)	(2 722)	22 779	1 069	10 888	35 265
Risco de mercado	25 548	0	1 010	760	0	4 291	(401)	5 660	31 208
Risco operacional	51 154	0	(1 649)	2 041	119	(1 249)	(53)	(790)	50 364
TOTAL	551 839	(9 592)	(8 933)	(2 411)	2 135	27 556	(964)	7 792	559 632

Os comentários relativos às variações observadas no ano 2013 encontram-se nas partes respetivas.

O efeito principal (da ordem de €20000000000 +) resulta da integração das entidades de seguro, tendo como base uma ponderação segundo um modelo interno de diferença entre o VME (valor da equivalência patrimonial)

e a DME (diferença da equivalência patrimonial) nos termos do Relatório da ACPR [Autoridade de supervisão prudencial e de resolução] de 2013 sobre as «Modalidades de cálculo do rácio de solvabilidade».

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E ANTECIPAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS ÀS EXIGÊNCIAS EM VIGOR

De acordo com a regulamentação europeia transposta para o direito francês através do regulamento n° 91-05, o Grupo é obrigado a respeitar continuamente um rácio de fundos próprios de base (Tier 1) pelo menos igual a 4 % e um rácio de solvabilidade (Global) pelo menos igual a 8 %. Devido ao seu estatuto de Financial Holding Company nos

Estados Unidos, deve também respeitar um rácio de fundos próprios de base de 6% e um rácio de solvabilidade de 10%. Os rácios do Grupo BNP Paribas são acompanhados e geridos de forma centralizada e consolidada. Cada entidade, quando é fiscalizada em base individual, em França ou no estrangeiro, é também responsável pelo cumprimento dos constrangimentos inerentes.

► QUADRO N° 8: RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Em milhões de euros	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012 ^(*)
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1)	71 897	74 806
Fundos próprios complementares (Tier 2)	6 367	9 186
Fundos próprios “sobrecomplementares” (Tier 3)	1 784	1 460
FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS	80 048	85 452
Risco de crédito	410 658	411 151
Titularização	15 629	19 076
Risco de contraparte	16 508	20 533
Risco de participação em ações	35 265	24 377
Risco de mercado	31 208	25 548
Risco operacional	50 364	51 154
ATIVOS PONDERADOS	559 632	551 839
RÁCIO TIER 1	12,8 %	13,6 %
RÁCIO GLOBAL	14,3 %	15,5 %

(*) Dados processados de novo, aplicando a emenda da norma IAS 19 (cf. notas 1.a e 2 do capítulo 4 Demonstrações financeiras consolidadas).

O Grupo BNP Paribas está igualmente sujeito a uma supervisão complementar enquanto conglomerado financeiro, nos termos de uma diretiva europeia transposta para o direito francês através da Portaria de 19 de setembro de 2005. Neste contexto, um conglomerado financeiro é obrigado a respeitar uma exigência complementar ligada às atividades de seguros em matéria de adequação dos fundos próprios consolidados. Assim, a necessidade de margem de solvabilidade das entidades com uma atividade de seguros é acrescentada à exigência de solvabilidade bancária e a soma é comparada com o total dos fundos próprios do conglomerado financeiro para determinar um excedente, ou uma insuficiência, de fundos próprios.

Em 31 de dezembro de 2013, o excedente em fundos próprios do conglomerado é estimado em 31,7 bilhões de euros (contra 37,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

ANTECIPAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL

De acordo com as regras de Basileia 3, tal como foram transpostas para a diretiva e o regulamento CRD 4/CRR publicados pela Comissão Europeia a 26 de junho de 2013, o Grupo BNP Paribas está sujeito à exigência de 9 % para o rácio de solvabilidade common equity Tier 1 sem dispositivo transitório (fully loaded) a partir de 1 de janeiro de 2013. Este rácio de solvabilidade é calculado da seguinte forma: um rácio mínimo common equity Tier 1 pelo menos igual a 4,5 %, um instrumento de caráter conservador de 2,5 % e uma margem suplementar para o Grupo de 2 % enquanto Instituição financeira de importância sistémica (SIFI).

Em finais de dezembro de 2013, o rácio common equity Tier 1 (fully loaded) é antecipado para 10,3%.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESOLUÇÃO

O BNP Paribas entregou, no início de agosto de 2013, à Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução uma terceira versão atualizada do seu Plano de Recuperação e Resolução (PRR). Este plano, relativo ao Grupo, descreve as opções de recuperação disponíveis em caso de crise grave e reúne as informações necessárias para as autoridades gerirem uma possível resolução.

Este PRR atualizado, estabelecido de acordo com as recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira, antecipando-se às futuras regras que serão aplicadas ao Grupo, foi submetido à análise do Comité de controlo interno, de riscos e de conformidade do Conselho de Administração, que aprovou as suas orientações na sua sessão de 23 de julho de 2013. O Presidente deste Comité apresentou estes trabalhos no Conselho de Administração de 30 de julho de 2013.

O plano atualizado inclui uma atualização dos números, considera as evoluções da organização e as atividades do Grupo, tendo sido aprofundado e completado relativamente à versão de 2012, mas tem também em consideração as observações das autoridades que fazem parte do Colégio de Resolução e os elementos conhecidos da futura regulamentação europeia e francesa.

Este Colégio de Resolução, composto, sob a égide da Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução, pelas respetivas autoridades da Bélgica, dos Estados Unidos e de Itália, reuniu-se duas vezes durante o ano de 2013.

O BNP Paribas entregou igualmente no dia 1 de julho de 2013 às autoridades americanas um plano de resolução nos termos da Regra 165(d), aplicando assim o Dodd-Frank Act. Este plano cobre as atividades do BNP Paribas nos Estados Unidos e constitui igualmente uma parte do plano de nível do Grupo⁽¹⁾.

(1) <http://www.federalreserve.gov/bankinforeg/resolution-plans/bnp-paribas-2g-20130701.pdf>.

GESTÃO DO CAPITAL

OBJETIVOS

A política de gestão do capital do BNP Paribas visa garantir continuamente a solvabilidade do Grupo e dos seus componentes, cumprir as exigências prudenciais a nível consolidado e local, responder às expectativas dos clientes e dos investidores nos títulos da dívida, otimizando o rendimento para os acionistas, que contribuem com o capital necessário.

Para atingir estes objetivos, os princípios (antecipação, prudência, reatividade e discernimento) inerentes à implementação da política são aplicados em simultâneo a nível consolidado e local.

GESTÃO DO CAPITAL DO GRUPO

A antecipação das necessidades de capital tornou-se, nestes últimos anos, um elemento chave do processo de planeamento estratégico do Banco, tanto mais que um dos objetivos estratégicos do Grupo é antecipar a harmonização com a futura regulamentação Basileia 3.

Estes objetivos relativos ao capital baseiam-se na opinião técnica da Direção Geral do Banco, que inclui nomeadamente as exigências dos supervisores em relação a essa antecipação, a avaliação das expectativas do mercado em termos de capitalização, uma notação externa escolhida de elevada qualidade para o Grupo e objetivos de rentabilidade do capital próprio.

Os objetivos relativos ao capital consolidado são diretamente controlados ao nível do Grupo, no âmbito da política de governação descrita abaixo, que se baseia nos fluxos de informação das entidades locais para o Grupo. Pode assim definir-se o nível de capital desejável, bem como os meios para o conseguir, sendo a viabilidade sempre avaliada segundo uma abordagem prudente.

A gestão do capital a nível consolidado assenta em dois processos principais e estreitamente ligados:

- uma análise trimestral pormenorizada do consumo de capital por polo/área de intervenção e dos fundos próprios, assim como uma atualização trimestral da antecipação das necessidades de capital para todo o ano;

- o processo orçamental anual, que desempenha um papel fulcral no processo de planeamento estratégico e inclui uma componente de antecipação das necessidades de capital.

O desenvolvimento, a aprovação e a atualização do processo de planeamento dos fundos próprios dependem, no âmbito da governação, de dois Comités:

- Comité de ativos ponderados: criado em 2007, é presidido pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor de Riscos, com a colaboração dos Diretores Financeiros dos polos operacionais. O Comité reúne-se uma vez por trimestre para analisar os ativos ponderados e as tendências do rácio de solvabilidade para os trimestres seguintes;

- Comité de capital: criado em 2009, tem como Presidente o Diretor Geral e reúne-se todos os trimestres para analisar os seguintes pontos:

- supervisão dos ativos ponderados e do rácio de solvabilidade e antecipações da evolução nessa matéria para um período de 12 a 18 meses,

- supervisão do rácio de alavancagem,

- identificação dos ajustamentos necessários e otimização (baseando-se, por exemplo, em modelos económicos, em processos e tecnologias) com avaliação dos impactos inerentes,

- definição das diretivas relativas à utilização do capital a curto e médio prazo e apresentação de propostas ao Comité Executivo,

- acompanhamento da implementação das recomendações da Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução que tenham um impacto nos ativos ponderados do Grupo e na sua solvabilidade.

Além disso, as necessidades de capital estão incluídas nas políticas de risco:

- os ativos ponderados são incluídos nos processos de decisão e na determinação da política de risco;

- os limites dos ativos ponderados são determinados para a gestão do risco-país, bem como para a política de concentração individual;

- no caso do risco de mercado, os envelopes de risco expressos em Valor de Risco traduzem-se diretamente em indicadores de capital.

GESTÃO DO CAPITAL DAS ENTIDADES LOCAIS

O Grupo tem que atribuir o capital disponível às suas diferentes entidades. A fim de garantir uma boa circulação dos fundos, o processo de atribuição do capital do Grupo está centralizado na sede, respondendo sobretudo a dois princípios: a conformidade com a regulamentação local e a análise das necessidades locais da entidade, bem como das perspetivas de crescimento. Este processo tem sempre como objetivo reduzir ao mínimo a dispersão do capital.

Em relação ao primeiro princípio, os diretores financeiros são diariamente responsáveis pela gestão, mas também pela informação sobre as exigências de solvabilidade das suas filiais. Quando há uma necessidade de capital, esta é analisada caso a caso pela Direção Financeira, tendo em conta a situação presente da filial e a sua estratégia futura. Além disso, o Grupo fiscaliza todos os anos o processo de retorno em termos de resultados. No que diz respeito às distribuições de dividendos, a política do Grupo prevê que a totalidade do lucro distribuível, incluindo o resultado distribuível acumulado e retido de cada entidade, seja distribuído, sendo as exceções analisadas caso a caso. Esta política garante a centralização do capital no Grupo e contribui igualmente para diminuir o risco de câmbio.

Os Diretores Gerais locais têm a responsabilidade de garantir a sustentabilidade financeira da filial e a sua competitividade em termos de capital, se for caso disso. Porém, qualquer medida relacionada com o capital, pedida por uma filial, é submetida à apreciação e à autorização da sede.

Quanto às sucursais, o Grupo analisa todos os anos a dotação de capital. O objetivo também é o de manter um nível adequado de fundos próprios, dado que o rácio de solvabilidade das sucursais não deve exceder o da empresa-mãe, salvo exigências fiscais ou regulamentares que devam ser submetidas à apreciação dos respetivos serviços.

Em relação ao segundo princípio, as necessidades de cada entidade são analisadas por equipas especializadas, à luz da estratégia do Grupo no país visado, das perspetivas de crescimento da empresa e do contexto macroeconómico.

PROCESSO PILAR 2

O segundo pilar do acordo de Basileia, tal como transposto na CRD, prevê que a Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução, supervisor «principal» do BNP Paribas, determine se as disposições, estratégias, procedimentos e mecanismos implementados pelo Grupo por um lado, e os fundos próprios que este detém por outro lado, garantem uma gestão e uma cobertura adequadas dos seus riscos. Além disso, o Pilar 2 prevê que a ACPR possa exigir, em caso de não cumprimento das exigências da CRD, que o Grupo decida rapidamente quais as ações ou medidas necessárias face à situação apresentada. Para tornar estas disposições efetivas, o artigo L-13-16 do Código Monetário e Financeiro permite à ACPR exigir a detenção de fundos próprios de um valor superior ao valor mínimo previsto pela regulamentação.

A política do Pilar 2 estrutura assim o diálogo entre o Grupo e o seu supervisor quanto à adequação do seu nível de capital ao seu perfil de risco, mediante dois exercícios complementares definidos por instruções do CEBS publicadas em 2006: o Internal Capital Adequacy Assessment Process (ICAAP) e o Supervisory Review Process (SREP).

O exercício de avaliação da adequação do capital aos riscos (ICAAP) no Grupo BNP Paribas articula-se em torno de dois temas principais: a avaliação dos riscos e o planeamento das necessidades de capital.

A avaliação dos riscos é uma avaliação exaustiva das políticas de gestão e das regras de controlo interno aplicáveis aos riscos do Pilar 1, definidos pela regulamentação de Basileia, assim como aos riscos do Pilar 2, tal como estão definidos na nomenclatura dos riscos adotada pelo Grupo.

O planeamento das necessidades de capital baseia-se nos dados financeiros realizados e estimados mais recentes no momento do exercício. Estes são utilizados para projetar as futuras necessidades de capital, incluindo nomeadamente o objetivo de uma notação de elevada qualidade destinada a preservar as suas capacidades de criação, os objetivos de desenvolvimento comercial do Grupo, assim como as futuras alterações da regulamentação. Na prática, o planeamento das necessidades de capital consiste em comparar os objetivos definidos pelo Grupo em termos de solvabilidade com as projeções das futuras necessidades de capital, e depois em testar a resistência dessas projeções num contexto macroeconómico degradado.

De acordo com a atual regulamentação, os riscos do Pilar 1 são cobertos pelo capital regulamentar e calculados segundo as metodologias definidas nos textos. Os riscos do Pilar 2 beneficiam de abordagens qualitativas, de quadros de acompanhamento específicos e, se necessário, de avaliações quantitativas. A avaliação dos riscos do Pilar 2 demonstra que esses riscos não precisam de capital suplementar, nomeadamente devido aos efeitos de diversificação que não são totalmente tidos em conta no Pilar 1. A monitorização da solvabilidade do Grupo faz-se portanto sistematicamente na base das exigências regulamentares.

O SREP conduzido pela ACPR consiste numa análise da situação intrínseca do Grupo em relação aos critérios definidos pela CRD (estratégia e qualidade da organização geral da instituição e da sua governação da empresa, natureza, volume e complexidade das atividades exercidas, nível de exposição aos principais tipos de risco – crédito, concentração, mercado, operacional, liquidez, taxa de juro –, qualidade da organização do dispositivo de controlo interno, resultados e rentabilidade das atividades correntes, nível, estrutura e sustentabilidade dos fundos próprios), tendo como base dados quantitativos e qualitativos. Os contactos regulares mantidos ao longo de todo o ano entre o Grupo e o seu supervisor através de visitas ao local, de entrevistas de supervisão de proximidade, de apresentações trimestrais da atividade e de resultados por parte da Direção Geral ao Secretariado-geral da ACPR ou a apresentação regular de projeções de rácios de solvabilidade a curto e médio prazo permitem à ACPR criar uma opinião sobre a pertinência da estratégia definida e implementada pelo Grupo, o controlo dos seus riscos, o carácter adequado da sua organização e da sua governação. No fim desta análise, a ACPR atribui ao Grupo uma nota numa escala até 5, e impõe um rácio mínimo de fundos próprios de base (Tier 1) a cumprir ao abrigo do Pilar 2.

O conjunto dos contactos entre o Grupo e o seu supervisor, assim como o nível mínimo do rácio de solvabilidade prescrito são confidenciais.

AValiação completa dos riscos (COMPREHENSIVE ASSESSMENT)

No âmbito da implementação do mecanismo único de supervisão a partir de novembro de 2014, o Grupo BNP Paribas está sujeito ao Comprehensive Assessment, organizado pelo BCE, antes de ficar responsável pelas suas funções de supervisão. Este exercício inclui os três eixos seguintes:

- o Risk Assessment, para avaliar os principais riscos do balanço, incluindo a liquidez, a alavancagem e o refinanciamento;
- o Asset Quality Review, para avaliar a qualidade dos ativos do Banco em 31 de dezembro de 2013;
- o teste de stress regulamentar, levado a cabo em colaboração com a ABE para avaliar a capacidade de absorção de um choque do Banco.

5.3 Gestão de riscos [Auditado]

GOVERNAÇÃO

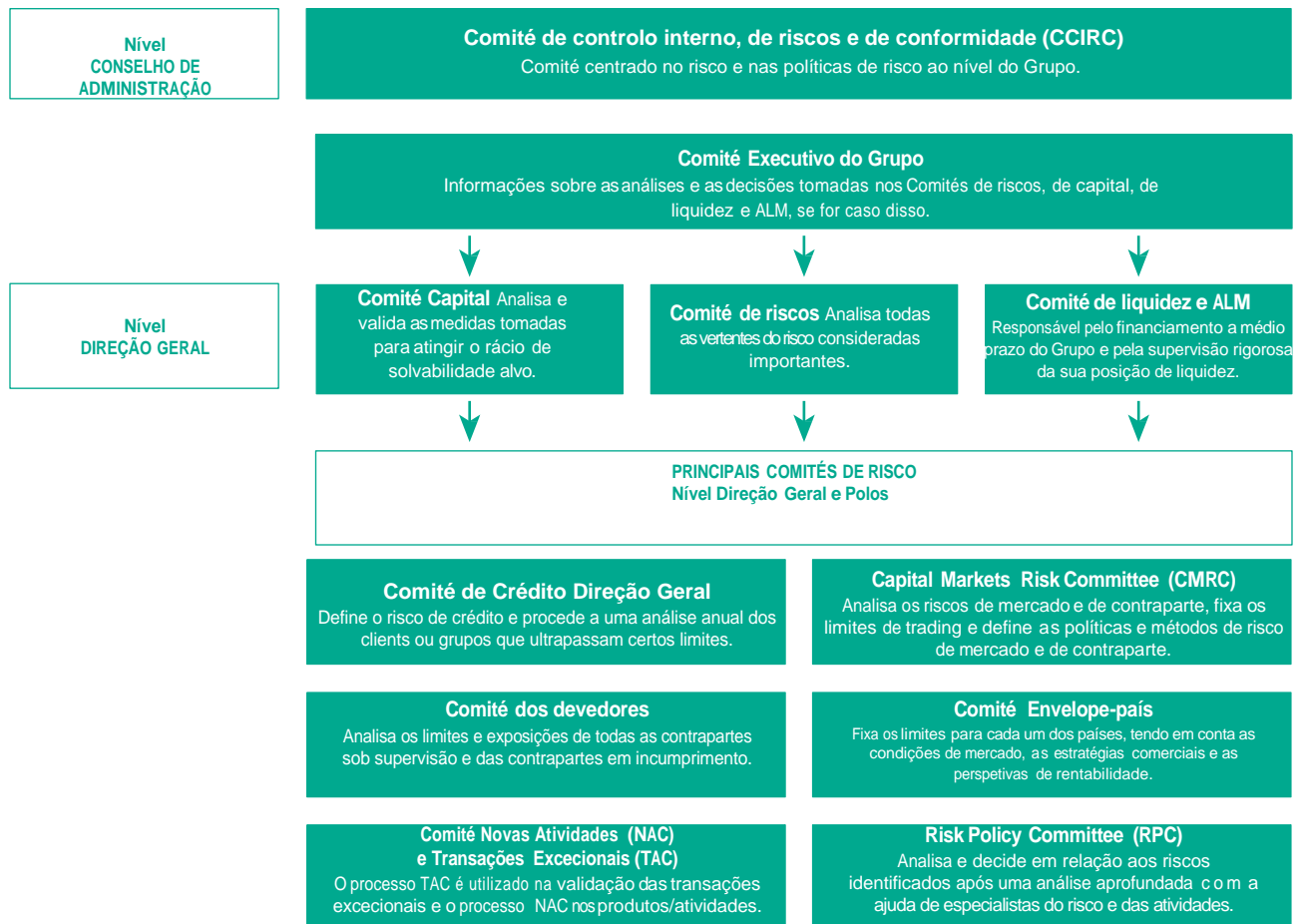
Seguindo a política de Perfil de Risco do Grupo, a Direção Geral indica grandes linhas orientadoras, de acordo com três dimensões chave – os Riscos, o Capital e a Liquidez –, através dos seguintes Comités ligados ao Comité Executivo do Grupo:

- o Comité de Riscos;
- o Comité de Capital;
- o Comité ALM;
- o Comité de Liquidez.

A divulgação e o desenvolvimento do Perfil de Risco alvo, ou seja, a tradução dos princípios e orientações do Perfil de Risco na atividade e na prática de risco do Banco, efetua-se através de dois processos complementares e interligados:

- o planeamento estratégico e o processo orçamental;
- o processo da prática de risco (por exemplo os fóruns de riscos estratégicos) que permite comunicar amplamente aos mandatários as orientações e decisões de riscos da Direção Geral.

➤ GRÁFICO Nº 2: ORGANIZAÇÃO DOS COMITÉS DE RISCOS



ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO RISCOS

PAPEL DA FUNÇÃO RISCOS

A gestão de riscos é inerente à atividade bancária e constitui um dos fundamentos do funcionamento do grupo BNP Paribas. A responsabilidade do seu controlo, da sua medição e, de forma mais geral, da sua supervisão é confiada a uma empresa específica, o Group Risk Management (GRM), independente dos Polos, Áreas de intervenção ou Territórios e está sob alçada direta da Direção Geral. A função Conformidade Grupo (CG) acompanha o risco operacional por delegação do GRM, e o risco de reputação no âmbito das suas missões de controlo permanente. As funções GRM e CG exercem um controlo permanente dos riscos, a maior parte do tempo *a priori*, sendo completamente diferente do da Auditoria Interna que intervém de forma periódica e *a posteriori*.

RESPONSABILIDADES GERAIS DA FUNÇÃO RISCOS

A primeira responsabilidade da gestão de riscos pertence aos Polos e Áreas de intervenção que os propõem. O GRM exerce permanentemente um controlo de segundo nível sobre os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e de seguros. No âmbito desta missão, compete-lhe garantir a solidez e a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento e, no seu conjunto, a conformidade com o objetivo do perfil de risco fixado pela Direção Geral. Assim, as missões permanentes do GRM consistem nomeadamente em formular recomendações em matéria de políticas de riscos, em analisar a carteira de crédito com uma visão prospetiva, em aprovar os créditos às empresas e os limites das atividades de transação, em garantir a qualidade e a eficácia dos procedimentos de acompanhamento, em definir ou validar os métodos de medição dos riscos. Também é sua função verificar se foram avaliadas de forma adequada todas as consequências, em termos de riscos, inerentes ao lançamento de novas atividades ou produtos. O CG intervém de forma idêntica no que diz respeito aos riscos operacionais e de reputação. Desempenha um papel muito particular de supervisão e de reporting da atividade de validação dos novos produtos, das novas atividades e das transações excecionais.

CULTURA DO RISCO

CULTURA INERENTE AOS PRINCÍPIOS FUNDADORES DO GRUPO

O Grupo BNP Paribas caracteriza-se por uma forte cultura do risco.

A primeira responsabilidade do controlo de riscos pertence aos Polos, Áreas de intervenção e Funções que os assumem. Devem desenvolver o sentido de risco dos seus colaboradores e estar permanentemente a par da evolução dos seus riscos e compreender a sua potencial evolução.

ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO RISCOS

Abordagem

Tanto no papel de consultor no desenvolvimento das atividades, na definição dos métodos, das políticas e dos procedimentos, como no processo de decisão ou no desenvolvimento do dispositivo de acompanhamento e de controlo, o GRM tem que dominar completamente as especificidades da atividade bancária, os constrangimentos dos mercados, a complexidade e a urgência das operações.

Estes objetivos implicam que o GRM coloque as suas equipas mais próximo das áreas de intervenção e dos países, preservando porém a sua independência ao colocá-los sob a autoridade direta e exclusiva do GRM e dando-lhes autonomia e capacidade de motivação. Reúne portanto, transversalmente, nos principais centros de atividade, colaboradores colocados fora da tutela hierárquica dos Polos, das Áreas de intervenção e dos Diretores de Territórios. Contudo, a fiscalização do GRM pode ser indireta e a função Riscos pode ser garantida no âmbito de uma relação conjunta entre os Polos e o GRM, quando a relação hierárquica não é desejável ao nível da eficácia - por exemplo, em certos casos em que a natureza dos riscos é diversificada ou muito específica - e que essa situação é aceitável em termos de nível de risco.

Papel do Diretor de Riscos

O Diretor de Riscos do Grupo responde perante o Diretor Geral e é membro do Comité Executivo do BNP Paribas. Exerce uma autoridade hierárquica sobre o conjunto dos colaboradores do GRM. Pode vetar as decisões associadas ao risco tomadas pelo Grupo, e não tem nenhuma relação hierárquica com os Responsáveis dos Polos, das Áreas de intervenção ou dos Países. Este posicionamento tem como objetivos:

- garantir a objetividade do controlo de riscos, não participando na lógica comercial;
- garantir que os dirigentes serão avisados em relação a uma eventual degradação dos riscos e que obterão rapidamente uma informação objetiva e completa da situação dos riscos;
- permitir uma divulgação e uma prática, harmonizada em todo o Banco, de padrões elevados de gestão de riscos;
- garantir a qualidade dos métodos e dos procedimentos através da intervenção de profissionais na área do risco, que devem avaliá-los e desenvolvê-los, tendo em conta as melhores práticas da concorrência internacional.

A Direção Geral optou por integrar esta cultura do risco em dois elementos fundadores da sua cultura:

- A Carta de responsabilidade

Em 2012, a Direção Geral formalizou uma Carta de responsabilidade baseada em quatro compromissos importantes, e que assentam nos valores, nos princípios de gestão e no código de boas práticas do Grupo. Nesses quatro compromissos enunciados figura o de «Aceitar correr riscos controlando-os de forma rigorosa».

O Grupo considera que é da sua responsabilidade, quer para com os clientes, quer para com o sistema financeiro no seu todo, controlar de forma rigorosa esses riscos. Os compromissos do Grupo são portanto decididos após um processo colegial e presencial, apoiando-se numa cultura do risco forte, partilhada em todos os níveis do banco. Isto aplica-se aos riscos de crédito associados aos empréstimos concedidos – aceites após análise aprofundada da situação dos mutuários e dos seus projetos – mas também aos riscos de mercado que resultam das transações com os clientes: estes são avaliados diariamente, submetidos a cenários de tensão e enquadrados num sistema de limites.

A diversificação do BNP Paribas, quer no plano geográfico, quer no plano das áreas de intervenção, permite equilibrar os riscos e as suas consequências quando estes se materializam. O Grupo é organizado e tem uma gestão que permite que eventuais dificuldades de uma das suas áreas de intervenção não ponha em perigo as outras áreas de atividade do banco.

■ Os Princípios de gestão

Nos quatro princípios chave da gestão consta o princípio «Correr riscos conscientemente», que realça a importância da cultura do risco.

Correr riscos conscientemente significa:

- agir assumindo plena responsabilidade,
- trabalhar de forma interdependente e em cooperação com as outras entidades, ao serviço do interesse geral do Grupo e dos seus clientes,
- estar permanentemente atento aos riscos que dependem do nosso perímetro de responsabilidades,

- dar aos colaboradores a autonomia e os meios para fazer o mesmo.

DIVULGAÇÃO DA CULTURA DO RISCO

A gestão rigorosa dos riscos faz parte dos princípios do BNP Paribas, que colocou sempre na primeira linha das suas prioridades uma cultura de controlo dos riscos.

O crescimento significativo do BNP Paribas ao longo dos últimos anos e o contexto da crise confirmaram a vontade do Grupo em reforçar a divulgação desta cultura. Assim, em maio de 2010, o BNP Paribas lançou a Risk Academy, uma iniciativa transversal ao Grupo, para reforçar a divulgação da sua cultura de gestão de risco.

A Risk Academy é uma estrutura aberta, que está à disposição do Grupo e associa as suas áreas de intervenção e as suas funções, e é patrocinada pelo Comité Executivo. Lançada para o conjunto dos colaboradores do Grupo, a Risk Academy inscreve-se numa iniciativa evolutiva e participativa, tendo como objetivos:

- favorecer o reforço contínuo e a divulgação da cultura do risco do Grupo;
- promover a formação e o desenvolvimento profissional na área do risco;
- proporcionar a troca de informações e a partilha de conhecimentos.

Por fim, a cultura do risco também é divulgada no Grupo através do ajustamento das remunerações em função do desempenho e dos riscos (cf. capítulo VII, ponto intitulado «Uma política de remuneração competitiva»).

PERFIL DE RISCO

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

A política de Perfil de Risco tem como objetivo definir o perfil de risco do BNP Paribas pretendido a médio/longo prazo. É analisada pela Direção Geral e validada pelo Conselho de Administração.

Esta política reúne, num dispositivo único e coerente, o conjunto das ferramentas/processos de gestão de riscos, os princípios e linhas orientadoras utilizados pelo Grupo de forma geral para orientar a sua prática de risco, no âmbito dos limites definidos. Consequentemente, ajuda a promover uma maior coerência das práticas de risco no Grupo.

Esta política apresenta as grandes linhas do dispositivo a nível global do Grupo. O Perfil de Risco alvo basear-se-á nesta política, sendo depois articulado e desenvolvido de forma mais pormenorizada e específica por cada entidade.

PRINCÍPIOS

Os princípios do Perfil de Risco visam definir os tipos de riscos que o Grupo está disposto a aceitar no âmbito da sua atividade. Têm tendência a manter-se estáveis ao longo do tempo. Estes princípios são os seguintes:

- rentabilidade ajustada do risco e da volatilidade dos resultados.

O Grupo procura gerar resultados ajustados ao risco que sejam sustentáveis e com base nas necessidades dos clientes. Para ser sustentável, a rentabilidade deve basear-se numa seletividade e evolução controlada

dos ativos do BNP Paribas, na procura de atividades diversificadas e na gestão atenta dos recursos humanos e talentos do Grupo. Este último ponto inclui a divulgação de uma forte cultura de risco em todo o Grupo, bem como o ajustamento das remunerações em função do desempenho, depois de tomar em conta o risco.

Embora o Grupo permita uma certa volatilidade das suas receitas, procura conter permanentemente o valor das suas potenciais perdas resultantes de um cenário adverso;

- adequação dos fundos próprios.

O BNP Paribas detém fundos próprios suficientes para lidar com um cenário adverso e respeitar as exigências regulamentares em vigor. No âmbito das suas atividades bancárias, o BNP Paribas aceita assumir riscos quando estes são acompanhados por uma rentabilidade adequada, projetada para uma duração adequada e quando o seu impacto no Perfil de Risco parece aceitável;

- financiamento e liquidez.

O grupo garante que a diversificação e o equilíbrio entre os seus empregos e os seus recursos corresponde a uma estratégia de financiamento conservadora para poder lidar com um cenário adverso. O Grupo respeita os rácios de liquidez regulamentares em vigor;

- concentração.

O Grupo desenvolve e mantém uma carteira de riscos diversificada, evitando concentrações (contrapartes, setores e países) e garantindo que está em conformidade com as políticas de concentração em vigor;

■ atividades de seguros.

O BNP Paribas Cardif está essencialmente exposto ao risco de crédito, de subscrição e de mercado. A entidade acompanha, de forma atenta, as suas exposições e rentabilidade, tendo em conta os riscos e a adequação dos fundos próprios às exigências regulamentares de solvabilidade;

■ riscos não quantificáveis.

Os riscos que, por natureza, são difíceis de quantificar devem ser reduzidos ao mínimo, através de uma gestão adequada e de procedimentos de controlo. Os riscos de reputação e de conformidade, em particular, enquadram-se nesta categoria.

Os princípios supracitados são complementados com orientações qualitativas provenientes de decisões tomadas no âmbito dos diferentes Comitês estratégicos de risco.

Estas devem ser consideradas como parte integrante desta política:

- decisões de carteira;
- decisões ao nível das contrapartes;
- decisões sobre os novos produtos ou novas atividades;
- políticas transversais.

SUPERVISÃO DOS INDICADORES DO PERFIL DE RISCO

A Direção Geral traduz a política de Perfil de Risco numa série de indicadores e limites para comparar, de forma quantificada, o Perfil de Risco real do Grupo com o Perfil de Risco alvo (Indicadores do Perfil de Risco). Estes indicadores são acompanhados trimestralmente no painel de controlo dos riscos apresentado pelo CCIRC.

TIPOLOGIA DOS RISCOS

SÍNTESE DOS RISCOS

➤ QUADRO N.º 9: RISCOS ACOMPANHADOS PELO GRUPO BNP PARIBAS

Risco identificado	Risco passível de afetar a solvabilidade do Grupo	Risco passível de afetar o valor do Grupo (cotação em Bolsa)	Pilar 1		ICAAP ⁽⁴⁾ (Pilar 2)		Risco adicional definido pelo NP Paribas
			Risco Coberto	Método e avaliação e de gestão	Risco Coberto	Método e avaliação e de gestão	
Risco de crédito	✓		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Titularização	✓		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de contraparte	✓		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de participação em ações	✓		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de mercado	✓		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco operacional	✓		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de concentração ⁽¹⁾	✓				✓	Modelo interno	
Risco de gestão ativo-passivo ⁽²⁾	✓				✓	Modelo interno	
Risco de ponto morto	✓				✓	Modelo interno	
Risco estratégico		✓			✓	Procedimentos	
Risco de liquidez e de refinanciamento	✓				✓	Regras quantitativas, qualitativas e testes de stress	
Risco de não conformidade e de reputação		✓			✓	Procedimentos	
Risco das atividades de seguros ⁽³⁾ , incluindo o risco de subscrição	✓					Modelo interno	✓

(1) O risco de concentração é gerido em conformidade com o risco de crédito do BNP Paribas.

(2) O risco de gestão ativo-passivo é principalmente o que é designado pelos reguladores de risco global de taxa de juro.

(3) Os riscos das atividades de seguros estão fora do perímetro das atividades bancárias; as atividades de seguros implicam riscos de mercado, riscos operacionais e de subscrição.

(4) Internal Capital Adequacy Assessment Process.

A tipologia dos riscos escolhida pelo BNP Paribas evolui ao ritmo dos trabalhos metodológicos e das exigências regulamentares.

Os tipos de riscos explicados abaixo são geridos pelo BNP Paribas. Contudo, pelo seu carácter específico, dois deles não conduzem à identificação de uma necessidade de capital específico, na medida em que estes se manifestam através de uma variação da cotação em Bolsa, suportada diretamente pelos acionistas, e para a qual o capital do BNP Paribas não constitui uma proteção.

Assim, o risco de reputação reveste um carácter contingente aos outros riscos e, para os efeitos que não os de rumor de mercado conduzindo a uma variação da cotação, é considerado na estimativa das perdas incorridas a título de outros tipos de riscos.

Da mesma forma, o risco estratégico, que resulta das escolhas estratégicas que o Banco torna públicas através da sua comunicação financeira, e que pode traduzir-se numa variação da cotação em Bolsa, depende dos dispositivos de governação ao mais alto nível, e compete ao acionista.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito define-se como a probabilidade de um mutuário ou uma contraparte não cumprirem as suas obrigações de acordo com as condições acordadas. A avaliação desta probabilidade de incumprimento e da taxa de recuperação do empréstimo concedido ou do crédito, em caso de incumprimento, é um elemento essencial da avaliação da qualidade do crédito.

TITULARIZAÇÃO

A titularização é uma operação ou uma montagem através da qual o risco de crédito associado a uma exposição ou a um conjunto de exposições é subdividido em parcelas, apresentando as seguintes características:

- uma transferência significativa do risco,
- os pagamentos efetuados no âmbito da operação ou da montagem dependem do desempenho da exposição ou do conjunto de exposições de origem;
- a subordinação das parcelas determina a distribuição das perdas durante a transferência de risco.

Consequentemente, qualquer compromisso (incluindo os derivados e as linhas de liquidez) efetuado ao abrigo de uma operação de titularização deve ser tratado como uma exposição de titularização. A generalidade desses compromissos está descrita na parte banking book prudencial (parte 5.5). Os compromissos de trading book estão descritos na parte de Risco de mercado (parte 5.7).

RISCO DE CONTRAPARTE

O risco de contraparte é a manifestação do risco de crédito em operações de mercado, investimentos e/ou pagamentos. Estas operações incluem os contratos bilaterais, ou seja em OTC (over-the-counter), que podem expor o Banco ao risco de

incumprimento da sua contraparte. O valor deste risco varia ao longo do tempo com a evolução dos parâmetros de mercado, afetando o potencial valor futuro das transações visadas.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de perda de valor provocado pela evolução desfavorável dos preços ou dos parâmetros de mercado, quer estes últimos sejam diretamente observáveis quer não.

Os parâmetros de mercado observáveis são, sem que esta lista seja exaustiva, as taxas de câmbio, as cotações dos valores mobiliários e das matérias-primas negociáveis (quer o preço seja diretamente cotado ou obtido por referência a um ativo similar), o preço de derivados num mercado organizado, assim como todos os parâmetros que podem ser induzidos de cotações de mercado como as taxas de juro, as margens de crédito, as volatilidades ou as correlações implícitas ou outros parâmetros semelhantes.

Os parâmetros não observáveis são, entre outros, aqueles que se baseiam nas hipóteses de trabalho, tal como os parâmetros de modelo, ou na análise estatística ou económica não corroborada por informações de mercado.

A ausência de liquidez é um fator importante de risco de mercado. Em caso de restrição ou de desaparecimento da liquidez, um instrumento ou um ativo comercial pode não ser negociável ou não estar no seu valor estimado, por exemplo devido a uma redução do número de transações, de constrangimentos jurídicos ou ainda de um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura de certos ativos.

O risco de mercado relativo às atividades bancárias cobre, por um lado, o risco de perda nas participações em ações, e por outro lado, o risco de taxa e de câmbio relativos às atividades de intermediação bancária.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos imperfeitos ou inadaptados ou de acontecimentos externos, quer sejam de natureza deliberada, accidental ou natural. A sua gestão assenta na análise do encadeamento causa – acontecimento – efeito.

Os processos internos são aqueles que implicam o pessoal e os sistemas informáticos. As inundações, os incêndios, os tremores de terra, os ataques terroristas são exemplos de acontecimentos externos. Os acontecimentos de crédito ou de mercado, como os incumprimentos ou as mudanças de valor, não entram no campo de análise do risco operacional.

O risco operacional cobre os riscos de recursos humanos, os riscos jurídicos, os riscos fiscais, os riscos associados aos sistemas de informação, os riscos de produção e os riscos inerentes à informação financeira publicada, assim como as eventuais consequências pecuniárias do risco de não conformidade e do risco de reputação.

Esclarecimentos relativos às definições dos riscos

Apesar da muita literature sobre a classificação dos riscos e o aparecimento de definições geralmente reconhecidas, nomeadamente através da regulamentação, não existe uma classificação exaustiva dos riscos aos quais um banco está exposto. A compreensão da natureza exata dos riscos e da forma como combinam entre si está a evoluir. A interação entre os riscos ainda não foi quantificada, mas é apreendida no âmbito dos cenários de crise globais. Os comentários que se seguem visam transmitir a reflexão do Grupo nesta material.

■ Risco de mercado e risco de crédito e de contraparte

Nas carteiras de transação obrigacionista, os instrumentos de crédito são valorizados com base nas taxas obrigacionistas e nas margens de crédito, as quais são consideradas como parâmetros de mercado, tal como as taxas de juro ou as taxas de câmbio. O risco sobre o crédito do emissor do instrumento é assim uma vertente do risco de mercado, chamado risco emissor.

O risco emissor é um conceito diferente do de risco de contraparte. Assim, no caso de uma operação com derivados de crédito, o risco emissor corresponde ao risco sobre o crédito do ativo subjacente enquanto o risco de contraparte representa o risco de crédito sobre o terceiro com o qual o derivado de crédito foi tratado. O risco de contraparte é um risco de crédito, o risco emissor é um risco de mercado.

■ Risco operacional, risco de crédito e risco de mercado

O risco operacional exterioriza-se durante um incumprimento ou durante um processo de tratamento inadaptado. Os processos podem ser de qualquer natureza: concessão de crédito, prática de riscos de Mercado, implementação de operações, supervisão dos riscos, etc.

Em contrapartida, as decisões humanas tomadas em função das regras não podem estar, por princípio, na origem de um risco operacional, mesmo que impliquem um erro de apreciação.

O risco residual, definido pela regulamentação do controlo interno como sendo o que tem uma eficácia menor à esperada das técnicas de redução do risco de crédito, é considerado como inerente a uma falha operacional e portanto ao risco operacional.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O risco de concentração e o seu corolário, os efeitos de diversificação, estão integrados em cada risco, nomeadamente no que diz respeito ao risco de crédito, ao risco de mercado e ao risco operacional através dos parâmetros de correlação utilizados pelos modelos que tratam desses riscos.

O risco de concentração é analisado no Grupo consolidado e no conglomerado financeiro que representa.

RISCO DE GESTÃO ATIVO-PASSIVO

O risco de gestão ativo-passivo é o risco de perda de valor associado às diferenças de taxa, de vencimentos e de natureza entre os ativos e os passivos.

Nas atividades bancárias, este risco analisa-se fora da carteira de negociação e cobre principalmente o que se designa de risco global de taxa. Nas atividades de seguros, este risco inclui igualmente o risco de diferença associado à evolução do valor das ações e de outros ativos do fundo geral, tal como os ativos imobiliários.

RISCO DE PONTO MORTO

O risco de ponto morto corresponde ao risco de perdas operacionais que resultam de uma mudança de ambiente económico levando a uma diminuição das receitas, associada a uma flexibilidade insuficiente dos custos.

RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico é o risco de que escolhas estratégicas do Banco possam traduzir-se numa descida da cotação das suas ações.

RISCO DELIQUIDEZ E DE REFINANCIAMENTO

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco do Banco não poder honrar as suas obrigações a um preço aceitável numa determinada praça e divisa.

RISCO DE NÃO CONFORMIDADE E DE REPUTAÇÃO

O risco de não conformidade é definido na regulamentação francesa como o risco de sanção legal, administrativa ou disciplinar, acompanhado de perdas financeiras significativas, que resultam do não cumprimento de disposições próprias às atividades bancárias e financeiras, quer sejam de natureza legislativa ou regulamentar, quer se trate de normas profissionais e deontológicas, ou de instruções do órgão executivo com vista a aplicar orientações do órgão deliberante.

Por definição, este risco é um subconjunto do risco operacional. Contudo, certas consequências associadas ao risco de não conformidade podem representar mais do que uma pura perda de valor económico e podem prejudicar a reputação da instituição. É por essa razão que o Banco trata o risco de não conformidade enquanto tal.

O risco de reputação é o risco de violação da confiança que depositam na empresa os seus clientes, as suas contrapartes, os seus fornecedores, os seus colaboradores, os seus acionistas, os seus supervisores ou qualquer terceiro cuja confiança, seja a que título for, é uma condição necessária à prossecução normal da atividade.

O risco de reputação é essencialmente um risco contingente a todos os outros riscos incorridos pelo Banco.

RISCO DE SUBSCRIÇÃO DE SEGUROS

O risco de subscrição de seguros é o risco de perda que resulta de uma evolução negativa da sinistralidade dos diferentes compromissos de seguros. Consoante a atividade de seguros (seguro de vida, previdência ou pensões), este risco pode ser estatístico, macroeconómico, comportamental, ligado à saúde pública ou à ocorrência de catástrofes. O risco de subscrição de seguros não é a componente principal dos riscos associados ao seguro de vida, onde os riscos financeiros predominam.

TESTES DE RESISTÊNCIA

Para dispor de um acompanhamento e de uma gestão dinâmica dos riscos, o Grupo desenvolveu um dispositivo de testes de resistência completo (abaixo designados de «testes de stress»).

DISPOSITIVO DE STRESS TESTING

O dispositivo de testes de stress faz parte do dispositivo de gestão de riscos, segundo uma tripla perspetiva de gestão previsional do risco, de planeamento dos fundos próprios e de exigências regulamentares, nomeadamente no âmbito dos processos ICAAP do Grupo e das suas principais entidades:

- gestão previsional e acompanhamento dos riscos: os resultados dos testes de stress efetuados segundo uma abordagem central contribuem para a avaliação do perfil de risco do Banco e são regularmente submetidos à Direção Geral do Grupo, incluindo o Comité de controlo interno, de riscos e de conformidade (CCIRC) do Conselho de Administração através do painel de controlo trimestral dos riscos do Grupo. Além disso, e se necessário, são efetuados testes de stress ad hoc nos Comités de política de riscos ou nos Comités estratégicos de país, a fim de identificar e de avaliar as zonas de vulnerabilidade das carteiras do Grupo;

- elaboração dos orçamentos e planeamento das necessidades de capital: todos os anos são efetuados testes de stress no âmbito da elaboração do orçamento, e integrados no ICAAP. São analisados ao nível dos polos e das áreas de intervenção do Banco antes de serem consolidados ao nível do Grupo, para dar uma perspetiva concisa do impacto no capital e nos resultados do banco;

- exigências ou pedidos regulamentares: principalmente os pedidos ad hoc da ABE, do FMI, ou de qualquer outro supervisor.

Este dispositivo tem uma governação estabelecida, com responsabilidades claras, partilhadas entre as entidades operacionais, com vista a promover a inserção operacional e a pertinência, e a função Grupo Finanças, a função Riscos e ALM, que garantem a sua coerência global.

As metodologias dos testes de stress (análises de sensibilidade ou baseadas em cenários macroeconómicos) são definidas consoante as grandes famílias de riscos, e são objeto de uma análise independente.

Os testes de stress podem ser efetuados ao nível do Grupo, de uma determinada área de intervenção ou de uma subcarteira, num ou vários tipos de riscos e num número de variáveis mais ou menos significativo, em função do objetivo pretendido. Se necessário, os resultados dos modelos quantitativos podem ser ajustados com a ajuda de opiniões de especialistas.

Os cenários escolhidos, os resultados dos testes de stress e as propostas de eventuais ações de correção (redução das exposições num subsegmento, alteração da política de financiamento, de liquidez...) são revistos pela Direção de Riscos e/ou pela Direção Geral, que é responsável pela decisão de ações estratégicas a implementar para mitigar o impacto de um choque nos riscos.

Isso pode efetuar-se através de uma:

- redução da exposição de um setor, carteira ou zona geográfica;
- alteração da política de financiamento, de liquidez ou do nível de capital do Grupo ou de uma filial.

Desde a sua criação que o dispositivo de stress testing do Grupo evoluiu constantemente, com vista a integrar os últimos desenvolvimentos nesta área, quer em termos de metodologias, quer em termos de inserção operacional acrescida nos processos de gestão do Grupo. Os testes de stress orçamentais apresentados a seguir são disso um exemplo.

Um processo fundamental no dispositivo de stress testing é o que permite identificar os riscos mais significativos, tais como os riscos macroeconómicos, o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e o risco de concentração. Este é o passo que leva à definição de cenários relevantes (em termos de gravidade de tais choques).

DEFINIÇÃO DOS CENÁRIOS DE TESTES DE STRESS

O ponto de partida da análise é um cenário económico global central que descreve o futuro estado da economia ao longo de um período de seis trimestres do ano em curso. Em 2013, o cenário global consistia em vários cenários regionais mutuamente consistentes para os Estados Unidos, a Zona euro, França, Itália, Bélgica e Espanha. Cada cenário regional é descrito através de variáveis económicas ou financeiras⁽¹⁾, acrescidas do preço do petróleo e do valor do euro em relação ao dólar, comuns aos cenários regionais. A Direção dos Estudos Económicos do Grupo, em conjunto com o ALM e especialistas em ações e matérias-primas, desenvolve este cenário central. Tendo como base este cenário, o GRM estabelece depois o(s) cenário(s) de stress (ou adverso).

Um cenário adverso descreve um potencial choque que pode afetar o ambiente económico e financeiro durante o período de projeção, como a concretização de um ou mais riscos no cenário de referência. Para desenvolver um cenário adverso, o economista deve responder à pergunta seguinte: se tal evento ocorrer, como é que as variáveis macroeconómicas vão evoluir?

Os cenários adversos refletem os riscos para a economia e os seus efeitos prováveis. Por conseguinte, não correspondem à previsão da evolução mais provável da economia. É por isso que os cenários de referência são definidos como conjuntos de «previsões» e os cenários adversos como conjuntos de «projeções».

É importante notar que essas variáveis económicas e financeiras também são usadas para a criação do cenário de orçamental do Grupo. Este conjunto de variáveis é, portanto, essencial para garantir a convergência dos dois principais processos do Grupo, a gestão dos seus riscos e a sua gestão financeira. Os cenários são revistos em intervalos trimestrais pela gestão do GRM, visto que os testes de stress alimentam

(1) As variáveis económicas ou financeiras são o PIB e os seus componentes (consumo das famílias, investimento, etc.), os índices de preços, as taxas de desemprego, as taxas de juro a 3 meses, os rendimentos sobre as obrigações do Estado a 10 anos.

o acompanhamento dos riscos. Além disso, são validados duas vezes por ano pela Direção Geral, na altura do processo orçamental.

Os cenários são então usados para calcular as perdas esperadas (ou o impacto em termos de mais-valias ou menos-valias no caso dos riscos de mercado) durante o ano para todas as carteiras do Grupo:

- para as carteiras expostas ao risco de crédito ou de contraparte e para a carteira de ações da carteira bancária, este cálculo mede o impacto do cenário no custo do risco e nos ativos ponderados em caso de deterioração da qualidade das carteiras geradas pelo cenário macroeconómico ou pelos movimentos adversos das cotações das ações. Os testes de stress de risco de crédito são simulados em toda a carteira do Banco para todas as regiões e para todas as carteiras prudenciais, nomeadamente clientes de retalho, empresas e instituições. Na carteira soberana é, por sua vez, utilizado um teste de stress ad hoc através de uma abordagem de especialista;

- para as carteiras relativas a operações de mercado, as variações de valor e o seu impacto no resultado líquido são calculadas através da simulação de um choque pontual, em consonância com o cenário global.

Os cálculos descritos acima e as metodologias associadas para os testes de stress do risco de crédito e de mercado são coordenados centralmente ao nível do Grupo e pelas equipas do GRM. Também estão envolvidas na sua conceção e implementação equipas de especialistas ao nível do Grupo e dos territórios.

Finalmente, deve salientar-se que os testes de stress são usados regularmente para verificar o nível de fundos próprios do Grupo exigido por lei através do processo do ICAAP.

STRESS TESTING ORÇAMENTAL: UMA ABORDAGEM COMUM RISCOS, FINANÇAS E ALM

O objetivo dos testes de stress no processo orçamental é o de avaliar o impacto de um cenário macroeconómico negativo no Grupo e nas suas atividades. Estes testes de stress são efetuados em paralelo com o processo orçamental anual, que é estabelecido com base no cenário económico principal.

O impacto do cenário negativo é avaliado através:

- da demonstração de resultados (PNB, custo do risco...);
- dos ativos ponderados;
- dos fundos próprios;
- das necessidades de liquidez e de financiamento.

O resultado final esperado dos testes de resistência é um rácio de solvabilidade limite ao nível do Grupo, assim como a identificação das medidas de adaptação necessárias, que poderiam ser decididas pelos polos ou de forma centralizada ao nível do Grupo.

5.4 Risco de crédito

EXPOSIÇÕES AO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

O quadro que se segue apresenta o conjunto dos ativos financeiros do Grupo BNP Paribas, incluindo os títulos de rendimento fixo, expostos ao risco de crédito. Esta exposição não considera garantias nem cauções obtidas pelo Grupo no âmbito da sua atividade de crédito,

nem proteção ao crédito. A exposição ao risco de crédito assenta no valor ontabilístico antes da reavaliação dos ativos financeiros registados no balanço

➤ **QUADRO N° 10: EXPOSIÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO(*) POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASEILEIA E POR TIPO DE ABORDAGEM**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				31 dezembro 2012				Variação	
	IRBA	Abordagem Standard	Total	Exposição média 2013	IRBA	Abordagem Standard	Total	Exposição média 2012	Total	Exposição média
Administrações centrais e bancos centrais	184 154	25 315	209 469	202 953	177 612	18 825	196 437	186 526	13 033	16 427
Empresas	388 983	122 574	511 557	513 392	360 242	154 986	515 228	540 804	(3 671)	(27 411)
Instituições (**)	71 928	18 098	90 026	89 303	61 814	26 765	88 579	98 092	1 447	(8 790)
Clientes de retalho	195 063	162 958	358 021	360 389	195 891	166 865	362 756	367 990	(4 735)	(7 601)
Outros ativos de risco (***)	330	93 112	93 442	107 121	333	120 467	120 800	119 408	(27 358)	(12 287)
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES	840 458	422 057	1 262 515	1 273 158	795 892	487 908	1 283 800	1 312 820	(21 285)	(39 662)

(*) A titularização está tratada num capítulo específico no ponto 5.5.

(**) A categoria de exposição «Instituições» corresponde às instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo as que são reconhecidas em países terceiros. Além disso, esta categoria reúne algumas exposições relativas a administrações regionais e locais, a entidades do setor público e a bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como administrações centrais.

(***) Os Outros ativos de risco cobrem as imobilizações, as contas de regularização e os valores residuais.

No balanço prudencial em 31 de dezembro de 2013 (ponto 5.2, quadro 2), a exposição ao risco de crédito diz respeito aos montantes líquidos de imparidades das contas de depósitos junto dos bancos centrais (101 biliões de euros), aos empréstimos concedidos a clientes (617 biliões de euros), às instituições de crédito (50 biliões de euros), aos «ativos disponíveis para venda» (115 biliões de euros), aos «ativos financeiros detidos até à maturidade» (0,5 biliões de euros), à carteira avaliada em valor de mercado por opção (3 biliões de euros), às imobilizações corpóreas e de investimento (17 biliões de euros), às contas de regularização e ativos diversos (84 biliões de euros) e aos ativos de impostos correntes e diferidos (9 biliões de euros), assim como a compromissos de financiamento e de garantia dados (304 biliões de euros). Estes valores são atualizados em relação à depreciação e aos montantes que dependem de um risco diferente do risco de crédito (titularização, contraparte e mercado), às reavaliações e a outros elementos reprocessados em fundos próprios (98 biliões de euros).

A restante exposição deste capítulo relativa às exposições do risco de crédito não considera os Outros ativos de risco (imobilizações, contas de regularização e valor residual).

EVOLUÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO AO LONGO DO ANO 2013

Excetuando os Outros ativos de risco, as exposições evoluíram em + 6 biliões de euros, principalmente na carteira prudencial Administrações centrais e bancos centrais.

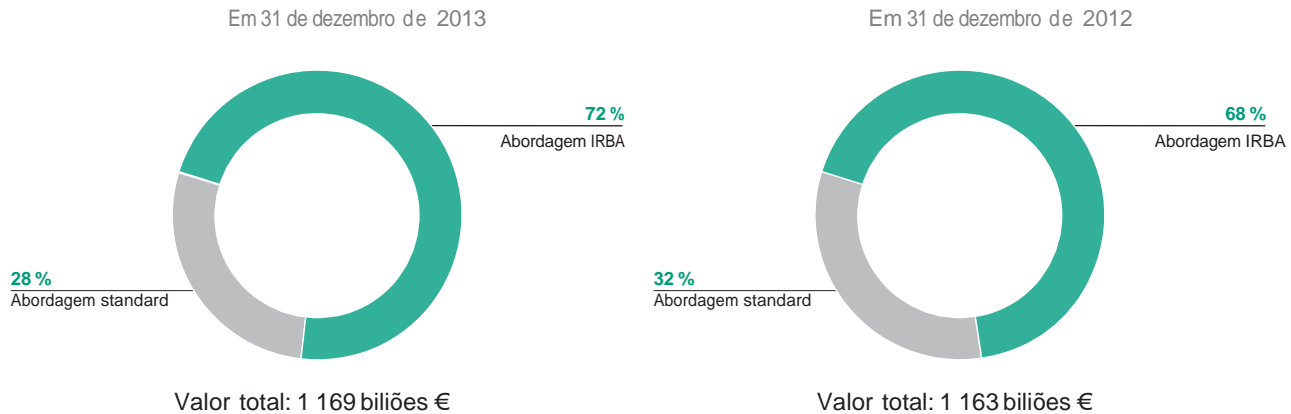
ABORDAGENS ESCOLHIDAS PARA O CÁLCULO DOS ATIVOS PONDERADOS

O BNP Paribas optou pelas formas mais avançadas do acordo Basileia 2. Em conformidade com a diretiva europeia e a sua transposição para o direito francês, em 2007, o Grupo foi autorizado pela Autoridade de Controlo Prudencial e de

Resolução a utilizar os seus métodos internos para calcular as suas exigências mínimas de capital a partir de 1 de janeiro de 2008. A utilização destes métodos está sujeita a certas condições de progresso e de desenvolvimento, que o Grupo se comprometeu a respeitar. Antes da sua aquisição, o Grupo Fortis beneficiava de um acordo com o seu supervisor, o Banco Nacional da Bélgica, para utilizar a abordagem avançada na avaliação da sua necessidade de capital regulamentar. As políticas e dispositivos de notação dos subgrupos BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas, por um lado, e BNP Paribas, por outro lado, têm tendência a convergir no âmbito de uma metodologia uniforme escolhida pelo Grupo. Os trabalhos levados a cabo neste contexto mostraram nomeadamente a compatibilidade dos conceitos desenvolvidos em cada um dos dois conjuntos, e permitiram harmonizar as notações das principais contrapartes. Porém, a convergência dos modelos ainda não está concluída. Vários pedidos de homologação de metodologias comuns foram submetidas à Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução. Para os perímetros ainda sem convergência, foi implementada em 31 de dezembro de 2012 uma abordagem baseada nos métodos homologados pelo supervisor francês, belga ou luxemburguês.

Em relação ao risco de crédito (com exceção das contas de regularização e imobilizações), a parte das exposições com abordagem IRBA é de 72 % em 31 de dezembro de 2013, contra 68 % em 31 de dezembro de 2012. Este perímetro significativo inclui nomeadamente o polo Corporate and Investment Banking (CIB), a Banca de retalho em França (BDDF), uma parte da atividade do BNP Paribas Personal Finance (Cetelem), o BNP Paribas Securities Services (BP2S), assim como as entidades dos subgrupos BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas. Em 2013, a passagem da instituição BNL SpA para o perímetro IRBA foi homologada pelo Banco de Itália na categoria de exposições Soberanas e Empresas. O perímetro IRBA deixa contudo temporariamente de fora instituições como BancWest. Outras instituições mais pequenas só se juntarão aos métodos avançados do Grupo a médio prazo, como por exemplo as filiais dos países emergentes.

➤ **GRÁFICO N° 3: EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO POR TIPO DE ABORDAGEM(*)**



(*) Com exceção das contas de regularização e imobilizações, bem como da titularização.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

A POLÍTICA GERAL DE CRÉDITO E OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO E DE PROVISIONAMENTO

A atividade de crédito do Banco inscreve-se no âmbito da política geral do crédito aprovada pelo Comitê de riscos, instância presidida pelo Diretor Geral do Banco. Entre os princípios orientadores enunciados constam as exigências do Grupo em matéria de deontologia, de atribuição de responsabilidades, de existência e de cumprimento dos procedimentos e de rigor na análise do risco. Esta política geral é definida em políticas específicas adaptadas à natureza das atividades ou das contrapartes.

OS PROCEDIMENTOS DE DECISÃO

O dispositivo de decisão em matéria de crédito assenta num conjunto de delegações que implica recolher o parecer conforme de um representante do GRM designado por nomeação. O acordo é sempre dado por escrito, mediante um processo de recolha de assinaturas ou mediante uma reunião formal de um Comitê de crédito. As delegações definem-se em valor de risco por grupos de negócios, variando consoante as categorias das notações internas e as especificidades das áreas de intervenção. Alguns tipos de crédito – empréstimos concedidos aos bancos, riscos soberanos ou riscos relativos a setores particulares da economia – implicam o cumprimento de procedimentos de enquadramento ou de consulta de peritos setoriais ou de especialistas nomeados. Na banca de retalho são aplicados procedimentos simplificados que resultam em ferramentas estatísticas de apoio à decisão.

As propostas de crédito devem respeitar os princípios da política geral de crédito e, se for caso disso, as políticas específicas aplicáveis. As exceções são alvo de um processo de aprovação específico. Em todo o caso, as operações cumprem as leis e regulamentos em vigor.

Consequentemente, o BNP Paribas submete os seus compromissos a uma análise rigorosa dos planos de desenvolvimento conhecidos do mutuário, à compreensão de todos os aspetos estruturais das operações e à sua capacidade em assegurar o seu acompanhamento.

Presidido por um dos Diretores Gerais ou pelo Diretor do GRM, o Comitê de crédito da Direção Geral é a última instância de decisão do Grupo em matéria de prática de riscos de crédito e de contraparte.

OS PROCEDIMENTOS DE SUPERVISÃO E DE GESTÃO DE CARTEIRA

Supervisão dos ativos

O dispositivo de supervisão dos ativos assenta em equipas de controlo cuja função é garantir permanentemente a conformidade com as decisões, a fiabilidade dos dados de reporting e a qualidade do acompanhamento dos riscos. A listagem diária das situações de crédito irregulares e a utilização de diversas técnicas de alerta facilitam a identificação prévia das degradações de situação. Os diferentes níveis de supervisão, geralmente induzidos pela organização das delegações de poderes, exercem-se, sob o controlo do GRM, até ao Comitê dos devedores da Direção Geral. Este Comitê analisa regularmente, acima de um certo limiar, os processos para os quais decide, sob proposta das áreas de intervenção e com a autorização do GRM, o valor das imparidades a constituir ou a recuperar. Além disso, um Comitê trimestral analisa os processos sob supervisão ou sem rendimento.

No âmbito das suas responsabilidades de supervisão, equipas de controlo de segundo nível assumem a monitorização dos ativos em relação às autorizações aprovadas, às cláusulas especiais (*covenants*), às garantias e às sindicacões.

Isto permite detetar indícios de deterioração do perfil de risco aprovado pelo Comité de Crédito. As equipas de controlo chamam a atenção (das equipas GRM e Áreas de intervenção) para as exceções de não conformidade em relação às decisões do Comité de Crédito, e controlam a sua resolução. Alguns casos chegam às mãos do Senior Management do GRM e das Áreas de intervenção. Trata-se nomeadamente da não-resolução de exceções e/ou indicações significativas de deterioração do perfil de risco comparativamente com o que foi aprovado pelo Comité de crédito.

Acompanhamento e gestão coletiva das carteiras

A seleção e a avaliação correta dos riscos praticados individualmente é complementada com um dispositivo de reporting a um nível mais coletivo da carteira, de acordo com os eixos polos/áreas de intervenção ou transversais de geografia, setores, atividades/produtos.

A política de gestão coletiva das carteiras de riscos do banco, incluindo políticas de concentração por devedor, por setor e por país, assenta neste dispositivo de reporting, e os Comités de riscos do Grupo avaliam os resultados desses reportings e análises.

1) Para gerir as concentrações de riscos por país, são definidos envelopes de risco por país, ao nível da delegação adequada para o país em questão. O Grupo, que de acordo com a sua missão está presente na maioria das zonas economicamente ativas, pretende assim evitar as concentrações de riscos excessivas em países cujas infraestruturas políticas e económicas são tidas como fracas ou cuja situação económica está vulnerável.

2) A diversificação da carteira por contraparte está sujeita a um acompanhamento regular, nomeadamente no âmbito das políticas de concentração individual do Grupo. Esta política está descrita na parte Diversificação da exposição ao risco de crédito (parte 5.4).

3) A distribuição dos riscos, por setor económico, está sujeita ao mesmo cuidado e a um acompanhamento regular. É complementada com uma análise prospetiva que permite uma gestão dinâmica da exposição do Banco. Esta análise baseia-se no conhecimento aprofundado de especialistas independentes do setor, que emitem uma opinião sobre a evolução dos setores que analisam, e identificam os fatores que explicam os riscos verificados pelos seus principais constituintes. Esta intervenção é adaptada consoante os setores, em função do seu peso nos compromissos do Grupo, da técnica necessária para a sua perceção, da sua ciclicidade, do seu grau de globalização ou ainda da existência de uma problemática específica de risco. Complementarmente, os testes de stress constituem ferramentas de análise que permitem identificar as zonas de vulnerabilidade das carteiras do Grupo e analisar as eventuais concentrações.

Por fim, o BNP Paribas utiliza eventualmente instrumentos de transferência do risco de crédito, como as operações de titularização e os derivados de crédito, para cobrir os riscos corridos individualmente, diminuir a concentração da carteira ou as perdas máximas associadas a cenários de crise.

OS PROCEDIMENTOS DE IMPARIDADE

Todas as ajudas dadas a empresas, bancos ou países soberanos que são identificados como estando em incumprimento, estão sujeitos, sob a responsabilidade do GRM, a uma análise para determinar a possível

redução de valor que deve ser aplicada, seja diretamente ou através de imparidade, de acordo com as modalidades de aplicação dos métodos contabilísticos usados. A redução de valor é determinada com base na avaliação atualizada dos fluxos líquidos prováveis de recuperação, incluindo a possível realização de garantias.

Uma imparidade coletiva, com base estatística, é estabelecida para cada polo e determinada trimestralmente por um Comité composto pelo responsável do polo, pelo Diretor financeiro do Grupo ou pelo seu representante e pelo diretor do GRM. Este Comité decide sobre a imparidade coletiva com base em simulações de perdas no vencimento das carteiras de créditos, cuja qualidade de crédito é considerada pior, sem que os clientes sejam identificados como inadimplentes, sendo, por conseguinte, alvo de imparidade específicas. As simulações realizadas pelo GRM utilizam os parâmetros do dispositivo de notação descrito abaixo.

ÂMBITO E NATUREZA DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E DE MEDIÇÃO DOS RISCOS

O conjunto dos processos e sistemas de informação utilizados pelo setor de medição do risco de crédito foi submetido à verificação da Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução.

O DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO

O Grupo BNP Paribas utiliza as notações internas como abordagem avançada do risco de crédito para as categorias de exposição Clientes de retalho, Administrações centrais e bancos centrais, Instituições e Empresas para o cálculo das exigências dos fundos próprios regulamentares nos perímetros de Corporate and Investment Banking, Banco de retalho em França, uma parte do BNP Paribas Personal Finance, BNP Paribas Fortis, BGL e BNP Paribas Securities Services (BP2S). O BNL SpA pode utilizar o método avançado nas suas carteiras Empresas e Soberanos. Nos outros perímetros, o cálculo do capital regulamentar é efetuado segundo o método standard, assentando nas notações externas das contrapartes. Cada contraparte tem uma notação interna segundo os métodos comuns ao Grupo, independentemente do método de cálculo do capital regulamentar.

O Banco definiu um sistema de notação completo, em linha com as exigências dos supervisores bancários, para a adequação dos fundos próprios. A sua conformidade e a adequação da sua aplicação são avaliados e verificados pelo controlo periódico do Banco. A sua conformidade legal foi certificada pela Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução em dezembro de 2007. No que diz respeito aos créditos às empresas, este considera três parâmetros fundamentais: a probabilidade de incumprimento (PD) da contraparte, que se exprime mediante uma notação, a taxa de recuperação global (TRG) ou a perda em caso de incumprimento), que está associada à estrutura das transações, e o fator de conversão (Credit Conversion Factor, ou CCF) que estima a parte em risco das contas extrapatrimoniais.

A escala de notações da contraparte tem doze níveis: dez níveis para os clientes solventes que cobrem todos os níveis de qualidade de crédito de «excelente» a «muito preocupante»; dois níveis para os clientes considerados incumpridores, de acordo com a definição do supervisor bancário.

No perímetro «Empresas», a confirmação ou a alteração dos parâmetros de notação e de TRG aplicável a cada uma das transações acontece, pelo menos, uma vez por ano, no âmbito do processo de aprovação ou de revisão anual dos créditos. Esta assenta, antes de mais, no conhecimento técnico dos intervenientes, comerciais, e, em última instância, nos representantes do GRM (a decisão deste prevalecendo em caso de desacordo com a área de intervenção). Pode também apoiar-se em ferramentas adaptadas, seja em termos de análise ou de resultados, variando a escolha das técnicas e o seu caráter automático na decisão consoante a natureza dos riscos considerados. No perímetro retalho, a aplicação dos métodos de notação para determinar os parâmetros de crédito é feita de forma automática.

➤ **QUADRO N.º 11: CORRESPONDÊNCIA INDICATIVA DAS NOTAÇÕES INTERNAS DA CONTRAPARTE COM A ESCALA TIPO DAS AGÊNCIAS DE RATING E AS PROBABILIDADES DE INCUMPRIMENTO (PD) MÉDIAS ESPERADAS**

	Nota interna BNP Paribas	Rating de crédito emissor longo prazo	PD médias esperadas
		S&P/Fitch	
Investment Grade	1+	AAA	0,01 %
	1	AA+	0,01 %
	1-	AA	0,01 %
	2+	AA-	0,02 %
	2	A+/A	0,03 %
	2-	A-	0,04 %
	3+/3/3-	BBB+	0,06 % à 0,10 %
	4+/4/4-	BBB	0,13 % à 0,21 %
	5+/5/5-	BBB-	0,26 % à 0,48 %
Non Investment Grade	6+	BB+	0,69 %
	6/6-	BB	1,00 % à 1,46 %
	7+/7	BB-	2,11 % à 3,07 %
	7-	B+	4,01 %
	8+/8/8-	B	5,23 % à 8,06 %
	9+/9/9-	B-	9,53 % à 13,32 %
	10+	CCC	15,75 %
	10	CC	18,62 %
Incumprimento	10-	C	21,81 %
	11	D	100,00 %
	12	D	100,00 %

O Grupo criou uma correspondência indicativa entre, por um lado, as notações internas do Banco e, por outro lado, as notações de emissor a longo prazo, atribuídas pelas principais agências de notação.

O BNP Paribas tem uma clientela muito mais ampla do que apenas as contrapartes com notação pelas agências de rating. Na banca de retalho, a correspondência não faz sentido. Na altura da atribuição ou da revisão das notações internas, é utilizada para identificar eventuais divergências de apreciação, quanto à probabilidade de incumprimento de um terceiro, entre uma ou várias agências de notação e o Banco. Contudo, a intenção da notação interna não é de reproduzir nem sequer de se aproximar das notações atribuídas pelas agências externas. Existem na carteira diferenças significativas de rating, seja para cima ou para baixo. Algumas contrapartes com notação 6 ou 7 no BNP Paribas poderão ser consideradas como «Investment Grade» pelas agências de rating.

TESTES DE RESISTÊNCIA – RISCO DE CRÉDITO

Foram desenvolvidos e utilizados modelos quantitativos que permitem associar os parâmetros de risco de crédito às variáveis macroeconómicas e financeiras, definidas nos cenários de stress testing (cf. parágrafo testes de resistência na parte 5.3), tanto em termos de histórico como em termos de horizonte de projeção.

A qualidade das metodologias desenvolvidas é garantida por uma governação rigorosa em termos de separação de funções e responsabilidades, por uma análise dos dispositivos existentes (modelos, metodologias, ferramentas) feita por uma entidade independente e por uma avaliação periódica da eficácia e da relevância de todo o dispositivo. Esta governação baseia-se em políticas e procedimentos internos, na supervisão do Comité de modelos e metodologias de testes de stress de risco de crédito, assim como numa integração global do programa de testes de stress para o dispositivo de gestão de riscos.

No Grupo existe uma política de testes de resistência de risco de crédito, validada pelo Comité Capital em julho de 2013, sendo utilizada no âmbito dos diferentes tipos de testes de stress (legais, periódicos e ad hoc).

No processo de teste de stress central, a abordagem baseia-se em cenários macroeconómicos (central e adverso) que alimentam modelos que projetam taxas de incumprimento, das quais são deduzidas as Probabilidades de incumprimento (PD):

- Point in Time (PIT) utilizadas para projetar o custo de risco,
- Through the Cycle (TTC) utilizadas para projetar os ativos ponderados, assim como um método de migração de ratings para os respetivos perímetros.

No caso dos testes de stress dos ativos ponderados, a perda devido a incumprimento (LGD) não está contabilizada, pois é considerada Downturn (cf. parágrafo Dispositivo de notação ao lado). No caso dos testes de stress do custo do risco, a taxa de perda (também designada LGD PIT) pode ser testada através de uma associação com as variáveis macroeconómicas e financeiras ou com as taxas de incumprimento.

Os testes de stress de risco de crédito são utilizados no âmbito da avaliação do perfil de risco global do Grupo e, mais especificamente, na altura da análise das carteiras.

DIVERSIFICAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

A exposição bruta do Grupo ao risco de crédito ascende a 1 169 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 1 163 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta carteira, analisada a seguir em termos de diversificação, cobre o conjunto das exposições ao risco de crédito apresentado no quadro nº 10 «Exposições relativas ao risco de crédito por categoria de exposição segundo Basileia», excetuando outros ativos de risco(1). A titularização em carteira bancária é tratada num capítulo específico (ponto 5.5).

Os elementos que constituem esta carteira não apresentam uma concentração excessiva por contraparte, tendo em conta a dimensão do Grupo, e são muito diversificados, tanto no plano setorial como geográfico, tal como se pode verificar nos quadros que se seguem.

O risco de concentração de crédito é essencialmente avaliado através do acompanhamento dos seguintes indicadores:

RISCO QUE RESULTA DA CONCENTRAÇÃO INDIVIDUAL

Regularmente, é levada a cabo uma supervisão do risco de concentração individual da carteira. Este é avaliado com base no valor total dos compromissos ao nível dos grupos de atividades, de acordo com duas vertentes:

Supervisão dos Grandes Riscos

De acordo com a regulamentação dos Grandes Riscos (mais conservadora que a regulamentação Basileia 2), o conjunto dos ativos ponderados de um grupo de negócios não deve exceder 25% dos fundos próprios do Banco.

Os beneficiários cujos riscos individuais ultrapassam 10% dos fundos próprios, com um limiar de declaração definido pela ACPR de 300 milhões de euros de exposição, são considerados de Grandes Riscos.

O BNP Paribas está bem abaixo dos limites de concentração fixados pela diretiva europeia sobre Grandes Riscos, e nenhum grupo de negócios tem ativos ponderados que atinjam, no sentido dos Grandes Riscos, os 10% de fundos próprios do Banco.

Supervisão, através de políticas, dos riscos de concentração individual únicos

As políticas sobre os riscos de concentração individual estão integradas nas políticas de concentração do Grupo. O objetivo é identificar e acompanhar de perto cada grupo de atividades com uma concentração excessiva de risco, a fim de antecipar e gerir os riscos de concentração individual em relação aos perfis de risco estabelecidos de forma objetiva e coerente no Banco.

DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

O risco «país» define-se como a soma dos riscos atribuídos aos devedores que operam no país considerado. Este distingue-se do risco soberano que é o do poder público e dos seus desmembramentos; traduz a exposição do Banco a um ambiente económico e político homogéneo que faz parte da avaliação da qualidade da contraparte.

A distribuição geográfica abaixo assenta no país onde a contraparte exerce a sua atividade principal, sem ter em conta o país da sua eventual casa-mãe. Assim sendo, a exposição de uma filial ou de uma sucursal no Reino Unido de uma empresa francesa é registada no Reino Unido.

➤ QUADRO Nº 12: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE RISCO DE CRÉDITO TENDO COMO BASE O PAÍS ONDE A CONTRAPARTE EXERCE A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL

Em milhões de euros	31 dezembro 2013					
	Administrações centrais e bancos centrais	Empresas	Instituições	Clientes de retalho	Total	%
Europa	118 859	339 777	57 078	318 294	834 008	71 %
França	44 938	115 119	20 998	152 414	333 469	28 %
Bélgica	26 639	45 529	8 648	62 238	143 054	12 %
Luxemburgo	2 627	9 864	1 354	5 780	19 625	2 %
Itália	12 523	63 582	9 302	52 164	137 571	12 %
Outros países da Europa	32 132	105 683	16 776	45 698	200 289	17 %
América do Norte	54 235	82 083	10 253	23 111	169 682	15 %
Ásia e Pacífico	25 073	42 324	14 927	220	82 544	7 %
Resto do mundo	11 302	47 373	7 768	16 396	82 839	7 %
TOTAL	209 469	511 557	90 026	358 021	1 169 073	100 %

(1) O perímetro coberto diz respeito aos empréstimos concedidos a clientes e a instituições de crédito, às contas devedoras das instituições de crédito e dos bancos centrais, às contas credoras do Grupo em outras instituições de crédito e bancos centrais, aos compromissos de financiamento (excetuando operações com acordo de recompra) e de garantia financeira, assim como aos títulos de rendimento fixo incluídos na carteira de intermediação bancária.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012					
	Administrações centrais e bancos centrais	Empresas	Instituições	Clientes de retalho	Total	%
Europa	130 652	344 526	58 146	322 728	856 052	73 %
França	58 376	116 244	20 248	159 182	354 050	30 %
Bélgica	28 128	42 978	8 069	60 722	139 897	12 %
Luxemburgo	4 429	8 970	940	5 541	19 880	2 %
Itália	12 788	65 500	11 241	51 595	141 124	12 %
Outros países da Europa	26 931	110 834	17 648	45 688	201 101	17 %
América do Norte	35 252	82 743	14 831	23 367	156 193	14 %
Ásia e Pacífico	19 882	40 789	8 187	440	69 298	6 %
Resto do mundo	10 651	47 170	7 415	16 221	81 457	7 %
TOTAL	196 437	515 228	88 579	362 756	1 163 000	100 %

A distribuição geográfica da carteira é equilibrada e permanece globalmente estável. Em 2013, o Grupo esteve particularmente atento aos países europeus periféricos, aos riscos geopolíticos de alguns países e à evolução económica dos países emergentes.

Por conseguinte, esses países foram objeto de uma análise mais frequente, a fim de acompanhar mais de perto a evolução da sua situação política e económica e de gerir a exposição do Grupo, antecipando os riscos de deterioração.

DIVERSIFICAÇÃO SETORIAL

► QUADRO N° 13: DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE RISCO DE CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE DA CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO EMPRESAS

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Exposição	%	Exposição	%
Agroalimentar	25 331	5 %	25 325	5 %
Seguros	12 859	3 %	8 810	2 %
Química exceto farmacêutica	11 205	2 %	10 329	2 %
Construção-Obras Públ.	27 261	5 %	27 771	5 %
Distribuição	25 190	5 %	23 159	5 %
Energias exceto eletricidade	30 125	6 %	28 920	6 %
Equipamentos exceto informática-eletrónica	27 603	5 %	27 532	5 %
Finanças	28 880	6 %	37 716	7 %
Imobiliário	51 204	10 %	47 982	9 %
Informática & Materiais eletrónicos	11 949	2 %	11 504	2 %
Minerais & materiais	30 689	6 %	27 112	5 %
Comércio & Comércio grossista	48 595	9 %	53 806	11 %
Saúde & Farmacêutica	9 141	2 %	9 191	2 %
Serviços às empresas	48 089	10 %	52 784	10 %
Serviços de comunicações	12 560	2 %	11 949	2 %
Transportes & Logística	32 737	6 %	35 484	7 %
Utilidades (Eletricidade, Gás, Água, etc.)	28 808	6 %	30 705	6 %
Outros	49 331	10 %	45 150	9 %
TOTAL	511 557	100 %	515 228	100 %

Os riscos setoriais são analisados em termos de exposições líquidas e de ativos ponderados. O Grupo mantém-se diversificado, não havendo nenhum setor que represente mais de 10 % da exposição crédito às empresas e mais de 4 % de exposição

crédito total em 2013 (ver Quadro n° 10, parte 5.4). Os setores mais sensíveis estão sujeitos a uma análise regular por Comitês dedicados a esses setores.

➤ **QUADRO N° 14: ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE CRÉDITO**

Em milhões de euros	Ativos ponderados		
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	Variação
Risco de crédito – Abordagem IRBA	198 867	172 409	26 458
Administrações centrais e bancos centrais	3 622	3 244	377
Empresas	146 304	121 986	24 318
Instituições	11 166	10 326	840
Clientes de retalho	37 625	36 749	876
Empréstimos imobiliários	12 181	10 772	1 409
Exposições renováveis	5 362	5 851	(489)
Outras exposições	20 082	20 126	(44)
Outros ativos de risco	150	104	46
Risco de crédito - Abordagem standard	211 791	238 742	(26 951)
Administrações centrais e bancos centrais	3 189	3 742	(553)
Empresas	87 463	112 909	(25 446)
Instituições	8 189	8 508	(319)
Clientes de retalho	80 694	80 589	105
Empréstimos imobiliários	27 143	26 276	867
Exposições renováveis	2 112	3 137	(1 025)
Outras exposições	51 439	51 176	263
Outros ativos de risco	32 256	32 994	(737)
RISCO DE CRÉDITO	410 658	411 151	(493)

A passagem para o método avançado do BNL SpA explica em grande parte a transferência de ativos ponderados da abordagem standard para os ativos ponderados da abordagem IRBA na categoria de exposição Empresas.

➤ **QUADRO N° 15: VARIAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE CRÉDITO POR EFEITO**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Tipo de efeitos						Total variação	31 dezembro 2013
		Câmbio	Volume	Parâmetros	Perímetro	Método	Outros		
Ativos Ponderados									
Risco de crédito	411 151	(9 110)	3 729	(573)	4 665	1 782	(986)	(493)	410 658

Os ativos ponderados do risco de crédito diminuíram em - 0,5 bilhões de euros em 2013. O efeito câmbio de - 9,1 bilhões de euros deve-se essencialmente à imparidade da libra turca e do dólar.

O efeito perímetro de + 4,6 bilhões de euros está sobretudo associado à alteração do método de consolidação do Grupo TEB.

➤ **QUADRO N° 16: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE RISCO DE CRÉDITO TENDO COMO BASE O PAÍS ONDE A CONTRAPARTE EXERCE A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013						
	Administrações centrais e bancos centrais	Empresas	Instituições	Clientes de retalho	Outros ativos de risco	Total	%
Europa	2 372	158 812	12 020	95 980	27 289	296 473	72 %
França	421	55 292	3 579	36 521	10 512	106 325	26 %
Bélgica	110	15 342	862	12 825	4 398	33 537	8 %
Luxemburgo	17	4 126	263	1 226	659	6 291	2 %
Itália	101	42 963	4 396	26 650	5 890	80 000	19 %
Outros países da Europa	1 723	41 089	2 920	18 758	5 830	70 320	17 %
América do Norte	40	37 417	1 602	12 377	2 962	54 398	13 %
Ásia e Pacífico	612	13 329	2 495	160	665	17 261	4 %
Resto do mundo	3 787	24 209	3 238	9 802	1 490	42 526	11 %
TOTAL	6 811	233 767	19 355	118 319	32 406	410 658	100 %

Em milhões de euros	31 dezembro 2012						
	Administrações centrais e bancos centrais	Empresas	Instituições	Clientes de retalho	Outros ativos de risco	Total	%
Europa	2 080	165 125	11 812	94 870	27 740	301 627	73 %
França	309	55 886	3 370	38 288	10 897	108 750	27 %
Bélgica	100	17 040	750	11 636	4 524	34 050	8 %
Luxemburgo	34	4 001	200	1 229	587	6 051	1 %
Itália	66	47 662	4 540	25 521	5 800	83 589	20 %
Outros países da Europa	1 571	40 536	2 952	18 196	5 932	69 187	17 %
América do Norte	55	37 143	1 704	12 494	3 019	54 415	14 %
Ásia e Pacífico	358	10 765	1 305	326	835	13 589	3 %
Resto do mundo	4 493	21 862	4 013	9 648	1 504	41 520	10 %
TOTAL	6 986	234 895	18 834	117 338	33 098	411 151	100 %

RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM IRBA

A política de notação elaborada pelo Grupo cobre o conjunto do Banco. O dispositivo IRBA, validado em dezembro de 2007, estende-se às carteiras do Corporate Investment Banking (CIB), da Banca de Retalho em França (BDDF), do BNP Paribas Securities Services (BP2S), a uma parte da atividade do BNP Paribas Personal Finance, assim como ao BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas. As carteiras Empresas e Soberanos do BNL SpA foram alvo de uma homologação IRBA em 2013.

Vários métodos, alguns puramente quantitativos, são implementados para verificar a consistência e robustez do dispositivo. Uma abordagem adaptada, com base na definição de classes homogêneas de risco (CHR) e com uma parte considerável de análise estatística, é implementada para os empréstimos aos particulares e às microempresas. A determinação da perda em caso de incumprimento é conseguida através da aplicação de métodos estatísticos para carteiras cuja granularidade é mais fina, ou por um especialista, com base em valores indicativos, de acordo com um processo semelhante ao que leva à determinação da classificação de contraparte para as carteiras «Corporate»⁽¹⁾. Em caso de incumprimento, a perda reflete a perda que o Banco teria em caso de incumprimento da contraparte num período de abrandamento económico, de acordo com as disposições dos regulamentos. Para cada operação, é avaliada a partir da taxa de recuperação de uma transação «senior unsecured» e pelos efeitos das técnicas de redução dos riscos de crédito (garantias e caucões reais).

As recuperações de garantias e caucões são estimados todos os anos com base em valorizações conservadoras e reduções de valor, tendo em conta a execução das caucões em período de stress.

O Banco criou os seus próprios fatores de conversão quando os regulamentos o permitiam (isto é, excluindo operações de alto risco para o qual o fator de conversão é de 100% e quando o histórico era suficiente para ser explorado estatisticamente), quer através da exploração das informações internas de incumprimento, quer através de outras técnicas quando o histórico não era suficiente. Os fatores de conversão são usados para medir a percentagem de compromissos extrapatrimoniais do Banco que estariam em risco em caso de incumprimento de cada mutuário. Ao contrário da notação e da taxa de recuperação global, este parâmetro é atribuído automaticamente em função da natureza da transação e não é decidida pelo Comité de Crédito.

O Grupo desenvolveu modelos internos específicos adaptados às categorias de exposição e de terceiros mais representadas nas suas carteiras de crédito. Estes baseiam-se em dados internos recolhidos durante longos períodos. Cada um destes modelos é desenvolvido e mantido por uma equipa especializada, em coordenação com os respetivos especialistas da área de riscos e de intervenção. O Banco não usa modelos desenvolvidos por fornecedores externos, com exceção de alguns modelos históricos da Fortis, que serão substituídos em breve.

(1) Segundo a política do Grupo, o dispositivo de notação «Corporate» aplica-se às instituições, às empresas, aos financiamentos especializados e aos Estados soberanos.

As principais categorias de ativos cobertos por um ou mais modelos são as seguintes:

➤ **QUADRO N° 17: PRINCIPAIS MODELOS**

Parâmetro criado	Carteira	Número de modelos	Modelo e metodologia	Número de anos incumpr./perda	Categoria de ativos Bas.	Limites regulamentares
PD	Grandes empresas	1	Quantitativo + parecer perito - Criada com base em dados internos	> 10 anos	Corporate	
	Imobiliário exc. clientes de retalho em França	1	Qualitativo	> 10 anos	Corporate	
	Financiamento de operações de energia e matérias primas	1	Quantitativo + parecer perito - Criada com base em dados internos	> 10 anos	Corporate	
	Financiamentos especializados	4	Quantitativo + parecer perito + Criada com base em dados internos	> 10 anos	Corporate	
	Títulos soberanos	1	Qualitativo	> 10 anos	Soberanos	
	Instituições bancárias	1	Quantitativo + parecer perito + Criada com base em dados internos e externos	> 10 anos	Instituição bancária	
	Banco de retalho em França Emp. imobiliários aos particulares	6	Regressão logística. PD criadas com dados internos de histórico incumpr.	> 10 anos	Empréstimos hipotecários	
	Banco de retalho em França Créditos de investimento e emp. imobiliários às PME	6	Regressão logística. PD criadas com dados internos de histórico incumpr.	> 10 anos	Clientes de retalho & PME	
	Personal Finance - Créditos renováveis e Empr. aos particulares (França, Espanha, Alemanha, Hungria e República checa)	1 modelo por país	Árvore de decisão. PD criadas com dados internos de histórico incumpr.	> 10 anos	Exposição renovável de particulares e outros produtos de retalho	
	Banco de retalho na Bélgica Emp. imobiliários residenciais	1	Modelo comportamental quantitativo com base em análise discriminada segundo dados internos de histórico incumpr.	7 anos	Empr. hipotecários e outros produtos de retalho	Limite base da PD de 0,03 %
	Banco de retalho na Bélgica Public Banking	1	Modelo perito baseado em regras	7 anos	Bancos, Soberanos, Corporate PME	
	Banco de retalho na Bélgica Banco comercial (PME/ Midcap)	2	Modelo quantitativo com base em análise discriminada segundo dados internos de histórico incumpr., incluindo uma agregação para os clientes caracterizados por um perfil muito específico (clientes com fundos próprios negativos, em situação de incumpr., etc.)	7 anos	Corporate, Corporate e Banco de retalho para as PME	
	Banco de retalho na Bélgica Banco dos Empresários (pequenas empresas, trab. independentes e profissões liberais)	8	Modelo quantitativo com base em análise discriminada segundo dados internos de histórico incumpr., incluindo uma agregação para os clientes caracterizados por um perfil (clientes com fundos próprios negativos, em situação de incumpr., etc.)	7 anos	Corporate, PME, Empr. hipotecários, outros produtos de retalho	

Parâmetro criado	Carteira	Número de modelos	Modelo e metodologia	Número de anos incumpr./perda	Categoria de ativos Bas.	Limites regulamentares
LGD	Grandes empresas	1	Quantitativo	> 10 anos	Corporate	
	Imobiliário exceto clientes de retalho em França	1	Qualitativo	> 10 anos	Corporate	
	Financiamento de operações de energia e matérias primas	1	Qualitativo, depende da estrutura da operação	> 10 anos	Corporate	
	Financiamentos especializados	5	Qualitativo, depende da estrutura da operação	> 10 anos	Corporate	
	Títulos soberanos	1	Valor fixo	> 10 anos	Soberanos	
	Instituições bancárias	1	Valor fixo	> 10 anos	Instituição bancária	
	Banco de retalho em França Empr. imobiliários aos particulares	1	Segmentação. LGD criados com base em dados internos de histórico de incumpr. e de perdas. A margem prudencial cobre os abrandamentos associados às recentes crises económicas.	> 10 anos	Empr. hipotecários	Limite base do LGD de 10 % ao nível da carteira
	Banco de retalho em França Créditos de investimento e Empr. imobiliários às PME	1	Regressão linear múltipla. LGD criados com base em dados internos de histórico de incumpr. e de perdas. A margem prudencial cobre os abrandamentos associados às recentes crises económicas.	> 10 anos	Clientes de retalho & PME	
	Personal Finance – Créditos renováveis e Empr. aos particulares (França, Espanha, Alemanha, Hungria e República checa)	1 modelo por país	Árvore de decisão. LGD criados com dados internos de histórico de incumpr. e de perdas, integrando o impacto do abrandamento económico quando considerado pertinente	> 10 anos	Exposição renovável de particulares e outros produtos de retalho	
	Banco de retalho na Bélgica Empr. imobiliários residenciais	1	Modelo quantitativo incluindo uma probabilidade de perda com base na regressão logística.	7 anos	Empr. hipotecários e outros produtos de retalho	Limite base do LGD de 10 % ao nível da carteira
	Banco de retalho na Bélgica Public Banking	1	Modelo quantitativo incluindo uma probabilidade de perda com base na regressão logística. A redução de valor das garantias é comparada com histórico de dados internos de incumpr.	7 anos	Bancos, Soberanos, Corporate, PME	
	Banco de retalho na Bélgica Banco comercial (PME/ Midcap) & Banco dos Empresários (pequenas empresas, trab. independentes e profissões liberais)	1	Modelo quantitativo incluindo uma probabilidade de perda com base na regressão logística. A redução de valor das garantias é comparada com histórico de dados internos de incumpr.	7 anos	Corporate, PME, Empr. hipotecários, outros produtos de retalho	

Parâmetro criado	Carteira	Número de modelos	Modelo e metodologia	Número de anos incumpr./perda	Categoria de ativos Bas.	Limites regulamentares
CCF/EAD	CCF para as empresas, os bancos e os Estados soberanos	1	CCF criado com base em observações internas para linhas de crédito confirmadas, utilização de parâmetros regulamentares para o resto	> 10 anos	Todos	
	Banco de retalho em França Empr imobiliários aos particulares	-	CCF = 100 %	5 anos	Empr. hipotecários e outros produtos de retalho	
	Banco de retalho em França -Créditos de investimento e Empr. imobiliários às PME	-	CCF = 100 %	5 anos	Clientes de retalho & PME	
	Personal Finance - Créditos renováveis e Empr. aos particulares (França, Espanha, Alemanha, Hungria e República checa)	1 modelo por país	Árvore de decisão. CCF criados com dados internos de histórico de incumpr. e de perdas, integrando o impacto do abrandamento económico quando considerado pertinente	> 10 anos	Exposição renovável de particulares e outros produtos de retalho	O EAD deve ser pelo menos igual às utilizações atuais.
	Banco de retalho na Bélgica Empr. imobiliários residenciais	1	Modelo baseado em regras, validado com base em dados históricos	7 anos	Empr. hipotecários e outros produtos de retalho	
	Banco de retalho na Bélgica Public Banking	1	Modelos baseados na regressão que determinam um CCF para as diferentes famílias de produtos	7 anos	Bancos, Soberanos, Corporate PME	
	Banco de retalho na Bélgica Banco comercial (PME/Midcap) & Banco dos Empresários (peq. empresas, trab. independentes e profissões liberais)	1	Modelos baseados na regressão que determinam um CCF para as diferentes famílias de produtos	7 anos	Corporate, PME, Empr. hipotecários, outros produtos de retalho	

BACKTESTING

Cada um dos três parâmetros de risco de crédito (PD, LGD, CCF/EAD) está todos os anos sujeito a testes de verificação *a posteriori* (backtesting) e, no caso da probabilidade de incumprimento, a uma comparação externa (calibração) para controlar o desempenho do dispositivo em cada um dos segmentos do Banco. O backtesting consiste em comparar os parâmetros estimados e sua implementação. Durante a calibração, os parâmetros estimados internamente são comparados com as estimativas de entidades externas.

No perímetro IRBA Corporate, todas as notações, incluindo as notações de incumprimento 11 ou 12, de todas as contrapartes que suportam o risco de crédito foram mantidas desde 2002. Da mesma forma, as recuperações observadas nos casos declarados em incumprimento num determinado momento desse período foram arquivados. Testes retroativos de validade (backtestings) são realizados com base nestes elementos para cada um dos parâmetros de risco, quer globalmente, quer no perímetro de cada um dos métodos de notação. O objetivo destes exercícios é medir o desempenho global e individual dos métodos de notação, mas sobretudo verificar o poder de discriminação do dispositivo (as contrapartes com notação inferior têm mais incumprimentos do que as contrapartes com notação superior) e a natureza preditiva e prudente dos parâmetros. Assim sendo, as recuperações observadas são comparadas com as recuperações previstas e as taxas de incumprimento observadas são comparadas com as taxas de incumprimento previstas para cada uma das notações. A natureza «através do ciclo» ou «downturn» dos ratings e da taxa de recuperação global (TRG) também é analisada.

Destes exercícios conclui-se que as taxas de incumprimento do BNP Paribas no perímetro IRBA Corporate(1) foram significativamente inferiores às taxas de incumprimento previstas no conjunto do ciclo (taxa de incumprimento média anual de 0,72%, observada entre 2001 e 2012, para uma taxa de incumprimento estimada de 1,82%). A análise das taxas de incumprimento durante os períodos de crise mostra que as taxas anuais de incumprimento são constantemente inferiores às taxas previstas.

O quadro abaixo apresenta os resultados do backtesting do exercício de 2012 para os modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e perda em caso de incumprimento (LGD), abrangendo as exposições significativas do Grupo de acordo com a abordagem avançada baseada nas notações internas, excluindo as carteiras com baixo índice de incumprimento. Esse perímetro representa cerca de 65% dos ativos ponderados dos riscos de crédito do Grupo segundo a abordagem IRBA (excluindo titularização).

Estes resultados correspondem, por um lado, à comparação entre as taxas de incumprimento esperadas e observadas ao longo de um ano e, por outro lado, às LGD esperadas e observadas.

Cada categoria de contraparte/exposição inclui vários modelos de notação ou LGD, de acordo com a classificação interna do Grupo e não cumpre portanto necessariamente a classificação regulamentar.

Uma média dos valores observados e esperados foi calculada ao longo de vários anos, de acordo com a informação disponível para cada modelo e, na maioria dos casos, esses valores abrangem um ciclo económico completo.

Para os modelos totalmente recalibrados, todos os valores históricos esperados históricos têm em conta a mais recente calibragem. No que diz respeito à carteira de financiamentos especializados e grandes empresas e à carteira de PME, foram utilizados os parâmetros de risco em vigor em cada data de reporting.

Os valores de LGD esperados são medidos com base num perímetro coerente com os valores observados, ou seja, apenas as exposições em incumprimento. É por isso que esses valores esperados não são diretamente comparáveis com os valores de LGD medidos na carteira produtiva.

➤ QUADRO N° 18: BACKTESTING DAS PD E DOS LGD - MÉDIAS PARA 2012

	PD - Estimativa	PD - Observação	Rácio	LGD - Estimativa	LGD - Observação	Rácio
Empréstimos imobiliários residenciais	0,80 %	0,48 %	1,66	15 %	11 %	1,37
Profissionais e PME	2,42 %	2,35 %	1,03	46 %	31 %	1,49
Grandes empresas e financiamentos especializados	2,10 %	0,84 %	2,50	34 %	30 %	1,16

(1) Exceto PME.

Também são efetuadas medidas de desempenho em sub-perímetros de categorias de ativos homogêneos. Quando a deterioração do poder preditivo de um modelo é identificada, ele é calibrado ou desenvolvido de novo, se necessário. Estas evoluções estão sujeitas à aprovação do regulador, nos termos dos regulamentos.

Durante a calibragem, no perímetro que não seja de clientes de retalho, as notações internas são comparadas com as notações de várias agências de rating externas, com base na correspondência indicativa entre notações internas e externas. Para as empresas clientes do Grupo que têm uma notação externa (entre 10% e 15% destes clientes), a análise comparativa dos dados em que a notação interna se baseia revela uma abordagem conservadora para o dispositivo selecionado.

Em relação à taxa de recuperação global, o backtesting incide essencialmente na análise das recuperações de operações em incumprimento. Quando os registos são arquivados, cada fluxo de recuperação é atualizado em termos de data de entrada em incumprimento e de valor de exposição. Quando os registos não são arquivados, o valor das provisões é usado para estimar as recuperações futuras. A taxa de recuperação é assim medida e comparada com a taxa de recuperação esperada um ano antes da ocorrência do incumprimento. Neste parâmetro, e por analogia com o que é feito para a notação, são efetuadas análises globais de acordo com as políticas de rating e as zonas geográficas. A diferenças, linha por linha e em média, são analisadas, tendo em conta a natureza bimodal deste parâmetro. Os resultados destes testes mostram que as estimativas são relevantes em períodos de baixa conjuntura e que são, em média, conservadoras. A comparação deste parâmetro com dados externos é realizada através de iniciativas de agregação de dados, nas quais o Grupo participa.

Todo este trabalho é apresentado anualmente ao Diretor de Riscos. Os backtesting são também objeto de uma certificação interna por uma equipa independente. Além disso, também são comunicados à ACPR.

As estimativas internas dos parâmetros de risco são utilizadas na gestão diária do Banco, de acordo com as recomendações do regulamento. Assim, para além do cálculo das exigências em fundos próprios, são usadas, por exemplo, para a definição das delegações, na concessão de créditos ou na sua renovação, para as medidas de rentabilidade, para determinar as provisões de carteira e para os relatórios internos e externos.

DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO INTERNA «CORPORATE» [Auditado]

O perímetro IRBA visado pelo dispositivo de notação «Corporate», ou seja aplicável segundo a política do Grupo aos Estados soberanos, aos bancos, às empresas e aos financiamentos especializados, está coberto por um procedimento de notação homogêneo segundo o qual o GRM é o responsável final pela notação atribuída às contrapartes e pela taxa de recuperação global (TRG) afeta às transações. O fator de conversão (CCF) das operações extrapatrimoniais é atribuído em função das características da contraparte e da transação.

O processo genérico de afetação das notações a cada um dos segmentos do dispositivo «Corporate» é definido da seguinte forma:

- em relação às empresas e aos financiamentos especializados, as análises são efetuadas pela área de intervenção que propõe uma notação e uma TRG no Comité de crédito, em conformidade com as metodologias de notação e com base nas ferramentas desenvolvidas pelo GRM. A notação e a TRG são validadas ou modificadas no Comité de crédito pelo representante do GRM. Estes Comités decidem da concessão ou da renovação dos compromissos e, se necessário, reveem pelo menos anualmente a notação de contraparte;

- em relação ao perímetro dos Bancos, a análise é efetuada por analistas da função Riscos. As notações de contraparte e as TRG são determinadas em Comités de revisão, organizados por zona geográfica, que asseguram a comparabilidade entre instituições similares;

- em relação ao perímetro dos Estados soberanos, as notações são determinadas nos Comités países (Rating Committee) que juntam membros da Direção Geral, do GRM e das Áreas de intervenção várias vezes por ano. As notações são propostas pela Direção dos Estudos Económicos;

- em relação ao perímetro das médias empresas, é apurado um resultado por analistas de risco na área de intervenção, sob a supervisão final do GRM;

- em cada uma destas subcarteiras, a determinação dos parâmetros de risco segue uma metodologia certificada e validada pelas equipas do GRM que assenta preferencialmente na análise dos dados históricos do Banco. Esta metodologia é tanto quanto possível suportada por ferramentas colocadas em rede, a fim de garantir uma aplicação homogênea das mesmas. O parecer técnico permanece contudo insubstituível, fazendo cada uma das notações e cada uma das TRG apelo ao julgamento humano que pode afastar-se, sob reserva de justificação, da aplicação rigorosa dos modelos.

O modo de definição dos parâmetros de risco corresponde a princípios comuns, nomeadamente ao dos «quatro olhos», que preconiza que pelo menos duas pessoas diferentes, das quais uma deve ser independente dos objetivos comerciais, se pronunciem sobre cada notação de contraparte e cada TRG de transação.

No Grupo, a definição do incumprimento é uniformemente aplicada a cada categoria de ativo. Para as contrapartes locais (PME, autarquias locais), as especificidades eventuais da regulamentação de cada uma das zonas geográficas conduzem a adaptações à margem desta definição, principalmente no que diz respeito à duração das dívidas ou do limite de materialidade.

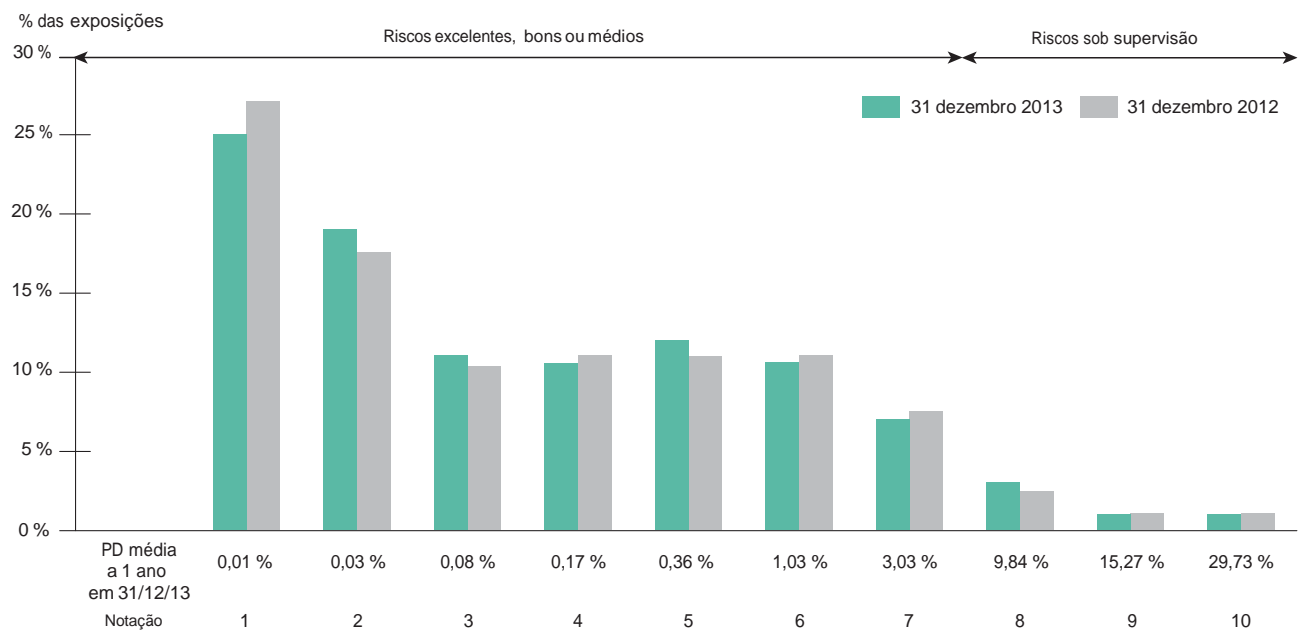
O gráfico abaixo apresenta a distribuição por notação dos ativos solventes relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de tipo «Corporate» (categorias de exposições: administrações centrais e bancos centrais, instituições, empresas) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Esta exposição representa 626 bilhões de euros do montante ilíquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2013, contra 587 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Esta carteira apresenta muitos compromissos com mutuários cujos riscos são considerados de boa ou até de excelente qualidade, devido ao peso das relações do Banco com as grandes empresas multinacionais e instituições financeiras. Uma parte significativa dos compromissos com mutuários de

menor qualidade está associada a estruturas de financiamento que permitem uma taxa de recuperação elevada em caso de incumprimento da contraparte (financiamentos à exportação que beneficiam de garantias por parte das agências internacionais de seguro-crédito e financiamentos de projetos, estruturados ou transacionais).

➤ GRÁFICO N° 4: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR NOTAÇÃO DE CONTRAPARTE NO PERÍMETRO «CORPORATE(*)» SEGUNDO A ABORDAGEM IRBA



(*) O perímetro «Corporate» apresentado no gráfico acima inclui as categorias de exposição: administrações centrais e bancos centrais, instituições, empresas.

CARTEIRA «CORPORATE» POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO INTERNA

Os quadros abaixo apresentam a distribuição por notação dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de tipo «Corporate» (categorias de exposições: administrações centrais e bancos centrais, instituições, empresas) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada. A exposição total representa 645 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, dos quais 626 bilhões de euros de ativos solventes e 19 bilhões de ativos duvidosos, contra 600 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, dos quais 587 bilhões de ativos solventes e 13 bilhões de ativos duvidosos, e diz principalmente respeito ao polo CIB, aos conjuntos operacionais Banco de retalho em França (BDDF), Banco de retalho na Bélgica (BDDB) e Banco de retalho e das empresas no Luxemburgo (BDEL) e BNL banca commerciale (BNL bc), assim como à área de intervenção Securities Services do polo Investment Solutions.

A passagem do BNL SpA para a abordagem IRBA contribuiu para o aumento das exposições descritas abaixo.

Esta informação é complementada com as taxas médias verificadas dos principais fatores de risco de Basileia:

- média ponderada da probabilidade de incumprimento pelo valor exposto ao risco: PD média(1);
- média ponderada dos fatores de conversão do extrapatrimonial: CCF médio(2);
- média ponderada das perdas em caso de incumprimento pelo valor exposto ao risco: LGD médio(3).
- assim como pela taxa de ponderação média: RW médio(3) definido como a relação entre os ativos ponderados e o valor exposto ao risco (EAD).

A coluna «Perda esperada» apresenta a perda esperada a um ano.

(1) PD média: «Probabilidade de Incumprimento» – média ponderada das probabilidades de incumprimento pelo valor exposto ao risco.

(2) CCF médio: «Credit Conversion Factor» – relação do valor exposto ao risco com o valor das operações extrapatrimoniais.

(3) LGD médio: «Loss Given Default» – média ponderada das perdas em caso de incumprimento pelo valor exposto ao risco.

(4) RW médio: «Risk Weight» – taxa de ponderação média.

➤ **QUADRO Nº 19: CLASSIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO INTERNA NO PERÍMETRO «CORPORATE» SEGUNDO A ABORDAGEM IRBA**

Em milhões de euros	Notação interna	31 dezembro 2013									
		PD médio	Exposição total	Valor patrimonial	Valor Extra-patrimonial	CCF médio do extra patrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	Ativos poderados
Administrações centrais e bancos centrais	1	0,01%	140 496	139 376	1 120	64%	139 419	1%	0%	0	302
	2	0,03%	31 557	31 460	97	71%	31 529	1%	0%	0	116
	3	0,08%	4 240	4 174	66	61%	4 125	17%	12%	1	500
	4	0,20%	2 576	1 095	1 481	56%	1 923	8%	9%	0	178
	5	0,41%	1 934	1 868	66	70%	1 914	21%	29%	1	552
	6	0,80%	1 037	913	124	56%	982	34%	71%	2	695
	7	3,47%	1 175	1 096	79	68%	1 150	13%	37%	5	421
	8	8,12%	542	494	48	72%	528	6%	21%	2	111
	9	16,05%	420	265	155	54%	349	58%	156%	15	544
	10	20,46%	174	103	71	64%	148	24%	137%	7	202
	11	100,00%	3	3	0		3		22%	3	1
	12	100,00%	0	0	0		0		0%	0	0
SOMA		0,12 %	184 154	180 847	3 307	60 %	182 160	2 %	2 %	36	3 622
Instituições	1	0,03%	4 080	3 736	344	65%	3 962	20%	6%	0	233
	2	0,03%	40 335	30 799	9 536	75%	37 935	23%	6%	3	2 448
	3	0,08%	10 853	8 837	2 016	64%	10 139	29%	15%	2	1 572
	4	0,16%	4 853	3 062	1 766	52%	3 984	33%	26%	2	1 024
	5	0,35%	5 991	3 926	2 065	53%	5 036	36%	42%	6	2 130
	6	1,08%	2 636	2 092	544	56%	2 399	35%	68%	10	1 640
	7	2,95%	1 094	722	372	42%	878	40%	111%	10	976
	8	8,79%	842	324	324	42%	656	35%	88%	10	575
	9	14,17%	213	80	80	36%	161	25%	96%	4	155
	10	19,52%	313	251	251	43%	170	41%	205%	14	349
	11	100,00%	574	115	115	93%	565		11%	166	64
	12	100,00%	196	0	0		170		0%	174	0
SOMA		1,43 %	71 928	17 413	17 413	66 %	66 055	26 %	17 %	401	11 166
Empresas	1	0,03%	12 315	6 155	6 200	54%	9 439	24%	8%	1	784
	2	0,03%	48 420	7 863	40 557	59%	31 899	34%	12%	4	3 958
	3	0,08%	51 603	16 033	35 570	58%	36 798	38%	23%	11	8 360
	4	0,17%	60 789	25 430	35 359	58%	45 784	35%	30%	26	13 938
	5	0,36%	64 710	34 541	30 169	56%	51 465	31%	41%	56	21 022
	6	1,04%	62 863	41 820	21 043	57%	53 510	27%	57%	147	30 263
	7	3,01%	43 735	29 032	14 703	55%	36 965	28%	84%	307	31 029
	8	9,96%	15 044	10 132	4 912	51%	12 646	38%	99%	204	12 542
	9	15,25%	5 948	4 686	1 262	54%	5 363	37%	130%	164	6 959
	10	30,34%	5 433	4 539	894	61%	5 086	40%	154%	287	7 835
	11	100,00%	12 854	11 791	1 063	60%	12 813		57%	4 208	7 283
	12	100,00%	5 269	5 033	236	66%	5 189		45%	3 830	2 331
SOMA		7,69 %	388 269	197 015	191 968	57 %	307 012	32 %	48 %	9 245	146 304
Total		4,46 %	645 065	432 377	212 688	58 %	555 227	21 %	29 %	9 682	161 092

Em milhões de euros	Notação interna	31 dezembro 2013									
		PD médio	Exposição total	Valor patrimonial	Valor Extra-patrimonial	CCF médio do extra patrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	Ativos poderados
Administrações centrais e bancos centrais	1	0,01%	141 432	140 884	548	75%	141 285 26 206	1%	0%	0	270
	2	0,02%	26 275	26 083	192	64%		1%	0%	0	98
	3	0,08%	2 666	2 595	71	56%	2 635	14%	11%	0	296
	4	0,21%	2 678	1 306	1 372	55%	2 061	7%	7%	0	154
	5	0,47%	1 773	1 698	75	55%	1 739	27%	48%	3	842
	6	1,17%	743	628	115	56%	690	15%	39%	1	268
	7	3,48%	897	742	155	62%	838	11%	36%	3	298
	8	6,31%	720	517	203	58%	634	9%	35%	4	225
	9	12,91%	240	164	76	53%	204	59%	282%	16	576
	10	16,80%	163	125	38	67%	150	26%	137%	7	217
	11	100,00%	23	23	0		23		2%	26	0
	12	100,00%	2	2	0		2		0%	1	0
SOMA		0,11 %	177 612	174 767	2 845	60 %	176 467	2 %	2 %	61	3 244
Instituições	1	0,03%	5 759	4 310	1 449	93%	5 656	25%	9%	0	523
	2	0,03%	30 969	22 861	8 108	72%	28 701	15%	5%	1	1 367
	3	0,08%	8 439	6 982	1 457	75%	8 067	26%	15%	2	1 231
	4	0,14%	5 497	4 033	1 464	49%	4 745	23%	21%	2	979
	5	0,39%	5 729	3 774	1 955	54%	4 823	25%	31%	4	1 513
	6	1,05%	1 982	1 460	522	52%	1 730	40%	76%	7	1 315
	7	2,76%	839	619	220	44%	715	41%	108%	8	769
	8	7,20%	853	591	262	34%	679	36%	124%	15	840
	9	11,46%	339	156	183	28%	208	38%	171%	9	354
	10	19,75%	530	129	401	50%	330	39%	205%	26	678
	11	100,00%	709	626	83	91%	701		107%	283	754
	12	100,00%	169	169	0		169		2%	71	3
SOMA		1,93 %	61 814	45 710	16 104	67 %	56 524	21 %	18 %	428	10 326
Empresas	1	0,03%	11 651	5 397	6 254	56%	8 903	20%	6%	1	518
	2	0,04%	45 511	9 104	36 407	60%	30 882	35%	13%	4	3 992
	3	0,08%	49 519	15 642	33 877	58%	35 145	36%	22%	10	7 789
	4	0,17%	56 592	23 682	32 910	58%	42 910	32%	29%	23	12 432
	5	0,36%	56 978	31 443	25 535	56%	45 705	29%	39%	47	17 713
	6	1,01%	62 108	38 843	23 265	56%	51 753	25%	53%	129	27 655
	7	2,98%	42 390	28 184	14 206	53%	35 681	25%	73%	265	26 202
	8	6,58%	12 575	8 958	3 617	56%	10 978	24%	89%	171	9 820
	9	11,46%	5 580	4 350	1 230	58%	5 066	26%	125%	154	6 321
	10	20,47%	5 271	4 343	928	56%	4 805	29%	156%	270	7 484
	11	100,00%	8 816	7 799	1 017	64%	8 499		23%	3 417	1 950
	12	100,00%	3 251	3 077	174	94%	3 240		3%	2 543	110
SOMA		5,60 %	360 242	180 822	179 420	57 %	283 567	29 %	43 %	7 034	121 986
Total		3,32 %	645 065	401 299	198 369	58 %	516 558	19 %	26 %	7 523	135 556

Nas administrações centrais e bancos centrais, o Grupo está essencialmente exposto a contrapartes de muito boa qualidade, na sua maioria países desenvolvidos, beneficiando por conseguinte de excelentes notações internas e de uma perda média muito fraca em caso de incumprimento.

A maioria dos compromissos relacionados com as empresas incide sobre clientes de boa ou muito boa qualidade, refletindo o peso significativo dos grandes grupos multinacionais na clientela do Grupo. Os outros compromissos correspondem em grande parte a operações estruturadas ou garantidas por ativos de boa qualidade, facto corroborado pelos níveis médios das perdas em caso de incumprimento.

DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO INTERNA ESPECÍFICO PARA OS CLIENTES DE RETALHO

[Auditado]

As operações com os clientes de retalho são efetuadas no BNP Paribas, através da sua rede de agências em França, ou através de algumas das suas filiais, nomeadamente na Bélgica e no Luxemburgo, ou então no universo do BNP Paribas Personal Finance.

Para o conjunto destas atividades, a Política Geral de Notação Retail (PGNR) define o âmbito permitindo aos polos e à Direção de Riscos medir, hierarquizar e acompanhar de forma homogénea a evolução dos riscos de crédito incorridos pelo Grupo. Esta política aplica-se às transações caracterizadas por uma forte granularidade, uma fraca volumetria unitária e um tratamento estandardizado do risco de crédito. A política geral representa o quadro de conjunto no qual se desenvolvem os resultados, indicando nomeadamente:

- os princípios gerais do dispositivo de notação interna, realçando a importância da qualidade deste dispositivo e da sua adaptação às evoluções;
- os princípios próprios à definição das Categorias Homogéneas de Risco (CHR);

- os princípios relativos aos modelos, nomeadamente a necessidade de desenvolver modelos diferenciadores e interpretáveis, de se apoiar na modelização ou observação *a posteriori* dos indicadores de risco para definir parâmetros para os compromissos. Os indicadores de risco devem ser quantificados com base num histórico de pelo menos cinco anos e numa amostragem significativa e representativa. Por fim, os modelos devem ser documentados de forma precisa.

O essencial das contrapartes da carteira Clientes de retalho é objeto de uma quantificação de comportamento que serve para determinar a probabilidade de incumprimento, e para cada transação, a taxa de recuperação (TRG) e o valor exposto ao risco (EAD). Estes parâmetros são calculados mensalmente com base nas informações mais recentes e divididos em diferentes resultados de concessão, colocados à disposição da função comercial. Esta não intervém na determinação dos parâmetros de risco. Estes métodos são aplicados de forma homogénea ao conjunto dos clientes de retalho.

No perímetro do BNP Paribas Personal Finance, admissível para os métodos IRBA, os parâmetros de risco são determinados pela função Riscos, com base em estatísticas, em função das características dos clientes e do histórico da relação.

As metodologias de elaboração e de acompanhamento dos resultados permitem afetar os clientes individuais a categorias homogéneas em termos de risco de incumprimento. O mesmo sucede com os outros parâmetros: EAD e LGD.

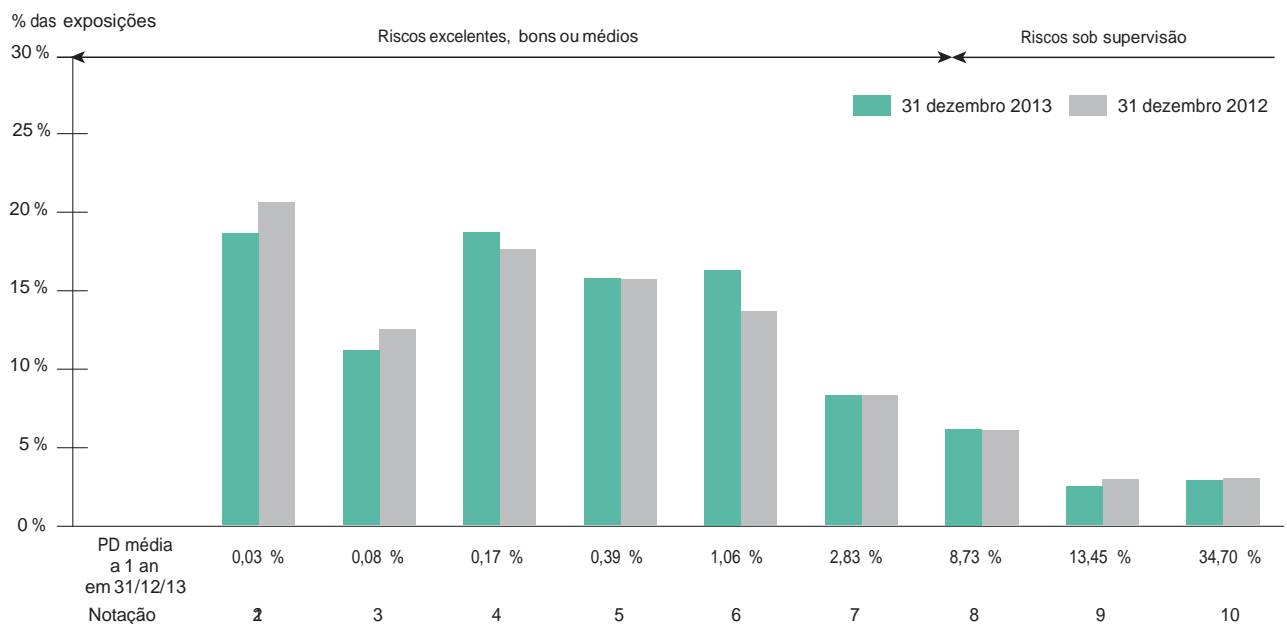
O gráfico abaixo apresenta a distribuição por notação dos ativos solventes relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes dos clientes de retalho para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Esta exposição representa 187 biliões de euros do valor ilíquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2013, um valor ligeiramente inferior ao de 31 de dezembro de 2012 (188 biliões de euros).

Esta carteira tem uma grande parte de compromissos com mutuários cujos riscos são considerados bons ou excelentes, devido ao peso das relações do Banco com grandes empresas multinacionais e instituições financeiras. Uma parte significativa dos compromissos com mutuários de menor qualidade está associada a estruturas de financiamento que permitem uma taxa de

recuperação elevada em caso de incumprimento da contraparte (financiamentos de exportações, que beneficiam de garantias das agências internacionais de seguro de crédito e financiamentos de projetos, estruturados ou transacionais).

➤ **GRÁFICO N° 5: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR NOTAÇÃO DE CONTRAPARTE NO PERÍMETRO CLIENTES DE RETALHO SEGUNDO A ABORDAGEM IRBA**



A evolução das probabilidades de incumprimento na carteira Clientes de retalho tinha sido afetada em 2012 pela implementação de uma metodologia diferente de integração de ajustamentos regulamentares pedidos pelo supervisor. Deve salientar-se que essas resoluções não tiveram um impacto nos ativos ponderados da carteira.

CARTEIRA DE CLIENTES DE RETALHO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO INTERNA

O quadro que se segue apresenta a distribuição por notação dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de clientes de retalho para todas as atividades do Grupo, utilizando a

abordagem de notação interna avançada. A exposição total representa 195 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, ligeiramente inferior ao resultado em 31 de dezembro de 2012, e diz principalmente respeito aos conjuntos operacionais Banco de retalho em França, Banco de retalho na Bélgica e Banco de retalho e das empresas no Luxemburgo, assim como às filiais de crédito a particulares na Europa ocidental do BNP Paribas Personal Finance.

Em milhões de euros	Notação interna	31 dezembro 2013									
		PD médio	Exposição total	Valor patrimonial	Valor Extra-patrimonial	CCF médio do extra patrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	Ativos poderados
Empréstimos imobiliários	2	0,03 %	27 759	27 045	714	92 %	27 703	12%	1 %	1	352
	3	0,08%	13 666	13 321	345	96%	13 652	12%	3%	1	406
	4	0,16%	21 825	21 221	604	102%	21 838	13%	5%	5	1 097
	5	0,37%	17 574	16 962	612	99%	17 566	13%	11%	8	1 887
	6	1,06%	9 987	9 910	377	102%	9 994	13%	22%	14	2 161
	7	2,71%	4 645	4 526	119	102%	4 647	13%	42%	17	1 938
	8	10,88%	2 548	2 499	49	114%	2 555	22%	66%	23	1 688
	9	14,34%	1 309	1 277	32	100%	1 309	16%	81%	23	1 057
	10	35,74%	1 065	1 053	12	104%	1 065	16%	97%	42	1 036
	11	100,00%	901	896	5	98%	901		62%	23	559
	12	100,00%	686	686	0		686			186	0
	SOMA		2,73 %	101 965	99 096	2 869	98 %	101 916	13 %	12 %	343
Exposições renováveis	2	0,04 %	414	114	300	89%	2 042	52%	1%	0	29
	3	0,08%	2 259	100	2 159	66%	1 529	51%	3%	1	41
	4	0,18%	3 275	143	3 132	67%	2 247	49%	5%	2	112
	5	0,38%	799	132	667	84%	972	53%	10%	2	97
	6	1,30%	5877	1 463	4 414	30%	2 784	44%	22%	16	608
	7	2,85%	1 210	641	569	90%	1 152	46%	40%	15	463
	8	7,10%	3 522	1 966	1 586	25%	2 366	45%	71%	74	1 686
	9	12,01%	689	554	135	99%	688	49%	106%	40	726
	10	30,67%	953	833	120	75%	923	45%	130%	128	1 198
	11	100,00%	1 101	1 071	30	43%	1 084		37%	627	402
	12	100,00%	511	511	0		512		0%	341	0
	SOMA		13,55 %	20 640	7 528	13 112	67 %	16 299	48 %	33 %	1 246
Outras	1	0,03%	10	10	0	50%	10	47%	5%	0	0
	2	0,04%	6 578	5 620	958	98%	6 563	29%	4%	1	237
	3	0,07%	4 895	4 192	703	83%	4 774	29%	6%	1	292
	4	0,18%	9 775	8 530	1 245	101%	9 793	34%	13%	6	1 302
	5	0,40%	11 001	9 622	1 379	103%	11 039	28%	18%	12	2 038
	6	1,02%	14 563	13 281	1 282	99%	14 547	30%	32%	43	4 632
	7	2,89%	9 644	8 789	855	100%	9 646	29%	43%	82	4 138
	8	8,44%	5 354	5 013	341	126%	5 445	34%	44%	95	2 401
	9	13,38%	2 607	2 464	143	93%	2 679	37%	65%	109	1 737
	10	35,53%	3 309	3 247	62	89%	3 139	28%	62%	246	1 938
	11	100,00%	2 637	2 603	34	78%	2 840		48%	1 424	1 367
	12	100,00%	2 085	2 021	64	101%	2 086		0%	1 290	0
SOMA		10,13 %	72 458	65 392	7 066	101 %	72 561	31 %	28 %	3 309	20 082
Total		6,47 %	195 063	172 016	23 047	81 %	190 776	22 %	20 %	4 898	37 625

Em milhões de euros	Notação interna	31 dezembro 2012								
		Exposição total	Valor patrimonial	Valor Extra-patrimonial	CCF médio do extra patrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	Ativos poderados
Empréstimos imobiliários	2	29 562	28 699	863	91%	29 490	11	2%	2	445
	3	17 620	17 219	401	96%	17 606	11	4%	3	661
	4	20 014	19 501	513	101%	20 019	11	6%	7	1 223
	5	14 372	13 883	489	100%	14 375	9	15%	21	2 177
	6	8 160	7 850	310	99%	8 158	10	19%	16	1 512
	7	4 334	4 239	95	101%	4 336	9	33%	31	1 434
	8	2 481	2 433	48	107%	2 484	10	42%	42	1 047
	9	1 671	1 637	34	100%	1 671	12	61%	27	1 022
	10	1 296	1 279	17	100%	1 296	10	47%	59	605
	11	955	950	5	99%	955		68%	50	646
	12	593	593	0		594		0%	17	0
	SOMA		101 058	98 283	2 775	98 %	100 984	11 %	11 %	275
Exposições renováveis	2	506	81	425	86%	2 046	52%	1	0	29
	3	1 208	104	1 104	78%	962	49%	3	0	26
	4	2 892	128	2 764	71%	2 086	44%	4	1	82
	5	3 963	83	3 880	57%	2 286	50%	10	5	225
	6	4 254	1 538	2 716	47%	2 828	44%	20	15	580
	7	2 109	814	1 295	45%	1 403	49%	44	21	622
	8	2 665	1 869	796	60%	2 346	45%	71	74	1 671
	9	801	667	134	107%	709	51%	110	43	783
	10	1 085	963	122	86%	1 068	44%	127	140	1 361
	11	1 035	1 006	29	37%	1 119		42	772	472
	12	493	493	0		494		0	203	0
	SOMA		21 011	7 746	13 625	72 %	17 347	47 %	34 %	1 274
Outras Exposições	2	8 576	7 307	1 269	93	8 486	27%	4%	2	351
	3	4 603	3 866	737	89	4 524	25%	7%	3	336
	4	10 048	8 725	1 323	96	9 998	32%	14%	9	1 410
	5	11 045	9 639	1 406	98	11 025	28%	21%	23	2 314
	6	13 211	12 017	1 194	106	13 290	29%	31%	51	4 153
	7	9 057	8 311	746	107	9 115	27%	40%	90	3 661
	8	6 181	5 837	344	125	6 268	26%	42%	110	2 661
	9	2 980	2 853	127	99	3 019	32%	61%	119	1 850
	10	3 233	3 179	54	91	3 275	23%	56%	261	1 824
	11	2 881	2 847	34	63	2 920		54%	1 611	1 566
	12	2 007	2 002	5	99	2 075		0%	781	0
	SOMA		73 822	66 583	7 239	102 %	73 995	28 %	27 %	3 060
Total		195 891	172 611	23 279	84 %	192 326	20 %	19 %	4 609	36 749

Os empréstimos imobiliários encontram-se essencialmente nas carteiras do Banco de retalho em França, do Banco de retalho na Bélgica, Banco de retalho no Luxemburgo e do Personal Finance. A política de distribuição baseia-se num dispositivo enquadrado. O fraco nível médio de perdas, em caso de incumprimento, materializa o efeito das garantias implementadas no momento da concessão do crédito.

As Exposições renováveis e Outras exposições dizem, em grande parte, respeito às atividades das filiais de crédito a particulares, cujos clientes estão mais dispersos em termos de qualidade e cujo nível de garantias é mais limitado.

Os parâmetros de risco utilizados para o cálculo das perdas esperadas no horizonte de um ano, de acordo com os princípios de Basileia e tal como publicado nos quadros anteriores, constituem estimativas estatísticas relativamente à duração do ciclo (Through The Cycle – TTC). Em contrapartida, as perdas realizadas reportam-se por natureza ao ano findo, portanto a um ponto específico do ciclo (Point in Time – PIT)..

Para o perímetro segundo o método IRBA, as perdas esperadas no horizonte de um ano (Expected Loss) e o custo do risco de crédito realizado não são dados comparáveis.

RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM STANDARD

Para os ativos tratados segundo o método standard, o BNP Paribas utiliza as notações externas das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings. A aproximação dessas notações aos escalões de qualidade de crédito previstos pela regulamentação está em conformidade com as recomendações da Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução.

Quando uma exposição da carteira bancária não dispõe de uma notação externa de crédito que lhe seja diretamente aplicável, os referenciais clientes do Banco permitem, em certos casos, utilizar na ponderação a avaliação externa «senior unsecured» do emissor, se esta estiver disponível.

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos tratados segundo o método standard representam 28 % do valor total das exposições ilíquidas do Grupo BNP Paribas, contra 32 % em 31 de dezembro de 2012. As principais entidades tratadas segundo a abordagem standard em 31 de dezembro de 2013 são o BNL SpA, excluindo Soberanos e Empresas, o BancWest, o BNP Paribas Personal Finance (crédito ao consumo excetuando a Europa ocidental e crédito imobiliário no seu conjunto), o BNP Paribas Leasing Solutions (BPLS), o TEB e as outras filiais dos países emergentes, as entidades da Banca Privada, assim como a Bposte banque na Bélgica.

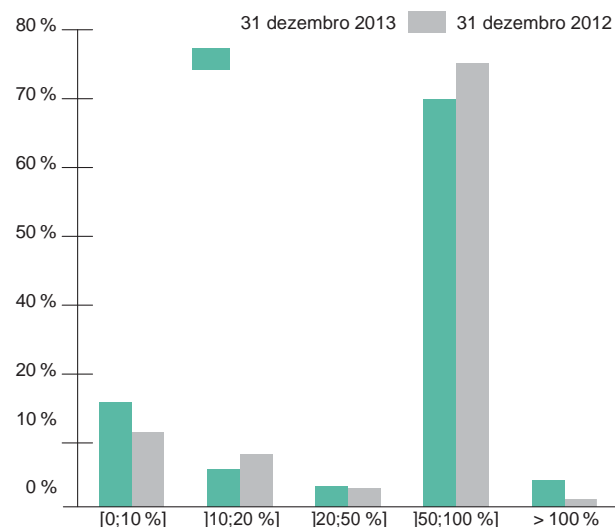
CARTEIRA «CORPORATE» [Auditado]

O gráfico ao lado apresenta a distribuição por taxa de ponderação (Risk Weight) dos ativos solventes relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de tipo «Corporate» (categorias de exposições: administrações centrais e bancos centrais, instituições, empresas) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard

Esta exposição representa 157 biliões de euros do montante ilíquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2013, contra 188 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012.

➤ GRÁFICO Nº 6: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES «CORPORATE(*)» DO RISCO DE CRÉDITO POR TAXA DE PONDERAÇÃO EFETIVA NO PERÍMETRO TRATADO SEGUNDO A ABORDAGEM STANDARD

% das exposições



(*) O perímetro «Corporate» apresentado no gráfico acima inclui as categorias de exposições administrações centrais e bancos centrais, instituições e empresas.

CARTEIRA DE CLIENTES DE RETALHO [Auditado]

A exposição total dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de clientes de retalho para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard, representa 163 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 167 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

CARTEIRA TOTAL

O quadro abaixo apresenta a distribuição por escalão de qualidade de crédito dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard. Esta exposição representa 329 bilhões de euros do montante ilíquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2013, contra 367 bilhões de euros em dezembro de 2012.

➤ QUADRO N° 21: CLASSIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO EXTERNA NO PERÍMETRO STANDARD

Em milhões de euros	Rating externo ^(*)	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
		Exposição ilíq. ^(**)	Valor exposto ao risco (EAD)	Exposição ponderada (RWA)	Exposição ilíq. ^(**)	Valor exposto ao risco (EAD)	Exposição ponderada (RWA)
Administrações centrais e bancos centrais	AAA à AA-	17 310	17 312	14	11 227	11 216	13
	A+ à A-	885	881	8	746	746	38
	BBB+ à BBB-	5 147	5 139	1 499	1 823	1 753	508
	BB+ à BB-	360	360	355	2 628	2 626	1 133
	B+ à B-	155	155	155	898	888	888
	CCC+ à D	28	11	16			
	Sem notação externa	1 430	1 427	1 142	1 503	1 486	1 162
SOMA		25 315	25 285	3 189	18 825	18 715	3 742
Instituições	AAA à AA-	6 581	5 986	1 210	13 723	12 960	1 590
	A+ à A-	101	88	44	240	211	100
	BBB+ à BBB-	7 744	6 136	5 593	9 424	7 279	4 956
	BB+ à BB-	1 388	1 021	345	975	801	801
	B+ à B-	85	53	52	269	245	176
	CCC+ à D	3	1	2	6	5	8
	Sem notação externa	2 196	2 054	943	2 128	1 996	877
SOMA		18 098	15 339	8 189	26 765	23 497	8 508
Empresas	AAA à AA-	157	156	31	80	79	16
	A+ à A-	866	501	251	1 875	1 295	648
	BBB+ à BBB-	1 496	880	876	2 498	1 736	1 709
	BB+ à BB-	423	326	325	337	213	212
	B+ à B-	194	129	193	308	252	378
	CCC+ à D	52	42	63	17	14	20
	Sem notação externa	119 386	88 585	85 724	149 871	113 043	109 926
SOMA		122 574	90 619	87 463	154 986	116 632	112 909
Cientes de retalho	Sem notação externa	162 958	139 549	80 694	166 865	142 534	80 589
SOMAE		162 958	139 549	80 694	166 865	142 534	80 589
TOTAL		328 945	270 792	179 535	367 440	301 378	205 748

(*) Segundo a Standard and Poor's.

(**) Patrimonial e extrapatrimonial.

A diminuição das exposições, segundo a abordagem standard, na categoria Empresas deve-se essencialmente à passagem do BNL SpA para a abordagem IRBA. As entidades do Grupo que calculam as suas necessidades de capital segundo o método standard têm uma atividade sobretudo orientada para os particulares ou para as pequenas e médias empresas, ou então situam-se em regiões do mundo onde a atividade das agências

de notação está pouco desenvolvida (Turquia, Ucrânia, Médio Oriente, etc.). Isto explica o facto de grande parte das empresas não ter notação externa na abordagem standard.

EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO, PROVISÕES E CUSTO DO RISCO

➤ QUADRO N° 22: ATIVOS COM OU SEM DEPRECIÇÃO APRESENTANDO DÍVIDAS E GARANTIAS RECEBIDAS NO ÂMBITO DESSES ATIVOS

(Ver Demonstrações financeiras consolidadas – nota 5.h – notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2013.)

➤ QUADRO N° 23: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				
	Exposição líq.	Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Exposições em incumprimento ^(*) Total	Ajustamentos de valor
Europa	834 008	18 722	22 826	41 548	20 399
França	333 469	3 205	7 407	10 612	5 437
Bélgica	143 054	184	3 367	3 551	1 326
Luxemburgo	19 625	26	582	608	261
Itália	137 571	12 374	5 828	18 202	8 885
Reino Unido	36 562	87	761	848	477
Holanda	30 256	135	245	380	60
Outros países da Europa Ocidental	104 552	1 604	3 705	5 309	2 630
Europa de Leste	28 919	1 107	931	2 038	1 323
América do Norte	169 682	414	1 564	1 978	802
Estados Unidos	163 360	414	1 528	1 942	767
Canadá	6 322	0	36	36	35
Ásia e Pacífico	82 544	98	381	479	196
Japão e Austrália	27 534	2	208	210	128
Países emergentes da Ásia	55 010	96	173	269	68
Resto do mundo	82 839	1 626	2 020	3 646	2 096
Turquia	30 512	394	2	396	269
Bacia mediterrânica	15 835	615	239	854	506
Países do Golfo-África	20 481	494	1 537	2 031	995
América Latina	16 011	123	242	365	326
TOTAL	1 169 073	20 860	26 791	47 651	23 493

(*) Valor que corresponde às exposições líquidas (patrimonial e extrapatrimonial) antes de consideradas as garantias.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				
	Exposição líq.	Abordagem Standard	Exposições em incumprimento ^(*)		Ajustamentos de valor
			Abordagem IRBA	Total	
Europa	856 052	21 354	16 360	37 714	19 262
França	354 050	3 485	7 175	10 660	5 496
Bélgica	139 897	128	3 449	3 577	1 410
Luxemburgo	19 880	26	705	731	300
Itália	141 124	14 397	263	14 660	7 244
Reino Unido	42 706	118	1 110	1 228	694
Holanda	30 673	92	45	137	69
Outros países da Europa Ocidental	98 068	1 524	2 851	4 375	2 462
Europa de Leste	29 654	1 584	762	2 346	1 587
América do Norte	156 193	482	1 926	2 408	843
Estados Unidos	148 983	482	1 890	2 372	807
Canadá	7 210	0	36	36	36
Ásia e Pacífico	69 298	110	495	605	242
Japão e Austrália	22 415	2	257	259	141
Países emergentes da Ásia	46 883	108	238	346	101
Resto do mundo	81 457	1 503	2 153	3 656	2 191
Turquia	24 570	261	2	263	171
Bacia mediterrânica	18 210	530	183	713	480
Países do Golfo-África	22 175	531	1 694	2 225	1 221
América Latina	16 502	181	274	455	319
TOTAL	1 163 000	23 449	20 934	44 383	22 538

(*) Valor que corresponde às exposições líquidas (patrimonial e extrapatrimonial) antes de consideradas as garantias.

➤ **QUADRO N° 24: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO, DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR E DO CUSTO DO RISCO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASILEIA**

O custo do risco apresentado abaixo é relativo ao risco de crédito e não inclui portanto as depreciações observadas no âmbito do risco de contraparte dos instrumentos financeiros de mercado (Ver Demonstrações financeiras - note 3.f – Custo do risco). Os elementos relativos à titularização estão descritos no ponto 5.5.

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				
	Exposição ilíqu.	Exposições em incumprimento ^(*)			Ajustamentos de valor
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total	
Administrações centrais e bancos centrais	209 469	16	3	19	10
Empresas	511 557	8 805	18 123	26 928	12 344
Instituições	90 026	203	744	947	410
Clientes de retalho	358 021	11 836	7 921	19 757	10 729
TOTAL	1 169 073	20 860	26 791	47 651	23 493

(*) Valor que corresponde às exposições ilíquidas (patrimonial e extrapatrimonial) antes de consideradas as garantias.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				
	Exposição ilíqu.	Exposições em incumprimento ^(*)			Ajustamentos de valor
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total	
Administrações centrais e bancos centrais	196 437	27	24	51	63
Empresas	515 228	11 621	12 068	23 689	11 963
Instituições	88 579	367	878	1 245	618
Clientes de retalho	362 756	11 434	7 964	19 398	9 894
TOTAL	1 163 000	23 449	20 934	44 383	22 538

(*) Valor que corresponde às exposições ilíquidas (patrimonial e extrapatrimonial) antes de consideradas as garantias.

As provisões de carteira representam 3,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 4,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O custo do risco é de - 4,1 bilhões de euros em 2013, contra - 3,9 bilhões de euros em 2012.

➤ **QUADRO N° 25: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES SEM DEPRECIÇÃO APRESENTANDO DÍVIDAS POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASILEIA E POR TIPO DE ABORDAGEM**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				
	Maturidade dos ativos sem depreciação apresentando dívidas ^(*)				
	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 1 ano	> 1 ano	Total
Administrações centrais e bancos centrais	23	0	0	1	24
Empresas	3 890	73	22	25	4 010
Instituições	255	3	2	5	265
Clientes de retalho	3 627	127	10	6	3 770
TOTAL PERÍMETRO STANDARD	7 795	203	34	37	8 069
Administrações centrais e bancos centrais	29	0	0	1	30
Empresas	2 539	76	34	33	2 682
Instituições	194	0	0	19	213
Clientes de retalho	2 368	3	0	0	2 371
TOTAL PERÍMETRO IRBA	5 130	79	34	53	5 296
TOTAL PERÍMETRO PRUDENCIAL	12 925	282	68	90	13 365

(*) Com base no perímetro prudencial contábilístico, valor correspondente às exposições ilíquidas (patrimonial) antes de consideradas as garantias.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				
	Maturidade dos ativos sem depreciação apresentando dívidas ^(*)				
	90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 1 ano	> 1 ano	Total
Administrações centrais e bancos centrais	31	0	0	2	33
Empresas	5 783	59	19	46	5 907
Instituições	380	0	0	0	380
Clientes de retalho	4 779	159	5	6	4 949
TOTAL PERÍMETRO STANDARD	10 973	218	24	54	11 269
Administrações centrais e bancos centrais	135	5	0	2	142
Empresas	1 538	343	20	20	1 921
Instituições	59	20	0	0	79
Clientes de retalho	3 109	39	1	3	3 152
TOTAL PERÍMETRO IRBA	4 841	407	21	25	5 294
TOTAL PERÍMETRO PRUDENCIAL	15 814	625	45	79	16 563

(*) Com base no perímetro prudencial contabilístico, valor correspondente às exposições ilíquidas (patrimonial) antes de consideradas as garantias.

CRÉDITOS REESTRUTURADOS

➤ QUADRO N.º 26: CRÉDITOS REESTRUTURADOS

Quando o mutuário está com dificuldades financeiras, os seus ativos são classificados como duvidosos. O quadro abaixo apresenta o valor líquido contabilístico, em 31 de dezembro de 2013, dos ativos duvidosos que foram reestruturados⁽¹⁾, assim como dos ativos reestruturados que foram reclassificados como ativos solventes após um período de observação.

Em milhões de euros	Total reestruturados 31 dezembro 2013
Empréstimos e créditos (excetuando operações de recompra)	9 433
Ativos duvidosos reestruturados	7 352
Imparidades e perdas de valor de ativos duvidosos reestruturados	(3 433)
Ativos duvidosos reestruturados - valor líquido	3 919
Ativos duvidosos reestruturados reclassificados em carteira solvente	5 514
Compromissos extrapatrimoniais	329
TOTAL	9 762

(1) Nota 1.c.5 Demonstrações financeiras consolidadas.

TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

As técnicas de mitigação do risco de crédito são integradas em conformidade com a regulamentação de Basileia 2. O seu efeito é sobretudo avaliado em condições de abrandamento económico. Estas técnicas dividem-se em duas grandes categorias: as garantias pessoais, por um lado, e as garantias reais, por outro lado.

- Uma garantia pessoal corresponde ao compromisso assumido por um terceiro de se substituir ao primeiro devedor, em caso de incumprimento deste último. Por extensão, os seguros de crédito e os derivados de crédito (compra de proteção) fazem parte desta categoria.
- As garantias reais constituídas a favor do Banco garantem a execução dos ativos financeiros de um devedor na data acordada.

Para o perímetro tratado segundo a abordagem IRBA, as garantias pessoais e reais são consideradas, sob reserva da sua elegibilidade, por uma diminuição do parâmetro de Perda em caso de incumprimento (LGD), aplicável às transações visadas para as operações da carteira de intermediação bancária.

Para o perímetro tratado segundo a abordagem standard, as garantias pessoais são consideradas, sob reserva da sua elegibilidade, por uma ponderação bonificada correspondente à do fiador, sobre a parte garantida da exposição que considera as assimetrias de divisa e de maturidade. As garantias reais, por sua vez, são abatidas à exposição após consideração, se for caso disso, das assimetrias de divisa e de maturidade.

Os fiadores são objeto de uma análise de risco idêntica à dos primeiros devedores, sendo-lhes atribuídos parâmetros de risco de acordo com metodologias e processos semelhantes.

A avaliação do efeito dos instrumentos de mitigação do risco de crédito segue uma metodologia validada e comum ao conjunto do Grupo para cada atividade. No polo CIB, esses efeitos consideram a possível correlação do fiador e do mutuário (em caso de pertença ao mesmo setor industrial por exemplo). São validados pelos Comitês de crédito em cada processo, no ato da aprovação inicial e depois aquando das revisões anuais.

As garantias reais dividem-se em duas categorias: as garantias financeiras, por um lado, e as outras garantias reais, por outro lado.

- As garantias de natureza financeira correspondem ao numerário (incluindo o ouro), às ações (cotadas ou não cotadas) e às obrigações.
- As outras garantias reais são diversificadas e podem tomar a forma de hipotecas imobiliárias ou marítimas, de garantias de stock, de cessão de contratos ou de qualquer outro direito sobre um ativo da contraparte.

Para poderem ser tomadas em consideração, as garantias devem preencher as seguintes condições:

- o seu valor não deve estar fortemente correlacionado com o risco do devedor (as ações do mutuário não são elegíveis);
- a garantia deve estar documentada;

- o Banco deve poder avaliar o valor do ativo dado como garantia em condições de abrandamento económico;
- o Banco deve ter obtido um conforto razoável sobre a possível apropriação e consequente realização do respetivo ativo.

Para o polo CIB, cada garantia é avaliada segundo técnicas próprias e o efeito em cada processo é avaliado individualmente.

No âmbito do seu mandato de otimização da gestão do risco de crédito do polo Corporate Investment Banking, a Portfolio Management (PM) efetua operações de cobertura mediante derivados de crédito, nomeadamente de Credit Default Swaps (CDS).

Estas aquisições de CDS realizam-se no âmbito de uma gestão ativa, tendo como principal objetivo a cobertura dos riscos de migração, de concentração e a gestão das exposições mais significativas. Os ativos subjacentes são empréstimos concedidos a grandes empresas, emitidos pelas áreas de intervenção CIB Corporate Banking, e pontualmente pelas do polo Retail Banking.

Consideradas como garantias pessoais e tratadas segundo uma abordagem IRBA, as coberturas mediante CDS implicam, sob reserva de elegibilidade, uma diminuição da «Perda em caso de incumprimento» (correspondendo a um aumento da «Taxa de recuperação global») estimada para o ativo subjacente, e consequentemente uma diminuição do seu consumo em termos de ativos médios ponderados.

Para a atividade da Banca de Retalho, a presença ou não de tal ou tal tipo de garantia real pode, em função da taxa de cobertura, levar a afetar a exposição a uma categoria de LGD específica, com base num tratamento estatístico.

As garantias são concedidas pela casa-mãe da contraparte ou por outras entidades, como por exemplo instituições financeiras. As coberturas mediante derivados de crédito, o recurso a seguradores de crédito públicos para o financiamento de exportações ou a seguradores de crédito privados constituem outros exemplos de garantias.

Uma garantia só pode ser elegível para melhorar os parâmetros de risco de uma transação se o fiador tiver melhor notação do que a contraparte visada, sendo o fiador submetido às mesmas exigências de análise prévia que o primeiro devedor.

Em conformidade com a política geral de notação, as garantias pessoais e reais são consideradas pelo seu valor económico e só excepcionalmente são aceites como fonte principal de reembolso. No caso de financiamento de matérias-primas por exemplo, a capacidade de reembolso do mutuário deve ser avaliada com base nos seus fluxos operacionais.

O valor económico dos ativos entregues como garantia é avaliado de forma objetiva e verificável: valor de mercado, valor segundo avaliação de perito, valor contabilístico. Este representa o valor dos ativos aquando da avaliação e não aquando do incumprimento, que se avalia numa segunda fase.

Por fim, os procedimentos do Grupo preveem uma revalorização das garantias reais no perímetro CIB pelo menos uma vez por ano.

➤ **QUADRO N° 27: ABORDAGEM IRBA PARA A CARTEIRA «CORPORATE»**

O quadro abaixo apresenta a distribuição para a carteira «Corporate», por categoria de exposição segundo Basileia, da mitigação de risco produzida pelas garantias relativas à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				31 dezembro 2012			
	Valor exposição total	Valor da mitigação de risco			Valor exposição total	Valor da mitigação de risco		
		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias
Administrações centrais e bancos centrais	184 154	4 703	85	4 788	177 612	4 695	240	4 935
Empresas	388 983	63 383	53 971	117 354	360 242	60 875	55 744	116 619
Instituições	71 928	3 267	1 038	4 305	61 814	4 021	899	4 920
TOTAL	645 065	71 353	55 094	126 447	599 668	69 591	56 883	126 474

➤ **TABLEAU N° 28 : APPROCHE STANDARD POUR LE PORTEFEUILLE «CORPORATE»**

O quadro abaixo apresenta a distribuição para a carteira «Corporate», por categoria de exposição segundo Basileia, da mitigação de risco produzida pelas garantias relativas à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard.

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				31 dezembro 2012			
	Valor exposição total	Valor da mitigação de risco			Valor exposição total	Valor da mitigação de risco		
		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias
Administrações centrais e bancos centrais	25 315				18 825	0	7	7
Empresas	122 574	138	6 101	6 239	154 986	821	5 673	6 494
Instituições	18 098		55	55	26 765	4 933	8	4 942
TOTAL	165 987	138	6 156	6 294	200 575	5 754	5 688	11 442

5.5 Titularização na carteira bancária

O grupo BNP Paribas está envolvido em operações de titularização enquanto originador, intermediário ou investidor segundo a tipologia de Basileia 2.5.

As operações de titularização, mencionadas a seguir, correspondem às operações definidas na CRD (Capital Requirement Directive) e descritas no capítulo V da Portaria de 20 de fevereiro de 2007. Trata-se das operações através das quais o risco de crédito inerente a um conjunto de exposições é dividido em tranches. As operações apresentam as seguintes características:

- conduzem a uma transferência significativa de risco;
- os pagamentos efetuados no âmbito da operação dependem do desempenho das exposições de origem;
- a subordinação das tranches, tal como definida pela operação, determina a distribuição das perdas durante o período da transferência de risco.

Ao abrigo da CRD, as exposições titularizadas no âmbito de operações de titularização por conta própria que respeitem os critérios de elegibilidade de Basileia, e nomeadamente o da

transferência significativa de risco, estão excluídas do cálculo do capital. Apenas as partes mantidas pela instituição e os ativos eventualmente atribuídos à estrutura após titularização são objeto de um cálculo de necessidade de capital, de acordo com o método baseado nas notações externas.

As exposições titularizadas no âmbito de operações de titularização por conta própria que não respeitem os critérios de elegibilidade de Basileia permanecem, por sua vez, na sua carteira prudencial de origem. A sua necessidade de capital é calculada como se não estivessem titularizadas e é apresentada na parte dedicada ao risco de crédito.

Consequentemente, o perímetro dos programas de titularização escolhidos diz respeito aos programas originadores considerados eficazes em Basileia 2.5, aos quais se juntam os programas enquanto intermediário, nos quais o Grupo manteve posições, assim como os programas emitidos por terceiros nos quais o Grupo investiu.

MÉTODOS CONTABILÍSTICOS [Auditado]

(Ver Demonstrações financeiras consolidadas – nota 1 – Resumo dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo).

A receita da cessão das posições de titularização é contabilizada de acordo com as regras da categoria de origem das posições vendidas. Assim, para as posições classificadas em empréstimos concedidos e créditos e em ativos disponíveis para venda, a receita de cessão vai creditar o custo do risco no montante devido do encargo líquido anteriormente constatado. O eventual remanescente é contabilizado como ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados no valor de mercado. Para as posições classificadas em valor de mercado por resultado, as receitas de cessão são registadas em ganhos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados no valor de mercado por resultado.

1) As posições de titularizações classificadas na categoria «Empréstimos concedidos e créditos» são avaliadas segundo o método do custo amortizado, tal como descrito na nota 1.c.1 anexa às Demonstrações financeiras: a taxa de juro efetiva (TIE) utilizada para reconhecer as receitas dos juros é avaliada a partir de um modelo de fluxos de caixa esperados.

Para os ativos que foram transferidos de outra categoria contabilística (ver nota anexa 1.c.6), as revisões em alta dos fluxos considerados recuperáveis são contabilizadas como ajustamento da taxa de juro efetiva a partir da data de mudança da estimativa. As revisões em baixa traduzem-se por um ajustamento do valor contabilístico. O mesmo acontece com todas as revisões de fluxos considerados recuperáveis de ativos não transferidos de outra categoria

contabilística. As imparidades são registadas nesses ativos segundo os princípios expostos na nota anexa 1.c.5 relativa a empréstimos concedidos e créditos.

2) As posições de titularização classificadas contabilisticamente em Ativos disponíveis para venda são avaliadas pelo seu valor de mercado (cf. nota anexa 1.c.3 e 1.c.10) e as variações deste, excetuando proveitos acumulados, são apresentadas numa rubrica específica do capital próprio. Aquando da cessão destes títulos, estes ganhos ou perdas não realizados, anteriormente contabilizados em capital próprio, são registados na demonstração de resultados. O mesmo sucede em caso de imparidade. O valor de mercado é determinado segundo os princípios expostos na nota anexa 1.c.10.

Os ativos à espera de titularização são registados na categoria contabilística «Empréstimos concedidos e créditos» e na carteira prudencial bancária, quando se trata de exposições provenientes do balanço do Banco, para as quais o Banco será originador, segundo o sentido de Basileia 2, da futura titularização.

Em contrapartida, os ativos à espera de titularização são registados na categoria contabilística «Valor de mercado por resultado» e na carteira prudencial bancária, quando se trata de exposições adquiridas na perspetiva de uma titularização e para a qual o Banco será intermediário, no sentido regulamentar.

DISPOSITIVO DE GESTÃO DE RISCOS NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO [Auditado]

A supervisão dos ativos titularizados diz respeito aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez sobre os ativos subjacentes, e ao risco de contraparte sobre as contrapartes de cobertura das proteções não financiadas.

PROCEDIMENTO RELATIVO AO RISCO DE CRÉDITO SOBRE OS ATIVOS TITULARIZADOS

Os ativos de titularização fora da carteira de negociação são submetidos à aprovação dos Comitês de crédito – titularização (*Securitisation Credit Committees*). Para as novas operações, pode ser efetuada uma pré-seleção antes da reunião do Comitê, para identificar os temas que convém submeter a uma análise mais exaustiva. Todas as aprovações são submetidas a uma revisão anual. As exposições são vigiadas diariamente para garantir que não ultrapassam os limites fixados pelos Comitês de crédito – titularizações visadas.

O desempenho dos ativos subjacentes é vigiado de perto por região e por tipo de colateral, e as posições de titularização podem ser acrescentadas à lista dos ativos a vigiar ou duvidosos se a qualidade de crédito do seu colateral se degradar. Estas posições são então submetidas ao procedimento da lista dos ativos de titularização sob supervisão ou duvidosos, que prevê uma análise pelo menos semestral destes ativos, além das reuniões ordinárias dos Comitês de crédito – titularização. Esta análise dos ativos é feita trimestralmente quando o BNP Paribas é o investidor. Se no âmbito de cenários prováveis parecer plausível um déficit do ativo em relação ao passivo, então são constituídas provisões.

As retitularizações emitidas pelo BNP Paribas são em primeiro lugar submetidas a Comitês específicos de aprovação de transações. Os ativos resultantes dessas operações são depois vigiados segundo os processos de titularização supramencionados.

REPORTING

As posições são vigiadas de perto por tipo de ativo, nível de prioridade e em termos de migração das notações. A diferença entre o valor contabilístico líquido após provisões e o justo valor (Nível 2) é igualmente supervisionado, sendo objeto de um reporting trimestral.

RISCOS DE MERCADO NA CARTEIRA BANCÁRIA

Para as exposições ABS com taxa fixa, foi implementada uma macrocobertura composta por swaps de taxa fixa/variável para cobrir o risco de taxa. Esta é contabilizada em conformidade com as regras da contabilidade de cobertura.

RISCO DE LIQUIDEZ

Os ativos titularizados detidos são financiados a prazo a nível interno pelo departamento ALM, com base na sua duração de vida média ponderada.

RISCO DE CONTRAPARTE

Os derivados integrados em estruturas de titularização são tratados no perímetro Titularização, excetuando algumas posições que continuam integradas na gestão do risco de contraparte.

ATIVIDADE DO BNP PARIBAS NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO [Auditado]

A parte respetiva do Grupo no seu papel de originador, intermediário e investidor traduz-se da seguinte forma:

➤ QUADRO N° 29: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS E DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO MANTIDAS OU ADQUIRIDAS POR TIPO DE PAPEL DESEMPENHADO

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas (*)	Posições de titularizações mantidas ou adquiridas (EAD) (**)	Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas (*)	Posições de titularizações mantidas ou adquiridas (EAD) (**)
Originador	1 781	1 579	11 669	2 227
Intermediário	1	12 046	384	12 731
Investidor	0	9 929	0	17 651
TOTAL	1 782	23 554	12 053	32 609

(*) As exposições titularizadas originadas pelo Grupo correspondem às exposições subjacentes apresentadas no balanço do Grupo e que foram objeto de uma operação de titularização.

(**) As posições de titularização correspondem às tranches mantidas das operações de titularização originadas ou intermediadas pelo Grupo, às tranches adquiridas pelo Grupo em operações de titularização intermediadas por terceiros, e aos compromissos.

As posições de titularização originadas pelo BNP Paribas diminuíram em - 10,3 bilhões de euros durante o ano 2013, das quais - 8,3 bilhões de euros na sequência da cessão da Royal Park Investments e - 2,0 bilhões de euros devido às titularizações da carteira BNL, que se tornaram ineficazes e que passaram, por conseguinte, a ser tratadas no risco de crédito.

As posições de titularização mantidas ou adquiridas pelo Grupo diminuíram em - 9,0 bilhões de euros durante o ano 2013, essencialmente devido ao exercício da opção de compra das posições RMBS do BNP Paribas Fortis, à cessão da Royal Park Investments e à amortização da carteira de titularização de investidor.

ATIVIDADE NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA (ORIGINADOR SEGUNDO BASEILEIA 2.5)

As posições de titularizações originadas e mantidas pelo BNP Paribas ascendem a 1,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, correspondendo a participações mantidas em titularizações de desconsolidação.

No âmbito da gestão corrente da sua liquidez, o Banco pode titularizar créditos concedidos aos clientes das redes bancárias (créditos imobiliários, créditos ao consumo) ou empréstimos concedidos a empresas, tornando-os assim mais fáceis de mobilizar. Em 31 de dezembro de 2013, duas operações principais permitem uma desconsolidação prudencial segundo Basileia 2.5, devido a uma transferência significativa de risco, sendo retomadas no quadro nº 29.

Aquando da aquisição de entidades do grupo Fortis pelo BNP Paribas, a parte da carteira de ativos estruturados do grupo Fortis que implicava mais riscos foi cedida a uma SPV específica, a Royal Park Investments. As exposições titularizadas desta SPV ascendiam a 8,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012. A participação do Grupo nessa SPV ascendia, na mesma data, a 0,7 bilhões de euros. Durante o segundo trimestre de 2013, o Grupo vendeu a participação que tinha na Royal Park Investments.

Além disso, em 2012, foram realizadas pelo BNP Paribas Personal Finance duas operações de titularização de créditos imobiliários na Holanda e o total dos ativos de clientes titularizados ascende a 1,0 bilhão de euros, com 0,6 bilhões de euros de títulos emitidos nos mercados. Esta operação não tem um efeito negativo no cálculo do capital regulamentar, uma vez que a sua implementação não leva a nenhuma transferência significativa de risco. As exposições visadas são portanto retomadas na parte dedicada ao risco de crédito (cf. ponto 5.4).

No total, o stock de participações relativas a créditos titularizados por conta própria ascende a 62,8 bilhões de euros para 36 operações, dos quais 21,1 bilhões de euros para o BNP Paribas Personal Finance, 0,2 bilhões de euros para a Leasing Solutions, 5,0 bilhões de euros para o BNL e 36,5 bilhões de euros para o BNP Paribas. Sendo estas titularizações ineficazes do ponto de vista da regulamentação de Basileia, os ativos titularizados são contabilizados nos créditos de clientes.

ATIVIDADE NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO ENQUANTO INTERMEDIÁRIO POR CONTA DOS CLIENTES

As operações de titularização do CIB Fixed Income realizadas pelo Grupo BNP Paribas e efetuadas por conta dos seus clientes são acompanhadas de linhas de liquidez e, se necessário, da concessão de garantias a entidades específicas. Estas não são consolidadas quando o Grupo não as controla. Os compromissos e as posições mantidas ou adquiridas pelo BNP Paribas nas titularizações em que o Grupo foi intermediário ascendem a 12,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, dos quais 1 milhão de euros corresponde a exposições originadas, estando distribuídos segundo a descrição abaixo.

Operações refinanciadas a curto prazo

Em 31 de dezembro de 2013, dois fundos não consolidados "multicedentes" (Starbird e Matchpoint) são geridos pelo Grupo por conta dos clientes. Estas entidades refinanciam-se no mercado local dos títulos comerciais a curto prazo. As linhas de liquidez concedidas aos dois fundos acima ascendem a 7,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 7,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Além disso, o BNP Paribas Fortis também concede linhas de liquidez ao programa "multicedente" Scaldis que ascendem a 2,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 3,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Operações refinanciadas a médio e a longo prazo

Na Europa e na América do Norte, a plataforma de estruturação do BNP Paribas permaneceu ativa e continuou a propor aos clientes soluções de financiamento, com base em produtos adaptados aos atuais constrangimentos em termos de risco e de liquidez. Também são atribuídas linhas de liquidez «técnicas», que servem para cobrir os impasses de vencimentos, a fundos não consolidados, em que o Grupo é intermediário recebendo os ativos titularizados dos clientes. O conjunto destas facilidades, assim como algumas posições residuais mantidas, ascende no total a 1,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, valor estável relativamente a 31 de dezembro de 2012.

Durante o exercício de 2013, o BNP Paribas prosseguiu, na área de intervenção Structured Finance, a sua atividade de gestão de CLO (Collateralized Loan Obligation) por conta de terceiros. As posições mantidas ascendem a 31 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 24 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

ATIVIDADE NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO ENQUANTO INVESTIDOR

A atividade de titularização do BNP Paribas enquanto investidor (no sentido da regulamentação), foi reduzida de 17,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 9,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, sobretudo devido ao exercício de opções de compra na carteira do BNP Paribas Fortis. Esta atividade é essencialmente exercida no CIB, no Investment Solutions e no BancWest. Também inclui as posições integradas na entidade BNP Paribas Fortis.

O CIB Fixed Income prosseguiu uma atividade de titularização enquanto investidor que consiste em acompanhar e gerir uma carteira de ABS (Asset Backed Securities), que representa 1,6 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 2,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta atividade cobre igualmente a gestão de linhas de liquidez concedidas, no âmbito de um sindicato de bancos, a programas ABCP (Asset Backed Commercial Paper), geridos por alguns grandes grupos industriais internacionais, clientes do BNP Paribas, representando 0,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 0,3 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Além disso, posições da Negative Basis Trade (NBT), por um valor exposto ao risco de 3,2 biliões de euros, estão igualmente integradas na Fixed Income, contra 4,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012.

O CIB Portfolio Management (PM) prosseguiu a sua atividade de titularização enquanto investidor em 2013. A exposição da carteira gerida pelo PM ascendeu a 0,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 0,04 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012. Este aumento resulta da continuação do programa de investimento lançado em dezembro de 2012.

Em 2013, o polo Investment Solutions diminuiu a sua exposição global de 1,0 bilião de euros em 31 de dezembro de 2012 para 0,6 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, essencialmente devido à amortização da carteira.

Os elementos tradicionais das políticas de refinanciamento e de investimento dos fundos próprios do BancWest residem em investimentos em posições de titularização exclusivamente realizados sobre títulos cotados. Em 31 de dezembro de 2013, as posições de titularização do BancWest representam 0,4 biliões de euros, um valor que se mantém quando comparado com período homólogo.

A carteira de créditos estruturados do BNP Paribas Fortis, que não foi reafetada a uma área de intervenção e que está integrada no «Corporate Center» ascende a 3,3 biliões de euros, contra 4,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012. Além disso, os investimentos do BNP Paribas Fortis em RMBS neerlandeses foram saldados após o exercício das opções de compra em 2013.

EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS

➤ QUADRO N° 30: EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS ORIGINADAS PELO BNP PARIBAS POR TIPO DE TITULARIZAÇÃO

Em milhões de euros	Tipo de titularização	Tipo abordagem	Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas	
			31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
	Clássica	IRBA	51	8 644
		Standard	169	2 389
	SUBTOTAL		220	11 033
	Sintética	IRBA	1 562	1 020
	TOTAL		1 782	12 053

➤ **QUADRO N° 31: EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS PELO BNP PARIBAS POR TIPO DE TITULARIZAÇÃO E CATEGORIA DE ATIVO SUBJACENTE^(*)**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				
	Originador		Intermediário ^(**)		Total
	Clássica	Sintética	Clássica	Sintética	
Bens imóveis residenciais			8 592	96	8 688
Créditos ao consumo			418		418
Créditos sobre cartões de crédito			896		896
Empréstimos concedidos a empresas		1 562	4 381	1	5 944
Créditos comerciais			2 681		2 681
Bens imóveis comerciais			1 016		1 016
Locação financeira			3 337		3 337
Outros ativos	219		1 529		1 748
TOTAL	219	1 562	22 850	97	24 728

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				
	Originador		Intermediário ^(**)		Total
	Clássica	Sintética	Clássica	Sintética	
Bens imóveis residenciais	10 467		8 393	96	18 956
Créditos ao consumo			370		370
Créditos sobre cartões de crédito			1 125		1 125
Empréstimos concedidos a empresas		1 020	4 912	4	5 936
Créditos comerciais			2 681		2 681
Bens imóveis comerciais			744		744
Locação financeira			3 311		3 311
Outros ativos	182		1 269		1 451
TOTAL	10 649	1 020	22 805	100	34 574

(*) Esta distribuição baseia-se no ativo subjacente dominante das exposições titularizadas.

(**) Nas exposições titularizadas em que o Grupo é intermediário, 1 milhão de euros corresponde a exposições originadas (provenientes do balanço do BNP Paribas) e m 31 de dezembro de 2013 (contra 384 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, as principais operações que permitem uma titularização de desconsolidação prudencial segundo Basileia 2.5 são as seguintes:

- uma operação sobre uma carteira de empréstimos concedidos às PME, com uma garantia do Banco Europeu de Investimento, realizada pelo BDDF num total de exposições titularizadas de mil milhões de euros;
- uma operação iniciada em 2013 pelo CIB PM sobre uma carteira de empréstimos concedidos a grandes empresas num total de 0,5 biliões de euros.

As operações sobre ativos imobiliários residenciais (Vela Home 2, Vela Home 3, Vela Home 4 e Vela ABS) realizadas pelo BNL tornaram-se ineficazes em 2013.

Além disso, as exposições titularizadas integradas na estrutura específica Royal Park Investment (RPI), ou seja 8,3 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012, têm igualmente, na sua grande maioria, como principal ativo subjacente bens imóveis residenciais, que foram vendidos em 2013.

Na mesma data, nenhuma operação de titularização sobre créditos ao consumo permite uma desconsolidação prudencial segundo Basileia 2.5. Aliás, o Grupo não implementou qualquer titularização por conta própria de exposições renováveis que incluam uma cláusula de amortização antecipada.

Dois terços dos ativos de exposições titularizadas pelo Grupo são-no por conta de terceiros, nomeadamente nos programas "multicedentes".

Em 31 de dezembro de 2013, não existe nenhum ativo à espera para titularização.

POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

➤ QUADRO N° 32: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO MANTIDAS OU ADQUIRIDAS POR CATEGORIA DE ATIVO SUBJACENTE

Em milhões de euros		Posição de titularização mantida ou adquirida (EAD)					
Código Papel BNP Paribas	Categoria de ativo ^(*)	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
		Patrim.	Hors-bilan	Total	Patrim.	Hors-bilan	Total
Originador	Bens imóveis residenciais				1 126	47	1 173
	Empréstimos concedidos a empresas	1 569		1 569	1 052		1 052
	Outros ativos	10		10	2		2
TOTAL ORIGINADOR		1 579		1 579	2 180	47	2 227
Intermediário	Bens imóveis residenciais	1 043	317	1 360	1 010	354	1 364
	Créditos ao consumo	182	555	737	143	462	605
	Créditos sobre cartões de crédito	470	430	900	600	518	1 118
	Empréstimos concedidos a empresas	2 093	743	2 836	2 538	842	3 380
	Créditos comerciais		3 390	3 390		3 326	3 326
	Bens imóveis comerciais	50	492	542	52	494	546
	Locação financeira	853	1 122	1 975	813	773	1 586
	Outros ativos	75	231	306	163	643	806
TOTAL INTERMEDIÁRIO		4 766	7 280	12 046	5 319	7 412	12 731
Investidor	Bens imóveis residenciais	2 079	165	2 244	6 645	399	7 044
	Créditos ao consumo	2 264	148	2 412	2 752	304	3 056
	Créditos sobre cartões de crédito	1		1	4		4
	Empréstimos concedidos a empresas	3 465	2	3 467	4 696		4 696
	Bens imóveis comerciais	1 460	45	1 505	2 484	43	2 527
	Locação financeira	167		167	144		144
	Outros ativos	133		133	180		180
	TOTAL INVESTIDOR		9 569	360	9 929	16 905	746
TOTAL		15 914	7 640	23 554	24 404	8 205	32 609

(*) Corresponde à categoria de ativo dominante relativa ao ativo da estrutura de titularização na qual a posição é detida. Nos casos em que o ativo subjacente é uma posição de titularização ou de retitularização, a regulamentação CRD 3 determina que se deve registrar o ativo subjacente final do programa visado.

➤ **QUADRO N° 33: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO POR PAÍS DO ATIVO SUBJACENTE, INCLUINDO POSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO E PROVISÕES**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				
	EAD	EAD em incumpr.			Ajustamentos de valor
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total	
Europa	13 109	35	335	370	93
França	2 950		36	36	0
Bélgica	248				0
Itália	928	4	27	31	4
Outros países da Europa	8 983	31	272	303	89
América do Norte	9 748	6	45	51	15
Ásia e Pacífico	654				0
Resto do mundo	43		6	6	6
TOTAL	23 554	41	386	427	114

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				
	EAD	EAD em incumpr.			Ajustamentos de valor
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total	
Europa	18 816	101	957	1 058	533
França	3 079		37	37	0
Bélgica	705		678	678	385
Itália	1 488	75	29	104	75
Outros países da Europa	13 544	26	213	239	73
América do Norte	12 820	6	101	108	28
Ásia e Pacífico	923				0
Resto do mundo	50	0	6	6	6
TOTAL	32 609	107	1 064	1 172	567

A diminuição dos ajustamentos de valor nas titularizações é a consequência da venda da Royal Park Investments (Bélgica) e da ineficácia das titularizações BNL reclassificadas em riscos de crédito (Itália).

As provisões da carteira representam 136 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 174 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

➤ **QUADRO N° 34: QUALIDADE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA BANCÁRIA**

Em milhões de euros	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Tipo de tranche		
Tranche de grau hierárquico mais elevado	21 713	29 892
Tranche mezzanine	1 319	2 227
Tranche de primeira perda	522	490
TOTAL	23 554	32 609

As posições de titularização mantidas ou adquiridas são em 31 de dezembro de 2013 na proporção de 92 % das tranches sénior (sem alterações relativamente a 31 de dezembro de 2012), o que reflete a excelente qualidade da carteira. Esta traduz-se pelos níveis de ponderação aplicados, tal como apresentado nos quadros do parágrafo seguinte. A diminuição da tranche mais elevada resulta essencialmente do exercício de opção de compra das RMBS neerlandesas.

ATIVOS PONDERADOS

No âmbito da abordagem standard, o valor dos ativos ponderados é calculado aplicando ao valor exposto ao risco a taxa das ponderações associada à notação externa da posição de titularização, nos termos do artigo 222º da Portaria de 20 de fevereiro de 2007. Num número muito limitado de casos, pode ser aplicada uma ponderação por transparência. A taxa de ponderação de 1250 % é atribuída às posições com uma notação inferior ou igual a B+ ou sem notação externa. Os investimentos do BancWest e do polo Investment Solutions nos programas de titularização são tratados segundo a abordagem standard.

Os ativos ponderados, segundo a abordagem IRBA, são calculados de acordo com um dos seguintes métodos:

- para as exposições com uma notação externa, a ponderação é obtida mediante a aplicação do método dito «baseado nas notações». Esta permite deduzir diretamente a ponderação aplicável à exposição em função da sua notação, graças a uma tabela de correspondência fornecida pelo supervisor;
- para as exposições sem uma notação externa, quando o BNP Paribas é originador ou intermediário, é o método da fórmula regulamentar (Supervisory Formula Approach – SFA) que é aplicado.

Com base numa notação interna da qualidade de crédito da carteira de

ativos subjacente, a ponderação aplicável à exposição é obtida mediante a utilização de uma fórmula matemática fornecida pelo supervisor, que também tem em consideração a estruturação da operação (em particular do nível de melhoria do risco de crédito do qual beneficia o BNP Paribas);

- para algumas linhas de liquidez nos programas ABCP da carteira do BNP Paribas Fortis, e não dispondo o BNP Paribas de uma notação externa, aplica-se uma abordagem de avaliação interna. Esta beneficia da homologação do BNB;
- num número muito limitado de casos, é aplicada uma ponderação por transparência.

Em 31 de dezembro de 2013, a abordagem IRBA é utilizada para as posições detidas pelo polo CIB, BDDF e pelo perímetro BNP Paribas Fortis.

Para as posições de titularização com notação, o BNP Paribas utiliza as notações externas das agências de notação Standard & Poor's, Moody's e Fitch. A correspondência destas notações com os escalões de qualidade de crédito previstos na regulamentação está em conformidade com as recomendações da Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução.

➤ QUADRO N° 35: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO E ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE ABORDAGEM

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012		Variação	
	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	Ativos ponderados	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	Ativos ponderados	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	Ativos ponderados
IRBA	22 294	14 588	30 131	17 153	(7 837)	(2 565)
Standard	1 260	1 041	2 478	1 923	(1 218)	(883)
TOTAL	23 554	15 629	32 609	19 076	(9 055)	(3 447)

O valor dos ativos ponderados que corresponde às posições de titularização mantidas ou adquiridas pelo Grupo ascende a 15,6 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, ou seja menos de 3 % dos ativos ponderados do Grupo BNP Paribas, contra 19,1 biliões em 31 de dezembro de 2012 (3 % dos ativos ponderados do Grupo).

➤ QUADRO N° 36: VARIAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS DA TITULARIZAÇÃO POR EFEITO

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Tipo de efeitos						Total variação	31 dezembro 2013
		Câmbio	Volume	Parâmetros	Perímetro	Método	Outros		
Ativos Ponderados - Titularização	19 076	(410)	(5 564)	2 967	0	(362)	(78)	(3 447)	15 629

A diminuição dos ativos ponderados da titularização está essencialmente associada a vendas ou a amortizações de programas.

➤ **QUADRO N° 37: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO POR MÉTODO DE CÁLCULO E PONDERAÇÃO**➤ **Abordagem IRBA**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013			
	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados	
	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)
Método de cálculo				
7 % - 10 %	6 803		534	
12 % - 18 %	902		137	
20 % - 35 %	846	1 134	241	331
40 % - 75 %	307	869	173	369
100 %	197	90	169	95
150 %		10		15
225 %		90		214
250 %	117		222	
350 %		231		858
425 %	201		598	
500 %		35		84
650 %	49	4	144	11
750 %				
850 %		55		278
Método baseado nas notações externas	9 422	2 518	2 218	2 255
1 250 %	270	443	2 300	5 363
IAA	612		82	
[0 - 7 %]	6 697	0	456	0
]7 % - 100 %]	1 875	76	514	20
]100 % - 350 %]	76	212	81	447
]350 % - 1 250 %]	94	0	853	0
Método da fórmula regulamentar	8 742	288	1 904	467
TOTAL	19 046	3 249	6 504	8 085

(*) Segundo o sentido da CRD3.

Método de cálculo	31 dezembro 2012			
	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados	
	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)
7 % - 10 %	12 804		992	
12 % - 18 %	778		115	
20 % - 35 %	1 056	1 380	294	382
40 % - 75 %	509	1 528	275	651
100 %	367	72	361	76
150 %		0		1
225 %		235		561
250 %	36		23	
350 %		255		947
425 %	55		92	
500 %		61		107
650 %	42	42	100	271
750 %				
850 %		334		2 771
Método baseado nas notações externas	15 647	3 907	2 252	5 767
1 250 %	287	506	2 468	3 643
IAA	719		114	
[0 - 7 %]	6 192	0	411	0
]7 % - 100 %]	1 975	77	514	21
]100 % - 350 %]	10	247	26	510
]350 % - 1 250 %]	86	478	635	792
Método da fórmula regulamentar	8 263	802	1 586	1 323
TOTAL	24 916	5 215	6 420	10 733

(*) Segundo o sentido da CRD3.

No conjunto das posições de titularização avaliadas com base nas notações externas (11,9 bilhões de euros):

- 57 % do EAD tem uma notação superior a A+ e portanto uma ponderação inferior a 10 % em 31 de dezembro de 2013, contra 65% em 31 de dezembro de 2012;

- a grande maioria (81 % do EAD) tem uma notação superior a BBB+ em 31 de dezembro de 2013 (82 % em 31 de dezembro de 2012).

➤ Abordagem standard

Em milhões de euros		31 dezembro 2013			
Taxa de ponderação	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados		
	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)	
20 %	493		98		
40 %		9		4	
50 %	262		131		
100 %	346	17	193	17	
225 %		24		52	
350 %	42		117		
Método baseado nas notações externas	1 143	50	539	73	
1 250 %	66		428		
Método da média ponderada					
Método por transparência	1		1		
TOTAL	1 210	50	968	73	

Em milhões de euros		31 dezembro 2012			
Taxa de ponderação	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados		
	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)	Posições de titularização	Posições de retitularização (*)	
20 %	820		164		
40 %		44		17	
50 %	770		354		
100 %	554	11	553	11	
225 %		38		87	
350 %	22		73		
Método baseado nas notações externas	2 166	93	1 144	115	
1 250 %	170		644		
Método da média ponderada	47		18		
Método por transparência	2		2		
TOTAL	2 385	93	1 808	115	

(*) Segundo o sentido da CRD3.

As garantias relativas às posições de titularização ascendem a 0,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 4,4 bilhões em 31 de dezembro de 2012, na sequência da venda da Royal Park Investments.

5.6 Risco de contraparte

INTRODUÇÃO

O risco de contraparte, conforme definido no ponto 5.3, é a manifestação do risco de crédito em operações de mercado, de investimento e/ou de regulamentos. O risco de contraparte é o risco de que a contraparte seja incapaz de honrar suas obrigações, pagando ao banco a totalidade do valor atualizado de uma transação quando o banco é um beneficiário líquido. O risco de contraparte também está relacionado com o custo de substituição de um instrumento derivado em caso de incumprimento da contraparte. Pode ser considerado como um risco de mercado, em caso de incumprimento, ou como um risco contingente.

MEDIÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CONTRAPARTE

A medição da exposição ao risco de contraparte é efetuada Segundo duas abordagens:

Abordagem padronizada

O valor exposto ao risco (EAD) para o risco de contraparte é medido com base num sistema interno de avaliação da exposição. Este valor é depois integrado no dispositivo de ponderação do risco de crédito. Esta medição apoia-se em simulações do tipo «Monte Carlo» que permitem analisar os movimentos prováveis do valor das exposições. Os processos estocásticos utilizados consideram determinados parâmetros, incluindo volatilidades e correlações, aferidos mediante dados de mercado históricos.

As potenciais exposições futuras ao risco de contraparte são medidas com a ajuda de um sistema baseado em modelos internos que permitem simular vários milhares de potenciais cenários de evolução dos mercados e reavaliar a carteira de transações de cada uma das contrapartes a vários níveis no futuro (de 1 dia a mais de 30 anos para as transações mais longas). As variações de valor são calculadas até à maturidade das transações.

Para a agregação das exposições, o sistema considera o quadro jurídico de cada transação e contraparte e portanto eventuais acordos de compensação e de valor de cobertura adicional.

As exposições ao risco de contraparte caracterizam-se pela sua forte variabilidade ao longo do tempo devido à evolução constante dos parâmetros de mercado que afetam o valor das transações subjacentes. É por isso essencial não se limitar ao acompanhamento dos valores atuais das transações e analisar as suas variações potenciais no futuro.

Abordagem não padronizada

Para as exposições ao risco de contraparte que não se encaixam nos modelos, o valor exposto ao risco é calculado segundo o método de avaliação do preço de mercado (Net Present Value + Add On).

LIMITES/ÂMBITO DE SUPERVISÃO

São definidos limites para o risco de contraparte e são implementados mecanismos de arbitragem hierárquicos. As potenciais exposições futuras calculadas pelo sistema são diariamente comparadas com os limites atribuídos a cada contraparte.

Além disso, o sistema pode simular novas operações e medir o seu impacto na carteira da contraparte. Trata-se, portanto, de uma ferramenta essencial do processo de aprovação do risco. Os seguintes Comitês (por ordem crescente de poder) - Comitê de crédito regional, Comitê de crédito global, Comitê de crédito Direção Geral (CCDG) - definem os limites de acordo com o seu nível de delegação. A estas medidas junta-se um conjunto de linhas diretrizes (incluindo linhas diretrizes sobre a sensibilidade aos parâmetros de mercado por contraparte, a sensibilidade extraída do sistema de risco de mercado), que são outras tantas ferramentas suplementares de supervisão do risco de contraparte e de prevenção das concentrações do risco sistémico.

OS CONTRATOS DE COMPENSAÇÃO

A compensação é utilizada pelo Banco a fim de mitigar o risco de crédito associado às contrapartes no âmbito das operações sobre os produtos derivados. O principal modo de compensação aplicado pelo Banco é a compensação por liquidação que permite, em caso de incumprimento da contraparte, pôr fim a todas as operações ao seu valor de mercado atual, depois fazer a soma de todos esses valores, positivos e negativos, para obter um único montante (líquido) a pagar à contraparte ou a receber desta. Este saldo («close-out netting») pode ser alvo de uma garantia («colateralização») concedida sob a forma de fiança em numerário, títulos ou depósitos.

O Banco recorre igualmente à compensação dos pagamentos para mitigar o risco de contraparte resultante do pagamento de quantias em divisas. Trata-se aqui da compensação de todos os pagamentos por contraparte. Esta compensação conduz a um montante único, em cada moeda, a pagar pelo banco ou pela contraparte.

As operações visadas são tratadas em conformidade com acordos, bipartidos ou multipartidos, respeitando os princípios gerais da legislação nacional ou internacional. As principais fórmulas de acordo bilateral utilizadas são as da Fédération Bancaire Française (FBF) e, a nível internacional, as da International Swaps and Derivatives Association (ISDA).

AJUSTAMENTOS DE CRÉDITO SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NEGOCIADOS EM OTC

A valorização dos instrumentos financeiros negociados em OTC pelo BNP Paribas no âmbito das suas atividades de mercado (Fixed Income, Global Equity & Commodity Derivatives) integra ajustamentos de valor de crédito. Um ajustamento de valor de crédito (ou CVA «Credit Value Adjustment») é um ajustamento de valorização da carteira de transações para ter em conta o risco de contraparte. Este reflete a possibilidade de perda pelo seu justo valor na exposição existente sobre uma contraparte devido ao valor potencial positivo do contrato, à probabilidade de incumprimento da contraparte e à estimativa da taxa de recuperação.

As exposições ao risco de contraparte sobre instrumentos derivados cobrem todas as exposições de derivados da carteira do BNP Paribas, incluindo todas os produtos subjacentes e todos os pólos. As exposições de Fixed Income representam a grande maioria destas exposições.

GESTÃO DINÂMICA DO RISCO DE CONTRAPARTE

O nível do ajustamento de valor de crédito efetuado muda em função das variações da exposição ao risco de contraparte existente e das do nível de cotação do risco de crédito da respetiva contraparte, que podem resultar nomeadamente de variações do spread de Credit Default Swaps (CDS) utilizado no cálculo das probabilidades de incumprimento.

Para reduzir o risco associado à degradação da qualidade do crédito inerente a uma carteira de instrumentos financeiros, o BNP Paribas pode recorrer a uma estratégia de cobertura dinâmica, que consiste na compra de instrumentos de mercado, como por exemplo os instrumentos derivados de crédito.

TESTES DE RESISTÊNCIA E RISCO GLOBAL DE CORRELAÇÃO DESFAVORÁVEL

O controlo do risco de contraparte é completado por testes de stress com um ou mais fatores (abordagem holística), assim como com uma abordagem do risco global de correlação desfavorável (risco de que a probabilidade de incumprimento de uma contraparte esteja correlacionada de forma não específica com o valor do contrato). Esta análise do risco, que se inscreve no âmbito do dispositivo do relatório de síntese de risco da Direção, também partilha algumas semelhanças com o risco de mercado como o Capital Markets Risk Committee (CMRC), o Comité principal na análise de riscos de mercado e de contraparte.

O dispositivo de stress testing para o risco de contraparte do BNP Paribas inclui uma abordagem bottom-up e uma abordagem top-down, em conformidade com o dispositivo de risco de mercado (ponto 5.7).

Assim, o dispositivo de testes de stress para as contrapartes é aplicado em conjunto com o teste de stress de risco de mercado, baseando-se nos mesmos pressupostos de variação dos mercados, quando os cenários são idênticos. Os testes incluem também fatores específicos de risco de contraparte, como a deterioração da qualidade de crédito da contraparte ou os impactos que afetam a volatilidade, utilizados pelo motor de simulação do risco de contraparte a prazo.

Em termos de governação, os dispositivos de stress testing para o risco de contraparte e para o risco de mercado são ambos cobertos pelo mesmo Comité, o Stress Testing Steering Committee.

O acompanhamento e análise do risco global de correlação desfavorável combina aspetos de top-down e bottom-up. Os resultados desta análise são reportados à Administração do Banco, incluindo ao CMRC.

- Em relação à abordagem top-down, a política de risco global de correlação desfavorável define as regras e critérios gerais para detetar este tipo de risco. Estes critérios baseiam-se no país de constituição das contrapartes, na região a que pertencem e nos seus setores de atividade. Diferentes posições de risco de mercado que as contrapartes poderiam ter em relação ao BNP Paribas também foram definidas como situações que exigem uma análise e uma comunicação específica.
- Em relação à abordagem bottom-up, devido à complexidade do risco global de correlação desfavorável e da existência do risco específico de correlação desfavorável (risco da exposição a uma contraparte ser relacionada positivamente com a probabilidade de incumprimento dessa contraparte), o dispositivo de controlo do risco global de correlação desfavorável também assenta numa abordagem de baixo para cima, onde a colaboração dos analistas de crédito é indispensável.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CONTRAPARTE [Auditado]

O quadro abaixo apresenta a exposição ao risco de contraparte (medida mediante a exposição no momento do incumprimento) dos contratos sobre instrumentos financeiros derivados e operações de empréstimos concedidos/contratados de títulos após, se for caso disso, acordos de compensação por categoria de exposição segundo Basileia.

➤ QUADRO N.º 38: VALOR EXPOSTO AO RISCO DE CONTRAPARTE POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASILEIA DOS INSTRUMENTOS DERIVADOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS/CONTRATADOS DE TÍTULOS

Em milhões de euros	31 dezembro 2013				31 dezembro 2012				Variação	
	IRBA	Abordagem Standard	Total	EAD médio 2013	IRBA	Abordagem Standard	Total	EAD médio 2012	Total	Exposição média
Administrações centrais e bancos centrais	13 642	0	13 642	13 918	14 160	34	14 194	12 669	(552)	1 249
Empresas	39 972	1 028	41 000	46 169	49 531	1 808	51 339	49 574	(10 339)	(3 404)
Instituições(*)	22 356	884	23 240	24 462	25 078	605	25 683	31 324	(2 443)	(6 862)
Clientese de retalho	-	18	18	15	-	13	13	16	5	(1)
TOTAL EAD	75 970	1 930	77 900	84 564	88 769	2 460	91 229	93 583	(13 329)	(9 019)

(*) A categoria de exposição «Instituições» corresponde às instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo as de países terceiros que estão reconhecidas. Além disso, esta categoria reúne algumas exposições relativas a administrações regionais e locais, a entidades do setor público e a bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como administrações centrais.

Em relação ao risco de contraparte, as exposições segundo uma abordagem IRBA são de 98 % em 31 de dezembro de 2013, contra 97% em 31 de dezembro de 2012.

As transações efetuadas no âmbito das atividades de mercado expõem o BNP Paribas ao risco de um potencial incumprimento das suas contrapartes. O BNP Paribas gere este risco de contraparte mediante a generalização de acordos contratuais

genéricos (acordos de compensação e de colateralização) e mediante uma política de cobertura dinâmica, considerando a variação de valor deste risco na avaliação dos instrumentos financeiros negociados em OTC e procedendo a ajustamentos de valor de crédito.

VALOR EXPOSTO AO RISCO POR TIPO DE ABORDAGEM

➤ QUADRO N° 39: VALOR EXPOSTO AO RISCO POR TIPO DE ABORDAGEM

Em milhões de euros	31 dezembro 2013						
	Modelo interno (EEPE ^(*))			NPV ^(**) + Add-On			Total
	IRBA	Standard	Subtotal	IRBA	Standard	Subtotal	
Instrumentos derivados	56 279	4	56 283	0	1 771	1 771	58 054
Operação de financiamento de títulos e operações com liquidação longa	19 687	0	19 687	4	155	159	19 846
TOTAL	75 966	4	75 970	4	1 926	1 930	77 900

Em milhões de euros	31 dezembro 2012						
	Modelo interno (EEPE ^(*))			NPV ^(**) + Add-On			Total
	IRBA	Standard	Subtotal	IRBA	Standard	Subtotal	
Instrumentos derivados	69 597	29	69 626	0	2 355	2 355	71 981
Operação de financiamento de títulos e operações com liquidação longa	19 172	2	19 174	0	74	74	19 248
TOTAL	88 769	31	88 800	0	2 429	2 429	91 229

(*) Effective Expected Positive Exposure.

(**) Net Present Value.

O valor exposto ao risco (EAD) de crédito associado às contrapartes é medido principalmente utilizando métodos (cf. § Medição da exposição ao risco de contraparte). O EAD padronizado representa 98 % do EAD total e abrange, desde 2012, o perímetro BNP Paribas Fortis, devido ao acordo conjunto entre os reguladores belga e francês no sentido de alargar o modelo do BNP Paribas ao BNP Paribas Fortis.

No perímetro não abrangido pelos modelos internos (essencialmente confinado às filiais BNL, BancWest, TEB e BGL BNP Paribas), o valor exposto ao risco é calculado segundo o método de avaliação do preço de mercado (Net Present Value + Add-On).

A descida do EAD ao longo de 2013 está sobretudo associada à evolução das taxas de juro (principalmente em relação ao euro e ao dólar americano).

As garantias sob forma de colateral utilizadas no método standard como redução do EAD ascendem a 652 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 857 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Os ativos ponderados relativos ao risco de contraparte são depois calculados multiplicando o valor exposto ao risco por uma taxa de ponderação que resulta do tipo de abordagem utilizada (abordagem standard ou abordagem IRBA).

De uma maneira geral, quando o EAD é padronizado e ponderado segundo uma abordagem IRBA, a LGD não é ajustada em função do colateral recebido, na medida em que este é diretamente considerado no cálculo da «Effective Expected Positive Exposure (EEPE)».

ATIVOS PONDERADOS

➤ QUADRO N° 40: ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE CONTRAPARTE

Em milhões de euros	Ativos ponderados		
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	Varição
Risco de contraparte - IRBA	15 234	18 633	(3 399)
Administrações centrais e bancos centrais	370	222	148
Empresas	11 427	15 117	(3 690)
Instituições	3 437	3 294	143
Risco de contraparte - Abordagem standard	1 274	1 900	(627)
Administrações centrais e bancos centrais	0	27	(27)
Empresas	1 036	1 610	(574)
Instituições	225	254	(29)
Clientes de retalho	13	9	3
Empréstimos imobiliários	0	9	(9)
Outras exposições	13	0	13
RISCO DE CONTRAPARTE	16 508	20 533	(4 025)

➤ QUADRO N° 41: VARIAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE CONTRAPARTE POR EFEITO

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Tipo de efeitos						Total Variação	31 dezembro 2013
		Câmbio	Volume	Parâmetros	Perímetro	Método	Outros		
Ativos Ponderados - Risco de contraparte	20 533	(55)	(2 660)	(1 184)	73	315	(514)	(4 025)	16 508

A diminuição dos ativos ponderados relativos ao risco de contraparte deve-se essencialmente às descidas da EEPE, associadas à evolução das taxas de juro.

NOCIONAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Ver Demonstrações financeiras consolidadas – Nota 5 – Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2013)

5.7 Risco de mercado

RISCO DE MERCADO RELATIVO ÀS TRANSAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

INTRODUÇÃO [Auditado]

O risco de mercado, tal como definido no ponto 5.3, exprime-se principalmente no âmbito das atividades de transações realizadas pelas áreas de intervenção Fixed Income e Global Equity & Commodity Derivatives do polo Corporate and Investment Banking (CIB) e abrange diferentes naturezas de riscos, definidas da seguinte forma:

- o risco de taxa de juro traduz o risco do valor de um instrumento oscilar devido às variações de taxa de juro;
- o risco de câmbio traduz o risco do valor de um instrumento oscilar devido às variações das cotações das moedas estrangeiras;
- o risco «ação» resulta das variações do preço de mercado das ações. Resulta não só das variações de preços e da volatilidade das próprias ações, mas também das variações de preços dos índices sobre ações;
- o risco «matérias-primas» resulta das variações do preço de mercado das matérias-primas. Resulta não só das variações de preços e da volatilidade das próprias matérias-primas, mas também das variações de preços dos índices sobre matérias-primas;
- o risco de spread de crédito resulta da variação da qualidade de crédito de um emissor e traduz-se pelas variações do custo de compra da proteção sobre este emissor;
- os produtos opcionais acarretam intrinsecamente um risco de volatilidade e de correlação, cujos parâmetros podem ser deduzidos dos preços observáveis de opções tratadas num mercado ativo.

PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO

[Auditado]

A organização do controlo dos riscos de mercado visa definir os dispositivos de acompanhamento destes riscos e controlar a valorização dos produtos financeiros, garantindo em simultâneo a independência das funções de controlo em relação às áreas de intervenção.

No GRM, a missão do Risk-Investment and Markets (Risk-IM) é de definir, medir e analisar as vulnerabilidades e fatores de risco, assim como medir e controlar o Value-at-Risk (VaR), que é o indicador global de perda potencial. O Risk-IM garante que a atividade se mantém no âmbito dos limites aprovados pelos diferentes Comitês e tem a responsabilidade de aprovar as novas atividades e as transações importantes, de rever e aprovar os modelos de valorização das posições e, por fim, de rever mensalmente os parâmetros de mercado (MAP review), em parceria com as equipas de valorização e de controlo dos riscos (V&RC).

O controlo dos riscos de mercado e da valorização está estruturado em torno de várias instâncias formais:

- o Capital Markets Risk Committee (CMRC) é o Comité principal a controlar os riscos associados às atividades dos Mercados de Capitais (Capital Markets). Tem como missão abordar de forma coerente as problemáticas de riscos de mercado e de riscos de contraparte.

O CMRC acompanha a evolução das principais exposições e dos riscos de stress e determina os limites de negociação de alto nível. O Comité reúne-se em princípio uma vez por mês. É presidido pelo Diretor Geral do Grupo ou por um dos Diretores Gerais delegados do Banco;

- o Product and Financial Control Committee (PFC) é o Comité de arbitragem e de decisão dos assuntos relacionados com a valorização dos instrumentos financeiros. Este Comité trimestral avalia as conclusões do CIB Financial Control sobre a eficácia dos controlos e os trabalhos de melhoria, bem como a fiabilidade do processo de valorização e de determinação dos resultados das operações de mercado. É presidido pelo Diretor Financeiro do Grupo e reúne os Diretores do Grupo Finance (FG) – Contabilidade, do CIB e do GRM;
- ao nível «área de intervenção», um Valuation Review Committee (VRC) reúne-se mensalmente para analisar e deliberar sobre os resultados das análises de parâmetros de mercado (MAP Reviews), assim como sobre a evolução das reservas. Em caso de desacordo, este Comité arbitra entre a área de intervenção e as funções de controlo. Este Comité é presidido pelo responsável trader senior e inclui representantes do trading, do GRM, do Valuation and Risk Control Group e do Grupo Finance. Qualquer diferendo é arbitrado pelo PFC;
- o Valuation Methodology Committee (VMC) reúne-se duas a três vezes por ano, por área de intervenção, para garantir o acompanhamento das aprovações e da revisão dos modelos, verificar a implementação das recomendações pertinentes e apresentar as melhorias introduzidas à governação dos modelos.

CONTROLO DAS VALORIZAÇÕES

[Auditado]

Os instrumentos financeiros que fazem parte da carteira de negociação prudencial são avaliados e contabilizados em valor de mercado ou de modelo por resultado, nos termos das normas contabilísticas aplicáveis. Pode também ser esse o caso de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária.

O controlo da valorização das carteiras é assegurado no âmbito da Carta das responsabilidades de valorização, que definiu a distribuição das responsabilidades. Estas políticas e práticas de governação aplicam-se também a todas as atividades de tesouraria.

Como complemento da Carta, existem diretivas específicas que descrevem em pormenor os controlos de valorização. Os principais processos, cujo conjunto constitui o dispositivo de governação dos controlos da valorização, estão descritos abaixo.

Controlo do registo contabilístico das transações

A responsabilidade deste controlo é do Middle-Office do polo Operações. Contudo, as operações mais complexas são analisadas pelo Risk-IM.

Market Parameter (MAP) Review – Análise independente dos preços

A análise dos preços é gerida conjuntamente pelas equipas de valorização e de controlo dos riscos (V&RC) e pelos departamentos Risk-IM, que asseguram verificações diárias aos parâmetros mais importantes e uma verificação mensal formal ao conjunto dos dados utilizados. Os tipos de parâmetros verificados pelo V&RC são definidos de forma precisa, tratando-se principalmente de parâmetros diretamente comparáveis a dados externos (cotação dos títulos, parâmetros de mercado convencionais), com ou sem recurso a prestadores especializados que forneçam preços de consenso. O departamento Risk-IM controla, por sua vez, os métodos de valorização e os parâmetros mais complexos que dependem em larga escala do modelo escolhido.

Os princípios gerais de análise dos parâmetros de mercado estão descritos na Carta das responsabilidades de valorização e nos procedimentos específicos como o Global marking and independent price verification policy. As metodologias específicas estão descritas em documentos (MAP Books) estruturados por linha de produto e atualizados regularmente. As responsabilidades do Risk-IM e do V&RC são definidas para cada etapa, e as conclusões das análises dos parâmetros de mercado registadas nos documentos de resultados das análises MAP.

A análise dos parâmetros de mercado traduz-se por ajustamentos de valorização, comunicados ao Middle-Office para registo na contabilidade. Os resultados são comunicados à direção do Trading durante os «Valuation Review Committee» (VRC). O parecer das funções de controlo prevalece, e qualquer diferendo importante e persistente é apresentado ao PFC.

Homologação e revisão dos modelos

A governação dos controlos dos modelos está descrita na Política de controlo das metodologias de valorização. As diretivas específicas para cada atividade estão detalhadas nos documentos que retomam as instruções de análise dos modelos para cada linha de produto.

Os analistas quantitativos do Front-Office criam e propõem as metodologias utilizadas para a valorização dos produtos e para o cálculo da medição dos riscos utilizados depois nas tomadas de decisões de trading. O departamento de Investigação e a equipa de sistemas (IT) são então responsáveis pela aplicação desses modelos.

O controlo independente dos modelos de valorização é da responsabilidade do Risk-IM. Os principais processos são:

- a validação dos modelos, após a qual será tomada uma decisão formal de aprovação ou de rejeição do modelo, inclusive na sequência de qualquer modificação da metodologia de valorização designada «Acontecimento do modelo de valorização». Em todo o caso, as decisões de aprovação são tomadas por um analista sénior Risk-IM. A análise exigida pela decisão de homologação pode ser pontual ou completa. Neste caso, os motivos e as condições da aprovação são detalhados num documento de homologação do modelo. Se a aprovação não for consensual ou se houver informações a comunicar aos atores, pode ser convocado um Comité de validação de modelos;
- a revisão dos modelos pode ser levada a cabo logo após a sua criação (ligada a uma homologação) ou durante o tempo de vida de um modelo (reavaliação). Esta consiste num inquérito sobre a pertinência do modelo utilizado para valorizar certos produtos num

contexto de mercado específico;

- o controlo da utilização e da implementação de modelos consiste num controlo contínuo da parametrização e da configuração dos modelos, mas também da adequação dos produtos ao modelo utilizado.

Calculo das reservas e outros ajustamentos de valorização

O Risk-IM define e calcula «reservas». Estas são ajustamentos do valor de mercado ou de modelo que têm simultaneamente um impacto na valorização contabilística e nos fundos próprios prudenciais. As reservas podem ser consideradas, em função dos casos, como uma medida de encerramento de uma posição ou como um prémio para riscos que não podem ser diversificados ou cobertos adequadamente.

As reservas cobrem principalmente:

- o risco de liquidez e os spreads de bid/offer;
- as incertezas associadas ao modelo ou aos parâmetros do mercado;
- a eliminação dos riscos para os quais nenhuma cobertura pode ser implementada (regularização do pay-off das opções digitais ou com barreira).

Foi definida uma política geral de ajustamento das valorizações. As metodologias relativas às reservas são documentadas pelo Risk-IM para cada linha de produto, e esta documentação é regularmente atualizada. A análise das variações das reservas é objeto de um relatório mensal ao VRC.

As metodologias relativas às reservas são melhoradas regularmente e qualquer mudança constitui um Acontecimento do modelo de valorização. As melhorias fornecidas às reservas são geralmente fruto da análise ou do ajustamento de um modelo, em função das informações provenientes do mercado durante o processo de análise dos parâmetros do mercado.

Reservas adicionais de valorização (por exemplo, para refletir os custos ou benefícios associados ao financiamento das operações) estão a ser definidas pela Autoridade Bancária Europeia. Algumas reservas afetam os fundos próprios prudenciais sem serem incorporadas no Fair Value contabilístico. O quadro definido por esta nova regulamentação é consistente com as reservas mantidas pelos BNP Paribas.

Day-one-profit or loss

Algumas transações complexas necessitam da utilização de parâmetros considerados como não observáveis. A norma contabilística IAS 39 determina que seja diferida a contabilização de um eventual resultado inicial (day-one-profit or loss) nas transações não observáveis, desde que o valor de modelo inicial tenha de ser ajustado ao preço da transação. A margem líquida de reservas diferida é contabilizada em resultado na proporção do tempo sobre a duração prevista de transação ou em parâmetros não observáveis.

O Risk-IM colabora com o Grupo Finance, com os Middle-Offices e com as Áreas de intervenção no processo de identificação e de processamento desses elementos de resultado, a fim de determinar se um certo parâmetro ou transação é observável ou não, nos termos das regras de observabilidade, aliás devidamente documentadas.

O impacto sobre a Demonstração de resultados do diferimento inicial do resultado é calculado pelo Middle-Office.

Estas mesmas regras de observabilidade são utilizadas para a elaboração das informações financeiras exigidas pela norma contabilística IFRS 7.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE MERCADO

[Auditado]

O risco das atividades de mercado é analisado em primeiro lugar mediante uma medição sistemática das vulnerabilidades das carteiras em relação aos diferentes parâmetros de mercado. Estas medições de vulnerabilidade, efetuadas com diferentes níveis de agregação de posições, são depois comparadas aos limites fixados previamente.

Implementação do acompanhamento do risco e determinação dos limites

O Grupo utiliza um sistema integrado para acompanhar diariamente as posições de trading e gerir o cálculo do Value at Risk (VaR). Este sistema permite o acompanhamento do VaR, mas também do detalhe das posições, assim como das vulnerabilidades aos parâmetros de mercado de acordo com diversos critérios (divisa, produto, contraparte, etc.). Além disso, permite incluir os limites de trading, as reservas e o stress testing.

O atual âmbito de definição e de gestão dos limites estabelece-se em três níveis de delegação de importância decrescente: a delegação mais importante é a do CMRC, seguida da do Responsável da área de intervenção, seguida por fim da do Responsável de uma carteira de negócio. Podem ser concedidas mudanças de limites de forma temporária ou definitiva, e a sua autorização depende do nível de delegação do limite visado, de acordo com o procedimento em vigor. Foram implementados mecanismos de arbitragem hierárquica para garantir que o ponto de vista independente da função Riscos sobre o tema dos limites possa ser considerado.

Análise dos riscos chave e reporting à Direção Geral

O Risk-IM materializa as suas análises de risco através da elaboração de relatórios de síntese e de quadros destinados à Direção Geral e ao Responsável das linhas de área de intervenção (limites, acompanhamento do VaR, análise de riscos chave...). O reporting e a divulgação dos principais relatórios de síntese sobre o risco são assegurados por uma equipa específica (Global Risk Analysis and Reporting).

O reporting está articulado em torno das seguintes análises:

- relatórios semanais (Main Position reports) por atividade (derivados de ações, matérias-primas, créditos G10, derivativos e mercados locais) destinados essencialmente aos responsáveis das linhas de área de intervenção. Estes relatórios propõem uma síntese do conjunto das posições, assim como pontos que devem ser alvo de uma atenção particular;
- relatórios mensais locais bottom-up de testes de stress para a Direção Geral, indicando as principais concentrações de risco em todo o mundo;
- relatórios complementares para o Comité principal de riscos de mercados, que incluem uma síntese dos acontecimentos de mercado e de risco, assim como um resumo do risco de contraparte global, a evolução do VaR/stressed VaR, resumos dos testes de stress dos riscos de mercado e de contraparte e a evolução dos capitais, o backtesting do risco de contraparte e de mercado;

- painéis de controlo dos riscos geográficos e mundiais;
- relatórios sobre os ajustamentos de valorização da carteira de negócio, nomeadamente no que diz respeito à sua vulnerabilidade aos parâmetros de mercado e aos parâmetros do risco de contraparte (CVA).

Value at Risk (VaR)

O Value at Risk corresponde à maior perda esperada para uma carteira específica, num determinado horizonte de tempo, com um intervalo de confiança pré-definido em circunstâncias de mercado normais. O VaR é um indicador estatístico que corresponde a um nível de confiança. Não indica a perda máxima e, em certos casos, pode ser ultrapassado, particularmente em casos de condições anormais do mercado.

A metodologia VaR do BNP Paribas visa medir, de forma precisa, o Value at Risk ao longo de um dia com um nível de confiança de 99%. O cálculo do VaR do Banco baseia-se num modelo interno validado pelas autoridades de supervisão bancária.

O cálculo do VaR baseia-se no método Monte-Carlo, que inclui não só simulações que observam as leis normais, mas também considera a ausência de normalidade frequentemente observada nos mercados financeiros e a correlação entre fatores de risco. A simulação Monte-Carlo tem como base o histórico de dados de mercado YoY (atualizados todos os meses).

Os principais fatores considerados na simulação são os seguintes: taxas de juro, spreads de crédito, taxas de câmbio, cotação das ações, preço das matérias-primas e volatilidades associadas.

O método de valorização utilizado não varia em função do produto, mas sim do tipo de risco analisado. Os métodos utilizados baseiam-se na vulnerabilidade aos parâmetros do mercado ou numa reavaliação total com base em valores de interpolação, a fim de integrar tanto os efeitos lineares como, especialmente para os instrumentos derivados, os efeitos não lineares.

Os algoritmos, metodologias e séries de indicadores são revistos e melhorados regularmente a fim de se adaptarem à evolução dos mercados de capitais.

Na sequência da validação dos reguladores franceses e belgas, o perímetro do modelo interno do BNP Paribas abrange igualmente a entidade BNP Paribas Fortis. O modelo interno do cálculo do VaR também é utilizado pelo BNL.

Evolução do VaR (1 dia, 99 %)

Os VaR apresentados abaixo são estabelecidos com base no modelo interno, parametrizado de acordo com o método preconizado pelos supervisores bancários internacionais, para estimar os montantes expostos ao risco («Emenda ao acordo sobre os fundos próprios para a sua extensão aos riscos de mercado»). Estes incidem sobre um período de um dia, com um intervalo de confiança de 99%.

O VaR médio do exercício de 2013 no perímetro BNP Paribas ascende a 36 milhões de euros (com um mínimo de 27 milhões de euros e um máximo de 60 milhões de euros), após consideração do efeito das

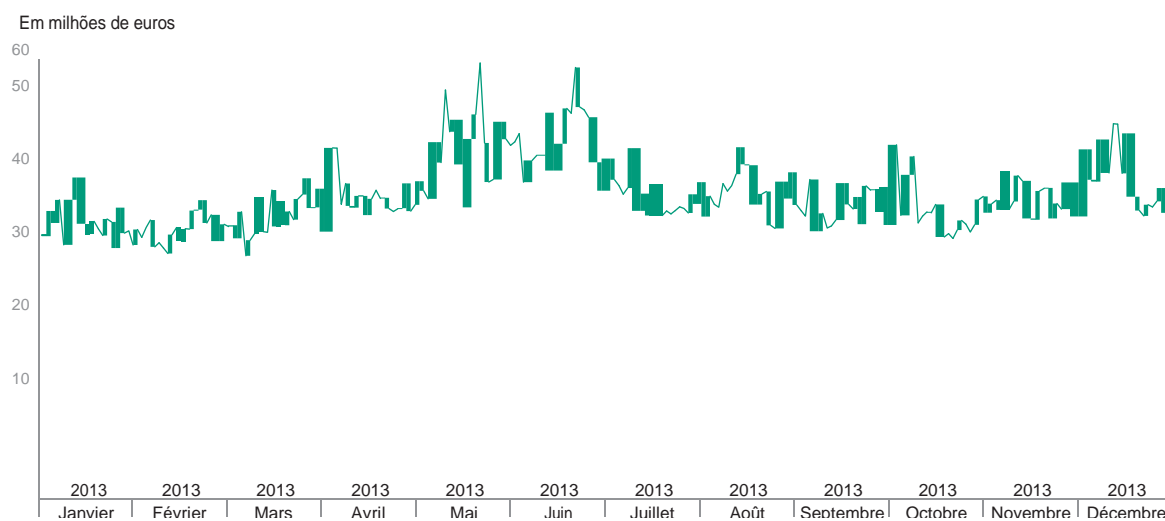
compensações entre diferentes naturezas de risco (- 42 milhões de euros). Este analisa-se da seguinte forma:

➤ QUADRO N° 42.A: VALOR EM RISCO (1 DIA, 99 %) - ANÁLISE POR NATUREZA DE RISCO

Em milhões de euros	Exercício 2013			31 dezembro 2013	Exercício 2012	
	Mínimo	Média	Máximo		Média	31 dezembro 2012
Risco de taxa	17	24	49	21	32	24
Risco de crédito	12	16	24	17	23	14
Risco de câmbio	7	14	26	17	14	11
Risco de preço associado às ações	11	21	42	19	19	17
Risco de preço associado às matérias-primas	3	4	5	3	5	5
Efeito das compensações(*)		(42)		(44)	(52)	(40)
TOTAL DO VALOR EM RISCO	27	36	60	34	42	30

(*) Os mínimos e máximos na tabela acima são calculados de forma independente por tipo de risco (incluindo em relação ao Value at Risk). Assim, não sendo os mínimos e máximos por tipo de risco necessariamente observados na mesma data, os efeitos da compensação mínimos/máximos não são considerados relevantes. Além disso, para os mínimos e máximos, o VaR total não pode ser lido como um complemento do VaR por tipo de risco.

➤ GRÁFICO N° 7: EVOLUÇÃO DO VAR (1 DIA, 99 %) EM MILHÕES DE EUROS EM 2013



O GRM avalia constantemente a pertinência do seu modelo interno de cálculo mediante diferentes técnicas, nomeadamente através de uma comparação regular, e durante um longo período, das perdas diárias constatadas nas atividades de mercado com o VaR (1 dia). A escolha de um intervalo de confiança de 99 % significa, do ponto de vista teórico, que perdas diárias superiores ao VaR são esperadas duas a três vezes por ano.

O método standard de backtesting do VaR faz uma comparação entre o VaR diário da carteira de negociação global e as variações diárias do valor da carteira. Em 2013, houve um dia com perdas reais superiores ao VaR, durante o mês de junho, devido a condições de mercado excepcionais durante esse período (é de salientar que, em 2012, o nível de backtesting nunca foi ultrapassado).

Evolução do VaR (10 dias, 99 %)

Os Valores em Risco apresentados abaixo são estabelecidos com base no modelo interno, parametrizado de acordo com o método preconizado pelos supervisores bancários internacionais, para estimar os montantes expostos ao risco («Emenda ao acordo sobre os fundos próprios para a sua extensão aos riscos de mercado»). Estes incidem sobre períodos de 10 dias, com um intervalo de confiança de 99%.

O VaR médio do exercício de 2013 no perímetro BNP Paribas ascende a 114 milhões de euros (com um mínimo de 86 milhões de euros e um máximo de 188 milhões de euros), após consideração do efeito das compensações entre diferentes naturezas de risco (- 133 milhões de euros).

Este analisa-se da seguinte forma:

➤ QUADRO N° 42.B: VALOR EM RISCO (10 DIAS, 99 %) - ANÁLISE POR NATUREZA DE RISCO

Em milhões de euros	Exercício 2013			31 dezembro 2013	Exercício 2012	
	Mínimo	Média	Máximo		Média	31 dezembro 2012
Risco de taxa	54	77	156	68	101	76
Risco de crédito	37	51	76	53	74	43
Risco de câmbio	22	43	83	53	44	34
Risco de preço associado às ações	35	65	133	61	61	55
Risco de preço associado às matérias-primas	8	11	17	10	15	16
Efeito das compensações(*)		(133)		(139)	(163)	(128)
TOTAL DO VALOR EM RISCO	86	114	188	106	132	95

(*) Os mínimos e máximos na tabela acima são calculados de forma independente por tipo de risco (incluindo em relação ao Value at Risk). Assim, não sendo os mínimos e máximos por tipo de risco necessariamente observados na mesma data, os efeitos da compensação mínimos/máximos não são considerados relevantes. Além disso, para os mínimos e máximos, o VaR total não pode ser lido como um complemento do VaR por tipo de risco.

EXIGÊNCIAS CRD3**Stressed VaR (SVaR)**

Um stressed VaR é ajustado para um determinado período de um ano, incluindo um período de crise. Um período de 12 meses (31 de março de 2008 - 31 de março de 2009) foi escolhido como período de referência para o ajustamento do stressed VaR. Esta escolha está sujeita a uma análise trimestral.

➤ QUADRO N° 43.A: STRESSED VaR (1 DIA, 99 %)

Em milhões de euros	Exercício 2013			31 dezembro 2013	Exercício 2012	
	Mínimo	Média	Máximo		Média	31 dezembro 2012
Stressed VaR	46	67	141	76	64	70

➤ QUADRO N° 43.B: STRESSED VaR (10 DIAS, 99 %)

Em milhões de euros	Exercício 2013			31 dezembro 2013	Exercício 2012	
	Mínimo	Média	Máximo		Média	31 dezembro 2012
Stressed VaR	144	212	446	240	201	220

Risco adicional de incumprimento e de migração (Incremental Risk Charge – IRC)

A abordagem IRC mede as perdas provocadas por um incumprimento e pela migração das notações no intervalo de confiança de 99,9 %, num horizonte de capital de um ano, supondo um nível de risco constante durante esse período.

A abordagem, que permite ter em conta riscos adicionais de incumprimento e de migração, é utilizada para todos os produtos não titularizados. O modelo é atualmente utilizado nos processos de gestão de riscos. Este modelo foi homologado pela Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução.

O cálculo do IRC baseia-se na premissa de um nível de risco constante num horizonte de capital de um ano, o que implica que as posições de negócio ou dos conjuntos de posições possam ser reequilibradas num horizonte de capital de um ano, de maneira a preservar o nível de risco inicial, medido pelo VaR ou pelo perfil de exposição por notação de crédito e pelo nível de concentração. Esta frequência de reequilíbrio denomina-se horizonte de liquidez.

O modelo é construído em torno de uma simulação baseada nas notações de cada devedor. O modelo não só identifica o risco de incumprimento dos devedores como o risco de migração das notações destes últimos. A dependência entre os devedores baseia-se num modelo multifatorial de rendimento dos ativos. As carteiras são objeto de uma valorização nos diferentes cenários simulados.

O modelo utiliza um horizonte de liquidez constante de um ano. Foi revisto internamente pelo Risk-IM. A análise incidiu sobre a coerência das metodologias propostas, o âmbito de aplicação dos

fatores de risco, a coerência entre o ajustamento dos parâmetros do modelo e a sua utilização no âmbito de simulações, assim como sobre a produção e a definição do perímetro.

➤ QUADRO N° 44: EXIGÊNCIAS DE FUNDOS PRÓPRIOS ASSOCIADAS AO INCREMENTAL RISK CHARGE

Em milhões de euros	Exercício 2013			31 dezembro 2013	Exercício 2012	
	Mínimo	Média	Máximo		Média	31 dezembro 2012
Incremental Risk Charge	278	423	681	481	258	274

Medida global de Risques relativa à carteira de correlação (Comprehensive Risk Measure – CRM)

A atividade de correlação relativa às empresas consiste em negociar e gerir o risco, principalmente de CDO de empresas (bespoke corporate CDOs), e as suas coberturas graças a CDS, de índices CDS e de tranches de índice.

Esta atividade faz parte do polo negócio de créditos estruturados do BNP Paribas Fixed Income.

O quadro de valorização utiliza em simultâneo preços observáveis no mercado (CDS, índices e tranches de índice) e os preços estabelecidos com a ajuda de modelos para valorizar os CDO por medida.

➤ QUADRO N° 45: EXIGÊNCIAS DE FUNDOS PRÓPRIOS ASSOCIADAS AO COMPREHENSIVE RISK MEASURE

Em milhões de euros	Exercício 2013			31 dezembro 2013	Exercício 2012	
	Mínimo	Média	Máximo		Média	31 dezembro 2012
Comprehensive Risk Measure	112	144	202	112	238	161

Posições de titularização da carteira de negócio fora da carteira de correlação

Para as posições de titularização classificadas contabilisticamente na categoria «Valor de mercado por resultado», as variações de valor de mercado, com exceção dos juros corridos dos títulos de rendimento fixo, são registadas na rubrica «Ganhos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor de mercado por resultado» da Demonstração de resultados.

Para as posições ABS que se encontram fora da carteira de correlação, aplica-se o método standard (como para a carteira bancária). As necessidades de capital correspondem por conseguinte à ponderação aplicada aos ativos ponderados, que é determinada pela notação externa do ativo. Os cálculos de necessidades de capital são determinados a partir da segunda pior notação das três agências de notação.

➤ QUADRO N° 46: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGÓCIO FORA DA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO POR CATEGORIA DE ATIVOS E DE CAPITAIS

Em milhões de euros	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)			
	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Posições curtas	Posições longas	Posições curtas	Posições longas
Bens imóveis residenciais	-	405	-	372
Crédito ao consumo	-	4	-	20
Créditos sobre cartões de crédito	-	23	-	-
Empréstimos concedidos a empresas	-	241	-	78
Bens imóveis comerciais	-	35	-	1
Locação financeira	-	57	-	36
Outros ativos	-	55	-	9
TOTAL PATRIMONIAL	-	820	-	516
Outros ativos	58	1	131	1
TOTAL EXTRAPATRIMONIAL	58	1	131	1
TOTAL	58	821	131	517

➤ **QUADRO N° 47: QUALIDADE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGÓCIO POR A DA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO**

Tipo de tranche	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)			
	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Posições curtas	Posições longas	Posições curtas	Posições longas
Tranche de grau hierárquico mais elevado	-	577	-	490
Tranche mezzanine		207		21
Tranche de primeira perda	58	37	131	6
TOTAL	58	821	131	517

➤ **QUADRO N° 48: DETALHE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS DA CARTEIRA DE NEGÓCIO FORA DA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO POR MÉTODO DE CÁLCULO, PONDERAÇÃO E TIPO DE TITULARIZAÇÃO**

Taxa de ponderação	31 dezembro 2013								
	Posições						Exigências em fundos próprios		
	Posições curtas			Posições longas			Posições curtas	Posições longas	Total
	Titularizações	Retitularizações	Total	Titularizações	Retitularizações	Total			
7 % - 10 %	-	-	-	479	-	479	-	3	3
12 % - 18 %	-	-	-	137	-	137	-	2	2
20 % - 35 %	-	-	-	48	-	48	-	1	1
40 % - 75 %	-	-	-	41	9	50	-	3	3
100 %	-	-	-	11	7	18	-	1	1
225 %	-	-	-	-	5	5	-	1	1
250 %	-	-	-	12	-	12	-	2	2
300 %	-	-	-	-	1	1	-	0	0
425 %	-	-	-	26	-	26	-	10	10
500 %	-	-	-	-	2	2	-	1	1
650 %	-	-	-	4	-	4	-	2	2
Método baseado nas notações externas	-	-	-	758	24	782	-	26	26
1 250 %	-	58	58	36	3	39	1	40	40
TOTAL	-	58	58	794	27	821	1	66	66

Taxa de ponderação	31 dezembro 2012								
	Posições						Exigências em fundos próprios		
	Posições curtas			Posições longas			Posições curtas	Posições longas	Total
	Titularizações	Retitularizações	Total	Titularizações	Retitularizações	Total			
7% - 10%	-	-	420	-	-	420	-	3	3
12% - 18%	-	-	38	-	-	38	-	0	0
20% - 35%	-	-	9	18	27	-	1	1	
40% - 75%	-	-	9	1	10	-	1	1	
100%	-	-	1	1	2	-	0	0	
250%	-	-	1	-	1	-	0	0	
350%	-	-	-	4	4	-	1	1	
425%	-	-	0	-	0	-	0	0	
Método baseado nas notações externas	-	-	478	24	502	-	6	6	
1 250%	-	131	131	12	3	15	16	15	15
TOTAL	-	131	131	491	26	517	16	21	21

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE MERCADO

O risco de mercado tratado segundo a abordagem standard corresponde ao risco de mercado de certas entidades do Grupo que não estão abrangidas pelos modelos internos. O risco de câmbio é determinado segundo a abordagem standard para a carteira bancária.

(Ver parte Risco de mercado relativa às atividades bancárias do ponto 5.7).

➤ QUADRO N° 49: EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE MERCADO

Em milhões de euros	Exigências em fundos próprios			Ativos ponderados		
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	Variação	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	Variação
Modelo interno	2 291	1 811	480	28 637	22 633	6 004
VaR	508	435	72	6 346	5 440	906
Stressed VaR	1 191	894	297	14 889	11 179	3 709
Medida relativa ao risco suplementar de incumpr. e de migração	480	274	206	6 007	3 421	2 586
Medida global de riscos relativa à carteira de correlação	112	208	(96)	1 395	2 593	(1 197)
Abordagem Standard	140	212	(72)	1 751	2 652	(900)
Posições de titularização da carteira de negócio	66	21	44	820	263	557
RISCO DE MERCADO	2 497	2 044	453	31 208	25 548	5 660

➤ QUADRO N° 50: VARIAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE MERCADO POR EFEITO

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Tipo de efeitos					Total variação	31 dezembro 2013	
		Câmbio	Volume	Parâmetros	Perímetro	Método			Outros
Ativos Ponderados-Risco de mercado	25 548	0	1 010	760	0	4 291	(401)	5 660	31 208

O efeito método está, por um lado, associado à consideração do fator tempo Thêta no modelo de cálculo do VaR e do Stressed VaR para responder a uma exigência da ACPR e, por outro lado, a alterações metodológicas no IRC durante o último trimestre do ano.

TESTES DE RESISTÊNCIA – RISCO DE MERCADO

Dispositivo de stress testing do risco de mercado

São efetuados vários testes de stress para simular o impacto das condições de mercado extremas no valor das carteiras de negócio mundiais. Os testes de stress abrangem todas as atividades de mercado, simulando uma série de condições de mercado desfavoráveis.

A abordagem fundamental do atual dispositivo de stress testing da carteira de negociação combina os testes de stress bottom-up e top-down:

- os cenários macro (top-down) incluem a avaliação de um conjunto de testes de resistência macroeconômicos globais. Esses cenários avaliam o impacto de desvios brutais dos mercados nas posições de trading do BNP Paribas, na sequência de acontecimentos de crise globais ou regionais. Podem basear-se em acontecimentos históricos ou em cenários hipotéticos prospectivos. Os cenários consideram acontecimentos como uma crise dos mercados emergentes, uma restrição do crédito ou uma queda da bolsa.

Os cenários de testes de stress macroeconômicos oficiais reúnem atualmente uma série de oito testes de stress diferentes. Os resultados desses cenários são analisados em cada Capital Markets Risk Committee (CMRC).

- Cenário 1: subida inesperada das taxas pelos bancos centrais, fazendo aumentar as taxas de juro a curto prazo, com uma estagnação na curva das taxas.
- Cenário 2: queda da bolsa, acompanhada por uma fuga para os ativos de qualidade, conduzindo a uma descida das taxas e a uma inclinação da curva das taxas.
- Cenário 3: crise genérica dos mercados emergentes. Cenário criado para testar os riscos desses mercados à escala mundial.
- Cenário 4: crise do crédito conduzindo a uma aversão generalizada ao risco.
- Cenário 5: crise do euro, com previsão de fraco crescimento do PIB, ameaça potencial de ver um país sair do euro e enfraquecimento considerável do euro.
- Cenário 6: cenário de choque petrolífero provocado por graves turbulências geopolíticas no Médio Oriente, com sérias consequências nos mercados da energia.
- Cenário 7: cenário de crise nos Estados Unidos, essencialmente baseado numa crise estrutural nos Estados Unidos, propagando-se através do resto do mundo.
- Cenário 8: cenário Risk-on: subida dos mercados de ações e dos mercados emergentes, fraca volatilidade realizada e diminuição da volatilidade implícita em todos os mercados (assinalando um regresso aos ativos de risco).

■ Os cenários micro (bottom up): em vez de considerarem o efeito na carteira mundial, estes cenários evidenciam os riscos de carteiras de negociação ou de regiões específicas, ou então concentrações de riscos específicos. Esta abordagem permite utilizar cenários de stress mais sofisticados e, por conseguinte, detetar zonas potenciais de perdas, que seriam difíceis de concretizar com cenários macroeconômicos mundiais (perturbações complexas dos mercados ou risco idiossincrático). Além disso, este processo facilita a classificação das zonas de risco em exposições de natureza estrutural ou em exposições que beneficiam de menos liquidez.

A análise dos cenários supramencionados permite construir o cenário desfavorável utilizado para as carteiras de negociação. Estes cenários de stress mundiais oficiais são apresentados em cada reunião do Capital Markets Risk Committee, como complemento do cenário desfavorável e de qualquer teste de stress bottom-up que tenha tido resultados significativos

Os resultados do conjunto dos testes de stress são revistos regularmente pela Direção Geral e colocados à disposição do Conselho de Administração.

Os cenários consideram a liquidez do mercado, simulando a restrição de alguns ativos ou da liquidez de um produto à medida que o acontecimento que gera o stress se desenvolve. Para compreender este processo, pode ser simplificado considerando uma abordagem em que o horizonte temporal para o choque de stress pode variar entre os diferentes instrumentos/ativos (consequentemente, cenários mais complexos podem ter em conta certos fatores idiossincráticos). Além disso, pode por vezes ser necessário quantificar o impacto de um choque com hipóteses de renovação de cobertura integradas na exposição em situação de stress.

O Stress Testing é monitorizado pelo Capital Markets Stress Testing Steering Committee (STSC). O Comité reúne-se mensalmente e define a orientação do conjunto dos desenvolvimentos, da infraestrutura, da análise e do reporting dos cenários de stress efetuados pelos departamentos de risco internos. O STSC é responsável por todos os assuntos relacionados com os testes de stress internos respeitantes ao risco de mercado, mas também ao risco de contraparte, e decide a definição pormenorizada dos testes de stress CMRC oficiais.

Os testes de stress são o elemento central da análise de riscos de acontecimentos raros (resultante dos que têm menor dimensão - tail risks), que também são avaliados através do stressed Value at Risk, da medição relativa ao risco suplementar de incumprimento e de migração (IRC) e da medição global do risco relativa à carteira de correlação (CRM). Além disso, o risco de acontecimento raro, usado sob a forma de «média das perdas para além do VaR» (Expected Shortfall) para a alocação de capital para risco de mercado entre áreas de intervenção, é um elemento adicional do tail risk a ter em conta na gestão e no acompanhamento do risco de mercado.

RISCO DE MERCADO RELATIVO ÀS ATIVIDADES BANCÁRIAS

O risco de mercado relativo às atividades bancárias cobre, por um lado, o risco de perda sobre as participações em ações, e por outro lado, o risco de taxa e de câmbio relativos às atividades de intermediações bancárias. Apenas o risco de participação em ações e o risco de câmbio dão lugar a um cálculo de ativos ponderados no âmbito do Pilar 1. O risco de taxa depende, por sua vez, do Pilar 2.

Os riscos de taxa e de câmbio relativos às atividades de intermediação bancária e aos investimentos são geridos pela área de intervenção ALM Tesouraria. Ao nível do Grupo, o ALM Tesouraria está sob a supervisão direta do Diretor Geral delegado, encarregue da função Finance. O ALM Tesouraria Grupo exerce uma autoridade funcional sobre as equipas ALM Tesouraria de cada filial.

As decisões de caráter estratégico são adotadas no âmbito de Comitês (Asset and Liability Committee - ALCO) que supervisionam a ação do ALM Tesouraria. Estes Comitês são definidos ao nível do Grupo, dos polos e das entidades operacionais.

RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES

O quadro seguinte apresenta uma distribuição das exposições em função do objetivo prosseguido pelo Grupo no âmbito da gestão das suas participações em ações.

➤ QUADRO N° 51: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES POR OBJETIVO DE GESTÃO

Em milhões de euros	Exposições ^(*)	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Objetivo estratégico	7 700	2 891
Objetivo de valorização a médio prazo	3 949	5 249
Participações associadas à atividade de uma área de intervenção	4 521	6 075
TOTAL	16 170	14 215

(*) Valor de mercado ou de modelo (patrimonial + extrapatrimonial).

As exposições em 31 de dezembro de 2013 ascendem a 16,2 biliões de euros, contra 14,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012. As entidades de seguros que entraram em 2013 no perímetro dos riscos de participação em ações foram afetas ao objetivo de gestão estratégica. A parte extrapatrimonial ascende a 3,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, contra 4,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012. As garantias de valor patrimonial líquido dadas aos acionistas de OPCVM ascendem a 2,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Exposições [Auditado]

Perímetro

As ações detidas pelo Grupo fora da carteira de negociação são constituídas por títulos «que conferem direitos residuais e subordinados sobre os ativos ou o rendimento do emissor ou que representam uma natureza económica similar». Trata-se:

- de ações cotadas e não cotadas e de participações em fundos de investimento;
- de opções implícitas das obrigações convertíveis, reembolsáveis ou convertíveis em ações;
- de opções sobre ações;
- de títulos "super subordinados";
- de compromissos dados sobre fundos privados;
- de coberturas sobre títulos de participação;
- de títulos de empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Princípios contabilísticos e métodos de valorização

As técnicas contabilísticas e métodos de valorização são apresentados nas Demonstrações financeiras consolidadas na nota 1. Resumo dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo -1.c.10 Determinação do valor de mercado.

➤ **QUADRO N° 52: EXPOSIÇÕES(**) AO RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES**

Em milhões de euros	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Método dos modelos internos	14 771	12 385
ações cotadas	3 504	3 813
outras exposições sobre ações	9 858	5 906
capital de risco em carteiras diversificadas	1 409	2 666
Método de ponderação simples	692	788
ações cotadas	2	7
outras exposições sobre ações	119	127
capital de risco em carteiras diversificadas	571	654
Abordagem standard	707	1 042
TOTAL	16 170	14 215

(*) Exposição medida em valor de mercado ou de modelo.

Valor total dos ganhos e perdas

O valor total dos ganhos e perdas não realizados registados diretamente no capital próprio é apresentado nas Demonstrações financeiras consolidadas na nota 5.c. – Ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos ponderados

Padronização do risco relativo à participação em ações

No perímetro histórico do BNP Paribas, o Grupo utiliza um modelo interno, baseado no que é utilizado para o cálculo do VaR diário da carteira de negociação. Contudo, é diferente deste na aplicação dos parâmetros de horizonte e de intervalos de confiança diversos, nos termos do artigo 59.1-c alínea ii da Portaria de 20 de fevereiro de 2007 do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria. Este modelo permite estimar neste perímetro o valor em risco do Grupo, com um nível de confiança de 99 % num horizonte de 3 meses.

Os fatores de risco escolhidos para a medição do risco sobre a carteira de participação em ações dependem do nível de informação disponível ou utilizável em relação às cotações dos títulos da carteira:

- para os títulos cotados, cujos históricos de cotações são suficientemente longos, estes últimos são diretamente selecionados como fatores de risco;
- para os outros títulos cotados ou para os títulos «não cotados», cada linha está ligada a um fator de risco sistémico representativo do setor de atividade e da zona geográfica na qual opera o emissor do título. A análise é depois complementada com um risco específico próprio de cada linha;
- quando o título pertence a uma zona geográfica fora da Zona Euro, um fator de risco correspondente à taxa de câmbio vem completar os outros fatores de risco.

➤ **QUADRO N° 53: ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES**

Em milhões de euros	Ativos ponderados		
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	Varição
Método dos modelos internos	32 900	21 496	11 404
ações cotadas	2 487	7 734	(5 248)
outras exposições sobre ações	27 554	7 321	20 233
capital de risco em carteiras diversificadas	2 859	6 441	(3 581)
Método de ponderação simples	1 531	1 733	(202)
ações cotadas	5	21	(16)
outras exposições sobre ações	442	468	(27)
capital de risco em carteiras diversificadas	1 084	1 244	(160)
Abordagem standard	834	1 148	(314)
RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES	35 265	24 377	10 888

➤ **QUADRO N° 54: VARIAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES POR EFEITO**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	Tipo de efeitos							Total variação	31 dezembro 2013
		Câmbio	Volume	Parâmetros	Perímetro	Método	Mais-valia	Outros		
Ativos Ponderados - Risco de participação em ações	24 377	(17)	(3 799)	(6 422)	(2 722)	22 779	862	207	10 888	35 265

A principal variação resulta da mudança de método associada à integração das entidades de seguro com base numa ponderação de um modelo interno de desvio entre o VME (valor da equivalência patrimonial) e a DME (diferença da equivalência patrimonial), em conformidade com o Relatório 2013 ACPR sobre as «Modalidades de cálculo do rácio de solvabilidade».

RISCO DE CÂMBIO

Cálculo dos ativos ponderados

O risco de câmbio diz respeito ao conjunto das operações da carteira bancária.

As entidades do Grupo calculam a sua posição líquida em cada divisa, incluindo o euro. Esta posição líquida corresponde à soma dos elementos de ativo, menos os elementos de passivo, mais os elementos extrapatrimoniais (incluindo a posição líquida das operações de câmbio a prazo e o equivalente delta líquido das opções de câmbio), menos os ativos duradouros e estruturais (títulos de participação, imobilizações corpóreas e incorpóreas). Estas posições são convertidas em euros pela cotação de fecho. Estas são então somadas para obter a posição líquida global do Grupo em cada divisa. A posição líquida numa divisa é classificada como posição longa quando os ativos excedem as dívidas e como posição curta quando as dívidas excedem os ativos. Para cada entidade do Grupo, a posição líquida em divisas é equilibrada na divisa mais importante (i.e. a divisa de reporting da entidade), para que a soma das posições longas seja equivalente à das posições curtas.

A exigência de fundos próprios no âmbito do risco de câmbio corresponde à soma dos seguintes elementos:

- as posições compensadas nas moedas dos Estados que participam no sistema monetário europeu são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 1,6 % do valor destas posições compensadas;
- os francos CFA e CFP são compensados com o euro sem exigência de fundos próprios;
- as posições em divisas apresentando uma correlação estreita são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 4 % do montante compensado;
- as outras posições, incluindo o saldo das posições não compensadas nas divisas supramencionadas, são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 8 % do seu montante.

Risco de câmbio e cobertura do resultado realizado em divisas [Auditado]

A exposição ao risco de câmbio operacional do Grupo provém dos resultados líquidos realizados em divisas diferentes do euro. A política do Grupo é de cobrir sistematicamente a variabilidade do seu resultado líquido às cotações das moedas estrangeiras. Para tal, os resultados realizados localmente, numa divisa diferente da divisa funcional do local, são cobertos localmente. O resultado líquido em moeda estrangeira realizado pelas filiais e sucursais e as posições ligadas às depreciações de carteira são geridas de forma centralizada.

Risco de câmbio e cobertura de investimentos líquidos em divisas [Auditado]

A posição de câmbio do Grupo associada aos seus investimentos em divisas resulta, no essencial, das dotações das sucursais e dos títulos de participação em moedas estrangeiras financiados pela compra da divisa de investimento.

A política do Grupo consiste em cobrir as exposições patrimoniais sobre as divisas líquidas. Esta política é garantida pelo financiamento por empréstimo contraído na divisa de investimento das participações em divisas estrangeiras. Neste caso, os empréstimos contraídos são registados como instrumentos de cobertura do investimento.

RISCO DE TAXA [Auditado]

Organização da gestão do risco de taxa no Grupo

Os riscos de taxa relativos às atividades de intermediação bancária e aos investimentos são geridos pelo ALM Tesouraria.

As operações iniciadas por cada entidade do BNP Paribas são transferidas para o ALM Tesouraria, mediante contratos internos analíticos ou operações de empréstimos concedidos/contraídos. O ALM Tesouraria tem a seu cargo a gestão dos riscos de taxa associados a estas operações.

As principais decisões de gestão relativas às posições de taxa provenientes das atividades de intermediação bancária são tomadas durante os comités mensais ou trimestrais, por entidade ou área de intervenção, onde estão representadas a Direção da área de intervenção, o ALM Tesouraria local, o ALM Tesouraria Grupo e as funções Finanças e Risco. A gestão do risco de taxa é portanto feita localmente por cada entidade. O Conselho de Administração é informado trimestralmente sobre os princípios da política de taxa, assim como sobre a situação do Grupo, através do Comité de controlo interno, de riscos e da conformidade (CCIRC).

Medição dos riscos de taxa

As posições de taxa são medidas sob a forma de disparidade de taxa, nas quais os riscos opcionais, associados em particular às opções comportamentais, são integrados com base no seu equivalente delta. Nas disparidades, que permitem medir o risco de taxa global em todos os horizontes, a maturidade dos ativos é aqui determinada em função das características contratuais das operações e dos comportamentos históricos dos clientes. Assim, para os produtos da Banca de Retalho, as padronizações dos comportamentos apoiam-se em dados históricos e estudos econométricos. Estas incidem nomeadamente nas amortizações antecipadas, nas contas correntes credoras e devedoras e nas contas poupança. A maturidade dos fundos próprios depende de uma abordagem convencional.

Para as atividades da Banca de Retalho, o risco de taxa estrutural também é medido através de um indicador de sensibilidade dos rendimentos, com uma lógica de continuidade da atividade, integrando a evolução dinâmica do balanço. Com efeito, a existência de correlações parciais ou nulas entre as taxas de clientes e as taxas de mercado, bem como uma sensibilidade dos volumes às taxas de juros, geram uma sensibilidade estrutural dos rendimentos às variações de taxa.

A escolha dos indicadores e a padronização dos riscos é controlada por equipas específicas do Group Risk Management. As conclusões destes controlos são apresentadas regularmente em Comitês.

Estes indicadores são sistematicamente apresentados aos ALCO e servem assim de base às decisões de coberturas, em função da natureza dos riscos.

Limites de risco

Nas atividades de intermediação clientes, para as quais o risco de taxa estrutural tem que ser medido com base na sensibilidade dos rendimentos a uma variação das taxas nominais, das taxas reais e da inflação, a gestão do risco de taxa global das entidades da Banca de Retalho está enquadrada por um limite principal. Este limite é estabelecido em função do rendimento anual, o que permite enquadrar a incerteza relativa ao rendimento futuro associado às evoluções de taxa de juro. Além da maturidade escolhida para o limite de sensibilidade dos rendimentos, o enquadramento é completado por um limite sobre as disparidades de taxa, fixado em percentagem dos recursos clientes. Esta percentagem é uma função decrescente do horizonte de gestão. Este limite permite enquadrar o risco nos vencimentos a longo prazo.

Nas outras áreas de intervenção, o risco é enquadrado por limites técnicos sobre as disparidades de taxa.

Sensibilidade dos rendimentos ao risco geral de taxa

A sensibilidade dos rendimentos a uma variação das taxas de juro é um dos indicadores de referência do Grupo para as análises do risco de taxa global. Esta sensibilidade dos rendimentos é calculada em relação ao conjunto da carteira bancária, incluindo as atividades de intermediação clientes e os fundos próprios, e em relação ao conjunto das divisas às quais o Grupo está exposto. Esta inclui hipóteses razoáveis de atividade num horizonte que corresponde ao do indicador.

O indicador consolidado é apresentado no quadro abaixo. Assim, num horizonte de um ano, a exposição ao risco de taxa associado à carteira de intermediação bancária é fraca: uma subida de 100 pontos de base das taxas de juro no conjunto da curva conduziria a uma subida de cerca de 0,3 % do resultado líquido bancário do Grupo, incluindo todas as divisas.

➤ QUADRO N° 55: SENSIBILIDADE DOS RENDIMENTOS AO RISCO GERAL DE TAXA PARA UMA SUBIDA DE 100 PONTOS DE BASE DAS TAXAS DE JURO

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		
	Euro	Outras divisas	Total
Sensibilidade dos rendimentos de 2013	(98)	(28)	(126)

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		
	Euro	Outras divisas	Total
Sensibilidade dos rendimentos de 2012	354	10	364

Dado que as carteiras de instrumentos financeiros resultantes da atividade de intermediação bancária do Grupo não se destinam a ser vendidas, não são objeto de uma gestão com base no seu valor. Contudo, é calculada uma sensibilidade do valor destas carteiras para responder às necessidades regulamentares. A sensibilidade do valor da carteira de intermediação bancária para uma variação de 200 pontos de base das taxas de juro (com um floor de zero) é de 1,2 % dos fundos próprios prudenciais do Grupo.

COBERTURA DOS RISCOS DE TAXA E DE CÂMBIO [Auditado]

As coberturas iniciadas pelo Grupo incidem essencialmente na cobertura do risco de taxa de juro e do risco de câmbio realizada mediante instrumentos financeiros derivados (swaps, opções, operações de câmbio a prazo).

Em função do objetivo prosseguido, os instrumentos financeiros derivados utilizados são designados na cobertura de valor, na cobertura de resultados futuros ou ainda na cobertura de um investimento líquido em divisas. Cada relação de cobertura tem uma documentação formal desde o início, descrevendo a estratégia prosseguida, designando o instrumento coberto e o instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto,

assim como a metodologia de avaliação da eficácia, quer a nível prospetivo, quer a nível retrospectivo.

Risco de taxa de juro global

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro global baseia-se na monitorização da sensibilidade dos rendimentos do Banco às variações de taxa de juro, o que permite tomar em consideração o conjunto dos riscos de taxa. O seu objetivo é a estabilidade e a regularidade da margem de juro. Esta monitorização tem que considerar os diferentes riscos para determinar a melhor estratégia de cobertura, após consideração das compensações. Estas estratégias são definidas e implementadas por entidade e por divisa.

As coberturas sob forma de derivados firmes ou opcionais são sobretudo contabilizadas em cobertura de variações de valor dos elementos cobertos com taxa fixa (fair value hedge) ou em cobertura da variação dos encargos e proveitos ligados aos ativos e aos passivos com taxa variável (cash flow hedge). Podem também tomar a forma de títulos de Estado e são maioritariamente contabilizadas na categoria «Disponível para venda».

Nos Estados Unidos, a melhoria das perspetivas de crescimento e as expectativas de abrandamento do programa de compra de títulos pelo FED têm levado a um aumento das taxas longas. Na Zona Euro, o aumento das taxas longas foi mais diferenciada num contexto de contração dos spreads sobre a dívida dos países do Sul da Europa, de perspetivas económicas mais incertas e de descida do nível de inflação esperado. As taxas curtas foram pouco afetadas pela descida da taxa do BCE de 0,75%, no início do ano, para 0,25%, no final do ano: mantiveram-se num nível muito baixo.

O essencial das posições de taxa no banking book é proveniente das redes de retalho. Em 2013, a estrutura do balanço destas redes foi marcada pela melhoria global do rácio de cobertura do crédito a clientes por depósitos de clientes: em França e em Itália, o desequilíbrio foi significativamente reduzido e o excedente de depósitos de clientes em relação aos créditos nas redes belga e luxemburguesa aumentou.

A questão da regularização de margens devido à manutenção prolongada das taxas de juros num nível baixo, associada aos fenómenos de taxas base em produtos de poupança teve assim tendência a crescer espontaneamente. O Grupo completou o seu nível de cobertura contra os riscos associados a um ambiente de taxas baixas, seja através de estratégias firmes (sob a forma de swaps), seja através de coberturas opcionais. Muito especificamente em França, as estratégias de coberturas de *livrets A* também foram adaptadas para ter em conta o facto de que a fórmula teórica para a determinação da taxa de remuneração não é apenas aplicada no atual contexto de inflação baixa.

Risco de câmbio estrutural

As relações de cobertura do risco de câmbio iniciadas pelo ALM incidem sobre os investimentos líquidos em divisas e sobre os rendimentos futuros em divisas do Grupo. Cada relação de cobertura tem uma documentação formal desde o início, descrevendo a estratégia prosseguida, designando o instrumento coberto e o instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto, assim como a metodologia de avaliação da eficácia, quer a nível prospetivo, quer a nível retrospectivo.

Os investimentos nas filiais e sucursais financiados por empréstimos contraídos de divisas são objeto de uma cobertura documentada, para conservar a simetria no registo das variações de câmbio e reduzir assim a volatilidade dos resultados. Neste âmbito, os empréstimos contraídos são registados como instrumentos de cobertura de investimentos.

Uma relação de cobertura de tipo Fair Value Hedge foi implementada para cobrir o risco de câmbio relativo aos títulos das entidades não consolidadas.

O Grupo cobre a variabilidade das componentes dos resultados do Grupo. Em particular, os fluxos de rendimentos futuros altamente prováveis (nomeadamente juros e comissões externas), em divisas diferentes do euro, gerados pelas principais atividades das filiais ou sucursais do Grupo, podem ser objeto de uma cobertura.

Cobertura de valor dos instrumentos financeiros apresentados no balanço (Fair Value Hedge)

Em matéria de risco de taxa, as coberturas de valor incidem ou sobre ativos ou passivos com taxa fixa identificados, ou sobre carteiras de ativos ou passivos com taxa fixa. Os instrumentos financeiros derivados contraídos permitem reduzir a exposição às variações do valor desses ativos e passivos induzidas pela evolução das taxas de juro.

As coberturas de ativos ou passivos identificados dizem essencialmente respeito aos títulos disponíveis para venda e às emissões de títulos de taxa de juro do Grupo.

As coberturas de carteiras de ativos ou passivos financeiros, constituídos por divisas, dizem respeito:

- por um lado, a créditos com taxa fixa: créditos imobiliários, créditos ao investimento, créditos ao consumo e créditos à exportação;
- por outro lado, a recursos clientes com taxa fixa (depósitos à ordem, recursos provenientes dos contratos de poupança habitação).

A designação do montante coberto efetua-se nos vencimentos dos ativos devidos dos elementos cobertos e designando um montante por tranche de maturidade considerada. Estes vencimentos são determinados tendo em conta as características contratuais das operações e dos comportamentos históricos dos clientes (hipóteses de amortização antecipada, taxas de incumprimento estimadas).

Os depósitos à ordem, que não têm juros contratuais, analisam-se como passivos financeiros com taxa fixa a médio prazo. O valor destes passivos é portanto sensível à evolução das taxas de juro. A lei de fluxo utilizada apoia-se em análises históricas.

Em cada relação de cobertura, a eficácia prospetiva é medida certificando-se que, para cada tranche de maturidade, o ativo dos elementos cobertos é superior ao ativo dos instrumentos financeiros derivados de cobertura designados.

A eficácia retrospectiva é medida certificando-se que a evolução mensal do ativo coberto em início de período não evidencia qualquer “sobrecobertura” *a posteriori*.

Cobertura dos resultados (Cash Flow Hedge)

Em termos de risco de taxa de juro, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobrir a variação dos encargos e proveitos associados aos ativos e aos passivos com taxa variável. As transações futuras altamente prováveis são igualmente cobertas. Os elementos cobertos são posicionados em cronogramas, por divisa e por índice de taxa. Depois de tomar em consideração as hipóteses de amortização antecipada e as taxas de incumprimento estimadas, o Grupo cobre, mediante instrumentos financeiros derivados, toda ou parte da exposição aos riscos induzida por esses instrumentos com taxa variável.

Em termos de risco de câmbio, o Grupo cobre a variabilidade das componentes dos resultados do Grupo. Em particular, os fluxos de rendimentos futuros (nomeadamente juros e comissões externas), gerados pelas atividades das principais filiais ou sucursais do Grupo, numa divisa diferente da sua moeda funcional, podem ser objeto de uma cobertura. Tal como acontece com a cobertura do risco de taxa, a documentação e

a avaliação da eficácia destas relações de cobertura apoia-se em cronogramas previsionais.

O quadro seguinte apresenta, no perímetro das operações a médio e longo prazo do BNP Paribas SA, o montante dos fluxos de caixa, classificado por data previsual de vencimento, que são objeto de uma cobertura, o que representa o essencial das operações do Grupo.

➤ QUADRO N° 56: FLUXO DE CAIXA OBJETO DE COBERTURA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013				31 dezembro 2012			
	Inferior a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Inferior a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxos de caixa cobertos	417	940	351	1 708	309	888	546	1 743

Durante o ano 2013, várias relações de cobertura de resultados futuros foram desclassificadas, com o argumento de que a ocorrência desse acontecimento futuro já não seria altamente provável ou de que a estrutura de algumas

coberturas não responderiam aos critérios de elegibilidade para um impacto não significativo no balanço e nos resultados.

5.8 Risco soberano [Auditado]

O risco soberano é o risco de incumprimento de um Estado sobre a sua dívida, ou seja uma interrupção temporária ou prolongada do serviço da dívida (juros e/ou principal).

A detenção de títulos de dívida emitidos por Estados soberanos está associada à gestão da liquidez do Grupo. Esta assenta na detenção de títulos disponíveis elegíveis para o refinanciamento dos Bancos Centrais e inclui uma parte importante de títulos de dívida emitidos pelos Estados que apresentam uma notação de qualidade, representativa de um nível de risco fraco. Além disso, no âmbito da política de integração do balanço e de gestão do risco de taxa de juro estrutural, o Grupo detém igualmente uma carteira de ativos que inclui títulos de créditos soberanos, cujas características de taxa fazem parte das suas estratégias de cobertura. Por outro lado, o Grupo é criador

de mercado de títulos de dívida soberana em vários países, o que o leva a ter inventários temporários de negócio para compra e para venda, em parte cobertos por derivados.

O ativo de títulos emitidos pelos emissores soberanos da zona euro no seio da carteira bancária do Grupo ascende a 46,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, antes da reavaliação e inclusive os juros vencidos. Compara-se a 44,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Fora da Zona Euro, os ativos detidos na carteira bancária sobre emissores soberanos ascendem em 31 de dezembro de 2013 a 15,9 mil milhões de euros, contra 19,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Os inventários detidos pelo Grupo no âmbito das diferentes carteiras são apresentados no quadro abaixo :

➤ **QUADRO N° 57 : VALOR BANCÁRIO E DE NEGÓCIO DAS EXPOSIÇÕES SOBERANAS DAS CARTEIRAS POR ZONA GEOGRÁFICA**

31 dezembro 2013 Em milhões de euros	Carteira bancária ⁽¹⁾			Carteira de negócio		
	Título	Emprestimos	Soberano	Risco emissor soberano		Risco de contraparte soberana ⁽²⁾
			CDS	Títulos ⁽²⁾	Derivados ⁽³⁾	
Zona Euro						
Áustria	436	0	0	595	(626)	21
Bélgica	15 400	603	0	(393)	708	198
Chipre	5	0	0	0	(2)	0
Estónia	0	0	0	0	(3)	0
Finlândia	195	0	0	192	(207)	69
França	10 446	33	0	(1 752)	1 215	7
Alemanha	1 423	0	0	3 845	309	218
Itália	11 910	424	102	928	532	3 358
Luxemburgo	131	0	0	341	0	0
Malta	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	3 344	1 000	0	(149)	516	(2 028)
Eslováquia	29	0	0	6	(182)	0
Eslovénia	5	0	0	74	(37)	59
Espanha	2 382	0	0	288	(187)	29
Países com plano de apoio						
Grécia	0	0	0	29	0	186
Irlanda	298	0	0	(59)	(7)	70
Portugal	609	0	43	25	(14)	29
TOTAL ZONA EURO	46 613	2 060	145	3 970	2 015	2 216
Outros países do Espaço Económico Europeu						
Bulgária	1	0	0	0	28	0
República checa	164	0	0	12	(8)	0
Dinamarca	0	0	0	15	(22)	0
Hungria	0	0	0	98	98	0
Islândia	0	0	0	24	26	0
Letónia	0	0	0	(1)	21	0
Liechtenstein	0	0	0	0	0	0
Lituânia	10	0	7	16	42	14
Noruega	59	0	0	59	(45)	0
Polónia	859	0	0	295	7	0
Roménia	0	36	0	40	54	0
Suécia	0	0	0	36	(22)	5
Grã-Bretanha	611	0	0	(307)	116	0
TOTAL OUTROS EEE	1 704	36	7	287	295	19
TOTAL EEE 30	48 317	2 096	152	4 257	2 310	2 235
Estados Unidos	7 847	355	0	1 822	(905)	0
Japão	2 308	0	0	2 416	92	8
Outros	5 718	2 644	40	4 723	1 155	93
TOTAL MUNDO	64 190	5 095	192	13 218	2 652	2 336

- (1) Os ativos da carteira bancária são apresentados em valor contabilístico (incluindo prémios/descontos e um copão vencido) antes de reavaliação e após provisão para uma eventual depreciação.
- (2) O risco emissor sobre os títulos soberanos da carteira de negociação, e o risco de contraparte sobre os instrumentos financeiros derivados celebrados com soberanos são medidos em valor de mercado, representando a perda máxima em caso de incumprimento (com a hipótese de uma taxa de recuperação zero).
- (3) O risco emissor líquido sobre os produtos derivados de crédito (CDS/TRS) e sobre as exposições sintéticas de Tesouraria (SWAPS) acordados com os agentes de mercado em relação a um mesmo ativo subjacente soberano corresponde à perda máxima sofrida em caso de incumprimento do soberano (com a hipótese de uma taxa de recuperação zero).

31 dezembro 2012	Carteira bancária ⁽¹⁾			Carteira de negócio		
	Soberano			Risco emissor soberano		Risco de contraparte soberana ⁽²⁾
	Títulos	Empréstimos	CDS	Títulos ⁽²⁾	Derivados ⁽³⁾	
Em milhões de euros						
Zona Euro						
Áustria	105	0	0	564	(672)	22
Bélgica	16 493	340	0	(80)	917	188
Chipre	5	0	0	0	(2)	0
Estónia	0	0	0	0	20	0
Finlândia	290	0	0	472	(225)	0
França	10 011	133	40	(4 539)	743	11
Alemanha	547	0	(50)	359	28	312
Itália	11 930	641	102	807	399	4 474
Luxemburgo	46	0	0	217	0	0
Malta	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	3 195	0	0	(217)	359	(2 350)
Eslováquia	30	0	0	(4)	(203)	0
Eslovénia	38	0	(4)	(2)	(148)	0
Espanha	459	0	0	285	(218)	8
Países com plano de apoio						
Grécia	0	5	0	9	0	189
Irlanda	212	0	0	(9)	(16)	0
Portugal	590	0	0	22	(3)	0
TOTAL ZONA EURO	43 950	1 120	88	(2 118)	977	2 854
Outros países do Espaço Económico Europeu						
Bulgária	2	0	0	6	(15)	0
República checa	165	0	0	58	(3)	0
Dinamarca	0	0	0	31	(35)	0
Hungria	66	50	(8)	192	6	0
Islândia	0	0	0	0	12	0
Letónia	0	0	0	17	6	0
Liechtenstein	0	0	0	0	0	0
Lituânia	21	0	4	4	26	7
Noruega	68	0	0	3	(1)	0
Polónia	889	0	0	(66)	0	0
Roménia	0	47	0	53	(27)	0
Suécia	0	0	0	18	15	32
Grã-Bretanha	1 646	0	0	(950)	(69)	0
TOTAL OUTROS EEE	2 857	97	(4)	(633)	(84)	39
TOTAL EEE 30	46 807	1 217	85	(2 751)	893	2 892
Estados Unidos	5 593	371	0	6 499	(4 105)	0
Japão	6 655	0	0	173	(220)	15
Outros	6 963	2 928	(4)	6 238	2 107	84
TOTAL MUNDO	66 017	4 515	80	10 159	(1 325)	2 992

- (1) Os ativos da carteira bancária são apresentados em valor contabilístico (incluindo prémios/descontos e um copão vencido) antes de reavaliação e após provisão para uma eventual depreciação.
- (2) O risco emissor sobre os títulos soberanos da carteira de negociação, e o risco de contraparte sobre os instrumentos financeiros derivados celebrados com soberanos são medidos em valor de mercado, representando a perda máxima em caso de incumprimento (com a hipótese de uma taxa de recuperação zero).
- (3) O risco emissor líquido sobre os produtos derivados de crédito (CDS/TRS) e sobre as exposições sintéticas de Tesouraria (SWAPS) acordados com os agentes de mercado em relação a um mesmo ativo subjacente soberano corresponde à perda máxima sofrida em caso de incumprimento do soberano (com a hipótese de uma taxa de recuperação zero).

5.9 Risco de liquidez e de refinanciamento [Auditado]

O risco de liquidez e de refinanciamento define-se como o risco de não conseguir fazer face a fluxos de saída de caixa ou a necessidades cobertas pela garantia, esperadas ou inesperadas, no presente ou no futuro, sem afetar nem as operações diárias, nem a situação financeira do Grupo. Este risco pode provir da ausência total ou parcial de liquidez de certos ativos ou do desaparecimento de certos recursos. Este pode estar associado à própria instituição (risco de reputação) ou a fatores externos (crise em alguns mercados).

O risco de liquidez e de refinanciamento do Grupo é acompanhado no âmbito de uma «política de liquidez» global validada pela Direção Geral. Esta assenta em princípios de gestão definidos para serem aplicados em situação corrente ou na hipótese de crises de liquidez. A situação de liquidez do Grupo é analisada a partir de normas internas, de indicadores de alerta e de rácios regulamentares.

A POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

OBJETIVOS DA POLÍTICA

Os objetivos da política de liquidez do Grupo consistem em garantir o financiamento equilibrado das atividades do BNP Paribas, em fazer com que o Grupo esteja sempre apto a honrar as suas obrigações para com os seus clientes, em zelar para que ele não se encontre por si só na origem de um acontecimento de carácter sistémico, em respeitar as normas impostas pelos supervisores bancários locais, em fazer face às crises de liquidez e em controlar o custo do seu refinanciamento.

AGENTES QUE INTERVÊM NA GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O Conselho de Administração é informado trimestralmente dos princípios da política de liquidez assim como da situação do Grupo, por intermédio do Comité de controlo interno, de risco e da conformidade (CCIRC).

O Comité Executivo do Grupo define a política geral de gestão do risco de liquidez, nomeadamente os princípios de medição dos riscos, o nível de risco aceite e as regras de faturação interna da liquidez. Delega o seu acompanhamento e implementação ao Comité ALM Grupo. São apresentados painéis de controlo de acompanhamento ao Comité Executivo do Grupo, com uma frequência adaptada ao contexto de mercado (mensal, semanal ou até mesmo diária).

O Comité ALM Grupo autoriza a implementação da política de liquidez proposta pelo ALM Tesouraria, definida de acordo com os princípios decretados pelo Comité Executivo. Segue regularmente os indicadores de risco de liquidez e é informado das simulações de crise (testes de stress) e da realização dos programas de financiamento.

Finalmente, o Comité é informado de qualquer situação de crise. Define a distribuição dos papéis na sua monitorização e valida os planos de emergência.

Após validação pelo Comité ALM Grupo, o ALM Tesouraria fica encarregue da implementação em todo o Grupo. Os Comités ALM Tesouraria das áreas de intervenção e entidades são o ponto de ligação, a nível local, da estratégia definida pelo Comité ALM Grupo.

O Grupo Risk Management (GRM) participa na definição dos princípios da política de liquidez. A título de controlo de segundo nível, este valida os modelos, os indicadores de riscos (incluindo os testes de stress de liquidez), os limites e os parâmetros de mercado utilizados. O GRM está presente no Comité ALM Grupo e nos Comités ALM Tesouraria locais.

CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ DO GRUPO

O ALM Tesouraria é responsável pela gestão da liquidez de todo o Grupo, seja qual for a maturidade considerada. É responsável pela implementação do refinanciamento e das emissões a menos de um ano (certificados de depósito, comercial paper...), pelos programas de emissão de dívida sénior e subordinada (MTN, obrigações, depósitos a médio ou longo prazo, obrigações seguras de banco...), pelas emissões de ações preferenciais e pela titularização dos créditos das áreas de intervenção da Banca de Retalho e do CIB Corporate Banking.. O ALM Tesouraria assegura o financiamento interno dos polos, dos conjuntos operacionais e das áreas de intervenção do Grupo, assim como a substituição dos seus excedentes de tesouraria. É igualmente responsável pela constituição e gestão das reservas de liquidez, conjunto de ativos rapidamente negociáveis para fazer face a uma crise de liquidez.

OS DISPOSITIVOS DE MONITORIZAÇÃO E DE SUPERVISÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A monitorização interna da liquidez assenta numa gama completa de normas e de indicadores a vários níveis. A situação de liquidez é regularmente medida por divisa, por maturidades, ao nível do Grupo e das entidades.

O dispositivo de monitorização e de supervisão do risco de liquidez assenta nos seguintes elementos:

- o balanço cash do Banco;
- os indicadores de necessidade de financiamento das diferentes áreas de intervenção do Grupo;

- os indicadores de acompanhamento das fontes de financiamento de mercado («wholesale funding»);

- a reserva de liquidez;
- a faturação interna da liquidez;
- os rácios regulamentares.

As principais técnicas de redução dos riscos de liquidez assentam na criação de uma reserva de liquidez, na diversificação das fontes de financiamento e no prolongamento das maturidades de financiamento.

APRESENTAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EM 2013

BALANÇO CASH DO BANCO

O balanço cash do banco é uma apresentação adaptada à análise de liquidez do balanço do Grupo.

Partindo do balanço contabilístico do Grupo, são efetuados os seguintes reprocessamentos principais:

- 1) uma passagem do balanço contabilístico consolidado do Grupo para o balanço prudencial do banco, utilizando o método da equivalência patrimonial nas entidades de seguros do Grupo e nas entidades de titularização eficaz (cf. quadro N°2, ponto 5.2);
- 2) uma compensação das contas de instrumentos financeiros derivados (incluindo instrumentos financeiros de cobertura), dos acordos de recompra e de revenda de títulos e outros instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado, e das contas de regularização é registada no ativo do balanço na rubrica inventário de negócio clientes;

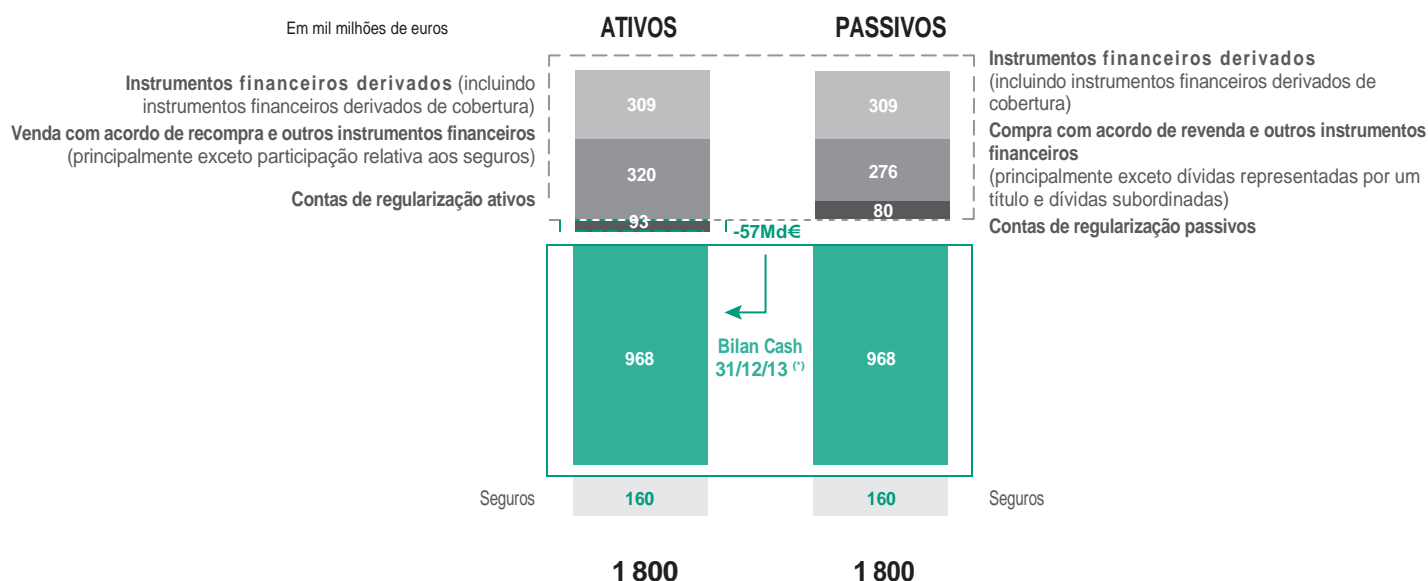
- 3) uma compensação de algumas operações de compra com acordo de revenda (registadas em operações anteriores), principalmente registadas contra os títulos de dívida do balanço cash;

- 4) são efetuadas reafetações de algumas rubricas do balanço, das quais:

- a) a transferência, em depósitos clientes, da dívida representada por um título do Grupo aplicado junto dos clientes (ver quadro n°58);
- b) a afetação dos recursos provenientes da política monetária a recursos a curto prazo, mesmo que a sua duração possa ser superior a um ano, nomeadamente as operações de LTRO.

O balanço cash que daí resulta é apresentado a seguir.

➤ GRÁFICO N° 8 : PASSAGEM DO BALANÇO CONTABILÍSTICO AO BILAN CASH



(*) Exceto operações de compra com acordo de revenda (7 mil milhões de euros), principalmente registada contra títulos de dívida no ativo do balanço cash.

O balanço cash assim obtido permite analisar o equilíbrio da estrutura do balanço identificando nomeadamente:

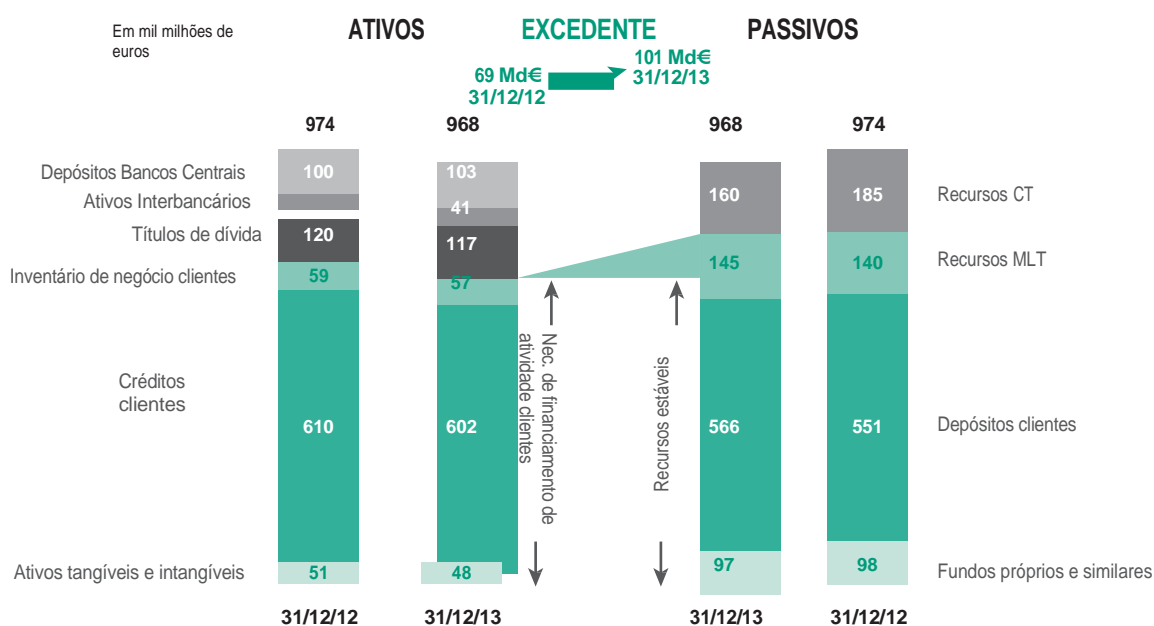
- as necessidades de financiamento da atividade de clientes (inventário de negócio clientes, créditos clientes e ativos tangíveis e intangíveis do Grupo) para um total de 707 mil milhões de euros em finais de 2013 ;
- os recursos estáveis de financiamento do Grupo, especificando os fundos próprios e similares, os depósitos dos clientes e os recursos a médio e a longo prazo e assimilados para um total de 808 mil milhões de euros ;
- o excedente de 101 mil milhões de euros traduz o excedente de recursos cliente e médio e longo prazos sobre as necessidades de financiamento da atividade de cliente que investe em ativos essencialmente líquidos para contribuir para a reserva de liquidez;
- os recursos a curto prazo investidos essencialmente em ativos líquidos (depósitos Bancos Centrais, ativos, interbancários, título de dívida).

Durante o ano de 2013, o excedente de recursos estáveis (depósitos clientes) e recursos a médio e longo prazo ao nível dos ativos dos clientes aumenta de 32 mil milhões de euros, passando de 69 mil milhões de euros (110 % exprimido em rácio) até finais de 2012 para 101 mil milhões de euros até finais de 2013 (114 % em rácio). Esta evolução deve-se essencialmente a :

- um aumento dos depósitos clientes para 15 mil milhões de euros enquanto os créditos aos cliente diminuem de 8 mil milhões de euros nomeadamente no CIB ;
- um aumento dos recursos a médio e longo prazo de 5 mil milhões de euros no âmbito da preparação do plano 2016.

Isto leva a um aumento do excedente de ativos a curto prazo ou líquidos nos recursos a curto prazo de 32 mil milhões de euros em 2013, ligada a diminuição de 25 mil milhões de euros dos recursos a curto prazo incluindo o reembolso da política monetária.

➤ GRÁFICO N.º 9 : EVOLUÇÃO DO BALANÇO CASH



RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de liquidez e de refinanciamento

LOS INDICADORES DE NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DAS DIFERENTES ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GRUPO

O balanço cash é uma restituição sintética de uma parte dos indicadores utilizados para a monitorização interna da liquidez para as áreas de intervenção e das entidades do Grupo. Este é sistematicamente reconciliado com os estados financeiros do Grupo.

O consumo de liquidez associado à atividade de diferentes áreas de intervenção é monitorizado no âmbito do dispositivo de gestão do Grupo, nomeadamente medindo a diferença entre necessidades de financiamentos comerciais (nomeadamente ativos de trading, créditos e descobertos clientes) e recursos de financiamentos comerciais (nomeadamente passivos de trading, depósitos clientes, investimento do título de dívida do Grupo junto dos seus clientes)

Este indicador é seguido por diferentes áreas de intervenção do BNP Paribas por divisas principais e por entidades do Grupo

A este indicador de consumo de liquidez comercial adiciona-se um acompanhamento das necessidades de financiamento e de recursos do ALM Tesouraria e dos recursos estruturais do Grupo.

A monitorização da liquidez a médio e longo prazo é principalmente fundada pela análise de recursos a médio e longo prazo disponíveis para financiar os empregos de mesma maturidade

Os indicadores de monitorização do consumo de liquidez das áreas de intervenção no cenário macroeconómico central do Grupo foram completados por indicadores que se basearam nos cenários da crise Basileia 3 para a liquidez bancária. Estes indicadores de consumo de liquidez, em caso de crise foram integrados ao dispositivo orçamental do Grupo no ano 2013.

OS INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DE MERCADO

Apresentação da evolução dos recursos a médio e longo prazo do balanço cash do Banco

As fontes de financiamento dependem das condições de mercado junto dos diferentes investidores de dívida (evolução dos spreads exigidos pelo mercado) e dividem-se por tipo de investidores, por zona geográfica e por divisa.

A diversificação das fontes de financiamento em termos de investidores efetua-se através da utilização de diferentes redes de distribuição, de diferentes estruturas e de diversos programas de financiamentos com cobertura pela garantia ou não.

O prolongamento da maturidade dos recursos e a procura de recursos mais estáveis também ajudam a melhorar a estrutura de financiamento.

➤ QUADRO N° 58 : EVOLUÇÃO DOS RECURSOS A MÉDIO E LONGO PRAZO DO BALANÇO CASH

Em mil milhões de euros	Stock em 31 dezembro 2012	Nova realização	Descidas	Resgates	Exercício de calls	Efeito câmbio e outros	Stock em 31 dezembro 2013
Dívidas MLT representadas por um título	139,4	36,1	(21,6)	(5,6)	(1,3)	(0,8)	146,2
Outros recursos	47,4	6,7	(9,7)	(0,9)	(1,3)	0,2	42,4
TOTAL RECURSOS MÉDIO E LONGO PRAZO	186,8	42,8	(31,3)	(6,5)	(2,6)	(0,6)	188,6
Dívidas MLT distribuídas junto dos clientes	(46,8)						(43,8)
Recursos MLT do balanço cash	140,0						144,8

O montante dos recursos levantados pelo Grupo nos mercados em 2013, cuja maturidade inicial é superior a um ano, ascendeu a 42,8 mil milhões de euros (39,3 mil milhões em 2012).

O stock de dívidas a médio e longo prazo representadas por um título é composto por títulos de dívidas contabilizadas em valor de mercado por resultado no valor de 43,1 mil milhões de euros (excetuando dívidas subordinadas perpétuas)

e por títulos de dívidas contabilizadas no custo amortizado, cuja maturidade é superior a um ano aquando da emissão, no valor de 103 mil milhões de euros (excetuando títulos subordinados perpétuos), tal como apresentado na nota 5.i das Demonstrações financeiras. No balanço cash, estes valores são reprocessados, nomeadamente da dívida subscrita pelas entidades do Grupo que não pertencem ao perímetro prudencial do Banco.

➤ QUADRO N° 59 : DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

A repartição das fontes de financiamento por divisas (após cross currency swaps) corresponde às necessidades do Grupo e a um objetivo de diversificação.

Em mil milhares de euros	31 dezembro 2013			
	EUR	USD	Outros	Qualquer divisa
Recursos a Curto Prazo	98	29	33	160
Recursos a Médio e Longo Prazo	88	50	7	145
TOTAL	186	79	40	305

Financiamentos a médio e longo prazo com cobertura pela garantia

Os financiamentos a médio e longo prazo^(*) com cobertura pela garantia são medidos distinguindo os ativos representativos de títulos e de créditos.

➤ QUADRO N° 60 : FINANCIAMENTOS A MÉDIO E LONGO PRAZO COM COBERTURA PELA GARANTIA

Em mil milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Colateral utilizado ^(**)	Financiamento garantido ^(***)	Colateral utilizado ^(**)	Financiamento garantido ^(***)
Créditos	51,3	40,0	53,6	42,1
Títulos	7,6	6,3	12,2	10,6
TOTAL	58,9	46,3	65,8	52,7

(*) Os financiamentos obtidos dos bancos centrais não são considerados financiamentos a médio e longo prazo nos indicadores internos, pelo que não são retomados neste quadro.

(**) Montantes líquidos de haircuts.

(***) Montantes líquidos de haircuts.

O montante dos financiamentos a médio e longo prazo caucionados representa 25% do total dos recursos a médio e longo prazo. O Banco gere muito atentamente a sua percentagem de financiamento seguro, bem como o sobrecaucionamento ao qual está associado, com vista a proteger os seus credores detentores da dívida unsecured, nomeadamente no âmbito de um eventual regulamento europeu do bail-in.

RESERVA DE LIQUIDEZ

Para complementar os indicadores de acompanhamento apresentados anteriormente, existem simulações de crise de liquidez, que consideram os fatores gerais de mercado ou específicos ao Grupo, e que são regularmente realizados em maturidades curtas. A adequação da reserva de liquidez é regularmente avaliada pelo Grupo e pelas entidades, a fim de poder enfrentar uma evolução imprevista das necessidades de liquidez.

A reserva de liquidez é constituída por depósitos junto dos bancos centrais, por títulos e créditos disponíveis elegíveis para refinanciamento dos bancos centrais, e por ativos disponíveis que possam ser utilizados com acordo de recompra ou vendidos rapidamente no mercado.

A monitorização da reserva de liquidez, constituída por depósitos nos bancos centrais e por ativos de curto prazo, permite ajustar a posição de tesouraria do Banco. A titularização dos créditos, que transforma ativos de longo prazo em títulos de curto prazo ou que podem ser mobilizados, é um dos meios para reforçar esta reserva de liquidez.

(Ver Atividade no âmbito da titularização por conta própria descrita no ponto 5.5).

O quadro abaixo descreve a evolução da reserva de liquidez.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de liquidez e de refinanciamento

➤ **TABLEAU N° 61 : RÉSERVE DE LIQUIDITÉ**

Em mil milhões de euros	Média 2013	31 dezembro 2013	31 décembre 2012
Ativos elegíveis	190	185	189
Utilizações	41	41	68
política monetária	16	17	42
repouso	21	20	22
outras	4	4	4
Ativos elegíveis disponíveis	149	144	121
Depósitos em bancos centrais	85	103	100
Dos quais reservas obrigatórias	10	11	9
RESERVA DE LIQUIDEZ GLOBAL	234	247	221

O aumento, em 2012, dos ativos elegíveis disponíveis, excetuando depósitos em bancos centrais, deve-se a uma racionalização da utilização dos ativos elegíveis. Além disso, o Banco aumentou significativamente os seus depósitos em bancos centrais ao longo do ano. Os excedentes de liquidez do Grupo foram atribuídos a este tipo de investimento enquanto se aguarda um esclarecimento sobre os ativos considerados de curto prazo nos rácios de liquidez regulamentares.

Ao longo do ano de 2013, o ativo de fim de mês da reserva de liquidez evoluiu entre 213 mil milhões de euros e 253 mil milhões de euros para um nível médio de 234 mil milhões de euros.

FATURAÇÃO INTERNA DA LIQUIDEZ

Todos os ativos e passivos do Grupo são objeto de uma fixação de preços interna da liquidez, cujos princípios são decididos no Comité ALM Grupo e visam tomar em consideração evoluções dos custos de liquidez de mercado e equilíbrios entre ativos e passivos.

OS RÁCIOS REGULAMENTARES DE LIQUIDEZ

O coeficiente de liquidez regulamentar a um mês é calculado mensalmente e abrange o perímetro BNP Paribas SA (Metrópole e sucursais).

A média do coeficiente de liquidez regulamentar a um mês do BNP Paribas SA (que reúne a Metrópole e as suas sucursais) é de 175 % para o ano de 2013, para um mínimo exigido de 100 %

5.10 Risco operacional

POLÍTICA DE COBERTURA E DE REDUÇÃO DOS RISCOS [Auditado]

DISPOSITIVO DE GESTÃO

Quadro regulamentar

O risco operacional insere-se num quadro regulamentar formal:

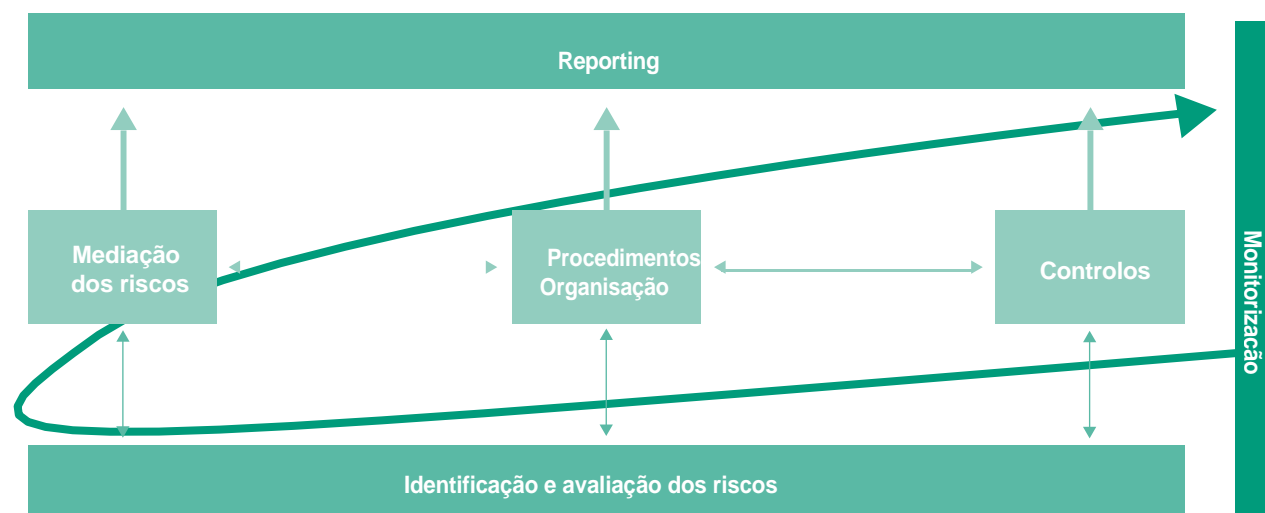
- a regulamentação proveniente do Comité de Basileia, que impõe a concessão de fundos próprios no âmbito do risco operacional;
- o regulamento CRBF 97-02 alterado, que prevê a implementação de uma área risco, cobrindo todos os tipos de risco, e um sistema de controlo interno que garanta a eficácia e a qualidade do funcionamento interno do Banco, a fiabilidade da informação interna e externa, a segurança das operações, e por fim a conformidade com as leis, os regulamentos e as políticas internas.

Objetivos e princípios

Paribas implementa um dispositivo de controlo operacional permanente, um processo iterativo que assenta sobre os elementos seguintes:

- a identificação e a avaliação dos riscos operacionais;
- a formalização, a implementação e o acompanhamento do dispositivo de redução dos riscos (procedimentos, verificações e todos os elementos de organização contribuindo para o controlo dos riscos: segregação das tarefas, gestão dos direitos de acesso, etc.);
- a realização das medições de risco e o cálculo do capital associado ao risco operacional;
- o reporting e a análise das informações de gestão relativas ao dispositivo de controlo operacional permanente;
- por fim, a gestão do dispositivo, através de uma governação que inclua o management e que resulte na determinação e no acompanhamento de planos de ação.

➤ GRAFICO Nº 10 : PROCEOS DE AVALIAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL



Há essencialmente duas vertentes que devem ser realizadas. Estruturantes devido ao seu alcance, estas ilustram a complementaridade das abordagens do risco operacional e do controlo permanente do Grupo BNP Paribas:

- o cálculo do capital no perímetro BNP Paribas assenta numa abordagem híbrida, combinando um modelo interno para uma larga maioria de entidades, e, para as outras, as abordagens Standard ou Básica, consoante o seu nível de maturidade. O modelo interno AMA («Advanced Measurement Approach») assenta na padronização de distribuições de perdas, cujo ajustamento utiliza um duplo conjunto de dados: históricos de incidentes ocorridos desde 2002 no grupo BNP Paribas e nos grandes bancos internacionais, e cenários de incidentes potenciais, construídos a nível interno, nomeadamente para melhor identificar os riscos extremos aos quais o Banco está exposto.

Este modelo foi homologado pela

Autoridade de Controlo Prudencial em 2008. A sua aplicação foi progressivamente alargada ao Grupo e, em particular em 2012, a um grande número de entidades provenientes do perímetro ex Fortis;

- a generalização dos planos de controlos: o BNP Paribas desenvolveu uma iniciativa de formalização de «planos de controlos», visando um triplo objetivo: homogeneizar as práticas, racionalizar o dispositivo, estandardizar os controlos. Esta prática deve facilitar a cobertura das empresas a nível internacional e acompanhar as evoluções de estrutura do Grupo. Apoiando-se nas cartografias de riscos que conduziram à identificação e à quantificação dos cenários de riscos potenciais, este implica todos os polos, os conjuntos operacionais retail, as áreas de intervenção e as funções do Grupo.

Agentes e governação

O Grupo BNP Paribas procura implementar um dispositivo de controlo permanente e de gestão do risco operacional organizado em torno de dois tipos de intervenientes:

- os responsáveis de entidades operacionais, primeiros agentes na gestão de riscos e na implementação dos dispositivos de controlo destes riscos;
- equipas especializadas, presentes a todos os níveis do Grupo (polos, conjuntos operacionais retail, funções, áreas de intervenção) e coordenadas centralmente por uma equipa dita «2OPC» (Oversight of Operational Permanent Control/Fiscalização do Controlo Operacional Permanente), ligada ao Grupo Conformidade e pertencente à área risco do Grupo. Estas equipas devem especificamente:
 - coordenar, no seu perímetro de responsabilidade, a definição e a distribuição do dispositivo de controlo permanente e de gestão do risco operacional, das suas normas e metodologias, dos reportings e das ferramentas associadas;
 - fornecer um segundo olhar, independente dos responsáveis operacionais, sobre os riscos operacionais e o funcionamento do dispositivo de risco operacional e de controlo permanente e emitir opiniões, se for caso disso.

Os efetivos responsáveis por esta atividade de supervisão representam cerca de 300 pessoas a tempo inteiro.

Os assuntos ligados ao controlo operacional permanente e à continuidade de atividade são apresentados regularmente ao Comité Executivo do Grupo, e periodicamente ao Comité de coordenação do controlo interno (instância que reúne os agentes do controlo interno, sob a presidência do Coordenador do controlo interno). Os polos, os conjuntos operacionais retail, as áreas de intervenção e as funções do Grupo adaptam no seu perímetro esta estrutura de governação que associa o enquadramento executivo.

Ambito e natureza dos sistemas de comunicação e de mediação dos riscos

Os Comités Executivos do Grupo, dos polos, dos conjuntos operacionais retail, das áreas de intervenção e das funções têm como missão monitorizar a gestão dos riscos operacionais e de não conformidade e dos controlos permanentes no seu perímetro de responsabilidade, no âmbito da infraestrutura implementada ao nível do Grupo. Estes validam a qualidade e a coerência dos dados de gestão, analisam o seu perfil de risco em relação aos limites de tolerância que definiram e avaliam a qualidade do seu dispositivo de controlo, de acordo com os seus objetivos e os riscos que correm. Acompanham igualmente a implementação das ações de redução dos riscos.

A medição dos riscos operacionais apoia-se num dispositivo de recolha dos incidentes confirmados ou potenciais, de acordo com um procedimento estruturado por processos e conjuntos organizacionais (atividade num país e uma entidade legal) e seguindo uma lógica «causa, acontecimento, efeito». Estas informações fornecem uma base para ações de correção e de prevenção dos riscos.

As informações mais importantes são levadas ao conhecimento dos diversos níveis da organização, até aos órgãos executivos e de deliberação, de acordo com um processo de subida de informação previamente definido.

AS COMPONENTES DO RISCO OPERACIONAL LIGADAS AO RISCO JURÍDICO, AO RISCO FISCAL E A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Risco jurídico

O BNP Paribas está submetido, em cada um dos países onde o Grupo opera, às regulamentações aplicáveis às empresas dos seus setores de atividade, nomeadamente a banca, os seguros e os serviços financeiros. O Grupo é nomeadamente obrigado ao respeito da integridade dos mercados e ao respeito da supremacia dos interesses dos clientes.

A organização da função jurídica assenta em:

- um esquema de governança incluindo :
 - o Comité Executivo da função jurídica que define a estratégia global da função jurídica e zela para que esta seja respeitada,
 - o Global Legal Committee, que coordena e supervisiona a função jurídica em todas as componentes do Grupo nos seus países de implantação, e garante a coerência e a aplicação das políticas jurídicas do Grupo,
 - o Global Litigation Practice Group, que reúne juristas especializados de catorze países, com vista a reforçar a sua capacidade de antecipação e de interação nas áreas de contencioso, pré-contencioso e «regulatory» ;
- um dispositivo de coordenação jurídica e de partilha da informação e das perícias, cujo os principais componentes são:
 - os Comités de vigilância jurídica França e Europa, que asseguram uma vigilância dos projetos de lei, propõem uma análise e uma interpretação dos textos legislativos, regulamentares e das evoluções de jurisprudência francesas, europeias e da concorrência,
 - os Legal Practice Groups, por linha de área de intervenção, e grupos de trabalho temáticos;
- um enquadramento dos riscos jurídicos, através:
 - procedimentos e referenciais internos que enquadrem, por um lado, o controlo do risco jurídico, em estreita ligação com a Conformidade para todos os assuntos que são também da sua responsabilidade, e por outro lado, a intervenção dos juristas do Grupo e dos operacionais na área jurídica. Estes procedimentos estão reunidos, desde finais de 2004, numa base de dados acessível a todos os colaboradores do Grupo,
 - uma oferta de formação alargada em benefício da comunidade jurídica do Grupo e dos operacionais,
 - ferramentas internas de reporting e de análise que os Assuntos Jurídicos Grupo (AJG) continuam a desenvolver e que contribuem para a identificação, avaliação e análise do risco operacional de natureza jurídica,
 - a supervisão dos riscos operacionais e das recomendações da auditoria interna no perímetro de responsabilidades da função jurídica.

Para tal, o Diretor jurídico do Grupo pode contar com a comunidade de juristas e paralegais presentes em cerca de 60 países. A implementação de um dispositivo de knowledge management assegura uma boa fluidez da informação e do conhecimento no seio desta comunidade e junto dos operacionais do Grupo.

Num contexto económico difícil, marcado pela multiplicação das regulamentações que levam a um aumento das obrigações regulamentares e pela do contencioso, a função jurídica deve ter uma visão global e otimizar a sua capacidade de intervenção.

Em 2013, a contribuição da função jurídica para as obrigações de segurança financeira do Grupo foi redefinida, levando a uma adaptação do departamento dos Processos contenciosos. A segunda etapa desta adaptação tem por objetivo centralizar de forma mais alargada os riscos contenciosos e de investigações regulamentares no seio do Grupo, para assegurar um melhor tratamento dos seus dossiês aumentando a capacidade de antecipação da função jurídica e melhorando o tratamento do risco sistémico.

Paralelamente, durante o ano findo, a função jurídica continuou a afinar purar a sua política de recurso aos concelhos jurídicos externos. Participou igualmente nas reflexões do Grupo com vista a atingir os objetivos estratégicos e a especificar as ligações que unem os principais atores das funções do Grupo, que exercem a nível central ou nos polos, áreas de intervenção e outras funções.

Risco fiscal

O BNP Paribas está submetido às regulamentações fiscais em vigor nos diferentes países onde o Grupo opera, e que se aplicam aos setores de atividade dos quais dependem as diferentes entidades do Grupo, como a banca, os seguros e os serviços financeiros.

Os Assuntos Fiscais Grupo (AFG) são uma função com competências a nível mundial, responsável pela coerência das soluções fiscais do Grupo e pelo acompanhamento do risco fiscal global. Tendo em conta os desafios financeiros e em termos de reputação, a função Finanças e a função Conformidade estão associadas a este acompanhamento.

Para exercer a sua missão, a função AFG :

- definiu os processos cobrindo o conjunto dos polos e destinados a assegurar a identificação, o domínio e o controlo do risco fiscal ;
- apoia-se na rede de fiscalistas locais e de correspondentes fiscais no conjunto de países onde o Grupo está implantado ;
- implementou um processo de disponibilização de informação de natureza a contribuir ao controlo do risco fiscal local ;
- assegura um reporting regular à Direção Geral sobre o respeito dos referenciais internos.

Um Comité de coordenação fiscal, no qual participam Finanças e Conformidade Grupo, e caso necessário, as áreas de intervenção, com vocação para analisar as principais problemáticas fiscais do Grupo e as operações que este realiza.

Segurança da informação

A informação, e mais particularmente os dados digitais, constituem uma das principais matérias-primas das atividades de um banco. A desmaterialização quase completa, a necessidade de rapidez das operações e a sua automatização cada vez mais exigente, a interligação entre o Banco e os seus clientes – através da internet para os particulares e através de múltiplas redes para as empresas e instituições – reforçam continuamente a necessidade de controlo do risco relativo à segurança da informação.

A evolução dos incidentes ocorridos na profissão bancária e a indústria dos cartões de crédito/pagamento, a sua monetização, assim com a sua divulgação junto do público nos diferentes países, implica que o Grupo reforce constantemente as suas ações de antecipação, de prevenção, de

proteção, de deteção e de reação a fim de enfrentar as principais ameaças e acompanhar a regulamentação e a jurisprudência em matéria de dados pessoais e bancários.

A PSSI (Política de Segurança dos Sistemas de Informação) do BNP Paribas está definida num conjunto de documentos de referência adaptados às diversas necessidades do Grupo (tanto funcionais como técnicas). Nesta encontramos a política geral de segurança, diferentes políticas mais específicas relativas a certas temáticas da segurança dos sistemas de informação, a formulação de exigências estruturadas segundo os eixos da norma ISO 27001, guias práticos que acompanham as exigências de segurança, procedimentos operacionais dos documentos de sensibilização dos colaboradores e utilizadores dos sistemas de informação do Grupo.

Este quadro de referência é definido por área de intervenção, tendo em consideração os constrangimentos regulamentares, a exposição da área de intervenção ao risco de segurança e as ameaças específicas a que está sujeita. Assim, cada área de intervenção utiliza um procedimento de gestão dos riscos de segurança harmonizada no Grupo (a metodologia escolhida é a ISO 27005 complementada com a metodologia de análise de riscos francesa EBIOS), indicadores de avaliação dos riscos e o acompanhamento do plano de ação. Este procedimento é completado por planos de controlo da segurança dos sistemas de informação que abrangem o conjunto dos ativos chave do Grupo do ponto de vista da eficácia (desenvolvimento e qualidade) e mede o nível de maturidade das organizações. Este insere-se no controlo permanente e no controlo periódico presente em cada atividade bancária, em particular tratando-se da diretiva CRBF 97-02, alterada em 2004, em França ou de outras regulamentações semelhantes noutros países.

Cada área de intervenção do grupo BNP Paribas possui fatores de risco associados à segurança da informação que lhe são específicos, enquanto outros são comuns a todos. A política de controlo do risco de segurança considera as dimensões próprias de cada área de intervenção, muitas vezes mais complexas devido às especificidades nacionais – culturais e legais – dos países onde estas atividades são exercidas.

A disponibilidade dos sistemas de informação é um elemento chave da continuidade das operações bancárias em caso de sinistro ou de crise. Mesmo sendo impossível garantir uma disponibilidade a 100 %, o grupo BNP Paribas mantém, melhora e verifica regularmente os seus dispositivos de emergência e de fiabilidade (robustez) das suas ferramentas informáticas, em conformidade com os seus valores de excelência operacional, o reforço da regulamentação e a consideração de riscos extremos (catástrofe natural ou não, crise na saúde, etc.) e em consonância com a política global de continuidade das operações.

Os aspetos de confidencialidade dos dados dos clientes e de integridade das transações entram nos mesmos dispositivos de procura de uma qualidade acrescida para enfrentar as ameaças enunciadas na introdução, mas também para proporcionar aos nossos clientes um serviço adequado às suas expetativas.

O BNP Paribas prossegue uma política de limitação do risco e de otimização de meios continuando:

- a atualização do quadro processual específico de cada área de intervenção, que enquadra as práticas diárias para ter em conta a evolução das atividades e das tendências;
- a sensibilização de todo o pessoal para os desafios da segurança da informação e a formação em procedimentos e atitudes de controlo do risco dos agentes chave ligados aos meios informáticos;
- o alargamento e o desenvolvimento dos controlos das entidades BNP Paribas e dos parceiros externos, e o reforço das ações de acompanhamento;

- o reforço da segurança para os desenvolvimentos informáticos, da medição dos esforços de reatividade em termos de segurança das produções informáticas e de luta contra a fuga de dados;
- a supervisão dos incidentes e uma vigilância tecnológica das vulnerabilidades e dos ataques informáticos.

O BNP Paribas inscreveu a política de segurança numa abordagem de melhoria contínua. Com efeito, além dos meios significativos implementados para proteger os seus ativos informáticos e o seu património de informação, o nível de segurança desenvolvido deve ser vigiado continuamente e controlado de forma permanente. Isto permite ajustar permanentemente os esforços de segurança às novas ameaças

criadas pela cibercriminalidade. Neste contexto, a revisão do modelo de segurança permite ter em conta as evoluções tecnológicas que modificam fortemente as interações entre os utilizadores (clientes e colaboradores) e os seus sistemas de informação. Este assunto implica ações realizadas ao nível do Grupo, com vista à evolução das ferramentas que permitem a industrialização dos processos de segurança, a implementação de uma comunidade segurança e a continuação dos grandes projetos inscritos no plano de evolução da segurança dos sistemas de informação do Grupo.

ABORDAGENS ESCOLHIDAS E RESPETIVOS PERÍMETROS

Os princípios de gestão e de medição do risco operacional são definidos pela função Conformidade Grupo, por delegação do responsável legal da área Riscos. O dispositivo de risco operacional é implementado no Grupo BNP Paribas de forma proporcional aos riscos incorridos e numa preocupação de cobertura ampla.

O cálculo da exigência de fundos próprios é feito ao nível das entidades jurídicas do perímetro prudencial do Grupo BNP Paribas. O cálculo dos ativos ponderados é obtido multiplicando a exigência em fundos próprios por 12,5.

O Grupo escolheu uma abordagem híbrida combinando a Abordagem de Medição Avançada (AMA), a abordagem standard e a abordagem de base.

No Grupo, as entidades que desenvolveram a metodologia AMA são as entidades mais importantes de cada polo ou Conjunto Operacional Retail. As atividades do Banco de retalho em França e em Itália, do CIB e de Investment Solutions estão assim amplamente cobertas por esta abordagem. As atividades do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas, assim como de outras filiais provenientes do antigo grupo Fortis, utilizam também, desde 2012, o dispositivo AMA do BNP Paribas.

MÉTODO AMA

O cálculo do requisito de capital em Abordagem de Medição Avançada (AMA) impõe a elaboração de um modelo interno de cálculo do capital relativo ao risco operacional, baseado em dados de perdas internas (potenciais ou históricas), em dados de perdas externas, na análise de diversos cenários e em fatores de ambiente e de controlo interno.

O modelo interno que responde aos requisitos AMA assenta nos seguintes princípios:

- o modelo desenvolvido apoia-se na distribuição de perda anual agregada, o que significa que é desenvolvida uma abordagem atuarial na qual as frequências e as gravidades das perdas para risco operacional são padronizadas de acordo com distribuições ajustadas aos dados disponíveis;

- os dados históricos e prospetivos são utilizados no cálculo do capital, com uma preponderância para os dados prospetivos, os únicos capazes de representar os riscos extremos;
- o modelo utilizado quer-se fiel aos dados que o alimentam, de modo que as áreas de intervenção se possam apropriar dos resultados produzidos. Assim, a maior parte das hipóteses está integrada nos próprios dados;
- os cálculos de capital são efetuados de forma prudente. Neste âmbito, é realizada uma revisão aprofundada dos dados utilizados a fim de os completar eventualmente com riscos que necessitem de uma representação no perfil de risco do Grupo.

O capital regulamentar no perímetro AMA corresponde ao VaR (Value at Risk), ou seja ao montante máximo de perda possível durante um ano, para um determinado nível de certeza (99,9 % no capital regulamentar). O cálculo é efetuado globalmente sobre o conjunto dos dados relativos ao perímetro AMA do Grupo, depois atribuído às entidades jurídicas que compõem este perímetro.

MÉTODOS FIXOS

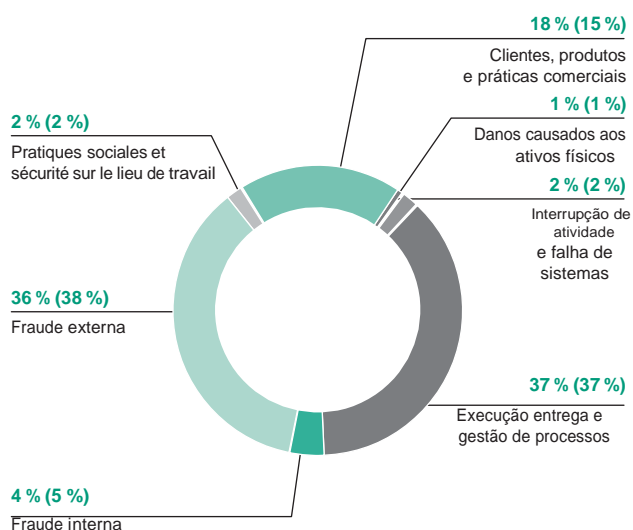
O grupo BNP Paribas optou por implementar um cálculo de capital segundo uma abordagem fixa (standard ou de base) para as entidades do perímetro de consolidação que não são tratadas no modelo interno.

- A abordagem de base: o cálculo do requisito de capital é definido como a média dos três últimos anos do Produto Líquido Bancário (indicador de exposição) multiplicado por um fator alfa único definido pelo supervisor (coeficiente de ponderação de 15 %).
- A abordagem standard: o cálculo do requisito de capital é definido como a média dos três últimos anos do Produto Líquido Bancário multiplicado por um fator beta correspondente (definido pelo supervisor), para cada linha de área de intervenção. Para realizar este cálculo, todas as linhas de áreas de intervenção do Grupo são classificadas nas oito categorias de atividade sem exceção nem sobreposição.

EXPOSIÇÃO AO RISCO OPERACIONAL

Os incidentes operacionais, tal como definidos pela regulamentação bancária, abrangem 7 categorias: (i) fraude interna, (ii) fraude externa, (iii) práticas sociais e segurança no local de trabalho (como por exemplo uma anomalia resultante da gestão de um recrutamento), (iv) clientes, produtos e práticas comerciais (defeito de um produto, venda inapropriada...), (v) danos causados aos ativos físicos, (vi) interrupção de atividade e falha de sistemas, (vii) execução, entrega e gestão de processos (erro de registo, erro na documentação...).

➤ **GRÁFICO N° 11 : PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO OPERACIONAL – DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE ACONTECIMENTO (MÉDIA 2008 À 2013)***



(*) As percentagens entre parênteses correspondem à média das perdas por tipo de acontecimentos 2008-2012.

As fraudes externas e as falhas nos processos, frequentemente provenientes de erros na execução ou no tratamento de operações, representam os dois principais tipos de incidentes de risco operacional. No que diz respeito à fraude externa, trata-se ou de fraudes bastante frequentes na banca de retalho, como as fraudas nos meios de pagamento ou no crédito, ou de acontecimentos mais raros mas de grande dimensão, que se encontram sobretudo nas atividades de Corporate and Investment Banking. O terceiro tipo de incidente mais importante financeiramente corresponde a acontecimentos ligados às práticas comerciais, cujo peso tende a estabilizar-se no tempo após uma fase de crescimento. A fraude interna representa aproximadamente 4 % dos incidentes do Grupo.

Os outros tipos de incidentes representam montantes de incidentes mais limitados em peso relativo.

O grupo BNP Paribas tem o maior cuidado em analisar estes diferentes incidentes, de modo a melhorar regularmente o seu dispositivo de controlo já bem estruturado.

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS

➤ QUADRO N° 62 : EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS NO ÂMBITO DO RISCO OPERACIONAL

Em milhões de euros	Exigências em Fundos próprios		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	Variação
Abordagem Modelo interno AMA	2 950	2 847	103
Abordagem Standard	713	761	(48)
Abordagem de Base	366	484	(118)
RISCO OPERACIONAL	4 029	4 092	(63)

REDUÇÃO DO RISCO ATRAVÉS DAS TÉCNICAS DE SEGUROS

A cobertura dos riscos do Grupo BNP Paribas é realizada na dupla perspectiva de proteger a seu balanço e a sua demonstração de resultado. Esta assenta numa identificação e numa avaliação dos riscos, nomeadamente através da realização de cartografias de riscos, do recenseamento das perdas operacionais sofridas pelo Grupo e das análises prospetivas.

A compra de apólices de seguro junto dos atores de primeiro plano permite remediar a eventuais atentados significativos resultando de fraudes, de desvios e de roubos, de perdas de exploração ou questionamento da responsabilidade do Grupo ou dos colaboradores de que é responsável. Certos riscos são conservados, para que o Grupo BNP Paribas otimize os seus custos, conservando um domínio perfeito da sua exposição. Trata-se riscos bem identificados, cujo impacto em termos de frequência e de custo é conhecido ou previsível.

Por outro lado, o Grupo está atento no quadro da cobertura dos seus riscos, na qualidade, na noção e portanto na solvabilidade dos seus parceiros seguradores.

Por fim, convém salientar que as informações detalhadas sobre os riscos incorridos, assim como as visitas a empresas, permitem às seguradoras avaliar a qualidade da prevenção no BNP Paribas, bem como os meios de segurança implementados e regularmente adaptados às novas normas e regulamentações.

5.11 Risco de não conformidade e de reputação [Auditado]

O controlo do risco de não conformidade está no cerne do dispositivo de controlo interno do grupo BNP Paribas: este tem como objetivo o cumprimento das leis, regulamentações, regras deontológicas e instruções, a proteção da reputação do Grupo, dos seus investidores e dos seus clientes, a ética nos comportamentos profissionais, a prevenção dos conflitos de interesses, a proteção do interesse dos clientes e da integridade dos mercados, a luta contra o branqueamento de capitais, a corrupção e o financiamento do terrorismo, assim como o cumprimento dos embargos financeiros.

Nos termos da regulamentação francesa, a função Conformidade é responsável pelo dispositivo, no perímetro do Grupo em geral, quaisquer que sejam as atividades em França e no estrangeiro. Estando sob a autoridade direta do Diretor Geral, esta beneficia de um acesso direto e independente ao Comité de controlo interno, de riscos e da conformidade do Conselho de Administração.

A função é composta por uma estrutura central em Paris, que assegura um papel de monitorização e de controlo, e por equipas descentralizadas nos diferentes polos de atividade, conjuntos operacionais retail, áreas de intervenção e funções do Grupo, que agem por delegação da função central. Este dispositivo é continuamente reforçado.

O dispositivo de controlo dos riscos de não conformidade e de reputação assenta num sistema de controlo permanente, estruturado em torno de quatro eixos:

- procedimentos gerais e específicos;
- a coordenação das ações levadas a cabo no Grupo, a fim de garantir a coerência de conjunto e a eficiência dos sistemas e ferramentas de supervisão;
- o desenvolvimento de ferramentas de prevenção e de deteção (ferramentas de luta contra o branqueamento, o terrorismo e a corrupção, de deteção dos abusos de mercado, etc.);
- ações de formação, quer à escala do Grupo, quer à escala dos polos de atividade e áreas de intervenção.

A preservação da sua reputação é uma preocupação constante do Grupo BNP Paribas. Esta exige uma adaptação constante da sua política de gestão de riscos, em função das evoluções do ambiente externo. Assim, o contexto internacional, a multiplicação das práticas ilícitas no mercado e o reforço das regulamentações em vários países levaram o Grupo a reforçar o seu dispositivo de controlo na área chave da luta contra o branqueamento, o terrorismo e a corrupção.

5.12 Riscos de seguros [Auditado]

DISPOSITIVO DE GESTÃO DOS RISCOS DO BNP PARIBAS CARDIF

O BNP PARIBAS CARDIF está exposto aos seguintes riscos:

■ o risco de mercado, risco de perdas de valor associado às variações dos mercados financeiros, resulta essencialmente das diferenças de integração entre os ativos e os passivos do seguro, que, na maioria dos casos, têm origem em durações respetivamente diferentes no ativo e no passivo, assim como na existência de uma taxa mínima garantida para os segurados;

■ o risco de subscrição, risco de perdas de valor associado às variações das prestações, resulta de evoluções estatísticas, macroeconómicas ou comportamentais, bem como da ocorrência de fenómenos ditos catastróficos, isto é, com baixa probabilidade de ocorrência e forte intensidade financeira;

■ o risco de crédito, risco de perdas de valor associado aos efeitos da alteração da qualidade de crédito dos credores, incide simultaneamente sobre os emissores dos instrumentos financeiros nos quais as diferentes entidades do BNP Paribas Cardif investem os prémios recebidos dos segurados, e sobre os distribuidores e os resseguradores nos quais essas entidades têm créditos representativos do fluxo de seguro a receber;

■ o risco operacional é o risco de perdas de valor associado a processos internos imperfeitos ou inadaptados ou a acontecimentos externos.

A gestão destes riscos está enquadrada pela definição de um perfil de risco específico do BNP Paribas Cardif e pelas suas preferências de risco:

■ a definição de um perfil de risco específico do seguro é dada por dois indicadores. Por um lado, o desvio máximo aceite em 90 % dos casos do resultado líquido antes de impostos comparado com o orçamento e, por outro lado, o rácio de solvabilidade alvo no ambiente prudencial em vigor atualmente, nomeadamente a Diretiva 73/239/EC, dita Solvabilidade I, tal como transposta para o Código dos seguros;

■ o rácio de Solvabilidade I é em 31 de dezembro de 2013 de 121%, sem considerar as mais-valias não realizadas sobre os ativos e sobre as provisões técnicas. Com as mais-valias não realizadas, é superior a 200 %. As preferências de risco do BNP Paribas Cardif resumem-se em três objetivos: (a) controlar o desenvolvimento do fundo geral no crescimento dos produtos de poupança para limitar o risco de mercado, (b) apoiar o desenvolvimento dos produtos de Proteção e (c) desenvolver-se no mercado dos produtos Danos, para aumentar a parte relativa

dos riscos de subscrição e aumentar o efeito de diversificação.

Esta estratégia de risco é implementada e acompanhada através de uma organização adaptada às famílias de risco e apoiada por governações ad hoc. Os principais Comitês de decisão de prática de risco ou de acompanhamento dos riscos são os seguintes:

- o Comité de Riscos Seguros abrange o conjunto dos riscos e é responsável pela definição da política de riscos e da supervisão dos principais riscos. Além da estrutura específica para esse efeito, implementada desde 2009 («Valor»), também acompanha a evolução da transição do BNP Paribas Cardif para o futuro referencial Solvabilidade II;
- os diferentes Comitês onde se tomam as decisões sobre a prática de risco são o Comité de Subscrição para os riscos que estão fora das delegações das entidades locais e regionais, o Comité Nova Atividade para os novos riscos de subscrição

para os riscos que estão fora das delegações das entidades locais e regionais, o Comité Nova Atividade para os novos riscos de subscrição e os riscos de subscrição antigos para o BNP Paribas Cardif, mas novos para uma determinada entidade e o Comité Nova Classe de Ativos para os investimentos em novos tipos de ativos;

- o Comité ALM Seguros abrange o risco de mercado e é responsável pela definição da atribuição estratégica dos ativos;
- o Comité de Acompanhamento dos Compromissos abrange os riscos de subscrição, bem como o risco de crédito sobre créditos provenientes de operações de seguros, sendo também responsável pela sua supervisão;
- o Comité de Risco Crédito Ativo abrange o risco de crédito dos emissores dos instrumentos financeiros, sendo também responsável pela sua supervisão;
- o Comité de Riscos Operacionais acompanha os incidentes declarados e potenciais.

RISCOS DE MERCADO E DE CRÉDITO

Os riscos de mercado e de crédito dizem principalmente respeito à atividade Poupança, cujas provisões técnicas representam mais de 95 % dos passivos das filiais de seguros do Grupo.

A gestão do risco de taxa do fundo geral das entidades de seguros e a política de diversificação dos ativos levam ao investimento em carteiras de ativos imobiliários, em ações e títulos de rendimento fixo, entre os quais títulos de Estado, nomeadamente emitidos por países da Zona Euro. A atribuição estratégica alvo de Cardif Société Vie, principal filial de seguros Poupança, assenta essencialmente em títulos de rendimento fixo (80 %). A parte de ações é significativa (10 %), bem como a do imobiliário (10 %).

Os riscos de mercado e de crédito são de quatro tipos:

RISCO DE TAXA

Os contratos de seguros de vida comercializados são remunerados na base de uma taxa contratual fixa ou na base de uma taxa variável com ou sem garantia de uma taxa mínima (TMG). Independentemente do tipo de contrato,    aconselhável gerir o risco de taxa e de valor dos ativos, que resultaria de um desempenho dos investimentos realizados em representa  o dos prémios recebidos inferior    obriga  o de remunera  o contratual. A taxa média garantida em 2013    superior a 1,30 % em ligeira baixa quando comparada com a de 2012 (1,41 %). 97 % das provisões matemáticas do BNP Paribas Cardif têm compromissos de taxa mínima garantida com uma dura  o inferior ou igual a 2 anos.

Em França, as eventuais futuras perdas financeiras, estimadas em rela  o    dura  o de vida dos contratos, são alvo de uma provisão para imprevistos financeiros. Esta provisão    constituída quando o quociente do montante total dos juros técnicos e do mínimo garantido contratualmente pelo montante

médio das provisões técnicas constituídas passa a ser superior a 80 % da taxa de rendimento dos ativos da empresa. Não foi constituída nenhuma provisão para imprevistos financeiros em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 devido    fraca exposi  o ao risco de taxa garantida, sendo a dura  o dos compromissos curta e as taxas garantidas pouco elevadas.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez    gerido de forma centralizada pela gestão ativo-passivo no BNP Paribas Cardif, em rela  o com a Dire  o da Gestão Ativo-Passivo e da Tesouraria do Grupo (ALM Tesouraria). regularmente são efetuados estudos de integra  o ativo-passivo para medir e controlar os riscos financeiros corridos. Estes baseiam-se numa proje  o da demonstra  o de resultados e do balanço    médio e/ou longo prazo em diferentes cenários econ  micos. A análise dos resultados assim obtidos permite efetuar medidas de ajustamento dos ativos (atribui  o estratégica, diversifica  o, produtos derivados...) para reduzir os riscos associados às varia  es de taxa e de valor dos ativos.

RISCO DE CRÉDITO

A exposi  o obrigacionista do BNP Paribas Cardif    equilibrada, repartida entre o risco soberano e o risco Corporate (representando cada um

50 % da carteira de Cardif Assurance Vie). A sele  o de emissores para as carteiras da Zona Euro tem como objetivo um rating médio superior a A.

Os limites por emissor e por tipo de rating (Investment grade, High Yield) são acompanhados periodicamente. A análise da qualidade dos emissores    revista frequentemente. A exposi  o ao risco soberano dos países periféricos da Zona Euro mant  m-se limitada (< 10 %).

► QUADRO N° 63 : EXPOSIÇÕES OBRIGACIONISTAS DO BNP PARIBAS CARDIF POR PAÍS

31 dezembro 2013												
Em milhões de euros	Obrigações de Estado		Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público		Obrigações de estabelecimentos financeiros ou de sociedades de seguros		Obrigações seguras		Outras obrigações emitidas por empresas		Total	
Exposição por país	Valor contábilístico líq.	Valor de mercado	Valor contábilístico líq.	Valor de mercado	Valor contábilístico líq.	Valor de mercado	Valor contábilístico líq.	Valor de mercado	Valor contábilístico líq.	Valor de mercado	Valor contábilístico líq.	Valor de mercado
França	12 796	14 045	2 766	3 056	9 866	10 679	3 875	4 394	3 392	3 724	32 697	35 899
Itália	4 420	4 854	230	241	1 301	1 339	572	610	1 210	1 290	7 733	8 333
Países-Baixos	1 006	1 164	423	465	1 771	1 929	146	167	334	372	3 680	4 097
Espanha	2 101	2 192	0	0	802	791	1 378	1 449	455	487	4 736	4 917
Alemanha	1 126	1 289	24	29	193	210	253	264	925	1 024	2 521	2 816
Áustria	1 701	1 955	0	0	0	0	0	0	0	0	1 701	1 955
Bélgica	3 785	4 069	94	98	273	279	51	51	103	111	4 306	4 608
Reino-Unido	0	0	0	0	1 899	2 107	395	458	35	38	2 329	2 603
Irlanda	642	691	0	0	32	32	33	34	33	37	739	795
Estados- Unidos	0	0	0	0	1 393	1 521	51	57	777	833	2 222	2 410
Portugal	270	252	153	156	0	0	0	0	177	169	600	577
Outros	1 368	1 539	872	961	1 451	1 577	49	55	1 119	1 241	4 859	5 373
TOTAL	29 216	32 048	4 561	5 007	18 980	20 464	6 803	7 538	8 562	9 326	68 122	74 383

31 dezembro 2012												
Em milhões de euros	Obrigações de Estado		Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público		Obrigações de estabelecimentos financeiros ou de sociedades de seguros		Obrigações seguras		Outras obrigações emitidas por empresas		Total	
Exposição por país	Valor contábilístico líq.	Valeur de mercado	Valeur contábilístico líq.	Valeur de marché	Valeur contábilístico líq.	Valeur de mercado	Valeur contábilístico líq.	Valeur de mercado	Valeur contábilístico líq.	Valeur de mercado	Valeur contábilístico líq.	Valeur de mercado
França	8 979	10 805	1 843	2 109	11 959	12 463	4 345	4 889	4 016	4 548	31 141	34 813
Itália	4 406	4 708	90	89	1 291	1 255	383	412	565	613	6 734	7 078
Países-Baixos	1 005	1 227	467	521	2 045	2 257	146	173	1 336	1 506	4 998	5 683
Espanha	1 063	1 045	0	0	248	231	1 161	1 073	330	354	2 803	2 703
Alemanha	1 138	1 377	86	94	284	306	273	279	149	170	1 930	2 226
Áustria	1 706	2 048	0	0	3	3	0	0	0	0	1 708	2 051
Bélgica	2 981	3 406	30	30	60	67	0	0	175	187	3 246	3 690
Reino Unido	0	0	0	0	2 272	2 511	579	676	85	91	2 935	3 278
Irlanda	429	443	0	0	532	491	233	242	331	367	1 525	1 543
Estados Unidos	0	0	0	0	1 485	1 616	51	57	547	616	2 083	2 289
Portugal	751	650	153	153	0	0	0	0	95	74	998	878
Outros	1 457	1 647	899	1 020	1 413	1 511	72	80	1 215	1 392	5 056	5 649
TOTAL	23 914	27 356	3 568	4 017	21 592	22 711	7 243	7 880	8 843	9 918	65 159	71 881

► QUADRO N° 64 : EXPOSIÇÕES OBRIGACIONISTAS DO BNP PARIBAS CARDIF POR NOTAÇÃO EXTERNA

31 dezembro 2013												
Em milhões de euros	Obrigações de Estado		Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público		Obrigações de estabelecimentos financeiros ou de sociedades de seguros		Obrigações seguras		Outras obrigações emitidas por empresas		Total	
	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contábil neto	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado
Exposição por nota externa												
AAA	1 444	1 634	691	777	1	1	2 891	3 310	18	21	5 045	5 743
AA+	2 707	3 119	1 093	1 211	174	174	1 593	1 783	308	323	5 876	6 609
AA	12 796	14 045	1 411	1 522	0	0	212	233	221	252	14 640	16 051
AA-	3 879	4 178	609	701	1 572	1 725	57	57	343	390	6 460	7 052
A+	253	289	160	165	313	324	51	57	1 860	2 071	2 638	2 905
A	163	182	174	191	9 997	10 832	558	595	757	827	11 649	12 628
A-	540	613	0	0	1 497	1 595	436	473	1 521	1 661	3 994	4 342
BBB+	0	0	41	43	786	850	0	0	1 573	1 702	2 401	2 595
BBB	4 420	4 854	230	241	2 501	2 641	646	666	1 222	1 310	9 018	9 712
BBB-	2 101	2 192	85	89	1 258	1 357	259	261	271	292	3 974	4 191
BB+	642	691	0	0	336	362	96	100	268	283	1 342	1 436
BB	0	0	0	0	296	352	0	0	0	0	296	352
BB-	270	252	68	68	0	0	0	0	41	40	378	360
B+	0	0	0	0	7	7	0	0	54	44	61	51
CCC	0	0	0	0	32	26	0	0	0	0	32	26
NR	0	0	0	0	133	137	2	3	104	109	239	248
TOTAL	29 216	32 048	4 561	5 007	18 980	20 464	6 803	7 538	8 562	9 326	68 122	74 383

31 dezembro 2012												
Em milhões de euros	Obrigações do Estado		Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público		Obrigações de estabelecimentos financeiros ou de sociedade de seguros		Obrigações seguras		Outras obrigações emitidas por empresas		Total	
	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor Contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado
Exposição por nota externa												
AAA	2 460	2 964	1 242	1 425	326	335	4 191	4 787	18	22	8 236	9 532
AA+	10 684	12 853	1 838	2 083	5	5	273	279	12	14	12 812	15 233
AA	0	0	30	30	0	0	903	981	941	1 112	1 874	2 123
AA-	3 074	3 520	7	6	1 736	1 917	51	52	409	480	5 278	5 976
A+	253	298	13	14	1 456	1 580	51	57	1 876	2 134	3 649	4 082
A	163	179	174	194	11 542	12 171	374	403	983	1 105	13 235	14 052
A-	539	613	0	0	1 559	1 710	375	382	1 319	1 507	3 792	4 212
BBB+	0	0	21	22	1 119	1 185	15	14	1 499	1 659	2 655	2 880
BBB	4 497	4 791	90	89	1 521	1 481	885	807	1 252	1 343	8 245	8 512
BBB-	1 063	1 045	85	85	1 677	1 653	126	118	215	235	3 166	3 135
BB+	429	443	0	0	197	209	0	0	127	132	753	784
BB	0	0	0	0	379	405	0	0	0	0	379	405
BB-	751	650	68	69	19	13	0	0	95	74	932	806
B+	0	0	0	0	7	6	0	0	0	0	7	6
CCC	0	0	0	0	32	23	0	0	0	0	32	23
NR	0	0	0	0	18	19	0	0	96	100	114	118
TOTAL	23 914	27 356	3 568	4 017	21 592	22 711	7 243	7 880	8 843	9 918	65 159	71 881

RISCO DE VALOR DOS ATIVOS

A exposição ao risco de descida do valor dos ativos (taxa, crédito, ações, imobiliário) é limitada para o Grupo BNP Paribas Cardif. Com efeito, o mecanismo associado aos contratos de seguros com participação leva a repercutir na provisão para

Participação nos excedentes diferidos constituída em prol dos segurados, o essencial das variações de valor dos ativos detidos no fundo geral.

As mais ou menos-valias latentes de Cardif Assurance Vie são as seguintes :

➤ QUADRO N° 65 : MAIS OU MENOS-VALIAS LATENTES DE CARDIF ASSURANCE VIE

Em milhões de euros	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Obrigações de Estado	2 833	3 442
Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público	445	449
Obrigações de estabelecimentos financeiros ou sociedades	1 484	1 119
Obrigações de empresas seguras	735	637
Outras obrigações emitidas por empresas	765	1 075
TOTAL OBRIGAÇÕES	6 262	6 722
Ações	1 202	210
Imobiliário	790	675
Alternativos	99	12
Outros	67	20
TOTAL OUTROS ATIVOS	2 158	916
TOTAL	8 420	7 638

RISCOS DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição diz respeito à atividade Poupança, essencialmente devido ao risco de resgate das apólices, assim como à atividade de Proteção, cujas provisões representam cerca de 5 % dos passivos das filiais de seguros do Grupo.

Estes riscos são de três tipos:

POUPANÇA - RISCO DE RESGATE

Os contratos de poupança apresentam uma cláusula de resgate que permite ao subscritor pedir o reembolso, total ou parcial, da poupança acumulada. O segurador corre então o risco do volume de resgates ser superior à provisão escolhida nos modelos de gestão ativo-passivo, levando-o a constatar menos-valias nas cessões dos ativos necessários ao financiamento dos resgates excedentários.

O risco de resgate é porém reduzido. Com efeito:

- o comportamento dos subscritores tem um acompanhamento permanente para ajustar regularmente a duração dos ativos à dos passivos, o que reduz o risco de cessões maciças e instantâneas dos ativos. Os estudos incidem nomeadamente sobre os fluxos previsionais dos passivos e dos ativos para períodos que podem ir até 40 anos. Estes visam determinar as diferenças de

tesouraria previsionais e identificar as maturidades sobre ou subcobertas representando um risco de liquidez, para orientar a escolha das maturidades dos novos investimentos e das arbitragens a efetuar. Também são realizados estudos de liquidez a curto prazo (12 meses) que incluem cenários de aumento dos resgates para confirmar a capacidade da empresa em enfrentar situações de stress. No estudo de liquidez de 2013, 61 % dos ativos de Cardif Société Vie são de curto prazo: essencialmente emissores com notaçãõ AAA a A;

- a revalorização garantida dos contratos é complementada com uma participação nos lucros, parcialmente discricionária, que dá aos contratos uma remuneração global em linha com as referências de mercado, limitando assim o risco de um aumento dos resgates. A provisão para participação nos excedentes é o mecanismo que, em França, permite mutualizar entre gerações de segurados a participação efetivamente paga. Trata-se de um elemento essencial da riqueza de Cardif Société Vie;

- a proteção do rendimento dos ativos financeiros é assegurada através do recurso a instrumentos de cobertura financeira.

Em 2013, a receita líquida do BNP Paribas Cardif nos fundos gerais em França e a nível internacional é superior a 2 900 milhões de euros.

► **QUADRO N° 66 : TAXAS DE RESGATE MÉDIAS OBSERVADAS NOS FUNDOS GERAIS DO BNP PARIBAS CARDIF**

2013	Taxa de resgate anual
França	6,5 %
Itália	11,0 %
Luxemburgo	15,0 %

POUPANÇA - GARANTIA MÍNIMA DOS CONTRATOS EM UNIDADES DE CONTA

O valor dos passivos em unidades de conta é igual à soma dos valores de mercado dos ativos que suportam as unidades de conta. As obrigações do segurador inscritas no passivo estão portanto cobertas pela detenção no ativo dos instrumentos correspondentes. A coerência desta cobertura é alvo de controlos mensais.

Alguns contratos em unidades de conta preveem que o capital pago aos beneficiários em caso de morte do segurado não possa ser inferior à soma dos prémios investidos no contrato, independentemente da situação dos mercados financeiros no momento do falecimento. O risco caracteriza-se portanto por uma componente estatística (probabilidade de sinistro) e por uma componente financeira (valor de mercado das unidades de conta).

Regra geral, são fornecidos limites à aplicação desta garantia mínima. Assim, em França, a maior parte dos contratos comercializados prevê uma duração da garantia limitada a um ano (renovável anualmente), uma idade limite de 80 anos para beneficiar da garantia, e um limite individual da garantia de 765 000 euros por segurado.

A provisão constituída para a garantia mínima, revista trimestralmente, tem em consideração a ocorrência das mortes com base num cenário determinista e na variação dos mercados financeiros a partir de uma abordagem estocástica. Em 31 de dezembro de 2013, a provisão ascende a 7 milhões de euros (contra 12 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

PROTEÇÃO

Estes riscos ligados à proteção proveem essencialmente da comercialização de contratos de seguros dos mutuários em todo o mundo, assim como de outras atividades de proteção (previdência individual, extensão de garantia, contratos de rendas vitalícias em França).

O seguro dos mutuários cobre os riscos de morte, de perda total e irreversível de autonomia, de incapacidade para o trabalho, de perda de emprego e de perdas financeiras sobre créditos permanentes, pessoais e imobiliários. Esta atividade baseia-se numa multitude de contratos individuais de montantes de riscos e de prémios baixos, cuja rentabilidade depende da importância da base dos contratos e da mutualização efetiva dos riscos, assim como do controlo das despesas de gestão. A duração de cobertura destes contratos é geralmente igual à duração dos créditos subjacentes, sendo o prémio pago de uma vez aquando da emissão da apólice (prémio único) ou de forma regular durante a apólice (prémios regulares ou prémios periódicos).

As outras atividades incidem sobre coberturas associadas à pessoa (morte, morte acidental, internamento, doenças graves, despesas de cuidados de saúde) ou a bens (danos acidentais, falhas ou roubo de bens de consumo ou automóveis). A característica destes contratos é que os montantes seguros individualmente são geralmente baixos, e que o custo dos sinistros é essencialmente fixo.

Por fim, através dessas joint venture em França e em Itália, também são subscritas coberturas automóveis (danos materiais, responsabilidade civil) e MRH.

A governação implementada para prevenir e controlar os riscos atuariais em França e a nível internacional assenta em documentos de referência e ferramentas que definem os princípios, as regras, as metodologias e as boas práticas a seguir pelas equipas de atuários ao longo de todo o ciclo de vida dos contratos, assim como os trabalhos a realizar e os relatórios a fornecer. Esta esclarece igualmente as práticas proibidas ou aceites sob determinadas condições.

A subscrição dos riscos responde a regras de delegação precisas que fazem intervir vários níveis, simultaneamente locais e centrais, em função da avaliação da perda máxima aceitável, da estimativa da necessidade de capital Solvabilidade II e da rentabilidade estimada dos contratos em questão. A experiência adquirida com a gestão de carteiras diversificadas geograficamente permite atualizar regularmente as bases de dados utilizadas para a fixação dos riscos tendo em consideração vários parâmetros (tipo de crédito para seguro dos mutuários, garantia, população segura...). Cada tarifa é elaborada tendo em conta os objetivos de rentabilidade e de remuneração sobre fundos próprios fixados pela Direção Geral do BNP Paribas Cardif.

O resseguro representa um elemento complementar do dispositivo de gestão dos riscos de subscrição. O seu objetivo de gestão dos riscos de subscrição. O seu objetivo é proteger o BNP Paribas Cardif contra três principais riscos:

- 1) O risco dito « de ponta », ligado a uma exposição a um risco individual ultrapassando um determinado limite, chamado « pleno de retenção ». Em seguros de pessoas, este limite está atualmente fixado em dois milhões de euros por cabeça. O resseguro do risco de ponta pode tomar a forma de tratados em excedente de pleno ou em excedente de sinistros.
- 2) O risco catástrofe ligado a uma exposição ao risco num único evento de fraca ocorrência, mas de muito forte impacto financeiro (risco de concentração). Este risco pode ser ressegurado sob a forma de um tratado em excedente de sinistros catástrofe.
- 3) O risco sobre os novos produtos, ligado a uma insuficiência de mutualização, à ausência de domínio das bases técnicas ou a uma incerteza sobre os dados dos mutuários. Este risco pode ser ressegurado sob a forma de tratados em quota-parte, em stop loss ou em excedente de sinistros, em função dos níveis de risco identificados. O acompanhamento trimestral destes riscos pelo Comité Executivo do BNP Paribas Cardif assenta no acompanhamento da sinistralidade dos contratos.

A sinistralidade dos contratos de rendas vitalícias baseia-se em tabelas de mortalidade regulamentares, corrigidas em alguns casos por dados específicos da carteira, sendo submetidas a uma certificação independente. Daí resulta um risco fraco.

Os riscos de subscrição de seguros são cobertos por diferentes provisões: provisões matemáticas em vida, uma provisão para prémios não adquiridos, geralmente calculada segundo pro rata temporis; uma provisão para sinistros conhecidos, determinada a partir do inventário dos sinistros declarados; uma provisão para sinistros desconhecidos, determinada quer a partir das cadências de pagamento verificadas, quer a partir do número de declarações esperado e do custo médio de um sinistro.

O nível de prudência escolhido para a avaliação global do conjunto das provisões de sinistros corresponde ao quantil de 90 %.

Anexos:

Anexo 1: Exposições de acordo com as recomendações do Conselho de estabilidade financeira

FINANCIAMENTO POR TITULARIZAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA

Titularização em 31 de dezembro de 2013 Em bilhões de euros	Amount of securitised assets	Amount of notes	Securitised positions held	
			First losses	Others
Personal Finance	6,4	6,5	0,2	2,3
o/w Residential loans	5,2	5,3	0,2	1,9
o/w Consumer loans	1,0	1,0	0,0	0,2
o/w Lease receivables	0,2	0,1	0,0	0,1
BNL	1,9	1,7	0,1	0,2
o/w Residential loans	1,9	1,7	0,1	0,2
o/w Consumer loans	-	-	-	-
o/w Lease receivables	-	-	-	-
o/w Public sector	-	-	-	-
TOTAL	8,3	8,2	0,3	2,5

Entre as exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas em 31 de dezembro de 2013, os ativos de crédito refinanciados por titularizações identificadas como potencialmente « sensíveis » ascendem a 8,3 bilhões de euros contra 8,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

As posições titularizadas detidas pelo Grupo ascendem a 2,5 bilhões de euros (excetuando tranches de primeiras perdas).

Desde a passagem para as IFRS (2005), os SPVs são consolidados no balance do BNP Paribas na medida em que o Banco mantém a maioria dos riscos e dos rendimentos.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Anexo 1: Exposições de acordo com as recomendações do Conselho de estabilidade financeira

➤ CRÉDITOS AOS PARTICULARES

Em 31 dezembro 2013		Gross outstanding				Allowances		Net exposure	
Em bilhões de euros	Consumer	First Mortgage		Home Equity Loans	Total	Portfolio	Specific		
		Full Doc	Alt A						
US	10,1	6,2	0,2	2,4	18,9	(0,2)	(0,1)	18,5	
Super Prime	FICO(*) > 730	7,7	4,1	0,1	1,7	13,6	-	-	13,6
Prime	600 < FICO(*) < 730	2,3	1,9	0,1	0,7	4,9	-	-	4,9
Subprime	FICO(*) < 600	0,1	0,3	0,0	0,0	0,4	-	-	0,4
UK	1,0	0,2	-	-	1,2	(0,0)	(0,1)	1,1	
Spain	3,8	5,6	-	-	9,5	(0,2)	(1,0)	8,3	

(*) Na originação.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de créditos aos particulares, classificados de sensíveis, caracteriza-se por:

- a boa qualidade da carteira US, cuja exposição líquida, a 18,5 bilhões de euros, está em baixa de 0,6 bilhão de euros relativamente a 31 de dezembro de 2012. A carteira de crédito ao consumo manteve-se num bom nível de qualidade;

- uma exposição moderada ao Reino Unido (1,1 bilhão de euros);
- uma exposição ao risco espanhol, bem segura mediante garantias hipotecárias sobre a carteira imobiliária, assim como uma parte significativa e crescente de créditos « auto » na carteira de créditos ao consumo.

➤ IMOBILIÁRIO COMERCIAL

Em 31 dezembro 2013		Gross exposure				Allowances		Net exposure
Em bilhões de euros	Home Builders	Non residential developers	Property companies	Others(*)	Total	Portfolio	Specific	
								US
BancWest	0,5	0,4	-	4,6	5,5	(0,0)	(0,0)	5,5
CIB	-	0,1	0,1	-	0,3	-	-	0,3
UK	0,0	0,1	0,3	0,8	1,2	(0,0)	(0,0)	1,2
Spain	-	-	0,3	0,6	0,9	(0,0)	(0,0)	0,9

(*) Excluding owner-occupied and real estate backed loans to corporates.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de crédito imobiliário comercial caracteriza-se por:

- uma exposição diversificada e granular aos Estados Unidos, estável relativamente a 31 de dezembro de 2012 (+0,1 bilhão de euros), com uma exposição de 4,6 bilhões de euros aos outros setores de imobiliário comercial (-0,2 bilhão de euros relativamente a 31 de dezembro de 2012) correspondendo a um financiamento seguro, muito granular e bem

diversificado de pequenas imobiliárias (principalmente de escritórios, comércios e imóveis residenciais);

- uma exposição ao Reino Unido centrada nas grandes imobiliárias e em baixa de 0,2 bilhão de euros relativamente a 31 de dezembro de 2012 ;
- uma exposição sempre limitada ao risco imobiliário comercial espanhol.

EXPOSIÇÕES AOS ABS E CDOS IMOBILIÁRIOS

► CARTEIRA BANCÁRIA E CARTEIRA DE TRANSAÇÃO

Exposição líquida Em bilhões de euros	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013		
	Net exposure	Gross exposure ^(*)	Allowances	Net exposure
TOTAL RMBS	6,8	2,8	(0,1)	2,7
US	0,0	0,0	(0,0)	0,0
Subprime	0,0	-	-	
Mid-prime	0,0	-	-	
Alt-A	-	-	-	
Prime ^(**)	0,0	0,0	(0,0)	0,0
UK	1,0	1,0	(0,0)	1,0
Conforming	0,1	0,1	-	0,1
Non conforming	0,9	0,9	(0,0)	0,9
Spain	0,9	0,8	(0,0)	0,7
The Netherlands	4,2	0,4	(0,0)	0,3
Other countries	0,7	0,6	(0,1)	0,6
TOTAL CMBS	1,8	1,1	(0,0)	1,1
US	0,9	0,6	(0,0)	0,6
Non US	0,9	0,5	(0,0)	0,5
TOTAL CDOs (cash and synthetic)	1,0	0,6	(0,0)	0,6
RMBS	0,6	0,4	(0,0)	0,4
US	0,1	0,0	-	0,0
Non US	0,5	0,4	(0,0)	0,4
CMBS	0,3	0,1	(0,0)	0,1
CDO of TRUPs	0,0	0,0	-	0,0
TOTAL	9,6	4,5	(0,2)	4,3
o/w Trading Book	0,3	-	-	0,5
TOTAL SUBPRIME, ALT-A, US CMBS AND RELATED CDOS	0,9	0,6	(0,0)	0,6

(*) Entry price + accrued interests – amortisation.

(**) Excluding Government Sponsored Entity backed securities.

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição líquida aos ABS e CDOs imobiliários da carteira bancária, com 4,3 bilhões de euros, está em forte baixa relativamente a 31 de dezembro de 2012 (-5,3 bilhões de euros) devido nomeadamente à redução da carteira de RMBS holandesa na sequência dos resgates de obrigações na sua data de call e de vendas assim como de amortizações

ou de vendas na carteira de CMBS. 56 % dos ativos da carteira bancária têm notação A ou mais⁽¹⁾.

Os ativos são contabilizados ao custo amortizado, sendo as provisões necessárias efetuadas em caso de depreciação duradoura.

(1) Tendo como base a notação mais baixa entre S&P, Moody's e Fitch.

➤ EXPOSIÇÃO EM RELAÇÃO À GRÉCIA

Em bilhões de euros	Total ^(a)	Dos quais títulos soberanos	Dos quais Corporates	Dos quais Outros ^(b)
Exposição líquida de garantia e de provisão	0,7	0,0	0,4	0,3

(a) Exceto exposição em relação a empresas ligadas a interesses gregos (ex : shipping), que não dependem da situação económica do país (1,3 Bilhões €).

(b) Dos quais Personal Finance, Arval, Wealth Management.

➤ EXPOSIÇÃO EM RELAÇÃO A PORTUGAL

Em bilhões de euros	Total ^(a)	Dos quais títulos soberanos	Dos quais Corporates	Dos quais Outros ^(b)
Exposição líquida de garantia e de provisão	4,9	0,6	1,7	2,5

(a) Exceto exposição em relação a empresas ligadas a interesses portugueses, que não dependem da situação económica do país (0,5 bilhões €).

(b) Dos quais Personal Finance, Arval, Leasing Solutions.

Anexo 2 : Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais « significativas »

As exigências em fundos próprios das filiais significativas são apresentadas por tipo de risco, como contribuição para o Grupo.

BPN PARIBAS FORTIS

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios
Risco de crédito	98 914	7 913	91 306	7 305
Risco de crédito - Abordagem IRBA	48 638	3 891	46 758	3 741
Administrações centrais e bancos centrais	1 194	96	1 347	108
Empresas	32 391	2 591	31 223	2 498
Estabelecimentos	1 796	144	2 275	182
Clientes de retalho	13 107	1 048	11 809	945
Empréstimos imobiliários	7 887	631	6 424	514
Exposições renováveis	89	7	82	7
Outras exposições	5 131	410	5 303	424
Outros ativos de risco	150	12	104	8
Risco de crédito - Abordagem standard	50 276	4 022	44 548	3 564
Administrações centrais e bancos centrais	1 157	93	1 324	106
Empresas	24 455	1 956	19 065	1 525
Estabelecimentos	1 861	149	2 092	167
Clientes de retalho	16 377	1 310	15 381	1 231
Empréstimos imobiliários	1 465	117	1 921	154
Exposições renováveis	136	11	125	10
Outras exposições	14 776	1 182	13 335	1 067
Outros ativos de risco	6 426	514	6 686	535
Posições de titularização	3 203	256	4 157	333
Posições de titularização - Abordagem IRBA	3 203	256	3 838	307
Posições de titularização - Abordagem standard	0	0	319	26
Risco de contraparte	2 010	161	3 177	254
Risco de contraparte - Abordagem IRBA	1 707	137	2 753	220
Administrações centrais e bancos centrais	15	1	23	2
Empresas	1 408	113	2 393	191
Estabelecimentos	284	23	337	27
Risco de contraparte - Abordagem standard	303	24	424	34
Administrações centrais e bancos centrais	0	0	26	2
Empresas	214	17	239	19
Estabelecimentos	76	6	149	12
Clientes de retalho	13	1	10	1
Outras exposições	13	1	10	1
Risco de participação em ações	7 990	639	5 106	409
Método dos modelos internos	5 643	451	2 238	179
exposições sobre ações	5 643	451	2 232	179
capital investimento em carteiras diversificadas	0	0	6	0
Método de ponderação simples	1 532	123	1 733	139
ações cotadas	5	0	21	2
outras exposições sobre ações	442	36	468	38
capital investimento nas carteiras diversificadas	1 085	87	1 244	99
Abordagem Standard	815	65	1 135	91
Risco de mercado	337	27	980	78
Abordagem Standard	337	27	980	78
Risco operacional	9 995	800	10 866	869
Abordagem Modelo interno AMA	6 123	490	7 040	563
Abordagem Standard	995	80	920	74
Abordagem de Base	2 877	230	2 906	232
TOTAL	122 449	9 796	115 592	9 248

BNL

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios
Risco de crédito	55 516	4 442	67 151	5 372
Risco de crédito - IRBA	27 461	2 197	154	12
Administrações centrais e bancos centrais	17	1	0	0
Empresas	27 444	2 196	154	12
Risco de crédito - Abordagem standard	28 055	2 245	66 998	5 360
Administrações centrais e bancos centrais	11	1	57	5
Empresas	3 202	256	42 540	3 403
Estabelecimentos	3 784	303	4 424	354
Clientes de retalho	17 872	1 430	16 909	1 353
Empréstimos imobiliários	8 490	679	7 657	613
Outras exposições	9 382	751	9 252	740
Outros Ativos arriscados	3 186	255	3 068	245
Posições de titularização	0	0	239	19
Posições de titularização - Abordagem standard	0	0	239	19
Risco de contraparte	619	49	845	68
Risco de contraparte - IRBA	4	0		
Empresas	4	0		
Risco de contraparte - Abordagem standard	615	49	845	68
Empresas	511	41	788	63
Estabelecimentos	104	8	57	5
Risco de participação em ações	622	50	815	65
Método dos modelos internos	622	50	815	65
ações cotadas	0	0	2	0
exposições sobre ações	622	50	813	65
Risco de mercado	1	0	13	1
Abordagem Standard	1	0	13	1
Risco operacional	2 802	224	3 205	256
Abordagem Modelo interno AMA	2 703	216	2 860	229
Abordagem Standard	60	5	275	22
Abordagem de Base	39	3	70	6
TOTAL	59 560	4 765	72 268	5 781

BANCWEST

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios
Risco de crédito	42 648	3 412	41 925	3 354
Risco de crédito - Abordagem standard	42 648	3 412	41 925	3 354
Administrações centrais e bancos centrais	1	0	2	0
Empresas	27 527	2 202	26 280	2 102
Estabelecimentos	495	40	632	51
Clientes de retalho	12 388	991	12 559	1 005
Empréstimos imobiliários	4 998	400	5 269	422
Exposições renováveis	348	28	454	36
Outras exposições	7 042	563	6 835	547
Outros Ativos arriscados	2 237	179	2 453	196
Posições de titularização	176	14	212	17
Posições de titularização - Abordagem standard	176	14	212	17
Risco de contraparte	204	16	398	32
Risco de contraparte - Abordagem standard	204	16	398	32
Empresas	192	15	398	32
Estabelecimentos	12	1		
Risco de participação em ações	6	0	47	4
Método dos modelos internos	6	0	47	4
Risco de mercado	8	1	5	0
Abordagem Standard	8	1	5	0
Risco operacional	3 285	263	3 273	262
Abordagem Standard	3 285	263	3 273	262
TOTAL	46 327	3 706	45 862	3 669

PERSONAL FINANCE

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios
Risco de crédito	40 132	3 211	39 435	3 155
Risco de crédito - Abordagem IRBA	9 851	788	9 839	787
Clientes de retalho	9 851	788	9 839	787
Exposições renováveis	4 411	353	4 738	379
Outras exposições	5 440	435	5 102	408
Risco de crédito - Abordagem standard	30 281	2 423	29 595	2 368
Administrações centrais e bancos centrais	38	3	46	4
Empresas	386	31	283	23
Estabelecimentos	383	31	382	31
Clientes de retalho	28 225	2 258	27 704	2 216
Empréstimos imobiliários	12 177	974	11 493	919
Exposições renováveis	1 447	116	1 350	108
Outras exposições	14 601	1 168	14 861	1 189
Outros Ativos arriscados	1 249	100	1 180	94
Posições de titularização	0	0	57	5
Posições de titularização - Abordagem standard	0	0	57	5
Risco de contraparte	15	1	13	1
Risco de contraparte - Abordagem standard	15	1	13	1
Estabelecimentos	15	1	13	1
Risco de participação em ações	154	12	193	15
Método dos modelos internos	154	12	193	15
Exposições sobre ações	154	12	193	15
Risco de mercado	12	1	176	14
Abordagem Standard	12	1	176	14
Risco operacional	3 398	272	4 391	351
Abordagem Modelo interno AMA	2 295	184	1 982	159
Abordagem Standard	586	47	505	40
Abordagem de Base	517	41	1 904	152
TOTAL	43 711	3 497	44 264	3 541

BC BGL BNP PARIBAS

Em milhões de euros	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios
Risco de crédito	22 883	1 831	24 066	1 925
Risco de crédito - Abordagem IRBA	4 686	375	5 432	435
Administrações centrais e bancos centrais	333	27	440	35
Empresas	2 757	220	3 397	272
Estabelecimentos	224	18	222	18
Clientes de retalho	1 282	103	1 300	104
Empréstimos imobiliários	748	60	596	48
Outras exposições	534	43	704	56
Outros ativos arriscados	90	7	74	6
Risco de crédito - Abordagem standard	18 197	1 456	18 634	1 491
Administrações centrais e bancos centrais	3	0	6	1
Empresas	9 201	736	9 061	725
Estabelecimentos	221	18	357	29
Clientes de retalho	6 799	544	7 005	560
Empréstimos imobiliários	4	0	5	0
Outras exposições	6 795	544	7 000	560
Outros ativos arriscados	1 973	158	2 205	176
Posições de titularização	81	6	100	8
Posições de titularização - Abordagem IRBA	81	6	38	3
Posições de titularização - Abordagem standard	0	0	62	5
Risco de contraparte	72	6	99	8
Risco de contraparte - Abordagem standard	72	6	99	8
Administrações centrais e bancos centrais	0	0	26	2
Empresas	51	4	2	0
Estabelecimentos	21	2	69	6
Clientes de retalho	0	0	2	0
Outras exposições	0	0	2	0
Risco de participação em ações	662	53	507	41
Método dos modelos internos	233	19	336	27
Exposições sobre ações	233	19	336	27
Método de ponderação simples	343	27	86	7
Ações cotadas	5	0	5	0
Outras exposições sobre ações	338	27	82	7
Abordagem Standard	86	7	84	7
Risco de mercado	56	4	86	7
Abordagem Standard	56	4	86	7
Risco operacional	1 320	106	1 362	109
Abordagem Modelo interno AMA	1 021	82	1 048	84
Abordagem Standard	151	12	146	12
Abordagem de Base	148	12	168	13
TOTAL	25 074	2 006	26 221	2 098

GRUPO TEB

Em milhões de euros	31 dezembro 2013	
	Ativos ponderados	Exigências em Fundos próprios
Risco de crédito	17 042	1 363
Risco de crédito - IRBA	47	3
Empresas	47	3
Risco de crédito - Abordagem standard	16 995	1 360
Administrações centrais e bancos centrais	1 081	86
Empresas	8 970	718
Estabelecimentos	994	80
Cientes de retalho	5 537	443
Empréstimos imobiliários	333	27
Outras exposições	5 204	416
Outros ativos arriscados	413	33
Risco de contraparte	179	14
Risco de contraparte - Abordagem standard	179	14
Empresas	111	9
Estabelecimentos	55	4
Cientes de retalho	13	1
Outras exposições	13	1
Risco de participação em ações	7	1
Abordagem Standard	7	1
Risco de mercado	131	11
Abordagem Standard	131	11
Risco operacional	1 599	128
Abordagem de Base	1 599	128
TOTAL	18 958	1 517

Anexo 3: Glossário

Acrónimos	
ABCP	Asset-Backed Commercial Paper
ABE	Autoridade Bancária Europeia (EBA)
ABS	Asset-Backed Securities
ACPR	Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução
ALCO	Asset and Liability Committee
ALM	Asset and Liability Management (ou Gestão Ativo Passivo)
AMA	Abordagem em Medida Avançada
BCE	Banco Central Europeu
BNB	Banque Nationale de Belgique
CCF	Credit Conversion Factor
CDO	Collateralised Debt Obligations
CDS	Credit Default Swap
CEBS	Committee of European Banking Supervisors
CHR	Classe Homogénea de Risco
CLO	Collateralised Loan Obligations
CMBS	Commercial Mortgage Backed Securities
CRBF	Comité de Regulamentação Bancária e Financeira
CRD	Capital Requirement Directive (diretiva europeia)
CRM	Comprehensive Risk Measure
CRR	Capital Requirement Regulation (regulamento europeu)
CVA	Credit Value Adjustment
DME	Différence de Mise en Équivalence (método equivalência patrimonial)
EAD	Exposure at Default (valor exposto ao Risco)
EDTF	Enhanced Disclosure Task Force
EEE	Espaço Económico Europeu
EEPE	Effective Expected Positive Exposure (Exposição positiva esperada efetiva)
EL	Expected Loss (perda expectável)
FBF	Fédération Bancaire Française
FED	Reserva Federal dos Estados Unidos
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICAAP	Internal Capital Adequacy Assessment Process (no quadro do Pilar 2)
IFRS	International Financial Reporting Standards (Normas internacionais de informação financeira)
IRBA	Internal Rating Based Approach (modelo interno)
IRC	Incremental Risk Charge
ISDA	International Swaps and Derivatives Association
LGD	Loss Given Default (perda em caso de falha)

Acrónimos (cont.)	
LTRO	Long Term Refinancing Operation
MRH	Multi-risques Habitation
MTN	Medium Term Note
NPV	Net Present Value
PD	Probability of Default (probabilidade de defeito)
PME	Pequenas e Médias Empresas (SME em inglês)
PNB	Produit Net Bancaire (Proveito Líquido Bancário)
PGNR	Política Geral de Notação Retail
PIB	Produto Interno Bruto
RMBS	Residential Mortgage-Backed Securities (títulos de créditos hipotecários residenciais)
RW	Risk weight (taxa de ponderação)
SIFI	Systemically Important Financial Institution
SREP	Supervisory REview Process
TRG	Taxa de Recuperação Global
TRS	Total Return Swap
VaR	Value at Risk
VME	Valeur de Mise en Équivalence (equivalência patrimonial)
Anglicismos	
Asset Quality Review	Revisão da qualidade dos ativos
Backtesting	Método consistindo em verificar que as medidas do risco real são coerentes com as estimativas
Banking book	Atividade bancária
Bid/offer	Comprador-vendedor, oferta-procura
Cash Flow Hedge	Cobertura dos fluxos de tesouraria
Core Tier 1	Fundos próprios de base « duros » (CRD 3)
Common equity Tier 1	Fundos próprios de base « duros » (CRD 4)
Comprehensive Assessment	Avaliação completa dos riscos
Fair Value Hedge	Cobertura de justo valor
Haircut	Desconto
Pay-off	Reembolso
Risk Assessment	Avaliação dos riscos
Spread	Diferença de crédito
Stress test	Teste de resistência
Trading book	Carteira de negócios
Wholesale funding	Financiamento nos mercados

6

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

6.1	Situações financeiras do BNP Paribas SA	350
	Demonstração de resultados do exercício 2013	350
	Balço em 31 de dezembro de 2013	351
	Notas anexas às demonstrações financeiras das contas sociais	352
	Nota 1 Resumo dos princípios contábilísticos aplicados pelo BNP Paribas SA	352
	Nota 2 Notas relativas à demonstração de resultados do exercício 2013	358
	Nota 3 Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2013	362
	Nota 4 Compromissos de financiamento e de garantia	372
	Nota 5 Remunerações e vantagens concedidas ao pessoal	373
	Nota 6 Informações complementares	375
6.2	A afetação do Resultado do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2013 e a distribuição do dividendo	381
6.3	Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA	382
6.4	Principais filiais e participações do BNP Paribas SA	383
6.5	Informações relativas às aquisições de participações do BNP Paribas SA em 2013 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas	386
6.6	Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais	387

6.1 Demonstrações financeiras do BNP Paribas SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2013

Em milhões de euros	Notas	Exercício 2013	Exercício 2012
Juros e proveitos assimilados	2.a	14 904	18 173
Juros e encargos assimilados	2.a	(10 417)	(13 561)
Rendimentos dos títulos de rendimento variável	2.b	3 832	2 779
Comissões (proveitos)	2.c	4 431	4 720
Comissões (encargos)	2.c	(1 061)	(864)
Proveitos líquidos sobre operações das carteiras de negociação	2.d	2 867	2 472
Proveitos líquidos sobre operações das carteiras de investimento e assimilados	2.e	428	1 627
Outros proveitos de exploração bancária		227	251
Outros encargos de exploração bancária		(189)	(137)
RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO		15 022	15 460
Despesas com pessoal	5.a	(5 275)	(5 697)
Outras despesas administrativas		(3 420)	(3 281)
Dotação às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas		(541)	(529)
RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO		5 786	5 953
Custo do risco	2.f	(552)	(500)
Provisão relativa a pagamentos em dólares US no que respeita a países sujeitos às sanções americanas	2.g	(798)	
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO		4 436	5 453
Proveitos líquidos sobre ativos imobilizados	2.h	979	1 581
Dotações líquidas às provisões regulamentadas		47	51
RESULTADO CORRENTE ANTES DO IMPOSTO		5 462	7 085
Imposto sobre os lucros	2.i	(466)	(1 273)
RESULTADO LÍQUIDO		4 996	5 812

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em milhões de euros em	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
ATIVO			
Caixa, bancos centrais e CCP		80 360	81 515
Títulos públicos e valores assimilados	3.c	89 545	93 283
Créditos sobre os estabelecimentos de crédito	3.a	259 165	270 480
Operações com a clientela	3.b	316 197	316 407
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3.c	69 802	67 433
Ações e outros títulos de rendimento variável	3.c	3 047	1 867
Participações e outros títulos detidos a longo prazo	3.c	4 452	4 869
Participações nas empresas relacionadas	3.c	56 144	55 157
Locação financeira e aluguer com opção de compra		14	44
Imobilizações incorpóreas	3.j	6 181	6 282
Imobilizações corpóreas	3.j	2 247	2 142
Ações próprias	3.d	138	164
Outros ativos	3.h	177 043	200 881
Contas de regularização	3.i	72 333	86 789
TOTAL ATIVO		1 136 668	1 187 313
DÉBITOS			
Bancos centrais e CCP		520	594
Dívidas aos estabelecimentos de crédito	3.a	293 886	331 153
Operações com a clientela	3.b	291 270	284 801
Dívidas representadas por um título	3.f	157 307	145 278
Outros passivos	3.h	246 235	260 984
Contas de regularização	3.i	69 909	88 376
Provisões	3.k	4 366	3 633
Dívidas subordinadas	3.l	11 044	13 276
TOTAL DOS DÉBITOS		1 074 537	1 128 095
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital subscrito	6.b	2 490	2 485
Prémio de emissão		23 026	22 924
Reservas		31 619	27 997
Resultado do exercício		4 996	5 812
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS		62 131	59 218
TOTAL PASSIVO		1 136 668	1 187 313
Extrapatrimoniais			
Compromissos atribuídos			
Compromissos de financiamento	4.a	151 705	159 363
Compromissos de garantia	4.b	119 261	117 425
Compromissos sobre títulos		350	326
Compromissos recebidos			
Compromissos de financiamento	4.a	99 474	79 267
Compromissos de garantia	4.b	226 323	240 080
Compromissos sobre títulos		544	370

Notas anexas às demonstrações financeiras das contas sociais

Nota 1 RESUMO DOS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS APLICADOS PELO BNP PARIBAS SA

As contas do BNP Paribas SA são estabelecidas em conformidade com os princípios contabilísticos gerais aplicáveis aos estabelecimentos de crédito em França.

A partir de 1 de janeiro de 2013, o BNP Paribas SA aplica de maneira antecipada as disposições da recomendação da Autoridade das Normas Contabilísticas n.º 2013-02 de 7 de novembro de 2013 relativa às regras de avaliação e de contabilização dos compromissos de reforma e vantagens similares que permitem, em parte, uma aproximação das disposições da norma IAS 19 revista tal como adotada pela União Europeia em junho de 2012, aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2013. É assim abandonada a metodologia do « corredor » e as diferenças atuariais são agora integralmente contabilizadas: o efeito da mudança de método sobre os capitais próprios a 1 de janeiro de 2013 é uma redução líquida dos efeitos dos impostos de 282 milhões de euros. As diferenças atuariais posteriores a 1 de janeiro de 2013 bem como os efeitos de limitação do ativo são imediatamente contabilizados no resultado. O proveito dos investimentos esperado é determinado utilizando a taxa de atualização dos compromissos. Se este método tivesse sido aplicado em 2012, o resultado líquido do exercício teria aumentado 108 milhões de euros.

CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E SOBRE A CLIENTELA

Os créditos sobre os estabelecimentos de crédito cobrem a totalidade dos créditos, incluindo os créditos subordinados, detidos a título de operações bancárias sobre estabelecimentos de crédito à exceção daqueles materializados por um título. Estes compreendem igualmente os valores recebidos com acordo de recompra, qualquer que seja o suporte da operação, e os créditos ligados a pensões entregues sobre títulos. Estes são distribuídos entre créditos à vista e créditos a prazo.

Os créditos sobre a clientela compreendem as linhas distribuídas aos agentes económicos, diferentes dos estabelecimentos de crédito, à exceção das que são materializadas por um título, os valores recebidos com acordo de recompra, qualquer que seja o suporte da operação, e os créditos ligados a pensões entregues sobre títulos. Estes são repartidos em créditos comerciais, contas devedoras da clientela e outros créditos.

Os créditos sobre estabelecimentos de crédito e sobre a clientela são inscritos no balanço pelo seu valor nominal aumentado dos juros corridos não vencidos. Os empréstimos concedidos e os compromissos de crédito confirmados são repartidos entre os ativos reputados sãos, quer tenham ou não sido objeto de uma reestruturação e os capitais julgados duvidosos. O mesmo sucede com os riscos de crédito ligados aos instrumentos financeiros a prazo cujo valor atual é representativo de um ativo para a empresa.

O acompanhamento dos créditos apoia-se no sistema de notação dos riscos de crédito do BNP Paribas SA. Este último tem em conta dois parâmetros fundamentais: a probabilidade de incumprimento da contrapartida que se exprime por meio de

uma nota e a taxa de recuperação global que está ligada à natureza das transações. A escala de nota de contrapartida compreende doze níveis: dez cobrindo os créditos sãos e dois relativos aos clientes duvidosos e duvidosos comprometidos.

São considerados como duvidosos os créditos para os quais o banco estima que existe um risco de ver os devedores na impossibilidade de honrar todos ou parte dos seus compromissos. Os créditos apresentando prestações em dívida há mais de três meses, mais de seis meses em matéria imobiliária, ou mais de seis meses em matéria de créditos às coletividades locais, assim como os créditos objeto de um procedimento contencioso são considerados como duvidosos. A classificação como duvidoso de um crédito provoca imediatamente a do conjunto dos capitais e dos compromissos relativos ao devedor nesta mesma categoria.

Estes créditos dão lugar à constituição de depreciações para créditos duvidosos, que correspondem à diferença entre o valor bruto do crédito e o valor atualizado pela taxa efetiva de origem do crédito (para os créditos com taxas fixas) ou a última taxa contractual conhecida (para os créditos com taxas variáveis) dos fluxos futuros estimados recuperáveis compreendendo os fluxos em

capital e em juros, assim como aqueles resultantes da realização das garantias. As garantias consideradas são constituídas por garantias hipotecárias e fianças, assim como derivados de crédito que o Banco adquiriu para proteger o risco de crédito associado às carteiras de créditos.

A reestruturação de um crédito por causa de dificuldades financeiras do mutuário dá lugar ao cálculo de um desconto representando a diferença, em valor atualizado, entre as novas condições de remuneração e as condições iniciais de remuneração do dito crédito. Os descontos são contabilizados em dedução do ativo e recuperados em resultado de forma atuarial durante o período de vida residual do crédito. Quando um crédito que foi objeto de uma primeira reestruturação apresenta de novo prestações em dívida, o crédito é imediatamente desclassificado em créditos duvidosos ou em créditos duvidosos comprometidos.

Quando o pagamento dos vencimentos iniciais de um crédito tornado duvidoso recuperou de maneira regular, este pode de novo ser classificado na categoria dos créditos sãos. Da mesma forma, os créditos duvidosos que foram objeto de uma reestruturação cujos termos são respeitados, e para os quais o risco de crédito já não é confirmado, são igualmente reclassificados em créditos sãos.

São considerados como duvidosos comprometidos, os créditos sobre contrapartidas cujas condições de solvabilidade são tais que após uma duração razoável de classificação como duvidosos, nenhuma reclassificação como sãos é previsível, os créditos para os quais a caducidade do prazo foi pronunciada, a maior parte dos créditos oriundos de reestruturações para os quais o devedor está de novo em incumprimento, assim como os créditos classificados como duvidosos há mais de um ano, sobre os quais uma falta de pagamento foi constatada, e que não são acompanhados de garantias de cobrança quase integral do crédito.

As depreciações para créditos duvidosos cobrindo riscos inscritos no ativo do balanço são afetadas à dedução dos ativos visados. As provisões mantidas no passivo do balanço são constituídas pelas provisões para compromissos por assinatura, as provisões para perdas calculadas relativas às tomadas de participação em programas imobiliários e as provisões para processos e outros prejuízos, assim como as provisões para riscos não especificamente identificados e para riscos sectoriais eventuais.

Na demonstração de resultados, as dotações e recuperações de provisões e de depreciações, as perdas sobre créditos irre recuperáveis, as recuperações sobre créditos amortizados e os descontos calculados sobre créditos reestruturados são reagrupados na rubrica «Custo do risco».

Os juros correspondentes à remuneração do valor contabilístico dos créditos depreciados, ou à recuperação do efeito de atualização, são contabilizados em «Produtos de juros», tal como as recuperações de desconto sobre créditos reestruturados.

CONTRATOS DE POUPANÇA E DE EMPRÉSTIMO REGULAMENTADOS

As contas poupança-habitação (CPH) e os planos de poupança-habitação (PPH) são produtos de poupança regulamentados pelos poderes públicos, destinados aos particulares. Estes associam uma fase de poupança e uma fase de crédito, indissociavelmente ligadas, a fase de crédito sendo contingente à fase de poupança.

Estes produtos incluem dois tipos de compromissos para o BNP Paribas SA que se comprometeu por um lado a remunerar a poupança, por um período indeterminado, a uma taxa de juro fixa no momento da abertura do contrato pelos poderes públicos para os PPH ou a uma taxa fixada de novo cada semestre em função de uma fórmula de indexação fixada pela lei para as CPH e, por outro lado, a emprestar ao cliente, se este o solicitar, por um montante em função dos direitos adquiridos durante a fase de poupança, a uma taxa fixada no momento da abertura do contrato para os PPH ou a uma taxa em função da fase de poupança para os contratos de CPH.

Os compromissos futuros do BNP Paribas SA relativos a cada geração – os PPH com taxa idêntica à abertura formando uma geração, e as CPH formando, no seu conjunto, uma geração – são medidos por atualização dos resultados potenciais futuros associados aos ativos em risco da geração considerada.

Os ativos em risco são estimados com base numa análise dos históricos dos comportamentos da clientela, e correspondem aos capitais estatisticamente prováveis para os créditos e à diferença entre os capitais estatisticamente prováveis e os capitais mínimos esperados para a poupança, os capitais mínimos esperados sendo assimiláveis a depósitos a prazo certo.

Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase de poupança são estimados pela diferença entre a taxa de substituição e a taxa fixa de remuneração da poupança sobre o capital em risco de poupança do período considerado. Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase de crédito são estimados pela diferença entre a taxa de refinanciamento e a taxa fixa de remuneração dos créditos sobre o capital em risco de crédito do período considerado.

As taxas de investimento da poupança e as taxas de refinanciamento dos créditos são deduzidos da curva de taxas de swap e das margens esperadas sobre instrumentos financeiros de natureza e de maturidades comparáveis. As margens são determinadas a partir daquelas observadas sobre os créditos à habitação com taxa fixa para a fase do crédito, e daquelas observadas sobre os produtos oferecidas à clientela privada para a fase de poupança.

Para traduzir a incerteza sobre as evoluções potenciais das taxas e as suas consequências sobre os comportamentos futuros modelizados dos clientes e sobre os capitais em risco, os compromissos são estimados por aplicação do método Monte-Carlo.

Quando a soma algébrica da medida dos compromissos futuros sobre a fase de poupança e sobre a fase de crédito de uma mesma geração de contratos traduz uma situação potencialmente desfavorável para o BNP Paribas SA, é constituída uma provisão, sem compensação entre as gerações, e registada sob a rubrica “Provisões” do balanço. As variações desta provisão são registadas na demonstração de resultados em “Proveitos e encargos de juros e assimilados».

TÍTULOS

O termo «Títulos» cobre os títulos do mercado interbancário, as obrigações do Tesouro e os outros títulos de créditos negociáveis, as obrigações e os outros valores mobiliários ditos de rendimento fixo - a saber de rendimento não aleatório - quer seja fundado em taxas fixas ou em taxas variáveis, as ações e os outros títulos de rendimento variável.

Segundo as disposições do regulamento CRC n° 2005-01 os títulos são classificados nas categorias seguintes: títulos de transação, títulos de investimento, títulos da atividade de carteira, títulos a vencimento,

outros títulos detidos a longo prazo, títulos de participação e participações nas empresas relacionadas.

Em caso de risco de crédito confirmado, os títulos com rendimento fixo das carteiras de investimento e a vencimento são identificados como títulos duvidosos, segundo os mesmos critérios que aqueles aplicáveis aos créditos e compromissos duvidosos.

Quando títulos suportando um risco de contrapartida são classificados como duvidosos, a depreciação relativa a este risco, quando este pode ser isolado, é inscrito na rubrica «Custo do risco».

Títulos de transação

Os títulos que na origem são adquiridos ou vendidos com a intenção de os revender ou de os recomprar a curto prazo e aqueles detidos devido a uma atividade de conservador de mercado, são contabilizados na rubrica «Títulos de transação», e avaliados individualmente ao seu preço de mercado, se estes respondem às características seguintes:

- estes títulos são negociáveis num mercado ativo (qualquer mercado no qual os preços de mercado dos títulos visados são constantemente acessíveis aos terceiros junto de uma Bolsa de valores, ou junto de corretores, de negociadores ou de estabelecimentos passivos conservadores de mercado);

- os preços de mercado assim acessíveis devem ser representativos de transações reais intervindo regularmente no mercado em condições de concorrência normais.

São igualmente considerados como títulos de transação os títulos adquiridos ou vendidos no âmbito de uma gestão especializada (nomeadamente em sensibilidade) de carteira de transação compreendendo instrumentos financeiros a prazo, títulos, ou outros instrumentos financeiros apreendidos globalmente.

As variações de valor contribuem para a formação do resultado desta carteira. Os títulos registados entre os títulos de transação não podem ser reclassificados noutra categoria contabilística, e continuam a acompanhar as regras de apresentação e de valorização dos títulos de transação até à sua saída do balanço por cessão, reembolso integral ou passagem para perdas.

Em situações excepcionais de mercado necessitando de uma mudança de estratégia, os títulos de transação podem ser reclassificados nas categorias «Títulos de investimento» ou «Títulos a vencimento» em função da nova estratégia de detenção adotada.

Da mesma forma, quando os títulos de transação de rendimento fixo já não são, posteriormente à sua aquisição, negociáveis num mercado ativo e se o estabelecimento tem a intenção e a capacidade de os deter num futuro previsível ou até ao seu vencimento, eles podem ser transferidos para as categorias «Títulos de investimento» ou «Títulos a vencimento».

As disposições de cada categoria visada são aplicáveis à data da transferência.

Se as características do mercado no qual os títulos de transação foram adquiridos evoluem de tal modo que este mercado não possa ser mais considerado como ativo, o valor de reavaliação dos títulos visados é determinado utilizando técnicas de valorização que considerem as novas características do mercado.

Títulos de investimento

São contabilizados em títulos de investimento os títulos que não estão inscritos em nenhuma das outras categorias existentes.

As obrigações e os outros títulos ditos de rendimento fixo são avaliados ao preço mais baixo de aquisição (fora juros corridos não vencidos) ou do valor provável de negociação. Este é geralmente determinado por referência à cotação da Bolsa. Os juros corridos são contabilizados em demonstração de resultados na rubrica «Juros e proveitos assimilados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo».

A diferença eventual entre o preço de aquisição e o preço de reembolso dos títulos de investimento de rendimento fixo adquiridos no mercado secundário é registada no resultado segundo o método atuarial, durante o período de vida residual dos títulos. No balanço, o valor contabilístico dos títulos é assim progressivamente ajustado ao valor de reembolso.

As ações são avaliadas ao preço mais baixo de aquisição ou ao valor provável de negociação. Este é geralmente determinado por referência à cotação de Bolsa para as ações cotadas e por referência à quota-parte de capitais próprios pertencente ao BNP Paribas SA, calculada a partir das informações disponíveis mais recentes para as ações não cotadas. Os dividendos encaixados são contabilizados na demonstração de resultados no momento do seu recebimento na rubrica «Rendimentos dos títulos de rendimento variável».

O preço de custo dos títulos de investimento cedidos é calculado segundo o método «FIFO». As mais-valias e menos-valias de cessão são registadas na rubrica «Proveitos líquidos sobre operações ligadas às carteiras de investimento e assimilados» da demonstração de resultados, assim como as depreciações de títulos dotadas ou recuperadas.

No caso de situações excepcionais necessitando de uma mudança de estratégia ou quando os títulos já não são negociáveis num mercado ativo, os títulos classificados na categoria «Títulos de investimento» podem ser transferidos na categoria «Títulos a vencimento» e devem ser identificados no seio desta carteira. Estes títulos são então contabilizados segundo as disposições relativas à categoria «Títulos a vencimento».

Títulos da atividade de carteira

Dependem de uma atividade de carteira, os investimentos realizados de forma regular tendo por único objetivo, de daí retirar proveito em capital a médio prazo sem intenção de investir duradouramente no desenvolvimento do alvará da empresa emissora. É nomeadamente o caso dos títulos detidos no âmbito de uma atividade de capital risco.

Os títulos da atividade de carteira são contabilizados individualmente ao mais baixo do seu custo histórico ou do seu valor de uso. O valor de uso é determinado tendo em conta as perspetivas gerais de evolução do emissor e do horizonte de detenção. O valor de uso dos títulos cotados é determinado por referência à cotação sobre um período de um mês.

Títulos a investimento

Os títulos de rendimento fixo acompanhados de um determinado prazo (nomeadamente as obrigações, os títulos do mercado interbancário, as obrigações do Tesouro e outros títulos de créditos negociáveis) são contabilizados em «Títulos a vencimento» quando existe a intenção e a capacidade de os conservar até ao seu vencimento.

As obrigações que entram nesta categoria são objeto de uma cobertura ou de uma operação de taxas de juro sobre a sua duração residual. A diferença eventual entre o preço de aquisição e o preço de reembolso dos títulos a vencimento é registado no resultado segundo o método atuarial, sobre a duração residual dos títulos. No balanço, o valor contabilístico dos títulos é assim progressivamente ajustado ao valor de reembolso.

Os juros aferentes a estes títulos são contabilizados na demonstração de resultados na rubrica «Juros e proveitos assimilados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo».

Uma depreciação é constituída quando a degradação da qualidade da assinatura dos emissores é suscetível de comprometer o reembolso dos títulos no seu vencimento.

Em caso de cessão de títulos ou de transferências para outra categoria, por um montante significativo em relação ao montante total dos outros títulos a vencimento detidos, a classificação nesta categoria já não é autorizada pelo período em curso e durante os dois exercícios seguintes. Todos os títulos detidos e classificados em «Títulos a vencimento» são então reclassificados na categoria «Títulos de investimento».

Quando, nos casos de situações excepcionais de mercado necessitando de uma mudança de estratégia, títulos de transação e de investimento foram transferidos para esta categoria, as cessões realizadas antes do vencimento destes títulos a vencimento, se estas estão ligadas ao facto que tornam a ser negociáveis num mercado ativo, não levam à aplicação da regra de reclassificação dos outros títulos detidos, descrita no parágrafo anterior.

Títulos de participação, outros títulos detidos a longo prazo e participações nas empresas relacionadas

Os títulos de participação são constituídos por participações para as quais o BNP Paribas SA dispõe de uma influência notável sobre os órgãos de administração das empresas emissoras e das participações apresentando um carácter estratégico para o desenvolvimento das atividades do BNP Paribas SA. Esta influência é presumida quando a percentagem de controlo do BNP Paribas SA é superior ou igual a 10 %.

Os «Outros títulos detidos a longo prazo» são ações e valores assimilados que o BNP Paribas SA entende deter duradouramente para daí retirar a mais ou menos longo prazo uma rentabilidade satisfatória, sem no entanto intervir na gestão das empresas cujos títulos são detidos, mas com intenção de favorecer o desenvolvimento de relações profissionais duradouras, criando uma ligação privilegiada com a empresa emissora.

As participações nas empresas relacionadas são constituídas por ações e outros títulos de rendimentos variáveis detidos nas empresas relacionadas para as quais o BNP Paribas SA dispõe de um controlo exclusivo, a saber aquelas suscetíveis de serem incluídas por integração global no Grupo.

Os títulos detidos nestas categorias são contabilizados individualmente ao mais baixo do seu valor de aquisição ou do seu valor de uso. O valor de uso é determinado por referência a um método de avaliação multicritérios fundado nos elementos disponíveis tais como a atualização dos fluxos futuros, a soma das partes, o ativo líquido reavaliado e os relatórios vulgarmente utilizados relativos a estes, para apreciar as perspetivas de rentabilidade e de realização de cada linha de título.

Para os títulos cotados, o valor de uso é considerado pelo menos igual ao custo quando a cotação em Bolsa no fecho não é inferior em mais de 20 % ao custo e que a cotação em Bolsa não é inferior ao custo desde os 12 últimos meses consecutivos. Além desse valor, se a avaliação multicritério faz aparecer que o valor contabilístico deve ser depreciado, o valor de uso é considerado igual à cotação em Bolsa. O mesmo sucede em todo o caso, se a cotação for inferior ao custo há 24 meses consecutivos ou se a cotação em Bolsa no fecho for inferior em 50 % ao custo ou ainda se a cotação média sobre 12 meses for inferior em mais de 30% ao custo. As linhas de títulos cotados representando um valor de aquisição inferior a dez milhões de euros podem ser avaliadas, por medida de simplificação, por referência à cotação em Bolsa média de fecho.

As mais ou menos-valias de cessão e os movimentos de dotações ou recuperações de depreciação são registados na rubrica «Proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados» da demonstração de resultados.

Os dividendos são registados logo que o seu pagamento tenha sido objeto de uma resolução da Assembleia-geral ou no momento do seu recebimento quando a decisão da Assembleia não é conhecida. São registados na rubrica «Rendimentos dos títulos de rendimento variável».

Ações próprias

As ações próprias detidas pelo BNP Paribas SA são classificadas e avaliadas segundo as modalidades seguintes:

- as ações detidas, adquiridas no âmbito de um contrato de liquidez assim como aquelas adquiridas no âmbito de operações de arbitragem sobre índices, são inscritas na categoria dos títulos de transação e avaliadas ao preço de mercado;

- as ações detidas na perspetiva de uma atribuição aos assalariados são inscritas na categoria dos títulos de investimento.

Em conformidade com o regulamento n°2008-17 do Comité da Regulamentação Contabilística publicado a 30 de dezembro de 2008, as ações próprias detidas no sentido de uma atribuição aos assalariados seguem as regras de avaliação do regulamento n°2008-15 relativo à contabilização dos planos de opção de compra ou de subscrição de ações e dos planos de atribuição de ações gratuitas aos assalariados, que preveem que estas não sejam depreciadas, devido à constituição no passivo de uma provisão determinada em função dos serviços prestados pelos beneficiários. A quota-parte das ações atribuídas aos assalariados das filiais do BNP Paribas SA é novamente faturada a estas no período de aquisição dos direitos;

- as ações detidas com vista à sua anulação ou cuja intenção de detenção não responde em particular a nenhum dos motivos anteriormente mencionados são inscritas em valores imobilizados. As ações destinadas a ser anuladas são mantidas ao seu custo de aquisição. As outras ações são avaliadas ao mais baixo do seu valor de aquisição ou do seu valor de uso.

IMOBILIZAÇÕES

Os imóveis e o material constam pelo custo de aquisição ou pelo custo reavaliado para aqueles que foram objeto de uma reavaliação, em conformidade com as leis de finanças de 1977 e 1978 em França. A diferença de reavaliação sobre bens não amortizáveis, realizada por ocasião destas reavaliações legais, foi incorporada no capital.

As imobilizações são registadas pelo seu custo de aquisição aumentado das despesas diretamente atribuíveis, e dos custos de empréstimo contraído incorrido quando a entrada em serviço das imobilizações é precedida de um período de construção ou de adaptação.

Os softwares desenvolvidos pelo Banco, quando estes preenchem os critérios de imobilização são imobilizados pelo seu custo direto de desenvolvimento que inclui as despesas externas e os encargos com o pessoal diretamente afetáveis ao projeto.

Após contabilização inicial, as imobilizações são avaliadas pelo seu custo diminuído do acumulado das amortizações e das perdas eventuais de valor.

As imobilizações são amortizadas segundo o modo linear e sobre a duração de uso esperada do bem. As dotações às amortizações são contabilizadas na rubrica «Dotações às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas» da demonstração de resultados

A fração das amortizações praticadas que excede a amortização económica, principalmente calculada sobre o modo linear, é registada na rubrica «Provisões regulamentadas: amortizações derogatórias» no passivo do balanço. Nenhum efeito de imposto diferido é calculado sobre as amortizações derogatórias.

Quando uma imobilização é composta por vários elementos que podem ser objeto de substituição a intervalos regulares, tendo utilizações diferentes ou procurando vantagens económicas segundo um ritmo diferente, cada elemento é contabilizado separadamente e cada um dos componentes é amortizado segundo um plano de amortização que lhe é próprio. Esta abordagem por componentes foi escolhida para os imóveis de exploração.

As durações de amortização para os imóveis de escritórios são de 80 e 60 anos para a estrutura dos imóveis de prestígio e os outros imóveis respetivamente, 30 anos para as fachadas, 20 anos para as instalações gerais e técnicas e 10 anos para as decorações.

Os softwares são amortizados consoante a sua natureza, sobre períodos que não excedem 3 ou 5 anos para os desenvolvimentos essencialmente ligados à produção de serviços prestados à clientela e 8 anos para os desenvolvimentos de infraestrutura.

As imobilizações amortizáveis são além disso objeto de um teste de depreciação quando na data de fecho, eventuais índices de perda de valor são identificados. As imobilizações não amortizáveis são objeto de um teste de depreciação sistemático pelo menos uma vez por ano.

Se um índice de depreciação é identificado, o novo valor recuperável do ativo é comparado ao valor líquido contabilístico da imobilização. Em caso de perda de valor, uma depreciação é constatada na demonstração de resultados. A depreciação é recuperada em caso de modificação da estimação do valor recuperável ou de desaparecimento dos índices de depreciação. As depreciações são contabilizadas na rubrica «Dotações às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas» da demonstração de resultados.

As mais ou menos-valias de cessão das imobilizações de exploração são registadas na demonstração de resultados na rubrica «Proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados».

DÍVIDAS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E CONTAS CREDORAS DOS CLIENTES

As dívidas com estabelecimentos de crédito e a clientela são apresentadas em função da sua duração inicial ou da sua natureza: débitos à vista ou a prazo para os estabelecimentos de crédito; contas poupança com regime especial e outros depósitos para a clientela. São incluídas nestas diferentes rubricas, em função da natureza da contrapartida, as operações com acordo de recompra, materializadas por títulos ou valores. Os juros corridos sobre estes débitos são registados no balanço entre os débitos ligados.

DÍVIDAS REPRESENTADAS POR UM TÍTULO

As dívidas representadas por um título são apresentadas em função da natureza do seu suporte: obrigações de caixa, títulos do mercado interbancário, títulos de créditos negociáveis, títulos obrigacionistas e assimilados, à exceção dos títulos subordinados classificados entre as dívidas subordinadas.

Os juros corridos não vencidos ligados a estes títulos são levados a uma conta de débitos ligados em contrapartida da demonstração de resultados.

Os prémios de emissão ou de reembolso dos empréstimos contraídos obrigacionistas são amortizados segundo o método atuarial sobre a duração de vida do empréstimo, as despesas aferentes à sua emissão sendo repartidas linearmente sobre essa mesma duração.

PROVISÕES PARA COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

As provisões para compromissos internacionais são constituídas em função da apreciação feita, por um lado sobre o risco de não transferência ligado à solvabilidade futura de cada um dos países compondo a base provisionável e, por outro lado, sobre o risco sistémico de crédito ao qual são expostos os devedores, na hipótese de uma degradação contínua e persistente da situação económica e geral dos países incluídos nesta base. As provisões constituídas ou libertas a título destes riscos são reagrupadas na demonstração de resultados consolidada na rubrica «Custo do risco».

PROVISÕES NÃO LIGADAS A OPERAÇÕES BANCÁRIAS

O BNP Paribas SA constitui provisões de modo a cobrir riscos e encargos nitidamente esclarecidos quanto ao seu objeto, e cujo montante ou vencimento não podem ser fixados de forma precisa. Em conformidade com os textos em vigor, a constituição de tais provisões não ligadas a operações bancárias é subordinada à existência de uma obrigação com um terceiro no fecho, à probabilidade de saída de recursos em benefício deste terceiro e à ausência de contrapartida equivalente esperada deste terceiro.

CUSTO DO RISCO

A rubrica «Custo do risco» compreende os encargos resultantes da manifestação de riscos de crédito e de contrapartida, litígios e fraudes inerentes à atividade bancária realizada com terceiros. As dotações líquidas às provisões não dependendo de tais riscos são classificadas nas rubricas da demonstração de resultados correspondente à sua natureza.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO

Os compromissos sobre instrumentos financeiros a prazo são contratados em diferentes mercados para necessidades de cobertura específica ou global dos ativos e dos passivos ou para efeitos de transação.

Os compromissos relativos a estes instrumentos são registados em extra patrimoniais para o valor nominal dos contratos. O seu tratamento contabilístico depende da estratégia de gestão destes instrumentos.

Instrumentos financeiros derivados detidos para fins de cobertura

Os proveitos e encargos relativos aos instrumentos financeiros derivados a prazo utilizados a título de cobertura, afetados desde a origem a um elemento ou a um conjunto homogéneo de elementos identificados, são constatados nos resultados de maneira simétrica à integração dos proveitos e encargos nos elementos cobertos e sob a mesma rubrica contabilística.

Os encargos e proveitos relativos aos instrumentos financeiros a prazo tendo por objeto cobrir e gerir um risco global de taxa de juro são inscritos proporcionalmente ao tempo no resultado.

Instrumentos financeiros derivados detidos para fins de transação

Os instrumentos derivados detidos para efeitos de transação podem ser negociados em mercados organizados ou assimilados ou em mercados à vista.

Os instrumentos incluídos numa carteira de transação são avaliados por referência ao seu valor de mercado na data de fecho. Os proveitos ou perdas correspondentes são diretamente levados aos resultados do exercício, quer sejam latentes ou realizados. Estes são inscritos na demonstração de resultados, na rubrica «Proveitos líquidos sobre operações ligadas às carteiras de negociação».

A avaliação do valor de mercado é efetuada:

- ou por referência ao valor de cotação quando este está disponível;
- ou a partir de uma técnica de valorização fazendo apelo a métodos de cálculo matemáticos fundados em teorias financeiras reconhecidas, e parâmetros cujo valor é determinado, para alguns, a partir dos preços de transações observados em mercados ativos e para outros, a partir de estimações estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Em todos os casos, correções de valor conservadoras são efetuadas de modo a ter em conta os riscos de modelo, de contrapartida ou de liquidez.

Alguns instrumentos complexos, geralmente realizados por medida e pouco líquidos e resultando da combinação sintética de instrumentos, são avaliados com modelos de avaliação utilizando parâmetros em parte não observáveis num mercado ativo.

A margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros complexos foi imediatamente contabilizada em resultado para as operações iniciadas até 31 de dezembro de 2004. Para as operações iniciadas a partir de 1 de janeiro de 2005, a margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros complexos é diferida e recuperada no resultado durante o período de inobservabilidade antecipada dos parâmetros de valorização. Quando os parâmetros não observáveis na origem passam-no a ser ou quando a valorização pode ser justificada por comparação com a de transações recentes e similares operadas num mercado ativo, a parte da margem ainda não reconhecida é então contabilizada no resultado.

Outras operações de transação sobre instrumentos financeiros derivados

Os resultados relativos aos contratos negociados à vista constituindo posições abertas isoladas são registados na demonstração de resultados no termo dos contratos ou proporcionalmente ao tempo, consoante a natureza do instrumento. As perdas latentes eventuais são objeto de uma provisão para riscos por conjuntos homogêneos de contratos.

IMPOSTOS SOBRE AS SOCIEDADES

O imposto sobre os lucros constitui um encargo do período ao qual se reportam os proveitos e encargos, qualquer que seja a data do seu pagamento efetivo. Quando o período durante o qual os proveitos e os encargos concorrem para o resultado contabilístico não coincide com aquele durante o qual os proveitos são impostos e os encargos deduzidos, o BNP Paribas SA contabiliza um imposto diferido, determinado segundo o método do resultado transitado variável tomando por base a totalidade das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e fiscais dos elementos do balanço e as taxas de tributação aplicáveis no futuro deste que tenham sido votadas. Os impostos diferidos ativos são objeto de um registo contabilístico tendo em conta a probabilidade de recuperação ligada a estes.

PARTICIPAÇÃO DOS ASSALARIADOS

Em conformidade com a regulamentação francesa, o BNP Paribas SA regista o montante da participação na demonstração de resultados do exercício a título do qual o direito dos assalariados nasceu. A dotação é inscrita na rubrica «Encargos com o pessoal».

VANTAGENS BENEFICIANDO AO PESSOAL

As vantagens consentidas ao pessoal do BNP Paribas são classificadas em quatro categorias:

- as indemnizações de fim de contrato de trabalho pagas nomeadamente no âmbito de planos de cessação antecipada de atividade;
- as vantagens a curto prazo, tais como os salários, os subsídios anuais, o interesse, a participação, os acréscimos;
- as vantagens a longo prazo, que compreendem as licenças com vencimento (a conta poupança tempo) e os prémios ligados à antiguidade, certas remunerações diferidas pagas em numerário;
- as vantagens posteriores ao emprego, constituídas nomeadamente em França pelos complementos de reforma bancária pagos pelas Caixas de reforma do BNP Paribas SA, os prémios de fim de carreira, e no estrangeiro por regimes de reforma, alguns apoiados por fundos de pensões.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

As indemnizações de fim de contrato de trabalho resultam da vantagem concedida aos membros do pessoal durante a rescisão pelo BNP Paribas SA do contrato de trabalho antes da idade legal da reforma ou da decisão de membros do pessoal de sair voluntariamente, em troca de uma indemnização. As indemnizações de fim de contrato de trabalho exigíveis mais de doze meses após a data de fecho são alvo de uma atualização.

Vantagens a curto prazo

A empresa contabiliza um encargo quando esta utilizou os serviços prestados pelos membros do pessoal em contrapartida das vantagens que lhes foram concedidas.

Vantagens a longo prazo

As vantagens a longo prazo designam as vantagens, diferentes das vantagens posteriores ao emprego e as indemnizações de fim de contrato de trabalho, que não são devidas integralmente nos doze meses a seguir ao fim do exercício durante o qual os membros do pessoal prestaram os serviços correspondentes. O método de avaliação atuarial é similar ao que se aplica às vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas, mas as diferenças atuariais são contabilizadas imediatamente, tal como o efeito ligado a eventuais modificações de regime.

São nomeadamente visadas por esta categoria as remunerações pagas em numerário e diferidas em mais de doze meses, que são provisionadas nas contas dos exercícios durante os quais o assalariado presta os serviços correspondentes. Quando estas remunerações variáveis diferidas são submetidas a uma condição de aquisição ligada à presença, os serviços são presumidos recebidos no período de aquisição e o encargo de remuneração correspondente é inscrito, proporcionalmente ao tempo neste período, em encargos com o pessoal, em contrapartida de um passivo. O encargo é revisto para ter em conta a não realização das condições de presença ou de desempenho, e para as remunerações diferidas indexadas à cotação da ação BNP Paribas, a variação de valor do título.

Na ausência de condição de presença, a remuneração variável diferida é provisionada imediatamente sem exposição nas contas do exercício ao qual diz respeito; o passivo é a seguir novamente estimado a cada fecho, em função das eventuais condições de desempenho e para as remunerações diferidas indexadas à cotação da ação BNP Paribas, da variação de valor do título, e isto, até ao seu pagamento.

Vantagens posteriores ao emprego

As vantagens posteriores ao emprego das quais beneficiam os assalariados do BNP Paribas SA em França e no estrangeiro resultam de regimes de descontos definidos e de regimes de prestações definidas.

Os regimes qualificados de « regimes de descontos definidos », como a *Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse* que paga uma pensão de reforma aos assalariados franceses do BNP Paribas SA assim como os regimes de reforma nacionais complementares e interprofissionais, não são representativos de um compromisso para a empresa e não são alvo de qualquer provisão. O montante dos descontos chamados durante o exercício é verificado em encargos. Apenas os regimes qualificados de « regimes de prestações definidas », ou seja nomeadamente os complementos de reforma pagos pelas Caixas de reforma do BNP Paribas SA e os prémios de fim de carreira, são representativos de um compromisso a cargo da empresa, que dá lugar à avaliação e provisionamento.

A classificação numa ou noutra destas categorias apoia-se na substância económica do regime para determinar se o BNP Paribas SA é impeliado ou não, pelas cláusulas de uma convenção ou por uma obrigação implícita, de assegurar as prestações prometidas aos membros do pessoal.

As vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas são alvo de avaliações atuariais tendo em conta hipóteses demográficas e financeiras. O montante provisionado do compromisso é determinado utilizando as hipóteses atuariais escolhidas pela Empresa e aplicando o método das unidades de crédito projetadas. Este método de avaliação considera um certo número de parâmetros tais como hipóteses demográficas, de saídas antecipadas, de aumentos dos salários e de taxa de atualização e de inflação, estes parâmetros levam em consideração condições próprias no país da sociedade. O valor dos ativos eventuais de cobertura é depois deduzido do montante do compromisso. Quando o montante os ativos de cobertura exceder o valor do compromisso, um ativo

Apenas é contabilizado se for representativo de uma vantagem económica futura sob a forma de uma economia de descontos futuros ou de um reembolso esperado de uma parte dos montantes pagos ao regime.

A medida da obrigação resultante de um regime e do valor dos seus ativos de cobertura pode evoluir fortemente de um exercício para o outro em função de mudanças de hipóteses atuariais. Até 31 de dezembro de 2012, o BNP Paribas SA aplicava a metodologia dita « do corredor » para contabilizar as diferenças atuariais sobre estes compromissos. Este método autoriza a só reconhecer, a partir do exercício seguinte e de forma repartida sobre a duração residual média da atividade dos membros do pessoal, que a fração das diferenças atuariais que excede o mais elevado dos dois valores seguintes: 10% do valor atualizado da obrigação bruta ou 10% do valor de mercado dos ativos de cobertura do regime, no fim do exercício anterior. A partir de 1 de janeiro de 2013, o BNP Paribas SA aplica a recomendação da Autoridade das Normas Contabilísticas n.º 2013-02 de 7 de novembro de 2013 relativa às regras de avaliação e de contabilização dos compromissos de reforma e vantagens similares. Assim, a metodologia do « corredor » é abandonada e as diferenças atuariais são agora integralmente contabilizadas.

REGISTO DOS PROVEITOS E DOS ENCARGOS

Os juros e comissões assimilados são contabilizados pelo seu montante corrido, constatado proporcionalmente ao tempo. As comissões assimiladas aos juros compreendem nomeadamente certas comissões recebidas quando estas são incorporadas na remuneração dos empréstimos (participação, compromisso, despesas de processo). Os custos marginais de transação que o Banco suporta por ocasião da outorga ou da aquisição de um concurso são igualmente alvo de um alargamento sobre o período de duração efetiva do crédito.

As comissões não assimiladas a juros e correspondendo a prestações de serviço são registadas na data de realização da prestação ou de forma proporcional sobre a duração do serviço prestado, quando este é contínuo.

OPERAÇÕES EM DIVISAS

As posições de câmbio são, de um modo geral, avaliadas pelas cotações cambiais oficiais, de fim de período. Os lucros e as perdas de câmbio resultando das operações correntes concluídas em divisas são registados na demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio resultando da conversão dos ativos em divisas detidas de forma duradoura, compreendendo os outros títulos detidos a longo prazo, as dotações das sucursais e os títulos das filiais e participações estrangeiras, expressas em divisas e financiadas em euros, são inscritos em contas de diferenças de conversão ligadas às contas de balanço registando estes diferentes ativos.

As diferenças de câmbio resultando da conversão dos ativos em divisas detidos de forma duradoura, compreendendo os outros títulos detidos a longo prazo, as dotações das sucursais e os títulos das filiais e participações estrangeiras, expressos e financiados em divisas, são contabilizados de maneira simétrica às diferenças de câmbio dos financiamentos correspondentes.

CONVERSÃO DAS CONTAS EM DIVISAS ESTRANGEIRAS

Todos os elementos de ativo e de passivo, monetários ou não monetários, das sucursais estrangeiras expressos em divisas são convertidos à cotação do câmbio em vigor na data de fecho do exercício. A diferença resultando da conversão das dotações em capital das sucursais estrangeiras é registado nas contas de regularização.

Nota 2 NOTAS RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2013

2.a MARGEM DE JUROS

O BNP Paribas SA apresenta sob as rubricas « Juros e proveitos assimilados » e « Juros e encargos assimilados » a remuneração determinada segundo o método da taxa de juro efetiva (juros, comissões e despesas) dos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, assim como a remuneração dos instrumentos financeiros em valor de mercado que não correspondem à definição de um instrumento derivado. A variação de valor calculada sem

considerar os juros corridos sobre estes instrumentos financeiros em valor de Mercado por resultado é contabilizada sob a rubrica « Lucros ou perdas sobre operações das carteiras de negociação ».

Os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura são apresentados com os rendimentos dos elementos para cobertura dos riscos para cuja cobertura de riscos contribuem.

Em milhões de euros	Exercício 2013		Exercício 2012	
	Proveitos	Encargos	Proveitos	Encargos
Estabelecimentos de crédito	3 519	(2 934)	4 557	(4 771)
Contas à vista, empréstimos concedidos e contraídos	3 273	(2 599)	4 132	(4 242)
Títulos recebidos (dados) c/ acordo de reporte	141	(335)	299	(529)
Empréstimos subordinados	105		126	
Clientela	7 479	(2 357)	8 731	(3 237)
Contas correntes, empréstimos concedidos e contas a prazo	7 342	(2 260)	8 585	(2 965)
Títulos recebidos (dados) c/ acordo de reporte	123	(97)	137	(272)
Empréstimos subordinados	14		9	
Locação financeira	3	(1)	10	(5)
Dívidas representadas por um título	208	(4 268)	571	(4 421)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3 695		4 304	
Títulos de transação	344		520	
Valores mobiliários de investimento	3 263		3 655	
Títulos de investimento	88		129	
Instrumentos de macro-cobertura		(857)		(1 127)
PROVEITOS E ENCARGOS DE JUROS	14 904	(10 417)	18 173	(13 561)

2.b RENDIMENTOS DOS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Valores mobiliários de investimento e assimilados	53	36
Participações e outros títulos detidos a longo prazo	245	299
Participações nas empresas relacionadas	3 534	2 444
RENDIMENTOS DOS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL	3 832	2 779

2.c COMISSÕES

Em milhões de	Exercício 2013		Exercício 2012	
	Proveitos	Encargos	Proveitos	Encargos
Operações bancárias e financeiras	1 914	(755)	2 176	(606)
Operações com a clientela	1 373	(87)	1 531	(100)
Outros	541	(668)	645	(506)
Prestações de serviços financeiros	2 517	(306)	2 544	(258)
PROVEITOS E ENCARGOS DE COMISSÕES	4 431	(1 061)	4 720	(864)

2.d LUCROS OU PERDAS SOBRE AS OPERAÇÕES DAS CARTEIRAS DE NEGOCIAÇÃO

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Instrumentos financeiros de taxas e operações sobre títulos de transação de rendimentos fixos	1 945	2 021
Instrumentos financeiros de câmbio	87	(99)
Instrumentos financeiros de crédito	380	143
Outros instrumentos financeiros e operações sobre títulos de transação de rendimentos variáveis	455	407
LUCROS LÍQUIDOS SOBRE OPERAÇÕES DAS CARTEIRAS DE NEGOCIAÇÃO	2 867	2 472

2.e LUCROS OU PERDAS SOBRE AS OPERAÇÕES DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTO E ASSIMILADOS

Em milhares de euros	Exercício 2013		Exercício 2012	
	Proveitos	Encargos	Proveitos	Encargos
Cessões	384	(107)	670	(286)
Provisões	261	(110)	1 341	(98)
TOTAL	645	(217)	2 011	(384)
LUCROS LÍQUIDOS SOBRE OPERAÇÕES DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTO E ASSIMILADOS	428		1 627	

2.f CUSTO DO RISCO, PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS

O custo do risco cobre o encargo das depreciações constituídas a título do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do BNP Paribas SA, assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartidas de instrumentos financeiros derivados negociados à vista.

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Dotações ou recuperações líquidas às provisões do exercício	(464)	(414)
Clientela e estabelecimentos de crédito	(501)	(459)
Compromissos par assinatura	67	139
Títulos	(11)	(4)
Créditos arriscados e assimilados	(4)	(2)
Instrumentos financeiros das atividades de mercado	(15)	(88)
Créditos incobráveis não cobertos por provisões	(146)	(156)
Recuperação sobre créditos amortizados	58	70
CUSTO DO RISCO	(552)	(500)

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Saldo a 1 de janeiro	8 264	10 877
Dotações ou recuperações líquidas às provisões do exercício	464	414
Amortização de créditos irrecuperáveis anteriormente provisionados	(690)	(2 962)
Varição das paridades monetárias e diversos	(151)	(65)
PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS	7 887	8 264

As provisões decompõem-se da seguinte forma:

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Provisões deduzidas do ativo	7 254	7 504
Relativas aos créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 3.a)	399	299
Relativas aos créditos sobre a clientela (nota 3.b)	6 511	6 751
Relativas às operações de locação financeira	1	7
Relativas aos títulos	281	298
Relativas aos instrumentos financeiros das atividades de mercado	62	149
Provisões inscritas no passivo (nota 3.k)	633	760
Relativas aos compromissos por assinatura	589	669
Relativas aos créditos arriscados e assimilados	44	91
PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS	7 887	8 264

2.g PROVISÃO RELATIVA A PAGAMENTOS EM DÓLARES US NO QUE RESPEITA A PAÍSES SUJEIOS ÀS SANÇÕES AMERICANAS

O Banco, no quadro de discussões com o US Department of Justice, o New York County District Attorney's Office e outros supervisores e autoridades governamentais, procedeu durante vários anos a uma revisão interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US que implicam Estados ou pessoas morais ou físicas que poderiam estar sujeitos a sanções económicas impostas pelas leis do Estados Unidos, para verificar se o Banco se tinha conformado às leis visadas nas suas atividades.

A revisão recenseou um volume significativo de operações que, embora não sendo proibidas pela regulamentação dos países das entidades do Grupo que as levaram a cabo, poderiam ser consideradas como não autorizadas à luz das leis e das regras dos Estados Unidos, incluindo nomeadamente as do Office of Foreign Assets Control (OFAC).

O Grupo apresentou as conclusões desta revisão às autoridades dos Estados Unidos e iniciou com elas discussões subsequentes, o Banco constituiu uma provisão de 1,1 bilhão de dólares (0,8 bilhão de euros) nas contas em 31 de dezembro de 2013, o montante das consequências financeiras, multas ou penalidades no pode no entanto ser determinado nesta fase. Não houve discussões com as autoridades dos Estados Unidos relativamente ao montante de uma eventual multa ou penalidade e as autoridades dos Estados Unidos não aprovaram, nem se pronunciaram sobre o caráter adequado ou razoável desta provisão. Subsiste portanto uma grande incerteza quanto ao montante das multas ou penalidades que poderão vir a ser decididas pelas autoridades dos Estados Unidos na sequência do processo cujo termo ainda não é conhecido. Este montante poderá verificar-se muito diferente da provisão constituída.

Face ao seu caráter excecional e ao seu montante significativo, esta provisão foi isolada numa linha específica da demonstração de resultados, no seio do Resultado de exploração.

2.h LUCROS OU PERDAS SOBRE ATIVOS IMOBILIZADOS

Em milhões de euros	Exercício 2013		Exercício 2012	
	Proveitos	Encargos	Proveitos	Encargos
Participações e outros títulos detidos a longo prazo	1 184	(337)	1 249	(114)
Cessões	164	(329)	698	(33)
Provisões	1 020	(8)	551	(81)
Participações nas empresas relacionadas	333	(305)	762	(324)
Cessões	270	(31)	644	(36)
Provisões	63	(274)	118	(288)
Imobilizações de exploração	171	(67)	11	(3)
TOTAL	1 688	(709)	2 022	(441)
LUCROS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS IMOBILIZADOS	979		1 581	

2.i IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Encargos de impostos correntes do exercício	(342)	(453)
Encargos de impostos diferidos do exercício	(124)	(820)
IMPOSTO SOBRE OS LUCROS	(466)	(1 273)

O essencial das convenções de integração fiscal celebradas entre o BNP Paribas SA e as suas filiais membros do Grupo fiscal assenta no princípio da neutralidade. Assim, a filial membro do Grupo deve integrar nas suas contas, durante todo o período de integração, um encargo pi um proveito de impostos sobre as sociedades, de contribuições adicionais, de IFA e, de maneira geral, de todos os impostos, atuais ou futuros, incluídos no campo de

aplicação do regime da integração fiscal, análogo ao que teria constado se não fosse membro de um Grupo integrado. O BNP Paribas SA, na qualidade de empresa-mãe, regista no imposto corrente a economia de imposto do Grupo de integração fiscal em França.

Note 3 NOTAS RELATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

3.a CRÉDITOS E DÉBITOS COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empréstimos concedidos e créditos	167 028	171 447
Contas correntes devedoras	6 286	6 605
Contas a prazo e empréstimos concedidos	154 459	159 060
Empréstimos subordinados	6 283	5 782
Títulos e valores recebidos com acordo de recompra	92 536	99 332
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO ANTES DA DEPRECIÇÃO	259 564	270 779
dos quais créditos ligados	796	843
dos quais créditos duvidosos comprometidos	122	141
dos quais créditos duvidosos não comprometidos	246	285
Depreciações relativas aos créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 2.f)	(399)	(299)
EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO LÍQUIDOS DE DEPRECIÇÃO	259 165	270 480

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Depósitos e empréstimos contraídos	182 134	213 597
Contas correntes credoras	10 339	11 594
Contas a prazo e empréstimos contraídos	171 795	202 003
Títulos e valores concedidos com acordo de recompra	111 752	117 556
DÍVIDAS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO	293 886	331 153
das quais dívidas ligadas	977	1 264

3.b OPERAÇÕES COM A CLIENTELA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empréstimos concedidos e créditos	260 786	275 381
Créditos comerciais	2 557	2 312
Contas corrente devedoras	12 269	9 869
Créditos de tesouraria	53 231	54 745
Créditos à habitação	70 644	71 268
Créditos ao equipamento	45 863	49 838
Créditos à exportação	8 447	15 945
Outros créditos à clientela	65 682	68 551
Empréstimos subordinados	2 093	2 853
Títulos e valores recebidos com acordo de recompra	61 922	47 777
OPERAÇÕES COM A CLIENTELA ANTES DA DEPRECIÇÃO - ATIVO	322 708	323 158
das quais créditos ligados	671	639
das quais créditos elegíveis ao refinanciamento da <i>Banque de France</i>	101	202
das quais empréstimos e créditos duvidosos não comprometidos	4 887	4 798
das quais empréstimos e créditos duvidosos comprometidos	6 563	5 854
Depreciações relativas aos créditos sobre a clientela (nota 2.f)	(6 511)	(6 751)
OPERAÇÕES COM A CLIENTELA LÍQUIDAS DE DEPRECIÇÃO - ATIVO	316 197	316 407

O total dos empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela, líquidos de depreciação, distribuído por contrapartida declina-se da seguinte forma:

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013				31 dezembro 2012			
	Ativos sãos	Capitais duvidosos		Total	Ativos sãos	Capitais duvidosos		Total
		Não comprometidos	Comprometidos			Não comprometidos	Comprometidos	
Clientela financeira	27 069	13	7	27 089	31 253	650	210	32 113
Empresas	143 528	2 318	2 614	148 460	151 209	2 021	1 076	154 306
Empresários	11 025	50	221	11 296	9 513	44	170	9 727
Particulares	61 194	245	648	62 087	63 885	499	566	64 950
Outros não financeiros	5 337	3	3	5 343	7 452	60	22	7 534
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS LÍQUIDOS DE DEPRECIAÇÃO	248 153	2 629	3 493	254 275	263 312	3 274	2 044	268 630

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Depósitos	246 227	236 745
Contas corrente credoras	84 233	74 515
Contas a prazo	103 996	105 924
Contas poupança com regime especial	57 998	56 306
Dos quais contas poupança com regime especial à vista	44 157	43 098
Títulos concedidos com acordo de recompra	45 043	48 056
OPERAÇÕES COM A CLIENTELA - PASSIVO	291 270	284 801
das quais dívidas ligadas	967	863

3.c TÍTULOS DETIDOS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Valor líq. contabilístico	Valor de mercado	Valor líq. Contabilístico	Valor de mercado
Transação	57 007	57 007	61 538	61 538
Valores mobiliários de investimento	32 189	34 162	31 396	31 620
dos quais provisões	(58)		(174)	
Investimento	349	349	349	349
TÍTULOS PÚBLICOS E VALORES ASSIMILADOS	89 545	91 518	93 283	93 507
dos quais créditos representativos de títulos emprestados	17 179		22 803	
dos quais diferenças de aquisição	1 122		1 254	
Transação	39 358	39 358	39 240	39 240
Valores mobiliários de investimento	28 406	28 467	25 468	26 111
dos quais provisões	(323)		(386)	
Investimento	2 038	2 191	2 725	2 735
dos quais provisões	(55)		(57)	
OBLIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO	69 802	70 016	67 433	68 086
dos quais títulos não cotados	7 402	7 490	6 554	6 609
dos quais créditos ligados	906		969	
dos quais créditos representativos de títulos emprestados	3 879		10 502	
dos quais diferenças de aquisição	(91)		(104)	
Transação	876	876	228	228
Investimento e Títulos da Atividade da Carteira	2 171	2 310	1 639	1 799
dos quais provisões	(335)		(326)	
AÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL	3 047	3 186	1 867	2 027
dos quais títulos não cotados	1 664	1 793	1 495	1 641
dos quais créditos representativos de títulos emprestados	394		-	
Participações	4 120	4 774	4 595	5 183
das quais provisões	(201)		(963)	
Outros títulos detidos a longo prazo	332	408	274	355
dos quais provisões	(43)		(121)	
PARTICIPAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DETIDOS A LONGO PRAZO	4 452	5 182	4 869	5 538
dos quais títulos não cotados	1 975	2 324	1 970	2 323
Participações nas empresas ligadas	56 144	80 338	55 157	82 201
das quais provisões	(2 273)		(2 070)	
PARTIPAÇÕES NAS EMPRESAS LIGADAS	56 144	80 338	55 157	82 201

As participações e partes nas empresas ligadas detidas pelo BNP Paribas SA em estabelecimentos de crédito ascendem respetivamente a 1 473 milhões de euros e 32 470 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 1 612 milhões de euros e 29 658 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

3.d AÇÕES PRÓPRIAS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012
	Valor bruto contabilístico	Valor líq. contabilístico	Valor líq. contabilístico
Transação	8	8	6
Investimento	68	68	96
Títulos de participação	62	62	62
AÇÕES PRÓPRIAS	138	138	164

Por aplicação da quinta resolução da Assembleia Geral Mista de 15 de maio de 2013 que anula e substitui a quinta resolução da Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012, o BNP Paribas SA foi autorizado a adquirir, por um preço máximo de compra de 60 euros por ação (como anteriormente), um número de ações não excedendo 10 % do número de ações que compõe o capital social do BNP Paribas SA com vista à sua anulação nas condições definidas pela Assembleia Geral Mista de 15 de maio de 2013 no sentido de honrar as obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa, e de cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados do BNP Paribas e das empresas controladas exclusivamente pelo BNP Paribas no sentido do artigo L233-16 do Código comercial, para efeito de os conservar e de os entregar ulteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de uma operação de crescimento externo, de fusão, de cisão e de contribuição, no âmbito de um

contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros e para efeitos de gestão patrimonial e financeira. Esta autorização foi concedida por um período de dezoito meses. Em 31 de dezembro de 2013, o BNP Paribas SA detém 994 518 ações registadas em títulos de participação tendo por objetivo de os anular. O BNP Paribas SA detém igualmente 1 648 092 ações registadas em títulos de investimento e destinadas à atribuição de ações gratuitas aos membros do pessoal do Grupo, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados do Grupo no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, do plano de acionariado assalariado do Grupo ou do plano poupança empresa.

Além disso, no âmbito do contrato de liquidez do título BNP Paribas no mercado italiano, conforme à Carta deontológica reconhecida pela AMF e concluído com a Exane BNP Paribas, o BNP Paribas SA detém em 31 de dezembro de 2013, 156 332 ações BNP Paribas registadas em título de transação.

3.e IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhões de euros	Valores brutos					Provisões Valores líq.						
	1 jan 2013	Aquisições	Reembolso e cessões	Transferências e outras variações	31 dez 2013	1 jan 2013	Dotações	Reprises	Outras variações	31 dez 2013	31 dez 2013	31 dez 2012
Títulos de investimento (nota 3.c)	3 131	52	(668)	(73)	2 442	57	3	(14)	9	55	2 387	3 074
Participações e ATDLT (nota 3.c)	5 953	93	(2 255)	905	4 696	1 084	2	(841)	(1)	244	4 452	4 869
Partes nas empresas ligadas (nota 3.c)	57 227	3 496	(606)	(1 700)	58 417	2 070	283	(70)	(10)	2 273	56 144	55 157
Ações próprias (nota 3.d)	62				62						62	62
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	66 373	3 641	(3 529)	(868)	65 617	3 211	288	(925)	(2)	2 572	63 045	63 162

O regulamento n° 2008-17 de 10 de dezembro de 2008 do Comité da Regulamentação Contabilística permitiu reclassificar os instrumentos inicialmente detidos para fins de transação ou investimento, no seio da carteira de títulos a vencimento.

Estas reclassificações são resumidas no quadro seguinte:

Em milhões de euros	Data de reclassificação	Montante à data da reclassificação	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012		
			Valor de balanço	Valor de mercado ou de modelo	Valor de balanço	Valor de mercado ou de modelo	
Ativos financeiros extraídos da carteira de transação e reclassificados			7 164	1 849	1 859	2 584	2 568
Em títulos de investimento	1 outubro 2008	4 404	867	861	1 044	1 004	
Em títulos de investimento	30 junho 2009	2 760	982	998	1 540	1 564	

Se as reclassificações não tivessem sido realizadas, o resultado líquido de 2013 do BNP Paribas SA teria incluído um proveito de 44 milhões de euros, comparado com um proveito de 70 milhões de euros atualmente contabilizado (respetivamente 106 milhões de euros e 75 milhões de euros no âmbito de 2012).

3.f DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Títulos de créditos negociáveis	150 713	139 243
Empréstimos obrigacionistas	6 214	5 661
Outros débitos representados por um título	380	374
DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO	157 307	145 278
dos quais prémios de emissão não amortizados	925	928

3.g EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos obrigacionistas contraídos emitidos pelo BNP Paribas SA apresentam, segundo as cláusulas dos contratos de emissão os vencimentos seguintes:

Em milhões de euros	Ativos em 31/12/2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 à 2023	Após 2023
Empréstimos obrigacionistas	6 214	380	2 197	1 058	520	954	923	182

3.h OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Instrumentos condicionais comprados	136 712	156 371
Contas de pagamento relativo às operações sobre títulos	3 196	3 402
Impostos diferidos - ativo	963	1 124
Outros ativos diversos	36 172	39 984
OUTROS ATIVOS	177 043	200 881
Instrumentos condicionais vendidos	132 325	150 135
Contas de pagamento relativo às operações sobre títulos	4 249	2 024
Débitos ligados às operações sobre títulos	81 666	76 875
Impostos diferidos – passivo	47	47
Outros passivos diversos ⁽¹⁾	27 948	31 903
OUTROS PASSIVOS	246 235	260 984

(1) As dívidas aos fornecedores do BNP Paribas SA, excluindo as sucursais, ascendem a 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 12,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. A repartição das dívidas aos fornecedores do BNP Paribas SA, excluindo as sucursais, por vencimento, mostra uma anterioridade inferior a 60 dias de cerca de 70 %.

3.i CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Reavaliação dos instrumentos derivados e de câmbio	46 210	60 786
Proveitos a receber	13 759	14 089
Contas de recebimento	220	105
Outras contas de regularização devedoras	12 144	11 809
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO - ATIVO	72 333	86 789
Reavaliação dos instrumentos derivados e de câmbio	46 249	64 390
Encargos a pagar	13 238	14 284
Contas de recebimento	797	989
Outras contas de regularização credoras	9 625	8 713
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO - PASSIVO	69 909	88 376

3.j IMOBILIZAÇÕES DE EXPLORAÇÃO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012
	Montante bruto	Amortizações e provisões	Montante líq.	Montante líq.
Softwares informáticos	2 586	(1 941)	645	613
Outras imobilizações incorpóreas	5 596	(60)	5 536	5 669
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	8 182	(2 001)	6 181	6 282
Terrenos e construções	2 412	(807)	1 605	1 647
Equipamento, mobiliário, instalações	2 053	(1 696)	357	403
Outras imobilizações corpóreas	285		285	92
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	4 750	(2 503)	2 247	2 142

3.k PROVISÕES

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	Dotações	Recuperações	Outras variações	31 dezembro 2013
Provisões para compromissos sociais	566	106	(327)	363 ⁽¹⁾	708
Provisões para créditos arriscados e assimilados (nota 2.f)	91	5	(7)	(45)	44
Provisões para compromissos por assinatura (nota 2.f)	669	42	(109)	(13)	589
Outras provisões					
■ ligadas a operações bancárias e assimiladas	1 113	997	(407)	(38)	1 665
■ não ligadas a operações bancárias	1 194	326	(157)	(3)	1 360
PROVISÕES	3 633	1 476	(1 077)	264	4 366

(1) A aplicação por antecipação das disposições da recomendação da Autoridade das Normas Contabilísticas (ANC) n.º 2013-02 de 7 de novembro 2013 relativa às regras de avaliação e de contabilização dos compromissos de reforma e assimilados, gera um impacto de primeira aplicação de 407 milhões de euros sobre o stock de provisões.

► **PROVISÕES PARA RISCOS SOBRE PRODUTOS DE POUPANÇA COM TAXA ADMINISTRADA**

Em milhões de euros em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Ativos coletados no âmbito das contas e planos poupança-habitação	15 390	14 946
dos quais no âmbito dos planos poupança-habitação	12 639	12 076
Antiguidade superior a 10 anos	4 837	5 374
Antiguidade superior a 4 anos e inferior a 10 anos	3 906	4 491
Antiguidade inferior a 4 anos	3 896	2 211
Créditos ativos concedidos no âmbito de contas e planos poupança-habitação	303	379
nomeadamente no âmbito dos planos poupança-habitação	57	76
Provisões e assimiladas constituídas no âmbito das contas e planos poupança-habitação	84	150
nomeadamente desconto constituído no âmbito das contas e planos poupança-habitação	7	10
nomeadamente provisões constituídas no âmbito das contas e planos poupança-habitação	77	140
nomeadamente provisões constituídas no âmbito dos planos com uma antiguidade superior a 10 anos	44	63
nomeadamente provisões constituídas no âmbito dos planos com uma antiguidade entre 4 anos e 10 anos	6	28
nomeadamente provisões constituídas no âmbito dos planos com uma antiguidade inferior a 4 anos	14	31
nomeadamente provisões constituídas no âmbito das contas poupança-habitação	13	18

► **VARIAÇÃO DAS PROVISÕES RELATIVAS AOS PRODUTOS POUPANÇA REGULAMENTADA**

Em milhões d'euros	Exercício 2013		Exercício 2012	
	Provisões e assimiladas constituídas no âmbito dos planos poupança habitação	Provisões e assimiladas constituídas no âmbito das contas poupança habitação	Provisões e assimiladas constituídas no âmbito dos planos poupança habitação	Provisões e assimiladas constituídas no âmbito das contas de poupança
Provisões e assimiladas constituídas no início do período	122	28	224	19
Dotações às provisões	-	-	-	9
Recuperação de provisões	(58)	(8)	(102)	-
Provisões e assimiladas constituídas no fim do período	64	20	122	28

3.1 DÍVIDAS SUBORDINADAS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Dívidas subordinadas reembolsáveis	4 081	5 166
Dívidas subordinadas perpétuas	6 961	8 078
Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada	6 283	7 063
Títulos Subordinados de Duração Indeterminada	453	790
Títulos participativos	225	225
Débitos ligados	2	32
DÍVIDAS SUBORDINADAS	11 044	13 276

Dívidas subordinadas reembolsáveis

As dívidas subordinadas reembolsáveis emitidas pelo Grupo são títulos a médio e longo prazo assimiláveis a créditos de efeito subordinado simples cujo reembolso antes do prazo contratual interviria, em caso de liquidação da sociedade emissora, após os outros credores mas antes dos titulares de empréstimos participativos e de títulos participativos.

Após acordo do regulador e por iniciativa do emissor, estes podem ser alvo de uma cláusula de reembolso antecipado por re aquisição em Bolsa, oferta pública de compra ou de troca ou à vista, quando se trata de emissões privadas.

Os empréstimos contraídos que foram objeto de um investimento internacional, emitido pelo BNP Paribas SA podem ser alvo de um reembolso antecipado do principal e de um pagamento antes do vencimento dos juros pagáveis in fine, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixa na nota de emissão (call option), ou caso

algumas alterações às regras fiscais em vigor impusessem ao emissor no seio do Grupo a obrigação de compensar os portadores das consequências destas modificações. Este reembolso pode intervir mediante um aviso prévio, de 15 a 60 dias consoante o caso, e de qualquer modo, sob reserva do acordo das autoridades de supervisão bancária.

Em 2012, cinco dívidas subordinadas emitidas foram objeto de um reembolso dentro do prazo ou antes do prazo em conformidade com a data fixada na nota de emissão (call-option). Estas operações traduziram-se numa diminuição do ativo de dívidas subordinadas reembolsáveis 2 451 milhões de euros.

Em 2013, quatro dívidas subordinadas emitidas foram objeto de um reembolso dentro do prazo ou antes do prazo em conformidade com a data fixada na nota de emissão (call-option). Estas operações traduziram-se numa diminuição do ativo das dívidas subordinadas reembolsáveis de 1 085 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2013, o cronograma dos empréstimos subordinados reembolsáveis emitidos apresenta-se da seguinte forma:

Em milhões de euros	Ativos em 31/12/2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 a 2023	Após 2023
Dívidas subordinadas reembolsáveis	4 081	363	533	286	1 963	85	751	100

Dívidas subordinadas perpétuas

Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada

O BNP Paribas SA emitiu Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada, por um montante global de 6 283 milhões em contravalor de euros a 31 de dezembro de 2012. Estas emissões oferecem aos subscritores uma remuneração com taxa fixa ou variável e podem ser reembolsadas após um período fixo, depois em

cada data de aniversário do cupão. Em caso de não reembolso no fim deste período, será pago para algumas destas emissões um cupão indexado ao Euribor ou Libor.

As características destas diferentes emissões estão resumidas no quadro abaixo:

Data de emissão	Divisa	Montante (em milhões)	Periodicidade de vencimento do cupão	Taxa e duração antes da primeira data de call	Taxa após a primeira data de call	31 dez. 2013	31 dez. 2012
Junho 2005	USD	1 070	semestral	5,186 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 1,680 %	775	811
Outubro 2005	EUR	1 000	anual	4,875 % 6 anos	4,875 %	1 000	1 000
Outubro 2005	USD	400	anual	6,25 % 6 anos	6,250 %	290	303
Abril 2006	EUR	549	anual	4,73 % 10 anos	Euribor 3 meses + 1,690 %	549	549
Abril 2006	GBP	450	anual	5,945 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,130 %	541	554
Julho 2006	EUR	150	anual	5,45 % 20 anos	Euribor 3 meses + 1,920 %	150	150
Julho 2006	GBP	163	anual	5,945 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,810 %	196	201
Abril 2007	EUR	638	anual	5,019 % 10 anos	Euribor 3 meses + 1,720 %	638	638
Junho 2007	USD	600	trimestral	6,5 % 5 anos	6,50 %	435	455
Junho 2007	USD	1 100	semestral	7,195 % 30 anos	USD Libor 3 meses + 1,290 %	798	833
Outubro 2007	GBP	200	anual	7,436 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,850 %	240	246
Junho 2008	EUR	500	anual	7,781 % 10 anos	Euribor 3 meses + 3,750 %	500	500
Setembro 2008	EUR	650	anual	8,667 % 5 anos	Euribor 3 meses + 4,050 %	-	650
Setembro 2008	EUR	100	anual	7,57 % 10 anos	Euribor 3 meses + 3,925 %	100	100
Dezembro 2009	EUR	2	trimestral	Euribor 3 meses + 3,750 % 10 anos	Euribor 3 meses + 4,750 %	2	2
Dezembro 2009	EUR	17	anual	7,028 % 10 anos	Euribor 3 meses + 4,750 %	17	17
Dezembro 2009	USD	70	trimestral	USD Libor 3 meses + 3,750 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 4,750 %	51	53
Dezembro 2009	USD	0,5	anual	7,384 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 4,750 %	1	1
TÍTULOS SUPER SUBORDINADOS DE DURAÇÃO INDETERMINADA						6 283	7 063

Os juros normalmente devidos sobre os Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum dividendo sobre os títulos assimilados aos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada durante o ano anterior. Os cupões não pagos não transitam.

Devido à presença de uma cláusula de absorção de perdas, as modalidades contratuais dos Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada prevêm, que em caso de insuficiência de fundos

próprios prudenciais – não integralmente compensada por um aumento de capital ou qualquer outra medida equivalente - o nominal dos títulos emitidos possa ser reduzido para servir de nova base de cálculo dos cupões, enquanto a insuficiência não for corrigida e o nominal de origem dos títulos reconstituído. Em caso de liquidação do BNP Paribas e não obstante qualquer redução eventual do nominal de origem dos títulos emitidos, os portadores produzirão os seus créditos pelo seu valor nominal de origem.

Títulos Subordinados de Duração Indeterminada

Os Títulos Subordinados de Duração Indeterminada (TSDI) emitidos pelo BNP Paribas SA são obrigações subordinadas perpétuas reembolsáveis no momento da liquidação da Sociedade, após o reembolso de todas as outras dívidas, mas antes do dos títulos participativos. Estes não dão qualquer direito aos ativos residuais.

Características das emissões de Títulos Subordinados de Duração Indeterminada:

Data de emissão	Divisa	Montante (em milhões)	Taxa e duração antes da primeira data de call		Taxa após a primeira data de call	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Outubro 1985	EUR	305	TMO - 0,25 %	-	-	254	254
Setembro 1986	USD	500	Libor 6 meses + 0,075 %	-	-	199	207
Janeiro 2003	EUR	328	5,868 %	10 anos	Euribor 3 meses + 2,48 %	-	329
TÍTULOS SUBORDINADOS DE DURAÇÃO INDETERMINADA						453	790

Para o TSDI emitidos em Outubro de 1985, com valor nominal de 305 milhões de euros, o pagamento de juros é obrigatório, exceto se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia-geral Ordinária dos acionistas verificou que não existe lucro distribuível, e isto nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da retoma de uma distribuição de dividendos.

Para os TSDI emitidos em setembro de 1986, com valor nominal de 500 milhões de dólares, o pagamento dos juros é obrigatório, exceto se o Conselho de Administração decide diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas validou a decisão de não proceder à distribuição de um dividendo, e isto nos doze meses que precedem o vencimento de pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da retoma de uma distribuição de dividendo. O Banco tem a faculdade de retomar o pagamento dos juros em dívida, mesmo na ausência de distribuição de um dividendo.

Os outros TSDI emitidos apresentavam a particularidade de poderem ser reembolsados ao par por antecipação, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixa na nota de emissão, mas após acordo das autoridades de vigilância bancária (call option). Não eram acompanhados de nenhuma cláusula de aumento de juro. O pagamento dos juros era obrigatório, exceto se o Conselho de administração decidisse diferir esta remuneração quando a Assembleia-geral Ordinária dos acionistas validou a decisão de não proceder a uma distribuição de dividendos, e isto nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros.

Títulos participativos

Os títulos participativos emitidos pelo BNP Paribas SA entre 1984 e 1988 por um montante global de 337 milhões de euros só são reembolsáveis em caso de liquidação da Sociedade, mas podem ser alvo de reacquisições nas condições previstas pela lei de 3 de janeiro de 1983. O número de títulos em circulação é de 1 434 092 em 31 de dezembro de 2013.

Nota 4 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

4.a COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Estabelecimentos de crédito	40 875	39 213
Clientela	110 830	120 150
Abertura de créditos confirmados	57 774	63 929
Outros compromissos em favor da clientela	53 056	56 221
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO CONCEDIDOS	151 705	159 363
Estabelecimentos de crédito	94 275	67 426
Clientela	5 199	11 841
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO RECEBIDOS	99 474	79 267

4.b COMPROMISSOS DE GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Estabelecimentos de crédito	41 732	32 073
Clientela	77 529	85 352
COMPROMISSOS DE GARANTIA DADOS	119 261	117 425
Estabelecimentos de crédito	69 076	76 910
Clientela	157 247	163 170
COMPROMISSOS DE GARANTIA RECEBIDOS	226 323	240 080

4.c INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS OU RECEBIDOS COMO GARANTIA

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS COMO GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos privados) depositados junto dos Bancos Centrais e mobilizáveis a qualquer instante, em garantia de operações eventuais de refinanciamento após abatimento	59 474	57 357
■ Mobilizados como garantia junto dos Bancos Centrais	3 160	21 128
■ Disponíveis para operações de refinanciamento	56 314	36 409
Outros ativos dados como garantia de operações junto dos estabelecimentos de créditos e da clientela financeira ou dos subscritores de obrigações caucionadas emitidas pelo Grupo	68 303	75 426

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco depositou ou tornou elegíveis a um depósito de 59 474 milhões de euros (57 357 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) de instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos privados) junto dos bancos centrais que são mobilizáveis a qualquer momento como garantia de eventuais operações de refinanciamento, dos quais 47 658 milhões (43 800 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) junto da *Banque de France* no âmbito do sistema de Gestão Global das Garantias que cobrem as operações de política monetária do Eurosistema e empréstimos intradiários. Neste domínio, o Banco tinha mobilizado junto dos bancos centrais 3 160 milhões de euros em 31 de dezembro

de 2013 (21 128 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) dos quais 3 000 milhões de euros (20 688 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) junto da Banque de France.

Os outros ativos dados como garantia de operações junto dos estabelecimentos de crédito e da clientela financeira dizem respeito nomeadamente a financiamentos do BNP Paribas Home Loan SFH, da Société de Financement de l'Économie Française e da Caisse de Refinancement de l'Habitat e ascendem a 46 968 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (51 540 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECEBIDOS COMO GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Instrumentos financeiros recebidos como garantia	6 096	24 338

Nota 5 REMUNERAÇÕES E VANTAGENS CONCEDIDAS AO PESSOAL

5.a ENCARGOS COM O PESSOAL

Em milhões de euros	Exercício 2013	Exercício 2012
Salários e tratamentos	(3 630)	(3 769)
Encargos sociais e fiscais	(1 444)	(1 702)
Participação dos assalariados	(201)	(226)
TOTAL DESPESAS DE PESSOAL	(5 275)	(5 697)

O efetivo do BNP Paribas SA reparte-se da forma seguinte:

Efetivo, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
BNP Paribas Metrópole	38 393	39 736
dos quais quadros	22 617	22 459
Sucursais fora da Metrópole	9 169	9 160
TOTAL BNP PARIBAS SA	47 562	48 896

5.b COMPROMISSOS SOCIAIS

Vantagens posteriores ao emprego dependentes de regimes de descontos definidos

Em França, o BNP Paribas SA desconta para diferentes organismos nacionais e interprofissionais de reformas de base e complementares. O BNP Paribas SA implementou, através de acordo de empresa, uma reforma por capitalização. Em consequência, os funcionários beneficiarão no momento da sua saída para a reforma, de uma renda que se vem somar às pensões auferidas pelos regimes nacionais.

No estrangeiro, os planos de prestações definidas fecharam na maioria dos países (Estados Unidos, Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido, Irlanda, Noruega, Austrália principalmente) aos novos colaboradores, estes vêm-se oferecer o benefício de planos de reforma com descontos definidos. No âmbito destes planos, o compromisso da Empresa consiste essencialmente em pagar, ao plano de reforma, uma percentagem do salário anual do beneficiário.

Os montantes pagos no âmbito dos regimes posteriores ao emprego com descontos definidos franceses e estrangeiros são de 241 milhões de euros para o exercício 2013 contra 249 milhões de euros para o exercício 2012.

Vantagens posteriores ao emprego dependentes de regimes de prestações definidas

Os regimes de prestações definidas em vigor no BNP Paribas SA são alvo de avaliações atuariais independentes, segundo a metodologia das unidades de crédito projetadas a fim de determinar o encargo correspondente aos direitos adquiridos pelos trabalhadores e às prestações ficando por pagar aos pré-reformados e reformados. As hipóteses demográficas e financeiras utilizadas para estimar o valor atualizado das obrigações e dos ativos de cobertura destes regimes têm em conta as condições económicas próprias a cada país.

As provisões constituídas no âmbito dos regimes posteriores ao emprego de prestações definidas ascendem a 386 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 após a aplicação da recomendação n° 2013-02 da ANC (289 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 antes da aplicação da recomendação n° 2013-02), das quais 295 milhões de euros para os compromissos franceses e 91 milhões de euros para os compromissos estrangeiros.

Se a recomendação n° 2013-02 tivesse sido aplicada em 2012, as provisões constituídas no âmbito dos regimes posteriores ao emprego teriam sido de 635 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Os ativos de reforma contabilizados (excedentes reconhecidos e ativos distintos) ascendem a 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Regimes de reforma e outras vantagens ligadas à reforma

Regimes de reforma

Em França, o BNP Paribas SA paga um complemento de pensão bancária a título dos direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1993 pelos reformados e os empregados em atividade nesta data. Estes compromissos residuais são cobertos por uma provisão constituída nas contas do BNP Paribas SA, ou são subcontratados junto de uma companhia de seguros.

Os regimes de reforma de prestações definidas dos quais beneficiavam os quadros superiores do BNP Paribas SA vindos do BNP e do Paribas, foram todos fechados e transformados em regimes de tipo aditivo. Os montantes atribuídos aos beneficiários, sob reserva da sua presença no BNP Paribas SA no momento da sua saída para a reforma, foram definitivamente determinados no momento do fecho dos regimes anteriores. Estes regimes de reforma foram subcontratados junto de companhias de seguros, no balanço das quais o valor de mercado dos ativos investidos em representação destes regimes se reparte 83,7 % em obrigações, 7,2 % em ações e 9,1 % em imobiliário.

Nas sucursais do BNP Paribas SA no estrangeiro, os regimes de reforma são fundados, ou sobre a aquisição de uma reforma definida em função do último salário e do número de anos de serviço (Reino Unido), ou sobre a aquisição anual de um capital constitutivo de uma pensão expressa em percentagem do salário anual e remunerada a uma taxa pré-definida (Estados Unidos). Em Hong Kong, uma população fechada de colaboradores beneficia de um regime de reforma com descontos definidos, com uma garantia de rendimento mínimo suportada pelo empregador. Devido a este compromisso de rendimento, este plano entra no âmbito dos regimes com prestações definidas.

A gestão de certos regimes é assegurada por organismos de gestão independentes (Reino Unido). Em 31 de dezembro de 2013, 82% dos compromissos brutos destes regimes estão concentrados em planos situados no Reino Unido, nos Estados Unidos e em Hong Kong. O valor de mercado dos ativos destes regimes reparte-se em 39% em ações, 54% em obrigações, e 7% noutros instrumentos financeiros.

Outras vantagens ligadas à reforma

Os assalariados do BNP Paribas SA beneficiam de diversas prestações contratuais tais como as indemnizações de saída ou de fim de carreira. Em França, a cobertura destas indemnizações é objeto de um contrato externalizado junto de uma companhia de seguros independente do BNP Paribas SA.

Regimes de ajuda médica posterior ao emprego

Em França, o BNP Paribas SA já não tem compromisso a título dos regimes de cobertura médica para com os seus reformados.

Nas sucursais do BNP Paribas SA no estrangeiro, existem vários regimes de cobertura médica para os reformados sendo que os principais se encontram nos Estados Unidos. As provisões constituídas no âmbito dos compromissos existentes para com os beneficiários ascendem a 11 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Os compromissos existentes a título dos regimes de ajuda médica posterior ao emprego são avaliados utilizando as tabelas de mortalidade em vigor em cada país e as hipóteses de evolução dos custos médicos. Estas hipóteses, baseadas em observações históricas, têm em conta as evoluções futuras estimadas do custo dos serviços médicos, resultando em simultâneo do custo das prestações médicas e da inflação.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

Em França, o Banco favorece a saída antecipada baseada no voluntariado dos assalariados respondendo a certos critérios de elegibilidade. Os encargos ligados aos planos de saída voluntária são objeto de provisões no âmbito do pessoal ativo elegível desde que o plano em causa tenha sido alvo de um acordo ou de uma proposta de acordo paritário.

As provisões relativas a estes planos ascende a 22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Em milhões de euros em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Provisões no âmbito dos planos de saída voluntária, pré reforma, e plano de adaptação dos efetivos	22	59

Nota 6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.a EVOLUÇÃO DO CAPITAL

Resoluções da Assembleia geral dos acionistas utilizáveis durante o exercício 2013

As seguintes delegações com validade em 2013, foram concedidas pela Assembleia-geral dos acionistas ao Conselho de administração para proceder a aumentos ou reduções de capital:

Resoluções da Assembleia geral dos acionistas		Utilização durante o exercício 2013
Assembleia geral mista de 11 de maio de 2011 (15ª resolução)	Autorização para proceder a atribuições de ações de desempenho a favor de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo. As ações atribuídas poderão já existir ou ser emitidas e representarão no máximo 1,5 % do capital social do BNP Paribas, à data da decisão da sua atribuição, ou seja menos de 0,5 % por ano. Esta autorização foi dada para um período de 38 meses.	Esta resolução não foi usada
Assembleia geral mista de 11 de maio de 2011 (16ª resolução)	Autorização para conceder opções de subscrição ou de compra de ações em proveito de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo. Esta autorização diz respeito a um número de títulos representando no máximo 3 % do capital social do BNP Paribas, na data da decisão da sua atribuição, ou seja menos de 1 % por ano. Este limite é global e comum às 15ª e 16ª resoluções da Assembleia geral mista de 11 de maio de 2011. Esta autorização foi dada para um período de 38 meses.	Esta resolução não foi usada
Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (5ª resolução)	Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações pela sociedade até deter no máximo 10% do número das ações que compõem o capital social. As referidas aquisições de ações, por um preço máximo de 60 euros por ação (75 euros anteriormente), destinar-se-iam a atingir vários objetivos: - honrar as obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no quadro da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos de poupança de empresa; - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (21ª resolução); - cobrir qualquer forma de atribuição de ações em favor dos assalariados e dos mandatários sociais do BNP Paribas e das sociedades exclusivamente controladas pelo BNP Paribas em conformidade com o artigo L233-16 do Código Comercial; - com vista a conservá-las e entregá-las posteriormente para troca ou pagamento no quadro de operações de crescimento externo, de fusão, de cisão ou de contribuição; - no quadro de um contrato de liquidez em conformidade com a Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros; - para fins de gestão patrimonial e financeira. Esta autorização foi dada para um período de 18 meses e ficou sem efeito com a 6ª resolução da Assembleia geral mista de 15 de maio de 2013.	No quadro com contrato de liquidez, foram compradas 1 225 783 ações com um nominal de 2 euros e vendidas 1 236 283 ações com um nominal de 2 euros de 1 de janeiro a 15 de maio de 2013.
Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (13ª resolução)	Emissão, com manutenção do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito. O montante nominal dos aumentos de capital suscetíveis de ser realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 1 bilhão de euros (ou seja 500 milhões de ações). O montante nominal dos títulos de crédito suscetíveis de ser emitidos em virtude desta delegação não pode ser superior a 10 bilhões de euros. Esta autorização foi dada para um período de 26 meses.	Esta resolução não foi usada

Resoluções da Assembleia geral dos acionistas	Utilização durante o exercício 2013
<p>Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (14ª resolução)</p>	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição e faculdade de concessão de um prazo de prioridade, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito. O montante nominal dos aumentos de capital suscetíveis de ser realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja 175 milhões de ações). O montante nominal dos títulos de crédito, suscetíveis de ser emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 7 bilhões de euros. Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</p> <p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital, destinadas a remunerar os títulos angariados no âmbito de ofertas públicas de troca.</p>
<p>Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (15ª resolução)</p>	<p>O montante nominal máximo dos aumentos de capital suscetíveis de ser realizados, numa ou em várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja 175 milhões de ações). Esta delegação foi dada por um período de 26 meses.</p>
<p>Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (16ª resolução)</p>	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações ou valores mobiliários que dão acesso ao capital, destinadas a remunerar contribuições de títulos, dentro do limite de 10 % do capital. O montante nominal máximo dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 % do capital social do BNP Paribas na data de decisão do Conselho de administração. Esta delegação foi dada por um período de 26 meses.</p>
<p>Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (17ª resolução)</p>	<p>Limitação global das autorizações de emissão com supressão do direito preferencial de subscrição. A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões, com supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, a 350 milhões de euros o montante nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 14ª a 16ª resoluções da presente Assembleia geral, e por outro lado, a 7 bilhões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos no âmbito das autorizações conferidas pelas 14ª e 16ª resoluções da presente Assembleia geral.</p>
<p>Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (18ª resolução)</p>	<p>Aumento de capital por incorporação de reservas ou de lucros, de prémios de emissão ou de contribuição. A autorização é dada para aumentar, numa ou em várias vezes, o capital social dentro do limite de um valor nominal máximo de 1 bilhão de euros por incorporação, sucessiva ou simultânea, no capital, da totalidade ou parte das reservas, lucros ou prémios de emissão, de fusão, ou de contribuição, a realizar por criação e atribuição gratuita de ações ou por elevação do nominal das ações ou pela aplicação conjunta destes dois procedimentos. Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</p>
<p>Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (19ª resolução)</p>	<p>Limitação global das autorizações de emissão com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p>A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões, com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, a 1 bilhão de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 13ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral, e por outro lado, a 10 bilhões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos em virtude das autorizações conferidas pelas 13ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral.</p>

Resoluções da Assembleia Geral dos acionistas	Utilização durante o exercício 2013	
Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012 (20ª resolução)	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para realizar operações reservadas aos aderentes do Plano de Poupança Empresa de Grupo BNP Paribas, podendo tomar a forma de aumentos de capital e/ou cedências de títulos reservadas.</p>	Esta resolução não foi usada
	<p>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social de um valor nominal máximo de 46 milhões de euros, pela emissão de ações (com supressão do direito preferencial de subscrição) reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa do grupo BNP Paribas ou por cedência de ações.</p>	
	<p>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</p>	
Assembleia geral mista de 15 de maio de 2013 (6ª resolução)	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações pela sociedade até deter um máximo de 10 % do número de ações que compõem o capital social.</p> <p>As referidas aquisições de ações, por um preço máximo de 60 euros por ação (como anteriormente), destinar-se-iam a atingir vários objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no quadro da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança de empresa; - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia geral mista de 15 de maio de 2013 (14ª resolução) ; - cobrir qualquer forma de atribuição de ações em favor dos assalariados e dos mandatários sociais do BNP Paribas e das sociedades exclusivamente controladas pelo BNP Paribas em conformidade com o artigo L233-16 do Código Comercial; - com vista a conservá-las e entregá-las posteriormente para troca ou pagamento no quadro de operações de crescimento externo, de fusão, de cisão ou de contribuição; - no quadro de um contrato de liquidez em conformidade com a Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros; - para fins de gestão patrimonial e financeira. <p>Esta autorização foi dada para um período de 18 meses e substitui a que foi concedida pela 5ª resolução da Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012.</p>	<p>No quadro do contrato de liquidez, foram compradas 1 420 418 ações com nominal de 2 euros e vendidas 1 403 418 ações com nominal de 2 euros de 16 de maio a 31 de dezembro de 2013</p>
Assembleia geral mista de 15 de maio de 2013 (14ª resolução)	<p>Autorização conferida ao Conselho de administração para redução do capital por anulação de ações.</p> <p>É dada autorização para anular, numa ou em várias vezes, por via de redução do capital social, toda ou parte das ações que o BNP Paribas detém e que poderia deter, no limite de 10 % do número total de ações compondo o capital social existente na data da operação, por um período de 24 meses.</p> <p>Delegação de todos os poderes para realizar esta redução de capital, e imputar a diferença entre o valor de compra dos títulos anulados e o seu valor nominal sobre os prémios e reservas disponíveis, incluindo a sua reserva legal até 10 % do capital anulado.</p> <p>Esta autorização foi dada para um período de 18 meses e substitui a autorização dada pela 21ª resolução da Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012.</p>	Esta resolução não foi usada

OPERAÇÕES REALIZADAS SOBRE O CAPITAL

Operações sobre o capital	Em número	Valor unitário (em euros)	Em euros	Data de autorização pela Assembleia geral	Data de decisão do Conselho de administração	Data de fruição
NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1 207 745 986	2	2 415 491 972			
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	12 694	2	25 388	(1)	(1)	1 janeiro 2011
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	568 487	2	1 136 974	(1)	(1)	1 janeiro 2012
Aumento de capital resultante do pagamento do dividendo em ações	41 679 176	2	83 358 352	23 maio 2012	23 maio 2012	1 janeiro 2012
Aumento de capital reservado aos aderentes do Plano Poupança Empresa	4 289 709	2	8 579 418	12 maio 2010	3 maio 2012	1 janeiro 2012
Redução do capital por anulação de ações	(12 034 091)	2	(24 068 182)	23 maio 2012	14 dez. 2012	-
NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1 242 261 961	2	2 484 523 922			
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	2 172 596	2	4 345 192	(1)	(1)	1 janeiro 2012
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	728 252	2	1 456 504	(1)	(1)	1 janeiro 2013
NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1 245 162 809	2	2 490 325 618			

(1) Diversas resoluções tomadas pela Assembleia-geral dos acionistas e decisões do Conselho de administração autorizando a atribuição das opções de subscrição de ações levantadas durante o período.

6.b QUADRO DE PASSAGEM DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em milhões de euros	Capital	Prémios de emissão e outros prémios	Resultado e reservas do período	Total capitais próprios
CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2 415	22 225	29 472	54 112
Dividendos sobre o Resultado do exercício 2011	83	941	(1 430)	(406)
Aumentos de capital	11	112	7	130
Redução de capital por anulação de ações	(24)	(354)		(378)
Outras variações			(52)	(52)
Resultado do exercício 2012			5 812	5 812
CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2 485	22 924	33 809	59 218
Dividendos sobre o Resultado do exercício 2012			(1 863)	(1 863)
Aumentos de capital	5	102	1	108
Impacto da recomendação da ANC n° 2013-02			(282)	(282)
Outras variações			(46)	(46)
Resultado do exercício 2013			4 996	4 996
CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2 490	23 026	36 615	62 131

6.c NOCIONAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO

O montante nocional dos instrumentos financeiros derivados só constitui uma indicação de volume da atividade do BNP Paribas SA nos mercados de instrumentos financeiros e não reflete os riscos de mercado ligados a estes instrumentos.

Carteira de transação

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Instrumentos derivados de taxas de câmbio	2 567 767	2 249 553
Instrumentos derivados de taxas de juro	36 072 404	42 236 269
Instrumentos derivados sobre ações	1 162 668	1 253 646
Instrumentos derivados de crédito	1 969 259	2 142 608
Outros instrumentos derivados	79 336	75 533
INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO DE TRANSAÇÃO	41 851 434	47 957 609

As operações sobre instrumentos financeiros realizados em mercados organizados representam 56% das operações incidindo sobre instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2013 (58% em 31 de dezembro de 2012).

Estratégia de cobertura

O montante total dos nocionais dos instrumentos financeiros derivados utilizados como cobertura fixa-se em 647 437 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra 695 910 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

As operações sobre instrumentos financeiros derivados contratados para efeitos de cobertura são concluídas à vista.

Valor de mercado

O valor de mercado da posição líquida positiva das operações firmes é avaliado em aproximadamente 2 000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra uma posição líquida negativa de 6 000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O valor de mercado da posição líquida compradora das operações condicionais é avaliada em cerca de 3 100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 contra uma posição líquida compradora de 6 450 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

6.d INFORMAÇÕES SETORIAIS

Os ativos de balanço das operações interbancárias e assimiladas, assim como das operações com a clientela repartem-se geograficamente, da seguinte forma:

Em milhões de euros, em	Operações interbancárias assimiladas		Operações com a clientela e locação financeira		Total e por zona geográfica	
	31 dezembro	31 dezembro	31 dezembro	31 dezembro	31 dezembro	31 dezembro
França	287 641	311 341	223 359	228 943	511 000	540 284
Outros países do Espaço Económico Europeu	65 019	81 430	46 215	46 456	111 234	127 886
Países das zonas América e Ásia	75 189	51 251	44 752	38 801	119 941	90 052
Outros países	1 221	1 256	1 885	2 251	3 106	3 507
TOTAL DAS APLICAÇÕES	429 070	445 278	316 211	316 451	745 281	761 729
França	225 012	265 497	176 485	179 838	401 497	445 335
Outros países do Espaço Económico Europeu	38 966	37 959	57 503	62 323	96 469	100 282
Países das zonas América e Ásia	28 189	26 432	52 375	37 471	80 564	63 903
Outros países	2 239	1 859	4 907	5 169	7 146	7 028
TOTAL DOS RECURSOS	294 406	331 747	291 270	284 801	585 676	616 548

O resultado líquido bancário do BNP Paribas SA em 2013 para o conjunto das suas atividades encontra-se realizado a 91% com contrapartidas pertencentes ao espaço económico europeu (90% em 2012).

6.e VENCIMENTOS DAS APLICAÇÕES E DOS RECURSOS

Em milhões de euros	Duração residual						
	Operação à vista diárias	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Dos quais Provisões	Total
Aplicações							
Caixa, bancos centrais e CCP	79 461	899	-	-	-		80 360
Títulos públicos e valores assimilados	179	21 977	11 538	23 004	32 847	(58)	89 545
Créditos sobre os estabelecimentos de crédito	16 013	130 026	33 863	48 086	31 177	(399)	259 165
Operações com a clientela e locação financeira	15 616	113 538	35 792	79 904	71 361	(6 512)	316 211
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 262	15 964	6 945	28 989	16 642	(378)	69 802
Recursos							
Débitos com estabelecimentos de crédito e Bancos Centrais e CCP	34 584	165 560	22 181	54 154	17 927		294 406
Operações com a clientela	70 019	180 550	20 153	15 808	4 740		291 270
Dívidas representadas por um título	739	40 136	42 663	42 851	30 918		157 307

6.f ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO COOPERATIVOS

A criação de implantações pelo BNP Paribas SA, ou as filiais que dependem deste no seio do Grupo constituídas em torno do BNP Paribas SA, nos Estados considerados como não cooperativos no sentido do artigo 238-O A do CGI e o decreto regulamentar de 17 de janeiro de 2014 alterando a lista dos Estados e territórios não cooperativos está sujeita a um procedimento especial de autorização pela Conformidade. Estas implantações, em conformidade com o

Princípio de uniformidade e de universalidade do dispositivo de controlo interno do Grupo, e com o princípio de «melhor proposta deontológica», são submetidas às regras do Grupo em matéria de controlo dos riscos de toda a natureza, de luta contra o branqueamento, a corrupção e o financiamento do terrorismo e de respeito dos embargos financeiros.

Denominação	% juros	Forma jurídica	Natureza da autorização	Atividade
Brunei				
BNP Paribas Asset Management (B) SDN BHD	98,29	SDN BHD (Private Limited Company)	Investment Advisor License	Gestão de ativos
Ilhas Virgens britânicas				
BNP Paribas Trust Corporation	100,00	SARL	Class I Trust Licence	Trustee Services

6.2 A afetação do resultado do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2013 e a distribuição de dividendo

O Conselho de administração proporá à Assembleia-geral de 14 de maio de 2014 uma afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2013 e uma distribuição do dividendo, em função das modalidades seguintes:

Em milhões de euros	
Lucro líquido do exercício	4 996
Resultado novamente beneficiário	22 451
TOTAL A AFETAR	27 447
Dividendo	1 868
Resultado transitado	25 579
TOTAL AFETADO	27 447

O dividendo de um montante de 1 868 milhões de euros a pagar aos acionistas do BNP Paribas – com base no número de ações existentes em 31 de janeiro de 2013 – corresponde a uma distribuição de 1,50 euro por ação, com valor nominal de 2 euros.

6.3 Quadro dos 5 últimos cinco exercícios do BNP Paribas SA

	2009	2010	2011	2012	2013
Situação financeira no fim do exercício					
■ Capital social (em euros)	2 370 563 528	2 397 320 312	2 415 491 972	2 484 523 922	2 490 325 618
■ Número de ações emitidas	1 185 281 764	1 198 660 156	1 207 745 986	1 242 261 961	1 245 162 809
■ Número de obrigações convertíveis em ações	NC	NC	NC	NC	NC
Resultado global das operações efetivas (em milhões de euros)					
■ Volume de negócios sem taxas	33 104	28 426	31 033	30 015	26 704
■ Lucro antes dos impostos, amortizações e provisões	7 581	7 193	7 366	6 349	6 183
■ Impostos sobre os lucros	(540)	(118)	300	(1 273)	(466)
■ Lucro após impostos, amortizações e provisões	4 009	3 465	3 466	5 812	4 996
■ Montante dos lucros distribuídos ⁽¹⁾	1 778	2 518	1 449	1 863	1 868
Resultados das operações reduzidos a uma única ação em euros					
■ Lucro após impostos mas antes das amortizações e provisões	5,94	5,90	6,35	4,09	4,59
■ Lucro após impostos, amortizações e provisões	3,38	2,89	2,87	4,68	4,01
■ Dividendo paga a cada ação ⁽¹⁾	1,50	2,10	1,20	1,50	1,50
Pessoal					
■ Número de assalariados em 31 de dezembro	46 801	49 671	49 784	48 896	47 562
■ Montante da massa salarial (em milhões de euros)	3 812	3 977	3 829	3 915	3 772
■ Montante das quantias pagas no âmbito das vantagens sociais (Segurança social, obras sociais, etc.)					1 359

(1) Sob reserva da aprovação pela Assembleia geral de 14 de maio de 2014.

6.4 Principais filiais e participações do BNP Paribas SA

Designação	Div.	Capital	Reservas e RAN antes da afetação dos resultados	Resultados (lucro ou perda do último exercício encerrado)	Quota-parte do capital detido	Ref.
I - Informações detalhadas sobre cada filial e participação cujo valor excede 1 % do capital do BNP PARIBAS						
1. Filiais (detidas a + de 50 %)						
Antin Participation 5	EUR	170	(19)	30	100,00 %	(1)
Arval Service Lease	EUR	66	815	306	99,24 %	(2)
Austin Finance	EUR	868	152	43	92,00 %	(1)
Banca Nazionale del Lavoro SPA	EUR	2 077	3 413	115	100,00 %	(1)
Banco BNP Paribas Brasil SA	BRL	644	783	170	100,00 %	(2)
BancWest Corporation	USD	1	11 306	364	99,00 %	(2)
BNL International Investment SA	EUR	110	314	0	100,00 %	(2)
BNP Intercontinentale - BNPI	EUR	31	4	1	100,00 %	(1)
BNP Paribas (China) Ltd.	USD	653	288	(3)	100,00 %	(2)
BNP Paribas BDDI Participations	EUR	46	58	32	100,00 %	(1)
BNP Paribas Canada	CAD	533	390	25	100,00 %	(2)
BNP Paribas Capital (Asia Pacific) Ltd.	HKD	672	(3)	(5)	100,00 %	(2)
BNP Paribas Cardif	EUR	150	3 828	75	100,00 %	(1)
BNP Paribas Colombia Corporation Financiera SA	COP	103 721	(10 471)	9 630	94,00 %	(2)
BNP Paribas Commodity Futures Ltd.	USD	75	216	23	100,00 %	(2)
BNP Paribas Developpement	EUR	115	326	19	100,00 %	(1)
BNP Paribas El Djazair	DZD	10 000	6 896	3 280	84,17 %	(2)
BNP Paribas Equities France	EUR	6	21	(1)	100,00 %	(2)
BNP Paribas Espana SA	EUR	52	21	0	99,62 %	(2)
BNP Paribas Factor	EUR	6	28	20	100,00 %	(2)
BNP Paribas Factor Portugal	EUR	13	70	5	64,26 %	(2)
BNP Paribas Fortis	EUR	9 375	3 826	641	99,93 %	(1)
BNP Paribas Home Loan SFH	EUR	285	1	1	100,00 %	(1)
BNP Paribas India Holding Private Ltd.	INR	2 608	94	83	100,00 %	(2)
BNP Paribas Investment Partners	EUR	23	2 363	36	66,67 %	(1)
BNP Paribas Ireland	EUR	902	418	40	100,00 %	(2)
BNP Paribas Lease Group Leasing Solutions SPA	EUR	204	84	(36)	95,94 %	(2)
BNP Paribas Malaysia Berhad	MYR	602	(33)	15	100,00 %	(2)
BNP Paribas Personal Finance	EUR	453	3 811	132	98,94 %	(1)
BNP Paribas Real Estate	EUR	380	171	68	100,00 %	(2)
BNP Paribas Reunião	EUR	25	25	7	100,00 %	(2)

(1) Dados sociais não auditados em 31/12/2013.

(2) Dados constantes nas contas consolidadas do Grupo em 31/12/2013.

(3) Dados sociais em 31/12/2012.

Designação	Div.	Capital	Reservas e RAN antes da afetação dos resultados	Resultados (lucro ou perda do último exercício encerrado)	Quota-parte do capital detido	Ref.
BNP Paribas SB Re	EUR	450	66	16	100,00 %	(2)
BNP Paribas Securities (Asia) Ltd.	HKD	2 429	(212)	(642)	100,00 %	(2)
BNP Paribas Securities Japan Ltd.	JPY	201 050	(11 615)	798	100,00 %	(2)
BNP Paribas Securities Korea Company Ltd.	KRW	250 000	(3 165)	16 445	100,00 %	(2)
BNP Paribas Securities Services - BP2S	EUR	165	462	100	94,44 %	(1)
BNP Paribas SJ Ltd. (ex- BNP Paribas Securities (Japan) Ltd.)	JPY	30 800	15	34	100,00 %	(2)
BNP Paribas Suisse SA	CHF	320	2 950	154	99,99 %	(2)
BNP Paribas UK Holdings Ltd.	GBP	1 227	14	37	100,00 %	(2)
BNP Paribas Wealth Management	EUR	103	189	(17)	100,00 %	(1)
BNP Paribas Yatirimlar Holding Anonim Sirketi	TRY	1 032	1	0	100,00 %	(2)
BNP Paribas ZAO	RUB	5 798	1 041	464	100,00 %	(2)
BNP PUK Holding Ltd.	GBP	257	33	0	100,00 %	(2)
Cobema	EUR	439	1 831	27	99,20 %	(2)
Compagnie d'Investissements de Paris - C.I.P	EUR	395	248	9	100,00 %	(2)
Compagnie Financière Ottomane SA	EUR	9	286	10	96,97 %	(2)
Cortal Consors	EUR	58	287	33	94,21 %	(1)
Financière BNP Paribas	EUR	227	31	6	100,00 %	(1)
Financière des Italiens	EUR	412	(191)	0	100,00 %	(1)
Financière du Marché Saint Honoré	EUR	49	25	(1)	100,00 %	(1)
Grenache et Cie SNC	EUR	946	(16)	49	70,28 %	(2)
Harewood Helena 1 Ltd.	USD	69	25	3	100,00 %	(3)
Harewood Holdings Ltd.	GBP	150	12	25	100,00 %	(2)
International Factors Italia SPA - Ifitalia	EUR	56	407	57	99,65 %	(2)
Natiocrédibaïl	EUR	32	29	16	100,00 %	(2)
Omnium de Gestion et de Developpement Immobilier - OGD1	EUR	459	50	20	100,00 %	(1)
Optichamps	EUR	411	(168)	0	100,00 %	(1)
Paribas North America Inc.	USD	1 282	238	105	100,00 %	(2)
Parilease	EUR	54	261	(6)	100,00 %	(2)
Participations Opéra	EUR	410	(183)	0	100,00 %	(1)
PT Bank BNP Paribas Indonésia	IDR	726 320	459 128	61 762	99,00 %	(2)
Royale Neuve I Sarl	GBP	0	488	57	100,00 %	(2)
Sagip	EUR	218	1 079	25	100,00 %	(2)
Société Orbaisienne de Participations	EUR	311	(61)	(11)	100,00 %	(1)
Taitbout Participation 3 SNC	EUR	792	37	3	100,00 %	(1)
UCB Entreprises	EUR	97	99	2	100,00 %	(1)
UkrSibbank	UAH	1 774	127	(393)	100,00 %	(2)
Wa Pei Finance Company Ltd	HKD	341	6	0	100,00 %	(3)

(1) Dados sociais não auditados em 31/12/2013.

(2) Dados constantes das contas consolidadas do Grupo em 31/12/2013.

(3) Dados sociais em 31/12/2012.

Designação	Div.	Capital	Reservas e RAN antes da afetação dos resultados	Resultados (lucro ou perda do último exercício encerrado)	Quota-parte do capital detido	Ref.
2. Participações (detidas entre 10 e 50 %)						
Banque de Nankin	CNY	2 969	17 604	3 980	16,18 %	(3)
BGL BNP Paribas	EUR	713	4 711	146	15,96 %	(2)
BNP Paribas Leasing Solutions	EUR	1 820	816	257	50,00 %	(2)
Crédito Habitação	EUR	1 260	124	104	16,50 %	(3)
Geojit BNP Paribas Financial Services Ltd	INR	228	3 548	301	33,58 %	(2)
Klépierre SA	EUR	279	2 426	515	10,45 %	(3)
Pargesa Holding SA	CHF	1 699	593	233	11,15 %	(3)
Verner Investissements	EUR	15	328	40	50,00 %	(2)

(1) Dados sociais não auditados em 31/12/2013.

(2) Dados constantes nas contas consolidadas do Grupo em 31/12/2013.

(3) Dados sociais em 31/12/2012.

Em milhões de euros	Filiais		Participações	
	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras
II - Informações globais relativas a todas as filiais e participações				
Valor Contabilístico dos títulos detidos				
Valor bruto	20 816	37 630	1 141	3 240
Valor Líquido	19 977	36 196	1 130	3 051
Montantes dos empréstimos e adiantamentos concedidos	75 285	6 855	79	1 077
Montantes das cauções e avales concedidos	34 135	16 985	46	12
Montantes dos dividendos recebidos	2 311	1 206	71	161

6.5 Informações relativas às tomadas de participações do BNP Paribas SA em 2013 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas

Transposição do limite superior a 5% do capital		
Ncotado	ALLIANSYS	SA
Transposição do limite superior a 10% do capital		
Ncotado	PHITRUST PARTENAIRES	SAS
Ncotado	SAS GEXBAN	SAS
Transposição do limite superior a 20% do capital		
NC		
Transposição do limite superior a 33,33% do capital		
Ncotado	GALLIENI SF2-4	SASU
Ncotado	SCI MARINA	SCI
Transposição do limite superior a 66,66% do capital		
Ncotado	ARVAL SERVICE LEASE	SA
Ncotado	SCI KAZANOU 2	SCI

6.6 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício encerrado a 31 de dezembro de 2013

Aos Acionistas

BNP Paribas

16, boulevard des Italiens

75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Por execução da missão que nos foi confiada pela vossa Assembleia-geral, apresentamos-vos o nosso relatório relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 sobre:

- o controlo das contas anuais do BNP Paribas, tais como juntas ao presente relatório;
- a justificação das nossas apreciações;
- as verificações e informações específicas previstas pela lei.

As contas anuais foram fechadas pelo vosso Conselho de administração. Pertence-nos, com base na nossa auditoria, expressar uma opinião sobre estas contas.

I – Opinião sobre as contas anuais

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com as normas profissionais aplicáveis em França; estas normas requerem a implementação de diligências que permitam obter a razoável certeza de que as contas anuais não comportam anomalias significativas. Uma auditoria consiste em examinar, por via de sondagens, ou por meio de outros métodos de seleção, os elementos que justificam os montantes e as informações contidos nas contas anuais. Consiste igualmente em apreciar os princípios contabilísticos seguidos, as estimativas significativas escolhidas e a apresentação em conjunto das contas. Estimamos que os elementos que recolhemos são suficientes e apropriados para fundamentar a nossa opinião.

Certificamos que as contas anuais do exercício são, de acordo com as regras e princípios contabilísticos franceses, regulares e sinceras e fornecem uma imagem fiel do resultado das operações do exercício findo, bem como, da situação financeira e do património da empresa, no fim deste exercício.

Sem por em causa a opinião acima expressa, chamamos a vossa atenção, por um lado, para a nota 2.g que explica a constituição de uma provisão relativa a pagamentos em dólares US no que respeita a países sujeitos às sanções americanas e, por outro lado, para a nota 1 que expõe a mudança de método contabilístico relativo à recomendação da Autoridade das Normas Contabilísticas n°2013-02 de 7 de novembro de 2013 (avaliação e contabilização dos compromissos de reforma e assimilados).

II – Justificação das apreciações

Por aplicação das disposições do artigo L823-9 do Código Comercial relativas à justificação das nossas apreciações, levamos os seguintes elementos ao vosso conhecimento:

Provisionamento dos riscos de crédito e de contraparte

A vossa sociedade contabiliza depreciações para cobrir os riscos de crédito e de contraparte inerentes às suas atividades (notas 1, 2.f, 3.a, 3.b, 3.c e 3.e do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo ao recenseamento das exposições, ao acompanhamento dos riscos de crédito e de contraparte, às metodologias de depreciação, e à cobertura das perdas de valor pelas depreciações individuais e de carteira.

Valorização dos instrumentos financeiros

A vossa sociedade utiliza modelos interno e metodologias para a valorização dos instrumentos financeiros que não são tratados nos mercados ativos, assim como para a constituição de certas provisões e a apreciação da pertinência da qualificação em operações de cobertura. Examinámos o dispositivo de controlo relativo à determinação do carácter inativo de um mercado, à verificação dos modelos e à determinação dos parâmetros utilizados

Valorização dos títulos de participação, outros títulos detidos a longo prazo e partes nas empresas ligadas

Os títulos de participação, outros títulos detidos a longo prazo e partes nas empresas ligadas são avaliados pelo seu valor de utilidade através de uma abordagem multicritérios (notas 1, 2.h, 3.c e 3.e do anexo). No quadro da nossa apreciação destas estimativas, examinámos os elementos que levaram à determinação dos valores de utilidade para as principais linhas de carteira.

Provisionamento dos compromissos sociais

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir os compromissos sociais (notas 1, 3.k e 5.b do anexo). Examinámos a metodologia de avaliação destes compromissos, assim como as principais hipóteses e principais parâmetros utilizados.

As apreciações assim elaboradas inscrevem-se no quadro da nossa diligência de auditoria das contas anuais, tomadas no seu conjunto e contribuíram portanto para a formação da nossa opinião expressa na primeira parte deste relatório.

III – Verificações e informações específicas

Procedemos igualmente, em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França, às verificações específicas previstas pela lei. informações dadas no relatório de gestão do Conselho de administração e nos documentos dirigidos aos acionistas, sobre a situação financeira e as contas anuais. Não temo

No que diz respeito às informações fornecidas por aplicação das disposições do artigo L. 225-102-1 do Código comercial sobre as remunerações e vantagens pagas aos mandatários sociais assim como sobre os compromissos consentidos a seu favor, verificámos a sua concordância com as contas ou com os dados que serviram para o estabelecimento dessas contas e, quando necessário, com os elementos recolhidos pela vossa sociedade, junto das sociedades que controlam a vossa sociedade ou são controladas por ela. Com base nestes trabalhos, certificamos a exatidão e a sinceridade dessas informações.

Por aplicação da lei, certificámo-nos de que as diversas informações relativas às tomadas de participação e de controlo e à identidade dos detentores do capital e dos direitos de voto vos foram comunicadas no relatório de gestão.

Feito em Neuilly-sur-Seine e em Courbevoie, a 7 de março de 2014

Os Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés

Damien Laurent

PricewaterhouseCoopers Audit

Etienne Boris

Mazars

Hervé Hélias

7

UM BANCO RESPONSÁVEL: INFORMAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL, CÍVICA E AMBIENTAL DO BNP PARIBAS DE BNP PARIBAS

7.1	O projeto do BNP Paribas enquanto banco responsável	390
	A Carta BNP Paribas : A nossa área de intervenção, a nossa responsabilidade	390
	A nossa visão estratégica	392
7.2	Responsabilidade económica : financiar eticamente a economia	396
	O financiamento sustentável da economia	396
	Uma ética comercial	398
	Uma oferta de produtos responsáveis	401
7.3	Responsabilidade social : desenvolver uma gestão empenhada e leal dos recursos humanos	404
	O recrutamento e a formação: duas alavancas importantes para encorajar a mobilidade	411
	Uma gestão responsável do emprego	414
7.4	Responsabilidade cívica : lutar contra a exclusão e promover a educação e a cultura	419
	A luta contra a exclusão e apoio ao empreendedorismo social	419
	Uma política de mecenato centrada em torno da educação, da saúde, da cultura e da solidariedade	422
	O respeito dos princípios diretores da ONU sobre os Direitos Humanos	426
7.5	Responsabilidade ambiental : agir contra as alterações climáticas	427
	Políticas de financiamento empenhadas nos setores sensíveis	427
	A diminuição da pegada ambiental ligada ao nosso funcionamentos limpo	430
	O apoio à investigação contra as alterações climáticas	431
7.6	Tabela de conformidade com a lista das informações sociais, ambientais e societais exigidas pelo artigo 225 da lei Grenelle II	433
7.7	Relatório de um dos Revisores oficiais de contas, designado organismo terceiro independente, sobre as informações sociais, ambientais e societais no Relatório de gestão do BNP Paribas	435
	Responsabilidade da sociedade	435
	Independência e controlo de qualidade	435
	Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas	436

7.1 O projeto do BNP Paribas enquanto banco responsável

Em 2012, o BNP Paribas elaborou uma carta de responsabilidade, assinada pelo e especifica o modo como o Grupo concebe a sua responsabilidade económica, Presidente e pelo Diretor Geral da empresa. Este documento lembra os compromissos do BNP Paribas para merecer a confiança dos seus clientes e especifica a forma como o Grupo concebe a sua responsabilidade económica, social, cívica e ambiental. Foi distribuída por todos os colaboradores do Grupo e

por compromissos do BNP Paribas para merecer a confiança dos seus clientes numerosos clientes. Esta Carta foi atualizada no início de 2014 para estar alinhada com os desenvolvimentos 2014-2016 do Grupo. Trata-se de uma atualização e não de uma reescrita. Marca a continuidade do compromisso do BNP Paribas: agir enquanto banco responsável.

A CARTA BNP PARIBAS : A NOSSA ÁREA DE INTERVENÇÃO, A NOSSA RESPONSABILIDADE

O Grupo BNP Paribas é o resultado da união de bancos que marcam a história económica europeia desde o século XIX, e estão enraizados nos seus territórios. Construída ao longo dos tempos, a confiança dos nossos clientes constitui o nosso principal capital. Nós conduzimos o nosso Grupo no respeito dos compromissos essenciais para merecer essa confiança.

A NOSSA RESPONSABILIDADE ECONÓMICA

Permanecermos fiéis à nossa missão : o serviço prolongado aos nossos clientes

O BNP Paribas tem como principal missão servir os seus clientes, estabelecer com eles uma relação de longa duração e ajudá-los a alcançar os seus projetos pessoais e profissionais. O banco acompanha os particulares na gestão das suas finanças e das suas poupanças no dia-a-dia e é um parceiro de eleição para empresas de todas as dimensões bem como para instituições. O nosso modelo é o do banco universal, por ser aquele que melhor responde às múltiplas expectativas nos nossos clientes no mundo, o BNP Paribas dispõe assim de três grandes famílias de atividades que trabalham diariamente em conjunto.

A banca de retalho é composta por redes de múltiplos canais de proximidade (agências, centros de negócios e de banco privado, banco digital) que globalmente reservam para o crédito a integralidade dos depósitos que recolhem. Por outro lado, os serviços financeiros especializados (crédito ao consumo, leasing ou ainda locação com serviços) que apoiam o comércio e os industriais a nível internacional. O banco de financiamento e de investimento existe para servir os seus clientes (desde as empresas às instituições), para quem se assume como um parceiro a longo prazo. Responde concretamente – tanto pelo financiamento como pelos mercados de capitais – às suas necessidades de desenvolvimento, de aconselhamento e de gestão dos riscos. O conjunto Investment Solutions é composto por áreas de intervenção complementares centradas nos seguros, na gestão da poupança institucional e privada, no imobiliário e nos serviços aos investidores.

Desenvolve assim serviços inovadores para os clientes dos seus próprios canais de distribuição e das outras atividades do Grupo. O BNP Paribas é simultaneamente o banco de um mundo em mudança. Em todas as nossas áreas de intervenção, procuramos ser atores e precursores das inovações. Mais ainda, comprometemo-nos a acompanhar os nossos clientes nas mudanças que os afetam: para os particulares, o banco digital

Na Internet e móvel e todos os novos meios de pagamento; para as empresas, a globalização das suas atividades que apoiamos através de uma rede « One bank for Corporates »; para todos os criadores, o apoio aos seus projetos.

Com vista a cumprir estas missões no quadro de exigências regulamentares consideravelmente acrescidas, o BNP Paribas mais que duplicou o montante dos seus fundos próprios entre 2008 e 2013, e ainda consolidou a sua liquidez. O BNP Paribas reinveste todos os anos a maioria dos seus lucros de forma a reforçar a sua solidez financeira e a sua capacidade de resposta aos pedidos de créditos dos seus clientes. Mas faz questão de remunerar os seus acionistas à altura da sua confiança.

Aceitar correr riscos, enquanto os controlamos de perto

Financiar a economia, acompanhar projetos, ajudar os clientes a gerir a sua exposição às mudanças e às taxas de juro, é aceitar correr riscos. A força do BNP Paribas é justamente saber gerir esses riscos. O Grupo considera que controlá-los de perto faz parte da sua responsabilidade, tanto para com os seus clientes como para com o sistema financeiro no seu conjunto. Os compromissos do Grupo são, portanto, decididos no final de um processo colegial e contraditório, apoiando-se numa forte cultura do risco partilhado por todos os níveis da Banca. Isto é válido tanto para os riscos de crédito ligados aos empréstimos – aceites após a análise da situação dos mutuários e dos seus projetos – como para os riscos de mercado decorrentes de operações com os clientes: estes são avaliados todos os dias, submetidos a cenários de tensão e enquadrados por um sistema de limites.

A diversificação do BNP Paribas, tanto no plano geográfico como no das suas áreas de intervenção, permite equilibrar os riscos e as suas consequências quando estes se materializam. O Grupo está organizado e é gerido de modo a que as eventuais dificuldades de uma das suas áreas de intervenção não ponham em perigo os outros domínios de atividade do Banco.

Respeitar uma ética comercial rigorosa

O respeito da conformidade e da ética é para nós tão importante como o controlo dos riscos: o BNP Paribas recusa trabalhar com qualquer cliente ou organização cuja atividade esteja ligada à fraude, à corrupção ou ao comércio ilícito. Isto passa naturalmente pelo respeito das leis e regulamentos em todos os países onde trabalhamos. Mas as

Regras internas do Grupo, e o código de conduta aplicável a cada colaborador, podem ser ainda mais exigentes. O BNP Paribas implementou à muito tempo uma função « Conformidade » cuja forma atual data de 2005, desde antes da crise. O seu responsável é membro do Conselho Executivo do Grupo; os seus efetivos multiplicaram por quatro contando atualmente com 2 000 pessoas.

Contudo, não pretendemos ser um banco infalível : as nossas atividades e as nossas equipas são múltiplas, e devem respeitar numerosas regulamentações nacionais diferentes. O nosso dever de vigilância é permanente, apoiado por equipas de controlo e uma Inspeção geral forte e independente. Se forem identificados faltas, estas são imediatamente corrigidas e sancionadas, em total cooperação com as autoridades públicas visadas.

O BNP Paribas atribui uma grande importância ao civismo fiscal. O Grupo é um dos primeiros contribuintes em França como nos principais países onde está implantado. Retirou-se de todos os paraísos fiscais identificados pelas organizações públicas internacionais. Favorece também o respeito das obrigações fiscais dos seus clientes nomeadamente através da sua política de banco privado responsável.

A lealdade para com os clientes é o outro pilar da ética do BNP Paribas. Todos os colaboradores do Grupo trabalham sinceramente para o êxito dos seus clientes, zelando pelos seus interesses com tanta atenção como pelos interesses do BNP Paribas. Poupança, crédito, seguros, meios de pagamento: um colaborador não propõe nenhuma transação que saiba não ser no interesse do cliente.

O BNP Paribas esforça-se por acompanhar os seus clientes com uma atenção particular quando eles encontram uma dificuldade e, para além da crise, por olhar para o futuro O Grupo mede a satisfação dos seus clientes em todas as suas áreas de intervenção e a sua política de qualidade é regularmente adaptada para estar ao melhor nível nesse domínio. Mas errar é humano. Um banco é feito por homens e mulheres que mobilizam todas as suas competências mas que podem, por vezes, enganar-se: quando assim é, o BNP Paribas reconhece os seus erros e esforça-se por reparar as eventuais consequências para os clientes.

A NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIAL, CÍVICA E AMBIENTAL

No conjunto dos seus territórios, o Grupo envolve-se na comunidade da qual faz parte integrante. Envolve-se, em primeiro lugar, pela sua responsabilidade económica, já referida – garantir o financiamento dos projetos dos seus clientes – mas, para além disso, ao reconhecer em si três outras responsabilidades:

- uma responsabilidade social, através de práticas leais em relação aos 185.000 colaboradores do Grupo e o apego a um diálogo social de qualidade. O BNP Paribas recruta e forma até 20.00 de novos colaboradores todos os anos. O Grupo faz da diversidade sob todas as suas formas um compromisso forte e avaliado; fixa-se objetivos precisos quanto à promoção das mulheres. Em matéria de emprego, o BNP Paribas faz questão de dar prioridade à reclassificação, favorecendo a mobilidade interna e a formação. Temos uma responsabilidade especial nos nossos quatros mercados domésticos, onde a nossa dimensão e a diversidade das nossas atividades sempre nos permitiram excluir as partidas forçadas, graças a uma gestão social inovadora;

- uma responsabilidade cívica na luta contra a exclusão e na promoção da educação e da cultura. O Grupo envolve-se fortemente em benefício da sociedade, em projetos que prolongam a sua ação bancária: auxílio aos quarteirões e bairros sensíveis, microcrédito, apoio às associações e à economia social solidária. O nosso investimento em microfinança e em empreendedorismo social aumenta continuamente, para ultrapassar os 200 milhões de euros em 2015. O compromisso social traduz-se também na ação de mecenato da Fundação BNP Paribas, nos domínios da solidariedade, da cultura e da investigação. Um orçamento anual de cerca de 40 milhões de euros destina-se a estas atividades, incluindo o Fundo « Urgência e desenvolvimento » criado com três ONG humanitárias. Por fim, as nossas áreas de intervenção e redes envolvem-se em programas de educação financeira abertos a toda a gente;

- uma responsabilidade ambiental. Por todo o mundo, o BNP Paribas está atento ao impacto ambiental da sua atividade bancária através de políticas que fixam critérios precisos de financiamento e de investimento em áreas de risco como o setor da produção de energia ou de exploração florestal. O BNP Paribas fixou-se também o objetivo de reduzir o impacto ambiental do seu próprio funcionamento reduzindo nomeadamente o seu consumo de papel em 15% por colaborador até 2015. Por fim, através da sua Fundação, o Grupo apoia programas de investigação que visam compreender melhor as causas das alterações climáticas e limitar as suas consequências. Nestes diversos campos de responsabilidade, o BNP Paribas fixa-se objetivos numéricos. O seu alcance efetivo condiciona uma parte do plano de remuneração a longo prazo dos quadros do Grupo.

Estes compromissos encontram-se refletidos em quatro princípios de gestão claros: foco no cliente, correr riscos de forma consciente, valorização das pessoas e exemplo. Inspiram o nosso plano de desenvolvimento 2016- As equipas do BNP Paribas trabalham cada dia para que o Banco contribua para o êxito de todos os que nele confiam e para o progresso da sociedade. Ser um banco responsável é a honra e o orgulho do nosso negócio. É o nosso projeto de empresa.

Baudouin Prot
Presidente

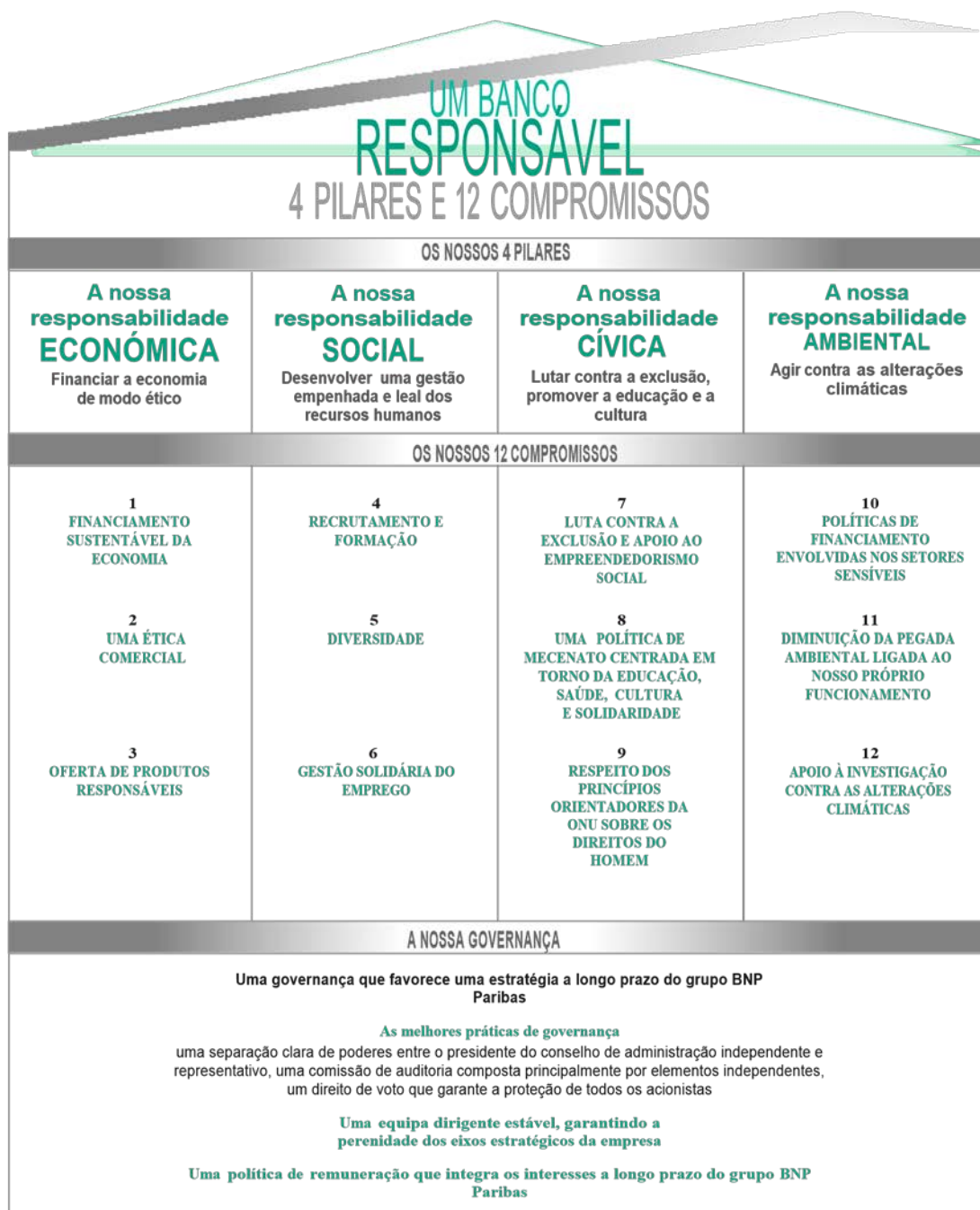
Jean-Laurent Bonnafé
Administrador Diretor Geral

A NOSSA VISÃO ESTRATÉGICA

A política de responsabilidade do BNP Paribas está estruturada desde 2012 em torno de 4 pilares e de 12 compromissos. As boas práticas de governança do Grupo, que garantem os interesses a longo prazo da empresa, são a sua base.

Todas as áreas de intervenção, redes, filiais e países do Grupo exercem esta política integrando as suas especificidades. Assim, o BNP Paribas Investment Partners posiciona-se como um investidor responsável enquanto que o BNP Paribas Leasing Solutions implementa uma estratégia de Positive Leasing e que o BNP Paribas Personal Finance prossegue a sua política de crédito responsável@

OS COMPROMISSOS DO BNP PARIBAS ENQUANTO BANCO RESPONSÁVEL



O PAINEL DE CONTROLO DE PILOTAGEM DA POLÍTICA RSE

Em 2013, o BNP Paribas dotou-se de treze indicadores de pilotagem e fixou para cada um deles um objetivo até 2015. O alcance destes objetivos será acompanhado numa base anual pelo Comité Executivo do Grupo. Nove destes treze indicadores estão integrados no cálculo da remuneração variável diferida dos 5 000 gestores de topo do Grupo, pesam mais de 20 % nas condições de atribuição.

➤ OS INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DO BNP PARIBAS

Pilar	Indicador	Valor 2012	Valor 2013	Objetivo 2015
Responsabilidade Económica	Taxa de crescimento acumulada do crédito desde 2008 relativamente à evolução acumulada do PIB em valor durante o período	França + 21 % vs + 5 % Itália + 7,9 % vs - 0,6 % Bélgica/Lux + 15,9 % vs + 11,6 %	França + 18,7 % vs 6,7 % Itália + 14,6 % vs - 1 % Bélgica/Lux + 18,5 % vs 14 %	Continuar superior à evolução acumulada do PIB em valor desde 2008 (taxa de crescimento dos ativos médios totais)
	Taxa de satisfação global dos clientes particulares dos 4 mercados domésticos (numa escala de 1 a 10)	BDDF 7,5 BNP Paribas Fortis 7,7 BNL 7,1 BGL BNP Paribas 7,4	BDDF 7,5 BNP Paribas Fortis 7,7 BNL 7,1 BGL BNP Paribas 7,4	2013 - 2015 manter a taxa
	Evolução anual dos ativos sob gestão responsável (ISR) relativamente à evolução anual dos ativos totais	+ 33,8 % vs + 0,5 %	- 1,7 % vs - 8,6 %	Evolução dos ativos sob gestão responsável (ISR) superior à evolução dos ativos sob gestão totais
Responsabilidade Social	Taxa de mulheres que ocupam um lugar de senior management	21,3 %	22 %	25 % (objetivo em finais de 2014)
	Taxa de colaboradores com uma opinião positiva da aplicação dos 4 princípios de gestão pelo Grupo	69 %	70 %	71 %
	Número de mobilidades inter-entidades e inter-áreas de negocio	4 500	4 580	4 700 ^(*) (média anual entre 2013 e 2015)
Responsabilidade Cívica	Montante do apoio do Grupo ao empreendedorismo social e à microfinança	103 M€	168 M€	200 M€ exceto créditos às empresas sociais
	Número de pessoas que beneficiaram de programas de educação financeira concebidos e/ou animados pelo Grupo	91 727	234 652	180 000
	Montante do orçamento anual do mecenato do Grupo BNP Paribas	38,83 M€	40,5 M€	Orçamento anual médio no período 2013/2015 superior ou igual ao orçamento 2012
Responsabilidade Ambiental	Taxa de colaboradores formados online em políticas setoriais	5 000 colaboradores diretamente implicados na implementação das políticas	6 150 colaboradores formados	Ter formado 66 % dos 5 000 colaboradores
	Balanço de emissão de gás com efeito de estufa	3,21 teq CO ₂ /colaborador	3,06 teq CO ₂ /colaborador ou seja uma redução de 4,8 %	2,89 teq CO ₂ /colaborador (- 10% relativamente a 2012)
	Consumo total de papel (interno e cliente)/ colaborador	165 kg/colaborador	154 kg/colaborador ou seja uma redução de 6,7 %	140 kg/colaborador (- 15 % relativamente a 2012)
Governança e Pilotagem	Taxa de colaboradores com uma opinião favorável da forma como o Grupo exerce a sua responsabilidade de empresa (indicador fazendo a síntese 4 questões)	70,5 %	71 %	73 %

(*) Objetivo foi novamente calculado tendo em conta um erro na base-line 2012.

AS POSIÇÕES PÚBLICAS DO BNP PARIBAS

A abordagem de RSE do BNP Paribas está enquadrada por tomadas de posição públicas fundamentais e setoriais. Empresa presente em 75 países, o BNP Paribas exerce a sua atividade no respeito de direitos e princípios universais, enquanto colaborador ou membro ativo:

- do Pacto Mundial das Nações Unidas (Nível "Advanced"). O BNP Paribas é membro da Comissão de gestão do Pacto Mundial em França;
- de "Women's Empowerment principles" das Nações Unidas;
- da UNEP-FI;
- do "Carbon Disclosure Project";
- da "Roundtable on Sustainable Palm Oil" (RSPO);
- de « Entreprises pour les Droits de l'Homme »;
- de « Entreprises pour l'Environnement »;
- de « Entreprises et Santé ».

O Grupo participa ativamente na elaboração de soluções e na aplicação de práticas sustentáveis específicas à indústria financeira, no quadro dos:

- Princípios do Equador;
- Princípio para o investimento Responsável;
- Institutional Investors Group on Climate Change;

Finalmente, o Grupo desejou também formalizar compromissos voluntários via:

- uma Carta de Responsabilidade, formalizando os seus compromissos para merecer a confiança dos seus clientes;
- um Compromisso para o Ambiente;
- uma Declaração do BNP Paribas relativa aos Direitos Humanos;
- uma política de luta contra a corrupção;

- uma Carta por uma Representação Responsável junto das autoridades públicas: ela formaliza a transparência e as regras de ética profissional a respeitar. O BNP Paribas foi o primeiro banco europeu a adotar desde 2012 uma carta interna enquadrando as práticas de lobbying;
- a Carta de RSE dos Fornecedores do BNP Paribas;
- políticas de financiamento e investimento nos domínios do óleo de palma, da defesa, do nuclear, da pasta de papel e das centrais de carvão, da extração mineira e das areias betuminosas.

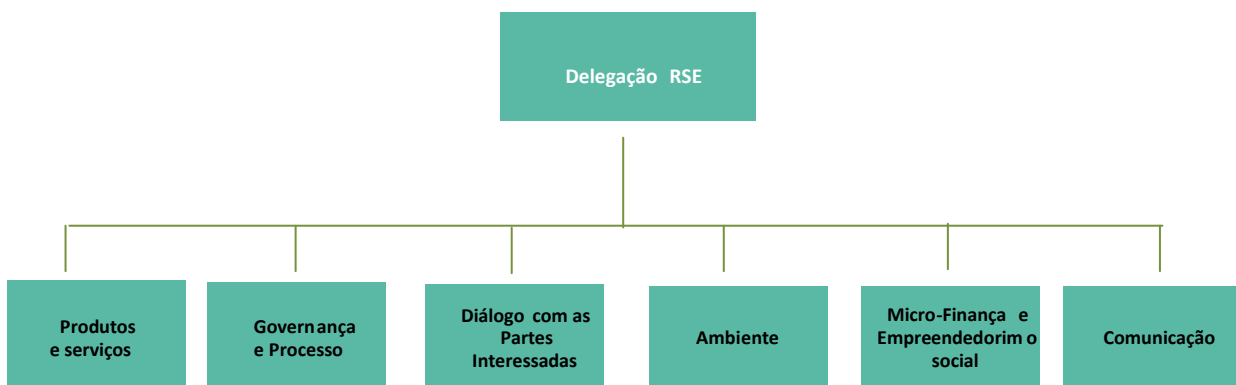
PROGRESSOS RECONHECIDOS PELAS AGÊNCIAS DE NOTAÇÃO EXTRA-FINANCEIRA

O BNP Paribas figura numa muito boa posição nos índices que são a autoridade em matéria de RSE, com progressões significativas registadas em 2013:

- O BNP Paribas é nº 1 no setor bancário pelo seu desempenho RSE segundo uma classificação de Vigeo com uma nota de 63/100 contra 59/100 em 2011; O Grupo consta assim nos índices NYSE Euronext Vigeo World 120, Europe 120 e France 20. Além do mais, o BNP Paribas está presente no Dow Jones Sustainability Index;
- o desempenho carbono do Grupo obteve em 2013 a nota de 93/100 (qualidade reporting) e A/A (qualidade estratégia) vs 86 e C em 2012 por parte do Carbon Disclosure Project. Este excelente desempenho permite à BNP Paribas constar no Carbon Performance Leadership Index e no Carbon Disclosure Leadership Index. O BNP Paribas está igualmente classificado noutros índices de referência tais como Ethibel Sustainability Index (Excellence Global And Excellence Europe), FTSE4Good Index Series, STOXX Global ESG Leaders;
- por fim, o BNP Paribas está presente no novo índice UN Global Compact 100 e qualificado para os investimentos ESG por Oekom.

A RSE LEVADA AO MAIS ALTO NÍVEL DA ORGANIZAÇÃO

Desde 2012, a RSE tornou-se uma função do Grupo, sob a alçada de um Diretor Geral delegado do Grupo. O Comité Executivo do Grupo estatui sobre temáticas RSE pelo menos 2 vezes por ano e é regularmente feita uma apresentação da estratégia ao Conselho de administração. As missões e responsabilidades da Delegação da RSE, uma equipa de 13 pessoas na sede, são claramente definidas por uma diretiva da Direção Geral. Repartem-se assim:



Uma rede de 130 multiplicadores de RSE foi constituída nos pólos, áreas de intervenção, redes, funções e filiais do Grupo, a fim de facilitar a aplicação da política de RSE no conjunto das atividades e países de implantação. Em cada entidade, o responsável pela RSE é um membro do Comité Executivo da sua estrutura, a fim de garantir a integração da RSE na estratégia da entidade. Os 130 multiplicadores de RSE do Grupo tiveram a primeira reunião em finais de 2012, no decurso de um seminário de formação e partilha de boas práticas.

Em 2013, constituíram-se numerosos comités RSE nas diferentes áreas de intervenção e zonas geográficas como na Ásia, região que cobre 14 países, onde foi criado o CSR Council. Presidido pelo CEO da região, é constituído por 13 membros, dos quais vários quadros dirigentes. Também foram implementados comités RSE locais em cada um dos principais países da região (Austrália e Nova Zelândia, China, Índia, Japão, Coreia do Sul...).

O intercâmbio de boas práticas permanece uma prioridade para a organização, em 2013, foram organizados seminários reunindo os responsáveis RSE de CIB e de IRB, mas também cursos de formação com cerca de 100 membros da comunidade RSE que participaram nas formações à distância organizadas pela Delegação na RSE do Grupo.

UMA ABORDAGEM DE DIÁLOGO COM AS PARTES ENVOLVIDAS

A abordagem de RSE do BNP Paribas tem em conta todas as partes envolvidas e a estratégia do Grupo é construída com a preocupação de escutar as suas expectativas:

- a opinião dos colaboradores sobre a responsabilidade ambiental e social da sua empresa é medida todos os anos, no quadro do barómetro interno da empresa (173.606 funcionários sondados em 2013, taxa de resposta: 74%). Em 2013, 71% dos funcionários sondados têm uma opinião favorável do modo como a sua empresa exerce a sua responsabilidade; esta taxa atinge 83% nos colaboradores que ocupam posições de management sénior. O objetivo fixado para 2015 neste critério é de 73 %.

São organizados numerosos eventos de sensibilização para os desafios RSE do Grupo destinados aos colaboradores; assim, em 2013, a equipa RSE da sede teve a oportunidade de informar mais de 3 500 colaboradores através de diferentes formatos de reuniões;

- Através de questionários RSE submetidos aquando dos concursos públicos, o BNP Paribas avalia regularmente o desempenho RSE dos seus fornecedores nos seus quatro mercados domésticos (França, Itália, Luxemburgo, Bélgica). Estas análises são depois consideradas nas escolhas de referenciamento integrando a nota global de cada fornecedor. Em 2013, foram levadas a cabo 1 083 avaliações do desempenho RSE relativamente a prestadores do Grupo no conjunto destes quatro países. O BNP Paribas Imobiliário Promoção Residencial pediu aos seus prestadores (55 em finais de 2013) que assinassem uma Carta eco-fornecedores cujos objetivos são encorajar as práticas virtuosas e responder a um mínimo de critérios ESG (Ambiente, Social, Governança) entre 40 propostas. No Reino Unido, o BNP Paribas CIB encarregou o Chartered Institute of Purchase and Supply de implementar uma notação independente dos seus fornecedores e na Hungria, a Arval procede a auditorias RSE anuais das suas oficinas parceiras.

Em 2013, foram apresentados 2 processos ao mediador interno do BNP Paribas para as relações com os fornecedores. Ambos foram resolvidos para satisfação das partes.

- O BNP Paribas encontra-se várias vezes por ano com os investidores ISR, para lhes apresentar a estratégia de RSE do Grupo e informa regularmente os analistas extra-financeiros. Em 2013, foram visitados 26 investidores ISR pelo menos uma vez, representando 68% do capital do BNP Paribas detido no quadro de uma gestão ISR ;
- O BNP Paribas dialoga com numerosas ONG do mundo. Em 2013, tiveram lugar 21 encontros em França e na Bélgica. A equipa RSE da sede recebeu cerca de 50 pedidos de informações ou de encontros e prosseguiu o diálogo sobre numerosos assuntos tais como o impacto ambiental dos financiamentos do Grupo, as políticas de financiamentos e de investimentos publicadas e aplicadas pelo BNP Paribas, os Direitos Humanos, a segurança alimentar e a posição do BNP Paribas sobre o tema dos países com taxas favoráveis. Estas trocas resultaram em avanços significativos como no domínio da defesa com *Handicap International* ou no setor do óleo de palma com *Les Amis de la Terre*.

7.2 Responsabilidade económica : financiar a economia eticamente

O BNP Paribas tem como principal missão responder às necessidades dos seus clientes, nomeadamente através do financiamento dos projetos dos particulares e das empresas, motores do desenvolvimento económico e da criação de emprego. Posicionado entre os líderes dos serviços financeiros nos 75 países onde está implantado, a sua capacidade de financiamento e a maneira como o Grupo exerce as suas atividades têm uma influência direta nas Consciente dessa responsabilidade económica, o BNP Paribas intervém em conformidade com os seus três compromissos:

- compromisso 1: o financiamento sustentável da economia;
- compromisso 2: uma ética comercial ;

- compromisso 3: uma oferta de produtos e serviços responsáveis.

As informações apresentadas neste capítulo foram recolhidas pela Delegação na RSE através de pedidos específicos dirigidos às funções, linhas de áreas de intervenção ou territórios do Grupo. Quando o perímetro coberto por uma informação difere do conjunto do Grupo BNP Paribas, é então referido em conformidade.

O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA

O BNP Paribas tem por vocação financiar todas as atividades úteis ao desenvolvimento económico e social no plano mundial. O seu modelo económico diversificado, criador de valor e capaz de resistir às crises, permite-lhe responder às necessidades de financiamento das empresas, das instituições e dos particulares.

UM DOS BANCOS MAIS SÓLIDOS DA EUROPA, ANTICIPANDO A NOVA REGULAMENTAÇÃO

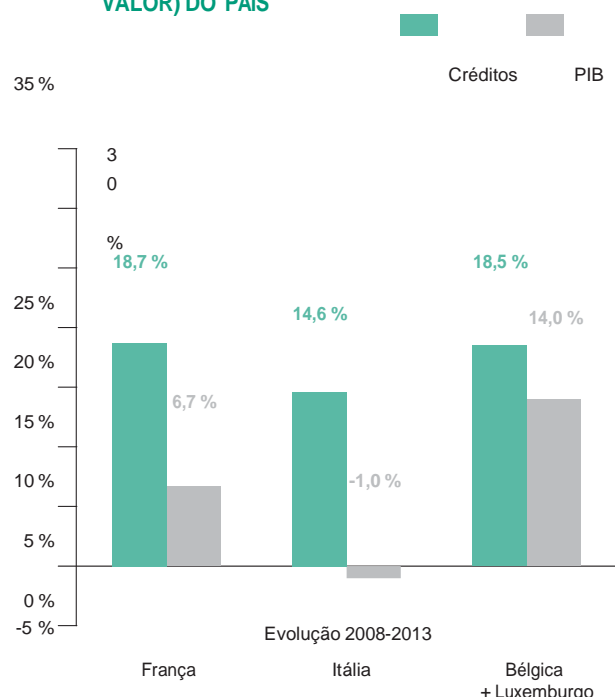
Para poder assegurar o financiamento da economia a longo prazo, o BNP Paribas tem, antes de mais, de garantir a sua estabilidade económica qualquer que seja o contexto financeiro.

O BNP Paribas ultrapassou o objetivo que se tinha fixado em termos de capitalização: atingir em finais de 2012 o rácio common equity Tier 1 (CET1) (fully-loaded) exigível em 2019 no quadro da regulamentação Basileia 3. Em 31 de dezembro de 2013, este rácio ascendia a 10,3 % (contra 9 % exigidos), situando-se entre os mais elevados dos bancos internacionais. Em 2013, o BNP Paribas conseguiu novamente reforçar a solidez financeira e portanto a capacidade em conceder créditos. A sua solvabilidade é então uma das mais elevadas da indústria bancária.

UM CRESCIMENTO SIGNIFICATIVO DOS CRÉDITOS AOS PARTICULARES E ÀS EMPRESAS NOS QUATRO MERCADOS DOMÉSTICOS DO GRUPO SUPERIOR À EVOLUÇÃO DO PIB DOS PAÍSES VISADOS

De há cinco anos para cá, apesar de uma conjuntura económica desfavorável, O montante total dos créditos concedidos às empresas e aos particulares progrediu nos quatro mercados domésticos do Grupo e numa proporção superior à evolução do PIB em cada um destes países.

➤ EVOLUÇÃO DOS FUNDOS DE CRÉDITOS ÀS EMPRESAS E AOS PARTICULARES EM COMPARAÇÃO COM A EVOLUÇÃO DO PIB (EM VALOR) DO PAÍS



Neste gráfico, todas as evoluções dos PIB baseiam-se em dados disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

O Banco tem por missão participar no desenvolvimento das empresas e nomeadamente das PME, proporcionando-lhes recursos financeiros e aconselhamento estratégico.

Em França, as PME's, os artesãos e os comerciantes continuaram a ser objeto de uma grande atenção.

- o compromisso de financiar 40 000 projetos graças a um envelope de 5 mil milhões de euros de novos créditos entre 1 de julho de 2012 e 30 de junho de 2013 foi ultrapassado : foram financiados 61 500 projetos num montante de 6,7 mil milhões de euros. Em 2014, o BNP Paribas continuará a acompanhar o desenvolvimento das PME pondo à sua disposição um envelope mínimo de novos créditos de 10 mil milhões de euros dos quais 4 mil milhões de euros dedicados às soluções de tesouraria;

- para responder às expectativas dos profissionais, o BNP Paribas comprometeu-se a responder imediatamente aos pedidos de créditos de equipamentos de menos de 25 000 euros e a desbloquear os fundos em 48 horas se o pedido tiver sido feito online : em finais de junho de 2013, mais de 5 400 créditos correntes tinham assim sido acordados;

- uma recusa só pode ser decidida após um segundo exame por um nível hierárquico superior e uma resposta argumentada e personalizada é então sistematicamente dada aos seus clientes PME;

- o BNP Paribas investiu em fundos próprios em PME num montante de 102 milhões de euros em finais de junho de 2013.

Na Bélgica, o montante dos empréstimos às PME aumentou 1% em relação a 2012.

Em Itália, num contexto de recessão económica prolongada, os ativos de créditos recuaram 3,6 % relativamente a 2012 mas o BNL reforçou o seu acompanhamento às grandes empresas apoiando-se nomeadamente na vasta gama dos produtos do Grupo.

Nos Estados Unidos, no BancWest, os créditos às empresas aumentaram fortemente (+ 9,5 % em relação a 2012 com perímetro e câmbio constantes) graças ao reforço do dispositivo comercial.

Em África, o Grupo esteve particularmente ativo para apoiar o desenvolvimento económico dos países em que está implantado :

- no Mali e no Senegal, o BICIM e o BICIS assinaram garantias de carteiras com a *Agence Française de Développement* de cerca de mil milhões e 3,4 mil milhões de FCFA respetivamente, e destinam-se a favorecer o financiamento dos investidores das PME locais ;

- na Guiné, o BICIGUI é desde novembro de 2013 o primeiro banco a oferecer uma locação financeira aos seus clientes. Este produto está particularmente adaptado às necessidades de desenvolvimento local, tendo em conta o volume de bens de equipamentos à forte atividade mineira do país (portos, aeroportos, transportes, indústria...).

NUMEROSAS INICIATIVAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Para além das suas atividades de crédito e de consultoria, o BNP Paribas apoia o desenvolvimento económico graças a uma grande oferta de produtos e serviços, adaptados a cada necessidade específica

O acesso aos mercados de capital

Cada vez mais empresas - de média ou grande dimensão - pretendem recorrer ao financiamento pelos mercados de capital. Em 2013, 20 empresas foram acompanhadas pelos especialistas do Grupo na sua entrada nestes mercados em toda a Europa. Isto coloca em 26,7 mil milhões de euros o montante dos capitais recolhidos pelas 62 novas empresas aconselhadas desde 2010.

As emissões obrigacionistas soberanas

Em 2013, o BNP Paribas procedeu a várias emissões obrigacionistas para financiar infraestruturas em países em vias de desenvolvimentos, entre os quais o Ruanda e Moçambique. Foram levantados mais de 10 mil milhões de dólares em prol do seu desenvolvimento.

As fusões-aquisições

Segundo Dealogic, o montante acumulado em França dos projetos de re aquisição, cessões ou fusões de empresas anunciados em 2013 totaliza 95 mil milhões de euros, um aumento de 52 % em relação ao ano de 2012. A classificação exclusiva do Agefi (classificação sobre operações concluídas) coloca o BNP Paribas na 1ª posição em 2013, com um total de 58 transações representando 23,4 mil milhões de euros.

Os fundos de investimento

Para contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento a longo prazo das empresas francesas, fundos inovadores viram a luz do dia e fizeram os seus primeiros investimentos em 2013 :

- o Fundo estratégico de participações, criado em 2012 pelo BNP Paribas Cardif e 3 outras companhias de seguros francesas, investiram a longo prazo (pelo menos 5 anos) em 2 empresas francesas: Arkema e o grupo SEB. Este fundo permite transferir para as empresas cotadas dos fundos imobilizados até então e contribuir desta forma para o desenvolvimento estratégico;

- o fundo comum de investimento BNP Paribas France Crédit, criado em 2012 para investir os recursos recolhidos pela filial Seguros do Grupo num fundo gerido pela sua filial Gestão de ativos permitiu em 2013 investir em 9 PME francesas 85 milhões de euros;

- o BNP Paribas Investment Partners ganhou o mandato de gestão do fundo obrigacionista PME-ETI, iniciado em 2013 pela *Caisse des Dépôts* e 17 sociedades de seguros.

Previsto para atingir mil milhões de euros, o seu objetivo é investir em títulos de dívida em PME-ETI francesas para apoiar o seu desenvolvimento.

A consultoria e o acompanhamento à medida

As mulheres empresárias

Em França, o BNP Paribas encoraja particularmente as mulheres nos seus projetos de criação e de desenvolvimento de empresas inovadoras. Pois, enquanto a taxa de atividade feminina é uma das mais elevadas da Europa e uma em cada cinco mulheres considera vir a ser empresária (inquérito APCE 2012), apenas 32% o fazem realmente (contra 48% nos Estados Unidos).

Para elevar essa taxa, o BNP Paribas assinou uma parceria com a *Fédération Pionnières*, associação de acompanhamento à criação de empresas especificamente dedicadas às mulheres com um projeto no domínio dos serviços inovadores aos particulares e às empresas. O BNP Paribas também organizou com o Women Business Mentoring Initiative um atelier em que participaram 100 mulheres criadoras, dirigentes ou quadros de empresas.

Internacional

O BNP Paribas põe em prática numerosas ações para as empresas, onde quer que esteja implantado.

- foram abertas 865 contas de filiais de empresas francesas até finais de junho de 2013 no mundo, 674 das quais na Europa. Graças ao dispositivo mundial One Bank for Corporates foram abertas 4 000 novas contas nos últimos 3 anos no conjunto das redes do Banco pelas empresas clientes de Domestic Markets no mundo;
- na Guiné, o BICIGUI inaugurou em Conakry o primeiro centro de negócios inteiramente dedicado às empresas no espaço bancário guineense;
- em Itália, através da sua parceria com RetImpresa e Legacoop Nazionale, o BNL favorece, por meio de numerosas formações, a colaboração em rede entre as empresas pois induz uma melhor competitividade e uma resistência acrescida aos stresses conjunturais.

A inovação e criação de empresas

- Em França, o BNP Paribas reafirmou o seu compromisso junto dos empresários implementando 12 pólos de inovação 2013,

tendo por objetivo favorecer o desenvolvimento das empresas inovadoras. Foram organizados seiscentos ateliers pedagógicos sobre o tema da criação e da reaquisição de empresas e um concurso de criadores de empresas com 100 000 Empreendedores e Croissance Plus ;

- no Luxemburgo, o Lux Future Lab, incubador de start-ups inovadoras criado em 2012, tornou-se num dos mais importantes do país: em finais de 2013, 15 empresas desenvolviam aí a sua atividade empregando cerca de cem pessoas. Um pitching day reuniu incubadores e investidores em torno das start-ups ;
- na Bélgica, o BNP Paribas Fortis participou em numerosas ações para desenvolver o empreendedorismo e ajudar os jovens criadores de empresas inovadoras como o programa Bryo que apoia 240 empreendedores por ano ou a Batalha dos Talentos para os estudantes;
- no Burkina Faso, o BICIAB organizou um concurso de Melhor Business Plan 2013 e os projetos premiados foram financiados pelo banco a uma taxa excecional de 3%.

UMA ÉTICA COMERCIAL

Fortemente empenhado no financiamento sustentável da economia para sustentar o crescimento e criar empregos, o BNP Paribas atua no respeito pela ética.

A proteção do interesse dos clientes particulares é uma prioridade. Multiplicam-se as iniciativas para responder aos seus pedidos de informação e de transparência e para melhorar a sua compreensão dos produtos e serviços bancários. Em fase de comercialização, a relação está enquadrada de modo responsável e os meios de escuta e acompanhamento são reforçados.

Além disso, enquanto agente financeiro de primeiro plano, o BNP Paribas tem um poder de influência direto sobre a economia. Assim, dominar os impactos sociais e ambientais que alguns dos seus financiamentos ou investimentos poderiam ter é uma preocupação permanente do Grupo. Foram postos em prática códigos, políticas e medidas voluntárias para enquadrar as suas atividades em determinados setores sensíveis.

Finalmente, o BNP Paribas tem um dispositivo muito bem sucedido de luta contra a corrupção e não determina as suas implantações em função da fiscalidade mas sim no intuito de melhor servir os seus clientes por todo o mundo.

Em 2013, o conjunto das abordagens já iniciadas foi aprofundado, desenvolvido ou melhorado.

MELHORAR A TRANSPARÊNCIA DA OFERTA E REFORÇAR A PROTEÇÃO DO INTERESSE DO CLIENTE

A satisfação dos clientes é uma prioridade absoluta

Concretizou-se em 2013 pelo reforço dos meios de diálogo e de acompanhamento, e pelo desenvolvimento de regras comerciais rigorosas.

Em França, na banca de retalho, o diálogo com as associações de consumidores prosseguiu através do encontro com as associações UFC, UNAF, CLCV com vista a melhorar o conhecimento recíproco, a partilhar informações e falar sobre os pedidos recorrentes dos clientes. Também conversas com as associações nacionais da mediação.

Em 2013, foi implementado um novo princípio de objetivos e de comissionamento. Visa centrar a atividade comercial sobre a descoberta do cliente e a resposta às suas necessidades desenvolvendo simultaneamente a vantagem dada à primazia dos interesses do cliente e à qualidade de serviço diariamente.

Vinte e dois grupos piloto adotaram esta abordagem em 2013, está prevista a sua generalização até 2015. Entre estes pontos chave:

- os conselheiros já não têm objetivos individuais de ato de venda mas continuam a ter objetivos individuais de postura comercial (número e % de reuniões clientes, diagnóstico de necessidades...) enquanto que são fixados objetivos coletivos pela agência, em ato de venda e em postura comercial ;
- o comissionamento individual mantém-se com um alargamento do número de produtos com comissionamento em 2 tempos (para a venda e para a utilização pelo cliente), e um comissionamento por universo de necessidades dos clientes para permitir uma neutralidade. Além disso, a parte ligada aos objetivos coletivos aumenta na parte variável total ;
- o princípio da primazia de interesse do cliente é aplicado em todos os contactos (ex: documentação comercial deixando ver os « inconvenientes » do produto, número de solicitações comerciais definido de acordo com o cliente...) e foram organizadas formações sobre a conformidade ligada à venda para os colaboradores das agências.

A nova oferta « Crédito Renovável Nova Geração » da Cetelem, que substitui progressivamente a oferta existente de crédito renovável, foi em 2013 atestada « responsável » por Vigeo, 1º gabinete de auditoria extra-financeiro europeu, por um período de 18 meses. Vigeo analisou o caráter responsável do produto: transparência da informação, aconselhamento durante as fases de comercialização e concessão do crédito, verificação da solvabilidade do cliente, respeito dos interesses do cliente ao longo da vigência do contrato, tomada em consideração do impacto social ligado aos créditos ao consumo.

Um dos indicadores do crédito responsável é igualmente a taxa de recusa que é testemunha da seletividade na concessão do crédito ao cliente em função do seu perfil financeiro. Em 2013, foi por exemplo em França de 34,8% e 56% em Portugal.

A nova oferta de crédito renovável da Cetelem :

- Responde às expectativas dos clientes de dispor de um produto flexível, transparente e controlável, para gerirem melhor a sua tesouraria ;
- Vai mais longe do que a lei Lagarde : o cliente pode escolher entre 6 formulas de reembolso (com durações diferentes e uma taxa associada). Ele decide, portanto, a duração do reembolso do seu crédito com toda a transparência sobre a sua tarifa e custo. Pode mudar facilmente de fórmula e recebe um alerta por SMS em caso de ultrapassagem da sua mensalidade para além do limite fixado.

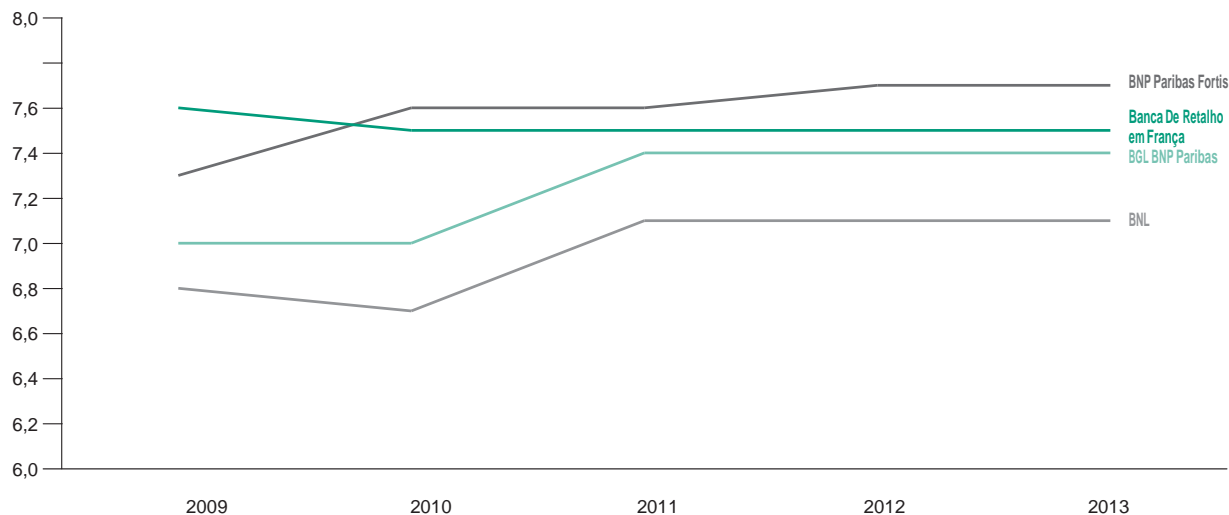
- na Bélgica, em 2013, foram implementados mais de 150 projetos de melhoria da satisfação dos clientes e foram apresentadas 9 best practices no quadro do Quality Reality Day 2013, nomeadamente a melhoria do tratamento das reclamações, a integração dos critérios de qualidade nas auditorias;
- no BNP Paribas Cardiff, o Customer Centric Program implementado em França em 2009, foi desenvolvido em 2013 em 32 países. Foram recenseadas cerca de 400 iniciativas visando a satisfação dos clientes nos planos de ação como a nova escrita de documentos em linguagem simples e compreensível, a supressão de exclusões, a implementação de inquéritos de satisfação dos clientes ... ;

Cardif Pinnacle no Reino Unido lançou Treating Customers Fairly, um programa global dotado de indicadores de objetivos quantitativos ;

- na Cetelem, foi implementado um dispositivo completo, incluindo:
 - um percurso cliente para as reclamações com 3 níveis: serviço clientes, serviço consumidores e mediadora independente para um total de 1 654 de pedidos tratados em outubro de 2013 ;
 - tiveram lugar 102 visitas surpresa (julho 2013) nos locais de venda para avaliar a experiência dos clientes (da entrada da loja até à subscrição e à retractação do crédito) ;
 - reuniões/ateliers com as partes interessadas externas (associações/instituições) nomeadamente uma reunião anual com a Direção geral para um melhoramento contínuo;
- no BNP Paribas Leasing Solutions, vários planos de melhoramento permitiram reforçar a formação das equipas comerciais, animar redes de distribuição de parceiros com programas de incentivos e de fidelização mais adaptados e originais e produzir apoios comerciais e ajuda à venda modernos e personalizados;
- nos Estados Unidos, Bank of the West acompanhou os seus clientes funcionários afetados pelo encerramento das administrações federais concedendo-lhes um adiamento de um mês no reembolso de créditos e uma tolerância de um mês nos pagamentos de créditos hipotecários.

Todos estes dispositivos contribuíram para a satisfação dos clientes nomeadamente nos mercados domésticos do Grupo, onde apesar de uma situação económica sempre tensa, o grau de satisfação global manteve-se estável em cada país.

► GRAU DE SATISFAÇÃO GLOBAL DOS CLIENTES PARTICULARES(*) (numa escala de 0 a 10)



(*) Clientes que declararam o banco como o seu banco principal.

Na Cetelem em França, a satisfação dos clientes é medida em diferentes etapas da relação:

- barómetro de acompanhamento da satisfação dos clientes: em percentagem de pessoas satisfeitas e muito satisfeitas: Satisfação: 91 %/Imagem 91 %/Fidelidade 62 %/Recomendação 87 % ;
- barómetro de satisfação dos clientes na recuperação(2º ano): em percentagem de pessoas satisfeitas e muito satisfeitas :
 - satisfação desde a subscrição: 78 % na recuperação amigável : 72 % (+ 3pt),
 - satisfação nas soluções propostas: 69 % (+ 2 pt)/Sentimento de demasiadas solicitações: 28 %.

A satisfação dos clientes empresariais e institucionais é igualmente um objetivo do Grupo.

- Assim, em 2013, o BNP Paribas Securities Services prosseguiu o desenvolvimento do seu programa de gestão da satisfação desses clientes em 15 países. Inclui a implementação de um processo de gestão único, indicadores de desempenho, um painel de bordo de pilotagem trimestral assim como planos de ações efetuados pelos responsáveis Qualidade das implementações.
- No BNP Paribas Leasing Solutions, dois inquéritos de satisfação junto dos seus principais parceiros (setores dos equipamentos tecnológicos e dos materiais profissionais com rodas), levados a cabo

em 8 países, mostraram uma taxa de satisfação global a aumentar e sublinharam : o elevado nível de perícia e de profissionalismo das equipas, a capacidade de escuta e a forte reatividade, a fiabilidade das plataformas informáticas.

Uma maior transparência na oferta da Banca

Desde 2011, a banca de retalho tem vindo a multiplicar as ações junto dos seus clientes elevando a proteção dos seus interesses ao grau de prioridade.

Testemunha disso são os meios de diálogo e os ateliers de educação implementados para melhorar a transparência da oferta ou a compreensão dos produtos bancários.

- Em França « Parlons Vrai » : há mais de 3 anos, o BNP Paribas propõe aos seus clientes ateliers pedagógicos « Parlons Vrai », gratuitos e apenas informativos sobre temas variados tais como: « as compras online », « os principais suportes de poupança » ou ainda « estudantes: modo de emprego ». Todos os suportes foram construídos com a associação independente « A Finança para todos », especializada na pedagogia dos assuntos bancários. Cerca de 3 500 ateliers já forma organizados. Em 2013, foram organizados mais de 670 ateliers sobre uma nova temática: « a preparação para a reforma ».
- Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis lançou « o Banco com toda a simplicidade »: sessões de informação financeira propostas aos clientes e potenciais clientes. Animadas por colaboradores, tiveram um grande sucesso: 300 sessões reuniram mais de 2 100 participantes em 2013.
- Na Alemanha, Cortal Consors torna público o modelo de remuneração dos seus conselheiros para prevenir qualquer conflito de interesses e devolve ao cliente as comissões recebidas pelos gestores de ativos.
- Cetelem propõe em França diferentes suportes aos seus clientes para os ajudar a gerir o seu orçamento: uma biblioteca de cartas tipo (ex : rescisão de contratos) em cetelem.fr; informações detalhadas sobre o descoberto bancário e rúbricas « boas dicas » em jejeremesfinsdemois.com assim como um *web-magazine* touslesbudgets.com que trata os modos de vida e as tendências de consumo integrando as noções de poder de compra e de orçamento a gerir.

DOMINAR O IMPACTO SOCIAL DOS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

Financiando indústrias sensíveis e operando em países onde os ambientes legais e de governo não têm todos a mesma maturidade, o BNP Paribas é confrontado a desafios éticos muito variados que exigem uma vigilância acrescida nas decisões de financiamento e de investimento.

A defesa, um setor particularmente sensível

O Grupo BNP Paribas dispõe de uma política de financiamento e de investimento responsável sobre o setor da defesa. Publicada em 2010, essa política afasta estritamente certos tipos de armas (armas controversas) e certas zonas geográficas (zonas de conflito armado ou de violação dos direitos das crianças) do universo de investimento e de financiamento do banco.

Em 2013, o BNP Paribas atualizou a sua lista de exclusão e de vigilância de sociedades no âmbito desta política. Conta agora com 90 sociedades

cotadas e não cotadas excluídas e 31 sob vigilância. Está atualmente em curso uma abordagem de compromisso com certas sociedades dessa lista.

Com uma abordagem similar e em conformidade com as recomendações da *Agence Française de la Gestion Financière*, o BNP Paribas Investment Partners tornou-se em janeiro de 2014 no primeiro ator da indústria a adotar os índices excluindo as armas controversas como referência na sua gama de fundos abertos indiciais. Trata-se de um avanço importante que resulta nomeadamente de trocas com a ONG *Handicap International* no quadro de um dos seus representantes.

Em 2013, 135 transações sensíveis tiveram necessidade de uma análise específica, a título da política « Defesa » pelos correspondentes de RSE do Grupo.

Uma posição clara sobre as matérias primas agrícolas essenciais

O BNP Paribas está ciente do impacto crucial da subida dos preços das matérias primas agrícolas essenciais na alimentação das populações mais fragilizadas. O Grupo assumiu formalmente, desde julho de 2011, o compromisso público de não vender produtos derivados a operadores externos cujo objetivo seja exclusivamente financeiro, ou seja, não esteja ligado à necessidade de proteger uma atividade física contra as flutuações de um preço. Do mesmo modo, o Grupo compromete-se a propor aos seus clientes apenas produtos de investimento destinados ao horizontes do médio e do longo prazo e a limitar a sua exposição às matérias primas agrícolas essenciais.

No final de 2013, o montante dos ativos investidos em matérias-primas alimentares por conta de terceiros era de 160 milhões de euros, ou seja, 0,04% do montante total dos ativos sob gestão do Grupo. (1).

A integração de critérios ESG nas políticas de crédito

Para melhor discernir e levar em conta os riscos extra-financeiros, o Group Risk Management iniciou em 2012 a integração, no momento da sua revisão, de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas suas políticas de notação e de crédito, que definem as características principais das contrapartidas e das transações aceitáveis para o BNP Paribas.

Em finais de 2013, 9 politiques integravam critérios ESG e 4 estavam em estudo.

Um dispositivo bem sucedido de luta contra a corrupção e uma política de implantação ditada pela vontade de melhor servir os clientes

A luta contra a corrupção : uma atenção reforçada dada à formação

O ano de 2013 ficou marcado pela publicação de procedimentos chave: um procedimento sobre as obrigações de formação em matéria de luta contra o branqueamento, o financiamento do terrorismo e o respeito das sanções internacionais, emitida em março de 2013, que apresenta a classificação dos colaboradores como alvo de formação, em função da sua exposição aos riscos, o conteúdo dos programas e as obrigações de reporting. Foram lançados dois novos módulos de formação para os colaboradores do Grupo, sobre a ética profissional e sobre a engenharia social.

As implantações do Grupo BNP Paribas não são guiadas pela fiscalidade mas sim pela vontade de servir os seus clientes por todo o mundo

O BNP Paribas está instalado por todo o mundo na proximidade dos seus clientes, nomeadamente nos quatro grandes mercados domésticos europeus onde o Grupo opera: França, Bélgica, Luxemburgo e Itália, bem como no mercado internacional onde o BNP Paribas serve, na América do Norte, na Turquia e em África, clientes locais particulares ou empresas.

O BNP Paribas é um dos principais contribuintes de França.

Em 2013, a taxa efetiva de imposição do BNP Paribas era de 33,9 %⁽¹⁾. O BNP Paribas é um dos contribuintes mais importantes de França. O montante total de impostos e de taxas pagos em França pelo Grupo BNP Paribas ascendeu a 2,3 mil milhões de euros em 2013.

Não se pode reclamar seriamente a presença do BNP Paribas num certo número de países da OCDE e da União Europeia, nem ligá-la a quaisquer motivações fiscais

Há estudos que fazem referência a listas de "paraísos fiscais" não oficiais e dão estatísticas de presença nesses paraísos fiscais que não correspondem a nenhuma realidade operacional. De facto, estas listas classificam na categoria de paraísos fiscais países que fazem parte dos mercados internos do Grupo, como a Bélgica, por exemplo, onde o Grupo tem mais de 15.500 trabalhadores, uma rede de 908 agências e serve 3 milhões de clientes particulares e mais de 12.000 empresas.

No que se refere aos países fora da OCDE que possam ser considerados como tendo uma fiscalidade favorável, o BNP Paribas comprometeu-se a tomar medidas de redução das suas implantações.

UMA OFERTA DE PRODUTOS RESPONSÁVEIS

Em 2012, o BNP Paribas alargou a sua gama de produtos e serviços responsáveis destinada aos clientes particulares aos investidores institucionais. O processo de integração de critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) nos produtos de poupança e de crédito foi prosseguido e permitiu excluir dos seus investimentos empresas com práticas não conformes aos seus critérios de investimentos responsáveis.

Paralelamente, o Grupo alargou a sua oferta de produtos dedicados às populações mais fracas e que ainda não têm conta bancária.

Em 2013, o BNP Paribas Investment Partners exerceu sistematicamente os seus direitos de voto a título de acionista, e votou em perto de 1.200 Assembleias Gerais e mais de 15.000 projetos de resoluções, dos quais perto de 20% foram objeto de votos de abstenção, de oposição ou de votos negativos.

O BNP Paribas Cardif, a filial de seguros de vida e não-vida do BNP Paribas prosseguiu a sua abordagem iniciada em 2008 de integração dos critérios ESG na seleção dos investimentos do seu principal fundo em euros, Cardif Assurance Vie (92 mil milhões de euros em 31 dezembro de 2013).

INTEGRAR CRITÉRIOS ESG NOS PRODUTOS DE POUPANÇA E DE CRÉDITO

Signatário dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), o BNP Paribas Investment Partners, a área de negócio de Gestão de ativos do, aplica critérios ESG a todas as suas gestões coletivas e mandatos institucionais. A análise desses critérios, complementar da análise financeira, realiza-se segundo um quadro formalizado, baseado no respeito dos 10 princípios do Pacto Mundial em matéria de Direitos Humanos, direito do trabalho, proteção do ambiente e luta contra a corrupção. Estes princípios são completados por regras que enquadram os investimentos em setores ou produtos controversos.

Esta abordagem leva a excluir as empresas não conformes a esses critérios e/ou a encetar um diálogo para as encorajar a evoluir para melhores práticas em termos de governação e de responsabilidades social e ambiental.

Os critérios são sistematicamente tidos em consideração nas escolhas de investimento ou de desinvestimento, e fazem parte integrante do processo de gestão. O desempenho ISR da carteira é pilotado trimestralmente e é objeto de um Comité de gestão de ativos uma vez por ano. 46 % do principal fundo em euros do BNP Paribas Cardif (1,7 mil milhões de clientes) foi objeto de um filtro ESG em 31/12/2013 contra 40% em 31/12/2012, segundo o seu indicador de acompanhamento.

Conceber e promover fundos de investimento socialmente responsável (ISR)

O BNP Paribas prossegue o desenvolvimento e a promoção de uma oferta de produtos ISR.. A experiência do BNP Paribas apoia-se sobre duas abordagens complementares: uma, centrada nos emissores empenhados ("Best in class"); a outra,

(1) Taxa média de 30,8 % fora o impacto da provisão relativa à revisão retrospectiva dos pagamentos em dólares US no que respeita aos países sujeitos às sanções americanas.

temática, alvo das atividades, produtos e serviços ligados à proteção do ambiente e/ou ao bem-estar social.

27 certificações ISR obtidas em 2013





- dez fundos obtêm o selo ISR Novethic, comprovando assim um processo de gestão ISR transparente que integra os critérios ESG na seleção dos valores em carteira;
- quatro fundos recebem o rótulo Fundo Verde Novethic: iniciado este ano, distingue os fundos temáticos investidos nas empresas proporcionando benefícios ambientais significativos;

➤ OS FUNDOS ISR BNP PARIBAS CERTIFICADOS EM 2013

- quatro fundos foram recompensados pelo rótulo Environment LuxFLAG pela sua forte implicação no setor do ambiente e o seu elevado nível de transparência junto dos investidores;
- quatro fundos receberam o rótulo Finansol pelos seus investimentos no domínio da economia solidária e da microfinança;
- cinco fundos estão certificados CIES (*Comité Intersyndical de l'Épargne Salariale*)

Estas certificações confortam o compromisso de longo prazo do BNP Paribas

Investment Partners em desenvolver e promover a sua oferta de produtos ISR.

Nome do fundo	certificações			
	rótulo Novethic (atribuída anualmente em setembro)	LuxFLAG Label (atribuídas anualmente em Dezembro)	Finansol	CIES
				
BNP Paribas Etheis	X			
Parvest Sustainable Equity Europe	X			
MAIF Investissement Responsable Europe	X			
BNP Paribas Euro Valeurs Durables	X			
Parvest Sustainable Bond Euro	X			
BNP Paribas Obli Etheis	X		X	
BNP Paribas Obli Etat	X			
Parvest Sustainable Bond Euro Corporate	X			
BNP Paribas Mois ISR	X			
BNP Paribas Aqua		X	X	
Parvest Environmental Opportunities		X	X	
Parvest Global Environment		X	X	
BNP Paribas L1 Equity Aqua		X	X	
	X			
BNP Paribas Retraite (Reforma Horizon)				
			X	X
Multipar Funds			(2 fundos)	(5 fundos)
SAUR Poupança Solidária ISR			X	

Cerca de 20 mil milhões de euros de ativos ISR geridos pelo BNP Paribas Investment Partners em 31/12/2013.

Em 2013, o montante dos ativos ISR baixou ligeiramente em relação a 2012 (-1,7%), a um ritmo menos intenso que o do montante total dos ativos sob gestão⁽¹⁾ (-8,6%).

Em 2013, o fundo BNP Paribas Desenvolvimento Humano recolheu 200 milhões de euros junto de particulares franceses que desejam investir em empresas que contribuem para atenuar o impacto de fenómenos sociais maiores tais como as alterações climáticas rápidas, a urbanização ou a segurança alimentar.

O BNP Paribas AQUA – que festejou os seus 5 anos de existência – ultrapassou 500 milhões de euros de ativos e alcançou o 1º lugar em termos de recolha nas redes em 2013.

Do mesmo modo, há vários anos, o BNP Paribas Wealth Management implementa uma verdadeira estratégia para desenvolver a sua oferta ISR com um sucesso crescente: os ativos investidos em ISR pelos seus clientes duplicaram em um ano e meio para atingir mais de 2 mil milhões de euros em finais de 2013.

- O BNP Paribas Wealth Management foi designado Melhor Banco Privado pela sua oferta de investimento socialmente responsável pelas revistas Professional Wealth Management/The Banker (grupo Financial Times).

Em maio de 2013, o BNP Paribas Fortis lançou um produto de investimento chamado BP2F SRI Note 2020. Esta obrigação inovadora permite aos investidores particulares:

- 1) obterem 100 % do desempenho de 30 ações europeias éticas e socialmente responsáveis, através da evolução do índice Ethical Europe Equity, um índice co-desenvolvido com Vigeo e revisto de três em três meses em colaboração com o Fórum Ethibel, dois atores de primeiro plano na área do investimento socialmente responsável;
- 2) terem a certeza que o dinheiro dos depósitos é utilizado pelo Banco para financiar projetos de elevado valor acrescentado social, solidário ou ambiental. Este produto é objeto de uma certificação externa pelo Fórum Ethibel.

Registou ainda, após apenas seis meses de lançamento, um dos melhores desempenhos de atração no BNP Paribas Fortis, com um montante das subscrições de cerca de 100 milhões de euros em finais de 2013.

Ferramentas de ajuda à decisão propostas ao cliente

O BNP Paribas continuou a desenvolver em 2013 várias ferramentas de informações e de valorização do impacto social dos seus produtos de poupança:

- os clientes da Cortal Consors France, sociedade de corretagem online, e da Wealth Management podem apoiar-se num novo produto "o Révélateur ISR", medindo a intensidade ISR de um fundo ;
- graça à parceria renovada com Novethic, podem escolher entre 104 fundos certificados « ISR » e 6 fundos « Rótulo Fundo Verde » ;
- dispõem igualmente da « Nota Verde », que mede as emissões de carbono das empresas presentes em 330 fundos ações na Europa e da « Nota Emprego » que avalia desde 2011 o número de empregos que criam ou destroem durante o ano;
- para os títulos, o rótulo Ethic foi atualizado graças à análise extra-financeira do BNP Paribas IP. Doze empresas europeias cotadas distinguem-se no seio do seu setor sobre desafios ESG ;
- na Cortal Consors Alemanha, os clientes podem consultar o "SRI FundsFinder", uma ferramenta online que permite excluir setores ou critérios positivos (proteção do ambiente, valores sociais...) e negativos (exclusão de sectores controversos).

PRODUTOS COM IMPACTO SOCIAL POSITIVO

Na continuidade das iniciativas lançadas há vários anos, o BNP Paribas desenvolveu produtos e serviços inovadores, especialmente concebidos para clientes frágeis ou com necessidades especiais prosseguindo simultaneamente a sua atividade de consultoria filantrópica, para orientar os seus clientes para investimentos de forte valor acrescentado social.

Produtos para clientes específicos

- Desde 2011, a Cetelem disponibiliza um empréstimo a jovens com contrato de duração determinada. Esta oferta permite a pessoas que não tinham acesso ao crédito iniciarem uma vida ativa e financiarem projetos (veículo, trabalhos...). A duração, a taxa desses créditos e os seus reembolsos são personalizados e adaptados ao seu orçamento. Em 2013, o BNP Paribas Personal Finance financiou 5 839 dossiês de clientes em CDD em mais de 40 milhões de euros.
- O BNP Paribas Cardif France iniciou um programa proactivo com vista a melhorar o acesso aos seguros junto das populações com

com um risco agravado de saúde. A melhoria do acompanhamento médico e o posicionamento competitivo, com o objetivo de afinar a os preços aplicados sobre uma patologia identificada. Desde 2008, os trabalhos debruçaram-se sobre a asma, a paraplegia ou a tetraplegia, patologias coronárias ou reumatológicas.

- Bank of the West propõe Fresh Start Checking Accounts, um serviço dedicado às pessoas cujo historial bancário não lhes permite um acesso fácil ao crédito. Ao frequentarem um curso de educação financeira, podem novamente ter acesso a uma conta e a meios de pagamento.

Nos países emergentes, o Grupo desenvolveu soluções adaptadas às necessidades das populações locais.

Em numerosos países (Magrebe, África subsaariana...), a fraca taxa de contas bancárias trava o desenvolvimento das economias locais. As equipas de International Retail Banking desenvolveram ofertas simplificadas de acesso aos serviços bancários, a um preço largamente inferior ao dos packs habituais.

- Os BICI (Bancos Internacionais de Comércio e Indústria) do Grupo lançaram, no Senegal, na Costa do Marfim, no Mali e em Burkina Faso através de uma campanha de comunicação comum, o "Pack Trankil" destinado a pessoas com baixos rendimentos.. Por 1,5 euro por mês propõe: uma conta bancária, um cartão de débito, um serviço SMS de acompanhamento de conta à distância com toda a segurança e aconselhamento num centro de relações com o cliente. Em 2013, o Grupo tinha 42 104 cliente

Em Marrocos, segundo um abordagem semelhante, o « Pack Mertah », implementado em 2011 inclui por sua vez uma conta bancária, um cartão de débito, uma conta poupança, alertas SMS e uma facilidade de caixa. Em 2013, beneficiaram deste produto 2 383 particulares.

- A rede móvel constitui-se como uma importante alavanca para favorecer a penetração de contas bancárias nos países onde ainda é fraca. Assim, o BNP Paribas lançou em África parcerias com operadores telefónicos que propõem um serviço de transferência de pagamentos através da rede móvel. Atualmente disponível no Mali, Senegal, Costa do Marfim e na Guiné, o serviço « Orange Money » é utilizado por mais de 5 milhões de clientes. Ao integrar as iniciativas semelhantes que são BICIG Mobile no Gabão e MobiCash no Burkina Faso, o Grupo conta mais de 5,3 milhões de clientes *mobile banking* em finais de 2013.

Conselho filantrópico

O BNP Paribas Wealth Management continuou a inovar ao propor aos seus clientes a aquisição da sua propriedade de um bem imobiliário novo cujo usufruto é de um locador social durante 15 a 20 anos. Contribuem assim para o aumento do parque locador de alojamento social em França. A primeira operação oferece um programa de 30 lotes em Lyon.

Entre 103 bancos privados participantes, o BNP Paribas Wealth Management obteve pelo segundo ano consecutivo a recompensa de « Melhor Banco Privado pelos seus serviços filantrópicos » por ocasião da 5ª edição dos 2013 Global Private Banking Awards organizada pelas revistas profissionais Wealth Management e The Banker (grupo Financial Times).

Por fim, no início de 2014, o BNP Paribas Wealth Management publicou a 2ª edição do Individual Philanthropy Index que mede o compromisso dos filantropos no mundo. Este índice baseia-se no estudo relativo a mais de 400 particulares afortunados na Europa, Ásia, Médio Oriente e Estados Unidos e cujo património é superior a 5 milhões de dólares.

7.3 Responsabilidade social: desenvolver uma gestão empenhada e leal dos recursos humanos

Em 2013, o BNP Paribas levou a cabo uma política de mobilidade particularmente ativa, para responder às expectativas dos colaboradores. Continuando a recrutar vários milhares de novos colaboradores por ano no mundo, o Grupo privilegia a mobilidade e faz questão de valorizar o desenvolvimento de todos os talentos. Respeitando as pessoas e a promovendo a diversidade, o Grupo continua a exercer práticas leais para com os seus colaboradores num diálogo social de qualidade e dá sempre a prioridade à reclassificação. A mobilidade, no centro da gestão dos Recursos humanos, constitui assim uma forte expectativa dos colaboradores, uma alavanca de valorização e de desenvolvimento de todos os talentos e a condição de uma gestão responsável do emprego que se traduz no respeito dos seguintes compromissos do BNP Paribas :

- compromisso 4 : o recrutamento e a formação ;
- compromisso 5 : a diversidade ;
- compromisso 6 : a gestão responsável do emprego.

As informações apresentadas nesta parte foram recolhidas dos sistemas de informação dos recursos humanos do Grupo e completadas por dados declarativos (18 %) assim como por um questionário específico dirigido às DRH de entidades do Grupo em 42 países (30 países em 2012). Quando o perímetro coberto por uma informação é diferente do conjunto do Grupo BNP Paribas, é então especificado.

OS VALORES E PRINCÍPIOS DE GESTÃO DO GRUPO

Após a aproximação entre o BNP e Paribas, o Grupo identificou quatro valores (Reatividade, Criatividade, Compromisso, Ambição), prolongados depôs por quatro princípios de gestão chave cujo objetivo é criar uma compreensão comum do Grupo e dos seus desafios e reforçar assim o sentimento de pertença. Uma apresentação explícita das práticas de gestão permitiu reforçar a coesão do Grupo.

Foco no cliente – Inculcar nos nossos colaboradores a vontade de inovar em prioridade no serviço ao cliente, estando o interesse do cliente sempre no centro da nossa ação.

Empreender com plena consciência dos riscos – Assumir em plenos a responsabilidade das iniciativas da desenvolvimento e de eficácia operacional, o que pressupõe agir de modo interdependente e cooperativo com outras entidades, ao serviço do interesse geral do Grupo e dos seus clientes; estar permanentemente atento aos riscos relevantes dentro do nosso perímetro de responsabilidade e dar aos nossos colaboradores autonomia e os meios de fazer o mesmo

Valorizar as pessoas – Estar atento aos nossos colaboradores, respeitá-los, promover a diversidade, apreciar o desempenho e desenvolver os seus talentos e as suas competências.

Exemplaridade – Dar o exemplo nos nossos comportamentos e na nossa ética, respeitando a lei, aplicando as leis e os regulamentos, aplicando as regras da Conformidade e adotando um comportamento socialmente responsável, aplicando nós próprios os mesmos Princípios de Gestão que esperamos das nossas equipas.

UMA ESCUTA ATIVA DOS COLABORADORES COMO GLOBAL PEOPLE SURVEY (GPS)

O inquérito GPS interno do Grupo mostrou que um terço dos colaboradores deseja poder evoluir numa outra área de intervenção e 50% estão prontas a aceitar uma mobilidade geográfica para melhorar as suas competências. Na medida em que o recrutamento externo é agora muito seletivo, a mobilidade interna tornou-se para os gestores o principal meio de reforçar as suas equipas e continua a ser um fundamento essencial da gestão da carreira.

O GPS confirma um orgulho de pertença elevado, em 84 % desde 2011, que não para de se reforçar (+ 3 pontos em 5 anos). A taxa de participação atinge um novo record 74 % de pessoas que responderam (+ 3 pontos) marcando assim a implicação crescente de 128 864 assalariados que desejaram exprimir-se em 69 países e em 23 línguas. Renovam a sua confiança nos dirigentes em 71 % (+ 4 pontos em 5 anos) e outro tanto adere totalmente às ambições e objetivos do Grupo (+ 3 pontos em 5 anos).

70 % dos assalariados tem uma opinião positiva da prática dos 4 princípios de gestão (+ 1 ponto) e a opinião favorável da forma como o Grupo exerce a sua responsabilidade de empresa situa-se nos 71 %, em linha com os objetivos fixados, respetivamente em 71 % e 73 % em finais de 2015.

O forte compromisso dos assalariados assenta na duração pois são 80 % a aderir totalmente aos valores da empresa e 89 % a exprimir a sua vontade de trabalhar para lá daquilo que lhes é solicitado para assegurar o sucesso da empresa. Os assalariados sublinham igualmente os efeitos positivos da sua vontade das políticas RSE e Diversidade, dois trunfos importantes que progredem 65 % para a promoção da Diversidade (+ 10 pontos em 5 anos) e 77 % para o respeito do ambiente (+ 9 pontos em 5 anos).

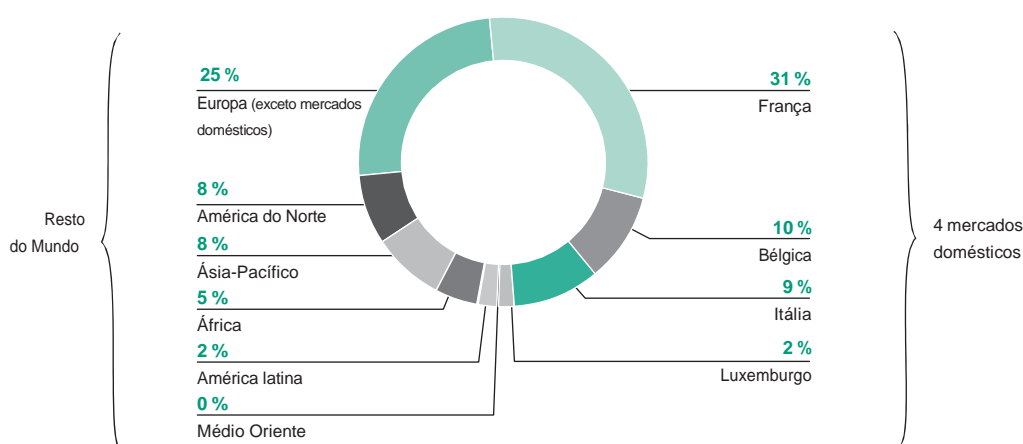
O GPS já tinha permitido detetar nestes últimos anos uma preocupação em relação à eficácia operacional do BNP Paribas e contribuiu assim à implementação e acompanhamento do programa Simple & Efficient desenvolvido no conjunto do Grupo.

O RECRUTAMENTO E A FORMAÇÃO: DUAS ALAVANCAS IMPORTANTES PARA ENCORAJAR A MOBILIDADE

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS

No final de 2013, os efetivos geridos pelo Grupo atingiram 184 545 ETI (Equivalente Tempo Inteiro – 173 334 ETI em efetivo financeiro⁽¹⁾), em redução relativamente a 2012 (188 551 ETP), nomeadamente devido à cessão das atividades no Egito e ao turnover natural, que geram uma redução dos efetivos de 4 006. No final de 2011, os efectivos geridos pelo Grupo atingiram 198 423 ETI.

➤ RESPARTIÇÃO DO EFETIVO TOTAL POR ZONA GEOGRÁFICA



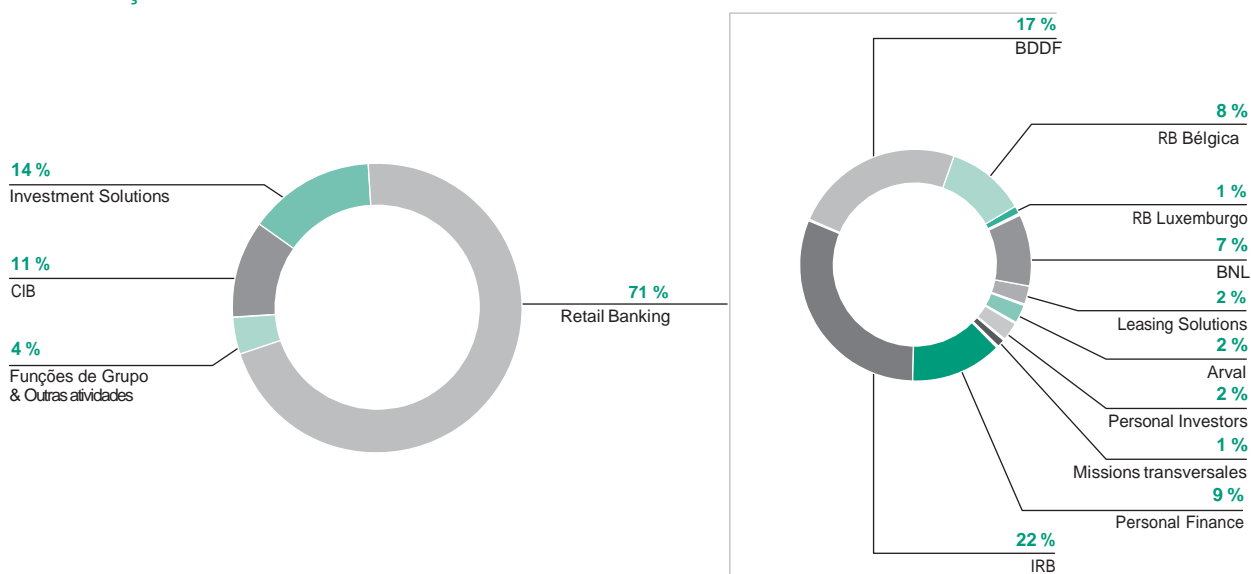
a repartição dos efetivos por zona geográfica, representando 153 nacionalidades em 75 países, permaneceu relativamente estável em relação a 2012. A parte dos efetivos fora da Europa aumentou ligeiramente graças ao recrutamento motivado por uma atividade económica mais intensa, enquanto a parte dos mercados domésticos diminuiu ligeiramente para 52 %, devido a um aumento natural das saídas para a reforma.

➤ EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS NO DECORRER DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

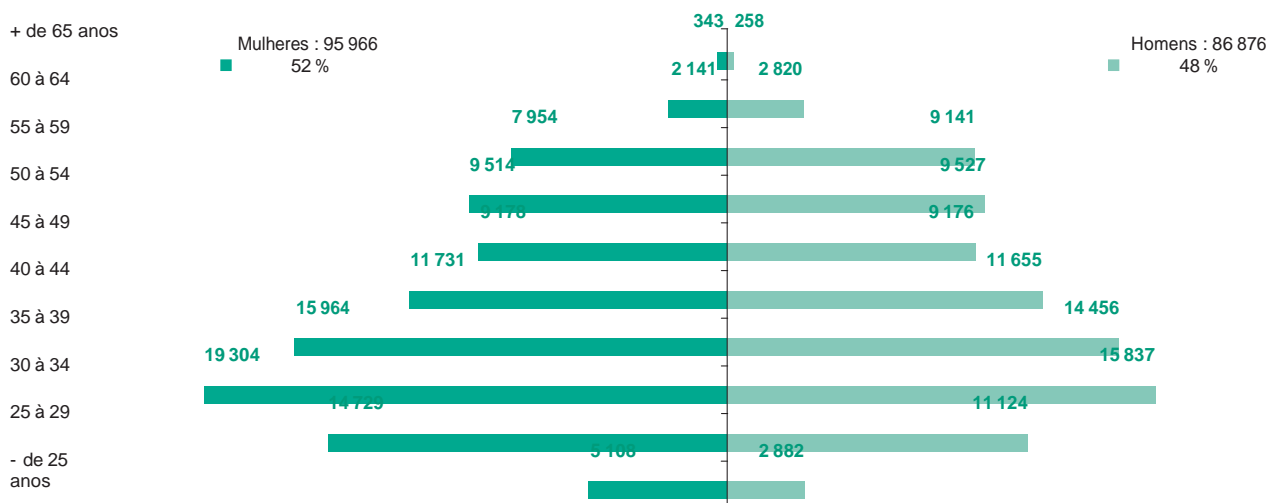
	2003	2008	2013	
França	53 020	64 217	56 794	4 mercados domésticos 96 317
Itália	3 255	19 397	18 194	
Bélgica	537	855	17 390	
Luxemburgo	1 047	1 445	3 939	
Europa (exceto mercados domésticos)	13 400	46 845	45 185	Europa 141 502
América do Norte	9 713	15 222	15 160	Resto do Mundo 43 043
Ásia-Pacífico	4 738	10 173	14 734	
África	5 418	8 883	9 049	
América latina	1 715	3 957	3 512	
Médio Oriente	665	2 194	588	
TOTAL	93 508	173 188	184 545	184 545

(1) Trata-se do efetivo equivalente a tempo inteiro (ETP gerido das entidades consolidadas) ponderado pela taxa de integração da entidade nas contas consolidadas.

➤ REPARTIÇÃO DOS EFETIVOS POR DOMÍNIO DE ATIVIDADE



➤ REPARTIÇÃO DOS EFETIVOS DO GRUPO POR IDADE E POR SEXO(*)



A idade média no grupo é de 40,2 anos e a antiguidade média de 12,1 anos. A pirâmide das idades permanece globalmente equilibrada.

O RECRUTAMENTO

Com 18 553 recrutamentos, dos quais 1 585 em França, o compromisso de recrutar mais de 15 000 novos colaboradores ainda é largamente ultrapassada, embora o grupo favoreça sistematicamente a empregabilidade dos assalariados recorrendo antes de mais ao recrutamento externo e à mobilidade.

Num contexto exigente, o BNP Paribas continua a recrutar privilegiando simultaneamente a mobilidade interna

Com 54 % dos recrutamentos na Europa dos quais 9 % em França, o BNP Paribas consolida ainda a sua dimensão de banco europeu. No entanto, os maiores recrutadores permanecem na ordem, os Estados Unidos, a Turquia, a Índia, a Ucrânia, que registam um forte turnover, e a França, seguidos do Reino Unido e da Alemanha. O recrutamento externo assim elevado num contexto em que a mobilidade e a formação continuam a ser favorecidos.

(*) Efetivo físico em 96 % do efetivo do Grupo.

Para valorizar a sua capacidade de atração e de retenção de candidatos com potencial, o BNP Paribas desenvolve a sua marca empregador

Com 5 certificações locais durante o ano de 2013 (Bélgica, França, Itália, Polónia e Turquia), o Grupo obtém o rótulo Top Employer Europe em março de 2014. Esta certificação vem completar outras distinções locais como a certificação Great place to work na Turquia; o prémio 2013 Employer Branding Excellence na Polónia que ocupa o primeiro lugar do Perfect Internal Image Campaign; o projeto « RiseUp », que propõe aos colaboradores de apoiar jovens que se encontram num processo de reinserção reconhecido no Reino Unido pelos Responsible Business Awards de Business In The Community. Num ambiente desfavorável de deterioração da imagem do setor bancário, o BNP Paribas continua a ser o banco citado pelos estudantes franceses.



O digital continua a ter um lugar importante no nosso recrutamento. Em França, no Facebook, a nova aplicação « Job trotteur » permite localizar os fóruns escolas nos quais o banco participa, com Backstage os colaboradores respondem na Internet às perguntas dos candidatos.

« Dr Job » acompanha-os na sua preparação de entrevistas e Pinterest diffuse dos pinterviews de assalariados. Em Itália, a campanha People not numbers destina-se às jovens gerações e passa uma mensagem humana utilizando ferramentas e códigos gráficos da geração Y. Em Marrocos, o banco recruta agora online e permite aos candidatos acompanharem em tempo real o avanço do seu dossiê.

Paralelamente, o Grupo desejou tornar as suas relações com as escolas e as universidades mais eficazes. A parceria com Community of European Management Schools, que reúne 29 escolas de exceção, empresas e ONG para preparar jovens talentos para uma carreira internacional foi reforçada. No Luxemburgo, o programa Summer School cujo objetivo é ajudar os jovens a descobrir áreas de intervenção com futuro com a intervenção de mais de 50 colaboradores voluntários, recebeu o prémio da inovação Luxemburgo. Na região Ásia-Pacífico, o Grupo comunicou junto das universidades sobre o seu recente Graduate Program. Os jovens talentos contratados aproveitam durante dois anos um percurso de desenvolvimento à medida com formação, tutoria e co-desenvolvimento. Por fim, o site graduates.bnpparibas.com propõe ofertas a jovens potenciais candidatos, jovens diplomados ou à procura de um estágio ou VIE, no CIB em Paris e em Londres.

Ao combinar visibilidade global e iniciativas locais, o Grupo ostenta uma marca empregador coerente e confirma a sua posição de empregador internacional de referência.

Os movimentos

➤ MOVIMENTOS : ENTRADAS EM CDI(*)

	Homens	Mulheres	Total 2013
Recrutamentos em CDI	8 117	9 186	17 303
Transformações de CDD em CDI	503	747	1 250
TOTAL	8 620	9 933	18 553
%	46,5 %	53,5 %	
Dos quais mercados domésticos	48,7 %	51,3 %	2 493
Dos quais França	45,9 %	54,1 %	1 585

(*) Efetivo físico.

➤ MOVIMENTOS : MOTIVOS DE SAÍDAS DOS CDI(*)

	Homens	Mulheres	Total 2013
Reformas/pré-reformas	1 747	1 570	3 317
Demissões	5 283	6 188	11 471
Despedimentos(*)	1 299	1 918	3 217
Roturas convencionais	199	274	473
Planos de saídas auxiliadas	479	435	914
Outro final de contrato permanente (nomeadamente não especificado, fim de período de experiência, morte)	935	1 009	1 944
TOTAL	9 942	11 394	21 336

(*) Em França, os motivos dos 456 despedimentos (390 em 2012) são as insuficiências profissionais, as inaptidões e as faltas.

A organização do tempo de trabalho

► TIPO DE CONTRATO^(*)

	Homens	Mulheres	Total 2013	%
Número de CDI	87 765	91 373	179 138	97 %
Número de CDD	1 994	3 413	5 407	3 %
TOTAL	89 759	94 786	184 545	100 %

(*) Equivalente Tempo Inteiro.

► TEMPO PARCIAL^(*)

	Homens	Mulheres	Total 2013	%
Número de funcionários a tempo parcial	1 853	13 389	15 242	
Tempo parcial a 80% ou mais	1 193	9 176	10 369	68,0 %
% de funcionários a tempo parcial	2,5 %	16,6 %		9,8 %
% de funcionários a tempo parcial por gênero	12,2 %	87,8 %		

(*) Efetivo físico sobre 76% do efetivo do Grupo.

Obstentismo

A taxa de absentismo⁽¹⁾ do Grupo, calculada sobre 29 países representando 87 % do efetivo em 2013, é de 3,1 %, mais 2,5 % de ausências por maternidade/paternidade. Para os mercados domésticos, eleva-se a 2,4 % em França⁽²⁾, mais 2,2 % de maternidade/paternidade (3,5 % e 2,2 % em 2012) ; 2,5 % em Itália, mais 1,9 % de maternidade/paternidade (2,5 % e 1,6 % em 2012) ; 2,7 % na Bélgica, mais 0,5 % de maternidade/paternidade (idêntico a 2012) ; e 2,9 % no Luxemburgo mais 0,7 % de maternidade/paternidade (2,5 % e 1,2 % em 2012).

AMOBILIDADE NO CENTRO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Este ano, a mobilidade esteve no centro das práticas de gestão dos recursos. O Grupo responde assim a um forte pedido dos colaboradores expressa no GPS. O número de mobilidades transversais interentidades consolida-se e passa de 4 513 para 4 580 no Grupo, progredindo 11 % em França. O objetivo é modificado para 4 700⁽³⁾ de média anual 2014 e 2015.

Para favorecer a mobilidade transversal, o Grupo apoia-se numa comunidade conectada

A mobilidade interna tornou-se no meio mais frequente de prover os postos vagos e continua a ser um dos fundamentos essenciais da gestão de carreira, o BNP Paribas insistiu no seu caráter transversal e internacional, para propor carreiras ricas e diversificadas. Visa melhorar a eficácia coletiva e o desempenho e favorecer o desenvolvimento harmonioso profissional dos colaboradores para reforçar a sua motivação. Nesta ótica, os

princípios de mobilidade definidos em finais de 2012 foram difundidos em 2013 com uma vontade de criar uma dinâmica de grupo e uma comunidade respeitando as especificidades de cada país. O desenvolvimento foi efetuado através de uma comunicação inovadora proposta em 6 línguas com uma forte taxa de visualização e dias da mobilidade organizados em 4 países.



MOBILITYDAYS

Élargissez vos perspectives

Uma comunicação acrescida sobre a mobilidade permitiu aumentar a taxa de utilização das ferramentas de mobilidade interna, nomeadamente e-jobs, desenvolvida em 36 países com uma taxa de cobertura de cerca de 77% dos colaboradores do Grupo. O número de anúncios e-jobs está a aumentar mais de 31% em relação a 2012 e aumenta em todos os países. As candidaturas internas recebidas sobre as ferramentas acompanham a mesma tendência e representam 33% dos lugares providos, um aumento de 28 %, nomeadamente em França e no Reino Unido que melhoraram significativamente o seu processo de publicação, o que ainda tem de ser melhorado noutros países.

(1) A taxa de absentismo inclui as doenças, os acidentes do trabalho e as doenças profissionais.

(2) Após supressão das outras ausências autorizadas.

(3) Para ter em consideração um erro na baseline 2012.

➤ **NÚMERO TOTAL DE ANÚNCIOS PUBLICADOS**

	2012			2013				
	Número de anúncios publicados	Lugares providos internamente	%	2013/2012	Número de anúncios publicados	2013/2012	Lugares providos internamente	%
França	2 187	1 092	50 %	42 %	3 109	45 %	1 580	51 %
Bélgica (BNP Paribas Fortis)	556	306	55 %	3 %	573	- 3 %	298	52 %
Itália	77	57	74 %	173 %	210	5 %	60	29 %
Luxemburgo (BGL BNP Paribas)	170	110	65 %	- 4 %	164	- 11 %	98	60 %
Reino-Unido	336	145	43 %	165 %	889	103 %	294	33 %
Polónia (BNP Paribas Bank Polska)	384	27	7 %	20 %	461	122 %	60	13 %
Ucrânia	519	122	24 %	2 %	529	9 %	133	25 %
Turquia (TEB)	228	54	24 %	41 %	321	98 %	107	33 %
Estados Unidos (Bank of the West)	1 499	nd(*)	nd	- 5 %	1 427	nd	nd	nd
Estados Unidos(BNP Paribas CIB)	200	22	11 %	113 %	426	373 %	104	24 %
Outros países	1 258	352	28 %	- 47 %	673	- 46 %	191	28 %
TOTAL	7 414	2 287	30 %	18 %	8 782	28 %	2 925	33 %

(*) nd : não disponível.

Em França, para otimizar a gestão do emprego por uma mobilidade ativa e fluidificar as mobilidades transversais, foi implementado um processo centralizado em oito fileiras funcionais (Conformidade, Comunicação, Finanças, Jurídico, Recursos Humanos, Marketing, Riscos e Organização/ responsável de projeto). Uma equipa dedicada centraliza as ofertas e gere-as até à pré-seleção dos candidatos, a decisão final ficando a cargo das áreas de intervenção. Esta abordagem permitiu aumentar em 45 % o número de lugares providos internamente em França para responder aos anúncios publicados.

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO

Formar e desenvolver as competências de todos os seus colaboradores é para o Grupo um desafio essencial

Tendo em conta o tamanho significativo da sua implantação geográfica muito grande e a rapidez do seu desenvolvimento, a divulgação da cultura de Grupo, dos seus valores e dos seus princípios de gestão constitui um elemento essencial. Assegura que o BNP Paribas exerce as suas áreas de intervenção em todo o mundo com o mesmo espírito, desenvolve o sentimento de pertença dos colaboradores, fideliza-os e permite-lhes evoluir.

Lugares onde se forja e se reforça a cultura do Grupo

O Campus do Grupo

O BNP Paribas conta agora com dois « Campus Grupo », um situado em Louveciennes na região parisiense que existe desde 1992, e o outro em Singapura, tendo aberto em janeiro de 2014. Estes campus acolhem colaboradores vindos do mundo inteiro e de todas as áreas

de intervenção e permitem nomeadamente a difusão da estratégia e da cultura de Grupo.

Os centros de formação

O Grupo dispõe igualmente de numerosos centros de formação físicos (Itália, Turquia...) ou digitais (CIB digital campus) e de um centro de serviços partilhados na Costa do Marfim. Estes locais acolhem uma população local ou regional e contribuem para a difusão da estratégia das áreas de intervenção representadas no território nacional. A missão do centro de serviços partilhados é a de profissionalizar uma equipa de formadores encarregados de divulgar a oferta em formação em todo o território subsaariano.

As Academias do Grupo

O Grupo dotou-se de duas Academias destinadas a reforçar a cultura de empresa e o desempenho de gestão:

- a Risk Academy continua a divulgar a cultura de gestão dos riscos do Grupo, a promover as formações e o desenvolvimento profissional e, com 110 correspondentes no mundo, a favorecer a partilha de conhecimentos e as comunidades de práticas;
- a Management Academy dirige-se prioritariamente aos senior managers⁽¹⁾ para desenvolver o sentimento de pertença, difundir a estratégia e acompanhar o desenvolvimento da gestão. Propõe conteúdos utilizáveis à distância no seu portal na Intranet (fichas práticas, e-learning, vídeos, management kits, quiz, leituras, entrevistas...) e em encontros (seminário, conferências).

Todos os locais contribuem para desenvolver as competências dos colaboradores e proporcionar-lhes um quadro de intercâmbio e de partilha de boas práticas. Permitem aos colaboradores participarem em formações das áreas de negócios ou transversais assim como em eventos marcantes para o Grupo.

(1) O senior management do Grupo é composto por colaboradores que ocupam os 2 300 lugares considerados pelos Comitês Executivos do conjunto dos Domínios de atividades/Entidades Operacionais/Funções Grupo como os lugares que têm um impacto mais importante nos planos estratégicos, comercial, funcional e de perícia.

➤ **FORMAÇÃO : NÚMERO TOTAL DE HORAS E DE FUNCIONÁRIOS(*)**

	2012	2013
Número total de funcionários que assistiu no mínimo a uma formação	136 918	148 875
Número total de horas de formação	4 208 901	4 697 071

(*) Efetivo físico sobre 90 % do perímetro em 33 países.

O número de horas de formação é em média de 25 horas por assalariado do Grupo. O número de horas de formação nos quatro mercados domésticos correspondendo a 54 % do número total de horas e a acessibilidade dos dados permitem uma análise mais detalhada:

➤ **FORMAÇÃO: FOCO 4 MERCADOS DOMÉSTICOS**

2013	Número médio de horas por assalariado	Método de formação ⁽¹⁾		Matéria de formação ⁽²⁾			
		Presencial	E-learning	Técnicas área interv. & funções	Riscos	Cultura & conhecimento Grupo	Competências individuais & management
França	30	76 %	18 %	47 %	20 %	18 %	14 %
Bélgica (BNP Paribas Fortis)	18	42 %	56 %	33 %	35 %	6 %	19 %
Itália (BNL)	41	15 %	75 %	66 %	19 %	11 %	3 %
Luxemburgo	22	43 %	55 %	25 %	41 %	18 %	13 %

(1) % dos assalariados formado pelo método no total das formações realizadas.

(2) % dos assalariados formados por matéria no total das formações realizadas.

Uma oferta evolutiva de acordo com os usos para melhor desenvolver as competências

A oferta de formação procura responder às necessidades dos colaboradores e das áreas de intervenção. O grupo desenvolve assim formatos diversificados e desenvolve nomeadamente o e-learning e o blended-learning.

Forte desenvolvimento do e-learning

Ao mesmo tempo que zela pela sua qualidade e a sua qualidade, as formações em e-learning aumentam constantemente em formatos simples ou mais sofisticados como na TEB, filial do Grupo na Turquia, que desenvolveu um e-learning lúdico dedicado às competência de gestão sob o formato de edutainment. Entre simulação e jogo, o colaborador é mergulhado numa nave espacial e deve passar 8 níveis de gestão fazendo face a situações reais. A TEB recebeu para este programa os « Best Use of

Games for Learning » e « Best Custom Content » des Brandon Hall Awards, os mais prestigiosos prémios no domínio da formação.



O programa de formação e-learning ficou enriquecido com 1 440 novos módulos numa base de 2 785, em 7 línguas, acessíveis a todos os colaboradores. Entre os utilizadores, 67 % fizeram mais de um módulo e 15% mais de 10 módulos, dos quais 43 % de formações dedicadas aos riscos, 32 % às técnicas áreas de intervenção e 11 % à cultura e conhecimento do Grupo.

➤ **FORMAÇÃO E-LEARNING**

	2011	2012	2013
Número de assalariados formados	37 185	66 241	84 729
% dos assalariados formados homens/mulheres	nd(*)	H: 50,5 % F: 49,5 %	H: 50,4 % F: 49,6 %
Número de módulos terminados	81 588	238 962	441 237

(*) nd: não disponível

Desenvolvimento das ações de blended-learning

O blended-learning associa às formações presenciais e aos módulos de e-learning outras modalidades de formação como o trabalho colaborativo e/ou suportes vídeo, aulas virtuais, etc. Tratando de um mesmo conteúdo sob ângulos e formatos diferentes, facilita as aprendizagens. Assim, Personal Finance propõe uma formação à área de chefe de projeto para colaboradores experientes de nível internacional que inclui um questionário de avaliação, um módulo e-learning para refrescar os seus conhecimentos, presencial de estudos de caso e acompanhamento por um mentor.

O Grupo testa outros formatos tais como os learning expeditions que visam emergir uma equipa num ambiente fora do seu quadro de referência. O BNP Paribas Fortis experimentou um piloto de 30 managers RH que foram descobrir o quotidiano e acompanhar a aprendizagem escolar de crianças das ruas na Romênia. Esta imersão permitiu-lhes explorar a colaboração, a cultura do feedback e aprender a detetar oportunidades num contexto fora do seu perímetro habitual.

A DIVERSIDADE

A luta contra qualquer forma de discriminação é reafirmada pela Direção geral e a promoção da diversidade intensifica-se com ações implementadas em todo o Grupo. A Direção geral prossegue o seu objetivo de 25 % de mulheres senior managers até finais de 2014 que se fixa em 22 % em finais de 2013.

A política diversidade do BNP Paribas baseia-se num princípio chave de valorização do indivíduo respeitando todas as diferenças por ações do Grupo e locais para promover a diversidade. Uma cartografia de 35 países mostra que a maioria das entidades declina uma política local ou regional de promoção da diversidade, comunicada às equipas. Cerca de metade também implementaram formações ou ações de sensibilização.

A DIVERSIDADE DAS INSTÂNCIAS DIRIGENTES E DO SENIOR MANAGEMENT

■ No Conselho de administração

Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de representação das mulheres entre os catorze administradores eleitos pelos acionistas é de 30,75 %. Por outro lado, o Conselho inclui dois administradores eleitos pelos assalariados, nomeadamente uma mulher. Estão representadas três nacionalidades no seio do Conselho.

■ No Comité Executivo

Desde 1 de dezembro de 2011, uma mulher assim como 3 membros não franceses, pertencem ao Comité executivo, ou seja atualmente uma taxa de internacionalização de 17,6 %.

■ No G100

Estão representadas oito nacionalidades entre os 100 quadros dirigentes que incluem agora 13 mulheres e 23 não franceses. Estão repartidos em 15 países.

■ Feminizar e internacionalizar senior management.

A proporção de mulheres senior managers progride e fixa-se em 22 % em finais de 2013. Os elementos mistos na empresa é um fator de eficácia, em 2009, o Diretor geral comprometeu-se a que 20 % dos lugares de senior management do Grupo fossem ocupados por mulheres até finais de 2012, objetivo ultrapassado (contra 16% em 2009). Paralelamente, com 45 % de senior managers não franceses (contra 38% em 2012), a realidade internacional do Grupo e do seu senior management confirma-se.

A GOVERNANÇA DIVERSIDADE GRUPO

Criado há um ano, o Comité diversidade Grupo, agora constituído com 28 Diversity Officers, reuniu-se 2 vezes na presença do Responsável do Grupo RH. Permite coordenar grupos de trabalho sobre assuntos

transversais como a igualdade profissional. Um vasta divulgação da governança Diversidade no Grupo mostra os seus efeitos e desenvolvem-se em todo mundo numerosas ações de luta contra as discriminações e em prol da diversidade. As boas práticas são apresentadas na newsletter Diversity-News.

INSTAURAR POLÍTICAS REGIONAIS E/OU LOCAIS

International Retail Banking (IRB)

IRB lançou o seu Plano de ação da igualdade profissional e da internacionalização das equipas, e três obras sobre a constituição de uma comunidade Diversidade, a realização de um inquérito nos diferentes locais IRB e o desenvolvimento de ações simples e visíveis. O CEO de IRB dirigiu uma carta de compromisso sobre a Diversidade aos CEO de todos os países IRB, a par do anúncio do plano de ação pelo Responsável RH de IRB a todos os DRH. Um primeiro evento reuniu mulheres senior managers dos países IRB em Paris com o CEO de IRB e o Responsável RH.

Região Ásia-Pacífico (APAC)

Foi criado um Comité diversidade APAC apoiado pelo Responsável regional dos Recursos humanos. O objetivo das suas reuniões bianuais é o de fazer um ponto da situação, passar em revista as iniciativas e constatar os progressos. Foram nomeados dois Diversity Officers na Austrália e no Japão, este juntaram-se ao diversidade Grupo.

Em França, foi celebrado o primeiro acordo diversidade do BNP Paribas SA e privilegia quatro domínios de ação: remuneração efetiva, promoção profissional, formação e articulação entre atividade profissional e responsabilidades familiares. Reúne todas as disposições negociadas em matéria de igualdade profissional entre as mulheres e os homens e prevê objetivos de promoções das mulheres a todos os níveis de classificação. Integra assuntos como a contratação e as condições de trabalho e cobre a diversidade das origens, a orientação e a identidade sexual, desejando promover a inclusão de todas as diversidades. É celebrado por um período de três anos a partir de 1 de junho de 2013. O balanço diversidade do BNP Paribas SA mostra progressos significativos realizados de 2008 a 2012 em matéria de diversidade das origens, de igualdade profissional, de emprego e de inserção das pessoas em situação de deficiência e de diversidade das idades.

FAVORECER A IGUALDADE PROFISSIONAL MULHERES - HOMENS

Em França, as mulheres representam 45,8 % dos quadros e 31,8 % dos quadros de direção. Leasing Solutions celebrou um acordo Igualdade mulheres/homens que reafirma a vontade de promover a igualdade profissional nos domínios do recrutamento, da formação profissional, da gestão de carreiras e das promoções, da remuneração, das condições de trabalho e da articulação vida profissional/vida privada com compromissos sobre a o caráter misto do management, dos objetivos, das ações e dos indicadores numéricos para medir a sua evolução.

O BNP Paribas Real Estate obteve o prémio especial Igualdade Profissional aquando da primeira edição dos Troféus do Responsável Formação no âmbito das formações dispensadas no quadro do seu programa internacional Women in Leadership, do qual beneficiaram 80 mulheres europeias em dois anos.



CIB GECD e Fixed Income organizou em Paris *Young Women for a Changing World*, um evento que reuniu estudantes das melhores universidades e das grandes escolas internacionais que permitiu receber conselhos, trocar pontos de vista sobre a carreira no feminino e de participar em atividades *people-care*. O BNP Paribas representado pela responsável de BDDF celebrou com o Ministério dos direitos as mulheres, uma convenção sobre a Igualdade profissional através da qual o Banco se compromete a continuar a sensibilização das PME e Microempresas para o desafio da igualdade de género e a prosseguir a sua própria política de promoção das mulheres. Esta ação inscreve-se no prolongamento das numerosas parcerias em favor do empreendedorismo feminino com nomeadamente Paris Pionnières, Normandie Pionnières, Women Business Mentoring Initiative (WBMI) ou ainda Women Equity for Growth.

Em Itália, o BNL lançou o seu programa de Liderança no feminino que tem por objetivo apoiar os talentos femininos, melhorar a evolução da carreira das mulheres e aumentar o número de mulheres senior managers. O BNL também desenvolveu um programa *Moms@work* para acompanhar as colaboradoras durante a sua gravidez e facilitar o seu regresso após a licença de maternidade.

No Reino Unido, o BNP Paribas acolheu uma conferência inédita «Opportunities 4 Women» com 140 mulheres influentes, dedicada às evoluções de carreira das mulheres no domínio dos serviços financeiros. Quarenta mulheres do Grupos juntaram-se a quadros de numerosas instituições da City e beneficiaram de sessões de coaching e de aconselhamento dos seus pares.



SENSIBILIZAR E FORMAR

O BNP Paribas Personal Finance alargou a sua formação em diversidade a todos os seus managers para lhes lembrar os assuntos ligados ao risco de discriminação

e ajuda-os a adquirirem os bons reflexos. O BNP Paribas Fortis convidou todos os seus managers a frequentarem o e-learning «Managing diverse teams» para encorajar a diversidade, e criar uma cultura de diálogo. A participação de mais de 60 % dos managers constitui um dos seis objetivos «Sustainability» que tem uma incidência direta sobre a remuneração variável coletiva. Em França, foi enviada uma nota de sensibilização a todos os colaboradores do BNP Paribas SA com o seu boletim de salário para lhes lembrar a política Diversidade do Grupo, o acordo Diversidade, 19 critérios de discriminações e as vias de recurso através do procedimento de alerta contra as discriminações em vigor no seio do Banco.

Diversity Week/Day

No Reino Unido, o BNP Paribas organizou a segunda edição da Diversity Week, inaugurada pelo Responsável de Fixed Income, com intervenientes de alto nível e mesas redondas sobre «Os papéis-modelos internos são necessários?» ou «Management do Banco no Reino Unido – Semana da Diversidade, um ano depois». Foram realizadas atividades sobre a diversidade em todos os escritórios ingleses (CIB, IS e Retail).



Em França, o primeiro Diversity Day foi organizado em Paris com quatro conferências propostas sobre a igualdade de género, a diversidade cultural, a orientação sexual e o diálogo entre gerações e stands sobre a parentalidade, a deficiência e o apadrinhamento de jovens ... Este evento foi aberto pelo Diretor geral do BNP Paribas que reiterou, perante um conjunto de managers, o compromisso do Grupo em prol de uma política de diversidade inclusiva que valoriza todas as diferenças.



Desenvolver redes

O sucesso da associação BNP Paribas MixCity confirma-se com 700 aderentes em França, mais de 1 000 na Bélgica (dos quais 17 % de homens) e cerca de 300 em Itália. Foram lançadas três novas redes na Austrália, Coreia e Suíça juntando-se às já existentes (Hong Kong, Luxemburgo, Nova Iorque, Personal Finance, Ásia do Sudeste e Reino Unido) ou seja 12 redes, com mais interconexões entre elas. Na Bélgica, a rede «02» foi lançada por iniciativa de colaboradores de 50 anos e mais e conta já com 300 membros. Visa encorajar as iniciativas intergeracionais e melhorar a motivação dos colaboradores de 50 anos e mais. No Reino Unido, a primeira rede sobre a deficiência «ABILITY» foi criada por iniciativa de colaboradores para fornecer um espaço de diálogo sobre os desafios ligados à deficiência.

FAVORECER O EMPREGO E A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Uma recolha em 36 países permite saber que 24 países cobrindo 57% dos efetivos têm obrigações legais favoráveis às pessoas com deficiência. Para além destas obrigações, entidades de 8 países, cobrindo 44% dos efetivos, celebram acordos coletivos sobre a

deficiência e entidades de 16 países, ou seja 65% dos efetivos, tomam medidas favoráveis às pessoas com deficiência. Entre os países legalmente autorizados a contabilizar os trabalhadores com deficiência, 2 900 são repertoriados no Grupo repartidos em 25 países, dos quais 265 recrutamentos realizados em 12 países em 2013.

► NÚMERO DE ASSALARIADOS COM DEFICIÊNCIA

	2011	2012	2013	Recrutamentos 2013
França (nomeadamente BNP Paribas SA)	1 144 (983)	1 248 (1 088)	1 350 (1 170)	53 (45)
Bélgica (BNP Paribas Fortis)	(59)	(68)	(66)	(1)
Itália (nomeadamente BNL)	532	635 (513)	660 (520)	19 (6)
Luxemburgo (nomeadamente BGL BNP Paribas)	35	36 (27)	59 (47)	-
Europa exceto mercados domésticos	nd ^(*)	620	720	127
Resto do mundo	nd ^(*)	17	50	65
TOTAL	nd^(*)	2 624	2 905	265

(*) nd: não disponível.

Em França, a aplicação do segundo acordo deficiência do BNP Paribas SA traduz-se em 91 recrutamentos em 2 anos, a manutenção no emprego de 262 assalariados ativos (228 em 2012) e 810 acompanhamentos, um progresso de 68 %. A taxa de emprego dos assalariados com deficiência conhece uma progressão constante desde 2007, ou seja uma taxa de emprego de 3,5 % (3,1 % em 2012). A formação e as ações de sensibilização prosseguem, nomeadamente das equipas imobiliário sobre a acessibilidade e dos compradores para os futuros concursos públicos. O recurso às atividades das EA (Empresas Adaptadas) e ESAT (Estabelecimento e Serviço de Ajuda pelo Trabalho) conhece uma nítida progressão. Em Montreuil, o Banco entregou a sua portaria de empresa a um ESAT.

O BNP Paribas Personal Finance celebrou um segundo acordo por 4 anos (2014-2017) e realizou uma volta a França sobre a deficiência com Ryadh Sallem, triplo campeão europeu de basquete em cadeira de rodas e campeão da Europa de rugby-cadeira de rodas, que reuniu mais de 600 pessoas. Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis contribuiu em Duoday para favorecer o acolhimento na empresa de estudantes em situação de deficiência e criou uma página intranet específica. Em Itália, foram organizados grupos de trabalho em 4 regiões para otimizar a manutenção no emprego dos assalariados em situação de deficiência. As adaptações dos postos de trabalho de

todos os assalariados com deficiência visual foram revistos. Nos Estados Unidos, o BNP Paribas CIB organizou o Disability Mentoring Day, dia de mentoring no trabalho de estudantes e desempregados em situação de deficiência.

Ir mais longe na inclusão

Em Itália, o BNP Paribas CIB participou num projeto *Generations at workplace* com seis empresas de diferentes sectores para determinar se existem diferenças de percepções em função das gerações e compreender eventuais conflitos entre gerações. Os resultados dos grupos de trabalho internos, comparados com os das empresas participantes, foram apresentados aquando de um seminário aberto ao conjunto dos colaboradores. Permitiu uma reflexão sobre a forma de melhorar as relações entre gerações e compreender melhor como um evento pode ter uma influência sobre cada geração.

Nos Estados Unidos, o BNP Paribas CIB foi reconhecido pelo segundo ano consecutivo, como « Melhor local de trabalho para a igualdade das pessoas LGBT⁽¹⁾ » por Human Rights Campaign. O BNP Paribas obteve uma nota de 100 % na classificação.

(1) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans.

UMA GESTÃO RESPONSÁVEL DO EMPREGO

Em matéria de emprego, o BNP Paribas dá sempre a prioridade à reclassificação, encoraja um diálogo social de qualidade e confirma o seu compromisso, nos seus quatro mercados domésticos onde o tamanho e a diversidade das atividades o permitem, excluir saídas forçadas graças a uma gestão social responsável.

A GESTÃO DO EMPREGO

O Grupo confirma o seu compromisso de excluir as saídas forçadas nos 4 mercados domésticos, com a celebração de acordos, uma aplicação rigorosa do acordo europeu sobre a gestão do emprego assinada em julho de 2012 e o recurso à mobilidade interna.

Em França, primeiro acordo do Grupo sobre a gestão do emprego

Assinado a 7 de outubro de 2013 pela CFTD, a CFTC e FO com base na constatação partilhada que a adaptação contínua das empresas do Grupo a seu ambiente constitui a melhor defesa do emprego, este acordo formaliza o compromisso da política do Grupo em matéria de emprego em França. Inclui o « pacto social » que consiste em evitar qualquer saída forçada aquando das reorganizações e permitir a cada colaborador encontrar ou manter um emprego perene, se necessário através de uma mobilidade funcional em consonância com o seu percurso profissional e

➤ IDADE MÉDIA DE SAÍDA DOS FUNCIONÁRIOS DE 55 ANOS

E MAIS

	2011	2012	2013
França	60,0	60,5	60,5
Bélgica	58,4	59,7	60,4
Itália	59,5	60,1	58,8
Luxemburgo	58,4	58,7	58,7
Europa (exceto mercados domésticos)	nd(*)	nd	59,7
Resto do mundo	nd(*)	nd	60,8
TOTAL	59,4	60,2	60,2

(*) nd : não disponível.

UM DIALOGO SOCIAL DE QUALIDADE

O Grupo reforçou o seu dispositivo de recolha de informações extra-financeiras, em particular sobre o diálogo social, a diversidade, a formação e a saúde e segurança no trabalho nos 36 países abrangendo 91% do efetivo mundial. Mostra que 31 países têm representantes do pessoal e/ou representantes sindicais (incluindo os do Comité Europeu), o que abrange mais de 84% do efetivo do Grupo. Foram organizadas cerca de 3 000 reuniões oficiais no mundo entre estes representante e os seu management, que permitiram concluir um total de 214 acordos coletivos em países cobrindo 72 % do efetivo sobre assuntos tão variados como as remunerações e vantagens sociais, o emprego, a organização do trabalho, a governança do diálogo, a saúde e segurança no trabalho, a deficiência e a

as necessidades da empresa. Sublinha a importância da mobilidade interna, utiliza as margens de manobra proporcionadas pelo turnover natural e, se for caso disso, define os casos de recurso aos planos de saída voluntária. De referir aqui também a conclusão com os parceiros sociais por todas as entidades de acordos chamados « Contratos de Geração » que tratam dos recrutamentos de jovens, contratos em alternância, transformação dos alternantes em CDI, manutenção no emprego, recrutamento dos seniors e a preparação do fim de carreira.

No seio do BNP Paribas Fortis, o movimento de adaptação das organizações iniciado nos anos anteriores prosseguiu em 2013. Por conseguinte, o efetivo global diminuiu cerca de 912 colaboradores, ou seja 5%, entre 31/12/2012 e 31/12/2013, entre os quais 132 pessoas integram as sucursais do BNP Paribas S.A. em Bruxelas. Graças a uma política de mobilidade dinâmica e às medidas de pré-reforma e reforma (cerca de 507 pessoas), o BNP Paribas Fortis manteve-se presente no mercado do emprego com 276 recrutamentos (nomeadamente 25 transformações de CDD em CDI). As adaptações foram levadas a cabo no maior respeito das garantias de emprego contratuais dos acordos coletivos e da política de gestão do emprego do Grupo.

No BNL, foi realizado um mesmo movimento de recuo dos efetivos no respeito das regras sociais que o Banco se impôs e beneficiando de uma demografia favorável com 52 saídas para a reforma e 449 saídas antecipadas. Apesar desta tendência, o BNL continuou a contratar com 324 recrutamentos, dos quais 160 em CDI e 164 transformações de CDD em CDI.

diversidade. Cerca dos 2/3 destes países têm obrigações legais sobre estes temas e um bom terço das entidades destes países celebram acordos coletivos ou tomam outras medidas positivas. Entidades de 13 países celebram acordos sobre as remunerações (cobrindo 56 % dos efetivos), de 15 países sobre vantagens sociais (55% dos efetivos) e de 11 países sobre as condições de trabalho (57 % dos efetivos). Fora da Europa, Marrocos, Tunísia, Argentina, Brasil e Índia negociaram acordos colectivos em 2013, enquanto que a Argélia, o Senegal, o Chile, a China, Japão, a Ucrânia e a Turquia indicam ter igualmente representantes do pessoal e/ou representantes sindicais.

➤ **NÚMERO DE ACORDOS COLETIVOS ASSINADOS**

	2011	2012	2013
França (nomeadamente BNP Paribas SA)	73 (6)	69 (8)	90 (7)
Bélgica (nomeadamente BNP Paribas Fortis)	15 (14)	12 (10)	11 (7)
Itália (nomeadamente BNL)	56 (25)	51 (30)	46 (23)
Luxemburgo (acordo setorial)	1	1	1
Europa (exceto mercados domésticos)	nd(*)	5	34
Resto do mundo	nd(*)	10	29
TOTAL	145	148	214

(*) nd : não disponível.

Intensificação da atividade do Comité europeu

O ano foi marcado por uma atividade densa ao nível do Comité europeu e do seu escritório, reunido em Bruxelas, no Luxemburgo e em Madrid, para marcar a sua dimensão internacional. Grupos de trabalho colaboraram para finalizar um novo regulamento interno, organizar o acompanhamento do acordo europeu sobre o emprego e iniciar as negociações para um segundo acordo europeu sobre o emprego relativo esta vez à igualdade profissional.

A intensificação do diálogo social europeu justifica-se por uma atualidade carregada. As atividades em evolução das organizações de CIB, Investment Partners, Leasing Solutions, Personal Finance, Securities Services, BNP Paribas Polska e BNP Paribas Alemanha foram abordadas bem como ao nível global dos projetos Simple & Efficient e Hello bank!. Por outro lado, a apresentação do GPS permitiu aos delegados europeus compreender os mecanismos deste vasto inquérito interno anual e reagir face a certos resultados.

Na sequência da assinatura em 2012 no primeiro acordo europeu sobre o emprego, os primeiros indicadores mostram que foi lançada uma nova dinâmica que generaliza a instalação de locais de intercâmbios entre a Direção e o pessoal nos países que não estão dotados de instâncias representativas, a implementação das avaliações profissionais e das entrevistas de carreira e uma informação e concertação adequadas quando são implementadas transformações com consequências sobre o emprego. Para memória, o Comité europeu cobre 20 países num perímetro correspondendo a 65 % do efetivo total.

AGESTÃO DAS CARREIRAS

A valorização e o desenvolvimento de todos os talentos

A gestão de carreira do conjunto dos colaboradores do Grupo está no cerne do novo dispositivo dos Recursos humanos. Caracteriza-se por uma proximidade dos gestores de carreira junto das áreas de intervenção para favorecer o seu bom conhecimento das diferentes áreas de intervenção e a implementação de uma parceria entre managers, RH e colaboradores. Em 2013, foi colocada particular ênfase na:

- identificação, avaliação e desenvolvimento das competências. O novo referencial das competências comportamentais do Grupo foi difundido pela elaboração de jogo de cartas lúdico favorecendo a apropriação das competências pelos RH e os managers. Estão em curso abordagens de identificação e de avaliação das competências em diferentes entidades: BDDF, Personal Finance, BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas ;

- a mobilidade interna e a oferta de percursos diversificados. As entidades do Grupo realizam anualmente dos planos de substituição para antecipar e planificar os movimentos. Para favorecer a mobilidade transversal, de notar em 2013 a implementação de planos de substituição por fileira, nomeadamente no seio do polo Investment Solutions e das funções Grupo.

Os projetos em curso prevêem especificar a ambição do Grupo enquanto empregador e os princípios de gestão de carreira nos momentos chave que são a avaliação profissional, a manutenção de carreira, o plano de substituição, o plano de desenvolvimento pessoal, etc. Estes projetos inscrevem-se numa vontade de desenvolver e de ter em consideração as competências e os talentos de cada um à luz das necessidades do Grupo e oferecer progressões de carreira ricas e variadas ao conjunto dos colaboradores.



Atualidades do Talent Development Program

O Talent Development Program prosseguiu o seu desenvolvimento em 2013 e diz agora respeito a cerca de 3 000 colaboradores com forte potencial. A revista Talent Review Exercise recenseia desde 2012 as ações levadas a cabo pelo TDP e sublinha um aumento das iniciativas conduzidas a todos os níveis, incluindo os 3 programas de formação do Grupo Leadership for Development, Go to Lead e Share to Lead.

UMA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO COMPETITIVA

As remunerações e a sua evolução

O trabalho realizado, as competências, o envolvimento nas tarefas confiadas e o nível de responsabilidade são remunerados por um salário fixo adequado à experiência adquirida pelos funcionários e as práticas observadas para cada área de intervenção no mercado. O nível das remunerações variáveis é determinado pelos desempenhos individuais e coletivos do ano em relação a objetivos determinados. Estas remunerações variáveis assumem formas diferentes, dependendo das áreas de intervenção.

Mais geralmente, a política de remuneração do Grupo assenta sobre princípios de equidade e de transparência que se traduzem nomeadamente num processo anual mundial único, num sistema de delegação rigoroso que funciona no enquadramento de directivas do Grupo. O modo de determinação das remunerações variáveis individuais integra a avaliação do desempenho quantitativo e qualitativo em relação aos objetivos fixados, a apreciação do comportamento profissional de cada um à luz do respeito dos valores, da deontologia, do espírito de equipa, dos procedimentos do Grupo, e do contributo para o controlo de risco (incluindo o risco operacional).

Em 2013, o Grupo substituiu o seu dispositivo de atribuição de ações de desempenho em 3 a 5 anos a mais de 5 000 colaboradores chave, por um plano de participação nos lucros a médio prazo chamado ISIS (International Sustainability and Incentive Scheme) cujo pagamento será realizado em junho de 2016. A principal novidade deste plano reside no facto que cada beneficiário vê 20 % da sua atribuição condicionada ao atingimento de critérios ligados à política RSE do Grupo.

Em 2013, o Grupo mobilizou menos de 15 mil milhões de euros de despesas de pessoal, uma redução de 2,7 % relativamente a 2012 (ver nota 7

Remunerações e vantagens concedidas ao pessoal do capítulo 4).

► REMUNERAÇÃO MÉDIA ANUAL⁽¹⁾

	2012	2013
França ⁽²⁾	51 477 €	51 615 €
Bélgica (BNP Paribas Fortis) ⁽³⁾	69 023 €	69 920 €
Itália (BNL) ⁽⁴⁾	49 001 €	49 712 €
Luxemburgo ⁽⁵⁾	75 597 €	77 978 €

- (1) Dados brutos sobre o efetivo CDI em 31/12/2013 fora encargos patronais, incluindo a remuneração fixa, as comissões e a remuneração variável paga durante o ano exceto diferidos relativos aos anos anteriores, os prémios para a contratação, fora montantes pagos no âmbito da participação nos lucros e da participação.
- (2) Conjunto das entidade fora Imobiliário, numa duração de trabalho de 35h, numa base teórica 100% para os colaboradores a tempo parcial, fora colaboradores com menos de 2 anos de antiguidade e quadros dirigentes.
- (3) Fora colaboradores com menos de 2 anos de antiguidade, tempo parcial, ausentes mais de um mês durante o ano, férias sem pagamento, expatriados, destacados, membros do Comex do BNP Paribas Fortis, e dados de remunerações incluindo todos os elementos submetidos à segurança social incluindo nomeadamente diferidos pagos a título dos anos anteriores (55% dos efetivos cobertos).
- (4) Perímetro BNL S.p.A., exceto expatriados, membros do Comex do BNL e colaboradores com menos de 2 anos de antiguidade.
- (5) Com base numa duração semanal de 40 horas ; incluindo dirigentes e membros do Comex de BGL BNP Paribas.

Uma política de remuneração em conformidade com a regulamentação

Em conformidade com a directiva europeia CRD III⁽¹⁾ e com a ordem 97-02, em França, a política de remuneração do Grupo foi atualizada, a fim de assegurar uma coerência entre os comportamentos dos colaboradores cuja atividade seja suscetível de ter uma incidência sobre o perfil de risco da empresa e os objetivos a longo prazo, especialmente em questões de riscos. A implementação desta política conduziu a uma formalização reforçada da governança assente nomeadamente nos comités CRIF (conformidade, risco, finança) e uma implicação da Direção geral e do Comité das remunerações do Conselho de administração.

Isto levou a diferir para a estes colaboradores uma fração significativa das suas remunerações variáveis sobre três anos (45 % diferidos para além de

um ano para as atribuições 2013 relativas a 2012), a submeter o pagamento de cada prazo de condições de não respeito pode levar à perda parcial ou total da fração anual (sistema de « malus ») e a indexar uma parte da remuneração variável ao desempenho da ação BNP Paribas, para alinhar os interesses dos beneficiários e dos acionistas (cerca de 44 % da sua remuneração variável indexada para as atribuições 2013 relativa a 2012). As informações relativas à política e às práticas de remuneração dos membros do órgão executivo e dos colaboradores cujas atividades profissionais têm uma incidência significativa sobre o perfil de risco do Grupo no âmbito do exercício 2013 serão publicadas num relatório colocado online no website do BNP Paribas <http://invest.bnpparibas.com> antes da Assembleia geral de 14 de maio de 2014 e incluído na atualização do Documento de referência do BNP Paribas.

A ATENÇÃO DADA ÀS PESSOAS

A proteção da saúde dos colaboradores

Numa cartografia de 36 países representando 90 % dos assalariados, para além das legislações em matéria de política de saúde e segurança no trabalho que existem em todos os países europeus e numa dezena de países fora da Europa (representando 75% do efetivo Grupo), das entidades em 11 países celebraram acordos sobre a saúde e a segurança dos assalariados (cobrindo 51 % do efetivo) e em 18 países tomam medidas protetoras. Em mais de 30 países, entidades adotaram um sistema de proteção social, de seguro de vida ou invalidez favorável ao conjunto dos colaboradores (63 % a 79 % do efetivo) ou por vezes dos managers.

Os acidentes do trabalho, a sua frequência, a sua gravidade e as doenças profissionais

Dos 29 países que reportaram os acidentes do trabalho, contamos 1 216 acidentes em 17 países cobrindo 75 % do efetivo, ou seja uma taxa de frequência⁽¹⁾ de 3,2 e uma taxa de gravidade não significativa. Nos mercados domésticos, houve 481 acidentes do trabalho em França, para uma taxa de frequência de 2,9 (563 e 3,2 em 2012) ; 388 na Bélgica, com uma taxa de frequência de 8,1 (381 e 7,9 em 2012) ; 166 em Itália, com uma taxa de frequência de 3,5 (279 e 5,6 em 2012) e 3 no Luxemburgo ou seja uma taxa de frequência de 0,5 (e uma melhor tomada em consideração dos dados contra 84 em 2012). Não há casos de doença profissional significativos identificados.

As políticas de saúde e de segurança no trabalho

Em 35 países existe uma política de intervenção sanitária em urgência. Entidades de 35 países têm ações, formações ou medidas de sensibilização ao stress e sobre os riscos psicossociais, cobrindo 80% do efetivo. Muitos desenvolvem ações de prevenção ou de sensibilização sobre a nutrição, a ergonomia ou melhoramento do ambiente de trabalho, para todos os colaboradores (90 % do efetivo) ou por vezes dos managers.

Prevenção dos riscos psicossociais

Em França, em 5 anos, mais de 46 000 colaboradores fizeram o teste do Observatório Médico do Stress, da Ansiedade e da Depressão (OMSAD) nomeadamente 7 892 em 2013. Um médico ouvinte e o Serviço de Saúde no Trabalho do BNP Paribas recebem os assalariados em dificuldade, que também têm o apoio de 34 assistentes sociais. Na Bélgica, um módulo e-learning, fichas práticas e um piloto de dois dias permitem sensibilizar os managers. É dispensado um questionário aos assalariados aquando dos exames médicos periódicos para detetar os riscos psicossociais e analisá-los. Em Itália, na sequência da avaliação de 2012, o BNL melhorou a gestão dos riscos ligados ao stress com o Centro de escuta e de aconselhamento sobre o stress no trabalho, acessível a todos os assalariados. No Luxemburgo, um programa de formação sobre a gestão do stress foi inaugurado para responder às preocupações dos colaboradores, nomeadamente da rede. Alia conferências, vídeos, assistência individualizada e juntou cerca de 600 colaboradores.

Consideração dos problemas de saúde pública

Em França, o Serviço de Saúde no Trabalho do Grupo prossegue a despistagem dos fatores de risco, nomeadamente cardiovasculares, do diabetes e do cancro colo-rectal para os colaboradores com

mais de 50 anos. Organiza dias de prevenção, realiza uma revista trimestral e dispensa uma formação de salvadores socorristas do trabalho. É organizada uma visita médica anual para os colaboradores com mais de 55 anos. Na Bélgica, são desenvolvidas ações sobre a prevenção da obesidade, a diabetes e a promoção de uma alimentação são com conselhos individualizados e brochuras distribuídas aquando das consultas médicas. Foram realizados um milhão de exames preventivos cardiovasculares. É mantido um contacto médico confidencial com os colaboradores que sofrem de uma doença de longa duração que permite acompanhar as causas ligadas ao trabalho e facilitar o regresso. Em Itália, o BNL tem duas ações de proteção saúde: uma cobre todos os assalariados e prevê um check-up anual; o outro é obrigatório para 2 tipos de populações: um exame todos os 5 anos para todos os assalariados que trabalham no ecrã e um todos os 2 para o pessoal de noite ou que trabalha com barulho. No Luxemburgo, conferências que juntaram 335 participantes sensibilizaram os colaboradores para as adições ligadas a um mau uso da Net.

Prevenção dos riscos profissionais

Em França, a política de prevenção dos riscos profissionais é objeto de medidas adaptadas, em ligação com as parcerias sociais. Foram criados serviços de saúde no trabalho interbancários para os colaboradores em Lille e em Marselha. O acompanhamento dos assalariados vítimas de agressão mantém-se, com as urgências médicas de Paris. Na Bélgica, os exames legais de vigilância da saúde, na altura da contratação e periódicos, forma realizados em mais de 6 000 colaboradores, assim como 1 000 exames espontâneos de colaboradores em dificuldade consultados. Em matéria de ergonomia, o acento foi posto nos shared workplaces e free seating, e conselhos individualizados aos colaboradores ou managers. A agência DNV (Det Norske Veritas) certificou a conformidade do sistema de management da Saúde e Segurança no Trabalho de BNL com as norma italianas do INAIL (Istituto Nacional para o Seguro contra os acidentes do trabalho). O management e a implantação de um sistema destes requiere o apoio e a implicação de todos e a ativação dos dados no sistema de management criado na intranet. No Luxemburgo, 6 pessoas diplomadas asseguram o acompanhamento dos riscos identificados, a sua prevenção, a atualização dos controlos, registos, relatórios e acompanhamento dos postos de riscos. Por outro lado, o BNP Paribas Luxemburgo organiza formações intra-empresa para cerca de 300 colaboradores sobre a prevenção dos riscos profissionais, dos distúrbios físicos ligados às atividades de escritório, a gestão das situações de crise (hold-up), segurança, socorrismo e gestão do stress.

Assédio e violência no trabalho

Em França, o acordo « assédio e violência no trabalho » celebrado em 2011 está disponível na intranet. Em França e na Bélgica, os médicos do trabalho, enfermeiros e assistentes sociais colaboram na prevenção e na intervenção de urgência em caso de assédio ou de violência no trabalho e uma assistência às vítimas de hold-up e outros actos de violência na agência é assegurada em permanência. Em Itália, qualquer colaborador do BNL, vítima ou testemunha de assédio no trabalho, pode dirigir-se, para além do seu superior direto, a uma caixa de alerta dedicada. Este procedimento permite iniciar um processo de verificação dos factos e de proteção imediata das pessoas. É igualmente possível dirigir-se ao «Centro de escuta e de aconselhamento sobre o stress no trabalho». No Luxemburgo, uma carta contra o assédio moral implementada em 2005 prevê um quadro paritário aliando escuta e solução construtiva face a estas situações

(1) A taxa de frequência corresponde ao número de acidente por um milhão de horas e a taxa de gravidade, de 0,05, ao número de dias perdidos por 1 000 horas.

Vantagens sociais em matéria de proteção social, de reforma, de poupança e de participação nos lucros

Para além dos dispositivos legais e convencionais, segundo as regulamentações e práticas dos países nos quais o Grupo está implantado, os colaboradores podem beneficiar de uma cobertura social complementar cobrindo as suas despesas de saúde e as das suas famílias que lhes assegura uma proteção de alto nível, de planos de pensão com contribuições definidas (ver Demonstrações de resultados nota 7 – Remunerações e vantagens concedidas ao pessoal) que, durante a sua vida profissional, lhes permitem constituir um capital para a sua reforma complementar das eventuais pensões pagas pelo regimes locais obrigatórios e de sistemas coletivos de participação dos lucros visando associá-los ao desempenho coletivo. Fora de França, mais de três quartos dos assalariados das entidades com mais de 150 assalariados beneficiam de uma cobertura médica, mais de metade são cobertos em caso de invalidez de curta duração e a maioria dos assalariados do Grupo beneficiam de um regime de reforma por capitalização que se junta às pensões asseguradas pelos regimes nacionais.

Também existem no seio do Grupo dispositivos de vantagens sociais *à la carte* (flexible benefits) permitindo aos assalariados definir, numa certa medida, o seu nível de cobertura num conjunto de vantagens propostas. Em 2013, o BNL implementou o seu plano de participação nos lucros, um plano de vantagens sociais flexíveis que permite aos colaboradores receber, numa base voluntária, uma parte da sua participação nos lucros (40%) sob forma de ajuda médica, plano de pensão, aulas particulares ou formação para elas ou para a sua família. Em França, o Grupo associa os colaboradores ao desempenho no quadro dos dispositivos de participação e de participação nos lucros e, respetivamente, 102,5 milhões de euros e cerca de 140 milhões de vão ser pagos aos 67 000 colaboradores, contra 138 milhões de euros e 145 milhões de euros em 2012. Por outro lado, o Grupo acompanha os esforços de poupança voluntária dos assalariados através de planos de poupança (PEE e PERCO) com um reforço acumulado de 50,5 milhões de euros em 2013. No BNP Paribas Fortis, uma parte da remuneração variável dita « coletiva » está ligada ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, como a satisfação do cliente, a promoção da diversidade, a melhoria do bem-estar no trabalho, a consciência do risco e a conformidade e a redução do impacto negativo do banco sobre o ambiente. No Luxemburgo, nada está previsto na legislação local, no entanto, em 2013, o Grupo pagou aos assalariados não-quadros um prémio de participação nos lucros num total de cerca de 4,3 milhões de euros.

Em finais de 2013, a percentagem de detenção direta ou indireta do capital pelos assalariados do Grupo ascende a 5,4 % (6,1 % em finais de 2012).

Promover e respeitar as convenções fundamentais da OIT sobre os Direitos Humanos

Através da Declaração do BNP Paribas relativa aos Direitos Humanos assinada em 2012, o Grupo compromete-se a assegurar o respeito dos Direitos Humanos no seio da sua esfera de influência: colaboradores, fornecedores, clientes e comunidades. O BNP Paribas promove e respeita a dignidade e os direitos dos seus colaboradores pela aplicação de uma política de recursos humanos empenhada e responsável. Os colaboradores devem também exercer e respeitar as normas relativas aos Direitos Humanos no quadro das suas atividades profissionais. Para o efeito, o BNP Paribas estabeleceu um Código de Conduta que se aplica a todos os colaboradores.

O BNP Paribas efetua uma revista anual dos países de risco em matéria de respeito dos direitos humanos ⁽¹⁾. Em 2013, o BNP Paribas está presente em 10 países de risco representando 5,2 % do seu efetivo total, e em 20 países em situação preocupante, ou seja 15,6 % do seu efetivo total, relativamente estável em relação a 2012 (4,8 % e 16,2 %). Por outro lado, em 82 % do efetivo mundial, foram identificados quatro assalariados com menos de 18 anos mas mais de 16 anos.

Na linha destas ações, a Direção dos Recursos Humanos realizou uma cartografia da situação dos colaboradores em matéria de direitos humanos em 36 países, sendo o objetivo de identificar as forças e fraquezas das entidades nas suas diferentes implantações. Refere-se à liberdade de associação e de negociação coletiva, a não-discriminação e a igualdade de tratamento, eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, a saúde e a segurança no trabalho e os contratos de subcontratação. Foi realizada uma ação de sensibilização juntos dos senior managers dos Recursos humanos. Para mais informações, (ver capítulo 7, parte 4 - III O respeito dos princípios diretores da ONU sobre os Direitos Humanos).



Facilitar a parentalidade

Os eventos organizados no seio do Grupo para promover e valorizar a parentalidade na empresa estão em constante progressão. Em França, por ocasião da Semana da parentalidade, foram propostos três ateliers-conferências sobre « Trabalhar e ser pai » e « Guarda ao domicílio, guarda partilhada e assistência materna: o que escolher? », com o objetivo de oferecer aos colaboradores ferramentas que lhes permitam enfrentar serenamente a sua parentalidade. Em novembro, o BNP Paribas Luxemburgo organizou o seu primeiro Salão da parentalidade dedicado aos colaboradores que desejam evoluir no seu trabalho e no seu papel de pai. Puderam conhecer especialistas e participar em ateliers sobre a infância, a adolescência e a igualdade pai/mãe. Estavam igualmente presentes a creche de empresa « les Petits Loups », Cardiff Luxembourg - e a sua oferta Optikids - e os Recursos Humanos que propuseram medidas e oportunidades para preservar o equilíbrio vida privada/vida profissional. Várias entidades Investment Solutions e Wealth Management, Investment Partners, BNP Paribas CIB ITO e CIB Itália propuseram dias lúdicos « les enfants au bureau » cujas atividades propostas aos colaboradores e aos seus filhos tiveram grande sucesso.

7.4 Responsabilidade cívica : lutar contra a exclusão e promover a educação e a cultura

O BNP Paribas é um agente empenhado na sociedade: dá o seu apoio a numerosas iniciativas em prol da luta contra a exclusão, da educação e da cultura.

No quadro da sua responsabilidade cívica, o Grupo utiliza assim todas as alavancas de que dispõe, enquanto banqueiro, empregador e mecenas, para favorecer um desenvolvimento sustentável e harmonioso da sociedade.

Estas ações são conduzidas em coerência com os seus três compromissos:

- compromisso 7: a luta contra a exclusão e o apoio ao empreendedorismo social;

- compromisso 8: uma política de mecenato orientada em torno da educação, da saúde, da cultura e da

- compromisso 9: o respeito dos princípios diretores da ONU sobre os Direitos Humanos.

As informações apresentadas neste capítulo foram recolhidas pela Delegação à RSE através dos pedidos específicos dirigidos às funções, linhas áreas de intervenção ou territórios do Grupo, a através da exploração de ferramentas de gestão interna do Grupo. Quando o perímetro coberto por uma informação difere do conjunto do Grupo BNP Paribas, é então especificado.

A LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL E O APOIO AO EMPREENDEDORISMO

O BNP Paribas está empenhado há largos anos na luta contra a exclusão social e financeira. O Grupo desenvolve também numerosas ações pelo mundo, com vista a apoiar o empreendedorismo social, promover a educação financeira e favorecer o acompanhamento dos clientes frágeis. Em França, o Banco implica-se nas zonas urbanas sensíveis.

LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO

O apoio ao empreendedorismo social e a microfinança

O empreendedorismo social

Em 2013, o BNP Paribas voltou a reforçar o seu apoio ao empreendedorismo social e à microfinança. O Grupo optou voluntariamente por uma abordagem proactiva relativamente a este setor em forte crescimento (+ 23 % de empregos em França entre 2000 e 2010 contra + 7 % no setor privado) caracterizado pelo seu importante impacto na criação de empregos não deslocalizáveis e no reforço do tecido social.

Entidades privadas, de tamanho e de formas jurídicas variadas, as empresas sociais visadas acumulam as especificidades seguintes:

- o seu objetivo social é mais importante que o seu objetivo financeiro;
- a sua missão social pode ser a inserção de pessoas vulneráveis ou a produção de bens e serviços sociais ou ambientais destinados a populações frágeis;
- a maioria dos benefícios é reinvestida na empresa.

Fornecem soluções eficazes e inovadoras a um grande número de problemas económicos, sociais e ambientais: acesso aos cuidados, à energia, ao alojamento, inserção ...

Para melhor acompanhar estas empresas, o BNP Paribas desenvolveu ferramentas específicas e adaptou os seus serviços:

- as diferentes redes de banco de retalho dispõem agora de grelhas de qualificação para identificar facilmente os empreendedores sociais e meios de análise do seu perfil de risco graças a uma política específica de crédito. Por outro lado, cada rede desenvolve uma abordagem deste segmento adaptada ao seu mercado.

Em França por exemplo, uma rede de correspondentes dedicados às empresas sociais está progressivamente a instalar em centros de negócios e as casas dos empreendedores. Assim, cada empreendedor social será acompanhado por um único conselheiro. Formado para as especificidades do seu estatuto e conhecendo as necessidades que daí resultam, poderá responder a todas as questões, quer no âmbito da gestão diária da sua conta, quer na procura de financiamento a longo prazo;

- a assinatura de uma convenção de parceria entre a Fundação BNP Paribas e France Active vem reforçar a ação do Grupo em prol dos empreendedores sociais. Graças ao apoio anual de 100 000 euros concedido durante 3 anos pela Fundação, France Active vai poder ajudar criadores de empresas com menos de 26 anos desempregados. Não só beneficiarão de um prémio de arranque de 2 000 euros para consolidar a sua contribuição pessoal mas também do apoio da rede e de 40 fundos territoriais de France Active.

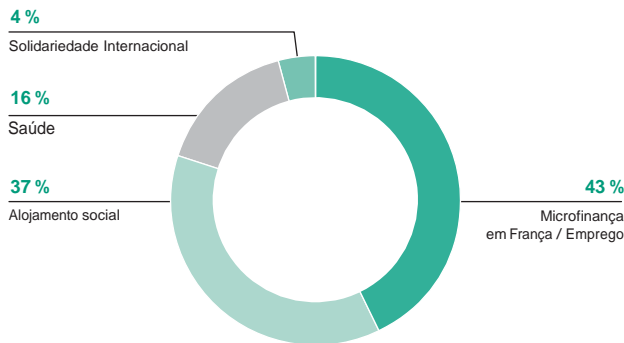
O BNP Paribas também participou na recolha de fundos de IMPACT Partenaires de 3 milhões de euros. Este fundo investe em sociedades criadoras de emprego em zonas economicamente desfavorecidas e/ou cujo responsável de projeto é um empreendedor que viveu muito tempo nestas zonas.

O apoio ao empreendedorismo social traduz-se igualmente no crescente sucesso dos produtos de poupança investidos em empresas sociais. Quer se destinem a particulares, banca privada ou poupança salarial, existem produtos específicos que permitem a cada um apoiar os empreendedores sociais: sicav investidas entre 5 % e 10 % em empresas sociais, instituições de microfinança ou

empresas sociais, instituições de microfinança ou dos fundos ES, Fundo Comum de Investimento de Empresa integrando igualmente entre 5 % e 10 % de investimento solidário. Terceiro ator francês no setor da poupança salarial, o Paribas viu os seus ativos solidários aumentar 44 % em 2013. As evoluções regulamentares esperadas no quadro da lei sobre a economia social e em curso de discussão no Parlamento deveriam permitir acelerar ainda este fenómeno.

Em 3 anos, os investimentos solidários nos FCPE aumentaram 313 % e número de contrapartidas passou de 3 para 10.

► **DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DOS INVESTIMENTOS SOLIDÁRIOS BNP PARIBAS INVESTMENT PARTNERS POR DOMÍNIO DE AÇÃO SOCIAL EM FINAIS DE 2013**



Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis lançou o Empréstimo Cidadão. Este novo produto permite aos particulares colocarem a sua poupança num suporte com capital garantido cujo montante será investido em projetos com fins socioeconómicos ou socialmente responsáveis (construção ou renovação de escolas, hospitais, casas de repouso, centros culturais ou infraestruturas desportivas públicas...). As somas recolhidas podem igualmente ser utilizadas para financiar pequenas e médias empresas.

O apoio ao empreendedorismo é igualmente uma preocupação dos nossos grandes clientes corporate. Para melhor compreendê-los e portanto acompanhá-los, o CIB organizou a 2 de julho de 2013 uma conferência sobre o tema « Como servir a base da pirâmide ». Este evento evidenciou os modelos inovadores desenvolvidos por Danone, GDF Suez, Orange e Total ao serviço dos 4 mil milhões de indivíduos mais pobres. Estas grandes empresas desempenham também um papel de laboratórios para atividades com duplo objetivo: melhorar o futuro das populações desfavorecidas desenvolvendo simultaneamente uma atividade economicamente rentável.

Por fim, o BNP Paribas comprometeu-se em 2012 a triplicar o volume de operações de subcontratação levadas a cabo com as empresas do setor protegido

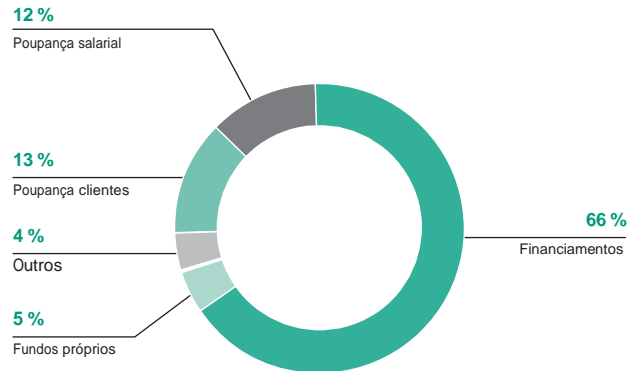
e adaptado (ESAT e EA) entre 2012 e 2015. Em 2013, este volume foi aumentado em 50 %.

A microfinança

A atividade de microfinança prosseguiu o seu desenvolvimento durante este ano de 2013, com a validação pelo Comité Executivo do Grupo, de uma estratégia à medida dos desafios atuais. O contexto económico difícil tornou ainda mais necessário o desenvolvimento deste setor que oferece respostas às necessidades de uma crescente população marginalizada. A nova estratégia implementada assenta no financiamento direto de instituições de microfinança (IMF) nos países de implantação do Grupo, quer sejam maduros (França, Bélgica, Itália, Reino Unido) ou emergentes (Brasil, China, Costa do Marfim, Índia, Marrocos, Polónia, Rússia, Senegal, Tunísia, Turquia, e Vietname). Nos outros países, o apoio ao setor assenta mais no financiamento através dos fundos de microfinança. Esta estratégia resultou num crescimento dos

compromissos relativamente a 2012 tanto nos países emergentes (+ 26 %) como nos países maduros (+ 173 %); o apoio do Grupo totalizava em finais de 2013, 131,6 milhões de euros, segundo a repartição seguinte:

► **APOIO DO GRUPO BNP PARIBAS À MICROFINANÇA EM 31/12/2013**

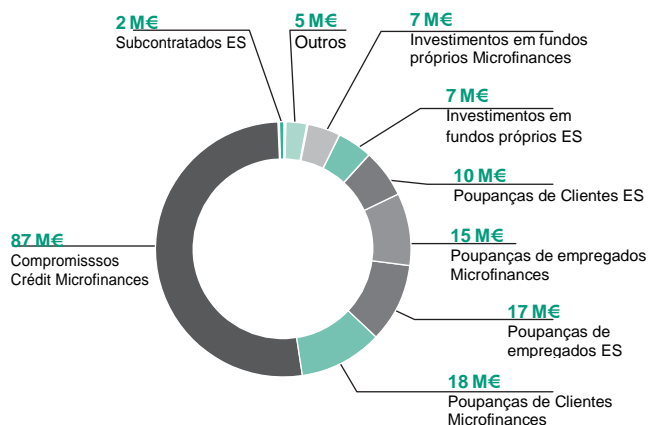


O financiamento do setor (direto ou através dos fundos) atingiu 87 milhões de euros, ou seja 2/3 do apoio total do Grupo à microfinança. O Grupo financiou 30 instituições de microfinança em 19 países, nomeadamente 26 instituições em 15 países emergentes, o que representa cerca de metade dos financiamentos totais. Pela primeira vez em 2013, novos países- a Polónia e o Vietname – entraram na carteira de financiamentos ao lado de países onde o Grupo está historicamente ativo (nomeadamente Brasil, China, Costa do Marfim, Índia, Marrocos, Rússia, Tunísia... para além dos seus mercados domésticos). No total, graças a estes financiamentos, mais de 150 000 micro-empreendedores acederam a um microcrédito, entre os quais mais de 75 % de mulheres.

Em 2013, o BNP Paribas Fortis financiou em dívida para 7,5 milhões de euros o fundo de microfinança Rural Impulse Fund II. O Grupo contribui assim para o financiamento do IMF e o desenvolvimento de serviços financeiros nas zonas rurais desfavorecidas e isoladas de 26 países emergentes.

No total, o apoio do Grupo à microfinança e ao empreendedorismo social (exceto créditos ao empreendedorismo social) ultrapassa 168 milhões de euros em finais de dezembro de 2013, ou seja uma aumento durante o ano de mais de 60 %. O BNP Paribas comprometeu-se a prosseguir esta dinâmica com um objetivo 200 milhões de euros até 2015.

► **APOIO DO GRUPO BNP PARIBAS À MICROFINANÇA E AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL (EXCETO CRÉDITOS) EM 31/12/2013**



Melhorar a formação ao público sobre os contextos financeiros :

A educação financeira demonstrou a sua eficácia na luta contra o sobreendividamento e favorecer o desenvolvimento económico. Em 2013, os colaboradores do BNP Paribas comprometeram-se novamente fortemente, participando na conceção dos conteúdos e ferramentas pedagógicas, ou ainda ao formar o público.

Em 2013, mais de 230 000 pessoas puderam assim aceder a estes programas, não só nos mercados domésticos como também na Alemanha, em Espanha, nos Países Baixos, nos Estados Unidos, na Índia ou ainda em Singapura.

Em certos países, tendo em conta as prioridades, a educação financeira centra-se nas populações consideradas sensíveis, como os jovens ou as pessoas frágeis:

- na Turquia : a TEB Family Academy tem por vocação ajudar as famílias a gerir o seu orçamento propondo cursos de educação financeira no seio das agências. Os participantes podem aprender como utilizar um cartão de crédito, pedir emprestado e utilizá-lo de forma prudente, programar melhor os seus gastos ou ainda poupar nas melhores condições;
- em Espanha: o BNP Paribas Cardif fez uma parceria com Norte Joven (associação de educação financeira e económica orientada para as crianças em situação de exclusão). Trinta colaboradores BNP Paribas Cardif implicaram-se e contribuíram para formar 581 pessoas;
- no Luxemburgo, o programa « Startin' Finance » envolveu mais de 1 100 alunos do liceu durante o ano escolar 2012-2013. Declinou-se sob a forma de visitas guiadas, apresentações das áreas de intervenção (marketing, mercado monetário, recursos humanos ...), de ateliers interativos ou de intervenções em cursos;
- na Índia, o programa de educação financeira de BPSS permitiu a 100 mulheres empreendedoras em meio rural formarem-se por exemplo em auditoria ou em gestão do desempenho.

Noutros países, onde a educação financeira está enraizada há muito tempo nas práticas, diz respeito a todos os públicos.

Em França, a Fundação Cetelem para a educação orçamental prosseguiu a sua missão de desenvolvimento e de promoção da educação orçamental. Inscreve-se no prolongamento da área de negócio do BNP Paribas Personal Finance e do seu compromisso em prol de um crédito responsável. Assim, a Fundação Cetelem constrói ferramentas de formação destinadas aos formadores de associações ou de instituições parceiras com elas implicadas na educação orçamental. Oferece-lhe também um acompanhamento pedagógico e um apoio financeiro na implementação dos programas. Em 2013, foram mais de 7 500 jovens (do liceu, jovens em inserção, aprendizes) ou adultos em dificuldade em França que puderam beneficiar desta sensibilização.

Por seu lado, o BNP Paribas Cardif, lançou uma nova parceria de 3 anos com « Empreender para aprender », uma federação de associações que tem por vocação favorecer o espírito empreendedor dos jovens, e desenvolver as suas competências empresariais ao ritmo das idades. Fornecem um apoio duplo, conjugando o apoio financeiro e o mecenato de competências. Em 2013, 42 colaboradores implicaram-se ao longo do ano escolar no apadrinhamento de empresas.

Em Itália: através do seu programa EduCare, o BNL disponibiliza um conjunto de cursos de educação orçamental destinada a clientes e não-clientes para os tornar mais conscientes das suas escolhas financeiras. Evoluindo regularmente, EduCare acrescentou em 2013 um foco no digital e dispensou cursos fora das suas agências em novos locais

estabelecendo colaborações externas, nomeadamente com as livrarias Feltrinelli e Wired. Desde 2008, 64 000 pessoas e cerca de 4 000 empresas participaram em mais de 3 500 eventos organizados por todo o país. Paralelamente, desde 2011, Findomestic desenvolveu para o grande público o seu programa de educação para as finanças e para os seguros disponível no website PerCorsi. Os seus módulos tiveram mais de 10 000 visionamentos. Por outro lado, após uma primeira experiência em 2012, Findomestic organizou em 2013 dois dias de educação financeira em 72 centros clientes; um intitulado « Os Financiamentos e os Seguros », o outro « Os modos de pagamento e o e-comércio ».

Nos Estados Unidos, Bank of the West (BoW) disponibiliza agora 9 programas de educação para todas as idades. Em 2013, 450 colaboradores voluntários intervieram em associações para sensibilizar mais de 12 000 pessoas, nomeadamente através de: um programa de educação financeira « Hope » desenvolvido na Califórnia e noutros Estados o BoW está presente; um livro de educação financeira The Three cups que sensibiliza as crianças no final da primária para o valor do dinheiro; uma peça de teatro Made about money destinada aos jovens adolescentes; um programa televisivo Moneywise Empowerment Tour. Desde 2005, o BoW também desenvolveu um programa destinado aos seniors : « Elder Financial Protection Network » oferece seminários sobre o tema da proteção contra as fraudes.

O « PROJET BANLIEUES » : UM COMPROMISSO FORTE EM FRANÇA

Muito empenhado junto dos particulares e das empresas nos grande aglomerados, o BNP Paribas também fez beneficiar os seus arredores de uma parte importante da sua criação de empregos desde há 15 anos: o Grupo tornou-se, nomeadamente, no primeiro empregador privado de Seine- Saint-Denis.

Paralelamente, através do seu Projet Banlieues, o BNP Paribas envolve-se ao lado dos agentes – associações, estabelecimentos escolares, fundos de investimento solidários, etc. – que trabalham para criar alavancas económicas e sociais nas periferias e, particularmente, nas zonas urbanas sensíveis. Lançado em 2006 pela Fondation BNP Paribas, em coordenação com a rede da banca em França, o Projet Banlieues articula-se em redor de três domínios de intervenção: a criação de empresas e a inserção profissional; o apoio à educação; o apoio a ações de proximidade. Reconduzido em 2012, este projeto está presentemente dotado de um orçamento anual de 4,5 milhões de euros.

A criação de empresas e a inserção profissional

O dispositivo do Projet Banlieues em prol da criação de empregos traduz-se no apoio a quatro agentes de primeiríssimo plano:

A Adie (Associação pelo direito à iniciativa económica), da qual o BNP Paribas é parceiro desde 1993 e que ajuda os excluídos do sistema bancário e os desempregados a criar a sua empresa. Em 2013, a Fondation BNP Paribas apoiou a Adie com 1,15 milhões de euros. O Grupo tornou-se mesmo o primeiro parceiro da associação, com mais de 6,5 milhões de euros de subvenções desde 2006 e um montante total de 13,7 milhões de euros de linhas de crédito no final de 2013. Desde 2006, a Adie abriu 15 novas agências de microcrédito em território francês. Mais de 7.000 microcréditos foram assim celebrados, permitindo a criação de mais de 4.700 empresas na totalidade dos locais envolvidos, representando a criação de mais de 6.000 empregos suplementares. A este dispositivo juntam-se numerosas outras ações do BNP Paribas

em prol da Adie, como o programa "Empenhados conjuntamente pelo emprego", estabelecido com a rede de agências do BNP Paribas em França, ou ainda o voluntariado dos funcionários reformados do BNP Paribas e Cetelem ;

- A rede *Initiative France*, que financia e acompanha a criação/retoma de empresas em França e cujas plataformas de criação de empresas inovadoras são doravante suportadas pelo BNP Paribas e a sua Fundação ;
- o BNP Paribas contribui igualmente para IMPACT Partenaires com 3 milhões de euros (mais informações na secção I-1 do Documento de referência: a luta contra a pobreza e a exclusão) ;
- por fim, no início de 2014, o BNP Paribas decidiu atribuir a France Active um apoio adicional de 100 000 euros por ano durante três anos (mais informações na secção I-1 do Documento de referência: A luta contra a pobreza e a exclusão).

O apoio a acções de proximidade

As relações de trocas e de proximidade estão no coração do mecenato de solidariedade do BNP Paribas. Testemunha disso é o elemento "Iniciativas locais" do

Projet Banlieues. Graças ao envolvimento da sua fundação como da sua rede de agências e dos seus colaboradores, cerca de 300 associações de bairro foram apoiadas desde 2006, das quais 105 no ano de 2013.

Todos os projetos acompanhados são conduzidos por associações sem fins lucrativos e têm como objetivo a melhoria da situação de pessoas desfavorecidas, através da educação, da formação profissional e da vida em conjunto. As ações apoiadas inscrevem-se na vida do bairro respondendo nomeadamente a problemáticas bem identificadas, próprias do bairro, ligado ao ambiente ou à população local.

Educação: favorecer a igualdade de oportunidades

Para o BNP Paribas, a educação e a partilha do conhecimento é um fator de maior igualdade de oportunidades. A Fundação BNP Paribas apoia há vinte anos as iniciativas em prol da educação, através de iniciativas locais do Projeto *Banlieues* mas também ao lado de atores chave, como a Afev para o acompanhamento escolar de crianças em dificuldade. A Fundação BNP Paribas também criou em 2009 o programa de mecenato « Odyssee Jeunes », apoiando a realização das viagens escolares dos alunos da região de Seine-Saint-Denis (93), em ligação com o Conselho geral do departamento.

UMA POLÍTICA DE MECENATO ORGANIZADA EM TORNO DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE, DA CULTURA E DA SOLIDARIEDADE

O BNP Paribas trabalha muito concretamente para fazer coexistir desempenho e responsabilidade social. Não só no exercício quotidiano das suas áreas de intervenção, mas também por ações de mecenato, que envolvem cada vez mais colaboradores no mundo.

UMA POLÍTICA DE MECENATO ESTRUTURADA E FEDERADORA

O Grupo BNP Paribas, pela sua dimensão internacional, implementa à escala mundial uma política de mecenato estruturada e coerente. Este compromisso filantrópico é conduzido pela Fundação BNP Paribas que coordena os programas em torno de cinco campos de ação, desenvolvidos em todos os países onde o Grupo está presente:

- cultura: preservar e valorizar o património; encorajar a expressão artística;
- solidariedade: lutar contra a exclusão e as discriminações; encorajar o voluntariado dos assalariados;
- educação: apoiar a escolarização, a inserção profissional, o acompanhamento escolar e a transmissão de conhecimento;
- saúde: financiar programas de investigação médica nos sectores de ponta;
- ambiente: apoiar programas em coerência com a política RSE do Grupo em prol da investigação sobre as alterações climáticas.

Uma governança estruturada

Por um lado, 15 fundações/fundos no seio do Grupo:

- 1 fundação histórica: a Fundação BNP Paribas, sob a égide da Fondation de France, encarregada da coerência do Mecenato do Grupo. É presidida por Michel Pébereau ;
- 11 fundações nos países: Bélgica, Brasil, Bulgária, Itália, Luxemburgo, Marrocos, Polónia, África do Sul (Cadiz Foundation), Suíça, Estados Unidos (Bank of the West & First Hawaiian Bank Foundations);
- 1 fundação de marca: Fundação Cetelem ;
- 1 fundo « Urgência & Desenvolvimento », dedicado às vítimas de catástrofes humanitárias;
- 1 fundo de dotação regional: Fundo de dotação BNP Paribas Banque de Bretagne.

Por outro lado, o mecenato do BNP Paribas é reforçado por programas iniciados por entidades e áreas de intervenção do Grupo para as grandes regiões do mundo: África, Europa, América, Ásia- Pacífico, Médio Oriente.

Os números chave do mecenato 2013

Foram levados a cabo 3 547 projetos, representando um orçamento de 40,5 milhões de euros, dos quais:

- 15,04 milhões de euros para a solidariedade (37 %);
- 11,97 milhões de euros para a educação (30 %);
- 9,01 milhões de euros para a cultura (22 %);
- 2,92 milhões de euros para a saúde (7 %);
- 1,56 milhões de euros para o ambiente (4 %).

Solidariedade: lutar contra as exclusões

As ações de solidariedade da Fundação BNP Paribas, e de todos os atores do mecenato do Grupo pelo mundo, declinando-se de acordo com quatro eixos: desenvolver a economia social e solidária, encorajar as ações de proximidade, apoiar a luta contra a grande precariedade, estar ao lado dos assalariados do Grupo envolvidos no meio associativo.

- Em 2013, a Fundação BNP Paribas prosseguiu o seu compromisso junto dos *Restos du Cœur* ao financiar a modernização do seu sistema informático. Para além deste apoio financeiro, (450 000 euros em três anos), o BNP Paribas comprometeu-se a oferecer aos centros de acolhimento dos Restos du Cœur 4 500 computadores em três anos. Este material é reciclado e reconfigurado graças aos seus ateliers e campos de inserção (ACI). Por fim, a associação de Voluntariado de Competência e Solidariedade do BNP Paribas (BCS) participa na formação informática dos voluntários dos Restos du Cœur.
- A Fundação BNP Paribas está envolvida desde 2012 e por 3 anos no Samusocial de Paris. Ator emblemático da luta contra a grande exclusão, as suas equipas presentes todo o ano e sem interrupção nas ruas de Paris conhecem as pessoas em grande sofrimento físico e social, ao ritmo de várias missões durante a noite e um durante o dia. Face ao aumento do número de pessoas sem abrigo, a Fundação BNP Paribas financia integralmente o funcionamento a missão de dia, por um montante de 150 000 euros por ano.

O apoio à educação

A educação é um dos eixos fortes da política de mecenato da Fundação BNP Paribas e de todos os atores do Mecenato do Grupo pelo mundo.

- Em 2013, a Fundação BNP Paribas prosseguiu o seu programa *Odyssee Jeunes*. Dotado de um orçamento de 7 milhões de euros em cinco anos (2009-2014), permite a alunos de Seine-Saint-Denis (93), realizarem viagens escolares em colaboração com o Conselho geral do departamento. Cada subvenção a uma escola pode atingir 10 000 euros. Desde 2009, mais de 27 000 alunos beneficiaram desta ação. Numa preocupação de clareza, a Fundação BNP Paribas publicou em 2013 a síntese de um estudo qualitativo para identificar e avaliar o impacto destas ações desenvolvidas no terreno em favor dos jovens. Um website - www.odyssee-jeunes.com - permite consultar a qualquer momento os números chave e os concursos de projetos do programa.

- A Fundação BNP Paribas é igualmente parceira da Associação da Fundação estudante da cidade (Afev). Durante o ano escolar 2012-2013, cerca de 7 600 jovens de 5 a 18 anos beneficiaram de um acompanhamento escolar individual de duas horas por semana graças à Afev.
- O programa de mecenato *Smart Start* oferece a jovens em situação precária um acesso à cultura através da prática artística. Iniciada em 2012, esta ação de mecenato ganhou em 2013 uma dimensão internacional com projetos desenvolvidos na Europa e na Ásia. Cada um destes programas beneficia de um acompanhamento e de uma forte implicação da equipa local do BNP Paribas.

Saúde : financiar a investigação e acompanhar os doentes

O compromisso do BNP Paribas no domínio da investigação médica e no esforço de prevenção visa simultaneamente apoiar as equipas de investigadores e organizar campanhas de prevenção, tal como a luta contra o paludismo. Este compromisso está no cerne da ação das fundações do Grupo, mas também das filiais e das áreas de intervenção nos países em que o BNP Paribas está implantado.

Apoiar a investigação médica

Em 2013, a Fundação BNP Paribas prosseguiu a sua parceria com o Instituto Pasteur. Optou assim por apoiar os trabalhos da Professora Christine Petit sobre a surdez da criança. O objetivo desta investigação é o de identificar os genes responsáveis pela surdez precoce e compreender a sua patogenia. Este orçamento de mecenato ascende a 250 000 euros em 5 anos.

Além disso, o BNP Paribas Corporate & Investment Banking apoia, há seis anos, estes programas no quadro de uma parceria com o Instituto Pasteur e a sua rede, está atualmente presente em treze países. As doações representam hoje 2,3 milhões de euros.

Prémio Fundação BNP Paribas para a Inovação Científica 2013

Este Prémio foi atribuído à Professora Rachel Auzely (CNRS-CERMAV) pelas suas investigações sobre a regeneração dos tecidos cerebrais graças a hidrogéis e células estaminais neurais. Num montante de 230 000 euros sem 3 anos, permitirá à equipa da Professora Auzely financiar dois lugares (um doutorando, um engenheiro) e adquirir material. Os laureados deste prémio são selecionados no quadro do programa « Pioneiros da Investigação » da FRM (Fondation pour la Recherche Médicale).

Favorecer a prevenção: a luta contra o paludismo

No quadro do seu plano anti-paludismo desenvolvido em 2012 e 2013, a Fundação BNP Paribas, em colaboração com as suas implantações na África Subsaariana, prosseguiu em 2013 o seu programa de distribuição de mosquiteiros destinados a populações sensíveis, no Burkina Faso, na Costa do Marfim, na Guiné, no Gabão, no Mali ou no Senegal. Este compromisso da Fundação BNP Paribas permitiu a distribuição de mais de 25 000 mosquiteiros, para um financiamento de 200 000 euros. Iniciou em 2013 uma campanha de avaliação com o PNLP (« Programa Nacional de Luta contra o Paludismo »). Assim, foi constatada uma redução de 72% de casos (239 em 2012 ; 67 em 2013) em Deggo (distrito de Dakar, Senegal).

Cultura: preservar e valorizar o património dos museus - encorajar a criatividade artística

O BNP Paribas nunca deixou de afirmar o seu compromisso em prol da cultura, que considera ser uma necessidade social e um fator de desenvolvimento individual e coletivo. Mecenas fiel e reconhecido dos museus, nomeadamente através das suas fundações, o Grupo apoia várias iniciativas que permitem preservar e valorizar as riquezas patrimoniais. Igualmente atento à criação contemporânea, acompanha artistas e estruturas de difusão em disciplinas pouco ajudadas pelo mecenato de empresa: dança contemporânea, novas artes circenses e músicas jazz. Ao mesmo tempo, o BNP Paribas apoia grandes.

Encorajar a criação artística

Reconhecido como um dos raros mecenas da dança contemporânea e das novas artes circenses, o BNP Paribas e a sua Fundação apoiam mais de vinte artistas ou de estruturas de difusão.

Em 2013, o BNP Paribas com a sua filial Bank of the West, celebrou os 30 anos do Alonzo King LINES Ballet, em Paris e em São Francisco. No quadro de Marselha-Provença 2013, capital europeia da cultura, o BNP Paribas e a sua Fundação associaram-se a um programa de cooperação cultural intitulado « Méditerranée en création », contribuindo assim para a criação de três espetáculos franco-magrebinos, dos quais Azimut com o Grupo Acrobático de Tânger.

Importante parceiro no mundo da música, quer seja clássica ou jazz, o BNP Paribas tanto acompanha os músicos como os compositores nos locais de difusão e dos prémios prestigiosos.

Em 2013, o Grupo BNP Paribas apoiou cerca de trinta parceiros musicais em todo o mundo. É assim que a Fundação BNP Paribas e a BICIS permitiram o registo do CD African Jazz Roots composé pelo senegalês Ablaye Cissoko e o baterista francês Simon Goubert. No mesmo espírito de intercâmbios, o BNP Paribas facilitou a vinda ao festival «Piano aux Jacobins» do pianista búlgaro, Evgeni Bozhanov, laureado BNP Paribas Fortis do Concurso Rainha Elisabeth.

Preservar e valorizar o património dos museus

Parceiro de longa data dos museus graças ao seu Programa «BNP Paribas para a Arte», em 2013 a Fundação BNP Paribas contribuiu, para o restauro de mais de 70 obras de arte numa dezena de instituições internacionais. Além disso, o Grupo BNP Paribas é mecenas de exposições temporárias e contribui para a edição de catálogos. Foi assim que, no quadro do seu 100º aniversário, o BNL produziu a exposição fotográfica The Sea is my Land, apresentada no museu MAXXI de Roma. Enquanto a Fundação BNP Paribas se associou ao musée du quai Branly em Paris, para o restauro de doze máscaras kanaks, expostas aquando da exposição « Kanak, l'art est une parole » (outono 2013). Esta será depois apresentada (em 2014) no Centro Cultural Tjibaou em Nouméa (Nova Caledónia). Para celebrar os seus 40 anos, o BNP Paribas Irlanda e a Fundação apoiaram o restauro de um quadro de Claude Monet, « Bassin d'Argenteuil avec un voilier », conservado na National Gallery of Ireland em Dublin.

COLABORADORES SOLIDÁRIOS E COMPROMETIDOS

Os colaboradores do BNP Paribas estão na primeira linha desses assalariados que desejam que a sua empresa se envolva e os ajude a implicar-se eles próprios na vida associativa. A Fundação Fondation BNP Paribas facilita o seu envolvimento pessoal e o Grupo oferece numerosas oportunidades para se investirem.

Acompanhar financeiramente os colaboradores implicados no seio de associações

« Coup de pouce » : 10 anos de apoio ao compromisso dos assalariados

Em 2013, a Fundação BNP Paribas celebrou o décimo aniversário do seu programa « Coup de pouce » (empurrão). Imaginado em 2003, este dispositivo acompanha projetos de interesse geral desenvolvidos pelos colaboradores do BNP Paribas, implicados a nível pessoal e voluntário em associações de solidariedade. Em 10 anos, em França, este programa distribuiu 1 247 650 euros a 510 associações.

« Coup de pouce » foi igualmente desenvolvido a nível internacional. Na Argélia, Bélgica, Espanha, Itália, Luxemburgo, Marrocos, Portugal e Suíça, os colaboradores podem beneficiar de um programa « Coup de pouce local ». Em 2013, forma apoiados 266 projetos em todo o mundo por um montante de 810 144 euros.

Em 2013, para marcar este 10º aniversário, a Fundação BNP Paribas organizou uma cerimónia de entrega de prémios para recompensar as melhores iniciativas tomadas durante o ano em cada um destes países. Foram entregues oito prémios « País » de 4 000 euros e um prémio « Coup de Cœur du Jury » de 6 000 euros.

Propor aos colaboradores missões de voluntariado ou de mecenato de competências

O BNP Paribas implementa numerosas ações para favorecer o compromisso dos seus colaboradores, tanto em França como a nível internacional.

Favorecer o voluntariado graças a estruturas dedicadas

Há vários anos, duas associações oferecem missões de voluntariado de competências ao pessoal ativo e reformado do Grupo. Em 2013, a criação de uma plataforma dedicada ao voluntariado veio completar este dispositivo.

MicroFinança Sem Fronteiras (MFSF)

MFSF oferece aos atores da economia social e solidária, os conhecimentos, os conselhos e as competências dos colaboradores ativos e reformados do Grupo. Os voluntários da rede MFSF colocam-se ao serviço de projetos de integração social e económica de populações desfavorecidas. Este programa de apoio ao envolvimento dos colaboradores declina-se em cerca de uma dúzia de países. Em 2013, cerca de 120 voluntários puderam realizar 57 missões em 25 países. www.microfinancesansfrontieres.org

Voluntariado de competências e Solidariedade (BCS)

O BCS visa promover o voluntariado de competências em França. Empenhado em ações de caráter educativo, social ou económico, o BCS trabalha em parceria com cerca de vinte associações.

O seu papel é orientar os futuros voluntários para essas associações distribuídas em três polos: « Finança solidária » (inclusão financeira), « Juventude desfavorecida » (educação), « Novas Solidariedades » (alojamento social e luta contra o desemprego). Em 2013, 650 voluntários puderam realizar missões de voluntariado por intermédio do BCS. www.bcs.pourunmondequichange.com

No total, 47 276 horas de voluntariado foram coordenadas por BCS e MFSF em 2013.

Benev'ALL, a cada um o seu voluntariado

O polo Investment Solutions lançou no 1º trimestre de 2013 o programa « Benev'ALL » destinado a 8 000 colaboradores do polo em França, prossegue dois objetivos:

- facilitar o envolvimento dos colaboradores graças a uma plataforma online apresentando mais de 2 000 missões de voluntariado a desenvolver;
- sensibilizar para o voluntariado através de conferências e uma comunicação ativa.

Facilitar o envolvimento em atividades solidárias durante o tempo de trabalho

A nível internacional, as filiais, áreas de intervenção e países do BNP Paribas desenvolvem numerosas iniciativas para encorajar os colaboradores a envolver-se em atividades de solidariedade durante o seu tempo de trabalho.

Em 2013, o BNP Paribas lançou uma vasta campanha para promover o envolvimento dos seus colaboradores na Ásia-Pacífico. O conjunto dos colaboradores da região poderão assim beneficiar de um dia de férias por ano para se consagrar a ações solidárias, tais como o apoio escolar ou ainda a proteção do ambiente. A campanha de lançamento desta política teve lugar em fevereiro de 2014.

Esta ação vem reforçar os dispositivos já implementados em numerosos países onde o Grupo está implantado.

No Reino Unido, as equipas do BNP Paribas CIB permitiram ajudar as crianças das escolas locais dispensando aulas de apoio escolar em leitura ou matemática. Em 2013, mais de 100 colaboradores consagraram-lhe 3 900 horas do seu tempo. Por outro lado, o BNP Paribas Cardif oferece aos seus colaboradores do Reino Unido dois dias por ano para poderem investir-se em ações de voluntariado.

Na Coreia do Sul, o programa Dream High permite a estudantes desenvolver as suas ambições e as suas carreiras para encontros e intercâmbios com operacionais do BNP Paribas Cardif. Em 2013, cerca de 200 horas (das quais mais de metade são tiradas do seu tempo de trabalho) foram assim consagradas a 348 alunos.

Na Tunísia, os colaboradores do UBCI (filial do BNP Paribas na Tunísia) ofereceram 2 485 dias de férias para contribuir para o financiamento da renovação de uma escola rural no âmbito do projeto « les germes de l'oubli ».

No Luxemburgo, o BNP Paribas prosseguiu o desenvolvimento do seu programa de empréstimo de competências, permitindo assim a cerca de cinquenta colaboradores realizarem 10 missões junto de 8 associações.

Em França, os managers do BNP Paribas Leasing Solutions aproveitaram o seu seminário anual internacional para consagrar uma manhã, ou seja

288 horas, a 3 associações: a Cruz Vermelha (centros de Saint-Cloud e de Versalhes), Coallia (lar de trabalhadores emigrados) e a *Ferme du Piqueur* (quinta pedagógica para as crianças e as pessoas em situação de deficiência).

No global, os colaboradores do BNP Paribas consagraram assim, em 2013, mais de 55 000 horas durante o seu horário de trabalho a ações solidárias.

Federar a generosidade dos colaboradores

Fundo Urgência & Desenvolvimento: mais de 750 000 euros em prol das ONG parceiras

Em finais de 2012, o BNP Paribas lançou o fundo de dotação «Urgência & Desenvolvimento» com vista a federar a generosidade dos seus colaboradores desejosos de testemunhar a sua solidariedade às vítimas de urgências humanitárias. Permanentemente aberta ao conjunto dos colaboradores do BNP Paribas no mundo, este fundo é uma ferramenta pioneira em matéria de solidariedade. Cada doação de um colaborador é duplicada pelo BNP Paribas e paga a três ONG parceiras: CARE, Cruz Vermelha Francesa e Médicos sem Fronteiras.

Este dispositivo mostrou muito rapidamente a sua eficácia, uma vez que já foram reunidos 750 000 euros através de 5 campanhas de recolha. O BNP Paribas e os seus colaboradores mobilizaram-se aquando de três grandes crises que assolaram o planeta em 2013: em julho, durante as inundações na Índia, em Setembro ao lado das populações civis vítimas do conflito sírio e em novembro na sequência do violento tufão Haiyan nas Filipinas. Também puderam ajudar as ONG que atuam a longo prazo face aos desafios chave como a preservação da saúde materno-infantil ou ainda o acesso à água potável.

Um dispositivo fiscal vantajoso

Já aberto à redução dos impostos em França, o « fundo Urgência & Desenvolvimento » permite desde finais de 2013 aos colaboradores luxemburgueses e deduzir dos seus impostos 100 % das suas doações, a partir de 120 euros, e no limite de 1 000 000 euros, ou 20 % dos seus rendimentos.

Téléthon: um compromisso duradouro

O BNP Paribas mobiliza-se há mais de 25 anos em prol do Téléthon em numerosos países pelo mundo. O BNL na Itália, principal parceiro do Téléthon, mobilizou assim os seus clientes e colaboradores em torno de 1 000 eventos organizados em todo o território. No programa: torneios de ténis, corridas de bicicleta, parceria com operas...

Também foi lançado um novo website para informação sobre todas as possibilidades de envolvimento: www.telethon.bnl.it

O conjunto destas ações teve resultados muito positivos uma vez que foram reunidos 10 837 100 euros, ou seja 34% das doações totais recolhidas pelo Téléthon italiano.

O RESPEITO DOS PRINCÍPIOS DIRETORES DA ONU SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

Em 2012, Jean-Laurent Bonnafé, Administrador Diretor Geral, e François Villeroy de Galhau, Vice-Diretor Geral encarregado da Responsabilidade Social e Ambiental do BNP Paribas assinaram a Declaração do BNP Paribas relativa aos Direitos humanos, através da qual o Grupo se compromete a assegurar o respeito dos Direitos Humanos no seio da sua esfera de influência: colaboradores, fornecedores, clientes e comunidades.

COLABORADORES

O BNP Paribas promove e respeita a dignidade e os direitos dos seus colaboradores através da aplicação de uma política de recursos humanos empenhada e responsável. Os seus colaboradores devem, por sua vez, exercer e respeitar as normas relativas aos Direitos Humanos no contexto das suas atividades profissionais. Para assegurar o respeito destas normas, o BNP Paribas estabeleceu um Código de conduta aplicável a todos os seus colaboradores.

Na linha destas ações, a partir de um piloto realizado no Brasil em 2012, a Direção dos Recursos Humanos começou em 2013 uma cartografia da situação dos colaboradores em matéria de direitos humanos em cerca de quarenta países. O seu objetivo é o de identificar os pontos fortes e zonas de fraqueza das entidades nas suas diferentes implantações. Esta cartografia refere-se nomeadamente à liberdade de associação e de negociação coletiva, a não-discriminação assim como à igualdade de tratamento, a saúde e a segurança no trabalho e os contratos de subcontratação. Foi realizada uma ação de sensibilização em outubro aquando do seminário dos senior managers dos Recursos Humanos do Grupo.

FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS

O respeito das normas relativas aos Direitos humanos faz parte dos compromissos exigidos aos fornecedores e subcontratados no contexto de uma Carta de responsabilidade social e ambiental da empresa com os seus fornecedores.

Em 2013, foram efetuadas 1 083 análises quantificadas do desempenho RSE dos fornecedores, em França, na Bélgica, Itália e Luxemburgo, incluindo nomeadamente uma parte importante sobre o respeito dos Direitos Humanos.

Por outro lado, o BNP Paribas comprometeu-se a triplicar os seus volumes de operações de subcontratação levadas a cabo com empresas do setor protegido e adaptado (EA e ESAT) até 2015. Em 2013, este volume aumentou 50% em um ano.

CLIENTES E COMUNIDADES

O BNP Paribas espera dos seus clientes que giram as suas próprias atividades profissionais em conformidade com as normas relativas aos Direitos Humanos. Nos setores mais sensíveis, o BNP Paribas desenvolve políticas de responsabilidade social e ambiental específicas que incluem critérios relativos aos Direitos Humanos.. Em matéria de investimento, o Grupo vai mais longe, excluindo empresas, nomeadamente do setor da eletricidade, por causa da gestão dos impactos ambientais e sociais ligados às barragens.

O BNP Paribas está, portanto, muito vigilante no que se refere à gestão do seu risco indireto. A título de exemplo, não hesita em optar por abordagens de diálogo em caso de dúvida: foi o caso em 2013 com uma empresa produtora de óleo de palma e de hévéa que apresentava controversas nomeadamente em matéria de respeito do direito do trabalho. BNP Paribas realizou uma auditoria no local durante 3 dias. Visitas das plantações e das fábricas permitiram-lhe propor um plano de ação ao cliente.

O BNP Paribas promove as normas mais exigentes em matéria de conduta profissional, incluindo no que se refere às ações destinadas a prevenir a corrupção e o branqueamento de dinheiro. (cf. Responsabilidade económica. Uma ética comercial) O BNP Paribas considera além disso que o desenvolvimento económico sustentável favorece um acesso mais alargado aos direitos fundamentais. Pondo a tónica sobre a melhoria da inclusão financeira nas comunidades onde opera, o BNP Paribas marca claramente a sua vontade de contribuir para esse desenvolvimento (cf. Compromissos 3 e 7).

FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS

Membro fundador da associação francesa Empresas para os Direitos Humanos (EDH), o BNP Paribas colaborou nomeadamente em 2013 para a redação de um Guia de avaliação dos riscos ligados aos Direitos Humanos para os managers.

Este guia especifica os contornos da responsabilidade das empresas em matéria de Direitos Humanos e descreve de maneira aprofundada as diferentes etapas a seguir para uma implementação eficaz de um processo de diligência razoável, como aconselhado pelos Princípios Diretores das Nações Unidas.

Por outro lado, o BNP Paribas exprimiou-se sobre este assunto através de uma apresentação detalhada dos seus desafios nesta matéria e ações que empreende para proteger e promover os Direitos Humanos enquanto instituição financeira internacional. Esta apresentação teve lugar no Luxemburgo em novembro de 2013 no quadro de uma conferência internacional organizada pela Cátedra UNESCO da Universidade do Luxemburgo sobre Direitos Humanos face a um público de cerca de cem pessoas vindas dos bancos de desenvolvimento e das universidades.

7.5 Responsabilidade ambiental: agir contra as alterações climáticas

Na sua marcha em prol do ambiente, formalizada em 2011 pelo seu "Compromisso pelo ambiente", o BNP Paribas optou por contribuir prioritariamente para a luta contra as alterações climáticas. Estas constituem, com efeito, um verdadeiro desafio, pois arriscam-se a perturbar o ambiente a mais ou menos breve trecho, com um impacto potencial sustentável sobre o tecido social e económico das comunidades de todo o mundo.

Consequentemente, o Grupo esforça-se para limitar o impacto ambiental que pode decorrer, de forma indireta, da sua atividade bancária e, de forma direta, do seu próprio funcionamento. Em sinergia, a Fundação BNP Paribas apoia a investigação científica sobre as alterações climáticas.

Assim, o BNP Paribas trabalha concretamente para respeitar os seus três compromissos:

- compromisso 10 : definir políticas de financiamento empenhada nos setores sensíveis ;
- compromisso 11 : diminuir a pegada ambiental ligada ao seu próprio funcionamento ;
- compromisso 12 : apoiar a investigação contra as alterações climáticas.

As informações apresentadas neste capítulo foram recolhidas pela delegação da RSE através de pedidos específicos feitos às funções, às linhas de atividades ou aos territórios do Grupo, ou então através da exploração de ferramentas de gestão interna do Grupo. Quando o perímetro coberto por uma informação diferir do conjunto do Grupo BNP Paribas, será especificado em função deste último.

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO EMPENHADAS NOS SETORES SENSÍVEIS

Ao lado das empresas e de particulares, o Grupo esforça-se por financiar os projetos mais responsáveis, em prol da proteção do ambiente. Com base em critérios de seleção devidamente refletidos, com a contribuição de especialistas independentes, o BNP Paribas enquadra assim os seus financiamentos e investimentos em vários setores muito sensíveis. Além disso, o Grupo desenvolve uma gama de produtos e serviços para acompanhar os seus clientes nos seus esforços de produção de uma energia limpa ou de otimização do seu consumo energético.

Esta iniciativa voluntária reúne 78 instituições financeiras em todo o mundo.

A AÇÃO DO GRUPO AO LADO DAS EMPRESAS

O respeito dos Princípios do Equador nos financiamentos de projetos

Os Princípios do Equador ("PE") são um conjunto de princípios destinados a assegurar o desenvolvimento de projetos de forma responsável, em termos sociais e ambientais.

A 14 de maio de 2013, a Associação dos Princípios do Equador publicou uma nova versão dos PE, que alarga o seu âmbito de aplicação para além do financiamento de projetos, incluindo empréstimos a empresas para projetos específicos e empréstimos ponte. Também foram incluídas exigências mais rigorosas em termos de transparência da informação extra-financeira. Há uma maior ênfase colocada no respeito dos direitos humanos e uma maior exigência em termos de gestão das incidências no clima.

	2011	2012	2013
Número de transações examinadas no ano	30	13	21
Número de transações classificadas A no ano	5	2	3
Número de transações classificadas B no ano	20	10	13
Número de transações classificadas C no ano	5	1	5

Categoria A: projetos que apresentam impactos ambientais e sociais potencialmente significativos.

A implementação de medidas de atenuação e de ações corretivas é necessária.

Categoria B: projetos que apresentam impactos ambientais e sociais limitados ou moderados.

Categoria C: projetos que apresentam impactos ambientais e sociais mínimos ou nulos.

Políticas de financiamento e de investimento em setores com forte impacto ambiental

Desde 2010, o Grupo BNP Paribas desenvolveu políticas de financiamento e de investimento em setores particularmente sensíveis para o ambiente: a energia nuclear, a geração de eletricidade a partir do carvão, a pasta de papel, o óleo de palma, a indústria mineira e as areias betuminosas. As políticas setoriais definem condições indispensáveis e critérios de avaliação específicos para orientar o financiamento e os investimentos do Grupo nestes setores. A introdução destes critérios permite compreender melhor todos os riscos associados a certas transações, sendo apenas selecionados os projetos mais responsáveis. Essas políticas, validadas e acompanhadas ao mais alto nível do Grupo, aplicam-se a todas as suas atividades, entidades e filiais em todo o mundo. Sendo públicas, estão disponíveis no site internet⁽¹⁾ do BNP Paribas.

Em 2013, para responder às evoluções do mercado, o Grupo atualizou duas das suas políticas.

Produção de eletricidade a partir do carbono

Nos países em desenvolvimento, as pequenas centrais de carvão podem ser a melhor solução disponível localmente para produzir eletricidade. Por vezes, podem satisfazer as restrições geográficas do país ou a fraca dimensão da procura local. A política setorial do BNP Paribas publicada em 2011 não permitia o financiamento de projetos de construção de uma nova central de carvão de pequena dimensão.

Após ter consultado especialistas internos e externos, o BNP Paribas decidiu atualizar a sua política, propondo novos critérios para esses projetos específicos. O seu financiamento é agora possível, desde que estas pequenas centrais sejam desenvolvidas utilizando as melhores tecnologias disponíveis.

Energia nuclear

Em 2013, o Grupo acrescentou novos critérios à sua política, que incluem os ensinamentos tirados do acidente nuclear de Fukushima. Qualquer pedido de financiamento de projetos de centrais nucleares requer agora a verificação de critérios adicionais relacionados com a Autoridade de Segurança Nuclear do país.

Formação na aplicação de políticas setoriais

As políticas setoriais dizem respeito a todos os colaboradores do Grupo. Desde a sua publicação foram objeto de inúmeras formações em regime presencial e através de um programa específico de e-learning. Em 2013, foram acrescentados ao programa os módulos «Indústria mineira» e «Areias betuminosas». Desde dezembro de 2012, mais de 9.000 colaboradores inscreveram-se no programa de formação on-line de políticas setoriais e mais de 6.150 receberam formação on-line em pelo menos uma delas.

Impacto das políticas setoriais

Produção de eletricidade a partir do carbono

Desde a entrada em vigor da política de carbono em setembro de 2011, o Grupo recusou participar no financiamento de cerca de vinte centrais elétricas que representam uma emissão anual de mais de 130 milhões de toneladas de CO₂, principalmente aplicando critérios de eficiência energética da política. Isso representa mais de 25% das emissões anuais da França

e 230 vezes as emissões anuais do Grupo BNP Paribas (dados de 2013).

Nuclear

No âmbito da aplicação da sua política, o BNP Paribas não financiou nenhuma central nuclear desde 2006.

Indústria mineira

Esta política recente, publicada em 2013, levou à exclusão de empresas que não cumpriam os critérios obrigatórios, nomeadamente o da produção de carvão a partir da técnica de Mountain Top Removal (MTR) nos Apalaches.

Óleo de palma e pasta de papel

No âmbito dessas duas políticas, o Grupo realizou em 2013, com a ajuda de uma entidade externa independente, uma revisão formal do desempenho da RSE dos seus principais clientes e potenciais clientes nestes setores, tendo em conta o funcionamento dessas empresas, mas também quaisquer controvérsias de que tenham sido ou estejam a ser alvo.

Esta avaliação levou à exclusão do universo de financiamento e investimento do Grupo de uma empresa do setor da produção de pasta de papel devido ao incumprimento recorrente da sua política prevista, mas também à supervisão de outras empresas nestes setores. Em contrapartida, houve uma empresa que foi reintegrada no universo de financiamento do Grupo na sequência de uma nova política de conservação da floresta, criada e gerida em estreita colaboração com uma ONG internacional de referência.

A política de RSE no setor do óleo de palma do BNP Paribas foi apoiada e considerada por uma ONG de referência internacional como um dos fatores que impulsionaram a empresa Wilmar, um ator importante no setor do óleo de palma, a anunciar, em finais de 2013, compromissos de responsabilidade social para além dos exigidos pela RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil), exigindo os mesmos compromissos de todos os seus fornecedores.

Uma lista de exclusão de certos bens

Em complemento às políticas setoriais, o BNP Paribas decidiu não se envolver em financiamentos, investimentos ou operações que apresentem os riscos mais elevados de impactos sobre a saúde e a segurança das populações, sobre as espécies protegidas ou sobre o ambiente em geral. Figuram nesta lista de exclusão a produção, comércio ou utilização de redes de arrasto com mais de 2,5 quilómetros de comprimento; a produção de fibras de amianto; a produção ou o comércio de produtos com PCB (bifenilos policlorados); e, finalmente, o comércio de todas as espécies ou produtos animais ou vegetais reguladas pela convenção CITES (Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna or Flora) que não seja autorizada por uma licença CITES. Em 2013, o Grupo implementou um programa de monitorização que permite identificar e excluir qualquer relação comercial com as empresas condenadas por utilizar ou trocar esse tipo de bens.

Financiar as energias renováveis e as infraestruturas verdes

Com autorizações totais de créditos de perto de 6,5 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2013, dos quais mais de 2 mil milhões em financiamento de projetos, o Grupo BNP Paribas é um agente principal no apoio ao setor das energias renováveis.

O Grupo financiou ou aconselhou mais de 77 projetos no mundo, totalizando mais de 11 527 MW de capacidade instalada no final de 2013, ou seja, o equivalente ao consumo anual de 12 milhões de famílias francesas.

(1) <http://www.bnpparibas.com/banque-responsable/rse/responsabilite-economique/politiques-financement>

Para além da dimensão do seu compromisso, os dois elementos a reter deste balanço são a parte importante de clientes implantados nos mercados domésticos do Grupo (França, Itália, Bélgica e Luxemburgo) e na Europa do Sul, bem como o predomínio dos setores da energia eólica, hidráulica e solar.

Por exemplo, em 2013, o BNP Paribas participou nas seguintes operações:

Europa: Calypso II - emissão obrigacionista associada à proteção contra o risco de catástrofe a favor da AXA, num valor de 350 milhões de euros (a maior emissão desde sempre).

Estados Unidos: o BNP Paribas Capstar participou como consultor junto da EDF Energias renováveis, no âmbito de 5 transações:

- 4 projetos eólicos: Pacific Wind (140 MW na Califórnia), Spearville 3 (102 MW no Kansas), Shiloh IV (103 MW na Califórnia) e Spinning Spur (161 MW no Texas);
- 1 projeto solar: Catalina Solar (144 MW na Califórnia).

A AÇÃO DO GRUPO AO LADO DOS PARTICULARES E DAS EMPRESAS NO SETOR IMOBILIÁRIO E DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Através das suas diferentes áreas de intervenção, crédito ao consumo, locação de veículos, promoção e gestão imobiliária, o BNP Paribas propõe produtos e serviços aos clientes particulares e de empresas que queiram diminuir o seu impacto ambiental.

- A Domofinance, filial comum da EDF e do BNP Paribas Personal Finance, especializada no financiamento do domínio do consumo energético, viu a sua atividade progredir com mais de 56.000 dossiers financiados unicamente no ano de 2013. Esse aumento deve-se particularmente aos empréstimos co-subsidiados, quer por fabricantes de equipamentos para reduzir o consumo de energia, quer por parcerias com as autarquias (como a que foi assinada em setembro de 2013 com o Conselho Regional do Languedoc-Roussillon).

Além disso, foram efetuados os primeiros financiamentos de reabilitação energética de condomínios, principalmente para a substituição de caldeiras coletivas. Ao permitir que um sindicato, uma pessoa coletiva, possa pedir um empréstimo em nome dos proprietários que o desejam, a Domofinance responde assim às necessidades de reabilitação energética de todas as habitações, sejam elas individuais ou condomínios.

Desde a sua criação em 2003, a Domofinance já financiou mais de 390.000 casos, permitindo em 2013 uma economia de energia equivalente ao consumo total de 35.000 casas, e facilitando, assim, a transição energética em França.

- A Arval, filial do BNP Paribas, especialista do aluguer de longa duração de veículos multimarcas para as empresas, desenvolveu soluções inovadoras para permitir aos seus clientes adotar uma postura de mobilidade responsável.

Assim, a Arval França propõe, no seu programa «Ambiente e Segurança», cinco soluções de mobilidade responsável: a partilha de carro, a mobilidade elétrica, a formação de condutores, a prevenção rodoviária e a segurança.

A Arval também age a favor do ambiente quando limita, por exemplo, o impacto do seu próprio funcionamento com o objetivo de certificar todas as suas filiais através da norma ISO 14001.

Além disso, os especialistas da Arval oferecem os melhores veículos adaptados às necessidades dos seus clientes através dos seus conhecimentos sobre as mais recentes inovações em termos de eficiência do motor e de combustíveis alternativos. Os conselhos dados ajudaram a reduzir a emissão de CO₂, em todos os veículos, em cerca de 460.000 toneladas em 2013.

Um outro objetivo da Arval é a sensibilização para a segurança rodoviária, organizando todos os anos inúmeras iniciativas:

- em 2013, 15 filiais da Arval participaram na semana da segurança rodoviária de 6 a 12 de maio, numa iniciativa das Nações Unidas, nomeadamente com o envio de 10 regras de segurança rodoviária a mais de 90.000 condutores e clientes;
- além disso, o lançamento da Arval Smart Experience em França e, em breve, noutras entidades internacionais da Arval, inscreve-se nesta linha, nomeadamente com o lançamento da aplicação Arval Drive Challenge, o novo serious game que convida a testar a condução de forma lúdica para a tornar mais económica, mais ecológica e mais segura;
- inúmeras formações dedicadas à eco-segurança / eco-condução e à segurança rodoviária permitiram, em França, dar formação a 670 pessoas, dos quais 80 colaboradores da Arval com uma nota média geral de 18/20.
- BNP Paribas Real Estate: em 2013, as equipas de Promoção conseguiram um excelente desempenho europeu com o edifício Noda. Tendo já a certificação HQE Excecional (fase de projeto), o edifício obteve agora a certificação BREEAM International Outstanding (fase de projeto), com a melhor pontuação europeia até à data para esta certificação: 92,07%. Localizado na região de Île-de-France e propriedade da empresa predial holandesa Wereldhave, o edifício será entregue no 4º trimestre de 2014 e terá 22.300 m² de escritórios.

A primeira operação da área de Promoção no Reino Unido (39.500 m² de escritórios no novo polo de serviços de King's Cross em Londres) tem como objetivo a certificação BREEAM Excellent e foi apresentada na presença de Boris Johnson, Presidente da Câmara de Londres.

Além disso, tendo já a certificação HQE Construction, a sede do BNP Paribas Real Estate obteve a certificação HQE Exploitation com 8 designações «Muito eficiente» e 6 designações «Eficiente».

BNP Paribas REIM França e BNP Paribas REIS assinaram a Carta para a eficiência energética dos edifícios de serviços públicos e privados. Elaborada no âmbito do Plano de Construção Sustentável, esta compromete os signatários a melhorar o desempenho energético dos seus edifícios, trabalhando o comportamento do utilizador, o controlo dos equipamentos e a reabilitação dos edifícios. Os signatários têm que definir uma meta de economia de energia num plano evolutivo e comunicar regularmente os resultados obtidos.

Em França, no setor imobiliário residencial, 21 novos fornecedores assinaram a Carta eco-fornecedores, elevando para 55 o número de fornecedores comprometidos com o cumprimento dos requisitos do BNP Paribas Real Estate para o desenvolvimento sustentável, respeitando até 40 critérios.

Em 2013, o BNP Paribas Real Estate progrediu para o 5º lugar dos promotores imobiliários que constam da lista da Novethic no seu Relatório Ambiental do setor imobiliário.

A REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL LIGADA AO NOSSO PRÓPRIO FUNCIONAMENTO

MEDIR AS QUESTÕES E ENVOLVER O GRUPO EM OBJETIVOS PRECISOS

A redução da pegada ambiental direta está sobretudo associada à emissão de gases com efeito de estufa (GEE), ao consumo responsável de papel e à gestão de resíduos.

Para acompanhar a aplicação efetiva das iniciativas levadas a cabo nestes três desafios, a Delegação de RSE coordena a elaboração de relatórios ambientais em 18 países, que representam 84,8% dos efetivos a tempo integral (ETI), geridos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2013. São cerca de quarenta indicadores que são relatados: kWh, m³ de gás, quilómetros percorridos, litros de água, toneladas de papel, toneladas de resíduos, etc. Os resultados são então usados para calcular, por extrapolação, os dados para o conjunto do Grupo e são aqui apresentados.

Em 2013, cerca de 22.000 colaboradores do Grupo trabalharam numa entidade cujo sistema de gestão ambiental é certificado ISO 14001. Este número aumentou cerca de 10 % relativamente a 2012.

Nos três domínios das questões principais (GEE/Papel/Resíduos), o Grupo dotou-se de políticas internas e objetivos quantificados para 2015:

- reduzir em 10% as emissões de GEE/colaborador em comparação com 2012, isto é, passar de 3,21 a 2,89 toneladas equivalentes a CO₂/colaborador;
- reduzir em 15% o consumo de papel/colaborador em comparação com 2012: passar de 165 a 140 kg/colaborador;
- elevar a 60% a parcela de papel responsável (de reciclagem ou de florestas com gestão sustentável) entre o papel consumido internamente;
- elevar a 55% a parcela dos resíduos de papel interno recolhido para ser reciclado;
- tratar os materiais informáticos em fim de vida de acordo com uma política rigorosa que permite dominar os riscos ambientais e sociais associados.

Em 2013, a informação aos funcionários sobre as políticas e os objetivos ambientais do Grupo encontrou expressão através de uma extensa campanha de sensibilização para os ecogestos. Distribuída por várias semanas, esta centrou-se em quatro temas: consumo de energia, viagens de negócios, papel, resíduos. Os elementos disponíveis na intranet do Grupo foram vistos ou descarregados por milhares de pessoas. Por cada empregado que se comprometia on-line a adotar esses ecogestos, o Grupo pagou 5 euros ao fundo Emergência & Desenvolvimento (ver compromisso nº 8) para agradecer esta mobilização individual e dar-lhe uma dimensão coletiva. Essa campanha veio completar inúmeras iniciativas locais, como por exemplo na Ucrânia ou na Turquia, onde o BNP Paribas Lease Group se associou à WWF num programa de Green Office.

O montante das provisões e garantias para riscos em matéria do ambiente é de 2,6 milhões de USD. Trata-se de uma provisão para litígios de natureza privada e não destinada a cobrir um risco de condenação por desrespeito da regulamentação.

Pelas suas atividades, o Grupo não é uma fonte significativa de poluição sonora ou de qualquer outra forma de poluição específica.

REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

As emissões de GEE são medidas convertendo em toneladas equivalentes de CO₂ (teqCO₂, tendo em conta os 6 GEE do protocolo de Quioto), a energia consumida nos edifícios e nos meios de transporte utilizados pelos funcionários nas viagens de negócios. Em 2013, o Grupo emitiu 563.867 tCO₂ no total, 3,06 tCO₂/ETI, contra 605.644 teqCO₂ no total e 3,21 teqCO₂/ETI em 2012. As emissões por empregado foram portanto reduzidas em 4,8% num ano. 77,2% dessas emissões resultam do consumo energético dos edifícios e 22,8% das viagens de negócios. Três alavancas são ativadas para as reduzir: eficiência energética dos edifícios, do equipamento informático, e otimização das viagens de negócios.

O consumo energético do Grupo terá sido de 1.662 GWh em 2013, (contra 1.751 GWh em 2012) com uma média de 226 kWh/m². A sua redução é objeto de muitas iniciativas. Assim, a extensão da sede do BGL Luxemburgo, lançada em 2013, tem como objetivo uma tripla certificação ambiental de dimensão europeia: DGNB (nível Gold), BREEAM (nível Excellent) e HQE International (a operação serve de piloto para o novo referencial). Em França, o programa «-10% de pegada de carbono» surgiu em muitas ações de eficiência energética, quer em edifícios, quer em agências - cujo modelo atingiu a certificação ambiental ISO 14001 durante vários anos. Em Taiwan, o Cardif está instalado na Torre TAIPEI 101, que tem a certificação LEED Platinum, o mais alto nível de certificação que se centra em sete temas: ecologia sustentável, água, energia e atmosfera, materiais e recursos, qualidade ambiental interna, inovação e processo de design.

As energias renováveis representaram 18,2% do consumo de energia dos edifícios, contra 10,6% em 2012. São provenientes ou de compra de certificados de energias renováveis ou de consumo direto de energia renovável produzida nos edifícios do Grupo: instalações fotovoltaicas nos telhados de agências do First Hawaiian Bank e do BNL em Itália, caldeira a biomassa num local em França, etc.

As viagens de negócios dos colaboradores do Grupo são a outra fonte de emissões de GEE. 818 milhões de quilómetros foram percorridos em 2013, 4.431 km/ETI (dos quais 60,9% de avião, 13,6% de comboio, 25,5% de carro), contra 4.618 km/ETI em 2012, ou seja uma redução de 4% de km/ETI. Muitas ações foram realizadas, incluindo o uso de videoconferência, de videoconferência ou de telepresença. No BNP Paribas Personal Finance, a promoção da videoconferência foi concretizada com a realização de cerca de 500 sessões por mês, em 35 salas específicas, com uma taxa de utilização das salas que, por vezes, atingia os 65%. Em França, a ferramenta de reservas de viagens exibe as emissões de CO₂ associadas a cada viagem, propondo um meio menos poluente, sempre que possível.

A adaptação às alterações climáticas é uma questão abordada pelo Grupo, nomeadamente através do seu Plano de Continuidade de Atividade, que integra a gestão de acontecimentos climáticos extremos e o seu impacto nas infraestruturas críticas do Grupo, incluindo os seus centros de dados. Mas também o é através dos trabalhos de investigação científica, financiados pelo Grupo até 3 milhões de euros, no âmbito

do seu programa de mecenato «Climate Initiative» (ver compromisso nº 12), para o qual a Fundação lançou em 2013 um novo concurso, também ele de 3 milhões de euros ao longo de 3 anos.

O desempenho da gestão de carbono do BNP Paribas foi avaliado pelo CDP, em 2013, com um grau de A, e a qualidade dos seus relatórios de carbono, com uma pontuação de 93/100 (contra C e 86 em 2012), o que lhe permitiu integrar o Carbon Performance Leadership Index World, e ser reconhecido entre os 50 Carbon Performance Leaders identificados pelo CDP em todo o mundo.

CONSUMIR MENOS PAPEL E RECORRER A PAPEL RESPONSÁVEL

Em 2013, o Grupo reduziu o seu consumo de papel para 28.415 toneladas, contra 31.147 toneladas em 2012, ou seja 154 kg/ETI contra 165 kg/ETI em

2012 (1). O objetivo é chegar a - 15% em 2015 vs. 2012, ou seja 140 kg. A redução do consumo assenta muitas vezes na substituição de equipamentos individuais por equipamentos partilhados, onde o utilizador deve confirmar no local a impressão que pediu a partir de seu posto de trabalho, o que evita impressões desnecessárias. Eis alguns exemplos de reduções alcançadas em 2013 vs 2012: - 25% no BNP Paribas Investment Partners em França; - 56% no BNP Paribas Austrália; - 55% no BNP Paribas Securities Services Bélgica; no BNP Paribas El Djazair (Argélia), o facto de suprimir a impressão de listagens economiza cerca de 14.000 resmas de papel por ano, o equivalente a uma pilha de 700 metros de altura.

Além disso, a taxa de papel responsável (isto é, reciclado em mais de 50%, ou certificado PEFC ou FSC) aumentou de 43,5% para 48,4% entre 2012 e 2013. Mais globalmente, o fornecimento de material de escritório eco-projetado representou 21,7% do total das compras de material de escritório em 2013, contra 14,9% em 2012.

REDUZIR OS RESÍDUOS E GARANTIR A SUA RECICLAGEM SEMPRE QUE POSSÍVEL

Em 2013, o Grupo produziu 36.583 toneladas de resíduos, isto é 198 kg /ETI (contra 37.841 toneladas no total e 201 kg/ETI em 2012). 39,9% deste valor foi posteriormente objeto de reciclagem, contra 38% em 2012.

Uma parte significativa destes resíduos é composta por papel. O Grupo comprometeu-se a atingir 55 % de papel recolhido para reciclagem em 2015.

O BNP Paribas Fortis reutiliza o seu próprio papel utilizado, depois de recolhido e reciclado por três parceiros locais, sendo assim a primeira empresa belga a obter um certificado de reciclagem a 16 de julho de 2013. Da mesma forma, num dos edifícios do Grupo no Reino Unido, dezenas de toneladas de resíduos de alimentos (provenientes da cantina da empresa) são agora enviados para um centro especializado que os transforma, através de um digestor anaeróbico, em biogás e fertilizante agrícola.

Finalmente, o Grupo tem desde 2011 uma política de tratamento de equipamentos de informática (PC, servidores, monitores...) em fim de vida. O objetivo é dar-lhes uma segunda vida (doação ou revenda), sempre que possível, garantindo a sua rastreabilidade. O desmantelamento é apenas considerado em último recurso, e sempre numa perspectiva de maximização da taxa de reciclagem.

LUTAR CONTRA A EROSIÃO DA BIODIVERSIDADE E CONTROLAR O CONSUMO DE ÁGUA

O BNP Paribas contribui para a luta contra a erosão da biodiversidade através de dois eixos:

- o primeiro tem a ver com o reforço da biodiversidade ordinária do parque do Domaine des Voisins, em Louveciennes (França), de 23 ha. Em 2013, diversas ações foram iniciadas ou reforçadas: permeabilidade do parque (túneis para ouriços, raposas, javalis, etc.) para garantir a continuidade ecológica do território, criação de prados floridos, escolha de plantas não invasivas e autóctones, manutenção dos ninhos naturais, manutenção no solo de árvores mortas para servir de refúgio para a biodiversidade, economia da água, etc.;
- o segundo tem a ver com as aquisições de papel; favorecendo o recurso ao papel responsável (cuja pasta seja feita a partir de papel reciclado ou de madeiras de florestas geridas sustentavelmente – selos verdes PEFC ou FSC), o BNP Paribas contribui para proteger os ecossistemas florestais e a sua biodiversidade.

O controlo dos impactos sobre o ecossistema passa também por uma atenção sobre o consumo de água, que foi de 22,9 m3/ETP em 2013, contra 26,6 m3/ETP em 2012. Esta redução assenta na introdução de contadores para identificar as fugas, de equipamentos de otimização do fluxo nas instalações sanitárias, e de boas práticas na cantina da empresa.

O APOIO À INVESTIGAÇÃO CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A Fundação BNP Paribas continuou em 2013 a implementação da Iniciativa Climática, o programa lançado em 2011 e que apoia cinco projetos internacionais de investigação sobre as alterações climáticas, descritos a seguir, num montante global de 3 milhões de euros. Em 2013, a Fundação renovou o envelope por mais 3 anos e lançou um

concurso.

- eFOCE: todos os dias, os oceanos capturam 25 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) proveniente das atividades humanas, contribuindo assim para moderar as alterações climáticas. Sendo o CO₂

um poluente ácido, este mecanismo resulta no aumento da acidez da água do mar. Inúmeros estudos levados a cabo em laboratório já evidenciaram os efeitos deste fenómeno em diversos animais e vegetais.

A partir de um sistema desenvolvido pelo Monterey Bay Institute na Califórnia designado de FOCE (Free² Enrichment), a equipa do laboratório de oceanografia de Villefranche-sur-Mer desenvolveu, sob a direção de Jean-Pierre Gattuso e Frédéric Gazeau, um novo sistema que permite estudar o comportamento da fauna e da

(1) O consumo indicado no Documento de referência de 2012 era de 33.756 toneladas no total, ou seja 179 kg/ETI. Foi aqui corrigido através de uma dupla contabilização de fornecimento de um fornecedor.

flora num nível de acidez da água esperado em 2100. O sistema está atualmente operacional e já foi efetuada uma experiência de longa duração em 2013. Para além da Fundação BNP Paribas, a Comissão Europeia também apoia esses trabalhos. Um apoio adicional da Fundação BNP Paribas ajudou a organizar dois seminários para todos os investigadores que usam o mesmo sistema em diferentes ambientes (Antártida, Oceano Atlântico, Oceano Pacífico...) e a criar uma verdadeira comunidade em torno do sistema FOCE.

- O acesso aos arquivos do clima: para completar o nosso conhecimento sobre as alterações climáticas, os investigadores da Météo France e os historiadores do Arquivo Nacional uniram-se para trazer ao nosso conhecimento mais de cem anos de dados meteorológicos recolhidos em França desde 1855, data da criação de serviço meteorológico, até aos anos 1960, altura em que começaram a ser informatizados. Foi necessário implementar uma logística especial, pois os registos estavam armazenados em 6300 caixas, alinhadas ao longo de dois quilómetros de prateleiras, sendo necessário tirar-lhes previamente o pó e remover o amianto.

Concluída em 2013, esta fase permitiu iniciar o processo de digitalização e de valorização de dados. Uma parte do fundo já está disponível na sala de leitura virtual do Arquivo Nacional.

- Subglacior: a equipa do projeto Subglacior está a trabalhar no aperfeiçoamento de uma sonda inovadora para medir a composição do ar retido no gelo polar há mais de um milhão de anos. Com um objetivo: compreender a ligação entre o conteúdo das emissões de gases com efeito de estufa e a alteração climática que ocorreu neste período.

Para responder a essa questão, foi imaginada uma sonda revolucionária com um laser para efetuar análises imediatas do gelo in situ. Ao transmitir os dados em tempo real para a superfície, a sonda deve ser capaz de, num único verão astral, entrar no gelo e ir bem para além do potencial de uma campanha de perfuração convencional.

Em 2013, o protótipo foi testado e a equipa científica está agora a trabalhar para desenvolver o fluido que será injetado e que deverá ser capaz de resistir à pressão do glaciador.

- PRECLIDE: será possível prever o clima para os próximos 10 a 30 anos? Esses períodos correspondem por exemplo à duração de vida útil de inúmeras

infraestruturas, como centrais elétricas, obras de engenharia civil ou redes de saneamento. Entre tendências sazonais e projeções centenárias, estas previsões podem ocupar um lugar de destaque nos serviços meteorológicos do futuro e fornecer informações essenciais para os decisores políticos e cidadãos. Durante a primeira fase do projeto, que foi concluída em 2013, a equipa do projeto conseguiu associar o modelo atmosférico de Météo France e o modelo oceânico Nemo do CNRS. A partir dos dados disponíveis desde 1960, foram lançadas previsões de 5 em 5 anos. Os primeiros resultados confirmam que as previsões de décadas são possíveis. Uma primeira simulação da evolução do clima realizada com o modelo permite prever um aumento da temperatura de 3 a 4° C até 2100.

- Global Carbon Atlas: este atlas global do carbono permite visualizar de uma só vez os locais de emissões de dióxido de carbono e os poços naturais de carbono no planeta, compreender o fluxo dos gases de efeito estufa em todo o mundo, etc. Concebido como um serviço único, disponível para a comunidade científica e para o público em geral, deu-se por conseguinte prioridade ao suporte digital. A primeira versão do Atlas foi colocada on-line no final de 2013, a partir dos últimos dados disponíveis sobre os fluxos de carbono (retirados do Global Carbon Budget). Assim, todos podem obter informação e interagir com os dados das últimas medições das grandes instituições internacionais. www.globalcarbonatlas.org.
- Localmente, o BNP Paribas também apoia outros programas de investigação.

Assim, em França, em 2013, o Grupo apoiou financeiramente a conferência internacional organizada em março pela associação Météo et Climat, presidida por Jean Jouzel, subordinada ao tema «Os riscos climáticos: ferramentas e desafios económicos no horizonte 2030», assim como as Jornadas Científicas, também organizadas por esta associação, dedicadas ao tema «A perceção das alterações climáticas.»

No Japão, o BNP Paribas Japão apoia a iniciativa Earthwatch Japan, para garantir um acompanhamento dos ecossistemas costeiros, no âmbito de um programa de investigação sobre os impactos das alterações climáticas nos organismos marinhos. O trabalho começou em 2002, sob a égide de um consórcio de universidades japonesas, em torno de 6 áreas costeiras, contando com a colaboração de Earthwatch Japan desde 2008.

7.6 Tabela de conformidade com a lista das informações sociais ambientais e societárias exigidas pelo artigo 225 da lei Grenelle II

Informações exigidas pelo artigo 225 da lei francesa Grenelle II, Artigo R. 225-105-1 do Código comercial, Decreto nº2012-557 de 24 de abril de 2012.

	Páginas correspondentes
1° INFORMAÇÕES SOCIAIS	
a) Emprego	
■ o efetivo total e a repartição dos funcionários por sexo, por idade e por areal geográfica	405 - 406
■ As contratações e as demissões	406 - 407
■ A remunerações e a sua evolução	416
b) Organização do trabalho	
■ A organização do tempo do trabalho	408
■ O absentismo	408
c) Relações sociais	
■ A organização do diálogo social, nomeadamente os procedimentos de informação e de consulta do pessoal e de negociação com o mesmo	414 - 415
■ O balanço dos acordos coletivos	414 - 415
d) Saúde e Segurança	
■ As condições de saúde e segurança no trabalho	417
■ O balanço dos acordos assinados com as organizações sindicais ou os representantes do pessoal em matéria de saúde e segurança no trabalho	417
■ Os acidentes de trabalho, nomeadamente a sua frequência e gravidade bem como as doenças profissionais	417
e) Formação	
■ As políticas implementadas em matéria de formação	409 - 410
■ O número total de horas de formação	410
f) Igualdade de tratamento	
■ As medidas tomadas em prol da igualdade entre mulheres e homens	411 - 412
■ As medidas tomadas em prol do emprego e da inserção de pessoas portadoras de deficiência	413
■ A política de luta contra as discriminações	411 - 413
g) Promoção e respeito do disposto nas convenções fundamentais da OIT relativas	
■ Ao respeito da liberdade de associação e ao direito de negociação coletiva	418
■ À eliminação de discriminações em matéria de emprego e profissão	418
■ À eliminação do trabalho forçado ou obrigatório	418
■ À abolição efetiva do trabalho infantil	418
2° INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	
a) Política geral em matéria ambiental	
■ A organização da sociedade para levar em consideração questões ambientais e, se aplicável as iniciativas de avaliação ou de certificação em matéria de ambiente	390 - 395 ; 400 - 403 ; 427 - 431
■ As ações de formação e de informação dos funcionários ministradas quanto à proteção do ambiente	428 (impactos indiretos) ; 430 (impactos diretos) 427 - 428 (impactos indiretos) ;
■ Os meios dedicados à prevenção de riscos ambientais e de poluições	430 - 431 (impactos diretos)

	Páginas correspondentes
■ O montante das provisões e garantias para riscos em matéria do ambiente, sob reserva que esta Informação não seja de natureza a causar um prejuízo sério à sociedade num litígio em curso	430
b) Poluição e gestão de resíduos	
■ As medidas de prevenção, de redução ou de reparação dos lançamentos para o ar, a água e o solo que afetem gravemente o ambiente	427 - 428 (impactos indiretos) ; 430 - 431 (impactos diretos)
■ As medidas de prevenção, de reciclagem e de eliminação dos resíduos	431 (impactos diretos)
■ A abordagem do ruído e de todas as outras formas de poluição específica de uma atividade Non pertinent, cf. page 430	
c) Utilização sustentável dos recursos	
■ O consumo de água e o aprovisionamento de água em função das restrições locais	427 - 428 (impactos indiretos) ; 431 (impactos diretos)
■ O consumo de matérias primas e as medidas tomadas para melhorar a eficácia na sua utilização	427 - 428 (impactos indiretos) ; 431 (impactos diretos)
■ O consumo de energia, as medidas tomadas para melhorar a eficiência energética e o recurso às energias énérgies renováveis	427 - 429 (impactos indiretos) ; 430 - 431 (impactos diretos)
■ A utilização dos solos	427 - 428 (impactos indiretos)
d) Alterações climáticas	
■ As emissões de gases com efeito de estufa	427 - 429 (impactos indiretos) ; 430 - 431 impactos diretos) ; 431 - 432 (mecenato)
■ A adaptação às consequências das alterações climáticas	430 (impactos diretos); 431 - 432 (mecenato)
e) Proteção da biodiversidade	
■ as medidas tomadas para preservar ou desenvolver a biodiversidade	427 - 428 (impactos indiretos) ; 431 (impactos diretos)
3º INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS COMPROMISSOS SOCIETAIS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
a) Impacto territorial, económico e social da atividade da sociedade	
■ Em matéria de emprego e de desenvolvimento regional	390 - 393 ; 396 - 398 ; 403 ; 405 - 408 ; 419 - 422
■ Sobre as populações ribeirinhas ou locais	390 - 393 ; 396 - 398 ; 403 ; 419 - 422
b) Relações com as pessoas ou as organizações interessadas pela atividade da sociedade, nomeadamente as associações de inserção, os estabelecimentos de ensino, as associações de defesa do ambiente, as associações de consumidores e as populações ribeirinhas	
■ As condições do diálogo com essas pessoas ou organizações	394 - 395 ; 398 - 400
■ As ações de parceria ou de mecenato	419 - 425 ; 432
c) Subcontratação e fornecedores	
■ A consideração, na política de compras, das questões sociais e ambientais	395 ; 429 - 431
■ A importância da subcontratação e a consideração, nas relações com os fornecedores e os subcontratados, das suas responsabilidades sociais e ambientais	395 ; 429 - 431
d) Lealdade das práticas	
■ As ações empreendidas para prevenir a corrupção	400 - 401
■ As medidas tomadas em prol da saúde e segurança dos consumidores	403 ; 421 ; 428
e) Outras ações empreendidas, a título deste 3º, em prol dos Direitos Humanos	426

7.7 Relatório de um dos Revisores Oficiais de Contas, nomeado organismo terceiro independente, sobre as informações sociais, ambientais e societais incluídas no Relatório de gestão do BNP Paribas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Aos Acionistas

BNP Paribas

16, boulevard des Italiens

75009 Paris

Exmos. Senhores,

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas do BNP Paribas SA, nomeados organismo terceiro independente, cuja admissibilidade do pedido de acreditação foi aceite pelo COFRAC, apresentamos o nosso relatório sobre as informações sociais,

ambientais e societais consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, incluídas no Relatório de gestão (doravante designado «Informações RSE»), nos termos do disposto no artigo L.225-102-1 do Código Comercial.

RESPONSABILIDADE DA EMPRESA

É da responsabilidade do Conselho de Administração do BNP Paribas estabelecer um Relatório de gestão, incluindo informações sobre a RSE previstas no artigo R225-105-1 do Código Comercial, elaborado em conformidade com todos os protocolos de reporting social, ambiental e societal usados

pelo BNP Paribas (doravante designados «Referencial») e que estão resumidos no Relatório de gestão, estando disponíveis, mediante pedido, junto da Delegação de Responsabilidade Social e Ambiental do BNP Paribas.

INDEPENDÊNCIA E CONTROLO DE QUALIDADE

A nossa independência define-se pelos textos regulamentares, o Código conformidade com as regras deontológicas, as normas profissionais e os deontológico da profissão bem como o disposto no

artigo L822-11 do Código comercial. Por outro lado, implementamos um sistema de controlo de textos legais e regulamentares aplicáveis.

RESPONSABILIDADE DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Tendo como base os nossos trabalhos, compete-nos:

- certificar que as informações RSE requeridas estão presentes no Relatório de gestão ou são objeto, em caso de omissão, de uma explicação nos termos do parágrafo terceiro do artigo R225-105 do Código Comercial (Certificado de presença das informações RSE);
- expressar uma conclusão de certeza moderada sobre o facto de que as informações RSE, no seu conjunto, são apresentadas, em todos os aspetos relevantes, de forma sincera em conformidade com o Referencial (Parecer fundamentado sobre a sinceridade das informações RSE)..

O nosso trabalho foi realizado por uma equipa de 6 pessoas, entre 26 de setembro de 2013 e 7 de março de 2014, durante um período de cerca de 7 semanas. Para nos ajudar na concretização do nosso trabalho, pedimos a colaboração dos nossos especialistas em matéria de RSE.

Realizamos o trabalho descrito abaixo em conformidade com as normas profissionais aplicáveis em França e com o decreto de 13 de maio de 2013, que determina a maneira como o organismo terceiro independente realiza a sua missão e, quanto ao parecer fundamentado de sinceridade, em conformidade com a norma internacional ISAE 3000⁽¹⁾.

I. CERTIFICADO DE PRESENÇA DAS INFORMAÇÕES RSE

Com base em entrevistas com os responsáveis das direções visadas, ficámos a conhecer as orientações para o desenvolvimento sustentável, em função das consequências sociais e ambientais associadas à atividade da empresa e os seus compromissos societais e, quando aplicável, as ações ou programas que daí resultam.

Comparamos as informações RSE apresentadas no Relatório de gestão com a lista prevista no artigo R225-105-1 do Código Comercial.

Na ausência de algumas informações consolidadas, constatamos que forma dadas explicações de acordo com as disposições do artigo R225-105, parágrafo 3º do Código Comercial.

Verificamos que as informações RSE cobriam o perímetro de consolidação, ou seja, a empresa e suas subsidiárias, nos termos do artigo L233-1 e as empresas que controla, na aceção do artigo L233-3 do Código Comercial, com os limites especificados na introdução do capítulo 7.3 para as informações sociais, 7,4 para as informações societais, bem como no parágrafo «Medir os desafios e implicar o Grupo em objetivos específicos» do capítulo 7.5 para as informações ambientais.

Com base neste trabalho e tendo em conta as limitações supramencionadas, podemos confirmar a presença no Relatório de gestão das informações RSE exigidas.

II. PARECER FUNDAMENTADO SOBRE A SINCERIDADE DAS INFORMAÇÕES RSE

Natureza e extensão dos trabalhos

Realizamos cerca de trinta entrevistas com vinte pessoas responsáveis pela elaboração das informações RSE junto dos departamentos responsáveis pelo processo de recolha de informações e, se for o caso, responsáveis pelos procedimentos de controlo interno e de gestão de riscos para:

- avaliar a adequação do Referencial em relação à sua relevância, integralidade, fiabilidade, neutralidade, compreensibilidade, tendo em conta, se for caso disso, as melhores práticas do setor;
- verificar a implementação de um processo de recolha, compilação, tratamento e controlo da integralidade e consistência das informações RSE e conhecer os procedimentos de controlo interno e de gestão de risco relacionados com a elaboração das informações RSE.

Determinamos a natureza da extensão dos nossos testes e controlos em função da natureza e importância das informações RSE em relação às características da empresa, dos desafios sociais e ambientais das suas atividades, das suas orientações em matéria de desenvolvimento sustentável e das boas práticas setoriais.

Para obter informações RSE que consideramos mais importantes, identificadas no anexo ao presente relatório:

- ao nível da entidade de consolidação BNP Paribas SA, consultamos fontes documentais e realizamos entrevistas para corroborar a informação qualitativa (organização, políticas, ações), implementamos procedimentos analíticos sobre a informação quantitativa e verificamos, com base em testes, os cálculos e a consolidação dos dados e verificamos a sua consistência e coerência com outras informações incluídas no relatório de gestão;
- ao nível de uma amostra representativa de entidades que selecionamos⁽²⁾ de acordo com a sua atividade, o seu contributo para os indicadores consolidados, a sua localização e a sua análise de risco, realizamos entrevistas para verificar a correta aplicação dos procedimentos e para identificar eventuais omissões, implementamos testes detalhados com base em amostragens, que consistiam em verificar os cálculos efetuados e conciliar os documentos comprovativos. A amostra selecionada representa em média 45% dos efetivos e entre 43 e 58% das informações quantitativas ambientais.

(1) ISAE 3000 – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information

(2) As entidades selecionadas são as seguintes:

- BNP Paribas SA, BNP Paribas Securities Services e BNP Paribas Personal Finance (França) para os indicadores sociais; ITP IMEX para os dados de consumo energético dos edifícios em França; ITP ARF para os dados relativos às viagens de negócios e às compras de papel em França e noutros países que utilizam os fornecedores do Grupo.
- Bank of the West (Estados- Unidos), BNP Paribas Fortis (Bélgica), BNP Paribas Polska (Polónia), TEB (Turquia) para todos os indicadores sociais e ambientais.

Para as outras informações consolidadas RSE, avaliamos a sua coerência em relação com o nosso conhecimento da empresa.

Finalmente, avaliamos a relevância das explicações, se for caso disso, da ausência total ou parcial de certas informações.

Acreditamos que os métodos de amostragem e a dimensão da amostra que utilizamos, exercendo o nosso julgamento profissional, nos permitem formular uma conclusão de certeza moderada. Um nível mais elevado de certeza teria exigido uma avaliação mais extensa. Devido à utilização de

técnicas de amostragem e dos outros limites inerentes ao funcionamento de qualquer sistema de informação e de controlo interno, o risco de não detetar uma anomalia relevante nas informações RSE não pode ser completamente eliminado.

Conclusão

Com base no nosso trabalho, não identificamos qualquer anomalia significativa que possa pôr em causa o facto de que as informações sobre a RSE, no seu conjunto, são apresentadas de forma sincera, em conformidade com o Referencial.

Neuilly-sur-Seine, 7 de março de 2014

Um dos Revisores Oficiais de Contas do BNP Paribas SA

PricewaterhouseCoopers Audit

Étienne Boris

Sócio

Sylvain Lambert

Sócio do Departamento de Desenvolvimento Sustentável

ANEXO: LISTA DAS INFORMAÇÕES QUE CONSIDERAMOS MAIS RELEVANTES

Informações sociais quantitativas

- efetivo total em 31 de dezembro de 2013, distribuição por idade e por sexo, taxa de contratos com termo no efetivo total e percentagem de efetivos com contratos sem termo;
 - entradas contratos sem termo (e distribuição geográfica) e razões para sair dos contratos sem termo;
 - taxa de absentismo e taxa de absentismo excluindo licença de maternidade;
 - número de acordos coletivos assinados durante o ano;
 - igualdade homens-mulheres – taxa de mulheres SMP;
 - número de colaboradores deficientes;
- número de horas de formação e número de ligações à plataforma de e-learning.

Informações sociais qualitativas

- organização do diálogo social;
- condições de saúde e segurança no trabalho;
- políticas implementadas em matéria de formação;
- política de luta contra as discriminações.

Informações ambientais quantitativas

- consumo de energia por fonte (eletricidade, gás natural, gasóleo para aquecimento, calor e frio urbano);
 - viagens de negócios de comboio, avião e carro;
 - emissões de gases com efeito de estufa (scopes I, II e III);
 - consumo de papel e parte de papel responsável;
 - adaptação às consequências das alterações climáticas.

Informações ambientais qualitativas

- organização da empresa para ter em conta as questões ambientais;
- política geral em matéria ambiental e consequências ambientais dos investimentos;
 - prevenção, reciclagem e eliminação de resíduos.

Informações sociais qualitativas

- impacto territorial, económico e social da atividade da empresa e financiamento sustentável da economia;
- relações mantidas com pessoas ou organizações interessadas na atividade da empresa;
 - ações de parceria e de mecenato;
- subcontratação e fornecedores, nomeadamente a avaliação do desempenho destes em termos de RSE;
- produtos e serviços adequados para a saúde e segurança dos clientes;

8

INFORMAÇÕES GERAIS

8.1	Documentos acessíveis ao público	440
8.2	Contratos importantes	440
8.3	Situação de dependência	440
8.4	Mudança significativa	441
8.5	Investimentos	441
8.6	Informações relativas à atividade por país	442
8.7	Atos constitutivos e estatutos	443
8.8	Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados	448

8.1 Documentos acessíveis ao público

Este documento está disponível no website www.invest.bnpparibas.com ou no website da Autoridade dos Mercados Financeiros www.amf-france.org.

Qualquer pessoa que queira obter mais informações sobre o Grupo BNP Paribas pode, sem qualquer compromisso, solicitar os documentos:

■ por correio :

BNP Paribas – Finance Groupe
Relations Investisseurs et Information Financière
3, rue d'Antin – CAA01B1
75002 Paris

■ por telefone : 01 40 14 63 58

A informação legal está disponível no website: <http://invest.bnpparibas.com/fr/pid757/information-r-eglement-ee.html>.

8.2 Contratos importantes

Até à data, o BNP Paribas não celebrou nenhum contrato importante, além dos celebrados no âmbito normal dos seus negócios, que lhe confira uma obrigação ou um compromisso dirimente para todo o Grupo.

8.3 Situação de dependência

Em abril de 2004 entrou em funcionamento a empresa em joint venture «BNP Paribas Partners for Innovation» (BP²¹) que, constituída com a IBM France no final de 2003, presta serviços de infraestrutura de produção informática para o BNP Paribas SA e várias das suas filiais francesas (BNP Paribas Personal Finance, BP2S, BNP Paribas Cardif...) ou europeias (Suíça, Itália). Em meados de dezembro de 2011, o dispositivo contratual com a IBM France foi renovado e prolongado até ao final de 2017. Em finais de 2012, foi celebrado um acordo para alargar este dispositivo progressivamente ao BNP Paribas Fortis a partir de 2013.

O BP²¹ está colocado sob o controlo operacional da IBM France; o BNP Paribas exerce uma forte influência sobre esta entidade que detém em partes iguais com a IBM France: os recursos humanos do BNP Paribas disponibilizados ao BP²¹

perfazem metade do seu efetivo permanente, os edifícios e os centros de tratamento pertencem ao Grupo, a governação implementada garante contratualmente ao BNP Paribas uma supervisão do dispositivo e a sua reintegração no Grupo se for necessário.

A ISFS, empresa detida a 100 % pelo grupo IBM, assegura igualmente serviços de infraestrutura de produção informática para o BNP Paribas Luxemburgo.

A produção informática do BancWest é garantida por um fornecedor externo: Fidelity Information Services. A produção informática de Cofinoga França é assegurada pela SDDC, uma empresa detida a 100 % pela IBM.

8.4 Mudança significativa

Não ocorreu nenhuma mudança significativa da situação financeira ou comercial do Grupo desde o fim do último exercício, em relação ao qual foram publicadas as Demonstrações financeiras verificadas, e em particular desde a assinatura, em 7 de março de 2014, do relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas.

8.5 Investimentos

Desde o dia 1 de janeiro de 2011, os investimentos de um montante unitário superior a 500 milhões de euros, considerado significativo à escala do Grupo, são os seguintes:

País	Data do anúncio	Transação	Valor da transação	Comentários
Itália	22 de junho de 2011	Aquisição pelo BNP Paribas, junto do grupo Intesa Sanpaolo, da sua participação de 25 % do capital de Findomestic	629 M€(para 25 %)	Aquisição maioritária de 100 % do capital de Findomestic pelo BNP Paribas Personal Finance
Bélgica	13 de novembro de 2013	Aquisição pelo BNP Paribas, junto da SFPI(*) da sua participação de 25% do capital do BN	3 250 M€(para 25 %)	Na sequência desta operação, o BNP Paribas detém 99,93% do BNP Paribas Fortis

(*) Société Fédérale de Participations et d'Investissement : sociedade an nima de interesse público agindo por conta do estado belga.

8.6 Informações relativas à atividade por país

Em milhões de euros	Resultado Líquido Bancário Exercício em 2013	Total Financeiro ^(*) Em 31 de dezembro de 2013
Estados membros da União Europeia		
Alemanha	1 060	3 409
Áustria	13	42
Bélgica	4 291	17 234
Bulgária	56	1 520
Dinamarca	32	82
Espanha	847	1 693
França	13 590	56 585
Grécia	6	50
Hungria	104	486
Irlanda	135	163
Itália	4 745	18 162
Luxemburgo	1 308	3 806
Países Baixos	402	1 021
Polónia	297	3 548
Portugal	182	1 454
República Checa	137	589
Romênia	47	790
Reino Unido	2 369	6 111
Eslováquia	26	160
Suécia	28	151
Outros países da Europa		
Finlândia	5	30
Guernsey	6	19
Jersey	78	222
Ilha de Man	2	6
Kosovo	13	551
Mónaco	33	214
Noruega	39	101
Federação Russa	126	515
Sérvia	10	301
Suíça	622	1 514
Ucrânia	161	7 155
África e bacia do Mediterrâneo		
África do Sul	5	21
Argélia	117	1 248
Arábia Saudita	11	22
Bahreim	44	361

Em milhões de euros	Resultado Líquido Bancário Exercício em 2013	Total Financeiro ^(*) em 31 de dezembro de 2013
Burkina Faso	21	319
Costa do Marfim	51	557
Egito	48	0
Emirados Árabes Unidos	34	97
Kuwait	7	29
Marrocos	288	3 589
Mali	15	92
Qatar	16	32
Senegal	45	472
Tunísia	68	1 258
Turquia	795	10 585
Américas		
Argentina	93	239
Brasil	639	1 207
Ilhas Caimão ^(**)	28	0
Canadá	51	255
Chile	57	289
Colômbia	19	208
Estados Unidos	3 649	14 849
México	13	161
Panamá ^(***)	0	0
Ásia e Pacífico		
Austrália	149	485
China	70	348
República da Coreia	130	393
Hong Kong	519	2 040
Indonésia	38	117
Índia	164	3 383
Japão	335	711
Malásia	17	61
Nova Zelândia	5	37
Filipinas	1	10
Singapura	371	1 632
Tailândia	23	61
Taiwan	96	438
Vietname	20	44
TOTAL DO GRUPO	38 822	173 334

(*) Trata-se do efetivo equivalente a tempo inteiro (ETP gerido das entidades consolidadas) ponderado pela taxa de integração da entidade nas contas consolidadas. (**) O resultado das entidades implantadas nas Ilhas Caimão é taxado nos Estados Unidos e os seus efetivos situam-se igualmente nos Estados Unidos.

(***) O processo de liquidação da entidade situada no Panamá, iniciado desde julho de 2010, aguarda o do regulador local.

8.7 Atos constitutivos e estatutos

Os estatutos do BNP Paribas podem ser consultados no sítio internet www.invest.bnpparibas.com e estão disponíveis mediante simples pedido para a morada indicada no ponto 8.1. Os estatutos atualizados em 10 de janeiro de 2014 são reproduzidos seguidamente na íntegra:

TÍTULO I

FORMA – DENOMINAÇÃO – SEDE SOCIAL - OBJETO

Artigo 1º

A Sociedade denominada BNP Paribas é uma sociedade anónima autorizada na qualidade de banco por aplicação das disposições do Código Monetário e Financeiro (Livro V, Título I) relativas aos estabelecimentos do sector bancário.

A Sociedade foi fundada segundo um decreto de 26 de maio de 1966, a sua duração foi aumentada para noventa e nove anos a contar de 17 de setembro de 1993.

Além das regras particulares ligadas ao seu estatuto de estabelecimento do sector bancário (Livro V, Título I do Código Monetário e Financeiro), o BNP PARIBAS é regido pelas disposições do Código Comercial relativas às sociedades comerciais, assim como pelos presentes estatutos.

Artigo 2º

A sede do BNP PARIBAS está estabelecida em PARIS (9º *arrondissement*) 16, Boulevard des Italiens

Artigo 3º

O BNP PARIBAS tem por objeto, nas condições determinadas pela legislação e regulamentação aplicável aos estabelecimentos de crédito que receberam a autorização do *Comité des Etablissements de Crédit et des Entreprises d'Investissement* enquanto estabelecimento de crédito, fornecer ou efetuar com todas as pessoas singulares ou coletivas, tanto em França como no estrangeiro:

- todos os serviços de investimento,
- todos os serviços conexos aos serviços de investimento,
- todas as operações bancárias,
- todas as operações conexas às operações bancárias,
- todas as participações,

no sentido do Livro III, Título I relativo às operações bancárias, e Título II relativo aos serviços de investimento e os seus serviços conexos, do Código Monetário e Financeiro.

O BNP PARIBAS pode igualmente a título habitual, nas condições definidas pela regulamentação bancária, exercer qualquer outra atividade ou efetuar quaisquer outras operações que não sejam as supracitadas e nomeadamente todas as operações de arbitragem, de corretagem e de comissão.

De um modo geral, o BNP PARIBAS pode efetuar, por si próprio e por conta de terceiros ou em participação, todas as operações financeiras, comerciais, industriais ou agrícolas, mobiliárias ou imobiliárias que possam dizer direta ou indiretamente respeito às atividades acima enunciadas ou suscetíveis de facilitar o seu cumprimento.

TÍTULO II

CAPITAL SOCIAL – AÇÕES

Artigo 4º

O capital social é fixado em 2.490.325.618 euros ; está dividido em 1.245.162.809 ações com valor nominal de 2 euros cada uma integralmente realizadas.

Artigo 5º

As ações integralmente realizadas são de forma nominativa ou ao portador, à escolha do titular, sob reserva das disposições legais e regulamentares em vigor.

As ações dão lugar à inscrição em conta nas condições e de acordo com as modalidades previstas pelas disposições legislativas e regulamentares em vigor e transmitem-se por transferência entre contas.

A Sociedade pode pedir a comunicação das informações relativas à composição da sua estrutura de acionistas em conformidade com as disposições do artigo L.228-2 do Código Comercial.

Qualquer acionista agindo só ou em concertação, sem prejuízo dos limites visados no artigo L.233-7, alínea 1, do Código Comercial, que venha a deter direta ou indiretamente pelo menos 0.5% do capital ou dos direitos de voto da Sociedade ou um múltiplo desta percentagem inferior a 5 % deve informar, por carta registada com aviso de recepção, a Sociedade no prazo previsto no artigo L.233-7 do Código Comercial.

Para além de 5 %, a obrigação de declaração prevista na alínea anterior incide sobre frações do capital ou dos direitos de voto de 1 %.

As declarações mencionadas nas duas alíneas anteriores são igualmente feitas quando a participação no capital se torna inferior aos limites acima mencionados.

O não cumprimento de declaração dos limites, tanto legais como estatutários, dá lugar à privação dos direitos de voto nas condições previstas no artigo L.233-14 do Código Comercial a pedido de um ou vários acionistas detendo em conjunto de pelo menos 2 % do capital ou dos direitos de voto da Sociedade.

Artigo 6º

Cada ação dá direito na propriedade do ativo social e no excedente de liquidação a uma parte igual à quota de capital que representa.

Sempre que for necessário possuir vários títulos para exercer um direito qualquer, nomeadamente em caso de troca, de reagrupamento ou de atribuição de títulos, ou no seguimento de um aumento ou de uma redução de capital, independentemente das suas modalidades, de uma fusão ou de qualquer outra operação, os proprietários de títulos em número inferior ao requerido só podem exercer os seus direitos se tratarem pessoalmente do agrupamento e eventualmente, da compra ou da venda do número de títulos ou de direitos formando valores não inteiros necessários.

TÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º

A Sociedade é administrada por um Conselho de administração composto por:

1/ Administradores nomeados pela Assembleia Geral ordinária dos acionistas

O seu número é de nove no mínimo e de dezoito no máximo. Os administradores eleitos pelos assalariados não são considerados para a determinação do número mínimo e máximo de administradores.

A duração das suas funções é de três anos.

Quando por aplicação das disposições legislativas e regulamentares em vigor, um administrador é nomeado em substituição de outro, este só exerce as suas funções durante o período que faltar para o fim do mandato do seu antecessor.

As funções de um administrador cessam no término da reunião da Assembleia Geral ordinária que delibera sobre as contas do exercício findo, realizada no ano durante o qual expira o seu mandato.

Os administradores são sempre reelegíveis, sob reserva das disposições legais relativas nomeadamente à sua idade.

Cada administrador, incluindo os administradores eleitos pelos assalariados, deve ser proprietário de pelo menos 10 ações.

2/ Administradores eleitos pelo pessoal assalariado do BNP PARIBAS SA

O estatuto e as modalidades de eleição destes administradores são fixados pelos artigos L. 225-27 a L. 225-34 do Código Comercial, assim como pelos presentes Estatutos.

São dois no total, um dos quais representando os quadros e o outro os técnicos das áreas de intervenção do banco. São eleitos pelo pessoal assalariado do BNP PARIBAS SA

A duração dos seus mandatos é de três anos. As eleições são organizadas pela Direção Geral. O calendário e as modalidades das operações eleitorais são estabelecidos por esta em concertação com as organizações sindicais representativas a nível nacional dentro da empresa, de tal forma que a segunda volta possa ter lugar o mais tardar quinze dias antes do fim do mandato dos administradores cessantes.

A eleição tem lugar em cada um dos colégios por escrutínio maioritário de duas voltas.

Cada candidatura apresentada durante a primeira volta das eleições deve incluir, além do nome do candidate, o do seu eventual substituto.

Nenhuma modificação das candidaturas pode intervir durante a segunda volta.

Os candidatos devem pertencer ao colégio no qual são apresentados. As candidaturas diferentes daquelas apresentadas por uma organização sindical representativa a nível da empresa devem ser acompanhadas de um documento apresentando os nomes e assinaturas de cem eleitores pertencentes ao colégio do qual elas dependem.

Artigo 8º

O Presidente do Conselho de Administração é nomeado entre os membros do Conselho de Administração.

Sob proposta do Presidente, o Conselho de Administração pode designar um ou vários Vice-presidentes.

Artigo 9º

O Conselho reúne-se sempre que o interesse da Sociedade o exija. Reúne-se por convocação do seu Presidente. Pelo menos um terço dos administradores pode pedir ao Presidente para convocar o Conselho para uma determinada ordem de trabalhos, mesmo se a última reunião tiver sido há menos de dois meses. O Diretor Geral pode igualmente pedir ao Presidente para convocar o Conselho para uma determinada ordem de trabalhos.

As reuniões do Conselho de administração têm lugar ou na sede social, ou em qualquer outro sítio indicado na convocatória.

As convocatórias são feitas por qualquer meio e mesmo verbalmente.

O Conselho pode sempre validamente deliberar, mesmo na ausência de convocatória, se todos os seus membros estiverem presentes ou representados.

Artigo 10º

As reuniões do Conselho de Administração são presididas pelo Presidente, um administrador proposto pelo Presidente para tal, ou se tal não suceder pelo administrador mais velho.

Qualquer administrador poderá assistir e participar no Conselho de Administração por videoconferência ou por todos os meios de telecomunicação e teletransmissão, incluindo a internet nas condições previstas pela regulamentação aplicável no momento da sua utilização.

Qualquer administrador impedido de assistir a uma reunião do Conselho pode mandar, por escrito, um dos seus colegas para o representar, mas cada administrador pode representar apenas um dos seus colegas e cada poder apenas pode ser concedido para uma determinada reunião do Conselho.

A presença de pelo menos metade dos membros do Conselho é necessária para a validade das deliberações.

Em caso de vaga, por qualquer razão que seja, de um ou mais lugares de administradores eleitos pelos assalariados, não podendo dar lugar à substituição prevista no artigo L. 225-34 do Código Comercial, o Conselho de Administração é regularmente composto pelos administradores eleitos pela Assembleia Geral dos acionistas e pode reunir-se e deliberar validamente.

Membros da Direção podem assistir, com voz consultiva, às reuniões do Conselho a pedido do Presidente.

Um membro titular da comissão central de trabalhadores, designado por esta última, assiste, com voz consultiva, às sessões do Conselho nas condições previstas pela legislação em vigor.

As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes ou representados. Em caso de empate na votação, o voto do Presidente de sessão é preponderante, exceto quando se trata da proposta da nomeação do Presidente do Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho são verificadas por atas inscritas num registo especial, estabelecido em conformidade com a legislação em vigor e assinadas pelo Presidente de sessão, assim como por um dos membros do Conselho que tenha tomado parte na deliberação.

O Presidente designa o secretário do Conselho que pode ser escolhido fora dos seus membros.

As cópias ou certidões destas atas são validamente assinadas pelo Presidente, o Diretor Geral, os Diretores Gerais delegados ou um dos procuradores especialmente mandatado para o efeito.

Artigo 11º

A Assembleia Geral ordinária pode atribuir aos administradores fichas de presença nas condições previstas pela lei.

O Conselho de Administração distribui esta remuneração entre os seus membros como bem entender.

O Conselho pode atribuir remunerações excecionais para as missões ou mandatos confiados a administradores nas condições aplicáveis às convenções sujeitas a autorização, em conformidade com as disposições dos artigos L. 225-38 a L. 225-43 do Código Comercial. Este pode também autorizar o reembolso das despesas de viagem e de deslocação e das despesas realizadas pelos administradores no interesse da Sociedade.

TÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO PRESIDENTE, DA DIREÇÃO GERAL E DOS CENSORES

Artigo 12º

O Conselho de Administração determina as orientações da atividade do BNP PARIBAS e certifica-se da sua implementação. Sob reserva dos poderes expressamente atribuídos às Assembleias de acionistas e dentro do limite do objeto social, trata todas as questões ligadas ao bom funcionamento do BNP PARIBAS e resolve pelas suas deliberações os assuntos que lhe dizem respeito. O Conselho de Administração recebe do Presidente ou do Diretor Geral da Sociedade todos os documentos e informações necessários ao cumprimento da sua missão.

As decisões do Conselho de Administração são executadas, ou pelo Presidente, Diretor Geral ou Diretores Gerais delegados, ou por qualquer delegado especial designado pelo Conselho.

Sob proposta do seu Presidente, o Conselho de Administração pode decidir a criação de comités encarregues de missões específicas.

Artigo 13º

O Presidente organiza e dirige os trabalhos do Conselho de Administração, que depois reporta à Assembleia Geral. Certifica-se do bom funcionamento dos órgãos do BNP PARIBAS e assegura-se, em particular, de que os administradores estão aptos a desempenhar a sua missão.

A remuneração do Presidente é fixada livremente pelo Conselho de Administração.

Artigo 14º

Por escolha do Conselho de Administração, a Direção Geral da Sociedade é assumida, sob a sua responsabilidade, ou pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por outra pessoa singular nomeada pelo Conselho e com o título de Diretor Geral. Esta escolha é levada ao conhecimento dos acionistas e dos terceiros em conformidade com as disposições regulamentares em vigor.

O Conselho de Administração poderá decidir que esta escolha tem um tempo determinado.

Na hipótese de o Conselho decidir que a Direção Geral é assegurada pelo Presidente do Conselho de Administração, as disposições dos presentes Estatutos relativas ao Diretor Geral aplicar-se-ão ao Presidente do Conselho de Administração que assumir, neste caso, o título de Presidente do Conselho de Administração. Este é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 65 anos.

Na hipótese de o Conselho decidir a dissociação das funções, o Presidente é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 68 anos; todavia, o Conselho pode decidir prolongar as funções do Presidente até ao término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 69 anos. O Diretor Geral é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 63 anos; todavia, o Conselho pode decidir prolongar as funções do Diretor Geral até ao término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 64 anos.

Artigo 15º

O Diretor Geral é investido dos poderes mais extensos para agir em todas as circunstâncias em nome do BNP PARIBAS. Este exerce os seus poderes dentro do limite do objeto social e sob reserva daqueles que a lei atribui expressamente às Assembleias de acionistas e ao Conselho de Administração.

Este representa o BNP PARIBAS nas suas relações com terceiros. O BNP PARIBAS compromete-se mesmo pelos atos do Diretor Geral que não digam respeito ao objeto social, a não ser que o banco prove que o terceiro sabia que o ato ultrapassava este objeto ou que ele não o podia ignorar atendendo às circunstâncias, ficando excluído que a única publicação dos Estatutos baste para constituir esta prova.

O Diretor Geral é responsável pela organização e pelos procedimentos de controlo interno e pelo conjunto das informações exigidas pela lei relativamente ao Relatório sobre o controlo interno.

O Conselho de administração pode limitar os poderes do Diretor Geral, mas esta limitação é inoponível a terceiros.

O Diretor Geral pode substituir parcialmente nos seus poderes, de forma temporária ou permanente, tantos mandatários quanto desejar, com ou sem a faculdade de substituir.

A remuneração do Diretor Geral é fixada livremente pelo Conselho de Administração.

O Diretor Geral é revogável a qualquer momento pelo Conselho. Se a revogação for decidida sem justa causa, pode dar lugar a uma indemnização por perdas e danos, exceto quando o Diretor Geral assume as funções do Presidente do Conselho de Administração.

Quando o Diretor Gral é administrador, a duração das suas funções não pode exceder a do seu mandato.

Artigo 16º

Sob proposta do Diretor Geral, o Conselho de Administração pode nomear, dentro dos limites legais, uma ou várias pessoas singulares encarregues de assistir o Diretor Geral, com o título de Diretor Geral delegado.

Em acordo com o Diretor Geral, o Conselho determina a extensão e a duração dos poderes conferidos aos Diretores Gerais delegados. Estes últimos dispõem todavia perante terceiros dos mesmos poderes que o Diretor Geral.

Quando o Diretor Geral cessa ou é impedido de exercer as suas funções, os Diretores Gerais delegados conservam, salvo decisão em contrário do Conselho, as suas funções e as suas atribuições até à nomeação do novo Diretor Geral.

As remunerações dos Diretores Gerais delegados são fixadas livremente pelo Conselho de Administração, por proposta do Diretor Geral.

Os Diretores Gerais delegados são revogáveis a qualquer momento, por proposta do Diretor Geral, pelo Conselho. Se a revogação for decidida sem justa causa, pode dar lugar a uma indemnização por perdas e danos.

Quando um Diretor Geral delegado é administrador, a duração das suas funções não pode exceder a do seu mandato.

As funções dos Diretores Gerais delegados cessam o mais tardar no término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiram a idade de 65 anos.

Artigo 17º

Sob proposta do Presidente, o Conselho de Administração pode designar um ou dois censores.

Os censores são convocados e participam com voto consultivo nas reuniões do Conselho de Administração.

São nomeados por seis anos e podem ser reconduzidos nas suas funções, sendo que também pode a qualquer momento ser-lhes colocado um fim em condições semelhantes.

São escolhidos entre os acionistas e podem receber uma remuneração determinada pelo Conselho de Administração.

TÍTULO V**ASSEMBLEIAS DE ACIONISTAS****Artigo 18º**

As Assembleias Gerais são compostas por todos os acionistas.

As Assembleias Gerais são convocadas e deliberam nas condições previstas pelo Código Comercial.

Reúnem na sede social ou em qualquer outro lugar indicado na convocatória.

São presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta deste, por um administrador designado para o efeito pela Assembleia.

Qualquer acionista tem o direito, com justificação da sua identidade, de participar nas Assembleias Gerais, assistindo a estas pessoalmente, ou devolvendo um boletim de voto por correspondência ou designando um mandatário.

Esta participação é subordinada ao registo contabilístico dos títulos, seja nas contas de títulos nominativos mantidos pela Sociedade, seja nas contas de títulos ao portador mantidas pelo intermediário mandatado, nos prazos e condições previstos pela regulamentação em vigor. No caso dos títulos ao portador, o registo contabilístico dos títulos é verificado por uma declaração de participação fornecida pelo intermediário mandatado.

A data máxima de retorno dos boletins de voto por correspondência é fixada pelo Conselho de Administração e comunicada na convocatória publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires (BALO)*.

Em todas as Assembleias Gerais, o direito de voto ligado às ações incluindo um direito de usufruto é exercido pelo usufrutuário.

Se o Conselho de Administração assim o decidir no momento da convocatória da Assembleia, a transmissão pública da totalidade da Assembleia por videoconferência ou por quaisquer meios de telecomunicação e teletransmissão, incluindo a Internet, é autorizada. Se tal for o caso, esta decisão é comunicada na convocatória da reunião publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires (BALO)*.

Qualquer acionista poderá igualmente, se o Conselho de Administração assim o decidir no momento da convocatória da Assembleia, participar no voto por videoconferência ou por quaisquer meios de telecomunicação e teletransmissão, incluindo a Internet, nas condições previstas pela regulamentação aplicável no momento da sua utilização. Em caso de utilização de um formulário eletrónico, a assinatura do acionista poderá tomar a forma ou de uma assinatura segura ou de um procedimento fiável de identificação garantindo a sua ligação com o ato ao qual está ligada, podendo nomeadamente consistir num número de identificação e uma palavra passe. Se tal for o caso, esta decisão é comunicada na convocatória da reunião publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires (BALO)*.

TÍTULO VI**REVISORES OFICIAIS DE CONTAS****Artigo 19º**

Pelo menos dois Revisores Oficiais de Contas titulares e pelo menos dois Revisores Oficiais de Contas suplentes são nomeados pela Assembleia Geral de acionistas para seis exercícios, cessando as suas funções após aprovação das contas do sexto exercício.

TÍTULO VII

CONTAS ANUAIS

Artigo 20º

O exercício começa a 1 de janeiro e acaba a 31 de dezembro.

No fim (final?) de cada exercício, o Conselho de Administração estabelece as contas anuais, assim como um relatório escrito sobre a situação da Sociedade e a atividade da mesma durante o exercício findo.

Artigo 21º

As receitas do exercício, após dedução dos encargos, das amortizações e das provisões, constituem o resultado.

O lucro distribuível é constituído pelo lucro do exercício, deduzido das perdas anteriores, assim como das somas a registar em reserva nos termos da lei e aumentado do resultado transitado beneficiário.

Sobre o lucro distribuível, a Assembleia Geral pode levantar quaisquer quantias para as afetar à dotação de quaisquer reservas facultativas, ordinárias ou extraordinárias, ou para as incluir de novo em resultados transitados.

A Assembleia Geral pode igualmente decidir a distribuição de quantias levantadas das reservas de que dispõe.

Contudo, excetuando o caso de redução de capital, nenhuma distribuição pode ser feita aos acionistas quando os capitais próprios são ou se tornariam, no seguimento desta, inferiores ao montante do capital aumentado das reservas, que a lei ou os Estatutos não permitem distribuir.

A Assembleia pode, em conformidade com as disposições do artigo L.232-18 do Código Comercial, propor aos acionistas uma opção do pagamento do dividendo ou dos adiantamentos sobre dividendo, em todo ou em parte, por entrega de novas ações da Sociedade.

TÍTULO VIII

DISSOLUÇÃO

Artigo 22º

Em caso de dissolução do BNP PARIBAS, os acionistas determinam o modo de liquidação, nomeiam os liquidatários por proposta do Conselho de Administração e, geralmente, assumem todas as funções reservadas à Assembleia Geral dos acionistas de uma sociedade anónima no decorrer da liquidação e até ao seu fecho.

TÍTULO IX

DIFERENDOS

Artigo 23º

Todos os diferendos que possam ser levantadas durante a existência do BNP PARIBAS ou durante a sua liquidação, quer entre os acionistas, quer entre eles e o BNP PARIBAS, à luz dos presentes Estatutos, serão julgadas em conformidade com a lei e submetidas à jurisdição dos tribunais competentes.

8.8 Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados

Assembleia geral de aprovação das contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2013

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício encerrado a 31 de dezembro de 2013

Aos Acionistas
BNP Paribas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Na qualidade de Revisores oficiais de contas da vossa sociedade, vimos apresentar-vos o nosso relatório sobre as convenções e compromissos regulamentados. Cabe-nos comunicar-vos, com base nas informações que nos foram dadas, as características e as modalidades essenciais das convenções e compromissos dos quais fomos avisados ou que teríamos verificado por ocasião da nossa missão, sem ter de nos pronunciar sobre a sua utilidade e o seu fundamento nem procurar a existência de outras convenções e compromissos. Deverão, nos termos do artigo R.225-31 do Código Comercial, apreciar o interesse que estava ligado à conclusão destas convenções e compromissos com vista à sua aprovação.

Por outro lado, cabe-nos, se tal for o caso, comunicar-vos as informações previstas no artigo R.225-31 do Código comercial relativas à execução, durante o exercício findo, das convenções e compromissos já aprovados pela Assembleia-geral.

Efetuámos as diligências que considerámos necessárias em conformidade com a doutrina profissional da *Compagnie nationale des commissaires aux comptes* relativa a esta missão. Estas diligências consistiram em verificar a concordância das informações que nos foram dadas com os documentos de base dos quais são oriundas.

CONVENÇÕES E COMPROMISSOS SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Convenções e compromissos autorizados durante o exercício findo

Por aplicação do artigo L.225-40 do Código Comercial, fomos avisados da convenção e do compromisso seguintes que foram alvo da autorização prévia do vosso Conselho de administração

■ Convenção concluída entre o BNP Paribas e o Estado belga relativa à recompra pelo BNP Paribas dos 25 % do BNP Paribas Fortis SA/NV detidos pela Société Fédérale de Participations et d'Investissement (autorizada pelo Conselho de administração em 13 de novembro de 2013)

Acionista dispondo de uma fração dos direitos de voto superior a 10 %:

Société Fédérale de Participations et d'Investissement.

O Conselho de administração do de BNP Paribas, por ocasião da sua sessão de 13 de novembro de 2013, autorizou a recompra pelo BNP Paribas da participação de 25 % detida pelo Estado belga, através da Société Fédérale de Participations et d'Investissement (SFPI), no BNP Paribas Fortis SA/NV por um montante de 3,25 bilhões de euros, pago em numerário a 14 de novembro de 2013.

CONVENÇÕES E COMPROMISSOS JÁ APROVADOS PELA ASSEMBLEIA GERAL

Convenções e compromissos aprovados durante os exercícios anteriores cuja execução prosseguiu durante o exercício findo

Por aplicação do artigo R. 225-30 do Código comercial, fomos informados de que a execução da convenção seguinte, já aprovada pela Assembleia-geral durante os exercícios anteriores, prosseguiu durante o exercício findo.

- Protocolo fixando as relações com a Axa (autorizado pelo Conselho de administração de 30 de julho de 2010)

Administrador visado:

Senhor Michel Pébereau, Administrador da AXA,

Presidente Honorário – Administrador do BNP Paribas.

O Conselho de administração do BNP Paribas, aquando da sua sessão de 30 de julho de 2010, autorizou a assinatura de um protocolo de acordo (a seguir o «Protocolo») entre a sociedade AXA, por um lado, e a sociedade BNP Paribas por outro lado, cuja natureza, objeto e modalidades essenciais são descritas abaixo.

O protocolo, concluído a 5 de agosto de 2010, entre a sociedade AXA (agindo por conta própria e por conta das empresas do Grupo AXA) e a sociedade BNP Paribas (agindo por conta própria e por conta das empresas do Grupo BNP Paribas), entrou em vigor na data da sua assinatura e substituiu-se a contar dessa data ao anterior protocolo de 15 de dezembro de 2005 do qual haviam sido previamente informados.

O protocolo prevê obrigações de informação recíprocas em caso de movimentos sobre as participações detidas por cada Grupo no outro Grupo

Nos termos do protocolo, as partes consentiram-se igualmente opções de compra recíprocas em caso de mudança de controlo hostil de uma delas: em caso de tomada de controlo maioritário hostil do capital do BNP Paribas por um terceiro, o Grupo AXA terá a faculdade de recomprar tudo ou parte da participação em capital ainda detida pelo grupo BNP Paribas na AXA na data do exercício da opção de compra.

Reciprocamente, em caso de tomada de controlo maioritário hostil do capital da AXA por um terceiro, o Grupo BNP Paribas beneficiará de uma opção de compra idêntica sobre a participação detida pelo grupo AXA no BNP Paribas.

Concluído por um período de três anos a contar de 5 de agosto de 2010, o Protocolo é renovável seguidamente por tácita recondução por períodos sucessivos de um ano cada um, exceto denúncia por uma das partes com um aviso prévio de três meses anterior à data de vencimento. O protocolo foi alvo de uma publicidade pela Autoridade dos Mercados Financeiros a 9 de agosto de 2010.

- Convenção concluída entre o BNP Paribas e o Senhor Baudouin Prot relativa à rescisão do contrato de trabalho do Senhor Baudouin Prot (autorizada pelo Conselho de administração de 3 de maio de 2011)

Administrador visado :

Senhor Baudouin Prot, Administrador,

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas.

No respeito pelo Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF, o BNP Paribas e o Senhor Baudouin Prot decidiram por convenção de 6 de maio de 2011 de por fim ao contrato de trabalho deste último.

Tendo em conta que esta rescisão implica a perda do benefício da indemnização de fim de carreira devida no âmbito dos acordos de empresa em vigor, O BNP Paribas, nos termos desta convenção, compromete-se, desde que o Senhor Baudouin Prot deixe o BNP Paribas para se reformar, a pagar-lhe na data da sua saída uma compensação de um valor de 150 000 euros correspondente ao prémio de fim de carreira que teria recebido por aplicação dos acordos acima referidos, se tivesse permanecido como assalariado do BNP Paribas até à sua saída para a reforma.

- Compromisso concluído entre o BNP Paribas e o Senhor Michel Pébereau relativo aos meios colocados à sua disposição no âmbito das suas novas funções de Presidente Honorário (autorizado pelo Conselho de administração de 1 de dezembro de 2011)

Administrador visado :

Senhor Michel Pébereau, Administrador,

Presidente Honorário – Administrador do BNP Paribas.

O Conselho de administração do BNP Paribas, aquando da sua sessão de 1 de dezembro de 2011, autorizou a empresa a colocar à disposição do Senhor Michel Pébereau, nomeado Presidente Honorário, um gabinete, uma viatura com motorista e meios de secretariado para lhe permitir realizar as missões que virá a cumprir a pedido da Direção geral no interesse do Grupo BNP Paribas.

- Convenção concluída entre o BNP Paribas e o Senhor Jean-Laurent Bonnafé relativa à rescisão do contrato de trabalho do Senhor Jean-Laurent Bonnafé (autorizada pelo Conselho de administração de 14 de dezembro de 2012)

Administrador visado :

Senhor Jean-Laurent Bonnafé, Administrador, Diretor Geral do BNP Paribas.

O Senhor Jean-Laurent Bonnafé aceitou por termo ao seu contrato de trabalho mediante uma convenção assinada com o BNP Paribas em 25 de janeiro de 2013. Esta convenção prevê, em caso de cessação das funções de Diretor Geral do Senhor Jean-Laurent Bonnafé, as disposições seguintes:

1. Não será devida nenhuma indemnização de saída ao Senhor Jean-Laurent Bonnafé :
 - em caso de falta grave ou negligência,
 - em caso de não satisfação das condições de desempenho enunciadas no parágrafo 2, ■ ou no que caso em que decida por voluntariamente fim às suas funções de Diretor geral.
2. Se a cessação das funções do Senhor Jean-Laurent Bonnafé intervier fora dos casos referidos no ponto 1, ser-lhe-ia paga uma indemnização condicional calculada da seguinte forma:
 - (a) se, em pelo menos dois dos três anos anteriores à cessação das suas funções de Diretor geral, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé cumpriu pelo menos 80 % dos objetivos quantitativos fixados pelo Conselho de administração para determinação da sua remuneração variável, a referência para o cálculo da sua indemnização seria igual a dois anos da sua última remuneração fixa e variável-alvo anterior à cessação de atividade;
 - (b) caso a taxa de sucesso referida em 2 (a) não tenha sido atingida mas a empresa tenha obtido um resultado líquido parte do Grupo positiva durante dois dos três anos anteriores à cessação da sua atividade, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé receberia uma indemnização igual a dois anos da sua remuneração devida no âmbito do anos de 2011.
3. Em caso de cessação das funções durante o ano anterior à data a partir da qual o Senhor Jean-Laurent Bonnafé teria a possibilidade de fazer valer os seus direitos à reforma, a indemnização paga:
 - será limitada à metade da determinada acima,
 - e será submetida às mesmas condições.

Feito em Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, a 7 de março de 2014

Os Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
Damien Leurent

PricewaterhouseCoopers Audit
Etienne Boris

Mazars
Hervé Hélias

9

RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS

9.1 Revisores oficiais de contas

452

9.1 Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
185, avenue Charles-de-Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri-Regnault
92400 Courbevoie

■ Deloitte & Associés foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2012 por um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2018 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2017. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 23 de maio de 2006.

Deloitte & Associés é representado pelo Sr. Damien Laurent.

Suplente:

Société BEAS, 195, avenue Charles de Gaulle, Neuilly-sur-Seine (92), identificada no SIREN sob o número 315 172 445 RCS Nanterre.

■ PricewaterhouseCoopers Audit foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2012 um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2018 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2017. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 26 de maio de 1994.

PricewaterhouseCoopers Audit é representado pelo Sr. Etienne Boris.

Suplente:

Anik Chaumartin, 63, rue de Villiers, Neuilly-sur-Seine (92).

■ Mazars foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2012 um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2018 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2017. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 23 de maio de 2000.

Mazars é representado pelo Sr. Hervé Hélias.

Suplente:

Michel Barbet-Massin, 61, rue Henri Regnault, Courbevoie (92).

Deloitte & Associés, PricewaterhouseCoopers Audit e Mazars estão registados como Revisores oficiais de contas junto da *Compagnie Régionale des Commissaires aux Comptes de Versailles* e colocados sob a autoridade do « Haut Conseil du Commissariat aux Comptes ».

10 RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

10.1	Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual	454
10.2	Declaração do responsável	454

10.1 Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual

Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ, Diretor geral do BNP Paribas

10.2 Declaração do responsável

Certifico, após ter tomado todas as medidas razoáveis nesse sentido, que as informações contidas no presente Documento de referência são, segundo tenho conhecimento, conformes à realidade e não incluem qualquer omissão de natureza a alterar o seu alcance.

Certifico, segundo tenho conhecimento, que as contas são estabelecidas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem fiel do património, da situação financeira e do resultado da Sociedade e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e que as informações inerentes ao relatório de gestão, cujo conteúdo consta da tabela de correspondência na página 457, apresentam um quadro fiel da evolução dos negócios, dos resultados e da situação financeira da Sociedade e do conjunto das empresas compreendidas na consolidação assim como uma descrição dos principais riscos e incertezas com os quais são confrontadas.

Obtive dos Revisores oficiais de contas, Deloitte & Associés, PricewaterhouseCoopers Audit e Mazars, uma carta de fim de trabalhos, na qual estes indicam ter procedido à verificação das informações incidindo sobre a situação financeira e as contas fornecidas no presente Documento assim como à leitura de conjunto do Documento.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 2013 apresentadas neste documento foram objeto de um relatório dos revisores legais, constantes nas páginas 222 a 223, que inclui um parágrafo de observações.

As contas anuais relativas ao exercício fechado em 31 de dezembro de 2013 apresentadas no Documento foram objeto de um relatório dos controladores legais, que constam nas páginas 387 a 388, que contém um parágrafo de observações.

Feito em Paris, a 7 de março de 2014

O Diretor geral

Jean-Laurent BONNAFÉ

11 TABELA DE CONCORDÂNCIA

Para facilitar a leitura do Documento de referência, a seguinte tabela de concordância remete para as principais rubricas exigidas pelo anexo 1 do regulamento europeu n° 809/2004 por aplicação da diretiva denominada « Prospectus ».

Rubricas do anexo I do regulamento europeu n° 809/2004		N° de página
1.	Pessoas responsáveis	454
2.	Revisores oficiais de contas	452
3.	Informações financeiras selecionadas	
3.1.	Informações históricas	4
3.2.	Informações intermédias	NA
4.	Fatores de risco	227-336
5.	Informações relativas ao emissor	
5.1.	História e evolução da sociedade	5
5.2.	Investimentos	117 ; 214 ; 386 ; 441
6.	Visão geral das atividades	
6.1.	Principais atividades	6-15 ; 151-153 ; 442
6.2.	Principais mercados	6-15 ; 151-153 ; 442
6.3.	Eventos excepcionais	96 ; 108 ; 116 ; 150 ; 361
6.4.	Eventual dependência	440
6.5.	Elementos fundadores de todas as declarações do emissor relativamente à sua posição concorrencial	6-15
7.	Organigrama	
7.1.	Descrição sumária	4
7.2.	Lista das filiais importantes	203-212 ; 383-385
8.	Propriedades imobiliárias, fábricas e equipamentos	
8.1.	Imobilização corpórea importante existente ou planificada	178 ; 367
8.2.	Questão ambiental podendo influenciar a utilização das imobilizações corpóreas	430-431
9.	Análise da demonstração financeira e do resultado	
9.1.	Demonstração financeira	124-126 ; 350-351
9.2.	Resultado de exploração	124-125 ; 350
10.	Tesouraria e capitais	
10.1.	Capitais do emissor	128-129
10.2.	Fonte e valor dos fluxos de tesouraria	127
10.3.	Condições de empréstimos contraídos e estrutura financeira	120 ; 217-218 ; 313-316 ; 319-324
10.4.	Informação relativa a qualquer restrição à utilização dos capitais influído sensivelmente ou podendo influir sensivelmente as operações do emissor	NA
10.5.	Fontes de financiamento esperadas	NA

Rubricas do anexo I do regulamento europeu n° 809/2004		N° de página
11.	Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças	NA
12.	Informação sobre as tendências	118-119
13.	Previsões ou estimativas do lucro	118-119
14.	Órgãos de administração, de direção e de fiscalização e Direção geral	
14.1.	Órgãos de administração e de direção	30-45 ; 94
14.2.	Conflito de interesse ao nível dos órgãos de administração e de direção	67-68 ; 45-64
15.	Remuneração e vantagens	
15.1.	Valor da remuneração paga e vantagens em espécie	45-64
15.2.	Valor total dos montantes provisionados ou constatados com vista ao pagamento de pensões, de reformas ou outras vantagens	45-64
16.	Funcionamento dos órgãos de administração e de direção	
16.1.	Data de término dos atuais mandatos	30-45
16.2.	Contratos de serviço ligando os membros dos órgãos de administração	NA
16.3.	Informações sobre o Comité de auditoria e o Comité das remunerações	73-76 ; 78-80
16.4.	Governo da sociedade em vigor no país de origem do emissor	65
17.	Assalariados	
17.1.	Número de assalariados	405-406 ; 408
17.2.	Participação e stock-options	195-199 ; 45-64 ; 418
17.3.	Acordo prevendo uma participação dos assalariados no capital do emissor	377
18.	Principais acionistas	
18.1.	Acionistas detendo mais de 5 % do capital social ou dos direitos de voto	16-17
18.2.	Existência de direitos de voto diferentes	16
18.3.	Controlo do emissor	16-17
18.4.	Acordo conhecido do emissor cuja implementação poderia, numa data posterior, provocar Uma alteração do seu controlo	17
19.	Operações com, semelhantes	45-64 ; 215-217 ; 448-450
20.	Informações financeiras relativas ao património, à demonstração financeira e aos resultados do emissor	
20.1.	Informações financeiras históricas	4 ; 124-221 ; 350-386
20.2.	Informações financeiras pro forma	NA
20.3.	Demonstrações financeiras	124-221 ; 350-381
20.4.	Verificação das informações históricas anuais	222-223 ; 387-388
20.5.	Data das últimas informações financeiras	124 ; 349
20.6.	Informações financeiras intermédias e outras	NA
20.7.	Política de distribuição dos dividendos	25 ; 118
20.8.	Processos judiciais e de arbitragem	150 ; 219-220 ; 361
20.9.	Mudança significativa da situação financeira ou comercial	441
21.	Informações complementares	
21.1.	Capital social	16 ; 200-202 ; 369-371 ; 375-378 ; 443
21.2.	Atos constitutivos e estatutos	16 ; 25 ; 200-202 ; 375-378 ; 443-446 ; 443
22.	Contratos importantes	440
23.	Informações oriundas de terceiros, declarações de peritos e declarações de interesse	NA
24.	Documentos acessíveis ao público	440
25.	Informações sobre as participações	177 ; 203-212 ; 383-385

Com vista a facilitar a leitura do Relatório Financeiro Anual, a tabela temática seguinte permite identificar as principais informações previstas no artigo L451-1-2 do Código monetário e financeiro.

Relatório Financeiro Anual	
Declaração do responsável pelo documento	454
Relatório de gestão	
■ Indicadores chave de desempenho financeiros, análise dos resultados, da demonstração financeira, dos riscos e quadro recapitulativo das delegações em curso de validade concedida pela AG aos órgãos de gestão em matéria de aumento de capital e a utilização dessas delegações durante o exercício (art. L225-100 e L225-100-2 do Código Comercial)	4 ; 96-116 ; 200-202 ; 227-347 ; 366 ; 375-378
■ Informações exigidas pelo artigo L225-100-3 do Código Comercial relativas aos elementos suscetíveis de ter uma incidência em caso de oferta pública	NA
■ Informações relativas às recompras de ações (art. L225-211, al. 2, do Código Comercial)	200 ; 378
■ Informações sociais, ambientais e sociais exigidas pelo artigo L225-102-1 do Código Comercial	389-438
Demonstrações financeiras	
■ Contas anuais	349-381
■ Relatório dos Revisores oficiais de contas anuais	387-388
■ Contas consolidadas	121-221
■ Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas	222-224

Em conformidade com o artigo 28º do regulamento 809-2004 sobre os prospetos, são incluídos os seguintes elementos por referência:

■ as contas consolidadas do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2012 e o relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas em 31 de dezembro de 2012, apresentados respetivamente nas páginas 101 a 213 e 214 a 215 do Documento de referência nº D13-0115 depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 8 de março de 2013

■ as contas consolidadas do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2011 e o relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas em 31 de dezembro de 2011, apresentados respetivamente nas páginas 99 a 205 e 206 a 207 do Documento de referência nº D12-0145 depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 9 de março de 2012.

Os capítulos dos Documentos de referência nº D13-0115 e nº D12-0145 não visado acima são quer não aplicáveis para o investidor, quer tratados num sítio do presente Documento de referência.

SEDE SOCIAL

16, boulevard des Italiens - 75009 Paris (França)
Tél : +33 (0)1 40 14 45 46

RCS Paris 662 042 449
Sociedade anónima com capital de 2 490 325 618 euros

RELAÇÕES COM OS ACIONISTAS

Tél : +33 (0)1 42 98 21 61 / +33 (0)1 40 14 63 58

www.bnpparibas.com

Ref. B1DR14.03



BNP PARIBAS

O banco de um mundo em mudança